

PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA  
E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



TECHNOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado – CVM nº 22519  
Rua Hélios Seelinger 155, parte, CEP 22640-040, Rio de Janeiro, RJ  
CNPJ nº 09.295.063/0001-97 – NIRE 33.3.0029837-1 – Código ISIN BRTECNACNOR6  
Código de Negociação na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”): “TECN3”.

24.324.325 Ações Ordinárias

Valor da Oferta – R\$401.351.362,50

Preço por Ação: R\$16,50.

Technos S.A. (“Companhia”) e GMT Fundo de Investimento em Participações (“Acionista Vendedor”) estão realizando, respectivamente, uma (i) oferta pública de distribuição primária (“Oferta Primária”) de 10.945.946 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Ações da Oferta Primária”); e (ii) oferta pública de distribuição secundária (“Oferta Secundária”) de 13.378.379 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia de titularidade do Acionista Vendedor, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações da Oferta Secundária”) e, em conjunto com as Ações da Oferta Primária, “Ações”.

As Ações serão ofertadas no Brasil, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. (“Credit Suisse”) e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Goldman Sachs”) e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Credit Suisse, “Coordenadores da Oferta”, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”) e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo Goldman Sachs & Co., pelo Itaú BBA USA Securities Inc. e por determinadas instituições financeiras a serem contratadas, nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América (“SEC”), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado (“*Securities Act*”), e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores, em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM (“Investidores Estrangeiros”) (“Oferta”).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 3.648.648 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas (“Ações do Lote Suplementar”), conforme opção outorgada no contrato de distribuição da Oferta (“Contrato de Distribuição”) pelo Acionista Vendedor ao Credit Suisse, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (“Opção de Lote Suplementar”). O Credit Suisse terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que foi fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) poderia, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ter sido acrescida em até 20%, ou seja, até 4.864.865 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Adicionais”), não tendo havido tal acréscimo.

O preço por Ação (“Preço por Ação”) foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de *Bookbuilding*”).

Oferta	Preço (R\$)	Comissões (R\$) <sup>(1)</sup>	Recursos Líquidos (R\$) <sup>(1)(2)</sup>
Por Ação .....	16,50	0,66	15,84
Oferta Primária .....	180.608.109,00	7.224.324,36	173.383.784,64
Oferta Secundária .....	220.743.253,50	8.829.730,14	211.913.523,36
<b>Total .....</b>	<b>401.351.362,50</b>	<b>16.054.054,50</b>	<b>385.297.308,00</b>

<sup>(1)</sup> Sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais.

<sup>(2)</sup> Sem dedução das despesas da Oferta.

A Oferta Primária foi aprovada pelos acionistas da Companhia na assembleia geral extraordinária realizada em 4 de maio de 2011, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) em 8 de junho de 2011 e publicada no jornal “Valor Econômico” em 24 de junho de 2011 e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (“DOERJ”) em 27 de junho de 2011. O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de junho de 2011, cuja ata será publicada no jornal “Valor Econômico” na data de publicação do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”) e será arquivada na JUCERJA e publicada no DOERJ, aprovou a emissão das Ações e o Preço por Ação. A Oferta Secundária foi aprovada pelo Acionista Vendedor conforme deliberação anexa a este Prospecto, de acordo com seu regulamento. A fixação do Preço por Ação foi aprovada pelo Acionista Vendedor em 28 de junho de 2011, de acordo com seu regulamento.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

**É admissível o recebimento de reservas, a partir da data a ser indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto) e neste Prospecto, para subscrição ou aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor ou adquirente após o início do período de distribuição.**

A Oferta foi registrada pela CVM em 29 de junho de 2011, sob o nº CVM/SRE/REM/2011/018 (Oferta Primária) e o nº CVM/SRE/SEC/2011/010 (Oferta Secundária).

**O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas.**

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir por investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

Os investidores devem ler as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco”, que se iniciam nas páginas 24 e 66, respectivamente, deste Prospecto, para ciência de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação ao investimento nas Ações.



“A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.”

Coordenadores da Oferta e Joint Bookrunners



A data deste Prospecto Definitivo é 28 de junho de 2011.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>PARTE 1 – INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>DEFINIÇÕES</b>	<b>3</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO</b>	<b>14</b>
<b>SUMÁRIO DA COMPANHIA</b>	<b>15</b>
Visão Geral	15
Indicadores Financeiros e Operacionais	17
Pontos Fortes e Vantagens Competitivas	17
Estratégias	20
Nosso Breve Histórico	21
Eventos Subsequentes	21
Organograma	23
Informações Adicionais	24
Principais Fatores de Risco da Companhia	24
<b>APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	<b>27</b>
Reconciliação entre o Lucro Líquido e o Lucro Líquido Ajustado para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 2008 e para os Períodos de Três Meses encerrados em 31 de Março de 2010 e 2011	27
Reconciliação entre o Lucro Líquido Ajustado e o EBITDA para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 2008 e para os Períodos de Três Meses encerrados em 31 de Março de 2010 e 2011	28
Reconciliação entre o EBITDA e o EBITDA Ajustado para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 2008 e para os Períodos de Três Meses encerrados em 31 de Março de 2010 e 2011	28
Taxa Média de Crescimento Anual Composta	28
Volatilidade da Nossa Receita	29
Nossas Estimativas	29
Estimativas de Mercado e Outras Informações	29
<b>INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA</b>	<b>30</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR, DOS ADMINISTRADORES, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES</b>	<b>31</b>
Companhia	31
Acionista Vendedor	31
Coordenadores da Oferta	31
Coordenador	32
Consultores Jurídicos	32
Auditores Independentes	32
<b>APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>33</b>
Coordenador Líder	33
Credit Suisse	34
Goldman Sachs	35
Barclays	36

<b>SUMÁRIO DA OFERTA .....</b>	<b>39</b>
Cronograma Estimado da Oferta .....	46
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.....</b>	<b>47</b>
Composição do Capital Social.....	47
Controle .....	48
Descrição da Oferta .....	49
Preço por Ação .....	50
Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos .....	50
Reserva de Capital .....	51
Custos da Oferta .....	51
Identificação do Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas pelo Acionista Vendedor e Recursos Líquidos da Oferta Secundária .....	52
Aprovações Societárias .....	52
Público Alvo.....	52
Cronograma Estimado da Oferta .....	52
Procedimento da Oferta .....	52
Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional .....	56
Estabilização do Preço de Ações Ordinárias de Nossa Emissão.....	58
Restrições à Negociação de Ações ( <i>Lock-up</i> ) .....	58
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Ordinárias de Nossa Emissão .....	59
Admissão à Negociação das Ações Ordinárias de Nossa Emissão .....	59
Instituição Financeira Escrituradora das Ações Ordinárias de Nossa Emissão.....	59
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta .....	59
Suspensão e Cancelamento da Oferta .....	60
Relacionamento entre Nós e os Coordenadores da Oferta e entre Nós e o Coordenador .....	60
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta e entre o Acionista Vendedor e o Coordenador .....	63
Informações Adicionais.....	64
<b>OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA .....</b>	<b>65</b>
Coordenador Líder.....	65
Credit Suisse.....	65
Goldman Sachs.....	65
Barclays .....	65
<b>FATORES DE RISCO .....</b>	<b>66</b>
Principais Fatores de Risco Relativos a Nós .....	66
Fatores de Risco Relativos à Oferta.....	66
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....</b>	<b>70</b>
Plano de Crescimento .....	70
Aquisição de Ações de Nossa Subsidiária .....	71
Quitação de Empréstimo Contraído com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo .....	71
Eventos Futuros .....	71
Oferta Secundária.....	71
<b>CAPITALIZAÇÃO .....</b>	<b>72</b>
<b>DILUIÇÃO .....</b>	<b>73</b>
Histórico do Preço de Emissão das Ações .....	74
Plano de Opções.....	74

<b>ANEXOS</b>	<b>77</b>
Estatuto Social Consolidado da Companhia .....	81
Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 4 de maio de 2011, que Aprova a Oferta Primária .....	101
Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de junho de 2011, que aprova o aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta e fixa o Preço por Ação .....	133
Ata de Reunião do Comitê de Investimentos do GMT Fundo de Investimento em Participações que aprova a Oferta Secundária .....	141
Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 da Companhia .....	147
Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400 do Acionista Vendedor .....	151
Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 do Coordenador Líder .....	155
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>157</b>
Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e Parecer dos Auditores Independentes .....	161
Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 e Parecer dos Auditores Independentes .....	239
Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010 e Parecer dos Auditores Independentes .....	299
<b>FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>355</b>
Formulário de Referência da Companhia .....	359

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **PARTE 1 – INTRODUÇÃO**

---

- Definições
- Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro
- Sumário da Companhia
- Apresentação das Informações Contábeis e Outras Informações
- Informações Cadastrais da Companhia
- Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores
- Apresentação das Instituições Intermediárias

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos “nós” e “nossos” e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Technos S.A. e às suas controladas.

Os termos indicados abaixo utilizados neste Prospecto terão o significado a eles atribuídos nesta seção, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

<b>Acionista Controlador</b>	GMT Fundo de Investimento em Participações.
<b>Acionista Vendedor ou GMT FIP</b>	GMT Fundo de Investimento em Participações.
<b>Ações</b>	24.324.325 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
<b>Ações Adicionais</b>	4.864.865 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia de titularidade do Acionista Vendedor (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, poderiam, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ter sido acrescentadas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, não tendo havido tal acréscimo.
<b>Ações da Oferta Primária</b>	10.945.946 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, objeto da Oferta Primária.
<b>Ações da Oferta Secundária</b>	13.378.379 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta Secundária.
<b>Ações do Lote Suplementar</b>	Até 3.648.648 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia de titularidade do Acionista Vendedor, equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, conforme a Opção de Lote Suplementar, poderão ser acrescentadas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. Salvo se disposto de maneira diversa, a referência às Ações também será referência às Ações do Lote Suplementar.
<b>Administração</b>	O Conselho de Administração e a Diretoria, em conjunto.
<b>Administradores</b>	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria, em conjunto.

<b>Agentes de Colocação Internacional</b>	Credit Suisse Securities (USA) LLC, Goldman Sachs & Co., Itau BBA USA Securities Inc. e determinadas instituições a serem contratadas, em conjunto.
<b>AH</b>	Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados e do balanço patrimonial entre os exercícios sociais ou entre os períodos indicados.
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400, a ser publicado no jornal "Valor Econômico".
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, a ser publicado no jornal "Valor Econômico" em 29 de junho de 2011.
<b>Anúncio de Retificação</b>	Anúncio comunicando a eventual suspensão, revogação ou qualquer modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, a ser eventualmente publicado no jornal "Valor Econômico".
<b>AV</b>	Análise vertical, que, quando relativa à conta do demonstrativo de resultado, consiste em percentual sobre o total de receita líquida no período indicado, quando relativa à conta do ativo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do ativo no período indicado, e quando relativa à conta do passivo, consiste em percentual sobre o total do passivo e do patrimônio líquido no período indicado.
<b>Aviso ao Mercado</b>	Aviso ao mercado da Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, publicado em 9 de junho de 2011 e republicado em 16 de junho de 2011, no jornal "Valor Econômico".
<b>Banco Central</b>	Banco Central do Brasil.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>Câmara de Arbitragem do Mercado</b>	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA.

<b>Classe A</b>	População brasileira cuja renda mensal domiciliar está acima de R\$6.329,00, segundo dados da FGV.
<b>Classe B</b>	População brasileira cuja renda mensal domiciliar está entre R\$4.854,00 e R\$6.329,00, segundo dados da FGV.
<b>Classe C</b>	População brasileira que recebe entre quatro e 10 salários mínimos e cuja renda mensal familiar está entre R\$1.126,00 e R\$4.854,00, segundo dados da FGV.
<b>Cláusula Compromissória</b>	Cláusula de arbitragem mediante a qual a Companhia, seus acionistas, Administradores, membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
<b>Cliente(s)</b>	O(s) varejista(s) para quem a Companhia distribui seus produtos; e que vendem seus produtos para os Consumidores. Compreende Lojas Especializadas, Magazines e Franquias, em conjunto.
<b>Cliente(s) Ativo(s)</b>	Qualquer dos Clientes da Companhia (considerados em conjunto quando pertencentes ao mesmo grupo econômico) que tenha(m) efetuado ao menos uma compra nos últimos 12 meses.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>Código ANBIMA</b>	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
<b>Código Civil</b>	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
<b>Companhia ou nós</b>	Technos S.A.

## **Conselheiros Independentes**

Conforme o Regulamento do Novo Mercado, caracterizam-se por: (i) não terem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não serem acionistas controladores, cônjuges ou parentes até segundo grau daquele, ou não serem ou não terem sido, nos últimos três anos, vinculados a sociedade ou entidade relacionada aos acionistas controladores (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não terem sido, nos últimos três anos, empregados ou diretores da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não serem fornecedores ou compradores, diretos ou indiretos, de serviços e/ou produtos da Companhia em magnitude que implique perda de independência; (v) não serem funcionários ou administradores de sociedades ou entidades que estejam oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não serem cônjuges ou parentes até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receberem outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição). Conforme o Regulamento do Novo Mercado, o conselho de administração será composto por, no mínimo cinco membros, eleitos pela assembleia geral, dos quais, no mínimo, 20% deverão ser Conselheiros Independentes. Quando, em razão do cálculo do número de Conselheiros Independentes, obtiver-se um número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

Serão ainda considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos nos termos previstos no artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações, os quais contemplam quorum e formas para eleição de membros do conselho pelos acionistas minoritários.

## **Conselho de Administração**

O conselho de administração da Companhia, com as atribuições conferidas pela legislação vigente e pelo Estatuto Social.

## **Conselho Fiscal**

O conselho fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, com as atribuições conferidas pela legislação vigente e por Estatuto Social.

## **Consumidores**

Pessoas que adquirem os produtos da Companhia por meio de seus Clientes.

<b>Contrato de Colocação Internacional</b>	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior.
<b>Contrato de Distribuição</b>	Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão de Technos S.A., entre a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA.
<b>Contrato de Estabilização</b>	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão de Technos S.A., entre a Companhia, o Credit Suisse, a Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, o Coordenador Líder e o Goldman Sachs.
<b>Contrato de Participação no Novo Mercado</b>	Contrato celebrado em 20 de maio de 2011, entre a Companhia, a BM&FBOVESPA, os Administradores e o Acionista Controlador, por meio do qual a Companhia, os Administradores e o Acionista Controlador concordaram em cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, a fim de se qualificar para listagem no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início.
<b>Coordenador ou Barclays</b>	Banco Barclays S.A.
<b>Coordenador Líder ou Itaú BBA</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>Coordenadores da Oferta</b>	O Coordenador Líder, o Credit Suisse e o Goldman Sachs.
<b>CPC</b>	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
<b>Credit Suisse</b>	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
<b>Credit Suisse Corretora</b>	Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Liquidação</b>	A data de liquidação física e financeira das Ações (exceto pelas Ações do Lote Suplementar) que deverá ocorrer até o último dia do Período de Colocação.
<b>Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, que deverá ocorrer até o terceiro dia útil após a respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de publicação do Anúncio de Início.

<b>Diretoria</b>	A diretoria da Companhia, com as atribuições que lhe são conferidas pela legislação aplicável e pelo Estatuto Social.
<b>DLJ</b>	DLJ South American Partners LLC.
<b>DOERJ</b>	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Dólar, dólar, dólares ou US\$</b>	Moeda oficial dos Estados Unidos.
<b>Dynamo</b>	Dynamo V. C. Administradora de Recursos Ltda.
<b>EBITDA</b>	O EBITDA, seguindo disposições do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: Lucro Líquido Ajustado acrescido da depreciação e amortização, outros resultados operacionais, despesas financeiras, receitas financeiras, impostos correntes e diferidos, e ajuste a valor presente sobre as vendas e sobre os impostos que incidem sobre as vendas. O EBITDA não é uma medida contábil elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.
<b>EBITDA Ajustado</b>	EBITDA acrescido do ajuste a valor presente reconhecido dentro das receitas financeiras, e ajustado pela diferença entre o ajuste a valor presente subtraído da receita bruta e o ajuste a valor presente acrescido à receita financeira.
<b>Estatuto Social</b>	O estatuto social da Companhia.
<b>EUA ou Estados Unidos</b>	Estados Unidos da América.
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas.
<b>FIP Multisetorial</b>	Fundo de Investimento em Participações Multisetorial.
<b>Formulário de Referência</b>	Formulário de Referência da Companhia, elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
<b>Franquia(s)</b>	Loja(s) franqueada(s) para comercializar(em) as marcas e produtos da Companhia.
<b>Goldman Sachs ou Coordenador Adicional (para os fins do Código ANBIMA)</b>	Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

<b>Governo Federal</b>	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>IBRACON</b>	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standards</i> , padrões internacionais de demonstrações financeiras emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.
<b>Instituições Consorciadas</b>	Instituições intermediárias autorizadas a operar na BM&FBOVESPA contratadas para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente aos Investidores Não Institucionais.
<b>Instituições Participantes da Oferta</b>	Os Coordenadores da Oferta, o Coordenador e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores.
<b>Investidores Estrangeiros</b>	Público alvo dos esforços de colocação das Ações no exterior, no âmbito da Oferta Institucional, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, consistindo, nos Estados Unidos, de investidores institucionais qualificados ( <i>qualified institutional buyers</i> ), conforme definidos na <i>Rule 144A</i> , editada pela SEC, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no <i>Securities Act</i> e nos regulamentos editados ao amparo do <i>Securities Act</i> , e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos, de investidores institucionais e outros investidores, em conformidade com os procedimentos previstos no <i>Regulation S</i> , editado pela SEC, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

**Investidores Institucionais**

Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$300.000,00, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM que apresentem intenções específicas ou globais de investimento, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, outros investidores qualificados na forma da regulamentação da CVM e Investidores Estrangeiros.

**Investidores Não Institucionais**

Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que formalizem pedidos de investimento em montante entre o valor mínimo de R\$3.000,00 e o valor máximo de R\$300.000,00 e que tenham realizado Pedido de Reserva.

**JUCERJA**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

**Lei das Sociedades por Ações**

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

**Loja(s) Especializada(s)**

Loja(s) especializada(s) na venda dos produtos da Companhia, incluindo, principalmente, relojoarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes.

**Lucro Líquido Ajustado**

O Lucro Líquido Ajustado, seguindo disposições do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras consoante segue: o lucro líquido contábil ajustado pela realização do ativo fiscal diferido gerado pelo ágio de aquisição de controle acionário da TASA, por provisões para contingências não operacionais, por perdas em participações societárias e por amortização do ágio, conforme prática contábil vigente até 2008. Lucro Líquido Ajustado não é uma medida contábil elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O Lucro Líquido Ajustado não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao lucro líquido ajustado utilizado por outras companhias.



<b>Magazine(s)</b>	Loja(s) que vende(m) os produtos da Companhia, incluindo, principalmente, lojas de departamento, lojas <i>online</i> , clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigo de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas.
<b>Margem Bruta</b>	Lucro bruto dividido por receita líquida de vendas.
<b>Margem EBITDA</b>	EBITDA dividido por receita líquida de vendas.
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de vendas sem efeito do ajuste a valor presente.
<b>Novo Mercado</b>	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa.
<b>Oferta</b>	Oferta pública de distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior para Investidores Estrangeiros.
<b>Oferta de Varejo</b>	Oferta das Ações destinada aos Investidores Não Institucionais.
<b>Oferta Institucional</b>	Oferta das Ações destinada aos Investidores Institucionais.
<b>Oferta Primária</b>	Oferta pública das Ações da Oferta Primária.
<b>Oferta Secundária</b>	Oferta pública das Ações da Oferta Secundária.
<b><i>Offering Memorandum</i></b>	<i>Preliminary Offering Memorandum</i> ou <i>Offering Memorandum</i> , relativo aos esforços de colocação das Ações no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, para Investidores Estrangeiros.
<b>Opção de Lote Suplementar</b>	Opção outorgada no Contrato de Distribuição pelo Acionista Vendedor ao Credit Suisse, com relação às Ações do Lote Suplementar, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Credit Suisse terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que foi fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta.

<b>Partners Group</b>	Partners Group Series Access, LLC, Series 9.
<b>Pedido de Reserva</b>	Formulário específico para realização de pedido de reserva das Ações pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo.
<b>Período de Colocação</b>	Prazo para a colocação e subscrição ou aquisição das Ações, que será de até quatro dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
<b>Período de Reserva</b>	Prazo de 16 de junho de 2011 a 27 de junho de 2011, inclusive, para os Investidores Não Institucionais terem efetuado seus Pedidos de Reserva.
<b>Período de Reserva para Pessoas Vinculadas</b>	Dia 16 de junho de 2011 para os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas terem efetuado seus Pedidos de Reserva.
<b>Pessoas Vinculadas</b>	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, controladores ou administradores das instituições intermediárias e da emissora ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau.
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto.
<b>Práticas Contábeis Adotadas no Brasil</b>	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e as normas instruções e regulamentos da CVM.
<b>Preço por Ação</b>	R\$16,50.
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400.
<b>Prospecto Definitivo ou Prospecto</b>	Este prospecto definitivo da Oferta.
<b>Prospecto Preliminar</b>	O prospecto preliminar da Oferta.
<b>Prospectos</b>	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto.
<b>PwC</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
<b>Real, reais ou R\$</b>	Moeda oficial do Brasil.

<b>Regulamento de Arbitragem</b>	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, e suas posteriores alterações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no Contrato de Participação no Novo Mercado e no Estatuto Social e que consta dos termos de anuência dos Administradores e do Acionista Controlador, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.
<b>Regulamento do Novo Mercado</b>	Regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas listadas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para estas companhias.
<b>Retorno Sobre Capital Investido ou ROIC</b>	O retorno sobre capital investido é calculado dividindo-se o lucro antes dos juros pelo capital de giro acrescido de ativo imobilizado. Consideramos como capital de giro o ativo circulante acrescido do ajuste a valor presente sobre o contas a receber e empréstimos de capital de giro e diminuído do passivo circulante. Adicionamos ao ativo imobilizado o montante do intangível alocado em software, marcas e patentes.
<b>SD</b>	SD Participações S.A.
<b>Securities Act</b>	<i>Securities Act</i> , de 1933, dos Estados Unidos, e alterações posteriores.
<b>Securities and Exchange Commission ou SEC</b>	Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos.
<b>Stock Keeping Unit</b>	Unidade utilizada por nós para identificar cada variação de produto, por cor e por modelo.
<b>T1</b>	T1 Participações Ltda.
<b>SUFRAMA</b>	Superintendência da Zona Franca de Manaus.
<b>TASA</b>	Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A.
<b>Taxa Média de Crescimento Anual Composta</b>	A taxa média de crescimento anual composta é calculada pela seguinte fórmula: $(A/B)^{(1/n)} - 1$ . Sendo que: A= valor no ano final do intervalo; B = valor no ano inicial do intervalo; e n = ano final do intervalo – ano inicial do intervalo.
<b>US GAAP</b>	Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos.
<b>Zona Franca de Manaus</b>	Área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário, criada pela lei nº 3.173, de 06 de junho de 1957.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “Fatores de Risco” e “Sumário da Companhia”, que se iniciam nas páginas 66 e 15, respectivamente, deste Prospecto, e nas seções “4. Fatores de Risco”, “5. Riscos de Mercado”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência.

Nossas estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar o nosso setor de atuação, a nossa participação de mercado, nossa reputação, os nossos negócios operacionais, nossa situação financeira, o resultado das nossas operações, nossas margens, nosso fluxo de caixa e/ou o preço de mercado das nossas ações ordinárias. Embora acreditemos que estas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos.

Nossas estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- condições que afetam os setores de atuação e a condição financeira de nossos principais clientes;
- fatores ou tendências que podem afetar nossos negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de nossas operações;
- capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão;
- nosso relacionamento com os nossos atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviço de transporte;
- alterações significativas nas preferências de consumo dos nossos consumidores finais; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

## SUMÁRIO DA COMPANHIA

***Este sumário é apenas um resumo das informações da Companhia. As informações completas sobre a Companhia estão no Formulário de Referência, leia-o antes de aceitar a Oferta.***

### Visão Geral

Somos os líderes no mercado de relógios no Brasil em termos de receita há mais de 15 anos, de acordo com nossas estimativas baseadas em dados da SUFRAMA. Desde 1956, desenvolvemos, montamos e distribuímos relógios, diretamente ou por meio de nossas subsidiárias. Iniciamos nossas operações sob a marca “Technos” e, ao longo dos anos, diversificamos nosso portfólio para outras marcas e segmentos de mercado. Na data deste Prospecto, possuímos cinco marcas nacionalmente conhecidas e direcionadas à classe média (com foco na Classe B e na Classe C), sendo duas marcas próprias (“Technos” e “Mariner”) e três marcas detidas por terceiros, cujo uso por nós é realizado por meio de contratos de licenciamento ou de distribuição de produtos (“Mormaii”, “Euro” e “Seiko”). Em 31 de dezembro de 2010, nossas marcas próprias representavam 71,2% da nossa receita bruta. Nossos produtos são vendidos em todo o território nacional e, na data deste Prospecto, contamos com cerca de 12,2 mil pontos de venda pulverizados entre relojoarias, joalherias, óticas e lojas de departamentos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, alcançamos: (i) receita bruta de R\$263,6 milhões; (ii) EBITDA Ajustado de R\$66,1 milhões; e (iii) Lucro Líquido Ajustado de R\$50,3 milhões, representando crescimento de 23,5%, 27,0% e 22,7% respectivamente, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. No período de três meses encerrados em 31 de março de 2011, alcançamos: (i) receita bruta de R\$57,4 milhões; (ii) EBITDA Ajustado de R\$13,1 milhões; e (iii) Lucro Líquido Ajustado de R\$9,0 milhões, representando crescimento de 54,0%, 77,3% e 31,0%, respectivamente, em relação ao período de três meses encerrados em 31 de março de 2010.

O segmento de relógios apresentou um crescimento anual médio de 21,9% nos últimos cinco anos no Brasil, segundo nosso cálculo realizado com base nos dados da SUFRAMA e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o qual é 4,9 vezes superior ao crescimento médio do PIB no mesmo período, segundo o IBGE. Para mais informações a respeito do nosso cálculo sobre o crescimento do segmento de relógios, ver “Apresentação das Informações Contábeis e Outras Informações – Nossas Estimativas”, na página 29 deste Prospecto. O segmento de relógios tem sido impulsionado pela consolidação desse produto como acessório de moda e pelo aumento do poder aquisitivo da Classe B e da Classe C. Cada vez mais estas classes sociais buscam marcas e produtos que ajudem a expressar diversos estilos de vida e combinem com diferentes ocasiões.

Acreditamos que nosso modelo de negócios, descrito abaixo, permite nos beneficiarmos do forte crescimento do segmento de relógios:

**(i) Administrar com sucesso um portfólio de marcas líderes e complementares.** Gerenciamos ativamente nossas marcas de forma a construir um portfólio diversificado e complementar, que constitui um dos nossos principais ativos. Acreditamos que a complementaridade do posicionamento de nossas marcas representa um importante diferencial competitivo no segmento de relógios, tendo em vista que atingimos grande parte da população e obtemos maior exposição nas vitrines dos varejistas. Nossa marca principal, a “Technos”, tem mais de 110 anos de história e origem suíça. No Brasil, a marca “Technos” é uma das líderes de mercado em termos de receita há mais de 20 anos, segundo nossas estimativas baseadas em dados da SUFRAMA, e é associada a produtos que se destacam por um posicionamento clássico com toques de modernidade e uma percepção de alta qualidade. Acreditamos que nossa segunda marca em termos de receita, a “Mormaii”, é uma das principais marcas brasileiras no setor de moda surfe, com posicionamento voltado para jovens e para um estilo de vida ativo. Em virtude da celebração de um contrato de distribuição, possuímos o direito de comercialização de produtos identificados pela marca japonesa “Seiko”, cujo posicionamento é de relógios de alta performance. Nos últimos dois anos, adicionamos duas novas marcas ao nosso portfólio (“Euro” e “Mariner”). Ambas têm um posicionamento fortemente ligado à moda e têm apresentado fortes taxas de crescimento, atingindo em apenas dois anos 6,0% de nossa receita, com grande potencial de se tornarem ainda mais relevantes nos próximos anos.

**(ii) Criar e manter coleções de produtos aliados a tendências da moda.** Desenvolvemos internamente quase a totalidade dos nossos produtos e temos como alicerce dois importantes princípios: (a) a renovação constante das nossas coleções, aliando tendências de moda relevantes ao posicionamento de cada marca; e (b) a criação e manutenção de uma coleção de produtos de linha que apresentam demanda recorrente e estável. Contamos com uma equipe interna de *design* que, em 2010, foi responsável pela renovação de parte do nosso portfólio total de 2,2 mil *Stock Keeping Units*, sendo que estes lançamentos objetivam manter nossas marcas em destaque e atuais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os lançamentos representaram 35% do nosso volume de produtos vendidos, excluindo os relógios troca-pulseiras. A mesma equipe de *design* também é responsável pela manutenção da nossa coleção de produtos de linha, um conjunto de modelos (alguns com mais de 20 anos de história) que, ao longo dos anos, se tornaram produtos-chave de nosso portfólio, com forte identificação com as nossas marcas e com uma demanda cativa por parte dos Consumidores. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os produtos de linha representaram 26% do nosso volume de produtos vendidos, excluindo os relógios troca-pulseiras. Os demais 39% do nosso volume de produtos vendidos são compostos por produtos de catálogo, que consistem em produtos que não integram nossa coleção de produtos de linha nem são lançamentos.

**(iii) Adquirir, receber e montar nossos produtos com rapidez, qualidade e custos baixos.** Possuímos baixa imobilização de capital e um modelo de fornecimento de componentes ágil e flexível, resultando em curto espaço de tempo entre o desenvolvimento do produto e sua disponibilização para venda (*lead time*). Aliamos o processo de fornecimento de componentes com uma gama de fornecedores na China e no Japão (que, na data deste Prospecto, totalizavam 31 fornecedores), ao processo de montagem do produto final em nossa planta própria na Zona Franca de Manaus. Além disso, mantemos um relacionamento direto com nossos fornecedores, o que torna nosso processo de produção mais eficiente tanto em termos de custo – sem pagamento de comissões a intermediários – quanto em relação à qualidade e à rapidez dos produtos finalizados.

**(iv) Distribuir nossos produtos para uma rede de pontos de venda ampla e pulverizada, atendida por uma equipe de vendas própria e dedicada.** Na data deste Prospecto, distribuímos nossos produtos para uma rede de mais de 7,7 mil Clientes Ativos, com cerca de 12,2 mil pontos de venda, pulverizada geograficamente e sem concentração significativa em nenhum Cliente individual ou rede de lojas. Estamos presentes em todos os Estados do Brasil, com participação de receita destacada nas regiões Norte e Nordeste, regiões estas cujo PIB tem registrado crescimento maior que a média nacional. Todos os nossos pontos de venda são atendidos diretamente por uma equipe de vendas própria e exclusiva, sem a intermediação de distribuidores terceirizados, gerando maior proximidade com o Cliente e, conseqüentemente, maiores vendas. Obtivemos ótimos resultados na gestão desse canal nos últimos anos. Entre 2008 e 2010, nossa base de Clientes Ativos foi expandida em 27,4% e a venda por Cliente cresceu 9,8%. Além disso, iniciamos em setembro de 2010 a implementação de um projeto de varejo franqueado, que, na data deste Prospecto, conta com quatro Franquias sob as marcas “Euro” e “Timecenter” e que pretendemos expandir, até dezembro de 2013, para aproximadamente 50 Franquias. As Franquias nos permitem aumentar o espaço de vitrine dedicado aos nossos produtos, melhorando a visibilidade e a exposição de nossas marcas. Acreditamos que esses pontos de venda exclusivos serão um importante complemento à nossa atual rede de distribuição e uma importante alavanca de crescimento no futuro.

Temos uma equipe de Administradores com grande experiência nos segmentos de relógio e de consumo, conciliando jovens talentos com profissionais com longo tempo de trabalho na nossa Companhia. Nossos funcionários da administração e da equipe de vendas trabalham na nossa Companhia, em média, há 8,0 e 9,2 anos, respectivamente. Isso representa um tempo médio 86% e 114% acima das 150 melhores empresas para trabalhar, respectivamente, conforme índices divulgados pela Revista Época Negócios de 2009. Contamos com um programa de participação nos lucros e resultados desde 1989, formalizado em 1995 por meio de um acordo coletivo os sindicatos relevantes para cada uma de nossas filiais, o qual utilizamos de forma agressiva para estimular resultados com base em uma mecânica de metas transparentes e objetivas.

## Indicadores Financeiros e Operacionais

O quadro a seguir ilustra a evolução de certos indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de				Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de			
	2008 <sup>(1)</sup>	2009 <sup>(2)</sup>	AH (%)	2010	AH (%)	2010	2011	AH (%)
	(em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
Receita Operacional Bruta .....	133,7	213,4	59,6%	263,6	23,5%	37,3	57,4	54,0%
Receita Operacional Líquida .....	107,3	175,3	63,3%	218,3	24,5%	30,9	46,9	51,8%
Lucro Bruto .....	66,7	108,4	62,3%	138,8	28,0%	18,7	28,4	52,1%
Margem Bruta .....	62,2%	61,8%	-0,4p.p.	63,6%	1,8p.p.	60,5%	60,6%	0,1p.p.
EBITDA .....	22,6	45,1	99,4%	59,1	31,1%	6,6	11,6	77,0%
Margem EBITDA .....	21,1%	25,7%	4,6p.p.	27,1%	1,4p.p.	21,2%	24,8%	3,5p.p.
EBITDA Ajustado .....	29,6	52,1	76,1%	66,1	27,0%	7,4	13,1	77,3%
Margem EBITDA Ajustada .....	27,5%	29,7%	2,2p.p.	30,3%	0,6p.p.	23,9%	27,9%	4,0p.p.
Lucro Líquido .....	-12,8	39,4	-	37,5	-4,7%	4,1	5,7	40,4%
Margem Líquida <sup>(3)</sup> .....	-11,9%	22,5%	34,4p.p.	17,2%	-5,3p.p.	13,3%	12,3%	-1,0p.p.
Lucro Líquido Ajustado .....	24,0	41,0	70,7%	50,3	22,7%	6,9	9,0	31,0%
Margem Líquida Ajustada <sup>(4)</sup> .....	22,4%	23,4%	1,0p.p.	23,1%	-0,3p.p.	22,3%	19,2%	-3,1p.p.
Quantidade de Relógios (em milhares de unidades) .....	1.023	1.542	50,8%	2.070	34,2%	340	562	65,3%
Endividamento Líquido <sup>(5)</sup> .....	16,2	-90,5	-	-105,8	16,9%	-88,9	-96,7	8,8%
ROIC <sup>(6)(7)</sup> .....	-	30,8%	-	38,2%	7,4p.p.	-	-	-

<sup>(1)</sup> Em função da aquisição do controle acionário da TASA e consequente consolidação de seus resultados a partir de maio de 2008, as demonstrações financeiras deste exercício estão sendo apresentadas contemplando um período de oito meses.

<sup>(2)</sup> Informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010 (no contexto do processo de convergência ao IFRS).

<sup>(3)</sup> Margem Líquida significa o lucro líquido dividido por receita líquida de vendas.

<sup>(4)</sup> Margem Líquida ajustada significa o Lucro Líquido Ajustado dividido por receita líquida de vendas.

<sup>(5)</sup> Endividamento Líquido é a soma de empréstimos circulantes e não circulantes e valores a pagar por aquisição de participação de não controladores, diminuído de Caixa e equivalentes de caixa. De acordo com as práticas contábeis aplicáveis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, as obrigações financeiras referentes ao FIP Multisetorial não eram consideradas como passivo financeiro, mas como parte do nosso patrimônio líquido. Caso fossem contabilizadas como dívida, o valor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 seria equivalente a R\$114,9 milhões.

<sup>(6)</sup> O retorno sobre capital investido é calculado dividindo-se o lucro antes dos juros pelo capital de giro acrescido de ativo imobilizado.

Consideramos como capital de giro o ativo circulante acrescido do ajuste a valor presente sobre o contas a receber e empréstimos de capital de giro e diminuído do passivo circulante. Adicionamos ao ativo imobilizado o montante do intangível alocado em software, marcas e patentes.

<sup>(7)</sup> Consolidação de apenas oito meses no exercício social de 2008 e consolidação de dados trimestrais em 31 de março de 2011 e 2010 impossibilitam o cálculo do ROIC de forma comparável aos demais exercícios sociais.

## Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

**Conjunto de marcas líderes e complementares, com foco na Classe B e na Classe C.** Atuamos no mercado brasileiro há 55 anos e possuímos marcas reconhecidas e estabelecidas no segmento de relógios, as quais alcançaram aproximadamente 30% de participação de mercado em 2010, de acordo com nossas estimativas baseadas em dados fornecidos pela SUFRAMA. Nossas cinco marcas são altamente complementares e possuem posicionamentos de estilo diversificados, buscando maximizar a participação de vitrine nos nossos Clientes e atingir diversos segmentos da população sem que haja concorrência entre nossos produtos. Temos como foco direto os Consumidores de classe média (principalmente a Classe B e a Classe C), oferecendo relógios com preço médio aproximado, no varejo, de R\$240,00, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Acreditamos que nossas duas principais marcas, "Technos" e "Mormaii", ocupam posições de liderança de mercado e estão entre as marcas de acessórios mais desejadas pela Classe B e pela Classe C no Brasil. Em 2010, a média de crescimento de nossas marcas "Mariner", "Seiko" e "Euro" foi acima da média das nossas outras marcas. Contamos com uma equipe interna de *marketing* que, em conjunto com agências de propaganda e desenvolvimento de marca, encarregam-se de criar e divulgar campanhas publicitárias e materiais de ponto de venda que visam fortalecer o valor de nossas marcas e, consequentemente, reforçar o posicionamento e a presença destas com os nossos Clientes e os Consumidores.

**Rede de distribuição pulverizada e abrangente, com forte relacionamento com os Clientes.**

Distribuímos nossos produtos a uma ampla rede de Clientes constituída por joalherias, relojarias e óticas, muitas delas de origem familiar e com apenas um ponto de venda. Nossa rede de distribuição foi montada ao longo dos nossos 55 anos de história, criando fortes relacionamentos que se estendem por décadas e até por gerações. Além disso, fornecemos nossos produtos para as principais lojas de departamento com posicionamento de moda do Brasil, assim como grandes varejistas virtuais. Nenhum Cliente individual excedeu, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, 5% da nossa receita bruta, o que demonstra a intensa capilaridade da nossa distribuição e pode ser considerada uma efetiva barreira de entrada a potenciais novos concorrentes. Adicionalmente, nossas vendas são muito bem distribuídas geograficamente, abrangendo locais que acreditamos não serem atendidos por nossos concorrentes que possuem equipes de venda menores. A capilaridade de nossa distribuição nos permite, ainda, ter exposição significativa nas áreas do País com maior crescimento econômico. Assim, nossos produtos são considerados por nossos Clientes como produtos de alto giro e elevado lucro unitário, contribuindo com maior tráfego e interesse nas suas lojas e, conseqüentemente, melhor resultado dos seus negócios.

**Equipe de vendas própria, exclusiva e experiente.** Atendemos nossa rede de Clientes por meio de uma equipe de vendas própria e exclusiva, que, na data deste Prospecto, tinha um histórico de, em média, 9,2 anos de trabalho na Companhia, o que fortalece o relacionamento entre nossos vendedores e nossos Clientes. No período de 2009 a 2010, aumentamos nossa equipe de vendas em aproximadamente 12,3%, de forma a reduzir os territórios atendidos por cada vendedor e, assim, viabilizar maior dedicação e frequência de visitas a cada um de nossos Clientes. Em função disso, a produtividade em termos de receita gerada por vendedor aumentou em aproximadamente 16% no período de 2009 a 2010. Remuneramos nossa equipe de vendas por meio de comissões e prêmios com base em metas e resultados de vendas de curto e longo prazo. Acreditamos que a nossa equipe de vendas é um importante diferencial competitivo, já que a maioria de nossos concorrentes no setor de acessórios de moda trabalha com empresas de representação sem vínculo de trabalho e sem exclusividade, o que diminui o conhecimento do representante comercial sobre o produto e diminui seu comprometimento com a própria empresa.

**Portfólio de produtos com mix equilibrado de lançamentos e produtos de linha.** Adotamos dois importantes pilares no desenvolvimento de nossos produtos: (i) a renovação constante de nossas coleções; e (ii) a criação e manutenção de uma coleção de produtos de linha. Nossa equipe interna de *design* está preparada para captar as mais importantes tendências de moda e traduzi-las para o *design* dos nossos produtos em parceria com nossos fornecedores, conjugando agilidade e rapidez com custos atrativos e qualidade superior. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, lançamos novos modelos, que representaram 35% do nosso volume de produtos vendidos, excluindo os relógios troca-pulseiras. A mesma equipe de *design* é responsável também pela manutenção da nossa coleção de produtos de linha, um conjunto de relógios com muitos anos de sucesso e com forte identificação com os nossos Clientes e Consumidores. Esses produtos de linha representaram 26% do nosso volume de produtos vendidos, excluindo os relógios troca-pulseiras, de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Os lançamentos mantêm nosso portfólio de produtos atrativo e atual, incentivando a captação de novos Consumidores e justificando visitas constantes aos Clientes por parte de nossa equipe de vendas. Os produtos de linha, por sua vez, apresentam demanda constante e cativa, servindo como importante lastro financeiro e permitindo redução no risco geral de nosso portfólio de produtos.

**Cadeia de suprimentos flexível com grande eficiência operacional.** Trabalhamos com uma estrutura de produção terceirizada de componentes na Ásia e de montagem própria do produto final na Zona Franca de Manaus. Compramos componentes manufaturados de nossos fornecedores estrangeiros, de forma que não precisamos investir capital em estruturas para fabricação de componentes, mantendo flexibilidade para trabalhar com diferentes parceiros que consigam nos atender com menores prazos, melhores preços e maior qualidade. Ademais, o relacionamento direto, sem intermediários, e de longo prazo com nossos fornecedores nos proporciona um maior nível de qualidade, maior conhecimento sobre as competências de cada um e maior comprometimento destes fornecedores conosco. Contamos com uma planta de montagem eficiente em Manaus, que nos permite realizar a montagem final e distribuição dos produtos com rapidez e com menor incremento de custos diretos e indiretos de montagem. No período de 2008 a 2010 (inclusive), conseguimos reduzir o tempo médio interno de montagem em 70%. Nesse mesmo período, reduzimos os custos de montagem por relógio em 17%. Em setembro de 2010, inauguramos um escritório de representação na cidade de Shenzhen, na China, que nos permitirá estreitar ainda mais os laços com os nossos principais fornecedores e realizar nossas inspeções de qualidade na origem, diminuindo o tempo entre o desenvolvimento e a disponibilização do produto para venda (*lead time*) e aumentando a qualidade dos nossos produtos.



**Controle de qualidade e atendimento de pós-venda diferenciado.** Contamos com uma estrutura robusta de controle de qualidade dos nossos produtos e serviços, desde a origem dos componentes na Ásia, passando pelos processos internos em Manaus e finalizando no atendimento pós-vendas a nossos Clientes e Consumidores. Sabemos, por meio de pesquisas internas, que um alto nível de qualidade e um pós-venda eficiente são dois dos principais fatores motivacionais que levam um Cliente a trabalhar com uma empresa de relógios. Temos 81 funcionários na nossa planta em Manaus dedicados ao controle de qualidade na recepção dos componentes, assim como nos processos internos de montagem, armazenagem, e expedição. Em setembro de 2010, inauguramos um escritório de representação na cidade de Shenzhen, na China, com o objetivo de passar a realizar inspeções de qualidade na origem e de monitorar de forma mais próxima nossos principais fornecedores. Temos 179 funcionários dedicados ao pós-venda no Brasil, distribuídos em 10 oficinas próprias nas principais capitais do Brasil. Além da presença física, contamos também com um serviço de atendimento ao consumidor de abrangência nacional, por meio de um número telefônico gratuito e canais eletrônicos. Buscamos investir nessas duas frentes para criar diferenciais competitivos no mercado e permanecer como a principal escolha de nossos Clientes, e criamos uma diretoria dedicada para assegurar nosso sucesso. Como resultado dos nossos esforços nas áreas de qualidade e pós-venda, conseguimos obter excelentes resultados em 2010, reduzindo nossa taxa de não conformidade no campo substancialmente, reduzindo o prazo médio de conserto de relógios em 74%, e atingindo um grau de satisfação medido no nosso serviço de atendimento ao consumidor de 94,6%.

**Histórico de crescimento, alinhado a retornos altos e consistentes, bem como forte geração de caixa.** Temos um histórico consistente de crescimento, rentabilidade e geração de caixa, com aceleração significativa nos últimos três anos. Nossa receita bruta teve uma Taxa Média de Crescimento Anual Composta de 11,8% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2010, com apenas 7,8% de volatilidade (o que, segundo nossas estimativas, representa aproximadamente metade da volatilidade apresentada no mesmo período pelas 20 empresas que constam do Índice IBOVESPA de forma ininterrupta nos últimos 10 anos). Aceleramos esse crescimento para uma Taxa Média de Crescimento Anual Composta de 40,4%, entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2010. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, nossa Margem Bruta foi de 62,2%, 61,8% e 63,6%, respectivamente, e nossa Margem EBITDA Ajustada foi de 27,5%, 29,7% e 30,3%, respectivamente. Tais margens foram sustentadas, mesmo durante os períodos de crise, pela nossa liderança de mercado, reconhecimento de nossas marcas, extensão da nossa rede de distribuição e sólida estrutura de capital. Temos um modelo que demanda pouco investimento em capital fixo, o que nos proporcionou Retorno Sobre o Capital Investido de 30,8% e 38,2%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, respectivamente. Convertemos um percentual alto do nosso EBITDA em caixa (43,5% em média nos últimos dois anos), conferindo um importante lastro para os nossos planos de crescimento futuros.

**Administradores experientes com participação acionária na Companhia.** Nosso grupo de Administradores mescla executivos com mais de 30 anos de experiência no segmento de relógios com executivos com conhecimento e vivência em outros setores, egressos de importantes companhias brasileiras e internacionais e com credenciais acadêmicas diferenciadas. Essa mesma combinação também se faz presente nos nossos outros níveis, criando uma dinâmica muito saudável de experiência e inovação. Temos uma cultura forte voltada para a ética, qualidade e pioneirismo, a qual foi desenvolvida ao longo dos nossos 55 anos de existência. Somos uma das empresas brasileiras pioneiras no uso de remuneração variável para incentivar e recompensar nossos colaboradores. Temos um programa de participação nos lucros e resultados desde 1989, formalizado em 1995 por meio de acordo com os sindicatos relevantes para cada uma de nossas filiais, que distribui um percentual significativo do nosso resultado. Entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, registramos uma distribuição de, em média, 16,9% do Lucro Líquido Ajustado. Esse programa hoje está ligado à nossa estrutura de metas de crescimento e retorno, metas de cada departamento e metas individuais, todas definidas no início do exercício e monitoradas mensalmente, com total transparência. Atualmente, nossa Diretoria possui, em conjunto, uma participação acionária de 19,23% no nosso capital social, gerando um grande alinhamento de interesses entre acionistas e Administradores. Além disso, contamos com participação em nosso Conselho de Administração de representantes de dois renomados gestores de recursos de terceiros (*asset managers*), o DLJ e a Dynamo, que contribuem para o constante aperfeiçoamento da nossa governança corporativa e a solidificação dos controles internos.

## Estratégias

### **Continuar a expandir as vendas das nossas marcas dentro dos canais de distribuição existentes.**

Acreditamos haver oportunidades significativas de expansão das vendas dos nossos produtos por meio dos principais canais de distribuição que adotamos, que apresentaram forte crescimento nos últimos anos em função do aumento da renda e do contínuo aumento do número de *shopping centers* no País, entre outros fatores. Adicionalmente, pretendemos impulsionar nossas marcas por meio da revitalização das nossas plataformas de comunicação, bem como do aumento seletivo dos investimentos em *marketing* institucional e cooperado em veículos de alto retorno. O objetivo de tal estratégia é capturar as oportunidades de crescimento, aumentando nossos pontos de venda e ganhando espaço de vitrine nos nossos varejistas existentes. Entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2010, aumentamos nossa base de Clientes Ativos em 27,4%, e nossa venda média para nossos Clientes em 9,8%, e acreditamos que conseguiremos continuar crescendo de forma substancial.

**Desenvolver novos canais de distribuição.** Canais de distribuição menos tradicionais tais como lojas de departamento voltadas para moda, lojas de acessórios, lojas de departamento esportivo e lojas *online*, têm ganhado relevância no segmento de relógios no Brasil. Pretendemos fortalecer nossas atividades e incrementar nossa participação de mercado por meio da captação de novos Clientes nesses canais ainda pouco explorados por nós. Além disso, iniciamos em setembro de 2010 a implementação de um projeto de varejo franqueado dedicado à venda de nossas marcas, em parceria com nossos atuais Clientes e com foco nos principais *shopping centers* e centros comerciais do Brasil. Operamos atualmente com dois formatos diferentes: “Timecenter”, com foco em relógios de todas as nossas marcas, e “Euro”, com foco específico na marca “Euro” e em produtos complementares. Acreditamos que essa estratégia permitirá aumento do espaço de vitrine dedicado aos nossos produtos, melhoria na visibilidade e exposição de nossas marcas e aprofundamento do relacionamento com os nossos atuais Clientes e com os Consumidores. Acreditamos que em alguns anos esses pontos de venda exclusivos serão um importante complemento a nossa atual rede de distribuição e uma relevante alavanca de crescimento.

**Fortalecer e inovar no desenvolvimento de produtos.** O segmento de relógios mundial e nacional tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de diferentes materiais. Como nosso segmento segue tendências de moda, continuaremos a desenvolver produtos inovadores de forma a manter o interesse de nossos Clientes e Consumidores. Almejamos intensificar e segmentar o trabalho da nossa equipe de *design* a fim de conceber constantemente produtos diferenciados que representem e definam fielmente o posicionamento de cada uma de nossas marcas, em termos de conceito, *design* ou material. Pretendemos continuar ampliando nosso mercado consumidor, atraindo Consumidores que não consumiam nossos produtos ou que os consumiam de forma pouco frequente.

**Desenvolver, licenciar ou adquirir novas marcas de relógio.** Temos um portfólio forte e reconhecido de marcas, e bastante enxuto. Entendemos que existe uma grande oportunidade de complementar nosso portfólio com marcas que atuem em segmentos ainda não ocupados pelas marcas existentes, aumentando ainda mais a parcela da população atingida e ganhando ainda mais exposição na vitrine dos nossos Clientes. Continuaremos a gerir nosso *mix* de marcas de forma a alcançar novas categorias de Consumidores e consolidar nosso posicionamento nas categorias em que já atingimos posição relevante, inclusive por meio de novas marcas. Acreditamos ser a empresa brasileira melhor estruturada para desenvolver, licenciar ou adquirir novas marcas de relógio complementares às marcas que já possuímos, tanto pela nossa solidez institucional e financeira quanto pela possibilidade de alavancar nossos ativos e nossas estruturas existentes de compra, montagem, distribuição e pós-venda.

**Expandir para outros segmentos de acessórios.** Apesar de não termos planos concretos nesse sentido no curto prazo, consideramos expandir nossa atuação para outros segmentos de acessórios de moda, como óculos e semijóias. Esses produtos compartilham importantes características com nosso negócio, entre elas (i) a rede de fornecimento de matéria-prima primordialmente baseada na China; (ii) a operação dentro de parâmetros similares de desenvolvimento, logística e controle de qualidades; e (iii) a distribuição por meio de rede similar de Clientes, sendo que mais de 70% dos nossos Clientes já vendem óculos e/ou semijóias. Acreditamos haver diversas oportunidades para expandirmos nossa oferta de produtos nessas outras categorias, promovendo a venda de um *mix* de produtos mais amplo e complementar à nossa linha de relógios atual.

## **Nosso Breve Histórico**

Iniciamos nossas operações em 1956, como representantes da marca “Technos” no Brasil, criada originalmente pela família Gunzinger, em 1900, na Suíça, e registrada em 1924, por meio de uma de nossas controladas, já extinta, e crescemos significativamente durante as décadas de 50, 60 e 70.

Em 1982, nossa controlada, TASA inaugurou nossa planta de montagem e distribuição em Manaus e passou a montar nossos relógios no Brasil. Ao final da década de 80, já detinha a liderança do mercado nacional de relógios em termos de faturamento, posição que foi consolidada nos anos 90 e mantida até hoje. Em 2001, a nossa controlada, TASA comprou a marca “Technos” mundialmente e, a partir de 2002, passou a explorar marcas de terceiros, ao licenciar as marcas “Mormaii” e celebrar contrato de distribuição exclusiva de produtos identificados pela marca “Seiko”, que hoje contribuem significativamente para nossos resultados.

Em 2007, fomos constituídos como uma sociedade *holding* com o objeto social de deter participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 2008, nosso controle foi adquirido pelo GMT FIP que, por sua vez, tem entre seus cotistas um grupo de executivos da nossa Companhia, além de dois renomados gestores de recursos de terceiros (*asset managers*), o DLJ e a Dynamo. Essa operação contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento de uma estrutura de gestão e administração mais eficiente e meritocrática na nossa Companhia e em nossas subsidiárias.

Na mesma época do ingresso do GMT FIP em nosso capital social, adquirimos ações representativas do controle da TERESA, antiga controladora da TASA, por meio de nossa subsidiária indireta, T1. Além disso, nossa controlada SD emitiu ações preferenciais equivalentes a 100% do seu capital preferencial, que foram integralmente subscritas pelo FIP Multisetorial. Concluídas essas etapas, após uma reorganização societária, passamos a controlar a TASA por meio da SD.

Em 2009, licenciamos a marca “Euro”, reforçando nosso posicionamento de mercado com o público feminino e, em 2010, relançamos a marca “Mariner”, nosso grande sucesso dos anos 80, voltada para o público jovem e com objetivo de reassumir a liderança no mercado recém reexplorado de relógios troca-pulseira.

Em 2010, adquirimos as ações remanescentes da TASA detidas até então por seu antigo controlador e por Maria Estela Silvestrin, e, como consequência, a SD passou a controlar 100% do capital social da TASA.

Por fim, em 20 de abril de 2011 adquirimos a totalidade das ações preferenciais da SD detidas pelo FIP Multisetorial, de forma que a SD passou a ser nossa subsidiária integral.

Em 4 de maio de 2011, nossos acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária a alteração da nossa denominação social de GMT Participações S.A. para Technos S.A.

## **Eventos Subsequentes**

### **Venda de Imóvel no Rio de Janeiro.**

Em 17 de janeiro de 2011, celebramos uma escritura pública de promessa de compra e venda, conforme aditada, relativa ao imóvel onde está atualmente localizada a nossa sede, situada na Rua Hélios Seelinger, 155, parte, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, pelo valor de R\$11,3 milhões. Recebemos um sinal de R\$2,3 milhões no ato da assinatura da promessa e assumimos a obrigação de atender determinadas condições até o dia 1º de junho de 2011. Em 18 de maio de 2011, assinamos a escritura pública definitiva de compra e venda, data na qual recebemos o saldo remanescente no valor de R\$9,0 milhões, sendo que, desse valor, o montante de R\$400,0 mil está depositado em garantia para fazer frente a eventuais contingências fiscais. Essa operação representa um ganho de capital na venda do imóvel no valor de R\$8,5 milhões, que será contabilizado nos resultados do segundo trimestre de 2011.

### ***Aquisição de Ações Preferenciais de Emissão da SD.***

Em 20 de abril de 2011, adquirimos a totalidade das ações preferenciais de emissão da SD detidas pelo FIP Multisetorial pelo valor de R\$89.617.142,91, ajustado até a data de pagamento. O pagamento do preço de aquisição das ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD será efetuado com parte dos recursos obtidos por meio da Oferta Primária.

### ***Contrato de Empréstimo.***

Em 28 de abril de 2011, firmamos um contrato de empréstimo com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor de R\$20,0 milhões, o qual será usado principalmente para: (i) pagamento de dividendos; (ii) pagamento de terceira parcela da dívida com o Sr. Mario Hilario Goettems; e (iii) fins corporativos diversos. O valor do principal está sujeito a taxa de juros equivalente ao CDI acrescido de 2,35% ao ano. Este empréstimo tem prazo de um ano e é garantido por cessão fiduciária de determinadas duplicatas.

### ***Distribuição de Dividendos.***

Realizamos as seguintes distribuições de dividendos aos nossos acionistas: (i) em 10 de maio de 2011, distribuímos o montante de R\$13,0 milhões; e (ii) em 6 de junho de 2011, distribuímos o montante de R\$3,2 milhões, ambos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 4 de maio de 2011.

### ***Aumentos de Capital e Grupamento de Ações.***

Em 4 de maio de 2011, aprovamos um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$266.607,03, sem alteração no número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$114.131.689,90 para R\$114.398.296,93, dividido em 128.591.827 ações ordinárias, permanecendo 1.871.679 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de 711.560 novas ações ordinárias, no valor total de R\$856.352,19, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no âmbito do primeiro programa do plano de opção de compra de ações, Thiago Frias Picolo Peres, no âmbito do segundo programa do plano de opção de compra de ações, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do quarto programa do plano de opção de compra de ações, de forma que o nosso capital social passou de R\$114.398.296,93 para R\$115.254.649,12, dividido em 129.303.387 ações ordinárias.

Em 10 de maio de 2011, aprovamos um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$298.869,90, sem alteração no número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$115.254.649,12 para R\$115.553.519,02, dividido em 129.303.387 ações ordinárias, permanecendo 1.665.429 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de 493.204 novas ações ordinárias, no valor total de R\$548.907,86, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no âmbito do primeiro programa do plano de opção de compra de ações, Thiago Frias Picolo Peres, no âmbito do segundo programa do plano de opção de compra de ações, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do quarto programa do plano de opção de compra de ações, de forma que o nosso capital social passou de R\$115.553.519,02 para R\$116.102.426,88, dividido em 129.796.591 ações ordinárias.

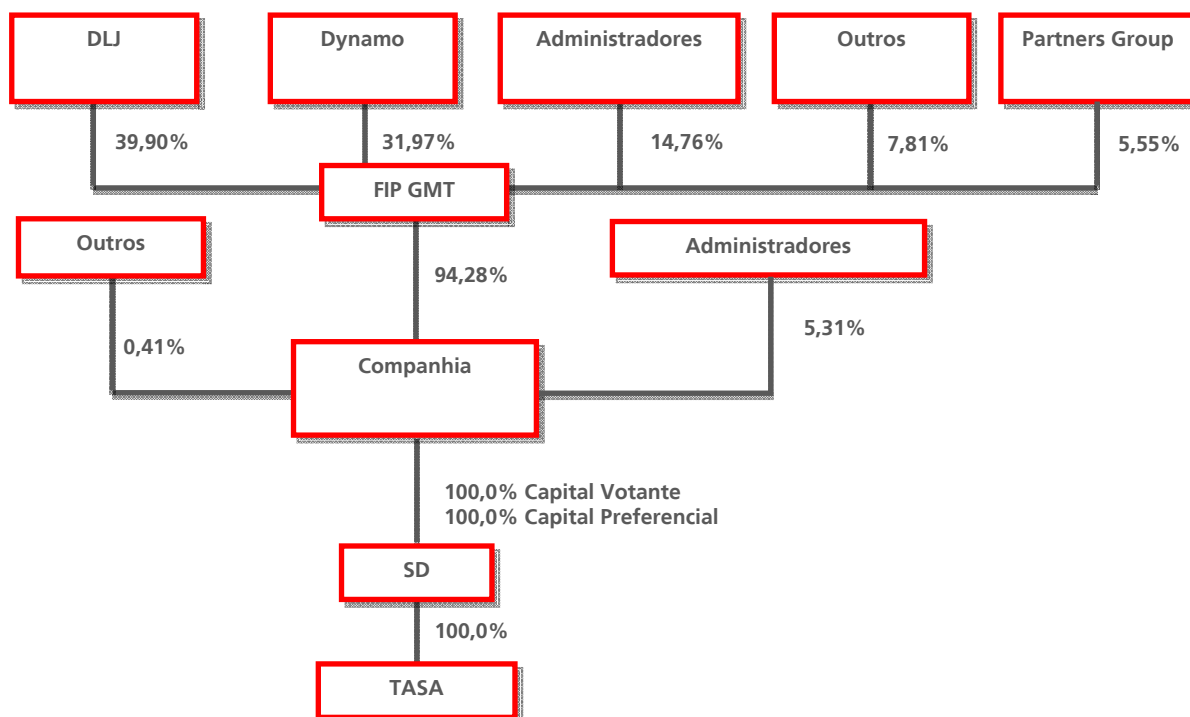
Em 31 de maio de 2011, foi aprovado o grupamento das ações de nossa emissão, na proporção de duas ações para uma nova ação da mesma espécie, sem alteração no valor do nosso capital social, de forma que este passou a ser dividido em 64.898.295 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido grupamento de ações não resultou em diluição injustificada dos nossos acionistas, que remanesceram com o mesmo percentual de participação no nosso capital social.

Ainda em 31 de maio de 2011, foi aprovado um novo aumento de capital no valor de R\$2.890.000,00, mediante a emissão de 267.936 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$10,786108, as quais foram subscritas e integralizadas por um grupo de 29 de nossos gerentes e coordenadores. Desta forma, o nosso capital social passou a ser de R\$118.992.426,88, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Juntamente com este aumento, esses gerentes e coordenadores celebraram conosco e com o Acionista Vendedor acordos de acionistas pelos quais referidos gerentes e coordenadores se obrigaram a não negociar com as ações detidas por tais gerentes e coordenadores, objeto desses acordos, nos termos ali estabelecidos.

Por fim, em 6 de junho de 2011, foi aprovado um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$74.560,63, sem alteração do número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$118.992.426,88 para R\$119.066.987,51, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, permanecendo 807.217 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de de 63.029 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$2,198286, no valor total de R\$138.554,30, as quais foram subscritas e integralizadas pelo acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no âmbito do primeiro programa do plano de opção de compra de ações, Thiago Frias Picolo Peres, no âmbito do segundo plano de opção de compra de ações, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do quarto programa do plano de opção de compra de ações, de forma que o nosso capital social passou de R\$118.992.426,88, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, para R\$119.205.541,81, dividido em 65.229.260 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### Organograma

O organograma abaixo ilustra nossa estrutura societária na data deste Prospecto.



## Informações Adicionais

Nossa sede social está localizada na Rua Hélios Seelinger 155, parte, CEP 22640-040, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O número de nosso telefone geral é (21) 3154-8964 e nossa página na Internet é [www.grupotechnos.com.br](http://www.grupotechnos.com.br). O número de telefone do nosso Departamento de Relações com os Investidores é (21) 2123-8909. Nenhuma informação em nossa página na Internet é parte integrante deste Prospecto.

## Principais Fatores de Risco da Companhia

Abaixo estão incluídos apenas os cinco principais fatores de risco que nos afetam. Para maiores informações, ver a seção "Fatores de Risco", que se inicia na página 66 deste Prospecto, e as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência.

***Poderemos ser incapazes de sustentar continuamente o reconhecimento de nossas marcas e nossa reputação de produtos de alta qualidade, o que poderá causar um impacto negativo relevante em nossos negócios.***

As marcas "Technos", "Mormaii", "Euro", "Seiko" e "Mariner" e suas imagens são essenciais para os nossos negócios e para nossa estratégia de crescimento. Manter, promover e posicionar essas marcas depende significativamente do sucesso de nossos esforços de *marketing* e de nossa habilidade de manter nossa reputação de produtores de relógios de alta qualidade. Qualquer incapacidade de continuar a promover esforços bem-sucedidos de *marketing* ou qualquer impacto negativo em nossa reputação poderá reduzir o volume de nossas vendas e representar um impacto negativo relevante para o resultado de nossas operações. Poderemos tentar adquirir e/ou desenvolver marcas que visam nichos de mercado diferentes daqueles em que operamos atualmente, ou desenvolver novas linhas de produtos, o que, se mal-sucedido, poderá afetar o valor de nossas marcas e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, conduzimos testes de qualidade com padrões rigorosos em nossos relógios para assegurar que eles funcionem corretamente e sem problemas. Alguns de nossos produtos poderão apresentar falhas e defeitos não detectados, o que poderá provocar reclamações ou processos contra nós e ferir nossa reputação, independentemente de nossa culpa nessas falhas ou defeitos. Nossos negócios poderão sofrer um impacto negativo relevante como resultado de um problema significativo na qualidade ou no desempenho dos produtos vendidos por nós, especialmente porque é possível que sejamos obrigados a pagar pelos danos resultantes. Se formos incapazes de manter o alto padrão de qualidade e precisão dos produtos que nossos Consumidores esperam, nossa reputação na indústria, nossos relacionamentos com Consumidores e Clientes e a imagem de nossas marcas poderão ser impactadas negativamente, o que poderá significar um impacto negativo relevante para nossos resultados operacionais.

***A maior parte de nossas receitas é proveniente de uma única marca, "Technos", e uma redução das vendas da marca "Technos" poderá ter um impacto negativo significativo em nossos negócios.***

Vendemos atualmente cinco marcas de relógios ("Technos", "Mormaii", "Euro", "Seiko" e "Mariner") e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, a marca "Technos" representou a maior parte de nossa receita consolidada decorrente da venda de bens e serviços. Não podemos garantir que os produtos vendidos sob a marca "Technos" manterão seu nível atual de penetração e apelo ou que os produtos que vendemos sob outras marcas nos permitirão manter nossos níveis atuais de vendas e lucratividade. Se as vendas dos produtos da marca "Technos" diminuírem, poderá causar um efeito adverso significativo em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

***Nossa incapacidade de renovar ou a rescisão de qualquer de nossos contratos de licenciamento ou de nosso contrato de distribuição poderá resultar em perdas significativas de receita, gerando um impacto adverso relevante em nossos negócios.***

Uma parte relevante de nossas vendas decorre, e estimamos que continue a decorrer, da venda de produtos sob marcas detidas por terceiros, as quais possuímos o direito de uso por meio da celebração de contratos de licenciamento ou em virtude de contratos de distribuição exclusiva. De acordo com esses contratos, temos o direito de produzir e distribuir determinados produtos sob as marcas de outras empresas. Vendemos produtos sob as marcas de terceiros “Euro”, “Mormaii” e “Seiko”, que no agregado representaram 28,8% e 30,1% de nossa receita consolidada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, respectivamente. Nossos contratos de licenciamento terminarão (i) em 2014, sendo renovável por mais cinco anos, para a marca “Euro”, com opção de compra da marca exercível a qualquer momento; e (ii) em 2013, para a marca “Mormaii”. O direito de distribuição de produtos envolvendo a marca “Seiko” terminará em 2014. Adicionalmente, as contrapartes poderão rescindir os contratos de licenciamento se deixarmos de cumprir certas obrigações ou mediante a ocorrência de determinados eventos, incluindo a hipótese de não realizarmos os pagamentos contratuais referentes às licenças, a não observância dos limites territoriais da licença e o sub-licenciamento não autorizado de marcas licenciadas para terceiros. Poderemos ser incapazes de continuar cumprindo nossas obrigações estabelecidas nos termos desses contratos, ou de renová-los nos mesmos termos e condições ou em termos e condições semelhantes. Nossa incapacidade de manter ou renovar um ou mais dos contratos que nos possibilitam comercializar produtos identificados por marcas detidas por terceiros poderá reduzir significativamente nossas vendas e representar um impacto adverso relevante em nossos resultados operacionais e condição financeira.

***A incapacidade de mantermos níveis adequados de estoque e declínios no valor de nosso estoque poderão causar um impacto adverso relevante em nossos negócios.***

Mantemos um estoque de produtos selecionados que esperamos que tenham alta demanda. Se nossas metas de vendas se mostrarem incorretas, poderemos ser incapazes de vender parte de nosso estoque de relógios ou de utilizar de forma eficiente os componentes que encomendamos antecipadamente de nossos fornecedores. Níveis de estoque que excedam a demanda dos Clientes poderão resultar na redução do valor do estoque ou na venda do excesso a preços mais baixos. Esses eventos poderão impactar negativamente os nossos resultados operacionais e prejudicar a imagem de nossas marcas. Por outro lado, se subestimarmos a demanda dos Consumidores por nossos produtos ou se nossos fornecedores deixarem de fornecer produtos de qualidade de forma célere, poderemos sofrer escassez de estoque, o que poderá resultar em pedidos não atendidos, impactar negativamente nosso relacionamento com Clientes, diminuir a lealdade às nossas marcas e causar perdas de receitas, sendo que qualquer desses fatores poderá causar um impacto negativo relevante em nossos negócios.

O desempenho aquém do esperado de novos produtos ou o declínio no valor de nosso estoque poderá impactar negativamente de forma relevante os nossos negócios, resultados de operações ou condição financeira, e poderemos ser incapazes de gerenciar nossos estoques existentes e futuros de forma bem-sucedida.

***Se formos incapazes de manter um bom relacionamento com nossos fornecedores ou se suas operações forem interrompidas, nossos negócios podem sofrer um impacto adverso relevante.***

Não celebramos contratos de longo prazo com nossos fornecedores. Os componentes de nossos relógios são comprados de nossos fornecedores na China e no Japão por meio de pedidos individuais. Até a data deste Prospecto, mantivemos sólidas relações comerciais de longo prazo com a maior parte de nossos fornecedores e esperamos continuar confiando na evolução desses relacionamentos. Contudo, não podemos garantir que seremos capazes de manter relacionamentos de longo prazo ou que nossos fornecedores atuais serão capazes de suprir nossa demanda no futuro, ou serão capazes de fazê-lo em termos satisfatórios para nós (incluindo condições de pagamento, controle de qualidade e pontualidade de entrega). Além disso, como não temos unidades fabris e dependemos desses fornecedores para produzir nossos produtos, poderemos não ser capazes de assegurar o fornecimento de componentes em períodos de crescimento econômico mundial e alta demanda ou os custos de nossos componentes poderão aumentar durante tais períodos.

Além disso, caso as operações dos nossos fornecedores sejam significativamente afetadas ou interrompidas por qualquer razão (incluindo greves, recessões econômicas, desastres naturais e condições políticas adversas), nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante. Isso exigirá que nós providenciemos a fabricação e envio de produtos por meios alternativos, em termos que podem ser desfavoráveis para nós. Qualquer interrupção significativa em nosso relacionamento com nossos fornecedores ou em suas operações poderá ocasionar um efeito adverso relevante em nossa capacidade de produzir e distribuir nossos produtos, o que poderá afetar adversamente, de forma relevante, os nossos negócios, nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

***Nosso sucesso depende de nossa capacidade para expandir nosso portfólio e desenvolver novos produtos de acordo com a preferência dos consumidores.***

Nosso crescimento depende de nossa capacidade de implementar de forma bem-sucedida nossa estratégia, o que inclui antecipar a preferência dos Consumidores e diversificar nossas linhas de produtos. A decisão de comprar qualquer acessório de moda, incluindo relógios, é altamente subjetiva e pode ser influenciada por uma variedade de fatores, tais como a imagem da marca, programas de *marketing* e o *design* do produto. O sucesso de nossos negócios depende de nossa capacidade de antecipar e responder rapidamente às preferências de nossos Consumidores, ao mesmo tempo em que preservamos a qualidade e autenticidade de nossas marcas. Nossos concorrentes poderão ser capazes de prever a preferência dos Consumidores antes de nós e, como resultado, capturar uma participação maior do que a nossa no mercado de novos produtos. A indústria mundial e doméstica de relógios tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de diferentes materiais. Nosso sucesso depende da nossa capacidade de continuar expandindo nosso portfólio e desenvolver novos produtos nos segmentos em que operamos, em linha com essas inovações. Nossa incapacidade de introduzir novos produtos, ou a habilidade de nossos concorrentes de desenvolver produtos melhores do que os nossos, poderá levar nossos Clientes e Consumidores a comprar volumes maiores de produtos de nossos concorrentes.

Adicionalmente, tomamos decisões a respeito da expansão de portfólio e do desenvolvimento de novos produtos meses antes de sermos capazes de medir a aceitação do mercado e dos Consumidores a esses produtos. Qualquer falha em identificar corretamente a demanda dos Consumidores poderá nos levar a desenvolver produtos que não sejam comercialmente viáveis ou que não apresentem os mesmos níveis de vendas e margens das atuais marcas e produtos de nosso portfólio. Além disso, a aceitação de novos produtos pelo mercado requer gastos substanciais e esforços de *marketing*. Se formos incapazes de acompanhar as tendências da moda ou de identificar a preferência de nossos Consumidores, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer um impacto adverso relevante.



## APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E OUTRAS INFORMAÇÕES

As nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, e nossas informações trimestrais intermediárias consolidadas auditadas relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2010 e 2011 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com CPC 21 – Demonstração Intermediária, anexas a este Prospecto, devem ser lidas em conjunto com o item “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência.

Em 2010, a adoção de novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e que alteraram as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, requereram, para fins de apresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, que fossem efetuados ajustes retroativos às informações comparativas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, os saldos e informações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 apresentados como informações comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são diferentes daquelas anteriormente apresentadas nas nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Os impactos nas nossas demonstrações financeiras produzidos pela modificação de nossas práticas contábeis em 2010 estão apresentados na Nota 29 das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Nossas demonstrações financeiras, anexas a este Prospecto, foram emitidas em nome de GMT Participações S.A., que é a nossa antiga denominação social. Em 4 de maio de 2011, nossos acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária a alteração da nossa denominação social de GMT Participações S.A. para Technos S.A.

Nossas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 refletem nossa participação indireta na TASA apenas a partir do nosso investimento, em 8 de maio de 2008. Para o período entre 1º de janeiro de 2008 até 7 de maio de 2008, nossas demonstrações financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 refletem nossa natureza, até então, como empresa holding sem atividades operacionais. As comparações entre as nossas demonstrações de resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 devem ser analisadas levando este efeito em consideração.

### Reconciliação entre o Lucro Líquido e o Lucro Líquido Ajustado para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 2008 e para os Períodos de Três Meses encerrados em 31 de Março de 2010 e 2011

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de	
	2008 <sup>(1)</sup>	2009 <sup>(2)</sup>	2010	2010	2011
	(em milhares de reais)				
<b>Lucro Líquido</b> .....	<b>(12.766)</b>	<b>39.378</b>	<b>37.543</b>	<b>4.095</b>	<b>5.749</b>
(+) Passivo Fiscal Diferido .....	–	11.128	11.128	2.782	2.782
(+/-) Provisões para Contingências Não Operacionais ...	–	(9.475)	1.661	–	476
(+/-) Perdas em Participações Societárias .....	14.989	–	–	–	–
(+) Amortização de Ágio .....	21.820	–	–	–	–
<b>(=) Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>24.043</b>	<b>41.031</b>	<b>50.332</b>	<b>6.877</b>	<b>9.007</b>

<sup>(1)</sup> Em função da aquisição do controle acionário da TASA e consequente consolidação de seus resultados a partir de maio de 2008, as demonstrações financeiras deste exercício estão sendo apresentadas contemplando um período de oito meses.

<sup>(2)</sup> Informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010 (no contexto do processo de convergência ao IFRS).

**Reconciliação entre o Lucro Líquido Ajustado e o EBITDA para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 2008 e para os Períodos de Três Meses encerrados em 31 de Março de 2010 e 2011**

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de	
	2008 <sup>(1)</sup>	2009 <sup>(2)</sup>	2010	2010	2011
	(em milhares de reais)				
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>24.043</b>	<b>41.031</b>	<b>50.332</b>	<b>6.877</b>	<b>9.007</b>
(+) Depreciação e Amortização .....	1.069	1.795	2.537	592	684
(-) Receitas Financeiras sem Ajuste a Valor Presente ....	(3.409)	(4.628)	(2.579)	(469)	(335)
(-) Receitas Financeiras do Ajuste a Valor Presente.....	(4.902)	(7.863)	(6.237)	(1.444)	(2.071)
(+) Despesas Financeiras .....	4.527	12.662	12.138	2.074	3.327
(+) Impostos Correntes .....	1.044	1.762	3.204	424	1.687
(+) Impostos Diferidos.....	244	332	(274)	(1.498)	(698)
<b>(=) EBITDA</b> .....	<b>22.616</b>	<b>45.091</b>	<b>59.121</b>	<b>6.556</b>	<b>11.601</b>

<sup>(1)</sup> Em função da aquisição do controle acionário da TASA e consequente consolidação de seus resultados a partir de maio de 2008, as demonstrações financeiras deste exercício estão sendo apresentadas contemplando um período de oito meses.

<sup>(2)</sup> Informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010 (no contexto do processo de convergência ao IFRS).

**Reconciliação entre o EBITDA e o EBITDA Ajustado para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 2008 e para os Períodos de Três Meses encerrados em 31 de Março de 2010 e 2011**

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de	
	2008 <sup>(1)</sup>	2009 <sup>(2)</sup>	2010	2010	2011
	(em milhares de reais)				
<b>EBITDA</b> .....	<b>22.616</b>	<b>45.091</b>	<b>59.121</b>	<b>6.556</b>	<b>11.601</b>
(+) Ajuste a Valor Presente reconhecido nas					
Receitas Financeiras.....	4.902	7.863	6.237	1.444	2.071
(+) Diferencial do Ajuste a Valor Presente .....	2.038	(897)	750	610	(573)
<b>(=) EBITDA Ajustado</b> .....	<b>29.556</b>	<b>52.057</b>	<b>66.108</b>	<b>7.390</b>	<b>13.099</b>

<sup>(1)</sup> Em função da aquisição do controle acionário da TASA e consequente consolidação de seus resultados a partir de maio de 2008, as demonstrações financeiras deste exercício estão sendo apresentadas contemplando um período de oito meses.

<sup>(2)</sup> Informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010 (no contexto do processo de convergência ao IFRS).

**Taxa Média de Crescimento Anual Composta**

A nossa Taxa Média de Crescimento Anual Composta de 40,4%, entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2010 foi calculada de acordo com a seguinte fórmula:  $(A/B)^{(1/n)} - 1$ . Sendo que: A= valor no ano final do intervalo; B = valor no ano inicial do intervalo; e n = ano final do intervalo – ano inicial do intervalo. Neste sentido, para calcular a Taxa Média de Crescimento Anual Composta entre os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2001 e 2010, comparamos a receita bruta da Technos Relógios S.A. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2001 no valor de R\$96,3 milhões com a receita bruta consolidada da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 no valor de R\$263,6 milhões.

## Volatilidade da Nossa Receita

A volatilidade do crescimento da nossa receita, calculada pelo desvio padrão populacional da série de logaritmos neperianos de variações anuais da receita operacional bruta, entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2010 foi de 7,8%, em decorrência das nossas receitas indicadas abaixo:

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de									
2001 <sup>(1)</sup>	2002 <sup>(1)</sup>	2003 <sup>(1)</sup>	2004 <sup>(1)</sup>	2005 <sup>(1)</sup>	2006 <sup>(1)</sup>	2007 <sup>(1)</sup>	2008 <sup>(2)</sup>	2009	2010
(em milhares de reais)									
96.347	109.949	115.230	132.788	140.998	135.501	168.073	188.546	213.432	263.638

<sup>(1)</sup> Receita bruta da Technos Relógios S.A.

<sup>(2)</sup> Esse valor corresponde à soma dos seguintes valores: (i) R\$154.069 mil, correspondente à receita da TASA no período de nove meses encerrado em 31 de dezembro de 2008 (entre 1º de abril a 31 de dezembro de 2008), com base nas demonstrações financeiras auditadas da TASA; e (ii) R\$34.477 mil, correspondente à receita consolidada da TASA no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008, com base em nossos registros contábeis.

## Nossas Estimativas

### *Posição de Liderança*

A posição de liderança de nossas marcas foi calculada por nós com base nos dados divulgados pela SUFRAMA. A SUFRAMA divulga anualmente o valor total de receita apurada por todas as companhias montadoras de relógios localizadas na Zona Franca de Manaus, onde estão concentrados os maiores montadores de relógios do Brasil. Calculamos nossa participação de mercado com base na relação entre nossa receita e a receita divulgada pela SUFRAMA para todo o pólo relojoeiro da Zona Franca de Manaus. Considerando que, na Zona Franca de Manaus, operam, atualmente, seis companhias montadoras de relógios, estimamos que somos líderes há mais de 15 anos. Conferimos tais informações com base nas demonstrações financeiras publicadas pelos nossos concorrentes para assegurar que nossas estimativas estão corretas. Estimamos, ainda, que nossa marca “Technos” seja uma das líderes deste mercado, dado que a marca representa mais do que a metade da nossa receita bruta e dado que as outras montadoras da Zona Franca de Manaus trabalham com uma quantidade maior de marcas e, portanto, tem suas receitas mais pulverizadas por marca.

### *Preços dos Nossos Produtos*

Todas as referências ao preços dos nossos produtos no varejo são estimados multiplicando os preços no atacado por um fator de 2,0 vezes, por entendermos refletir bem a marcação média praticada no varejo. Da mesma forma, utilizamos também uma marcação de 2,0 vezes para estimar o valor de atacado dos relógios importados diretamente para o Brasil com base em preços *Free on Board* (FOB) de importação.

### **Estimativas de Mercado e Outras Informações**

Fazemos declarações neste Prospecto sobre estimativas de mercado, nossa situação em relação aos nossos concorrentes e nossa participação no mercado, bem como sobre o tamanho dos mercados em que atuamos. Fazemos tais declarações com base em pesquisas internas e pesquisas de mercado e em informações obtidas de fontes que consideramos confiáveis, como a SUFRAMA e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, por exemplo. A menos que indicado de outra forma, todas as informações macroeconômicas foram obtidas junto ao Banco Central, IBGE, Fundação Getúlio Vargas, entre outras. Não temos motivos para acreditar que tais informações não sejam corretas em seus aspectos relevantes, razão pela qual não as verificamos de forma independente.

Todas as referências feitas neste Prospecto a “Real”, “Reais” ou “R\$” dizem respeito à moeda oficial do Brasil e todas as referências a “Dólar”, “Dólares” ou “US\$” dizem respeito à moeda dos Estados Unidos da América. Alguns números constantes deste Prospecto podem não representar totais exatos em razão de arredondamentos efetuados. Sendo assim, os resultados totais constantes de algumas tabelas presentes neste Prospecto podem não corresponder ao resultado exato da soma dos números que os precedem.

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

<b>Identificação</b>	Technos S.A., constituída sob a forma de sociedade por ações, com atos constitutivos arquivados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.3.0029837-1 e com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 09.295.063/0001-97.
<b>Sede</b>	Nossa sede está localizada na Rua Hélios Seelinger 155, parte, CEP 22640-040, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada em nossa sede. Nosso Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Thiago Picolo. Nosso Departamento de Relações com Investidores pode ser contatado pelo telefone (21) 2131-8909, fac-símile (21) 2493-1803 e correio eletrônico <a href="mailto:ri@technos.com.br">ri@technos.com.br</a> .
<b>Instituição Escriuradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (011) 3073-3401.
<b>Audidores Independentes</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, localizada na Rua da Candelária 65, CEP 20091-020, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, telefone (21) 3232-6112 e fac-símile (21) 2516-6591.
<b>Atendimento aos Acionistas</b>	O atendimento aos nossos acionistas é realizado por meio da Instituição Escriuradora.
<b>Admissão à Negociação e Listagem</b>	As ações foram admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. No segundo dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, as Ações serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "TECN3" e listadas no Novo Mercado.
<b>Jornais</b>	Divulgamos nossas informações societárias no DOERJ e no jornal "Valor Econômico".
<b>Página na Internet</b>	<a href="http://www.grupotechnos.com.br">www.grupotechnos.com.br</a> . As informações constantes da nossa página na Internet não são parte integrante deste Prospecto, nem devem ser incorporadas por referência a este Prospecto.
<b>Informações Adicionais Sobre Nós e a Oferta</b>	Informações complementares sobre nós e sobre a Oferta poderão ser obtidas conosco, com os Coordenadores da Oferta, com a BM&FBOVESPA e com a CVM, nos endereços e páginas da Internet indicados na seção "Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores", na página 31 deste Prospecto.
<b>Formulário de Referência</b>	Informações detalhadas sobre nós, nossos negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.

## **IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR, DOS ADMINISTRADORES, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES**

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre nós e sobre a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços e páginas da Internet.

### **Companhia**

#### **Technos S.A.**

Diretoria de Relações com Investidores

At.: Sr. Thiago Picolo

Rua Hélios Seelinger, 155, parte

22640-040 Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Telefone: (21) 2131-8909

Fac-símile: (21) 2493-1803

E-mail: [ri@technos.com.br](mailto:ri@technos.com.br)

[www.grupotechnos.com.br](http://www.grupotechnos.com.br), em tal página acessar "Prospecto Definitivo".

### **Acionista Vendedor**

#### **GMT Fundo de Investimento em Participações**

A/C.: Dynamo V. C. Administradora de Recursos Ltda.

At.: Sr. Luiz Felipe de Almeida Campos

Av. Ataulfo de Paiva, 1351, 7º andar

22440-031 Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Telefone: (21) 2512-9394

Fac-símile: (21) 2512-5720

### **Coordenadores da Oferta**

#### **Banco Itaú BBA S.A. – Coordenador Líder**

At.: Sr. Fernando lunes

Av. Brig. Faria Lima, 3400, 4º andar

04538-132 São Paulo, SP, Brasil

Telefone: (11) 3708-8000

Fac-símile: (11) 3708-8107

[www.itaubba.com.br/portugues/index.html](http://www.itaubba.com.br/portugues/index.html), em tal página acessar "Prospectos" e clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações da Technos – Prospecto Definitivo".

A pessoa acima é o responsável designado pelo Coordenador Líder, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, inciso III, da Instrução CVM 400.

#### **Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.**

At.: Sr. Renato Boranga

Av. Brig. Faria Lima, 3064, 13º andar

01451-000 São Paulo, SP, Brasil

Telefone: (11) 3841-6434

Fac-símile: (11) 3841-6912

<http://br.credit-suisse.com/ofertas>, em tal página acessar "Technos S.A." e clicar em "Prospecto Definitivo".

#### **Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.**

At.: Sr. José Pedro Leite da Costa

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 510, 6º andar

04543-000 São Paulo, SP, Brasil

Telefone: (11) 3371-0700

Fac-símile: (11) 3371-0704

<http://www2.goldmansachs.com/worldwide/brazil/area/investment-banking.html>, em tal página acessar "Technos S.A."

## **Coordenador**

### **Banco Barclays S.A.**

At.: Sra. Ana Cabral-Gardner  
Praça Professor José Lannes, 40, 5º andar  
04571-100 São Paulo, SP, Brasil  
Telefone: (11) 3757-7533  
Fac-símile: (11) 3757-7338

<https://live.barcap.com/publiccp/ECM/br.html>, em tal página acessar “Technos S.A. Prospecto Definitivo”.

## **Consultores Jurídicos**

### ***Consultores Jurídicos da Companhia e do Acionista Vendedor para o Direito Brasileiro***

#### **Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados**

At.: Sr. Maurício Teixeira dos Santos  
Praia de Botafogo, 228, conjunto 1101  
22250-040 Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Telefone: (21) 2196-9200  
Fac-símile: (21) 2551-5898  
[www.scbf.com.br](http://www.scbf.com.br)

### ***Consultores Jurídicos da Companhia e do Acionista Vendedor para o Direito dos Estados Unidos***

#### **Davis Polk & Wardwell LLP**

At.: Sr. Manuel Garciadiaz  
450, Lexington Avenue  
10017 New York, NY, Estados Unidos  
Telefone: (1 212) 450-4000  
Fac-símile: (1 212) 701-5800  
[www.davispolk.com](http://www.davispolk.com)

### ***Consultores Jurídicos dos Coordenadores da Oferta para o Direito Brasileiro***

#### **Pinheiro Guimarães – Advogados**

At.: Sr. Francisco J. Pinheiro Guimarães / Sra. Ivie Moura Alves  
Av. Paulista 1842, 24º andar  
01310-923 São Paulo, SP, Brasil  
Telefone: (11) 4501-5000  
Fac-símile: (11) 4501-5025  
[www.pinheiroguimaraes.com.br](http://www.pinheiroguimaraes.com.br)

### ***Consultores Jurídicos dos Coordenadores da Oferta para o Direito dos Estados Unidos***

#### **Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP**

At.: Sra. Francesca L. Odell  
One Liberty Plaza  
10006, New York, NY, Estados Unidos  
Telefone: (1 212) 225-2000  
Fac-símile: (1 212) 225-3999  
[www.clearygottlieb.com](http://www.clearygottlieb.com)

## **Audidores Independentes**

### **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**

At.: Sr. Leandro Mauro Ardito  
Rua da Candelária, 65  
20091-020 Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Telefone: (21) 3232-6112  
Fac-símile: (21) 2516-6591  
[www.pwc.com.br](http://www.pwc.com.br)

## APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

### Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. Com trajetória marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2009, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: ativos de R\$126,9 bilhões, patrimônio líquido de R\$6,3 bilhões e lucro líquido de R\$1,8 bilhão.

A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do Banco Central para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes *corporate* e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacada atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e rapidamente consolidou como um importante *player* de mercado em fusões e aquisições, *equities* e *fixed income* local. A partir de 2008, iniciou a expansão de suas atividades em *fixed income* internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o Banco Central aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e tesouraria da América Latina.

### Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *american depositary receipts*, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2009, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$14,2 bilhões. No *ranking* da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2009 em primeiro lugar em número de ofertas, com participação no mercado de 13,7%.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2009, o Itaú BBA participou de operações de debêntures e notas promissórias que totalizaram R\$18 bilhões e operações de securitização que atingiram R\$1,4 bilhão. De acordo com o *ranking* ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no *ranking* 2009 de distribuição de operações em renda fixa e securitização, cujas participações de mercado foram de, respectivamente, 24% e 20%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de operações realizadas em 2009, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 25 transações.

Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor "Banco de Investimento no Brasil", pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

### **Credit Suisse**

Fundado em 1856, a estratégia do Credit Suisse é atuar no mercado com uma estrutura de negócios integrada e centrada no cliente. O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas três divisões principais de negócios: *private banking*, banco de investimentos e *asset management*. O Credit Suisse procura estabelecer parcerias de longo prazo e desenvolver soluções financeiras inovadoras para atender as necessidades de seus clientes.

O Credit Suisse está presente em mais de 50 países com mais de 46 mil empregados de aproximadamente 100 diferentes nacionalidades. As ações de emissão do Credit Suisse Group (CSGN) são negociadas na Suíça (SWX) e na forma de ADS (CS) em Nova York (NYSE). Os ratings de longo prazo do Credit Suisse Group são: Moody's Aa2, Standard & Poor's A+, Fitch Ratings AA-. Em 1998, o Banco de Investimentos Garantia S.A. foi adquirido pelo Credit Suisse First Boston. Em 16 de janeiro de 2006, as operações globais do Credit Suisse foram unificadas sob uma mesma marca, e a razão social do CSFB passou a ser Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

A solidez do Credit Suisse no Brasil é refletida na classificação de crédito de AAA (bra) em Moeda Nacional – Longo Prazo, atribuída em abril de 2009 pela Fitch Ratings, agência independente de classificação de risco. O Credit Suisse atua no Brasil com operações de crédito, emissão de ações e títulos, abertura de capital (IPO), fusões e aquisições de empresas (M&A), corretagem, tesouraria, *private banking* e administração de recursos de terceiros.

O objetivo do Credit Suisse é ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil. Em 1º de novembro de 2007, o Credit Suisse concretizou sua associação com a Hedging-Griffo, adquirindo participação majoritária na referida empresa. Essa associação foi um passo importante para consolidar a estratégia do Credit Suisse de prover soluções integradas, solidificando sua posição entre os grandes bancos do País. Na área de *investment banking*, o Credit Suisse tem vasto conhecimento local e experiência significativa em fusões e aquisições, colocações primárias e secundárias de ações e instrumentos de dívida, mantendo a liderança consolidada nessa área no Brasil, tais como:

- Líder no *Ranking* de Emissão de Ações do Brasil de 2005 a 2007 e 2º lugar em 2008 e 2009, de acordo com Securities Data Co.;
- Líder no *Ranking* de Oferta Pública Inicial (IPO) do Brasil de 2005 a 2008, de acordo com Securities Data Co.; e
- Líder no *Ranking* de Fusões e Aquisições do Brasil de 2006 a 2008, de acordo com Securities Data Co.



O Credit Suisse foi eleito “Best Investment Bank in Latin America” (Revista LatinFinance, fevereiro de 2008) pelo quarto ano consecutivo e “Best M&A house” (2008). Também foi eleito em 2008 o melhor banco de investimentos dos últimos 20 anos pela Revista LatinFinance. O banco também desempenhou papel de liderança em duas transações às quais a revista se referiu como as “Melhores Operações” das últimas duas décadas. São elas a aquisição da Inco pela Companhia Vale do Rio Doce por US\$19,2 bilhões em 2006 – financiada pela oferta de títulos internacionais da Companhia Vale do Rio Doce de US\$3,75 bilhões em duas tranches e por uma oferta local em reais, ambas lideradas pelo Credit Suisse – e a abertura de capital (IPO) da BOVESPA em 2007, no valor de US\$3,2 bilhões.

O Credit Suisse conquistou esses prêmios logo após ter sido eleito pela Revista LatinFinance como o “Melhor Banco de Investimentos”, “Best Bond House” e “Best Equity House” na América Latina em 2007 (o 3º ano consecutivo em que o Credit Suisse obteve o título de “Melhor Banco de Investimentos” e 2ª vez consecutiva “Best Equity House”).

Além dos prêmios concedidos à instituição, o Banco foi aclamado pelas posições de destaque que ocupou na premiação “Deals do Ano” da Revista LatinFinance em 2007, incluindo a abertura de capital (IPO) da BOVESPA de US\$3,2 bilhões, eleito a “Melhor Emissão de Ações Primárias”, a oferta de US\$1,0 bilhão para Usiminas, eleita a “Melhor Oferta Follow-On”.

O Credit Suisse é líder também em corretagem, mercado no qual movimentou US\$130,9 bilhões em 2008, segundo a BM&FBOVESPA. Além disso, no que tange a responsabilidade cultural e social, ao longo de 2008 e em 2009, o Credit Suisse e suas subsidiárias direcionaram e continuarão direcionando recursos para projetos culturais e sociais. Destacam-se, entre os projetos e instituições apoiados, a OSESP (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo), a OSB (Orquestra Sinfônica Brasileira), a Pinacoteca do Estado de São Paulo, o Museu de Arte Moderna de São Paulo, a Sociedade Cultura Artística e a TUCCA (Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer). O suporte a essas iniciativas apoia-se na convicção de que o Credit Suisse deve participar de ações que contribuam tanto para o retorno a seus acionistas, clientes e empregados quanto para o desenvolvimento cultural e social do Brasil.

## **Goldman Sachs**

O Goldman Sachs é uma instituição financeira global com destacada atuação em fusões e aquisições, coordenação de oferta de ações, serviços de investimento, investimentos de carteira própria e análise de empresas, prestando em todo o mundo uma ampla gama de serviços a empresas, instituições financeiras, governos e indivíduos de patrimônio pessoal elevado. Fundado em 1869, o Goldman Sachs tem sua sede global em Nova York, com escritórios também em Londres, Frankfurt, Tóquio, Hong Kong e outros importantes centros financeiros.

O Goldman Sachs tem três atividades principais:

- Banco de Investimentos: ampla gama de serviços de assessoria financeira e participação em ofertas de valores mobiliários, atendendo grupo de clientes que inclui empresas, instituições financeiras, fundos de investimento, governos e indivíduos;
- *Trading* e Investimentos com Recursos Próprios: intermediação de operações financeiras tendo como contraparte empresas, instituições financeiras, fundos de investimentos, governos e indivíduos. Além disso, o Goldman Sachs investe seus recursos, diretamente, em renda fixa e produtos de renda variável, câmbio, *commodities* e derivativos de tais produtos, bem como realiza investimentos diretamente em empresas e por meio de fundos que são captados e geridos pelo banco;
- *Investment Management*: assessoria e serviços de planejamento financeiro, bem como produtos de investimentos (por meio de contas e produtos geridos separadamente, tais como fundos de investimentos) em todas as classes de ativos para investidores institucionais e indivíduos no mundo inteiro, provendo também serviços de *prime brokerage*, financiamento e empréstimo de ativos para clientes institucionais, incluindo *hedge funds*, fundos de investimento abertos, fundos de pensão e fundações, e para indivíduos de patrimônio pessoal elevado.

Com representação em São Paulo desde meados da década de 90, o Goldman Sachs ampliou suas operações locais e, mais recentemente, estruturou um banco múltiplo, uma corretora de títulos e valores mobiliários e uma administradora de carteiras de valores mobiliários (*asset management*).

Atualmente, a plataforma brasileira inclui atividades de carteira de banco de investimento, operações com recursos próprios, nas áreas de renda variável e FICC (renda fixa, câmbio e *commodities*), serviços de *asset management* e *private banking*, dentre outras. Mais de 200 pessoas trabalham atualmente no escritório de São Paulo. Em particular, na área de banco de investimentos, o Goldman Sachs acredita que tem vasto conhecimento local e experiência comprovada em fusões e aquisições, emissão de ações e instrumentos de dívida.

- Líder no *Ranking* de Fusões e Aquisições em 2008 de acordo com a ANBIMA; e
- Eleito o melhor banco de M&A no Brasil pela Euromonitor (2003-2006).

Goldman Sachs também tem desempenhado importante papel em ofertas de destaque realizadas no mercado brasileiro, tais como a coordenação da oferta pública inicial de ações da BOVESPA Holding S.A. em 2007 (US\$3,7 bilhões) e, posteriormente, a participação na oferta pública inicial de ações da VisaNet – Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (US\$4,3 bilhões), uma das maiores operações dessa espécie já feitas no Brasil e a participação na oferta pública inicial de ações da HRT Participações S.A. (US\$1,5 bilhão), maior oferta inicial de ações de 2010 no Brasil.

## **Barclays**

O Banco Barclays S.A. (BBSA) pertence ao conglomerado financeiro controlado pelo Barclays plc. O conglomerado financeiro Barclays foi fundado há mais de 300 anos na Inglaterra. O Barclays é um provedor de serviços financeiros globais, incluindo serviços como banco de varejo e banco comercial, cartões de crédito, banco de investimento, gestor de ativos e investimentos em todo mundo. O banco está presente em 60 países, em todos os continentes e com mais de 147 mil funcionários pelo mundo, possuindo atualmente 27 milhões de clientes. Está, portanto, entre as maiores instituições financeiras do mundo.

A divisão global de banco de investimentos do conglomerado Barclays chama-se Barclays Capital. Hoje, conta com o apoio de uma estrutura sólida e consolidada após a aquisição das operações da Lehman Brothers em 2008. A adição da Lehman Brothers trouxe ao Barclays uma ampla e bem estabelecida base de clientes, contando com uma forte presença no mercado de banco de investimentos nos EUA e grande complementaridade com os serviços oferecidos pelo Barclays, principalmente nas áreas de renda variável, fusões e aquisições e *equity research*.

Constituído no Brasil em 1973, o BBSA oferece uma ampla gama de produtos financeiros para clientes corporativos. O BBSA é um banco múltiplo com autorização para atuar no ramo de bancos de investimento, podendo oferecer serviços para o mercado de capitais, incluindo assessoria em fusões e aquisições, e operações auxiliares como *swaps*, opções e futuros, operações de câmbio e gestão ou custódia de ativos.

## **PARTE 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA**

---

- Sumário da Oferta
- Informações Sobre a Oferta
- Operações Vinculadas à Oferta
- Fatores de Risco
- Destinação dos Recursos
- Capitalização
- Diluição

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## SUMÁRIO DA OFERTA

<b>Companhia</b>	Technos S.A.
<b>Acionista Vendedor</b>	GMT Fundo de Investimento em Participações.
<b>Coordenador Líder</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>Coordenadores da Oferta</b>	O Coordenador Líder, o Credit Suisse e o Goldman Sachs.
<b>Coordenador</b>	Banco Barclays S.A.
<b>Instituições Participantes da Oferta</b>	Os Coordenadores da Oferta, o Coordenador e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
<b>Agentes de Colocação Internacional</b>	Credit Suisse Securities (USA) LLC, Goldman Sachs & Co., Itau BBA USA Securities Inc. e determinadas instituições financeiras a serem contratadas, em conjunto.
<b>Oferta</b>	Oferta pública de distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, aos Investidores Estrangeiros, de acordo com as disposições do Contrato de Colocação Internacional.
<b>Oferta Primária</b>	Oferta pública das Ações da Oferta Primária.
<b>Oferta Secundária</b>	Oferta pública das Ações da Oferta Secundária.
<b>Ações</b>	24.324.325 ações ordinárias de nossa emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
<b>Ações da Oferta Primária</b>	10.945.946 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de nossa emissão, objeto da Oferta Primária.
<b>Ações da Oferta Secundária</b>	13.378.379 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de nossa emissão e de titularidade do Acionista Vendedor, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta Secundária.
<b>Ações do Lote Suplementar</b>	Até 3.648.648 ações ordinárias de nossa emissão de titularidade do Acionista Vendedor, equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, conforme a Opção de Lote Suplementar, poderão ser acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.

<b>Ações Adicionais</b>	4.864.865 ações ordinárias de nossa emissão de titularidade do Acionista Vendedor (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, poderiam, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ter sido acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, não tendo havido tal acréscimo.
<b>Preço por Ação</b>	R\$16,50.
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400.
<b>Valor Total da Oferta</b>	R\$401.351.362,50 sem considerar as Ações do Lote Suplementar, sendo R\$180.608.109,00 decorrentes da Oferta Primária e R\$220.743.253,50 decorrentes da Oferta Secundária.
<b>Público Alvo</b>	Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo, e Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
<b>Oferta de Varejo</b>	No contexto da Oferta, o montante de, no mínimo, 10% e, a critério dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 15% das Ações, das Ações do Lote Suplementar, será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.
<b>Período de Reserva</b>	Foi concedido aos Investidores Não Institucionais o prazo entre 16 de junho de 2011 e 27 de junho de 2011, inclusive, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva.
<b>Período de Reserva para Pessoas Vinculadas</b>	Foi concedido aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas o dia 16 de junho de 2011 para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva.
<b>Pessoas Vinculadas</b>	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, controladores ou administradores das instituições intermediárias e da emissora ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau.

**Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas**

Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas foram automaticamente cancelados, exceto pelos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (hedge) de operações com derivativos (incluindo operações de total return swap) contratadas com terceiros são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

**Oferta Institucional**

No contexto da Oferta, as Ações destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais, juntamente com as demais Ações objeto da Oferta, serão destinadas aos Investidores Institucionais.

**Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas**

Poderia ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (hedge) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário.**

**Data de Liquidação**

A data de liquidação física e financeira das Ações (exceto pelas Ações do Lote Suplementar) que deverá ocorrer até o último dia do Período de Colocação.

**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**

Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, que deverá ocorrer até o terceiro dia útil após a respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de publicação do Anúncio de Início.

## **Garantia Firme de Liquidação**

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta realizarão a colocação da totalidade das Ações, em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição e na seção “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Garantia Firme de Liquidação”, na página 57 deste Prospecto.

Se, ao final do Período de Colocação, as Ações (exceto as Ações do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, liquidará, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado na seção “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Garantia Firme de Liquidação”, na página 57 deste Prospecto, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Tal garantia tornou-se vinculante a partir do momento em que foi concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedido o nosso registro de companhia aberta pela CVM, concedido o registro da Oferta pela CVM, celebrado o Contrato de Distribuição, realizada a publicação do Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

## **Direitos, Vantagens e Restrições das Ações**

As Ações conferirão aos seus subscritores ou adquirentes os direitos e as vantagens e estarão sujeitas às restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do nosso Estatuto Social, dentre os quais: (i) direito de voto nas nossas assembleias gerais, sendo que cada Ação corresponderá a um voto; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço); (iv) direito de alienação das Ações na hipótese de qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em atuação conjunta com outra pessoa, venha a adquirir ou se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de nossa emissão representativas de 33% ou mais de nosso capital social, observados os termos e condições previstos no nosso Estatuto Social; e (v) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que viermos a declarar a partir da Data de Liquidação e da Data de Liquidação do Lote Suplementar, conforme o caso.



**Tag Along**

As Ações conferirão aos seus subscritores ou adquirentes o direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço).

**Restrições a Negociações com Ações Ordinárias de Nossa Emissão (Lock-up)**

Exceto pelas Ações no âmbito da Oferta, durante o prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, nós, o Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional e observadas determinadas outras exceções, estamos obrigados a, com relação a quaisquer ações ordinárias de nossa emissão ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de nossa emissão, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos ou exigir ou exercer qualquer direito com relação ao registro nos termos do *Securities Act* ou da legislação brasileira. Adicionalmente, exceto pelas Ações no âmbito da Oferta, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, o Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de nossa emissão ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, o Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações ordinárias de nossa emissão e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta.

**Free Float**

Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar, estimamos que 32,3% das ações ordinárias de nossa emissão estarão em circulação.

**Conselho Fiscal**

Nos termos do nosso Estatuto Social, nosso Conselho Fiscal, de caráter não permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei das Sociedades por Ações, e será composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento.

**Resolução de Conflitos por Meio de Arbitragem**

Nos termos do nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, os membros do nosso Conselho de Administração, os membros da nossa Diretoria e os membros do nosso Conselho Fiscal obrigamo-nos a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

**Inadequação da Oferta a Certos Investidores**

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento (ver seção “Fatores de Risco”, que se inicia na página 66, deste Prospecto).

**Aprovações Societárias**

A Oferta Primária foi aprovada pelos nossos acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 4 de maio de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 8 de junho de 2011 e publicada no jornal “Valor Econômico” em 24 de junho de 2011 e no DOERJ em 27 de junho de 2011. Nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de junho de 2011, cuja ata será publicada no jornal “Valor Econômico” na data de publicação do Anúncio de Início e será arquivada na JUCERJA e publicada no DOERJ, aprovou a emissão das Ações e o Preço por Ação, calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Oferta Secundária foi aprovada pelo Acionista Vendedor conforme deliberação anexa a este Prospecto, de acordo com seu regulamento. A fixação do Preço por Ação foi aprovada pelo Acionista Vendedor em 28 de junho de 2011, de acordo com seu regulamento.

**Admissão à Negociação e Listagem**

As ações foram admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. No segundo dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, as Ações serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "TECN3" e listadas no Novo Mercado.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, nós, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendemos realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

**Instituição Escriuradora das Ações Ordinárias de Nossa Emissão**

Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (011) 3073-3401.

**Destinação dos Recursos**

Os recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta obtidos por nós com a Oferta Primária, equivalentes a R\$170,2 milhões serão utilizados para financiar o nosso plano de crescimento, incluindo, mas não se limitando a potenciais futuras aquisições, no pagamento da aquisição das ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD, adquiridas em 20 de abril de 2011 do FIP Multisetorial e para quitar o empréstimo contraído com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo em 28 de abril de 2011. Para mais informações, ver seção "Destinação dos Recursos", na página 70 deste Prospecto.

**Fatores de Risco**

Para uma descrição dos fatores que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, ver seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco", que se iniciam nas páginas 24 e 66, respectivamente, deste Prospecto, e seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, além de outras informações incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

**Declarações**

Nossa declaração, a declaração do Acionista Vendedor e a declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, estão anexas a este Prospecto.

**Informações Adicionais**

Para mais informações sobre a Oferta, ver seção "Informações Sobre a Oferta", na página 47 deste Prospecto. A Oferta foi registrada pela CVM em 29 de junho de 2011, sob o nº CVM/SRE/REM/2011/018 (Oferta Primária) e o nº CVM/SRE/SEC/2011/010 (Oferta Secundária). Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos respectivos endereços indicados na seção "Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores", na página 31 deste Prospecto.

## Cronograma Estimado da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta:

Nº	Evento	Data de Realização/ Data Prevista <sup>(1)(2)</sup>
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	09/06/2011
2.	Republicação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início e Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	16/06/2011
3.	Encerramento do Período de Reserva	27/06/2011
4.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia e pelo Acionista Vendedor Assinatura do Contrato de Distribuição e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar	28/06/2011
5.	Registro da Oferta pela CVM Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	29/06/2011
6.	Início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA	01/07/2011
7.	Data de Liquidação Encerramento do Período de Colocação	05/07/2011
8.	Encerramento do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar	29/07/2011
9.	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	03/08/2011
10.	Data de publicação do Anúncio de Encerramento	05/08/2011
11.	Data limite do período de distribuição	29/12/2011

<sup>(1)</sup> As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, prorrogações e antecipações sem aviso prévio, a nosso critério e a critério do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para mais informações, ver seções "Informações sobre a Oferta – Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta" e "Informações sobre a Oferta – Suspensão e Cancelamento da Oferta", na página 60 deste Prospecto.

<sup>(2)</sup> Para informações sobre posterior alienação de Ações que eventualmente venham a ser liquidadas pelos Coordenadores da Oferta em decorrência do exercício da garantia firme, ver seção "Informações sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Garantia Firme de Liquidação", na página 57 deste Prospecto.

**Os investidores devem estar cientes de que a Data de Liquidação está prevista para ocorrer em 5 de julho de 2011 e de que a data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA está prevista para ocorrer em 1º de julho de 2011.**

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, nosso capital social subscrito é de R\$119.205.541,81, representado por 65.229.260 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 64.422.043 já foram integralizadas. Nosso capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de 100.000.000 ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

A parcela não integralizada do nosso capital social (correspondente a 807.217 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) foi subscrita por nosso Diretor-Presidente, Sr. Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2008. As ações pendentes serão integralizadas sem deságio até 8 de maio de 2018, pelo preço de R\$1,00 por ação, corrigido desde 8 de maio de 2008 até a data de cada realização pela variação do IPCA e acrescido de juros de 7% ao ano, calculado pro rata temporis. Adicionalmente, o Sr. Joaquim Pedro Andrés Ribeiro se obrigou a utilizar na realização das ações pendentes: (i) 50% dos valores recebidos de nós a título de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra distribuição de lucros ou recursos; e (ii) 37,5% de todos os valores recebidos de nós a título de participação nos lucros, bonificação anual ou prêmios pagos pelo exercício de cargos em nossa Administração.

Na data deste Prospecto, a composição do nosso capital social é a seguinte:

Espécie e Classe	Capital Social Subscrito	
	Quantidade	
Ordinárias .....	65.229.260	
<b>Total .....</b>	<b>65.229.260</b>	

Após a conclusão da Oferta, a composição do nosso capital social será a seguinte:

Espécie e Classe	Capital Social Subscrito	
	Quantidade	Valor (R\$)
Ordinárias .....	76.175.206	121.011.622,90
<b>Total .....</b>	<b>76.175.206</b>	<b>121.011.622,90</b>

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de nossa emissão, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao nosso capital social (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

Acionistas <sup>(1)</sup>	Na Data deste Prospecto		Após a Oferta	
	Ações	Capital Total (%)	Ações	Capital Total (%)
GMT FIP .....	61.500.244	94,3	44.473.217	63,2
Administradores .....	3.461.080	5,3	3.461.080	4,5
Outros .....	267.936	0,4	28.240.909	32,3
<b>Total .....</b>	<b>65.229.260</b>	<b>100,0</b>	<b>76.175.206</b>	<b>100,0</b>

<sup>(1)</sup> Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de nossa emissão, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao nosso capital social (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar.

Acionistas <sup>(1)</sup>	Na Data deste Prospecto		Após a Oferta	
	Ações	Capital Total (%)	Ações	Capital Total (%)
GMT FIP.....	61.500.244	94,3	44.473.216	58,4
Administradores.....	3.461.080	5,3	3.461.080	4,5
Outros.....	267.936	0,4	28.240.909	37,1
<b>Total.....</b>	<b>65.229.260</b>	<b>100,0</b>	<b>76.175.206</b>	<b>100,0</b>

<sup>(1)</sup> Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.

## Controle

A nossa Companhia é controlada pelo Acionista Vendedor, o qual tem como investidores fundos geridos pela DLJ e Dynamo. Não há um único fundo de investimento ou beneficiário final que nos controle indiretamente.

O Acionista Vendedor é um fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada, e administrado pela Dynamo.

O objetivo do Acionista Vendedor é obter rendimentos por meio de investimentos de longo prazo mediante a aplicação de recursos em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório das companhias investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

O Acionista Vendedor é um fundo de investimentos que tem entre seus cotistas:

- (i) investidores estrangeiros que investem por meio do DLJ South American Partners LP gerido pela DLJ, que detém 39,9% das cotas do Acionista Vendedor. Não há nenhum *Limited Partner* da DLJ, que detenha, direta ou indiretamente, 5%, ou mais, do nosso capital social;
- (ii) investidores institucionais estrangeiros que investem por meio de veículos de investimentos geridos pelo Partners Group, que detém 5,5% das cotas do Acionista Vendedor. Não há nenhum investidor que detenha, direta ou indiretamente, 5%, ou mais, do nosso capital social;
- (iii) investidores institucionais estrangeiros que investem por meio de veículos de investimentos geridos discricionariamente pela Dynamo Internacional Gestão de Recursos, empresa ligada à Dynamo responsável pela gestão de investidores estrangeiros do grupo. Esse grupo é formado por sete investidores institucionais que detém em conjunto 32,0% das cotas do Acionista Vendedor;
- (iv) investidores individuais qualificados nos termos da regulamentação da CVM aplicável aos fundos de investimento, ligados à Dynamo e/ou aos nossos executivos. Nenhum desses investidores individuais detém direta ou indiretamente mais de 1% de participação nas cotas do Acionista Vendedor, à exceção do Sr. Renato Goettems, nosso Diretor Comercial, que detém participação (direta e indireta) equivalente 13,0% das cotas do Acionista Vendedor. A participação de todos os investidores individuais se dá por meio de um fundo de investimento em cotas de fundos de investimento denominado GMT FIC-FIM, conforme regulado pela Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, também administrado pela Dynamo.

A Dynamo é responsável pela gestão e administração fiduciária do Acionista Vendedor, porém as decisões de investimento e desinvestimento do Acionista Vendedor são orientadas discricionariamente pelo Comitê de Investimento do Acionista Vendedor formado por quatro membros, sendo dois indicados pela Dynamo, dois indicados pela DLJ.

O comitê de investimentos do Acionista Vendedor é formado por Marcelo Pereira Lopes de Medeiros, Mario Spinola e Castro, indicados pela DLJ, e por Pedro Henrique Nogueira Damasceno e Cristiano de Mesquita Souza, indicados pela Dynamo.

A DLJ é um gestor independente de *private equity* com foco na América do Sul, principalmente na Argentina, Brasil e Chile. A DLJ é uma associação entre um time de profissionais e o Credit Suisse Alternative Investments. A DLJ é controlada pelos Srs. Marcelo Pereira Lopes de Medeiros e Carlos Garcia. A DLJ é a gestora (General Partner) do fundo DLJ South American Partner LP.

A Dynamo é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada constituída e existente de acordo com as leis do Brasil e autorizada pelo Ato Declaratório da CVM nº 5.618, de 2 de setembro de 1999, para o exercício profissional de administração de carteira nos termos da Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999, conforme alterada. A Dynamo é controlada pelos Srs. Bruno de Araújo Lima Rocha e Luiz Orenstein.

O Partners Group é uma empresa global de investimentos em mercados privados, com mais de 20 bilhões de euros em programas de investimento sob sua administração, alocados em investimentos privados em capital, dívida, ativos imobiliários e infraestrutura. A empresa administra uma ampla gama de fundos e portfólios customizados para uma clientela internacional de investidores institucionais. Nenhuma pessoa ou entidade controla o Partners Group e suas decisões de investimento são tomadas por um comitê de investimentos global.

A participação do Partners Group no Acionista Vendedor é constituída por investidores estrangeiros atuando por meio da empresa Partners Group Series Access, LLC, Series 9, administrada por uma afiliada do Partners Group.

### **Descrição da Oferta**

A Oferta compreende a distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, para Investidores Estrangeiros, de acordo com as disposições do Contrato de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida das Ações do Lote Suplementar, conforme Opção de Lote Suplementar. O Credit Suisse terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que foi fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) poderia, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ter sido acrescida das Ações Adicionais, não tendo havido tal acréscimo.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, nós, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendemos realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Para fins do artigo 16 do Código ANBIMA, o Goldman Sachs será o Coordenador Adicional na Oferta, tendo em vista que (i) eventualmente mais de 20% dos recursos líquidos da Oferta serão utilizados no pagamento da aquisição das ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD, adquiridas, em 20 de abril de 2011, do FIP Multisetorial. Para mais informações sobre essa aquisição, ver “Informações Sobre a Oferta – Relacionamento entre Nós e os Coordenadores da Oferta e entre Nós e o Coordenador – Coordenador Líder”, na página 60 deste Prospecto, e o item 6.5 do Formulário de Referência; e (ii) a participação indireta do Credit Suisse, conforme as regras de cálculo de participação indireta impostas pelo artigo 16, parágrafo 4º, do Código ANBIMA, que determina que a participação por meio de sociedades sujeitas a controle comum seja contada integralmente, seria superior a 10% do nosso capital social. Para mais informações sobre essa participação indireta, ver “Informações Sobre a Oferta – Relacionamento entre Nós e os Coordenadores da Oferta e entre Nós e o Coordenador – Credit Suisse”, na página 61 deste Prospecto. O Coordenador Adicional deverá cumprir com os deveres e obrigações previstos no Código ANBIMA. O Goldman Sachs não receberá qualquer remuneração em razão de sua condição de Coordenador Adicional, recebendo somente as comissões de coordenação, garantia firme de liquidação, colocação e, eventualmente, de incentivo em razão de sua condição de Coordenador da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição.

### Preço por Ação

O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos nossos acionistas e de que as Ações serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Ações foi aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta. Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.

Poderia ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário.**

### Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos

Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Oferta	Quantidade	Valor (R\$)	Comissões e Despesas <sup>(1)</sup> (R\$)	Recursos Líquidos <sup>(1)</sup> (R\$)
Por Ação .....	1	16,50	0,91	15,59
Oferta Primária .....	10.945.946	180.608.109,00	10.367.909,58	170.240.199,42
Oferta Secundária .....	13.378.379	220.743.253,50	11.782.805,94	208.960.447,56
<b>Total .....</b>	<b>24.324.325</b>	<b>401.351.362,50</b>	<b>22.150.715,52</b>	<b>379.200.646,98</b>

<sup>(1)</sup> Despesas estimadas.



Após a conclusão da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar:

<b>Oferta</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Comissões e Despesas<sup>(1)</sup> (R\$)</b>	<b>Recursos Líquidos<sup>(1)</sup> (R\$)</b>
Por Ação .....	1	16,50	0,89	15,61
Oferta Primária .....	10.945.946	180.608.109,00	10.367.909,58	170.240.199,42
Oferta Secundária .....	17.027.027	280.945.945,50	14.448.116,05	266.497.829,45
<b>Total .....</b>	<b>27.972.973</b>	<b>461.554.054,50</b>	<b>24.816.025,63</b>	<b>436.738.028,87</b>

<sup>(1)</sup> Despesas estimadas.

### Reserva de Capital

Os recursos líquidos da Oferta Primária serão destinados da seguinte forma: (i) 1% à nossa conta de capital social; e (ii) 99% à nossa conta de reserva de capital.

### Custos da Oferta

As comissões e despesas da Oferta serão pagas por nós e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações emitidas ou alienadas, conforme o caso, por cada um de nós. A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

<b>Custos</b>	<b>Custo da Companhia</b>	<b>Custo do Acionista Vendedor</b>	<b>Custo Total</b>	<b>% em Relação ao Valor Total da Oferta</b>	<b>Custo por Ação</b>	<b>% em Relação ao Preço por Ação</b>
	(R\$)	(R\$)	(R\$)		(R\$)	
<b>Comissões da Oferta .....</b>	<b>7.224.324</b>	<b>8.829.730</b>	<b>16.054.055</b>	<b>4,00%</b>	<b>0,66</b>	<b>4,00%</b>
Comissão de Coordenação .....	1.264.257	1.545.203	2.809.460	0,70%	0,12	0,70%
Comissão de Colocação .....	3.792.770	4.635.608	8.428.379	2,10%	0,35	2,10%
Comissão de Garantia						
Firme de Liquidação .....	1.264.257	1.545.203	2.809.460	0,70%	0,12	0,70%
Comissão de Incentivo .....	903.041	1.103.716	2.006.757	0,50%	0,08	0,50%
<b>Despesas da Oferta<sup>(1)</sup> .....</b>	<b>3.143.585</b>	<b>2.953.076</b>	<b>6.096.661</b>	<b>1,52%</b>	<b>0,25</b>	<b>1,52%</b>
Tributos e Outras Retenções .....	771.607	943.076	1.714.683	0,43%	0,07	0,43%
Registro da Oferta pela CVM .....	165.740	0	165.740	0,04%	0,01	0,04%
Registro da Oferta pela ANBIMA .....	11.238	0	11.238	0,00%	0,00	0,00%
Advogados e Consultores .....	900.000	1.100.000	2.000.000	0,50%	0,08	0,50%
Auditores .....	845.000	360.000	1.205.000	0,30%	0,05	0,30%
Outros <sup>(2)</sup> .....	450.000	550.000	1.000.000	0,25%	0,04	0,25%
<b>Total de Comissões e Despesas da Oferta .....</b>	<b>10.367.910</b>	<b>11.782.806</b>	<b>22.150.716</b>	<b>5,52%</b>	<b>0,91</b>	<b>5,52%</b>

<sup>(1)</sup> Despesas estimadas.

<sup>(2)</sup> Custos com publicidade, apresentações de *roadshow* e outros.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores da Oferta, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição sem prévia manifestação da CVM.

## Identificação do Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas pelo Acionista Vendedor e Recursos Líquidos da Oferta Secundária

O Acionista Vendedor, GMT Fundo de Investimento em Participações, representado por sua administradora, Dynamo V. C. Administradora de Recursos Ltda., está localizado na Av. Ataulfo de Paiva 1351, 7º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e pode ser contactado pelo telefone (21) 2512-9394 e pelo fac-símile (21) 2512-5720.

A tabela, abaixo, apresenta a quantidade de Ações a ser alienada pelo Acionista Vendedor, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Comissões e Despesas<sup>(1)</sup> (R\$)</b>	<b>Recursos Líquidos<sup>(1)</sup> (R\$)</b>
13.378.379 .....	220.743.253,50	11.782.805,94	208.960.447,56

<sup>(1)</sup> Despesas estimadas.

## Aprovações Societárias

A Oferta Primária foi aprovada pelos nossos acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 4 de maio de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 8 de junho de 2011 e publicada no jornal “Valor Econômico” em 24 de junho de 2011 e no DOERJ em 27 de junho de 2011. Nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de junho de 2011, em reunião cuja ata será publicada no jornal “Valor Econômico” na data de publicação do Anúncio de Início e será arquivada na JUCERJA e publicada no DOERJ, aprovou a emissão das Ações e o Preço por Ação, calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Oferta Secundária foi aprovada pelo Acionista Vendedor conforme deliberação anexa a este Prospecto, de acordo com seu regulamento. A fixação do Preço por Ação foi aprovada pelo Acionista Vendedor em 28 de junho de 2011, de acordo com seu regulamento.

## Público Alvo

Os Coordenadores da Oferta realizarão a Oferta aos Investidores Não Institucionais e aos Investidores Institucionais de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição, por si e/ou por meio do Coordenador e das Instituições Consorciadas.

Os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação das Ações no exterior para Investidores Estrangeiros, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

## Cronograma Estimado da Oferta

Ver seção “Sumário da Oferta – Cronograma Estimado da Oferta”, na página 46 deste Prospecto.

## Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação pública das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, por meio da Oferta de Varejo, realizada exclusivamente pelas Instituições Consorciadas, e da Oferta Institucional, realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelo Coordenador.

O plano da Oferta, organizado pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, com a expressa anuência nossa e do Acionista Vendedor, leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica nossa, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado, entretanto, que os Coordenadores da Oferta (i) assegurarão a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, e que os representantes de venda das Instituições Participantes da Oferta tenham recebido previamente exemplar do Prospecto Preliminar para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder; e (ii) realizarão os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

### **Oferta de Varejo**

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% e, a critério dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 15% das Ações e das Ações do Lote Suplementar, será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado:

- (i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá ter realizado pedido de reserva de Ações, irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos incisos (ix) e (x) abaixo e no item “– Cancelamento dos Pedidos de Reserva” abaixo, mediante preenchimento do Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados o valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$300.000,00 por Investidor Não Institucional. Os Investidores Não Institucionais puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação fosse fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Não Institucional, o respectivo Pedido de Reserva seria automaticamente cancelado. Como condição à eficácia do Pedido de Reserva, cada Investidor Não Institucional deveria ter indicado no Pedido de Reserva se é ou não Pessoa Vinculada. As Instituições Consorciadas somente atenderam Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomendou-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) lessem cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar; (b) verificassem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigiria a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrassem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada;
- (ii) os Investidores Não Institucionais deverão ter realizado seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, ter indicado no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada e ter realizado seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;
- (iii) como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas foram automaticamente cancelados, exceto pelos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

- (iv) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá Rateio (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva, de modo que as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais;
- (v) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio entre os Investidores Não Institucionais, sendo que (a) até o limite de R\$3.000,00, inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo entre os Investidores Não Institucionais que tiverem apresentado Pedido de Reserva, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo; e (b) uma vez atendido o critério descrito na alínea (a) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva entre todos os Investidores Não Institucionais, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Ações (“Rateio”). Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo poderá ser aumentada para até 15% das Ações e das Ações do Lote Suplementar para que os Pedidos de Reserva excedentes possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o mesmo critério de Rateio;
- (vi) até as 16 horas do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Não Institucional pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas, o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;
- (vii) até as 10h30min da Data de Liquidação, cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento, em recursos imediatamente disponíveis, do valor indicado no inciso (vi) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado;
- (viii) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio da BM&FBOVÉSPA, entregará as Ações alocadas ao respectivo Investidor Não Institucional de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição, desde que efetuado o pagamento previsto no inciso (vii) acima;
- (ix) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Não Institucional poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a publicação do Anúncio de Início, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (vii) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

- (x) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de rescisão do Contrato de Distribuição ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (vii) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

### **Oferta Institucional**

As Ações destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais serão destinadas à Oferta Institucional, juntamente com as demais Ações, de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) os Investidores Institucionais interessados em participar da Oferta deverão ter apresentado suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*, inexistindo pedidos de reserva ou limites máximos de investimento;
- (ii) poderia ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário;**
- (iii) caso as intenções de investimento obtidas durante o Procedimento de *Bookbuilding* excedam o total de Ações remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, os Coordenadores da Oferta darão prioridade aos Investidores Institucionais que, a exclusivo critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, melhor atendam o objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das nossas perspectivas, nosso setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional;
- (iv) até as 16 horas do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta informarão aos Investidores Institucionais a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas, o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento; e
- (v) a entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

### **Cancelamento dos Pedidos de Reserva**

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, pelo Coordenador ou por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre nós e/ou divulgação indevida da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Coordenador ou tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, (i) deixará de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva e/ou todas as intenções de investimentos dos Investidores Institucionais, conforme o caso, todos os boletins de subscrição e todos os contratos de compra e venda que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento; (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações e honorários advocatícios, inclusive custos decorrentes de eventuais demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá deixar, por um período de até seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores da Oferta.

### **Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional**

Nós, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA (como interveniente anuente) celebramos o Contrato de Distribuição, cuja cópia foi disponibilizada pelo Coordenador Líder em seu endereço indicado na seção “Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores”, na página 31 deste Prospecto.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações está sujeita a determinadas condições, tais como (i) a entrega de opiniões legais pelos nossos assessores jurídicos, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de ações ordinárias de nossa emissão, por nós, pelo Acionista Vendedor e pelos membros da nossa Administração; e (iii) a emissão de cartas de conforto por nossos auditores independentes relativas às nossas demonstrações financeiras consolidadas e demais informações financeiras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, obrigamo-nos a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

De acordo com o Contrato de Distribuição, se, ao final do Período de Colocação, as Ações (exceto as Ações do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, liquidará, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado na seção “– Contrato de Distribuição – Garantia Firme de Liquidação”, na página 57 deste Prospecto, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram. Além disso, o Contrato de Distribuição prevê que nós nos obrigamos, no que diz respeito à Oferta, a indenizar os Coordenadores da Oferta por certas contingências em determinadas situações, assim como por ressarcir determinadas despesas por eles incorridas.

Adicionalmente, somos parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação de Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no Contrato de Colocação Internacional ou no *Offering Memorandum*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a essas questões, eles poderão ter direito de regresso contra nós por conta desta cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de exceções às leis de registro de ofertas públicas de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Colocação Internacional, ver seção “Fatores de Risco – Riscos Relativos à Oferta”, na página 66 deste Prospecto.

### **Período de Colocação**

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no artigo 52 da Instrução CVM 400. A colocação das Ações deverá ser feita pelas Instituições Participantes da Oferta durante o Período de Colocação.

### **Data de Liquidação e Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**

A liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada até o último dia útil do Período de Colocação, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar deverá ser realizada até o terceiro dia útil contado da respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de publicação do Anúncio de Início, de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição.

### **Garantia Firme de Liquidação**

Após a concessão pela CVM do nosso registro de companhia aberta, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto, os Coordenadores da Oferta realizarão a colocação da totalidade das Ações, em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição:

<b>Coordenadores da Oferta</b>	<b>Quantidade de Ações</b>	<b>% do Total</b>
Coordenador Líder .....	8.108.109	33,3%
Credit Suisse .....	8.108.108	33,3%
Goldman Sachs .....	8.108.108	33,3%
<b>Total .....</b>	<b>24.324.325</b>	<b>100,0%</b>

Se, ao final do Período de Colocação, as Ações (exceto as Ações do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, liquidará, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado na tabela acima e no Contrato de Distribuição, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores da Oferta eventualmente venham a subscrever ou adquirir Ações nos termos acima e tenham interesse em vender tais Ações antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda de tais Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas abaixo.

### **Estabilização do Preço de Ações Ordinárias de Nossa Emissão**

O Credit Suisse, por meio da Credit Suisse Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização do preço de ações ordinárias de nossa emissão, pelo prazo de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias de nossa emissão, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que foi previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.

Cópia do Contrato de Estabilização poderá ser obtida com o Credit Suisse, durante o prazo de distribuição, no endereço indicado na seção "Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores", na página 31 deste Prospecto.

### **Restrições à Negociação de Ações (Lock-up)**

Durante o prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, nós, o Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional e observadas determinadas outras exceções, estamos obrigados a, com relação a quaisquer ações ordinárias de nossa emissão ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de nossa emissão, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos ou exigir ou exercer qualquer direito com relação ao registro nos termos do *Securities Act* ou da legislação brasileira.

Adicionalmente, exceto pelas Ações no âmbito da Oferta, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, o Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de nossa emissão ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, ainda de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, o Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações ordinárias de nossa emissão e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta.

A restrição imposta pelo Regulamento do Novo Mercado não se aplicará nas hipóteses de: (i) empréstimo de ações que vise permitir a antecipação do início da negociação das Ações em bolsa, sujeito à aprovação da BM&FBOVESPA; (ii) cessão ou empréstimo de ações que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA, nesse caso limitado a 15% da quantidade total de ações cuja negociação esteja vedada; (iii) negociação privada, inclusive em situação que envolva alienação de controle da Companhia, desde que o adquirente respeite o prazo remanescente de vedação à negociação; e (iv) na hipótese de alienação de ações em ofertas públicas de aquisição.



## **Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Ordinárias de Nossa Emissão**

As Ações conferirão aos seus subscritores ou adquirentes os direitos e as vantagens e estarão sujeitas às restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do nosso Estatuto Social, dentre os quais: (i) direito de voto nas nossas assembleias gerais, sendo que cada Ação corresponderá a um voto; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço); (iv) direito de alienação das Ações na hipótese de qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em atuação conjunta com outra pessoa, venha a adquirir ou se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de nossa emissão representativas de 33% mais de nosso capital social, observados os termos e condições previstos no nosso Estatuto Social; e (v) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que viermos a declarar a partir da Data de Liquidação e da Data de Liquidação do Lote Suplementar, conforme o caso.

## **Admissão à Negociação das Ações Ordinárias de Nossa Emissão**

As ações foram admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. No segundo dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, as Ações serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "TECN3" e listadas no Novo Mercado.

## **Instituição Financeira Escrituradora das Ações Ordinárias de Nossa Emissão**

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de nossa emissão é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, número de telefone (11) 3073-3401.

## **Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta**

Nós, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta poderemos requerer que a CVM autorize a modificação ou o cancelamento da Oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível, nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por nós assumidos inerentes à própria Oferta.

O requerimento de modificação da Oferta perante a CVM presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias.

Adicionalmente, nós e o Acionista Vendedor poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta por nós estabelecida, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja deferido, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou por pedido nosso e do Acionista Vendedor, prorrogar o prazo para distribuição da Oferta por até 90 dias.

Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em se tratando de modificação da Oferta, após a publicação do Anúncio de Início, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada para que confirmem, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, sendo que será presumida a manutenção se não revogarem expressamente suas intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nessa hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação. Os investidores que revogarem expressamente suas intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva, na hipótese de modificação da Oferta, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores depositados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do recebimento da revogação da aceitação.

Além das hipóteses de revogação da declaração de aceitação da Oferta pelo investidor previstas neste Prospecto e nos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, não há quaisquer outras hipóteses em que o investidor possa revogar sua declaração de aceitação da Oferta.

### **Suspensão e Cancelamento da Oferta**

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Encerrado tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores depositados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do recebimento da revogação da aceitação ou da comunicação do cancelamento, conforme o caso.

### **Relacionamento entre Nós e os Coordenadores da Oferta e entre Nós e o Coordenador**

#### ***Coordenador Líder***

Em 15 de agosto de 2008, nossa subsidiária TASA contratou com o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. prestação de garantia fidejussória no valor total de R\$1,7 milhão, por prazo indeterminado, atualizado pela taxa Selic, em garantia ao débito tributário inscrito em Dívida Ativa da União sob o nº 26.608.000156/31 (processo administrativo nº 10283.003877/97-10), cuja comissão é de 1,5% ao ano, paga semestralmente.

Em 20 de abril de 2011, adquirimos do FIP Multisetorial ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD, de modo que passamos a ser titulares da totalidade do capital social da SD. O Coordenador Líder é o único cotista do FIP Multisetorial. Utilizaremos parte dos recursos da Oferta Primária para o pagamento do preço de aquisição de tais ações preferenciais. Para mais informações, ver “Destinação de Recursos”, na página 70 deste Prospecto, e o item 6.5 do Formulário de Referência.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, não possuímos qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder. Poderemos, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta” na página 51 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço de ações ordinárias de nossa emissão, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Coordenador Líder e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos tendo as Ações como ativo de referência (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

### **Credit Suisse**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, não possuímos qualquer outro relacionamento com o Credit Suisse. Poderemos, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta” na página 51 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço de ações ordinárias de nossa emissão, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Credit Suisse cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço das Ações ou outros termos da Oferta.

### **Goldman Sachs**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, não possuímos qualquer outro relacionamento com o Goldman Sachs. Poderemos, no futuro, contratar o Goldman Sachs ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Para fins do artigo 16 do Código ANBIMA, o Goldman Sachs será o Coordenador Adicional na Oferta, tendo em vista que (i) eventualmente mais de 20% dos recursos líquidos da Oferta serão utilizados no pagamento da aquisição das ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD, adquiridas, em 20 de abril de 2011, do FIP Multisetorial. Para mais informações sobre essa aquisição, ver “Informações Sobre a Oferta – Relacionamento entre Nós e os Coordenadores da Oferta e entre Nós e o Coordenador – Coordenador Líder”, na página 60 deste Prospecto, e o item 6.5 do Formulário de Referência; e (ii) a participação indireta do Credit Suisse, conforme as regras de cálculo de participação indireta impostas pelo artigo 16, parágrafo 4º, do Código ANBIMA, que determina que a participação por meio de sociedades sujeitas a controle comum seja contada integralmente, seria superior a 10% do nosso capital social. Para mais informações sobre essa participação indireta, ver “Informações Sobre a Oferta – Relacionamento entre Nós e os Coordenadores da Oferta e entre Nós e o Coordenador – Credit Suisse”, na página 61 deste Prospecto. O Coordenador Adicional deverá cumprir com os deveres e obrigações previstos no Código ANBIMA. O Goldman Sachs não receberá qualquer remuneração em razão de sua condição de Coordenador Adicional, recebendo somente as comissões de coordenação, garantia firme de liquidação, colocação e, eventualmente, de incentivo em razão de sua condição de Coordenador da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta” na página 51 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço de ações ordinárias de nossa emissão, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Goldman Sachs cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Goldman Sachs como instituição intermediária da Oferta.

O Goldman Sachs International e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com seus clientes. O Goldman Sachs International e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço das Ações ou outros termos da Oferta.

### **Coordenador**

Na data deste Prospecto, exceto no que se refere à Oferta, não possuímos qualquer relacionamento comercial relevante com o Barclays ou qualquer integrante de seu grupo econômico. Podemos vir a manter com o Barclays ou qualquer integrante de seu grupo econômico relações comerciais no curso normal de suas atividades bancárias envolvendo, inclusive, serviços relacionados a aplicações financeiras, ofertas de valores mobiliários, prestação de garantias, operações de tesouraria, derivativos, *trading* e crédito.

O Barclays ou qualquer integrante de seu grupo econômico pode celebrar, no exterior, operações de derivativos com seus clientes e poderá adquirir ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta” na página 51 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao Barclays ou a integrante de seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

## **Relacionamento entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta e entre o Acionista Vendedor e o Coordenador**

### ***Coordenador Líder***

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder. O Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades do Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta” na página 51 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço de ações ordinárias de nossa emissão, não há qualquer outra a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

### ***Credit Suisse***

Na data deste Prospecto, uma das afiliadas pertencentes à divisão de *asset management* do grupo econômico do Credit Suisse AG, denominada DLJ SAP Holding Corp., localizada nas Ilhas Cayman, tem uma participação de 49% do capital do DLJ. Além dessa participação, a DLJ SAP Holding Corp. tem o direito de indicar dois dos quatro membros do comitê de investimentos do DLJ, o qual, por sua vez, indica dois membros do comitê de investimentos do Acionista Vendedor, sendo que os outros dois membros são indicados pela Dynamo. O comitê de investimentos do Acionista Vendedor é responsável, entre outros, por orientar todas as suas decisões de investimentos e desinvestimentos.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento com o Credit Suisse. O Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades do Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta” na página 51 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço de ações ordinárias de nossa emissão, não há qualquer outra a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Credit Suisse cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

### ***Goldman Sachs***

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento com o Goldman Sachs. O Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Goldman Sachs ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades do Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta” na página 51 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço de ações ordinárias de nossa emissão, não há qualquer outra a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Goldman Sachs cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Goldman Sachs como instituição intermediária da Oferta.

## **Coordenador**

Na data deste Prospecto, exceto no que se refere à Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer relacionamento comercial relevante com o Barclays ou qualquer integrante de seu grupo econômico. O Acionista Vendedor pode vir a manter com o Barclays ou qualquer integrante de seu grupo econômico relações comerciais no curso normal de suas atividades bancárias envolvendo, inclusive, serviços relacionados a aplicações financeiras, ofertas de valores mobiliários, prestação de garantias, operações de tesouraria, derivativos, *trading* e crédito.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta” na página 51 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Barclays ou a integrante de seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

## **Informações Adicionais**

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento (ver seção “Fatores de Risco”, na página 66 deste Prospecto, e seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, além de outras informações incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência).

Os Coordenadores da Oferta recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta a este Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta, dos fatores de risco e dos demais riscos a ela inerentes.

A Oferta foi registrada pela CVM em 29 de junho de 2011, sob o nº CVM/SRE/REM/2011/18 (Oferta Primária) e o nº CVM/SRE/SEC/2011/10 (Oferta Secundária). Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos respectivos endereços indicados na seção “Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores”, na página 31 deste Prospecto.

## **OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA**

### **Coordenador Líder**

Em 20 de abril de 2011, adquirimos do FIP Multisetorial ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD, de modo que passamos a ser titulares da totalidade do capital social da SD. O Coordenador Líder é o único cotista do FIP Multisetorial.

Utilizaremos parte dos recursos da Oferta Primária para o pagamento do preço de aquisição de tais ações preferenciais. Para mais informações, ver “Destinação de Recursos”, na página 70 deste Prospecto, e o item 6.5 do Formulário de Referência, na página 418 deste Prospecto.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Coordenador Líder concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo bônus de subscrição e/ou opções.

### **Credit Suisse**

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação ao Credit Suisse.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Credit Suisse concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

### **Goldman Sachs**

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação ao Goldman Sachs.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Goldman Sachs concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

### **Barclays**

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação ao Barclays.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Barclays concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

## FATORES DE RISCO

*O investimento nas ações ordinárias de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas ações ordinárias de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão pode diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento nas ações ordinárias de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência são aqueles que conhecemos e que acreditamos que atualmente podem nos afetar de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos atualmente irrelevantes também podem nos afetar de forma adversa.*

*Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante em nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço das ações ordinárias de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

*Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relativos à Oferta. Para os demais fatores de risco, ver seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.*

### **Principais Fatores de Risco Relativos a Nós**

*Para informações sobre os fatores de risco relativos a nós, ver seção “Sumário – Principais Fatores de Risco da Companhia”, na página 24 deste Prospecto, e ver seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.*

### **Fatores de Risco Relativos à Oferta**

***As ações ordinárias de nossa emissão nunca foram negociadas em bolsa de valores, e, portanto, um mercado ativo para as ações ordinárias de nossa emissão pode não se desenvolver e a cotação das ações ordinárias de nossa emissão pode ser adversamente afetada em seguida à Oferta.***

Antes da Oferta, as ações ordinárias de nossa emissão não eram negociadas em bolsa de valores. Ademais, um mercado ativo e líquido de negociação pode não se desenvolver ou, se for desenvolvido, pode não conseguir se manter. O mercado de valores mobiliários no Brasil é significativamente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados internacionais de valores mobiliários, como aquele dos Estados Unidos. As dez maiores ações em termos de volume de negociação responderam por aproximadamente 48,8% de todas as ações negociadas na BM&FBOVESPA no ano de 2010. Tais características de mercado podem limitar de forma significativa a capacidade dos nossos acionistas de vender ações ordinárias de nossa emissão de que sejam titulares pelo preço e no momento em que desejarem, o que pode afetar de forma significativa o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de nossa emissão pode ser negativamente impactado.



***A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de Bookbuilding, pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário.***

O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Poderia ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi permitida a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário.

***A venda de um número significativo de ações de nossa emissão após a Oferta poderá afetar de forma negativa as cotações das ações ordinárias de nossa emissão.***

Exceto pelas Ações no âmbito da Oferta, durante o prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, nós, o Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional e observadas determinadas outras exceções, estamos obrigados a, com relação a quaisquer ações ordinárias de nossa emissão ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis de nossa emissão, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos ou exigir ou exercer qualquer direito com relação ao registro nos termos do *Securities Act* ou da legislação brasileira. Adicionalmente, exceto pelas Ações no âmbito da Oferta, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, os Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de nossa emissão ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, o Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações ordinárias de nossa emissão e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta. Após o término dos prazos de restrição de negociação de ações ordinárias de nossa emissão descritos acima, tais ações ordinárias de nossa emissão estarão disponíveis para emissão ou venda, conforme o caso. A emissão ou a venda ou a percepção da possibilidade de emissão ou de venda de volume substancial de ações ordinárias de nossa emissão poderão prejudicar o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão.

***Os investidores que subscreverem ou adquirirem Ações no âmbito da Oferta experimentarão uma diluição imediata no valor contábil de suas ações após a Oferta e, se formos liquidados pelo nosso valor contábil, os investidores não receberão o valor total de seu investimento.***

O Preço por Ação foi fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Após efetuar a venda das Ações pelo Preço por Ação, e após a dedução das despesas e das comissões a serem pagas por nós com relação à Oferta, o valor de nosso patrimônio líquido em 31 de março de 2011, conforme ajustado para considerar os aumentos de capital, distribuição de dividendos e grupamento de ações realizados após 31 de março de 2011, seria de R\$296,7 milhões, ou R\$3,90 por ação. Isso representa uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação de R\$12,60 para novos investidores que subscreverem ou adquirirem ações no âmbito da Oferta pelo Preço por Ação. Como resultado dessa diluição, os investidores que subscreverem ou adquirirem ações no âmbito da Oferta podem receber significativamente menos que o preço total de compra que eles pagaram pelas Ações subscritas ou adquiridas no âmbito da Oferta em caso de nossa liquidação.

***Podemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.***

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas antigos, incluindo os investidores nas ações ordinárias de nossa emissão, o que pode resultar na diluição da participação do referido investidor nas ações ordinárias de nossa emissão.

***Nossos acionistas poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.***

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós pretendemos ser após a concessão do registro pela CVM, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à assembleia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira.

***Nosso Acionista Controlador terá influência substancial sobre nós.***

Nosso Acionista Controlador será titular de 63,2% de nosso capital social após a Oferta. Dessa forma, nosso Acionista Controlador, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, estará em posição de exercer influência substancial sobre nossas políticas administrativas e empresariais, incluindo nossas estratégias de desenvolvimento, nossos gastos e plano de distribuição de dividendos, nossa mudança de controle e nossas oportunidades.

Desde que nosso Acionista Controlador continue a ser titular de uma parcela significativa de nosso capital, ainda que essa parcela seja inferior a 50% do nosso capital social, nosso Acionista Controlador poderá continuar a ser capaz de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre nossas decisões.

***A relativa volatilidade e iliquidez do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a possibilidade de nossos acionistas de vender nossas ações ordinárias pelo preço e no momento apropriado nossos acionistas.***

Investir em valores mobiliários de emissores brasileiros no Brasil, como nossas ações ordinárias, frequentemente envolve certos riscos políticos e econômicos, tais como, entre outros:

- alterações no ambiente regulatório, tributário, econômico e político que pode afetar as possibilidades de nossos acionistas, no todo ou em parte, de receber proveitos em conexão com seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e na repatriação do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados de capitais estrangeiros, tais como nos Estados Unidos. Em 31 de março de 2011, a capitalização de mercado agregada de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA representava aproximadamente R\$2,6 trilhões, enquanto as dez maiores companhias listadas na BM&FBOVESPA representavam 55% dessa capitalização de mercado agregada, demonstrando significativa concentração. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a possibilidade de nossos acionistas de vender nossas ações ordinárias a um preço e em tempo apropriados e, conseqüentemente, pode impactar negativamente o preço de nossas ações ordinárias.

***Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Ações no Brasil com esforços de colocação no exterior, o que poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.***

A Oferta compreende a distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, para Investidores Estrangeiros, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, obrigamo-nos a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências. Adicionalmente, somos parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação de Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no Contrato de Colocação Internacional ou no *Offering Memorandum*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a essas questões, eles poderão ter direito de regresso contra nós por conta desta cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de exceções às leis de registro de ofertas públicas de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Os esforços de colocação das Ações no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção de investidores estrangeiros por conta de incorreções ou omissões relevantes no *Offering Memorandum*, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores e autoridades regulatórias como a SEC.

Nos casos previstos acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no Brasil e/ou exterior. Esses procedimentos judiciais no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que é oneroso para companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida.

Nossa eventual condenação em um processo no exterior em relação a incorreções ou omissões relevantes no Contrato de Colocação Internacional e no *Offering Memorandum*, se envolver valores elevados, poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos captados por nós na Oferta Primária (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) correspondem a R\$170,2 milhões, considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos a serem auferidos por nós em decorrência da Oferta Primária da seguinte forma: (i) R\$58,1 milhões, ou 34,1%, para financiar o nosso plano de crescimento, incluindo, mas não se limitando a potenciais futuras aquisições; (ii) R\$91,8 milhões, ou 53,9%, no pagamento da aquisição das ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD, adquiridas em 20 de abril de 2011 do FIP Multisetorial; e (iii) R\$20,4 milhões, ou 12,0%, para quitar o empréstimo contraído com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo em 28 de abril de 2011, conforme indicado na tabela abaixo:

<b>Destinação de Recursos</b>	<b>Percentual</b>	<b>Valor Estimado</b> (em milhões de reais)
Plano de crescimento, incluindo potenciais futuras aquisições .....	34,1%	58,1
Aquisição das ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD .....	53,9%	91,8
Quitação de empréstimo contraído com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo .....	12,0%	20,4
<b>Total .....</b>	<b>100,0%</b>	<b>170,2</b>

### Plano de Crescimento

Pretendemos utilizar, conforme descrito na tabela acima, aproximadamente 34,1% dos recursos líquidos captados na Oferta Primária para financiar investimentos relacionados ao nosso plano de crescimento.

Nosso plano de crescimento visa a capturar as oportunidades de desenvolvimento no mercado de forma a aumentar nossos pontos de venda, obter maior exposição nas vitrines de varejistas e, principalmente, atingir, cada vez mais, maior parte da população com os nossos produtos. Para atingir esse objetivo, entendemos que nosso plano de crescimento deve contemplar iniciativas para, dentre outros, (i) continuar a expandir as vendas de nossos produtos dentro dos canais de distribuição existentes, inclusive por meio da revitalização das nossas plataformas de comunicação; (ii) desenvolver novos canais de distribuição; (iii) fortalecer e inovar no desenvolvimento de produtos; e (iv) desenvolver, licenciar ou adquirir novas marcas de relógios. Não existe, na data deste Prospecto, qualquer definição de prioridade entre essas iniciativas.

Embora estejamos constantemente avaliando aquisições de ativos estratégicos, não existe, na data deste Prospecto, nenhum contrato ou documento vinculante celebrado para qualquer tipo de aquisição de novas empresas, ativos ou negócios. As nossas futuras aquisições de empresas, ativos ou negócios dependerão de análises de estudos econômico-financeiros, técnico e jurídico, além das oportunidades de mercado.

Além disso, na data deste Prospecto, não temos, para o exercício corrente ou para o imediatamente seguinte, nenhum plano de (i) ingresso em novos segmentos de produto ou nova atividade que já não seja desenvolvida por nós; ou (ii) aquisição de ativos fora do nosso curso regular de negócios.

Caso a nossa Administração identifique no mercado alguma oportunidade de negócio que possa nos trazer benefícios e os recursos da Oferta Primária não sejam suficientes, avaliaremos a melhor alternativa para a complementação dos recursos necessários, seja por meio da utilização da nossa geração própria de caixa ou capital de terceiros.

### **Aquisição de Ações de Nossa Subsidiária**

Pretendemos utilizar, conforme descrito na tabela acima, aproximadamente 53,9% dos recursos líquidos captados na Oferta Primária para financiar a aquisição das ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD.

O pagamento do preço de aquisição das ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD, de titularidade do FIP Multisetorial, será efetuado em até 120 dias contados a partir da aquisição de tais ações preferenciais. O preço de aquisição das ações, no valor de R\$89,6 milhões, será reajustado entre a data de aquisição e a data de seu efetivo pagamento de acordo com a variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – depósitos interfinanceiros de um dia *over extra-grupo* expressas de forma percentual ao ano, base de 252 dias úteis, calculados e divulgados diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, no informativo diário disponível em sua página na Internet. Para mais informações sobre essa aquisição, ver o item 6.5 do Formulário de Referência.

### **Quitação de Empréstimo Contraído com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo**

Pretendemos utilizar, conforme descrito na tabela acima, aproximadamente 12,0% dos recursos líquidos captados na Oferta Primária para quitar o empréstimo contraído com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor de R\$20,0 milhões, com vencimento em 28 de abril de 2012. O valor do principal do empréstimo está sujeito a taxa de juros equivalente ao CDI acrescido de 2,35% ao ano. Referido empréstimo deverá ser utilizado, principalmente, para: (i) pagamento de dividendos; (ii) pagamento da terceira parcela da dívida com o Sr. Mario Hilario Goettems, descrita no item 6.5. do Formulário de Referência; e (iii) fins corporativos diversos.

### **Eventos Futuros**

Os valores estimados da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária podem ser alterados, uma vez que dependem das oportunidades de investimento que podemos perceber e pelas condições aceitáveis de retornos dos projetos, os quais serão oportunamente avaliados. Caso tais investimentos não sejam concretizados, os recursos serão alocados em aplicações de baixo risco ofertadas por instituições financeiras de primeira linha ou aplicações em títulos públicos. Ver seção “Capitalização”, na página 72 deste Prospecto sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta em nossa situação patrimonial.

### **Oferta Secundária**

Os recursos da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Ações Adicionais e do exercício da Opção de Lote Suplementar, se houver) serão integralmente destinados ao Acionista Vendedor. Não receberemos quaisquer recursos provenientes da alienação das Ações da Oferta Secundária pelo Acionista Vendedor.

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta nossa capitalização total com base nas nossas demonstrações contábeis consolidadas em bases históricas reais em 31 de março de 2011, e conforme ajustado de modo a refletir (i) (a) os quatro aumentos de capital aprovados nas reuniões do nosso Conselho de Administração realizadas em 4 de maio de 2011, 10 de maio de 2011 e 6 de junho de 2011 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2001; e (b) as três distribuições de dividendos, no valor total de R\$16,1 milhões; e (ii) o recebimento de R\$170,2 milhões em recursos líquidos da Oferta Primária (considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta), sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

	Em 31 de março de 2011					
	Efetivo	% do Total	Ajustado <sup>(1)</sup>	% do Total	Ajustado <sup>(2)</sup>	% do Total
	(em milhares de R\$)		(em milhares de R\$)		(em milhares de R\$)	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa .....</b>	<b>9.815</b>	<b>2,9%</b>	<b>-6.385</b>	<b>-1,9%</b>	<b>163.855</b>	<b>32,6%</b>
<b>Passivo Circulante .....</b>	<b>75.271</b>	<b>21,9%</b>	<b>75.271</b>	<b>22,7%</b>	<b>75.271</b>	<b>15,0%</b>
<b>Passivo Não Circulante .....</b>	<b>130.110</b>	<b>37,9%</b>	<b>130.110</b>	<b>39,2%</b>	<b>130.110</b>	<b>25,9%</b>
Capital Social .....	113.310	33,0%	117.744	35,5%	119.550	23,8%
<b>Patrimônio Líquido .....</b>	<b>138.270</b>	<b>40,2%</b>	<b>126.504</b>	<b>38,1%</b>	<b>296.744</b>	<b>59,1%</b>
<b>Capitalização Total<sup>(3)</sup> ...</b>	<b>343.651</b>	<b>100,0%</b>	<b>331.885</b>	<b>100,0%</b>	<b>502.125</b>	<b>100,0%</b>

<sup>(1)</sup> Ajustado para refletir (i) os quatro aumentos de capital aprovados nas reuniões do nosso Conselho de Administração realizadas em 4 de maio de 2011, 10 de maio de 2011 e 6 de junho de 2011 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2001; e (ii) as três distribuições de dividendos, no valor total de R\$16,1 milhões.

<sup>(2)</sup> Ajustado para refletir o recebimento de R\$170,2 milhões em recursos líquidos da Oferta Primária (considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta), sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

<sup>(3)</sup> Capitalização total corresponde à soma do passivo não circulante e do patrimônio líquido.

## DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 31 de março de 2011, o valor do nosso patrimônio líquido era de R\$138,3 milhões e o valor patrimonial por ação ordinária de nossa emissão correspondia, na mesma data, a R\$1,08. Esse valor patrimonial representava, naquela data, o valor contábil total de nosso patrimônio líquido dividido por 128.591.827, número total de ações ordinárias de nossa emissão em 31 de março de 2011. Desde essa data, tivemos quatro aumentos de capital conforme aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 4 de maio de 2011, 10 de maio de 2011 e 6 de junho de 2011 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2011. Adicionalmente, desde 31 de março de 2011, aprovamos três distribuições de dividendos, no valor total de R\$16,2 milhões. Por último, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2011 aprovou o grupamento das nossas ações, na proporção de duas ações existentes para uma nova ação da mesma espécie da Companhia. Na data deste Prospecto, o valor do nosso patrimônio líquido (saldo de 31 de março de 2011 ajustado pelos eventos acima mencionados) era de R\$126,5 milhões e o valor patrimonial por ação ordinária de nossa emissão correspondia, na mesma data, a R\$1,94. Na data deste Prospecto, o valor do nosso capital social é de R\$119.205.541,81, dividido em 65.229.260 ações ordinárias.

Após considerarmos a colocação das Ações da Oferta Primária (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta, nosso patrimônio líquido estimado em 31 de março de 2011, conforme ajustado para considerar os aumentos de capital, distribuição de dividendos e grupamento de ações descritos acima, seria de R\$296,7 milhões, representando um valor de R\$3,90 por ação ordinária de nossa emissão. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação ordinária de nossa emissão de R\$1,96 para os acionistas existentes, e uma diluição imediata no valor do nosso patrimônio líquido por ação ordinária de nossa emissão de 76,4% para novos investidores. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação ordinária de nossa emissão imediatamente após a Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação.

Preço por Ação.....	R\$16,50
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011.....	R\$1,08
Valor patrimonial contábil por ação ajustado <sup>(1)</sup> .....	R\$1,94
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação atribuído aos acionistas existentes.....	R\$1,96
Valor patrimonial contábil ajustado para refletir a Oferta.....	R\$3,90
Diluição do valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores <sup>(2)</sup> .....	R\$12,60
Diluição percentual dos novos investidores <sup>(3)</sup> .....	76,4%

<sup>(1)</sup> Valor patrimonial contábil em 31 de março de 2011 ajustado para refletir: (i) os aumentos de capital aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 4 de maio de 2011, 10 de maio de 2011 e 6 de junho de 2011 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2011; (ii) as distribuições de dividendos no valor total de R\$16,1 milhões; e (iii) o grupamento de ações na proporção de duas ações existentes para uma nova ação da mesma espécie da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 31 de maio de 2011.

<sup>(2)</sup> Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

<sup>(3)</sup> O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido através da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

No âmbito da Oferta, nossos atuais acionistas que optarem por não subscrever o montante proporcional de Ações necessário à manutenção da respectiva participação do nosso capital social sofrerão uma diluição acionária imediata, passando de, aproximadamente, 100% de participação no nosso capital total para 85,6% de participação. Para informações adicionais sobre a Oferta ver a seção "Informações Sobre a Oferta" a partir da página 47 deste Prospecto.

## Histórico do Preço de Emissão das Ações

A tabela a seguir apresenta as informações sobre aumentos do nosso capital social, por meio de emissão de ações, realizados nos últimos cinco anos, os quais foram subscritos pelos preços abaixo indicados, sendo que as únicas concessões de opção de subscrição de nossas ações foram aquelas concedidas no Plano de Opções, descrito em tópico específico nesta seção. Todas as integralizações foram efetuadas à vista, em moeda corrente nacional, exceto pelas 3.776.873 ações subscritas pelo Sr. Joaquim Pedro Andrés Ribeiro em 26 de dezembro de 2008, das quais 2.969.656 já foram integralizadas e 807.217 serão integralizadas até 8 de maio de 2018. Para maiores informações sobre as ações a integralizar do capital social da Companhia, veja o item 17.5 do Formulário de Referência.

Data <sup>(1)</sup>	Valor da Emissão (R\$)	Quantidade de Ações	Valor por Ação (R\$)	Modalidade
08/05/2008 .....	123.000.000,00	123.000.000	1,00	Subscrição Particular
26/12/2008 <sup>(2)</sup> .....	500.000,00 <sup>(3)</sup>	3.776.873 <sup>(4)</sup>	1,00 <sup>(2)</sup>	Subscrição Particular
<b>Total em 2008 .....</b>	<b>123.500.000,00</b>	<b>126.776.873</b>	–	–
13/02/2009 .....	500.000,00	589.530	0,85	Subscrição Particular
01/07/2009 .....	5.019,55	4.373	1,15	Subscrição Particular
15/12/2009 .....	458.097,68	423.626	1,08	Subscrição Particular
<b>Total em 2009 .....</b>	<b>963.117,23</b>	<b>1.017.528</b>	–	–
01/04/2010 .....	838.591,13	796.925	1,05	Subscrição Particular
<b>Total em 2010 .....</b>	<b>1.694.943,32</b>	<b>1.508.485</b>	–	–
04/05/2011 .....	856.352,19	711.560	1,20	Subscrição Particular
10/05/2011 .....	548.907,86	493.204	1,11	Subscrição Particular
31/05/2011 .....	2.890.000,00	267.936 <sup>(5)</sup>	10,78	Subscrição Particular
06/06/2011 .....	138.554,30	63.029	2,92	Subscrição Particular
<b>Total em 2011 .....</b>	<b>4.433.814,35</b>	<b>933.347<sup>(6)</sup></b>	–	–

<sup>(1)</sup> A tabela apresenta todos os aumentos de capital da Companhia subsequentes a sua constituição, ocorrida conforme da Assembleia Geral de Constituição ocorrida em 21 de novembro de 2007.

<sup>(2)</sup> A Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de dezembro de 2008 aprovou a emissão de 3.776.873 ações, ao preço por ação de R\$1,00, corrigido desde 8 de maio de 2018 e até cada data de integralização, pela variação do IPCA e acréscido de juros de 7% ao ano, calculado *pro rata temporis*, sendo admitido deságio para a parcela a ser integralizada a vista.

<sup>(3)</sup> O montante de R\$500.000,00 foi integralizado à vista, representando a integralização de 1.091.545 ações ordinárias, pelo preço unitário de R\$0,45806632, com deságio no valor de R\$0,62371368 por ação com relação ao preço de emissão de R\$1,08178, fixado nos termos do Artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

<sup>(4)</sup> Total subscrito, mas não totalmente integralizado no ato da subscrição. Na data deste Prospecto, existem 807.217 ações não integralizadas.

<sup>(5)</sup> A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2011 aprovou o grupamento de ações da Companhia, na proporção de duas ações para uma nova ação da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

<sup>(6)</sup> Considerando o efeito do grupamento mencionado na nota de rodapé (5) acima, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 31 de maio de 2011, nas ações emitidas em 10 de maio de 2011.

## Plano de Opções

Em 26 de dezembro de 2008, os nossos acionistas, reunidos em assembleia geral extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais nosso plano de opção de compra de ações (“Plano”), conforme aditado posteriormente na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2011.

O Plano possui os seguintes parâmetros principais:

- (i) objetivo: obter um maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos acionistas;
- (ii) beneficiários: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas;
- (iii) quantidade de ações incluídas no Plano: opção de compra sobre 5.462.444 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011;



- (iv) administração do Plano: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações ("Programas"), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e
- (v) extinção: na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização envolvendo a nossa Companhia e não sendo ela a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Plano ou a permanência do Plano na sociedade sucessora.

Posteriormente à implementação de cada Programa, o Conselho de Administração deverá determinar a celebração, entre nós e os beneficiários do Plano, de um contrato de outorga de opção de compra de ações, formalizando a outorga e definido quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano ou o respectivo Programa.

Desde a aprovação do Plano, já aprovamos sete Programas, conforme segue:

- (i) Primeiro Programa: em 26 de dezembro de 2008, foi deliberada a emissão de 4.426.239 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao primeiro Programa do Plano. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 2.213.119 novas ações.
- (ii) Segundo Programa: em 13 de fevereiro de 2009, foi deliberada a emissão de 1.364.497 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao segundo Programa do Plano. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 682.248 novas ações.
- (iii) Terceiro Programa: em 29 de abril de 2011, foi deliberada a emissão de 200.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao terceiro Programa do Plano. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 100.000 novas ações.
- (iv) Quarto Programa: em 29 de abril de 2011, foi deliberada a emissão de 600.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao quarto Programa do Plano. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 300.000 novas ações.
- (v) Quinto Programa: em 1º de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 100.000 novas ações ordinárias sem valor nominal referentes ao quinto Programa do Plano.
- (vi) Sexto Programa: em 1º de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 300.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao sexto Programa do Plano.
- (vii) Sétimo Programa: em 1º de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 100.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao sétimo Programa do Plano.

O primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto Programas têm preço de aquisição das ações equivalente a R\$1,00 por ação, devidamente corrigido, desde 8 de maio de 2008 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

O quinto, o sexto e o sétimo Programas têm preço de R\$4,52 por ação, devidamente corrigido, desde 24 de novembro de 2010 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

A tabela abaixo apresenta o preço pago pelos beneficiários do Plano, por conta de subscrição de ações em aumentos de nosso capital social, em caso de exercício de opções de compra de ações concedidos pelos Programas deliberados nos últimos cinco anos, bem como o preço pago pelas Ações no âmbito da Oferta.

<b>Programa</b>	<b>Data de Outorga</b>	<b>Prazo Máximo para Subscrição</b>	<b>Valor por Ação</b> (R\$)	<b>Número de Beneficiários</b>	<b>Quantidade de Ações</b>	<b>Valor Total Subscrito e Integralizado</b> (R\$)
Primeiro Programa.....	26/12/2008	08/05/2015	1,00	1	2.213.119 <sup>(1)</sup>	1.416.399,59
Segundo Programa.....	13/02/2009	08/05/2015	1,00	1	682.248 <sup>(1)</sup>	1.006.470,68
Terceiro Programa.....	29/04/2011	08/05/2015	1,00	1	100.000 <sup>(1)</sup>	–
Quarto Programa.....	29/04/2011	08/05/2015	1,00	3	300.000 <sup>(1)</sup>	422.652,44
Quinto Programa.....	01/06/2011	08/05/2015	4,52	1	100.000	–
Sexto Programa.....	01/06/2011	08/05/2015	4,52	3	300.000 <sup>(2)</sup>	–
Sétimo Programa.....	01/06/2011	08/05/2015	4,52	1	100.000	–
<b>Total.....</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>3.795.367</b>	<b>2.845.522,71</b>
Oferta.....	–	–	16,50	–	10.945.946	202.500.001,00

<sup>(1)</sup> Considerando o efeito do grupamento de duas ações para uma nova ação da nossa Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2011.

<sup>(2)</sup> 300.000 ações ao todo estão inseridas no Sexto Programa, sendo que cada beneficiário terá o direito de subscrever até 100.000 ações.

A tabela abaixo, por sua vez, ilustra os efeitos do nosso Plano sobre o nosso patrimônio líquido contábil, em caso de outorga e exercício da totalidade de opções de compra de ações no âmbito do nosso Plano na data deste Prospecto, ao preço unitário de exercício de R\$ 1,70.

	<b>Antes da Oferta<sup>(1)</sup></b>	<b>Após a Oferta<sup>(2)</sup></b>
Quantidade total de Ações na data deste Prospecto.....	65.229.260	76.175.206
Valor patrimonial contábil por Ação <sup>(3)</sup> .....	1,94	4,16
Quantidade total de Ações emitidas no âmbito do Plano e ainda não subscritas e integralizadas <sup>(4)</sup> .....	2.517.494	2.517.494
Preço unitário do exercício.....	1,70	1,70
Preço total do exercício.....	4.227.494	4.277.494
Valor patrimonial contábil por Ação após o exercício da totalidade das opções de compra de ações para nossos atuais acionistas.....	1,93	4,08
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação após o exercício da totalidade das opções de compra de ações para nossos atuais acionistas.....	-0,01	-0,08
Percentual de diluição por Ação para nossos atuais acionistas <sup>(5)</sup> .....	-0,5%	-4,6%
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação após o exercício da totalidade das opções de compra de ações para os nossos novos acionistas que subscreverem ou adquirirem, conforme o caso, Ações no âmbito da Oferta.....	–	12,34
Percentual de diluição por Ação para novos acionistas que subscreverem ou adquirirem, conforme o caso, Ações no âmbito da Oferta <sup>(6)</sup> .....	–	66,7%

<sup>(1)</sup> Ajustado para refletir o grupamento de ações, na proporção de duas ações para uma nova ação da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social, conforme aprovado pela nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2011.

<sup>(2)</sup> Sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais.

<sup>(3)</sup> Valor patrimonial contábil em 31 de março de 2011 ajustado para refletir os aumentos de capital aprovados nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 4 de maio de 2011, 10 de maio de 2011, 31 de maio de 2011 e 6 de junho de 2011, bem como o grupamento de ações na proporção de duas ações existentes para uma nova ação da mesma espécie da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 31 de maio de 2011.

<sup>(4)</sup> Totaliza 2.517.994 ações concedidas no âmbito do Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto, Quinto, Sexto e Sétimo Programas e ainda não subscritas e integralizadas. Não inclui 1.667.076 ações aprovadas no Plano de Opções e ainda não concedidas para nenhum beneficiário.

<sup>(5)</sup> Correspondente à divisão (i) da diluição do valor patrimonial contábil por Ação após o exercício da totalidade das opções de compra de ações para nossos atuais acionistas (ii) pelo Valor patrimonial contábil por Ação.

<sup>(6)</sup> Correspondente à divisão (i) da diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária de nossa emissão após o exercício da totalidade das opções de compra de ações para os nossos novos acionistas que subscreverem ou adquirirem, conforme o caso, Ações no âmbito da Oferta (ii) pelo Preço por Ação.

Para informações adicionais sobre o nosso Plano de Opção de Compra de Ações, veja o item “13. Remuneração dos Administradores” do Formulário de Referência.

## **ANEXOS**

---

- Estatuto Social Consolidado da Companhia
- Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 4 de maio de 2011, que aprova a Oferta Primária
- Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de junho de 2011, que aprova o aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta e fixa o Preço por Ação
- Ata de Reunião do Comitê de Investimentos do GMT Fundo de Investimento em Participações que aprova a Oferta Secundária
- Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 da Companhia
- Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400 do Acionista Vendedor
- Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Estatuto Social Consolidado da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**TECHNOS S.A.**  
**ESTATUTO SOCIAL**  
**CAPÍTULO I**

**Denominação, Sede, Objeto e Duração**

**Artigo 1º.** A Companhia é uma sociedade de capital autorizado, denominada TECHNOS S.A..

§1º Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

§2º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Hélios Seelinger, nº 155, parte, CEP 22640-040, Barra da Tijuca.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“*holding*”).

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II**  
**Capital Social e Ações**

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 119.205.541,81 (cento e dezenove milhões, duzentos e cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos), totalmente subscrito, dividido em 65.229.260 (sessenta e cinco milhões, duzentas e vinte e nove mil, duzentas e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo que 64.422.043 (sessenta e quatro milhões, quatrocentas e vinte e duas mil e quarenta e três) ações ordinárias encontram-se totalmente integralizadas.

§1º A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

§2º Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

§3º O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

**Artigo 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 (cem milhões) ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

**Artigo 7º.** A subscrição e a integralização de ações de emissão da Companhia obedecerão aos critérios estabelecidos neste Artigo:

- a) até o limite do capital autorizado, a emissão, a quantidade, o preço e o prazo de integralização de ações a serem emitidas pela Companhia serão estabelecidos pelo Conselho de Administração;

- b) a deliberação de aumento de capital para integralização em bens, que não sejam créditos em moeda corrente detidos contra a Companhia, será privativa da Assembleia Geral; e
- c) na emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas ou reduzir o prazo de seu exercício.

**Artigo 8º.** A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, direto ou indireto.

**Artigo 9º.** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

### **CAPÍTULO III**

#### **Assembleias Gerais**

**Artigo 10.** A Assembleia Geral será realizada ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

§ 1º Os documentos pertinentes a matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior.

§ 2º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente e de indicação deste, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar. O Presidente da Mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

§ 3º Caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto, a condução dos trabalhos relacionados à eleição de membros do Conselho de Administração, inclusive qualquer decisão relativa ao número de votos de cada acionista.

**Artigo 11.** Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, de que constarão seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

§ 1º A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.

§ 2º Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após a sua instalação poderão participar da assembleia, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

**Artigo 12.** Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:

- a) Até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral: (i) todos os acionistas deverão enviar à Companhia declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, 3 (três) dias antes da Assembleia Geral; e (ii) os acionistas representados por procuradores deverão enviar à Companhia a respectiva procuração;



- b) Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item (a) acima: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos;
- c) Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no item (a), dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral;
- d) A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe forem feitas, vedada, contudo, a participação, na assembleia, de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante; e
- e) Verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral (i) não estavam corretamente representados; ou (ii) não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à Companhia notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.

**Artigo 13.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei, neste Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 14.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

**Artigo 15.** A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos diretores e, se instalado, do Conselho Fiscal, especificando a parcela de tal montante a ser atribuída a cada órgão.

§ 1º Observado o montante estabelecido pela Assembleia Geral, na forma do *caput* deste Artigo e as competências do Comitê de Remuneração previstas no Artigo 42 deste Estatuto, o Conselho de Administração fixará a remuneração a ser atribuída ao Diretor Presidente e, por recomendação deste, aos demais membros da Diretoria.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e os diretores poderão ter participação nos lucros na forma da lei.

## **CAPÍTULO IV**

### **Administração – Normas Gerais**

**Artigo 16.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

§ 1º A investidura dos administradores, que independerá de caução, dar-se-á pela assinatura de termo de posse no livro próprio, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, observado que tais administradores permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos, na hipótese de substituição daqueles.

§ 2º A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 3º Além da exigência do § 2º acima, os administradores da Companhia também deverão aderir ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do termo respectivo.

## CAPÍTULO V

### Conselho de Administração

#### Seção I – Composição

**Artigo 17.** O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos e correspondente número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 2º O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias que forem julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.

§ 3º Somente podem ser eleitas para integrar o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares e ilibada reputação, não ocupem cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas, e não tenham, nem representem, interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas, presumindo-se ter interesse conflitante com o da Companhia a pessoa que, cumulativamente: (i) tenha sido eleita por acionista que também tenha eleito conselheiro de administração em sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu.

§ 4º Respeitado o disposto no *caput* deste Artigo, o número de membros que integrarão o Conselho de Administração em cada gestão deverá ser fixado em cada Assembleia Geral, cuja ordem do dia seja a eleição dos membros do Conselho de Administração, devendo tal matéria ser encaminhada pelo Presidente da Mesa.

**Artigo 18.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento no Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante a faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no *caput* deste Artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 19.** Os membros do Conselho de Administração que deixem de preencher, por fato superveniente ou desconhecido à época de sua eleição, os requisitos estabelecidos no Artigo 17 acima, devem ser imediatamente substituídos.

Parágrafo Único. A mesma providência prevista no *caput* deste Artigo deverá ser adotada caso algum dos Conselheiros Independentes deixe de atender os requisitos de independência previstos no Artigo 18 e, por força disto, deixe de ser observado o percentual de 20% (vinte por cento) estabelecido no mesmo Artigo.

## Seção II – Eleição

**Artigo 20.** Ressalvado o disposto no Artigo 21, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

§ 1º Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (a) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (b) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

§ 2º O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, disponibilizar, na sede da Companhia, declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, contendo: (a) sua qualificação completa; (b) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e (c) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no Artigo 147, Parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

§ 3º Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, 5 (cinco) dias em relação à data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo anterior, cabendo ao Conselho de Administração providenciar a divulgação imediata, por meio de aviso inserido na página da Companhia na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, da informação de que os documentos referentes às demais chapas apresentadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

§ 4º Os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou por acionistas deverão ser identificados, em sendo o caso, como candidatos a Conselheiros Independentes, observado o disposto no Artigo 18 acima.

§ 5º A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

§ 6º Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

**Artigo 21.** Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

§ 1º A Companhia, imediatamente após o recebimento do pedido, deverá divulgar, por meio de aviso inserido em sua página na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, a informação de que a eleição se dará pelo processo de voto múltiplo.

§ 2º Instalada a Assembleia Geral, a mesa promoverá, à vista das assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e do número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de votos atribuídos a cada ação e o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

§ 3º Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 20, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes candidatos, com o conteúdo referido no Parágrafo 2º do Artigo 20 deste Estatuto.

§ 4º Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos em um único candidato ou distribuí-los entre vários, sendo declarados eleitos aqueles que receberem maior quantidade de votos.

§ 5º Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

§ 6º Sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição.

§ 7º Caso a Companhia venha a estar sob controle de acionista ou grupo controlador, conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, acionistas representando 15% (quinze por cento) do capital social poderão requerer, na forma prevista no Parágrafo 4º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, que a eleição de um dos membros do Conselho de Administração seja feita em separado, não sendo aplicável a tal eleição as regras previstas no Artigo 20 acima.

**Artigo 22.** Caso seja eleito conselheiro residente e domiciliado no exterior, sua posse fica condicionada à constituição de procurador, residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação em ação que venha a ser proposta contra ele, com base na legislação societária. O prazo de validade da procuração será de, pelo menos, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do respectivo conselheiro.

**Artigo 23.** O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos.

#### Seção III – Reuniões e Substituições

**Artigo 24.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por quaisquer 2 (dois) conselheiros.

§ 1º A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á por escrito, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, e deverá conter, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia.

§ 2º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

§ 3º Em caso de urgência, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar reunião do Conselho de Administração com prazo menor de antecedência que aquele previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, sendo certo que neste caso a reunião somente se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros eleitos.

§ 4º Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os conselheiros serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.

§ 5º Nenhuma deliberação poderá ser discutida ou aprovada pelo Conselho de Administração com respeito a qualquer matéria não incluída na correspondente ordem do dia, exceto se diversamente acordado pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração.

**Artigo 25.** Salvo o disposto no § 3º do Artigo 24, a reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria dos conselheiros, sendo um deles o Presidente ou Vice-Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração ou na sua ausência, ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, além de seu voto, o de desempate.

Parágrafo Único. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente ou por outro membro do Conselho por ele indicado.

**Artigo 26.** Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei.

**Artigo 27.** Ressalvado o disposto no Parágrafo 6º do Artigo 21, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito novo conselheiro para completar o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

#### Seção IV – Competência

**Artigo 28.** Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades sob seu controle;
- b) eleger e destituir os diretores da Companhia, designando entre eles o Diretor Presidente e o Diretor de Relação com Investidores, e fixar-lhes as atribuições;
- c) fiscalizar a gestão dos diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia ou pelas sociedades sob seu controle;
- d) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;
- e) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Diretor Presidente e, por recomendação deste, dos demais membros da Diretoria;
- f) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e, sempre que julgar necessário, das sociedades sob seu controle, considerada a proposta do Comitê de Remuneração;
- g) outorgar opções de compra de ações nos termos do Artigo 8º deste Estatuto, bem como deliberar acerca de outras formas de remuneração variável dos administradores da Companhia ou das sociedades sob seu controle envolvendo ações de emissão da Companhia;
- h) convocar as Assembleias Gerais;
- i) apresentar à Assembleia Geral chapa para eleição dos membros do Conselho de Administração na forma do Artigo 20 deste Estatuto;
- j) propor à Assembleia Geral a destinação do saldo do lucro líquido ajustado do exercício a que se refere o item (ii) da alínea "b" do Artigo 56 deste Estatuto;

- k) aprovar o levantamento de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, a distribuição de dividendos com base em tais demonstrações financeiras ou intermediários, bem como o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
- l) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;
- m) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou dissolução da Companhia, bem como acerca de reforma deste Estatuto;
- n) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- o) aprovar a emissão para subscrição pública, de notas promissórias comerciais pela Companhia ou por sociedades sob seu controle;
- p) aprovar a prática dos seguintes atos, pela Companhia ou por suas controladas, sempre que o valor da operação exceder 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia com base em suas demonstrações financeiras auditadas mais recentes: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens; (ii) outorga de garantias; (iii) endividamento ou renúncia a direitos; (iv) investimento ou projeto de investimento; e (v) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indireta, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação;
- q) aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas;
- r) escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria;
- s) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;
- t) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
- u) deliberar sobre outras matérias não reguladas neste Estatuto, resolvendo os casos omissos.

**Artigo 29.** Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar a Assembleia Geral, sempre que deliberado pelo Conselho de Administração ou, excepcionalmente, por iniciativa própria, caso em que deverá comunicar a convocação, em seguida, aos demais conselheiros;
- b) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- c) comunicar as datas das reuniões ordinárias e supervisionar os serviços administrativos do órgão; e
- d) transmitir as deliberações do Conselho à Diretoria e orientá-la em seu cumprimento.

**Artigo 30.** Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos ocasionais e, em caso de vacância do cargo, ocupá-lo até a data de eleição do novo titular.

## CAPÍTULO VI

### Diretoria

**Artigo 31.** A Diretoria será composta de 4 (quatro) a 8 (oito) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, sem designação específica, com exceção do Diretor Presidente e do Diretor de Relação com Investidores. As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate.

**Artigo 32.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o *quorum* de instalação de metade dos membros eleitos.

**Artigo 33.** Competirá à Diretoria a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os atos que se destinem a produzir efeitos perante terceiros serão assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por três diretores em conjunto.

§ 2º A Companhia poderá, pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por três de seus diretores em conjunto, constituir mandatários, especificando na procuração a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula *ad judícia*, cuja validade poderá ser por prazo indeterminado.

§ 3º A Diretoria poderá, excepcionalmente, autorizar a representação da Companhia por um único diretor ou um procurador constituído especialmente, discriminando, na ata da reunião, a finalidade e limite dos poderes outorgados.

**Artigo 34.** Compete ao Diretor Presidente:

- a) dirigir, orientar e coordenar as atividades da Companhia;
- b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e
- c) representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente.

**Artigo 35.** Compete ao diretor que exercer a função de Diretor de Relações com Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 36.** Os diretores sem designação específica desempenharão os misteres que lhes forem cometidos pelo Conselho de Administração.

**Artigo 37.** Os diretores substituir-se-ão reciprocamente, observado o seguinte:

- a) em caso de ausência e impedimento ocasional do Diretor Presidente, por período de até 60 (sessenta) dias, caberá ao Presidente do Conselho de Administração indicar seu substituto entre os membros da Diretoria, devendo o diretor substituto exercer temporariamente as funções de Diretor Presidente até o retorno deste ou a próxima reunião do Conselho de Administração, o que ocorrer primeiro; e
- b) em caso de vaga de diretor poderá ser ele substituído, até a próxima reunião do Conselho de Administração, por outro diretor apontado pelo Diretor Presidente.

## CAPÍTULO VII

### Órgãos Auxiliares da Administração

**Artigo 38.** O Conselho de Administração da Companhia poderá criar um Comitê de Auditoria e um Comitê de Remuneração, assim como outros comitês para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos restritos e específicos e com prazo de duração, designando os seus respectivos membros.

Parágrafo Único. Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e dos demais comitês adicionais que venham a ser criados pelo Conselho de Administração para o assessoramento da administração da Companhia, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

#### Seção I – Comitê de Auditoria

**Artigo 39.** Observado o disposto nos Artigos 41 e 43, o Comitê de Auditoria, se criado, será formado por 3 (três) membros, dos quais, no mínimo, 2 (dois) serão membros externos e independentes (“Membros Externos”).

§ 1º Os membros do Comitê de Auditoria devem ser eleitos pelo Conselho de Administração.

§ 2º Os Membros Externos do Comitê de Auditoria deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) não integrar o Conselho de Administração da Companhia ou de suas controladas;
- b) preencher os requisitos aplicáveis aos Conselheiros Independentes, conforme estabelecido no Artigo 18 deste Estatuto e Regulamento do Novo Mercado; e
- c) possuir conhecimento ou experiência em auditoria, controles, contabilidade, tributação, ou das normas aplicáveis às companhias abertas, no que se refere à adequada elaboração de suas demonstrações financeiras.

**Artigo 40.** Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 1 (um) ano, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos.

§ 1º No curso de seus mandatos, os membros do Comitê de Auditoria somente poderão ser substituídos nas seguintes hipóteses:

- a) morte ou renúncia;
- b) ausência injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) reuniões alternadas por ano; ou
- c) decisão fundamentada do Conselho de Administração.

§ 2º Nos casos de vacância de cargos de membro do Comitê de Auditoria, competirá ao Conselho de Administração eleger a pessoa que deverá completar o mandato do membro substituído.

§ 3º Ao Comitê de Auditoria competirá:

- a) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes bem como sua substituição;
- b) analisar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- c) analisar as informações trimestrais e as demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;



- d) avaliar a efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia e de suas controladas, inclusive tendo em vista as disposições constantes do *Sarbanes-Oxley Act*, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- e) opinar, a pedido do Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; e
- f) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

§ 4º O Comitê de Auditoria deverá aprovar, por maioria de votos de seus membros, proposta de Regimento Interno regulamentando as questões relativas a seu funcionamento, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

**Artigo 41.** Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 43 abaixo, o Conselho Fiscal exercerá todas as competências que são atribuídas ao Comitê de Auditoria por este Estatuto, e observando-se, em relação aos seus membros, todos os requisitos e impedimentos previstos na legislação.

Parágrafo único. O Comitê de Auditoria não funcionará no exercício social em que o Conselho Fiscal tiver sido instalado.

#### Seção II – Comitê de Remuneração

**Artigo 42.** O Comitê de Remuneração deverá ser formado por 3 (três) membros do Conselho de Administração, dos quais, no mínimo, 1 (um) deverá ser Conselheiro Independente.

Parágrafo Único. Ao Comitê de Remuneração competirá:

- a) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, e revisar periodicamente, os parâmetros e diretrizes e a consequente política de remuneração e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e de suas controladas, aos membros dos comitês e demais órgãos de assessoramento do Conselho;
- b) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, a remuneração global dos administradores da Companhia, a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas;
- c) diligenciar para que a Companhia se prepare adequadamente e com a necessária antecedência para a sucessão de seus executivos, particularmente do Diretor Presidente e dos principais executivos; e
- d) diligenciar e acompanhar as ações tomadas para garantir a adoção, pela Companhia, de um modelo de competências e liderança, atração, retenção e motivação de profissionais, alinhado com seus planos estratégicos.

## CAPÍTULO VIII

### Conselho Fiscal

**Artigo 43.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros e igual número de suplentes com as atribuições, competência e remuneração previstos em lei, com mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição, e funcionará em caráter não permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, nas hipóteses legais.

§ 1º A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 2º Além do requisito previsto no § 1º acima, uma vez instalado o Conselho Fiscal, a posse de seus membros também está condicionada à adesão ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura de termo específico.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

§ 4º Serão aplicáveis aos seus membros as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto Social e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

## CAPÍTULO IX

### Ofertas Públicas

#### Seção I – Alienação de Controle

**Artigo 44.** A Alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, neste Estatuto e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.

§ 1º A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier (em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever (em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

§ 2º Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle da Companhia poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

§ 3º O adquirente do controle fica obrigado a, após a liquidação financeira da OPA a que se refere o *caput*, tomar as medidas cabíveis para recompor nos 6 (seis) meses subsequentes o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação.

**Artigo 45.** A OPA de que trata o artigo 44 acima será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

## Seção II – Aquisição de Participação Relevante

**Artigo 46.** Qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em Atuação Conjunta com outra pessoa (“Adquirente de Participação Relevante”), venha a adquirir ou se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de emissão da Companhia representativas de 33% (trinta e três por cento) ou mais do seu capital social (“Participação Relevante”), estará obrigado a efetivar uma oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas pelo maior valor entre (i) o maior preço por ação pago pelo Adquirente de Participação Relevante nos 6 (seis) meses anteriores, atualizado pela Taxa SELIC até a data do lançamento da oferta; ou (ii) o preço médio de negociação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderado pelo volume, nos 6 (seis) meses anteriores à data em que for tornado público o implemento da condição que gerar a obrigação de realizar a oferta, atualizado pela Taxa SELIC entre a data de tal divulgação e a do lançamento da oferta.

§1º Para efeito do cálculo da Participação Relevante, deverão ser consideradas as ações objeto de contratos de opção e de contratos derivativos com liquidação física.

§2º Para fins do cálculo do limite de 33% (trinta e três por cento) previsto no *caput* deste Artigo, excluem-se as ações em tesouraria detidas pela Companhia.

§3º Será lícito ao Adquirente de Participação Relevante deixar de formular a OPA de que trata este Artigo desde que, cumulativa e tempestivamente:

- (a) comunique à Companhia sua intenção de utilizar a faculdade prevista neste Parágrafo em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e
- (b) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a Participação Relevante, em até 30 (trinta) dias úteis contados da data da notificação de que trata o item (a) deste Parágrafo.

§4º O Adquirente de Participação Relevante que, após realizar a OPA, não atinja a participação de 50% (cinquenta por cento) mais uma ação da Companhia, deverá formular nova OPA, na forma deste Artigo, se e quando tal participação for atingida.

§5º A obrigação de realizar as ofertas de que tratam o *caput* e o § 4º deste Artigo não incidirá caso incida a obrigação de realizar a oferta de que trata o Artigo 44.

## Seção III – Obrigação de Ressarcir

**Artigo 47.** Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a OPA referida nos Artigos 44 e 45 acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da OPA e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBovespa operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

#### Seção IV– Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

**Artigo 48.** Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral aprovem o cancelamento do registro de companhia aberta, a Companhia ou os acionistas ou Grupo de Acionistas que detiverem o Poder de Controle da Companhia deverão efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos 1º a 3º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º O laudo de avaliação referido no *caput* deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo.

§ 2º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 3º Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

**Artigo 49.** Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos 1º a 3º do Artigo 48 acima, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Artigo 50.** Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, ou, ainda, na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta, a saída estará condicionada à realização de OPA nas mesmas condições previstas no Artigo 49 acima.

§1º A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da OPA, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

**Artigo 51.** A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de OPA, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que tratam os Parágrafos 1º a 3º do Artigo 48 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º O Acionista Controlador deverá efetivar a OPA prevista no *caput* desse Artigo.

§ 2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e ocorrendo a saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado por deliberação em Assembléia Geral, a OPA deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o descumprimento.

§ 3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer por ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar uma Assembleia Geral cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes no Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§ 4º Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**Artigo 52.** É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

## CAPÍTULO X

### Obrigação de Informar

**Artigo 53.** Toda e qualquer pessoa natural, pessoa jurídica, entidade ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, seja através de negociações públicas ou privadas correspondente a 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, deve prestar à Companhia, além das informações requeridas nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, informação sobre o preço médio e máximo pago por ação na aquisição de tal participação.

§ 1º Para efeito do cálculo da participação referida no *caput*, deverão ser consideradas as ações objeto de contratos de opção e de contratos derivativos com liquidação física ou financeira.

§ 2º A mesma obrigação deverá ser observada sempre que forem atingidas participações adicionais de 5% (cinco por cento) do capital social.

## CAPÍTULO XI

### Do Juízo Arbitral

**Artigo 54.** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

## CAPÍTULO XII

### Exercício Social

**Artigo 55.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 56.** Levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras do exercício e após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, o lucro líquido ajustado terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) após a constituição da reserva legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e/ou sua respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem:
  - (i) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar), compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados; e
  - (ii) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observada a proposta do Conselho de Administração.

§ 1º A Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 2º Prescrevem em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas.

**Artigo 57.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal, que funcionará durante o seu processamento.

**Artigo 58.** As atas de Assembleias Gerais, assim como as de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, serão emitidas mecanicamente, em folhas soltas e assinadas pelos presentes, para posterior encadernação. Quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial e publicadas.

**Artigo 59** As disposições contidas (i) nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º; (ii) no Parágrafo 2º do Artigo 16; (iii) no caput e no Parágrafo 1º do Artigo 17; (iv) no Artigo 18; (v) nas alíneas “s” e “t” do Artigo 28; (vi) nos Parágrafos 1º e 4º do Artigo 43; (vii) no Capítulo IX; e (viii) no Artigo 54 deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data de publicação do Anúncio de Início de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia referente à primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia.

## CAPÍTULO XIII

### Definições

**Artigo 60.** Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo terão os seguintes significados:

“Acionista Controlador” significa o acionista ou Grupo de Acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia;

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia;

“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular (es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria;

“Adquirente de Participação Relevante” tem o significado atribuído no Artigo 46 deste Estatuto;

“Alienação de Controle” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

“Atuação Conjunta” significa a atuação por pessoas, inclusive Grupo de Acionistas, que cooperam no sentido de adquirir Participação Relevante, nos moldes do Artigo 46 deste Estatuto;

“BM&FBOVESPA” significa BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros;

“Companhia” significa Technos S.A.;

“Conselheiros Independentes” tem o significado atribuído no Artigo 18 deste Estatuto e no Regulamento do Novo Mercado;

“Contrato de Participação no Novo Mercado” significa o contrato celebrado entre, de um lado, a BMF&BOVESPA e, de outro lado, a Companhia, os administradores e o Acionista Controlador, se houver, contendo obrigações relativas à listagem da Companhia no Novo Mercado;

“CVM” significa Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

“Estatuto Social” significa o Estatuto Social da Companhia;

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de Controle; ou (iii) sob Controle Comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (b) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, consórcios, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (y) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (z) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário;

“Lei das Sociedades por Ações” significa a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores;

“Membros Externos” tem o significado atribuído no caput do Artigo 39 deste Estatuto;

“Participação Relevante” tem o significado atribuído no Artigo 46 deste Estatuto;

“Política de Divulgação e Negociação” significa a política que consolida as regras de divulgação de informações relevantes da Companhia ao público investidor e o uso de tais informações pela própria Companhia;

“Poder de Controle” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante;

“OPA” significa uma oferta pública para aquisição de ações;

“Presidente” significa o presidente do Conselho de Administração;

“Regulamento de Arbitragem” significa o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado;

“Regulamento do Novo Mercado” significa o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA;

“Regulamento de Sanções” significa o Regulamento de Aplicação de Sanções pecuniárias do Novo Mercado, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina a aplicação de sanções nos casos de descumprimento total ou parcial das obrigações decorrentes do Regulamento do Novo Mercado;

“Taxa SELIC” significa a taxa apurada no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil;

“Termo de Anuência dos Administradores” significa o termo pelo qual os novos administradores da Companhia se responsabilizam pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento do Novo Mercado e com o Regulamento de Arbitragem;

“Termo de Anuência dos Controladores” significa o termo pelo qual os novos Acionistas Controladores ou o(s) acionista(s) que vier (em) a ingressar no grupo de controle da Companhia se responsabiliza(m) pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento do Novo Mercado e com o Regulamento de Arbitragem;

“Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal” significa o termo pelo qual os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, se responsabilizam pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Regulamento de Arbitragem;

“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM; e

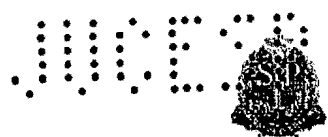
“Vice-Presidente” significa o vice-presidente do Conselho de Administração.



---

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 4 de maio de 2011, que aprova a Oferta Primária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



GMT PARTICIPAÇÕES S.A.



CNPJ/MF nº 09.295.063/0001-97  
NIRE 35.300.350.791

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2011**

1. **DATA, LOCAL E HORA:** Aos quatro dias de maio de 2011, às 12:00 horas, na sede social da GMT Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri 255, 6º andar, CEP 01448-000.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presenças.

**MESA:** Presidida pelo Sr. Marcelo Pereira Lopes de Medeiros e secretariada pelo Sr. Thiago Frias Picolo Peres.

3. **ORDEM DO DIA:** (i) alteração da denominação social da Companhia; (ii) alteração do endereço da sede social da Companhia; (iii) aprovação do limite de capital autorizado para futuros aumentos de capital social da Companhia; (iv) reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão das deliberações a serem tomadas em relação aos itens (i) (ii) e (iii), e em adequação às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA" e "Regulamento do Novo Mercado", respectivamente); (v) adesão, pela Companhia, ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (vi) aprovação da abertura de capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários "Categoria A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (vii) autorização para a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, em conjunto com uma distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade de determinado acionista vendedor ("Acionista Vendedor"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse")



A  
TB

00000000

00000000

e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Goldman Sachs"), em conjunto com o Coordenador Líder e o Credit Suisse, "Coordenadores", e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior, por meio de mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, (a) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, em conformidade com o disposto no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e (b) nos demais países, que não o Brasil e os Estados Unidos da América, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com a *Regulation S* editada pela SEC ("*Oferta*"); (viii) ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado, à efetivação do registro como companhia aberta e à realização da Oferta; (ix) escolha dos jornais em que serão publicados os atos societários da Companhia; (x) re-ratificação do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração eleitos na assembléia geral ordinária ocorrida em 4 de maio de 2011 e dos diretores eleitos na reunião do Conselho de Administração ocorrida na mesma data; e (xi) autorização para a Diretoria da Companhia praticar quaisquer outros atos necessários à consecução das deliberações previstas nos itens anteriores; e.

4. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia, após exame e discussão das matérias, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o quanto segue:

5.1. Aprovar a alteração da denominação social da Companhia de GMT Participações S.A. para Technos S.A.

5.2. Aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia da Rua Amauri, nº 255, 6º andar, CEP 01448-000, para Rua Helios Seelinger, nº 155, parte, CEP 22640-040, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

5.3. Aprovar a criação do limite do capital autorizado, ficando a Companhia autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 200.000.000 (duzentas milhões) ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

5.4. Aprovar a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, em razão das deliberações aprovadas nos termos dos itens 5.1, 5.2 e 5.3 acima, e a fim de adaptá-lo às regras constantes do Regulamento do Novo Mercado, o qual, consolidado e aprovado pelos acionistas, passará a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente ata.

5.4.1. Consignar que, observado o previsto no Artigo 59 do Estatuto Social ora aprovado, determinadas disposições do Estatuto Social da Companhia somente terão eficácia a partir da data de publicação do Anúncio de Início de Oferta Pública de



TP  
u

Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia referente à primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia.

5.5. Aprovar a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado, bem como autorizar a celebração pela Companhia do Contrato de Participação no Novo Mercado com a BM&FBOVESPA.

5.6. Autorizar o pedido de registro da Companhia junto à CVM como companhia aberta emissora de valores mobiliários "Categoria A", nos termos da Instrução CVM 480, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a, desde já, tomar todas as providências, praticar todos os atos necessários à realização do registro, inclusive a celebração de quaisquer documentos e representação da Companhia perante a CVM.

5.7. Autorizar a realização da Oferta, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado e em regime de garantia firme de liquidação, conforme os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo Goldman Sachs & Co., pelo Itaú BBA USA Securities Inc. e por determinadas instituições financeiras a serem contratadas, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nos Estados Unidos da América exclusivamente para investidores institucionais qualificados, conforme definido na *Rule 144A* editada pela SEC, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act* e, nos demais países, exceto Brasil e Estados Unidos da América, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com a *Regulation S* editada pela SEC.

5.7.1. Será oportunamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o aumento do seu capital social, dentro do limite do capital autorizado, com emissão de novas ações ordinárias pela Companhia no âmbito da oferta primária, bem como a proporção entre a oferta primária e a oferta secundária.

5.7.2. O preço de emissão e/ou venda por Ação no âmbito da Oferta ("Preço por Ação") será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") a ser conduzido pelos Coordenadores junto a investidores institucionais, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das ações ordinárias a serem subscritas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentarão suas ordens de subscrição e/ou aquisição de Ações no contexto da Oferta. O preço de emissão será aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.



Handwritten initials and a signature.

BRASIL

SECURITIES

5.7.3. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais, conforme definido abaixo) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada pelo Acionista Vendedor ao Credit Suisse, nos termos do Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Technos S.A., entre a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores e a BM&FBOVESPA ("Contrato de Distribuição"), as quais serão destinadas a atender um eventual excesso de demanda a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Lote Suplementar"). A Opção de Lote Suplementar poderá ser exercida pelo Credit Suisse, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Technos S.A., inclusive, a seu exclusivo critério e após notificação aos demais Coordenadores, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação seja tomada em comum acordo entre os Coordenadores.

5.7.4. Adicionalmente, sem prejuízo da Opção de Lote Suplementar, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) poderá, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

5.7.5. Aprovar a condução de atividades de estabilização do preço das Ações de emissão da Companhia no âmbito da Oferta, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Technos S.A. a ser celebrado, entre a Companhia, o Credit Suisse, a Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, contando com a possível interveniência do Coordenador Líder e do Goldman Sachs, conforme regulamentação aplicável.

5.7.6. A Oferta será realizada em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, por meio de duas ofertas distintas: (i) a oferta destinada aos investidores não-institucionais; e (ii) a oferta destinada aos investidores institucionais, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

5.8. Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado e à listagem das Ações neste segmento diferenciado, à efetivação do registro como companhia aberta perante a CVM e à realização da Oferta.



M. T. P.

JUCESP

SECRETARIA

5.9. Escolher o jornal "Valor Econômico" para que, além do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, sejam publicados os atos societários da Companhia.

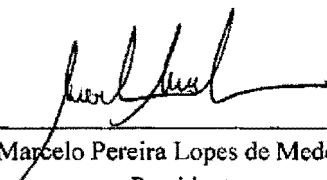
5.10. Re-ratificar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração eleitos na assembléia geral ordinária ocorrida em 4 de maio de 2011 e dos diretores eleitos na reunião do Conselho de Administração ocorrida na mesma data, que passou de 1 (um) ano para 2 (dois) anos;

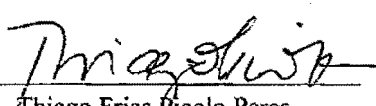
5.11. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e deliberações e praticar todos os demais atos necessários e úteis à implementação das deliberações tomadas nos itens anteriores.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e unanimemente aprovada, foi por todos assinada. Mesa: Marcelo Pereira Lopes de Medeiros – Presidente, Thiago Frias Picolo Peres – Secretário. Acionistas Presentes: GMT Fundo de Investimento em Participações; Thiago Frias Picolo Peres; Joaquim Pedro Andrés Ribeiro; Luiz Orenstein; Cristiano de Mesquita Souza; Mario Spinola e Castro; Marcelo Pereira Lopes de Medeiros; Pedro Ramiro Pauly Wiltgen; Manoel Lins Junior; e Maurício Elísio Martins Loureiro.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 4 de maio de 2011.

  
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros  
Presidente

  
Thiago Frias Picolo Peres  
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Nome: TECHNOS S/A  
Nire: 33.3.0029837-1  
Protocolo: 00-2011/202560-9  
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI RECEBIDO SOB O Nº  
33.3.0029837-1  
DATA: 08/06/2011  
Valéria G.A. Serra  
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Nome: TECHNOS S/A  
Nire: 33.3.0029837-1  
Protocolo: 00-2011/202560-9  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM  
DATA: 08/06/2011  
E O REGISTRO SOB O NIRE E  
DATA: 08/06/2011  
Valéria G.A. Serra  
SECRETARIA GERAL



SECRETARIA DA FAZENDA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CERTIFICADO O REGISTRO SOB O NÚMERO  
KATIA REGINA BUENO DE GODOY  
SECRETARIA GERAL  
200.558/11-0



JUCESP

JUCESP

ANEXO 11

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA  
TECHNOS S.A.,  
REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2011

ESTATUTO SOCIAL

11



11



JUCESP  
27 05 11

**TECHNOS S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**

**Denominação, Sede, Objeto e Duração**

**Artigo 1º.** A Companhia é uma sociedade de capital autorizado, denominada TECHNOS S.A..

§1º Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

§2º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Hélio Seelinger, nº 155, parte, CEP 22640-040, Barra da Tijuca.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”).

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II**  
**Capital Social e Ações**

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 117.126.328,12 (cento e dezessete milhões, cento e vinte e seis reais, trezentos e vinte e oito reais e doze centavos) totalmente subscrito, dividido em 131.175.066 (cento e trinta e um milhões, cento e setenta e cinco mil e sessenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo que 129.303.387 (cento e vinte e nove milhões, trezentas e três mil, trezentas e oitenta e sete) ações ordinárias encontram-se totalmente integralizadas.

§1º A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.



J

TP

1070440

§2º Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

§3º O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

**Artigo 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 200.000.000 (duzentas milhões) ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

**Artigo 7º.** A subscrição e a integralização de ações de emissão da Companhia obedecerão aos critérios estabelecidos neste Artigo:

a) até o limite do capital autorizado, a emissão, a quantidade, o preço e o prazo de integralização de ações a serem emitidas pela Companhia serão estabelecidos pelo Conselho de Administração;

b) a deliberação de aumento de capital para integralização em bens, que não sejam créditos em moeda corrente detidos contra a Companhia, será privativa da Assembleia Geral; e

c) na emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas ou reduzir o prazo de seu exercício.

**Artigo 8º.** A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, direto ou indireto.

**Artigo 9º.** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

### CAPÍTULO III Assembleias Gerais

**Artigo 10.** A Assembleia Geral será realizada ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

§ 1º Os documentos pertinentes a matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro



Handwritten initials: "H" and "JP".

BRASIL

BRASIL

anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior.

§ 2º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente e de indicação deste, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar. O Presidente da Mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

§ 3º Caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto, a condução dos trabalhos relacionados à eleição de membros do Conselho de Administração, inclusive qualquer decisão relativa ao número de votos de cada acionista.

**Artigo 11.** Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, de que constarão seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

§ 1º A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.

§ 2º Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após a sua instalação poderão participar da assembleia, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

**Artigo 12.** Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:

a) Até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral: (i) todos os acionistas deverão enviar à Companhia declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, 3 (três) dias antes da Assembleia Geral; e (ii) os acionistas representados por procuradores deverão enviar à Companhia a respectiva procuração;

b) Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item (a) acima: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos;

c) Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no item (a), dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral;



μ

TP

BRASIL

BRASIL

d) A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe forem feitas, vedada, contudo, a participação, na assembleia, de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante; e

e) Verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral (i) não estavam corretamente representados; ou (ii) não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à Companhia notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.

**Artigo 13.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei, neste Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 14.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes.

**Parágrafo Único.** A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

**Artigo 15.** A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos diretores e, se instalado, do Conselho Fiscal, especificando a parcela de tal montante a ser atribuída a cada órgão.

§ 1º Observado o montante estabelecido pela Assembleia Geral, na forma do *caput* deste Artigo e as competências do Comitê de Remuneração previstas no Artigo 42 deste Estatuto, o Conselho de Administração fixará a remuneração a ser atribuída ao Diretor Presidente e, por recomendação deste, aos demais membros da Diretoria.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e os diretores poderão ter participação nos lucros na forma da lei.

#### CAPÍTULO IV Administração - Normas Gerais

**Artigo 16.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

§ 1º A investidura dos administradores, que independerá de caução, dar-se-á pela assinatura de termo de posse no livro próprio, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, observado que tais administradores permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos, na hipótese de substituição daqueles.

1078340

BRASIL

SEMI

§ 2º A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 3º Além da exigência do § 2º acima, os administradores da Companhia também deverão aderir ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do termo respectivo.

## CAPÍTULO V

### Conselho de Administração

#### Seção I – Composição

**Artigo 17.** O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos e correspondente número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 2º O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias que forem julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.

§ 3º Somente podem ser eleitas para integrar o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares e ílibada reputação, não ocupem cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas, e não tenham, nem representem, interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas, presumindo-se ter interesse conflitante com o da Companhia a pessoa que, cumulativamente: (i) tenha sido eleita por acionista que também tenha eleito conselheiro de administração em sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu.

§ 4º Respeitado o disposto no *caput* deste Artigo, o número de membros que integrarão o Conselho de Administração em cada gestão deverá ser fixado em cada Assembleia Geral, cuja ordem do dia seja a eleição dos membros do Conselho de Administração, devendo tal matéria ser encaminhada pelo Presidente da Mesa.

**Artigo 18.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os elegeu, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante a faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

μ

TR

JUL 13

27 05 11

Parágrafo Único. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no *caput* deste Artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 19.** Os membros do Conselho de Administração que deixem de preencher, por fato superveniente ou desconhecido à época de sua eleição, os requisitos estabelecidos no Artigo 17 acima, devem ser imediatamente substituídos.

Parágrafo Único. A mesma providência prevista no *caput* deste Artigo deverá ser adotada caso algum dos Conselheiros Independentes deixe de atender os requisitos de independência previstos no Artigo 18 e, por força disto, deixe de ser observado o percentual de 20% (vinte por cento) estabelecido no mesmo Artigo.

## Seção II – Eleição

**Artigo 20.** Ressalvado o disposto no Artigo 21, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

§ 1º Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (a) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (b) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

§ 2º O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, disponibilizar, na sede da Companhia, declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, contendo: (a) sua qualificação completa; (b) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e (c) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no Artigo 147, Parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

§ 3º Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, § cinco) dias em relação à data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo anterior, cabendo ao Conselho de Administração providenciar a divulgação imediata, por meio de aviso inserido na página da Companhia na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a GVM e para a BM&FBOVESPA, da informação de que os documentos referentes às demais chapas apresentadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.



μ

TOP

113

§ 4º Os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou por acionistas deverão ser identificados, em sendo o caso, como candidatos a Conselheiros Independentes, observado o disposto no Artigo 18 acima.

§ 5º A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

§ 6º Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

**Artigo 21.** Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

§ 1º A Companhia, imediatamente após o recebimento do pedido, deverá divulgar, por meio de aviso inserido em sua página na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, a informação de que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

§ 2º Instalada a Assembleia Geral, a mesa promoverá, à vista das assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e do número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de votos atribuídos a cada ação e o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

§ 3º Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 20, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes candidatos, com o conteúdo referido no Parágrafo 2º do Artigo 20 deste Estatuto.

§ 4º Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos em um único candidato ou distribuí-los entre vários, sendo declarados eleitos aqueles que receberem maior quantidade de votos.

§ 5º Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

§ 6º Sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição.



#

TR

11111111  
11111111  
11111111

§ 7º Caso a Companhia venha a estar sob controle de acionista ou grupo controlador, conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, acionistas representando 15% (quinze por cento) do capital social poderão requerer, na forma prevista no Parágrafo 4º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, que a eleição de um dos membros do Conselho de Administração seja feita em separado, não sendo aplicável a tal eleição as regras previstas no Artigo 20 acima.

**Artigo 22.** Caso seja eleito conselheiro residente e domiciliado no exterior, sua posse fica condicionada à constituição de procurador, residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação em ação que venha a ser proposta contra ele, com base na legislação societária. O prazo de validade da procuração será de, pelo menos, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do respectivo conselheiro.

**Artigo 23.** O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos.

#### Seção III – Reuniões e Substituições

**Artigo 24.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por quaisquer 2 (dois) conselheiros.

§ 1º A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á por escrito, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, e deverá conter, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia.

§ 2º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

§ 3º Em caso de urgência, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar reunião do Conselho de Administração com prazo menor de antecedência que aquele previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, sendo certo que neste caso a reunião somente se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros eleitos.

§ 4º Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, video-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os conselheiros serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.



M

TP



§ 5º Nenhuma deliberação poderá ser discutida ou aprovada pelo Conselho de Administração com respeito a qualquer matéria não incluída na correspondente ordem do dia, exceto se diversamente acordado pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração.

**Artigo 25.** Salvo o disposto no § 3º do Artigo 24, a reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria dos conselheiros, sendo um deles o Presidente ou Vice-Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração ou na sua ausência, ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, além de seu voto, o de desempate.

**Parágrafo Único.** No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente ou por outro membro do Conselho por ele indicado.

**Artigo 26.** Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei.

**Artigo 27.** Ressalvado o disposto no Parágrafo 6º do Artigo 21, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito novo conselheiro para completar o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

#### Seção IV – Competência

**Artigo 28.** Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades sob seu controle;
- b) eleger e destituir os diretores da Companhia, designando entre eles o Diretor Presidente e o Diretor de Relação com Investidores, e fixar-lhes as atribuições;
- c) fiscalizar a gestão dos diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia ou pelas sociedades sob seu controle;
- d) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;



M

JP

BRASIL

BRASIL

e) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Diretor, Presidente e, por recomendação deste, dos demais membros da Diretoria;

f) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e, sempre que julgar necessário, das sociedades sob seu controle, considerada a proposta do Comitê de Remuneração;

g) outorgar opções de compra de ações nos termos do Artigo 8º deste Estatuto, bem como deliberar acerca de outras formas de remuneração variável dos administradores da Companhia ou das sociedades sob seu controle envolvendo ações de emissão da Companhia;

h) convocar as Assembleias Gerais;

i) apresentar à Assembleia Geral chapa para eleição dos membros do Conselho de Administração na forma do Artigo 20 deste Estatuto;

j) propor à Assembleia Geral a destinação do saldo do lucro líquido ajustado do exercício a que se refere o item (ii) da alínea “b” do Artigo 56 deste Estatuto;

k) aprovar o levantamento de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, a distribuição de dividendos com base em tais demonstrações financeiras ou intermediários, bem como o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;

l) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;

m) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou dissolução da Companhia, bem como acerca de reforma deste Estatuto;

n) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

o) aprovar a emissão para subscrição pública, de notas promissórias comerciais pela Companhia ou por sociedades sob seu controle;

p) aprovar a prática dos seguintes atos, pela Companhia ou por suas controladas, sempre que o valor da operação exceder 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia com base em suas demonstrações financeiras auditadas mais recentes: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens; (ii) outorga de garantias; (iii) endividamento ou renúncia a direitos; (iv) investimento ou projeto de investimento; e (v) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indireta, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação;



Handwritten signatures and initials.

11053

2011

- q) aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas;
- r) escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria;
- s) definir a lista triplíce de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;
- t) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
- u) deliberar sobre outras matérias não reguladas neste Estatuto, resolvendo os casos omissos.

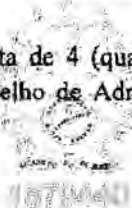
**Artigo 29.** Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar a Assembleia Geral, sempre que deliberado pelo Conselho de Administração ou, excepcionalmente, por iniciativa própria, caso em que deverá comunicar a convocação, em seguida, aos demais conselheiros;
- b) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- c) comunicar as datas das reuniões ordinárias e supervisionar os serviços administrativos do órgão; e
- d) transmitir as deliberações do Conselho à Diretoria e orientá-la em seu cumprimento.

**Artigo 30.** Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos ocasionais e, em caso de vacância do cargo, ocupá-lo até a data de eleição do novo titular.

**CAPÍTULO VI**  
**Diretoria**

**Artigo 31.** A Diretoria será composta de 4 (quatro) a 8 (oito) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sem designação específica, com



μ

TP

110530

110530

exceção do Diretor Presidente e do Diretor de Relação com Investidores. As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate.

**Artigo 32.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o *quorum* de instalação de metade dos membros eleitos.

**Artigo 33.** Competirá à Diretoria a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os atos que se destinem a produzir efeitos perante terceiros serão assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por três diretores em conjunto.

§ 2º A Companhia poderá, pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por três de seus diretores em conjunto, constituir mandatários, especificando na procuração a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula *ad judicium*, cuja validade poderá ser por prazo indeterminado.

§ 3º A Diretoria poderá, excepcionalmente, autorizar a representação da Companhia por um único diretor ou um procurador constituído especialmente, discriminando, na ata da reunião, a finalidade e limite dos poderes outorgados.

**Artigo 34.** Compete ao Diretor Presidente:

- a) dirigir, orientar e coordenar as atividades da Companhia;
- b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e
- c) representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente.

**Artigo 35.** Compete ao diretor que exercer a função de Diretor de Relações com Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 36.** Os diretores sem designação específica desempenharão os misteres que lhes forem cometidos pelo Conselho de Administração.



M

TP

110539

07 07 11

**Artigo 37.** Os diretores substituir-se-ão reciprocamente, observado o seguinte:

a) em caso de ausência e impedimento ocasional do Diretor Presidente, por período de até 60 (sessenta) dias, caberá ao Presidente do Conselho de Administração indicar seu substituto entre os membros da Diretoria, devendo o diretor substituto exercer temporariamente as funções de Diretor Presidente até o retorno deste ou a próxima reunião do Conselho de Administração, o que ocorrer primeiro; e

b) em caso de vaga de diretor poderá ser ele substituído, até a próxima reunião do Conselho de Administração, por outro diretor apontado pelo Diretor Presidente.

## CAPÍTULO VII

### Órgãos Auxiliares da Administração

**Artigo 38.** O Conselho de Administração da Companhia poderá criar um Comitê de Auditoria e um Comitê de Remuneração, assim como outros comitês para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos restritos e específicos e com prazo de duração, designando os seus respectivos membros.

Parágrafo Único. Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e dos demais comitês adicionais que venham a ser criados pelo Conselho de Administração para o assessoramento da administração da Companhia, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

#### Seção I – Comitê de Auditoria

**Artigo 39.** Observado o disposto nos Artigos 41 e 43, o Comitê de Auditoria, se criado, será formado por 3 (três) membros, dos quais, no mínimo, 2 (dois) serão membros externos e independentes (“Membros Externos”).

§ 1º Os membros do Comitê de Auditoria devem ser eleitos pelo Conselho de Administração.

§ 2º Os Membros Externos do Comitê de Auditoria deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) não integrar o Conselho de Administração da Companhia ou de suas controladas;
- b) preencher os requisitos aplicáveis aos Conselheiros Independentes, conforme estabelecido no Artigo 18 deste Estatuto e Regulamento do Novo Mercado; e
- c) possuir conhecimento ou experiência em auditoria, controles, contabilidade, tributação, ou das normas aplicáveis às companhias abertas, no que se refere à adequada elaboração de suas demonstrações financeiras.



μ

TP

UNESP

**Artigo 40.** Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 1 (um) ano, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos.

§ 1º No curso de seus mandatos, os membros do Comitê de Auditoria somente poderão ser substituídos nas seguintes hipóteses:

- a) morte ou renúncia;
- b) ausência injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) reuniões alternadas por ano; ou
- c) decisão fundamentada do Conselho de Administração.

§ 2º Nos casos de vacância de cargos de membro do Comitê de Auditoria, competirá ao Conselho de Administração eleger a pessoa que deverá completar o mandato do membro substituído.

§ 3º Ao Comitê de Auditoria competirá:

- a) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes bem como sua substituição;
- b) analisar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- c) analisar as informações trimestrais e as demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- d) avaliar a efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia e de suas controladas, inclusive tendo em vista as disposições constantes do *Sarbanes-Oxley Act*, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- e) opinar, a pedido do Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; e
- f) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.



Handwritten initials and a signature.

10050

§ 4º O Comitê de Auditoria deverá aprovar, por maioria de votos de seus membros, proposta de Regimento Interno regulamentando as questões relativas a seu funcionamento, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

**Artigo 41.** Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 43 abaixo, o Conselho Fiscal exercerá todas as competências que são atribuídas ao Comitê de Auditoria por este Estatuto, e observando-se, em relação aos seus membros, todos os requisitos e impedimentos previstos na legislação.

**Parágrafo único.** O Comitê de Auditoria não funcionará no exercício social em que o Conselho Fiscal tiver sido instalado.

## Seção II – Comitê de Remuneração

**Artigo 42.** O Comitê de Remuneração deverá ser formado por 3 (três) membros do Conselho de Administração, dos quais, no mínimo, 1 (um) deverá ser Conselheiro Independente.

**Parágrafo Único.** Ao Comitê de Remuneração competirá:

a) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, e revisar periodicamente, os parâmetros e diretrizes e a consequente política de remuneração e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e de suas controladas, aos membros dos comitês e demais órgãos de assessoramento do Conselho;

b) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, a remuneração global dos administradores da Companhia, a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas;

c) diligenciar para que a Companhia se prepare adequadamente e com a necessária antecedência para a sucessão de seus executivos, particularmente do Diretor Presidente e dos principais executivos; e

d) diligenciar e acompanhar as ações tomadas para garantir a adoção, pela Companhia, de um modelo de competências e liderança, atração, retenção e motivação de profissionais, alinhado com seus planos estratégicos.

## CAPÍTULO VIII Conselho Fiscal

**Artigo 43.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros e igual número de suplentes com as atribuições, competência e remuneração previstos em lei, com mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição, e funcionará em caráter não permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, nas hipóteses legais.



μ

TP

110511

110511

§ 1º A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 2º Além do requisito previsto no § 1º acima, uma vez instalado o Conselho Fiscal, a posse de seus membros também está condicionada à adesão ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura de termo específico.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

§ 4º Serão aplicáveis aos seus membros as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto Social e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

## CAPÍTULO IX Ofertas Públicas

### Seção I – Alienação de Controle

**Artigo 44.** A Alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, neste Estatuto e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.

§ 1º A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier (em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever (em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

§ 2º Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle da Companhia poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

§ 3º O adquirente do controle fica obrigado a, após a liquidação financeira da oferta pública a que se refere o *caput*, tomar as medidas cabíveis para recompor nos 6 (seis) meses subsequentes o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação.



μ

110511

TR



BM&FBOVESPA

§ 4º No caso de alienação do controle de pessoa jurídica que detenha o Poder de Controle da Companhia, deverá o Acionista Controlador Alienante declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

**Artigo 45.** A oferta pública de que trata o artigo 44 acima será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

#### Seção II – Aquisição de Participação Relevante

**Artigo 46.** Qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em Atuação Conjunta com outra pessoa (“Adquirente de Participação Relevante”), venha a adquirir ou se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de emissão da Companhia representativas de 33% (trinta e três por cento) ou mais do seu capital social (“Participação Relevante”), estará obrigado a efetivar uma oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas pelo maior valor entre (i) o maior preço por ação pago pelo Adquirente de Participação Relevante nos 6 (seis) meses anteriores, atualizado pela Taxa SELIC até a data do lançamento da oferta; ou (ii) o preço médio de negociação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderado pelo volume, nos 6 (seis) meses anteriores à data em que for tornado público o implemento da condição que gerar a obrigação de realizar a oferta, atualizado pela Taxa SELIC entre a data de tal divulgação e a do lançamento da oferta.

§1º Para efeito do cálculo da Participação Relevante, deverão ser consideradas as ações objeto de contratos de opção e de contratos derivativos com liquidação física.

§2º Para fins do cálculo do limite de 33% (trinta e três por cento) previsto no *caput* deste Artigo, excluem-se as ações em tesouraria detidas pela Companhia.

§3º Será lícito ao Adquirente de Participação Relevante deixar de formular a oferta pública de que trata este Artigo desde que, cumulativa e tempestivamente:

(a) comunique à Companhia sua intenção de utilizar a faculdade prevista neste Parágrafo em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e (b) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a Participação Relevante, em até 30 (trinta) dias úteis contados da data da notificação de que trata o item (a) deste Parágrafo.

§4º O Adquirente de Participação Relevante que, após realizar a oferta pública, não atinja a participação de 50% (cinquenta por cento) mais uma ação da Companhia, deverá formular nova oferta pública, na forma deste Artigo, se e quando tal participação for atingida.

BM&FBOVESPA

27 05 11

§5º A obrigação de realizar as ofertas de que tratam o *caput* e o § 4º deste Artigo não incidirá caso incida a obrigação de realizar a oferta de que trata o Artigo 44.

### Seção III – Obrigação de Ressarcir

**Artigo 47.** Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida nos Artigos 44 e 45 acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

### Seção IV – Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

**Artigo 48.** Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral aprovem o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, a Companhia ou os acionistas ou Grupo de Acionistas que detiverem o Poder de Controle da Companhia deverão efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos 1º a 3º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º O laudo de avaliação referido no *caput* deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo.

§ 2º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tripartite, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.



M  
TP

§ 3º Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

**Artigo 49.** Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos 1º a 3º do Artigo 48 acima, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Artigo 50.** Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, ou, ainda, na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 49 acima.

§ 1º A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§ 2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

**Artigo 51.** A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que tratam os Parágrafos 1º a 3º do Artigo 48 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse Artigo.

§ 2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e ocorrendo a saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado por deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações



JA

deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o descumprimento.

§ 3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer por ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar uma Assembleia Geral cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§ 4º Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**Artigo 52.** É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

## CAPÍTULO X Obrigação de Informar

**Artigo 53.** Toda e qualquer pessoa natural, pessoa jurídica, entidade ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, seja através de negociações públicas ou privadas correspondente a 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, deve prestar à Companhia, além das informações requeridas nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, informação sobre o preço médio e máximo pago por ação na aquisição de tal participação.

§ 1º Para efeito do cálculo da participação referida no *caput*, deverão ser consideradas as ações objeto de contratos de opção e de contratos derivativos com liquidação física ou financeira.

§ 2º A mesma obrigação deverá ser observada sempre que forem atingidas participações adicionais de 5% (cinco por cento) do capital social.

## CAPÍTULO XI Do Juízo Arbitral

**Artigo 54.** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das

WORLD

BRASIL

disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

## CAPÍTULO XII Exercício Social

**Artigo 55.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 56.** Levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras do exercício e após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, o lucro líquido ajustado terá a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;

b) após a constituição da reserva legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e/ou sua respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem:

(i) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar), compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados; e

(ii) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observada a proposta do Conselho de Administração.

§ 1º A Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 2º Prescrevem em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas.

**Artigo 57.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal, que funcionará durante o seu processamento.



A

BRASIL

BRASIL

BM&FBOVESPA

**Artigo 58.** As atas de Assembleias Gerais, assim como as de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, serão emitidas mecanicamente, em folhas soltas e assinadas pelos presentes, para posterior encadernação. Quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial e publicadas.

**Artigo 59** As disposições contidas (i) nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º; (ii) no Parágrafo 2º do Artigo 16; (iii) no caput e no Parágrafo 1º do Artigo 17; (iv) no Artigo 18; (v) nas alíneas “s” e “t” do Artigo 28; (vi) nos Parágrafos 1º e 4º do Artigo 43; (vii) no Capítulo IX; e (viii) no Artigo 54 deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data de publicação do Anúncio de Início de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia referente à primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia.

### CAPÍTULO XIII Definições

**Artigo 60.** Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo terão os seguintes significados:

“Acionista Controlador” significa o acionista ou Grupo de Acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia;

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia;

“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular (es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria;

“Adquirente de Participação Relevante” tem o significado atribuído no Artigo 46 deste Estatuto;

“Alienação de Controle” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

“Atuação Conjunta” significa a atuação por pessoas, inclusive Grupo de Acionistas, que cooperam no sentido de adquirir Participação Relevante, nos moldes do Artigo 46 deste Estatuto;

“BM&FBOVESPA” significa BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros;



μ

BM&FBOVESPA

BMF&BOVESPA

27 05 11

“Companhia” significa Technos S.A.;

“Conselheiros Independentes” tem o significado atribuído no Artigo 18 deste Estatuto e no Regulamento do Novo Mercado;

“Contrato de Participação no Novo Mercado” significa o contrato celebrado entre, de um lado, a BMF&BOVESPA e, de outro lado, a Companhia, os administradores e o Acionista Controlador, se houver, contendo obrigações relativas à listagem da Companhia no Novo Mercado;

“CVM” significa Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

“Estatuto Social” significa o Estatuto Social da Companhia;

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de Controle; ou (iii) sob Controle Comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (b) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, consórcios, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (y) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (z) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário;

“Lei das Sociedades por Ações” significa a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores;

“Membros Externos” tem o significado atribuído no caput do Artigo 39 deste Estatuto;

“Participação Relevante” tem o significado atribuído no Artigo 46 deste Estatuto;

“Política de Divulgação e Negociação” significa a política que consolida as regras de divulgação de informações relevantes da Companhia ao público investidor e o uso de tais informações pela própria Companhia;



Handwritten signature and stamp area.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE ANUÊNCIA

“Poder de Controle” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante;

“Presidente” significa o presidente do Conselho de Administração;

“Regulamento de Arbitragem” significa o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado;

“Regulamento do Novo Mercado” significa o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA;

“Regulamento de Sanções” significa o Regulamento de Aplicação de Sanções pecuniárias do Novo Mercado, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina a aplicação de sanções nos casos de descumprimento total ou parcial das obrigações decorrentes do Regulamento do Novo Mercado;

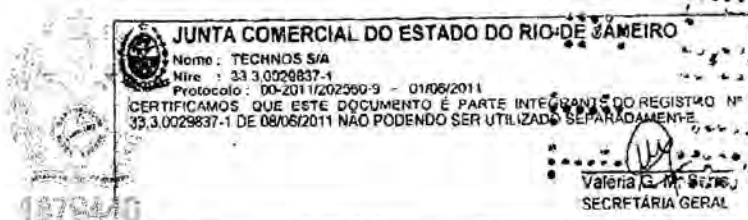
“Taxa SELIC” significa a taxa apurada no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil;

“Termo de Anuência dos Administradores” significa o termo pelo qual os novos administradores da Companhia se responsabilizam pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento do Novo Mercado e com o Regulamento de Arbitragem;

“Termo de Anuência dos Controladores” significa o termo pelo qual os novos Acionistas Controladores ou o(s) acionista(s) que vier (em) a ingressar no grupo de controle da Companhia se responsabiliza(m) pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento do Novo Mercado e com o Regulamento de Arbitragem;

“Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal” significa o termo pelo qual os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, se responsabilizam pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Regulamento de Arbitragem; e

“Vice-Presidente” significa o vice-presidente do Conselho de Administração.





---

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de junho de 2011, que aprova o aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta e fixa o Preço por Ação

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**TECHNOS S.A.**

CNPJ/MF nº 09.295.063/0001-97

NIRE nº 33.3.0029837-1

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,  
REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011**

1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Aos 28 dias do mês de junho de 2011, às 18h30, na sede social da Technos S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Helios Seelinger, nº 155, parte, CEP 22640-040.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
3. **MESA:** Presidida pelo Sr. Marcelo Pereira Lopes de Medeiros e secretariada pelo Sr. Thiago Frias Picolo Peres.
4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre:
  - (i) a fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta Primária”), objeto de aprovação da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 4 de maio de 2011, a ser realizada no Brasil, em conjunto com uma distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade de determinado acionista vendedor (“Acionista Vendedor”) (“Oferta Secundária” e, em conjunto com a Oferta Primária “Oferta”), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução nº 400 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), da



Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”) e no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. (“Credit Suisse”) e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Goldman Sachs” e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Credit Suisse, “Coordenadores”), e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, (a) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* (“SEC”), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, em conformidade com o disposto no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado (“*Securities Act*”) e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e (b) nos demais países, que não o Brasil e os Estados Unidos da América, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com a *Regulation S* editada pela SEC;

**(ii)** o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado e a quantidade de Ações a serem emitidas, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia;

**(iii)** a aprovação do Prospecto Definitivo e do *Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta;

**(iv)** a autorização da celebração dos documentos relacionados com a Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao (a) “Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Technos S.A.”, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores, tendo como interveniente anuente a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Contrato de Colocação”

e “BM&FBOVESPA”, respectivamente); (b) “Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Technos S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Credit Suisse e a Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com a interveniência do Coordenador Líder e do Goldman Sachs, conforme regulamentação aplicável. (“Contrato de Estabilização”); (c) *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, o Credit Suisse Securities (USA) LLC, Goldman Sachs & Co, Itau BBA USA Securities Inc. e determinadas instituições financeiras a serem contratadas (“Placement Facilitation Agreement”); (d) Contrato de Prestação de Serviços, a ser celebrado entre a Companhia e a BM&FBOVESPA (“Contrato de Prestação de Serviços”); e (e) *Lock-up Agreement*; e

(v) a autorização para a Diretoria praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução da Oferta e implementação das demais deliberações supra mencionadas.

**5. DELIBERAÇÕES APROVADAS:** Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o quanto segue:

5.1 aprovar o preço de emissão de R\$16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) por ação objeto da Oferta (“Preço por Ação”), fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com investidores institucionais pelos Coordenadores, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”). Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que as Ações serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Ações foi aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, que reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta. Os investidores não institucionais que efetuaram pedidos de reserva no período de reserva no âmbito da oferta de varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.

5.2 aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item 5.1 acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, dos atuais R\$ 119.205.541,81 (cento e dezenove milhões, duzentos e cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos) para R\$121.011.622,90 (cento e vinte e um milhões, onze mil, seiscentos e vinte e dois reais e noventa centavos), um aumento, portanto, no valor de R\$1.806.081,09 (um milhão, oitocentos e seis mil, oitenta e um reais e nove centavos), mediante a emissão de 10.945.946 (dez milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) por ação, sendo parte do preço de emissão no valor de R\$1.806.081,09 (um milhão, oitocentos e seis mil, oitenta e um reais e nove centavos) destinado à conta de capital, e o saldo, no valor de R\$178.802.027,91 (cento e setenta e oito milhões, oitocentos e dois mil, vinte e sete reais e noventa e um centavos) destinado à conta de reserva de capital, com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia.

5.3 aprovar que as novas ações emitidas nos termos dessa deliberação façam jus ao recebimento de dividendos integrais e juros sobre capital próprio que forem declarados pela Companhia a partir da data de sua liquidação e a todos os demais direitos e benefícios que forem conferidos às demais ações de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Estatuto Social da Companhia e do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

5.4 aprovar o Prospecto Definitivo e o *Final Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta.

5.5 autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados com a Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao (a) Contrato de Colocação; (b) Contrato de Estabilização; (c) *Placement Facilitation Agreement*; (d) Contrato de Prestação de

Serviços; e (e) *Lock-up Agreement*, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos.

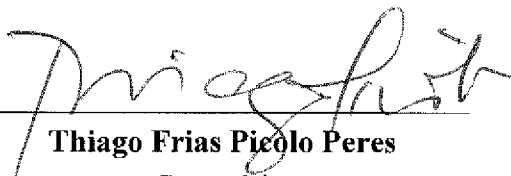
5.6 autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os demais atos necessários à realização da Oferta.

5.7 ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia necessários à realização da Oferta.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e unanimemente aprovada, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Marcelo Pereira Lopes de Medeiros – Presidente e Thiago Frias Picolo Peres – Secretário. **Conselheiros:** Cristiano de Mesquita e Souza, Mario Spinola e Castro, Marcelo Pereira Lopes de Medeiros, Luiz Orenstein e Ana Luiza Machado Alves Daripa.

**Confere com a original lavrada em livro próprio.**

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2011.

  
\_\_\_\_\_  
**Thiago Frias Picolo Peres**  
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

Ata de Reunião do Comitê de Investimentos do GMT Fundo de Investimento em Participações que aprova a Oferta Secundária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**GMT FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**  
**("GMT FIP")**

CNPJ/MF: 09.478.618/0001-36

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO GMT FIP**


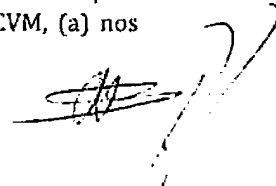
1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos três dias do mês de maio de 2011, às 10:00 horas, na sede da Dynamo V. C. Administradora de Recursos Ltda., instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Ataulfo de Paiva 1351, 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 03.215.562/0001 40, administradora e gestora do GMT FIP.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em decorrência da presença da totalidade dos membros do Comitê de Investimentos do GMT FIP, conforme previsto no art. 7, §§ 2º e 3º do seu Regulamento..

3. **MESA:** Presidida pelo Sr. Cristiano de Mesquita Souza e secretariada pelo Sr. Mario Spinola de Castro.

4. **ORDEM DO DIA:** Conforme previsto nas alíneas (c), (e), (f) do Parágrafo 5º do Artigo 7º do Regulamento do GMT FIP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do GMT FIP para deliberar sobre:

(i) aprovação da realização de oferta para distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da GMT Participações S.A. ("Companhia") de titularidade do GMT FIP ("Oferta Secundária"), em conjunto com uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária") a ser realizada no Brasil "Oferta Primária" e, em conjunto com a Oferta Secundária, "Oferta"), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução nº 400 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") e no Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID"), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Goldman Sachs" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Credit Suisse, "Coordenadores"), e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, (a) nos

Estados Unidos da América, exclusivamente para Investidores Institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, em conformidade com o disposto no U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, e (b) nos demais países, que não o Brasil e os Estados Unidos da América, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com a Regulation S editada pela SEC;

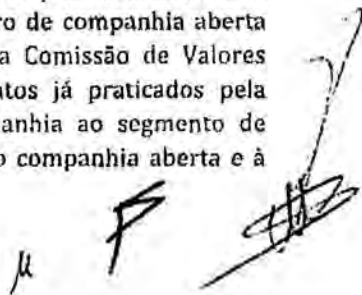
(ii) definição de orientação de voto do GMT FIP na assembleia geral extraordinária da Companhia a realizar-se às 12:00 horas do dia 04 de maio de 2011, onde serão deliberadas a realização da Oferta e aprovações subsequentes; e

(iii) indicação de representante do GMT FIP para comparecer e votar na assembleia geral extraordinária mencionada no item (ii) acima.

5. **DELIBERAÇÕES:** Os membros do Comitê de Investimentos do GMT FIP deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o quanto segue:

5.1. Aprovar a realização da Oferta Secundária, a fim de alienar um número máximo de 50.000.000 (cinquenta milhões) ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo GMT FIP, incluindo nesse limite eventual número de Ações Suplementares ou Ações Adicionais, ambas, conforme o caso, se aplicáveis, a serem alocadas no âmbito da Oferta.

5.2. Definir que o GMT FIP deverá manifestar-se favoravelmente à realização da Oferta na assembleia geral extraordinária da Companhia a realizar-se às 12:00 horas do dia 04 de maio de 2011, assim como aprovar as matérias constantes na ordem do dia, a saber: (i) alteração da denominação social da Companhia; (ii) alteração do endereço da sede social da Companhia; (iii) aprovação do limite de capital autorizado para futuros aumentos de capital social da Companhia; (iv) reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão das deliberações a serem tomadas em relação aos itens (i) (ii) e (iii), e em adequação às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA" e "Regulamento do Novo Mercado", respectivamente); (v) adesão, pela Companhia, ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (vi) aprovação da abertura de capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários "Categoria A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (...) (viii) ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado, à efetivação do registro como companhia aberta e à

Handwritten signature and initials in black ink, including a large 'F' and a stylized signature.

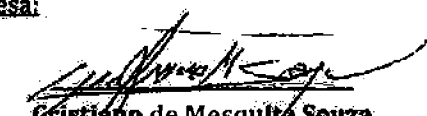
realização da Oferta; (ix) escolha dos jornais em que serão publicados os atos societários da Companhia; (x) re-ratificação do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração eleitos na assembléia geral ordinária ocorrida em 4 de maio de 2011 e dos diretores eleitos na reunião do Conselho de Administração ocorrida na mesma data; e (xi) autorização para a Diretoria da Companhia praticar quaisquer outros atos necessários à consecução das deliberações previstas nos itens anteriores;

5.3. Indicar o Sr. Pedro Henrique Nogueira Damasceno para comparecer à assembleia geral extraordinária descrita no item 5.3 acima, com todos os poderes inerentes à representação do GMT FIP na qualidade de acionista da Companhia, a fim de apresentar voto nos termos definidos acima.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e unanimemente aprovada, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Cristiano de Mesquita Souza - Presidente e Mario Spinola de Castro - Secretário. **Membros do Comitê de Investimentos:** Cristiano de Mesquita Souza, Pedro Henrique Nogueira Damasceno, Marcelo Pereira Lopes de Medeiros e Mario Spinola de Castro.

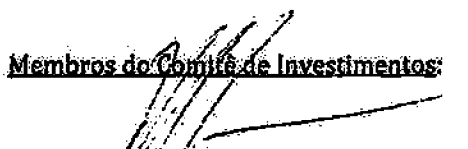
Rio de Janeiro, 03 de maio de 2011.


**Mesa:**


  
Cristiano de Mesquita Souza  
Presidente

  
Mario Spinola de Castro  
Secretário

**Membros do Comitê de Investimentos:**

  
Pedro Henrique Nogueira Damasceno

  
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros

  
Cristiano de Mesquita Souza

  
Mario Spinola de Castro

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**TECHNOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Helios Seelinger, nº 155, parte, CEP 22640-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.295.063/0001-97, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) (“Companhia”), neste ato representada na forma do seu estatuto social, no âmbito do processo de registro de (i) distribuição pública primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia; e (ii) distribuição pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do GMT Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento em participações inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.478.618/0001-36 (“Acionista Vendedor”) (“Ações” e “Oferta”), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”) declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

- (i) Companhia e o Acionista Vendedor constituíram, juntamente com o Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada auditoria legal na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em março de 2011, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia da Oferta (“Prospecto Definitivo”);
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA Nº 12, de 7 de março de 2006, com relação ao Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Preliminar”) e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado por escrito ao Coordenador Líder; e

(vi) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado por escrito todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

a Companhia declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterà, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(iii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 2011.



**TECHNOS S.A.**

**Joaquim Pedro Andrés Ribeiro**

Diretor Presidente

---

Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400 do Acionista Vendedor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

**GMT FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.478.618/0001-36 (“Acionista Vendedor”), neste ato representado na forma do seu regulamento, no âmbito do processo de registro de (i) distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Technos S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Helios Seelinger, nº 155, parte, CEP 22640-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.295.063/0001-97 (“Companhia”); e (ii) distribuição pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor (“Ações” e “Oferta”), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”).

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a Companhia e o Acionista Vendedor constituíram, juntamente com o Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista que, no âmbito da Oferta, está sendo efetuada auditoria legal na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em março de 2011, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta o qual inclui, como anexo, o formulário de referência da Companhia elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Prospecto Definitivo”);
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA Nº 12, de 7 de março de 2006, com relação ao prospecto preliminar da Oferta (“Prospecto Preliminar”) e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor; e



(vi) foram disponibilizados e prestados, por escrito, pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos e informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para permitir aos investidores uma decisão fundamentada sobre a Oferta;

o Acionista Vendedor declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto conterá, nas datas de suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes que sejam de conhecimento do Acionista Vendedor nas respectivas datas;

(iii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 2011



**GMT FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**  
**(Representado por seu Administrador,**  
**Dynamo V. C. Administradora de Recursos Ltda.)**

---

Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





## DECLARAÇÃO

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão de Technos S.A. ("Companhia") ("Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

### CONSIDERANDO QUE:

- (i) o Coordenador Líder constituiu assessores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em março de 2011, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia e por GMT Fundo de Investimento em Participações ("Acionista Vendedor") os documentos que a Companhia e o Acionista Vendedor consideraram relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor; e
- (vi) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas

relevantes sobre os negócios da Companhia, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

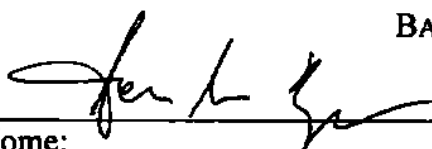
o Coordenador Líder declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 8 de maio de 2011.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:  
Cargo:

  
Adriano Borges  
Managing Director  
Investment Banking Department

Nome:  
Cargo:

  
Fernando Henrique Melo de Castro  
Managing Director  
Investment Banking Department



## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

- Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 e Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# Technos S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2010

### **I. Aos Acionistas**

A Administração da Technos S.A. (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2010, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

### **II. Breve Histórico da Companhia**

A Companhia iniciou suas operações em 1956, como representantes da marca “Technos” no Brasil, criada originalmente pela família Gunzinger, em 1900, na Suíça, e registrada em 1924, por meio de uma das controladas da Companhia, já extinta, e cresceu significativamente durante as décadas de 50, 60 e 70.

Em 1982, a controlada, Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (“TASA”), inaugurou sua planta de montagem e distribuição em Manaus e passou a montar relógios no Brasil. Ao final da década de 80, já detinha a liderança do mercado nacional de relógios em termos de faturamento, posição que foi consolidada nos anos 90 e mantida até hoje. Em 2001, a TASA comprou a marca “Technos” mundialmente e, a partir de 2002, passou a explorar marcas de terceiros, ao licenciar as marcas “Mormaii” e celebrar contrato de distribuição exclusiva de produtos identificados pela marca “Seiko”, que hoje contribuem significativamente para os resultados da Companhia.

Em 2007, a Companhia foi constituída como uma sociedade *holding* com o objeto social de deter participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 2008, o controle da Companhia foi adquirido pelo GMT Fundo de Investimentos em Participações (“GMT FIP”) que, por sua vez, tem entre seus cotistas um grupo de executivos da Companhia, além de dois renomados gestores de recursos de terceiros (*asset managers*), o DLJ e a Dynamo. Essa operação contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento de uma estrutura de gestão e administração mais eficiente e meritocrática na Companhia e em suas subsidiárias.

Na mesma época do ingresso do GMT FIP no capital social da Companhia, a Companhia adquiriu ações representativas do controle da Technos Relógios S.A. (“TERESA”), antiga controladora da TASA, por meio da subsidiária indireta, T1 Participações Ltda. Além disso, a controlada SD

Participações S.A. (“SD”) emitiu ações preferenciais equivalentes a 100% do seu capital preferencial, que foram integralmente subscritas pelo Fundo de Investimento em Participações Multisetorial (“FIP Multisetorial”). Concluídas essas etapas, após uma reorganização societária, a Companhia passou a controlar a TASA por meio da SD.

Em 2009, a Companhia licenciou a marca “Euro”, reforçando o posicionamento de mercado com o público feminino e, em 2010, relançou a marca “Mariner”, grande sucesso dos anos 80, voltada para o público jovem, com objetivo de reassumir a liderança no mercado recém reexplorado de relógios troca-pulseira.

Em 2010, a Companhia adquiriu as ações remanescentes da TASA detidas até então por seu antigo controlador e por Maria Estela Silvestrin, e, como consequência, a SD passou a controlar 100% do capital social da TASA.

### **III. Apresentação do desempenho dos negócios sociais da Companhia**

A Companhia desenvolve, monta e distribui relógios desde 1956, diretamente ou por meio de suas subsidiárias. Atualmente, a Companhia explora cinco marcas nacionalmente conhecidas e destinadas à classe média, sendo duas marcas próprias (“Technos” e “Mariner”) e três marcas detidas por terceiros, cujo uso é realizado por meio de contratos de licenciamento ou de distribuição exclusiva (“Mormaii”, “Euro” e “Seiko”). Os produtos da Companhia são vendidos em todo o território nacional, em pontos de vendas pulverizados que incluem relojoarias, joalherias, óticas e lojas de departamentos.

Adicionalmente, como suporte para o negócio de venda de relógios, a Companhia presta serviços de assistência técnica e vende peças de reposição para seus produtos, as quais são faturadas aos clientes quando a garantia de fábrica dos relógios, que dura 12 meses a partir de sua venda, já houver expirado à época do conserto solicitado.

Dessa forma, a receita operacional bruta da Companhia consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços de assistência técnica. Nos últimos exercícios sociais não houve flutuações significativas na representatividade desses dois tipos de receita em relação ao faturamento da Companhia. Ambos cresceram a taxas relativamente semelhantes, reforçando o conceito de apoio da assistência técnica em relação à venda de relógios.

A tabela a seguir ilustra a abertura da receita bruta da Companhia.



Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2009	(%) do Total	2010	(%) do Total	Varição (%) 2009/2010
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>				
<b>Receita Bruta</b>					
Venda de Relógios	207,2	97,1	256,8	97,4	23,9
Assistência Técnica	6,2	2,9	6,8	2,6	11,1
<b>Total</b>	<b>213,4</b>	<b>100,0</b>	<b>263,6</b>	<b>100,0</b>	<b>23,5</b>

#### *a) Venda de Relógios*

A receita bruta da Companhia com a venda de relógios passou de R\$207,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$256,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$49,5 milhões ou 23,9%. Esse aumento foi decorrente principalmente de um aumento de 34,2% no volume de venda de relógios, atingindo 2,1 milhões de unidades vendidas em 2010, contra 1,5 milhão de unidades vendidas em 2009, e foi parcialmente compensado por um decréscimo de 7,7% no preço médio por relógio para R\$124 em 2010, contra preço médio de R\$134 em 2009, em função do aumento da participação das marcas “Mariner” e “Euro” nas vendas de relógios.

#### *Categorias de Relógios*

A receita de venda de relógios da Companhia é analisada em função das categorias de relógios e por canal de distribuição. No caso das categorias de relógios, a análise é feita com base em três classificações, em função das características de posicionamento de cada marca e seus modelos: (i) clássico, englobando relógios mais tradicionais (“Clássico”); (ii) esporte, com relógios voltados a um estilo de vida ativo (“Esporte”); e (iii) moda, incluindo relógios ornamentados e voltados para a composição de um visual (“Moda”).

A tabela a seguir demonstra a abertura da receita bruta com a venda de relógios em cada uma das categorias de relógio mencionadas acima:

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**

	<b>2009</b>	<b>(%) do Total</b>	<b>2010</b>	<b>(%) do Total</b>	<b>Varição (%) 2009/2010</b>
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>				
<b>Venda de Relógios</b>					
<b>(por Categoria de Relógio)</b>					
Clássico	158,0	76,2	179,9	70,1	13,9
Esporte	47,7	23,0	61,5	23,9	28,8
Moda	1,6	0,8	15,4	6,0	873,8
<b>Total</b>	<b>207,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>256,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>23,9</b>

A categoria Clássico passou de uma participação de 76,2% da receita bruta da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para uma participação de 70,1% da receita bruta da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. A categoria Esporte passou de uma participação de 23,0% da receita bruta da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para uma participação de 23,9% da receita bruta da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. A categoria Moda passou de uma participação de 0,8% da receita bruta da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para uma participação de 6,0% da receita bruta da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Nota-se, portanto, um crescimento mais acentuado da categoria Moda, principalmente em função do lançamento, consolidação e aceitação pelo público das marcas “Euro” e “Mariner”, cujos produtos se concentram nesta categoria. Houve, também, o efeito do lançamento e do sucesso dos relógios troca-pulseira, já que a oferta atual de produtos sob a marca “Mariner” se concentra fortemente nesse tipo de produto. Apesar do crescimento na receita das categorias Clássico e Esporte, a taxas de crescimento de 13,9% e 28,8%, respectivamente, entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, observa-se que ambas as categorias perderam participação dentro da receita bruta da Companhia, devido ao forte crescimento da categoria Moda, que foi de 873,8% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010. O grande sucesso no lançamento da marca “Mariner” em setembro de 2010, e a consolidação e aceitação pelos consumidores da marca “Euro”, lançada em outubro de 2009, ambas as quais têm preços médios inferiores ao preço médio dos produtos da Companhia, explica a redução de preço médio observado em 2010 em relação a 2009.

*Tipos de Canais de Distribuição*

No que diz respeito aos canais de distribuição, a análise também conta com três classificações: (i) lojas especializadas, incluindo principalmente relojoarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes (“Lojas Especializadas”); (ii) magazines, incluindo principalmente lojas de departamento, lojas *online*, clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigos de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas (“Magazines”); e (iii) franquias, incluindo todas as lojas franqueadas da Companhia (“Franquias”).

A tabela a seguir demonstra a abertura da receita bruta da Companhia com a venda de relógios em cada um dos canais de distribuição descritos acima:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2009/2010
	2009	(%) do Total	2010	(%) do Total	
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>				
<b>Venda de Relógios</b>					
<b>(por Canal de Distribuição)</b>					
Lojas Especializadas	148,6	71,7	180,2	70,2	21,3
Magazines	58,6	28,3	76,3	29,7	30,1
Franquias <sup>(1)</sup>	0	-	0,3	0,1	-
<b>Total</b>	<b>207,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>256,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>23,9</b>

<sup>(1)</sup> Nossa primeira franquia foi inaugurada em setembro de 2010.

Na análise da venda de relógios por canal de distribuição, nota-se que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 as vendas para Magazines aumentaram 30,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparado com um crescimento de vendas para Lojas Especializadas entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 de 21,3%, resultando em um ganho de participação de Magazines de 1,4 ponto percentual em relação às Lojas Especializadas. Esse ganho é atribuído ao aumento da penetração dos produtos da Companhia junto a grandes magazines, bem como à forte expansão do número de lojas operadas por esses varejistas. O crescimento das vendas junto a varejistas virtuais e clubes de compra também contribuiu para esse ganho de participação. A implementação do projeto de varejo franqueado da Companhia (descrito em maiores detalhes no item VI abaixo) iniciou-se apenas em setembro de 2010, quando houve a inauguração da primeira loja franqueada, de forma que as Franquias ainda representam um percentual bastante inexpressivo da receita bruta da Companhia.

#### **b) Assistência Técnica**

A receita bruta da Companhia com assistência técnica passou de R\$6,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$6,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$0,7 milhão ou 11,1%. Esse aumento foi decorrente, principalmente, de um aumento de 26,6% no volume de relógios reparados fora da garantia, e foi parcialmente compensado por uma redução de 13,4% na receita bruta média apurada por cada relógio reparado. O aumento do volume de relógios reparados é atribuído ao aumento das vendas, e a redução na receita bruta média apurada por cada relógio reparado à menor complexidade dos serviços realizados.

Para maiores informações sobre os negócios e resultados da Companhia, recomenda-se a análise detalhada das demonstrações financeiras da Companhia, bem como do Formulário de Referência da Companhia constante do *site* da Companhia ([www.technos.com.br](http://www.technos.com.br)).

#### **IV. Alterações nas práticas contábeis**

Grifa-se que durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com o *International Financial Reporting Statements* (“IFRS”), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu várias normas e interpretações de normas, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil, com aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

A adoção desses novos pronunciamentos emitidos pelo CPC que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, requer também que sejam efetuados ajustes retroativos e consistentes às informações comparativas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Como resultado desse processo, os saldos e informações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, apresentados com base nas práticas contábeis aplicadas sobre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, são diferentes daquelas anteriormente apresentadas nas nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, apresentadas com base nas práticas contábeis vigentes nessas datas e, portanto, não são comparáveis.

Os impactos nas nossas demonstrações financeiras produzidos pela modificação de nossas práticas contábeis em 2010 estão apresentados na Nota 29 das demonstrações financeiras auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

#### **V. Conjuntura Econômica Geral**

Os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil, particularmente pela taxa de inflação, políticas governamentais, oscilações nas taxas de câmbio e políticas fiscais, bem como pelas condições econômicas gerais no mundo. O impacto das principais variáveis sobre os negócios da Companhia é analisado a seguir:

(i) *Inflação*: a inflação poderá afetar os resultados operacionais de duas formas mais diretas. A primeira é o impacto negativo tanto no custo de produto quanto nas despesas comerciais, gerais, e administrativas. A segunda é o impacto negativo no crescimento do PIB e a corrosão do poder de compra da classe média brasileira. No período de 2008 a 2010, a inflação acumulada, medida pelo INPC, totalizou 18,0%, conforme dados do IBGE. Apesar do efeito negativo desses aumentos sobre os custos de mão de obra e despesas de vendas e administrativas da Companhia, esse aumento foi compensado em grande parte com melhorias de eficiência principalmente na planta de Manaus e nos centros de assistência técnica. Além disso, no período de 2008 a 2010, a renda da classe média brasileira, conforme divulgado pelo IBGE, aumentou 11,4% acima da inflação, representando um aumento no poder de compra desses indivíduos.

(ii) *Varição de preços dos principais insumos e câmbio:* os principais insumos da Companhia são componentes de relógios comprados de fornecedores no exterior, com destaque para China e Japão. O preço desses insumos está ligado a fatores endógenos dessas duas economias, assim como a taxa de câmbio entre o real e o dólar. Dentre os fatores endógenos, o principal é a disponibilidade e o custo de mão de obra, que afeta significativamente o custo desses componentes, assim como o tempo necessário para a manufatura destes. A taxa de câmbio também é um fator relevante, já que as compras dos fornecedores estrangeiros são denominadas em dólares, e uma depreciação do real em relação a essa moeda levaria a custos maiores de produtos internalizados no Brasil. Tanto o aumento do preço dos componentes quanto a depreciação do real, se não forem compensados com reajustes de preços dos produtos, resultarão em uma redução da margem de lucro da Companhia. No período de 2008 a 2010, a inflação na China totalizou 6,7%, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional. Apesar desse aumento, a Companhia conseguiu manter o custo de componentes estável durante esse período em função do aumento do volume de compras e, consequentemente, do aumento do poder de negociação junto aos fornecedores. Já o câmbio médio, apesar de certa volatilidade, demonstrou redução ao longo do período. Segundo dados do Banco Central, a taxa de câmbio média evoluiu de R\$1,84 /US\$ em 2008 para R\$1,76 /US\$ em 2010, representando uma apreciação de 34%. Essa redução gerou efeito positivo nos custos unitários de produtos.

(iii) *Taxa de juros:* a taxa de juros no Brasil poderá afetar tanto os resultados operacionais da Companhia quanto o seu resultado financeiro. Caso o governo venha a aumentar a taxa de juros como forma de conter um aumento de inflação, é provável que a economia brasileira sofra com uma redução na taxa do crescimento do PIB, já que o encarecimento do crédito tende a desincentivar o consumo. Dentro dessa redução de crescimento econômico da economia em geral é possível que o mercado de acessórios de moda em geral, e o mercado de relógios especificamente, possam ser afetados, resultando em uma pressão negativa nas nossas vendas. Do ponto de vista do resultado financeiro, a Companhia também será impactada pelo aumento dos juros, já que parcela relevante de sua dívida é atrelada ao CDI. Um aumento dessa taxa acarretaria em um aumento dos juros pagos, aumentando as despesas financeiras e reduzindo o lucro líquido da Companhia. No período de 2008 a 2010, a taxa média de juros, medida pelo CDI, reduziu em 2,48 pontos percentuais, conforme dados da CETIP. Em 2008, o CDI médio foi de 12,25%, em comparação a 9,77% em 2010. Essa redução contribuiu positivamente para o crescimento do PIB brasileiro, e, consequentemente, para o aumento de vendas da Companhia, assim como para a redução dos custos de suas dívidas, contribuindo para o aumento do lucro líquido.

## **VI. Novos Produtos e Serviços**

Destacam-se dois projetos relevantes da Companhia: a implantação de uma rede de varejo franqueada e o lançamento de modelos de relógios troca-pulseira.

A implantação de uma rede de varejo franqueado prevê a abertura de pontos de venda dedicados a venda de produtos sob as marcas “Timecenter” e “Euro”. Esses pontos de venda são operados, na sua maioria, por terceiros, seguindo orientação detalhada definida pela Companhia em relação a todos os aspectos operacionais, desde a exposição dos produtos até o treinamento dos vendedores. A formatação desse projeto e sua implementação contam com a ajuda de consultorias especializadas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os gastos da Companhia com esse projeto totalizaram menos de R\$0,5 milhão e a Companhia pretende continuar a incorrer nesses custos de consultoria nos próximos anos em função da execução de nosso plano de implementação desta rede de varejo franqueado, em patamares similares ao realizado em 2010.

Adicionalmente, nota-se que o lançamento de modelos de relógio troca-pulseira teve impacto relevante para a Companhia, com diversos modelos desenvolvidos, montados e vendidos sob as marcas “Mariner” e “Mormaii”. Esses modelos atendem um público jovem que busca seguir tendências de moda e quer uma forma de auto-expressão. A Companhia não teve nenhum gasto externo com esse projeto, já que os modelos foram desenvolvidos internamente pela equipe de produtos dentro da rotina de trabalho dessa equipe.

## VII. Recursos Humanos

A tabela abaixo indica o número de empregados da Companhia (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica) ao término do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Em 31.12.2010	Atividade Desempenhada					Total geral	
	Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial		Produção
AM	25	4	3			412	444
BA	3	1	18	10			32
CE	4	1	8	10			23
DF	5		8	9			22
MG	3	1	9	7			20
PA	4	1	7	13	1		26
PE	5	1	11	9	1		27
PR	6	1	11	8	4		30
RJ	84	10	40	17	11		162
RS	4	1	16	12	2		35
SP	10	1	35	24	2		72
<b>Total geral</b>	<b>153</b>	<b>22</b>	<b>166</b>	<b>119</b>	<b>433</b>		<b>893</b>

A tabela abaixo indica o número de terceirizados da Companhia (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica) ao término do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2010

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Terceirizados
AM	Operacional/Produção	214
<b>Total</b>		<b>214</b>

O índice de rotatividade (desligamentos voluntários) da Companhia em 2010 foi de aproximadamente 3,4%.

### VIII. Investimentos

Os investimentos da Companhia se concentram em quatro principais tipos: (i) investimentos na estrutura e maquinário da planta em Manaus; (ii) investimentos em *hardware* e *software* de tecnologia; (iii) investimentos em automóveis para nossa equipe de vendas; e (iv) investimentos na manutenção de imóveis. O montante total de investimentos totalizou R\$5,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, R\$3,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, e R\$3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. A Companhia acredita que os investimentos a serem realizados em 2011 e 2012 serão de porte similar àqueles realizados em 2010, e planeja financiar tais investimentos com o seu fluxo de caixa

### IX. Principais Fatos Administrativos Ocorridos no Exercício

Durante o exercício social ocorrido em 2010, a Companhia celebrou, por meio de sua subsidiária SD Participações S.A. (“SD”), um contrato de compra e venda de ações, pelo qual adquiriu 11.236.771 ações ordinárias de emissão da subsidiária operacional TASA, detidas por Mario Hilário Goettems, fundador e ex-controlador da TASA, e Maria Estela Silvestrin. Essas ações representavam aproximadamente 10,04% do capital social total da TASA. Após a compra, a SD passou a deter 100% do capital social da TASA.

Além disso, durante o exercício social, a Companhia deliberou determinados aumentos de capital, no âmbito de seus programas de opção de compra de ações, conforme mencionados abaixo:

<b>Data da deliberação:</b>	29/04/2010
<b>Órgão que deliberou o aumento:</b>	Conselho de Administração
<b>Data da emissão:</b>	29/04/2010
<b>Valor total do aumento:</b>	R\$856.352,19
<b>Quantidade de Valores Mobiliários Emitidos, por classe e espécie:</b>	711.560 ações ordinárias
<b>Preço de Emissão:</b>	R\$ 1,203484
<b>Forma de Integralização:</b>	À vista em moeda corrente nacional.
<b>Critério para Determinação do Valor</b>	Preço fixado no âmbito dos programas de opção de compra de ações.

**de Emissão:****Subscrição Particular ou Pública:** Particular**Percentual que representou em** 0,55%**relação ao capital social****imediatamente anterior ao aumento:****Data da deliberação:** 01/04/2010**Órgão que deliberou o aumento:** Conselho de Administração**Data da emissão:** 01/04/2010**Valor total do aumento:** R\$ 838.591,13**Quantidade de Valores Mobiliários** 796.925 ações ordinárias**Emitidos, por classe e espécie:****Preço de Emissão:** R\$ 1,052284**Forma de Integralização:** À vista em moeda corrente nacional.**Critério para Determinação do Valor** Preço fixado no âmbito dos programas de opção de compra de ações.**de Emissão:****Subscrição Particular ou Pública:** Particular**Percentual que representou em** 0,62%**relação ao capital social****imediatamente anterior ao aumento:**

## **X. Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia determina que os lucros apurados em cada exercício social terão a destinação que a assembleia geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em lei. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações prevê que, do lucro líquido do exercício social, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, 5% serão destinados para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social, exceto no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Adicionalmente, o Estatuto Social determina a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, do percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. Nesse sentido, o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações prevê que, se o estatuto social for omissivo, 50% do lucro líquido do exercício social, após a constituição da reserva legal, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório. Ainda nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ser incompatível com a situação financeira da companhia.



A distribuição dos dividendos da Companhia ocorre anualmente. De acordo com o Estatuto Social vigente da Companhia acionistas representando a maioria do capital social podem aprovar o preparo de balanços intercalares, a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

## **XI. Auditores**

Nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, os auditores independentes da Companhia são a PricewaterhouseCoopers desde 31 de março de 2008.

A política da Companhia em relação aos auditores independentes, na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, substancia-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios estabelecem que: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve advogar por seu próprio cliente.

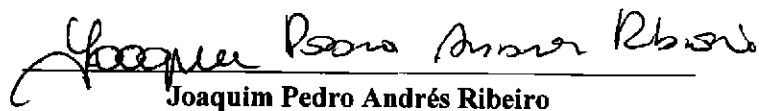
Adicionalmente, dentre os procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, destacam-se os seguintes: (i) a contratação e negociação de quaisquer serviços fora do escopo da auditoria deve ser sempre realizada junto a equipes diferentes daquelas que prestam os serviços de auditoria, lideradas por outros sócios, e sem qualquer comunicação entre si, e (ii) as contratações de serviços dos auditores externos devem ser sempre discutidas com o Conselho de Administração da Companhia.

Conforme a Instrução CVM 381/2003, além dos serviços de auditoria externa, os auditores independentes ou suas partes relacionadas prestaram os seguintes serviços para a Companhia ou para suas sociedades controladas, controladoras ou integrantes do mesmo grupo econômico:

<b>Natureza do Serviço Prestado</b>	<b>Data de Contratação</b>	<b>Prazo de Contratação (se superior a um ano)</b>	<b>Valor total dos honorários contratados</b>	<b>Percentual dos honorários em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa</b>
Consultoria tributária da PricewaterhouseCoopers na China	21.01.2010	Inferior a um ano	R\$56.000,00	11,6%

Dessa forma, considerando a natureza dos serviços prestados, a Companhia entende, com base na confirmação dos auditores, que durante o exercício de 2010 os auditores externos não prestaram serviços que pudessem impactar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2011.



A handwritten signature in black ink, reading "Joaquim Pedro Andrés Ribeiro". The signature is written in a cursive style and is positioned above a horizontal line.

**Joaquim Pedro Andrés Ribeiro**

Diretor Presidente

# **GMT Participações S.A.**

**Demonstrações financeiras  
de acordo com as práticas contábeis  
adotadas no Brasil e com o IFRS  
em 31 de dezembro de 2010**

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
GMT Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da GMT Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da GMT Participações S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMT Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMT Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase – Base de preparação**

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da GMT Participações S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

**Ênfase – Reapresentação**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão sendo reapresentadas em virtude das modificações descritas na Nota 2.1. Este parecer substitui o anteriormente emitido em 28 de abril de 2011.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 2011

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito  
Contador CRC 1SP188307/O-0

## GMT Participações S.A.

### Balancos patrimoniais Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	293	347	4.065	8.218
Títulos e valores mobiliários (Nota 8) ...				10.567
Contas a receber de clientes (Nota 10) .....			111.673	91.412
Dividendos a receber .....		12.904		81.508
Estoque (Nota 11) .....			54.936	48.533
Impostos a recuperar .....	12	5	7.359	7.526
Outros ativos .....	13	48	4.100	2.798
	13.222	400	182.133	158.487
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 12) .....			4.090	1.262
	13.222	400	186.223	159.749
				151.268
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo .....				
Títulos e valores mobiliários (Nota 8) .....			2.094	1.961
Depósitos judiciais .....			1.444	1.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19) .....			873	629
Outros ativos .....			158	105
	129.199	131.039	110.923	110.923
Investimentos (Nota 13) .....			130.863	133.507
Intangível (Nota 14) .....			10.844	11.874
Imobilizado (Nota 15) .....			146.276	149.308
	129.199	131.039	146.276	149.308
				163.353
<b>Total do ativo .....</b>	<b>142.421</b>	<b>131.439</b>	<b>332.499</b>	<b>309.057</b>
				<b>314.621</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos (Nota 16) .....			6.072	22.490
Fornecedores .....			3.468	1.830
Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar .....	1	6	3.463	2.126
Valor a pagar por aquisição de participação de não controladores (Nota 20 (c)) .....			17.031	
Salários e encargos sociais a pagar .....			11.884	9.509
Dividendos a pagar (Nota 26) .....	9.898		9.898	9.898
Licenciamentos a pagar .....			609	661
Outras contas a pagar .....	23	1	3.782	2.469
	9.922	1	56.207	39.085
				17.228
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos (Nota 16) .....			86.770	76.246
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19) .....			22.413	11.315
Provisão para contingências (Nota 17) .....			33.101	31.796
Licenciamentos a pagar .....		5	1.509	2.072
Outras contas a pagar .....				5
				2.063
				171.051
				188.279
<b>Total do passivo .....</b>	<b>9.922</b>	<b>6</b>	<b>200.000</b>	<b>160.519</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>				
Capital social (Nota 20) .....	113.310	111.987	113.310	111.987
Reservas de capital (Nota 20) .....	43	43	43	43
Reservas de lucros (Nota 20) .....	34.701	1.199	34.701	1.199
Ajuste de avaliação patrimonial .....	(15.555)	818	(15.555)	818
Lucros (prejuízos) acumulados (Nota 20) .....	17.386	(12.766)	17.386	(12.766)
	132.499	131.433	132.499	131.433
Participação dos não controladores .....				17.105
Total do patrimônio líquido .....	132.499	131.433	132.499	148.538
<b>Total do passivo e patrimônio líquido .....</b>	<b>142.421</b>	<b>131.439</b>	<b>332.499</b>	<b>309.057</b>
				<b>314.621</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## GMT Participações S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita (Nota 22).....			218.294	175.320
Custo das vendas (Nota 23).....			(79.523)	(66.939)
<b>Lucro bruto</b> .....			138.771	108.381
Despesas com vendas (Nota 23).....			(50.967)	(38.467)
Despesas administrativas (Nota 23).....	(416)	(697)	(27.019)	(22.061)
Outros, líquidos (Nota 23).....			(5.862)	4.918
Participação nos lucros de subsidiárias (Nota 14).....	36.737	34.951		
<b>Lucro operacional</b> .....	36.321	34.254	54.923	52.771
Receitas financeiras.....	43	31	8.816	12.491
Despesas financeiras.....	(650)		(12.138)	(12.662)
<b>Resultado financeiro, líquido (Nota 24)</b> .....	(607)	31	(3.322)	(171)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b> .....	35.714	34.285	51.601	52.600
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente (Nota 19 (b)).....			(3.204)	(1.762)
Diferido (Nota 19 (b)).....			(10.854)	(11.460)
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<u>35.714</u>	<u>34.285</u>	<u>37.543</u>	<u>39.378</u>
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da Companhia.....			35.714	34.285
Participação dos não controladores.....			1.829	5.093
			<u>37.543</u>	<u>39.378</u>
<b>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$por ação)</b>				
<b>Lucro básico por ação</b>				
Integralmente de operações continuadas (Nota 25 (a)).....			<u>0,283</u>	<u>0,275</u>
<b>Lucro diluído por ação</b>				
Integralmente de operações continuadas (Nota 25 (b)).....			<u>0,268</u>	<u>0,258</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**GMT Participações S.A.**

**Demonstrações das mutações no patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Capital social a integralizar	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
					Reserva de incentivo fiscal reflexa	Reserva legal	Dividendo adicional proposto				
<b>Em 1º de janeiro de 2009</b> .....	<b>126.405</b>	<b>(2.905)</b>	<b>3</b>	<b>681</b>				<b>(12.766)</b>	<b>111.418</b>	<b>14.924</b>	<b>126.342</b>
Absorção de prejuízos acumulados .....	(12.766)							12.766			
Integralização de capital em 13 de fevereiro de 2009 – R\$1,082 por ação (Nota 20) .....	500								500		500
Subscrição de ações em 1º de julho de 2009 – R\$1,148 por ação (Nota 20) .....	5	(5)									
Subscrição de ações em 15 de dezembro de 2009 – R\$1,082 por ação (Nota 20) .....	458								458		458
Integralização de capital em 15 de dezembro de 2009 - R\$1,205 por ação (Nota 20) .....		295							295		295
Plano de opção de ações dos empregados (Nota 21) .....			40						40		40
Ajuste reflexo de participação de controlada .....				137					137	(39)	98
Lucro líquido do exercício e resultado abrangente .....								34.285	34.285	5.093	39.378
Destinação do lucro líquido do exercício: .....											
(Nota 26) .....											
Reserva legal .....							1.199	(1.199)	(1.199)		
Dividendos .....								(15.700)	(15.700)	(2.873)	(18.573)
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b> .....	<b>114.602</b>	<b>(2.615)</b>	<b>43</b>	<b>818</b>		<b>1.199</b>		<b>17.386</b>	<b>131.433</b>	<b>17.105</b>	<b>148.538</b>
Integralização de capital em 1º de abril de 2010 – R\$1,2564 por ação (Nota 20) .....		479							479		479
Integralização de capital em 1º de abril de 2010 – R\$1,052284 por ação (Nota 20) .....	839								839		839
Resultado de aquisição de participação de não controladores (Nota 20) .....		5		(16.373)					(16.368)	(17.930)	(34.298)
Distribuição de dividendos do lucro de 2009 (Nota 26) .....								(7.077)	(7.077)		(7.077)
Lucro líquido do exercício e resultado abrangente .....								35.714	35.714	1.829	37.543
Destinação do lucro líquido do exercício (Nota 26) .....											
Reserva legal .....							1.786	(1.786)			
Incentivo fiscal de subsidiária .....						8.887		(8.887)			
Dividendos .....								(12.521)	(12.521)	(1.004)	(13.525)
Retenção de lucros .....								22.829			
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b> .....	<b>115.441</b>	<b>(2.131)</b>	<b>43</b>	<b>(15.555)</b>		<b>2.985</b>		<b>22.829</b>	<b>132.499</b>		<b>132.499</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## GMT Participações S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social .....	35.714	34.285	51.601	52.600
<b>Ajuste de itens que não afetam o caixa</b>				
Amortização e depreciação .....			2.537	1.795
Provisão para valor recuperável de estoques .....			4.788	6.707
Provisão para valor recuperável de contas a receber .....			434	612
(Reversão) provisão para contingências .....			1.305	(9.876)
Resultado na venda de ativos permanentes .....			(77)	(9)
Impairment de bens de ativo imobilizado e intangível .....			294	467
Equivalência patrimonial .....	(36.737)	(34.951)		
Juros sobre empréstimos .....			11.483	10.934
Outros .....	17	178	525	(744)
	(1.006)	(488)	72.890	62.486
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários .....			(133)	5.450
Redução (aumento) de contas a receber .....			(20.695)	(10.516)
Redução (aumento) nos estoques .....			(11.191)	(9.845)
Redução (aumento) nos impostos a recuperar .....	(7)	(5)	2.149	1.634
Redução (aumento) nos outros ativos .....	35	(48)	(1.567)	(1.639)
Aumento (redução) em fornecedores e contas a pagar .....	5	2	2.357	1.037
Aumento (redução) em salários e encargos sociais pagar .....			2.375	4.265
Aumento (redução) em impostos, taxas e contribuições sociais a pagar .....	1	(6)	1.337	(18.210)
Outros .....		3	(562)	891
Juros pagos .....			(10.412)	(10.934)
Imposto de renda e contribuição social pagos .....			(5.186)	(3.975)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais.....</b>	<b>(972)</b>	<b>(542)</b>	<b>31.362</b>	<b>20.644</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de participação de não-controladores .....			(18.327)	
Compras de imobilizado .....			(4.385)	(2.810)
Valor recebido pela venda de imobilizado .....			720	616
Compras de ativos intangíveis .....			(574)	(3.635)
Indenizações recebidas .....			2.331	16.338
Dividendos recebidos (Nota 27) .....	9.300	14.831		
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento.....</b>	<b>9.300</b>	<b>14.831</b>	<b>(20.235)</b>	<b>10.509</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Valor recebido pela emissão de ações ordinárias .....	1.318	1.253	1.318	1.253
Pagamentos de empréstimos .....			(11.966)	(16.182)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia .....	(9.700)	(15.700)	(9.700)	(15.700)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores .....			(1.004)	(2.873)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento .....</b>	<b>(8.382)</b>	<b>(14.447)</b>	<b>(21.352)</b>	<b>(33.502)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa.....</b>	<b>(54)</b>	<b>(158)</b>	<b>(10.225)</b>	<b>(2.349)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7).....</b>	<b>347</b>	<b>505</b>	<b>8.218</b>	<b>10.567</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7) .....</b>	<b>293</b>	<b>347</b>	<b>(2.007)</b>	<b>8.218</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**GMT Participações S.A.****Demonstrações do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado (*)</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Receitas bruta, a valor presente.....			255.463	205.387
Provisão para valor recuperável de contas a receber.....			(798)	(827)
Outras receitas.....			121	82
			<u>254.786</u>	<u>204.642</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custo das vendas .....	(229)	(697)	(62.097)	(50.351)
Materiais, energias e serviços de terceiros e outros .....			(40.585)	(31.417)
Perda/recuperação de valores ativos.....			(3.775)	2.513
Outras despesas .....			(28)	
	<u>(229)</u>	<u>(697)</u>	<u>(106.485)</u>	<u>(79.255)</u>
Valor adicionado bruto .....	(229)	(697)	148.301	125.387
Depreciação e amortização .....			(2.537)	(1.795)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....	<u>(229)</u>	<u>(697)</u>	<u>145.764</u>	<u>123.592</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial .....	36.737	34.951		
Lucro de 2009 não deliberado <sup>(*)</sup> .....	17.386		17.386	
Receitas financeiras .....	43	35	10.394	13.566
Outros .....		(4)	493	1.508
Valor adicionado total a distribuir.....	<u>53.937</u>	<u>34.285</u>	<u>174.037</u>	<u>138.666</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Salários e encargos .....	(187)		(53.646)	(43.146)
Impostos, taxas e contribuições Federais.....			(32.860)	(31.714)
Estaduais .....			(32.967)	(25.949)
Municipais .....			(93)	(82)
Incentivos fiscais .....			13.031	14.339
Juros e variações cambiais .....	(650)		(11.443)	(10.731)
Outros .....			(1.130)	(2.005)
Dividendos.....	(9.699)	(22.777)	(10.703)	(25.650)
Lucros retidos/prejuízo do exercício.....	(43.401)	(11.508)	(44.226)	(13.728)
Valor adicionado distribuído.....	<u>(53.937)</u>	<u>(34.285)</u>	<u>(174.037)</u>	<u>(138.666)</u>

<sup>(\*)</sup> Resultado gerado pela adoção dos novos CPCs/IFRS, não deliberados no exercício de 2009, impactando o saldo de abertura de Lucros acumulados do exercício de 2010.  
A demonstração de valor adicionado consolidada não forma parte das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **1 Informações gerais**

A GMT Participações S.A. (a "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado e está sediada na cidade de São Paulo - SP - Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia detém participação direta de 100% no capital votante da SD Participações ("SD Participações"). A SD participações detém participação de 100% do capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. ("TASA").

A Companhia possui o poder de controlar essas sociedades, e por isso, são integralmente tratadas como subsidiárias nessas demonstrações financeiras (conjuntamente "Grupo").

O Grupo é controlado pelo Fundo de Investimento e Participações GMT.

A emissão dessas demonstrações financeiras do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 7 de junho de 2011.

##### **(a) Estrutura societária**

Em 8 de maio de 2008 a Companhia adquiriu 100% das ações ordinárias da SD Participações.

Em 11 de maio de 2008 a Technos Relógios S.A., controlada indireta, incorporou sua controladora T1 Participações S.A. Na mesma data, a Technos Relógios S.A. foi incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio Ltda., sendo esta transformada societariamente em Sociedade Anônima de capital fechado.

Em 14 de maio de 2010, a SD Participações adquiriu 10,04% de participação adicional na TASA, aumentando a sua participação para 100% do capital total da TASA.

A Companhia também controla indiretamente, a Technos Amazônia Swiss Sarl ("TASS") que foi constituída com a finalidade específica e única de administrar a marca internacional Technos, não tendo qualquer atividade operacional geradora de resultado.

##### **(b) Operações**

A TASA é uma Sociedade Anônima de capital fechado, fundada no ano de 1956, e que tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de relógios de pulso sob marcas próprias TECHNOS e MARINER e as licenciadas MORMAIL, SEIKO e EURO. Seu parque industrial, sediado em Manaus - AM industrializa o produto final e o distribui para todo o território nacional, contando, para isto, com dez filiais instaladas nas principais capitais do país, cada uma com estrutura de vendas e assistência técnica local. A venda é feita exclusivamente aos lojistas, sendo o produto despachado diretamente da fábrica, em Manaus, para os lojistas.

#### **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor na data de transição para IFRS/CPCs, ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

As referidas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas, atendendo às solicitações da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que requereu:

- Divulgação dos limites de crédito aprovados junto às instituições financeiras, não utilizados (Nota 4.1(c));
- Conciliação do resultado de 2009 não deliberado proveniente dos impactos trazidos pela adoção dos novos CPCs/IFRS na Demonstração do valor adicionado – DVA;
- Detalhamento acerca da metodologia e premissas utilizadas para cálculo do Ajuste a valor presente (Nota 2.8);
- Inclusão do risco de taxa de juros (CDI) no quadro de Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM (Nota 4.1 (d));
- Detalhamento sobre os instrumentos financeiros derivativos (opções) presentes no contrato com o FIP Multisetorial (Nota 16 (b));
- Divulgação da expectativa da administração sobre o prazo estimado para desembolso dos passivos contingentes provisionados (Nota 17 (a));
- Divulgação da expectativa da administração sobre o prazo estimado para realização dos impostos diferidos (Nota 19 (a)); e
- Informações adicionais acerca de outros benefícios concedidos aos funcionários do Grupo (Nota 2.18 (c)).

Portanto, essas demonstrações financeiras diferem daquelas aprovadas pelo Conselho de Administração, em 8 de abril de 2011.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas na Nota 3.

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 29.

#### **(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas junto com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **2.2 Consolidação**

### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

#### **(i) Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. O Grupo não realizou nenhuma combinação de negócios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### **(ii) Transações e participações não controladoras**

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Tais ganhos e perdas com não controladores são registrados na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial".

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

#### **(b) Demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Pelo método de equivalência patrimonial os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo o ágio identificado na aquisição. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas controladas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição, incluindo perdas por *impairment* quando aplicável, são ajustadas contra o valor contábil do investimento.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas controladas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da GMT Participações S.A. as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

#### **2.3 Apresentação de informação por segmentos**

A administração da Companhia analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função da estrutura do Grupo e das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho serem elaboradas considerando os resultados do Grupo como um todo, a GMT possui somente um segmento. Adicionalmente, os tomadores de decisões podem efetuar caso necessário, determinadas análises sobre certas informações mais detalhadas dos produtos, marcas e outras divisões do Grupo, que não se qualificam como segmentos para divulgação.

#### **2.4 Conversão de moeda estrangeira**

##### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e, de todas as suas controladas, e também, a moeda de apresentação do Grupo.

##### **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

#### **2.6 Ativos financeiros**

##### **2.6.1 Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado classificados no circulante são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria classificados como ativos circulantes representam CDBs (Nota 8).

#### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", e "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" classificados como ativos não circulante (Nota 8).

#### **2.6.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no período em que ocorrem.

#### **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.6.4 Impairment de ativos financeiros**

##### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.



## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

#### **2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são subsequentemente, reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **2.8 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e deduzidas da provisão para *impairment*. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 10).

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa descontados (Nota 2.6.4(a)). A taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) na data da transação é utilizada como taxa de desconto. A referida taxa é compatível com transações de natureza, prazo e riscos em condições similares de mercado, considerando o histórico de recebimento da Companhia. A outra premissa chave no cálculo do valor presente é o prazo de recebimento. Utilizamos como premissa o prazo individual de cada nota fiscal faturada. A Companhia reavalia essa metodologia trimestralmente, atualizando suas premissas conforme as práticas comerciais de prazos efetivamente registradas assim como alterações na taxa SELIC vigente.

#### **2.9 Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende componentes, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

#### **2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda**

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e não pelo uso contínuo, e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. Caso a venda não ocorra no período de um ano, a administração reavalia se as premissas utilizadas para a classificação original, ainda permanecem válidas.

#### **2.11 Ativos intangíveis**

##### **(a) Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(b) Marcas registradas e licenças**

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como “Licenciamentos a pagar” (Nota 2.14). As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada conforme descrito na Nota 14(c). Para as marcas e licenças de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de *impairment* (Nota 14(d)).

#### **(c) Softwares**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de acordo com Nota 14.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (Nota 14).

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.12 Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações e benfeitorias .....	25
Equipamentos e instalações .....	10
Veículos .....	10
Móveis, utensílios e equipamentos.....	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 15).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros, líquidos" na demonstração do resultado.

O Grupo revisou as taxas de vida útil das principais classes de ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e optou por registrar os efeitos das mudanças de vidas úteis de forma prospectiva a partir da data dos laudos, o que na prática, gerará efeitos a partir de 2011. Adicionalmente, o Grupo decidiu por não utilizar "deemed cost" como base de valor para os ativos imobilizados uma vez que os efeitos das mudanças das taxas de depreciação dos ativos não trazem efeitos significativos nas demonstrações financeiras. Uma parcela significativa dos bens classificados como máquina e equipamentos encontram-se totalmente depreciados e esses bens não estão sendo utilizados. A administração da Companhia realizará uma avaliação sobre esses bens, e a expectativa é que os mesmos sejam baixados contabilmente, e não sendo esperados efeitos contábeis.

#### 2.13 Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e determinadas marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são integralmente agrupados na TASA, que concentra as operações do Grupo. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **2.14 Contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços ou licenciamentos de marcas que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **2.15 Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

##### **(a) Ações preferenciais**

Ações preferenciais com direito a dividendos fixos e que representem obrigações contratuais de desembolsar caixa (ou entregar outros ativos financeiros) em pagamento ao detentor dos títulos são reconhecidas como empréstimos conforme descrito acima. As parcelas dos dividendos dessas ações preferenciais relativas aos juros são reconhecidas no resultado como despesa financeira e a parcela remanescente como amortização do empréstimo.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### **2.16 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos de obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

##### **(a) Corrente**

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus - AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Conseqüentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

##### **(b) Diferido**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

#### **2.18 Benefícios a empregados**

##### **(a) Participação dos empregados nos lucros**

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

##### **(b) Plano de opção de compra de ações – *stock options***

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com ações disponíveis, segundo os quais a Companhia recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos serviços do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquirido. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido ("*vesting period*"); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(c) Outros benefícios**

O Grupo oferece ainda outros benefícios aos seus funcionários como: assistência médica, seguro de vida, vale refeição ou refeição em refeitório e auxílio educação, independentemente do nível hierárquico. Adicionalmente, de acordo com a localidade do funcionário e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e aparelho de telefonia móvel. As despesas relacionadas a esses benefícios são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

O Grupo não oferece qualquer tipo de benefício pós-emprego aos seus funcionários.

#### **2.19 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### **2.20 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, e do ajuste a valor presente.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

##### **(a) Venda de produtos**

O Grupo, por meio da TASA, monta e vende uma variedade de relógios no mercado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o lojista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o características da fatura; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

A garantia é assegurada aos consumidores pelo prazo de até 12 meses, a partir da data da venda do lojista ao consumidor final. As vendas são registradas com base no valor justo. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de aproximadamente 120 dias, têm caráter de financiamento e são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa SELIC, que a administração acredita ser compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado (Nota 2.8).



## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(b) Vendas de serviços**

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.

#### **(c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

#### **2.21 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O estatuto social não prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Conseqüentemente, de acordo com a legislação societária brasileira, quando omissivo, o dividendo mínimo obrigatório a ser considerado é de 50% do lucro ajustado. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

#### **2.22 Incentivos fiscais**

##### **Crédito estímulo do ICMS**

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus – AM. Conseqüentemente, a despesa com esses tributos registrada na linha de deduções de vendas na demonstração do resultado é contabilizada pelo valor líquido de 45%.

#### **2.23 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

##### **(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo**

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

- IFRS 9, “Instrumentos financeiros”, emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O IFRS 9 introduz novas exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização do Grupo para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.
- O Grupo ainda avaliará o impacto total do IFRS 9. Não se espera que haja impacto nas demonstrações financeiras do Grupo ou da controladora.

Os demais pronunciamentos não são relevantes para o Grupo.

#### (b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações do Grupo

O Grupo não espera que as interpretações e alterações das normas existentes que foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes tenham impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2010.

<b>Tópico</b>	<b>Data da entrada em vigor</b>
Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação dos Direitos de Ações" .....	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 – "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital" .....	1º de julho de 2010
Alteração no IFRS 1 – "Primeira Adoção de IFRS – Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez" .....	1º de julho de 2010
IAS 24 – "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009) .....	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 – "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos ( <i>funding</i> ) e sua Interação" .....	1º de janeiro de 2011

#### Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

- IFRS 1 – "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"
- IFRS 3 – "Combinações de Negócios"
- IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros"
- IAS 1 – "Apresentação das Demonstrações Financeiras"
- IAS 27 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- IAS 34 – “Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários”
- IFRIC 13 – “Programas de Fidelização de Clientes”

### **3 Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis da entidade**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### **(a) Perda (*impairment*) estimada de ágio**

Anualmente, a Companhia testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda (Nota 14(d)).

No caso do ágio, a Companhia utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor justo, líquido de despesa de venda. O valor justo foi obtido por referência à uma transação recente de venda de participação realizada no último trimestre de 2010 entre cotistas do Fundo de Investimentos e Participações GMT. O resultado dessa estimativa indicou que em 31 de dezembro de 2010, o valor recuperável era superior ao valor contábil. Consequentemente, na data de balanço nenhuma despesa de *impairment* estimada de ágio foi registrada.

#### **(b) Provisão para contingências**

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 17.

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(c) Provisão de *impairment* de estoques**

A provisão de *impairment* de estoques é registrada quando a administração da Companhia avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão de *impairment* de estoques está descrita na Nota 11.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de *impairment* de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avaliam a necessidade de se complementar ou reverter provisão de *impairment* por obsolescência.

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2010 foi registrada perda de com redução ao valor líquido de realização de estoques no montante de R\$4.788 (2009 - R\$6.707) (Nota 11).

#### **(d) Provisão de *impairment* de contas a receber**

O Grupo analisa a existência e evidência de perda para determinar quando um contas a receber não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, o desempenho do setor e do segmento. A administração classifica seus clientes por Grupos, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação de *impairment*.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, o Grupo sofreria um prejuízo adicional de R\$3.268 em suas demonstrações financeiras de 2010.

## **4 Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Fatores de risco financeiro**

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(a) Risco de mercado**

##### **(i) Risco cambial**

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data do embarque da mercadoria. As importações são integralmente liquidadas no momento do embarque, antes da precificação dos produtos finais. Dessa forma, a exposição ao câmbio é reduzida, se restringindo a oscilações não antecipadas nesse período que podem resultar: ou em margens menores, ou na necessidade de precificação num patamar mais elevado, potencialmente comprometendo as vendas desse produto.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*. Vide item (d) abaixo com a análise de sensibilidade.

##### **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Exceto pelas ações preferenciais mencionadas na Nota 16, que estão sujeitas a remuneração do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) e saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos o Grupo não tem outros ativos nem passivos significativos em que incidam juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo estão, substancialmente, livres das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A administração do Grupo considera que o CDI é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A administração considera que as margens praticadas nas suas operações são suficientes para remunerar os detentores das ações preferenciais. A administração não considera o risco de taxa de juros crítico na sua operação.

#### **(b) Risco de crédito**

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber (Nota 6).

#### **(c) Risco de liquidez**

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O Grupo monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos - FIP (Nota 16).....		22.565	74.692	19.606
Empréstimo (capital de giro).....	6.072			
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9).....	425			
Licenciamento a pagar .....	700	700	1.225	
Valor a pagar por aquisição de participação não controladores.....	17.031			
Fornecedores e outras obrigações.....	18.729			
Em 31 de dezembro de 2009				
Empréstimos – FIP .....	21.490		71.135	45.728
Licenciamento a pagar .....	700	700	1.925	
Fornecedores e outras obrigações.....	13.775			
Em 1º de janeiro de 2009				
Empréstimos (dívida FIP).....	26.969	21.490	46.257	70.605
Fornecedores e outras obrigações.....	9.075			

O Grupo possui ainda linha de crédito aprovada com instituição financeira de primeira linha, não utilizada, no montante de R\$4.500.

#### (d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

	31 de dezembro de 2010		Risco	Cenário		
	Passivo	Nocional		Provável (*)	25%	50%
Financiamento .....	109.873	109.873	Aumento da taxa de juros CDI	10.714	13.377	16.034
Derivativo cambial .....	425	14.899	Desvalorização do US\$	425	4.045	7.663

(\*) O cenário provável da taxa de juros CDI representa uma variação de média de 12,06% no ano de 2011 e teve como base as projeções contidas nos relatórios FOCUS do Banco Central do Brasil.

É importante ressaltar que a utilização de derivativos cambiais se restringe tão somente à proteção do montante contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos seis meses subsequentes. Qualquer variação na cotação do US\$ que vier a causar perda nos investimentos derivativos tende a ser compensada por ganho na liquidação dos câmbios relacionados a compras de fornecedores estrangeiros.

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 (Nota 9(a)).

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 4.2 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do exercício social.

Em 2010, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2009, foi a de manter o índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido) dentro de patamares estáveis ou com pequenas variações. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Total dos empréstimos (Nota 16) .....	92.842	98.736
Total do valor a pagar por aquisição de participação de não controladores.....	17.031	
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7).....	(4.065)	(8.218)
Dívida líquida .....	<u>105.808</u>	<u>90.518</u>
Patrimônio líquido .....	<u>132.499</u>	<u>131.433</u>
Índice de alavancagem financeira – dívida líquida/patrimônio líquido.....	<u>79,8%</u>	<u>68,9%</u>

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

#### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

#### (a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo do Grupo são integralmente classificados no Nível 1, e compreendem os títulos e valores mobiliários - CDBs (Nota 8).

	<b>Consolidado</b>
	<b>1º de janeiro de 2009</b>
Títulos e valores mobiliários .....	<u>5.626</u>

#### (b) Passivos financeiros

Os únicos passivos financeiros do Grupo avaliados pelo valor justo através do resultado são os instrumentos financeiros derivativos. Estes instrumentos são integralmente classificados no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de instrumentos financeiros derivativos passivos reconhecido na conta de outras contas a pagar no passivo circulante é de R\$425.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. O Grupo não possui nenhum instrumento financeiro avaliado ao valor justo por meio do resultado classificado no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

#### 5 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Total	
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários.....	2.094	2.094	
Contas a receber de clientes .....	111.673	111.673	
Caixa e equivalentes de caixa .....	4.065	4.065	
	<b>117.832</b>	<b>117.832</b>	
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos (dívida FIP) .....		86.770	86.770
Empréstimo (capital de giro) .....		6.072	6.072
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9(a)) .....	425		425
Licenciamentos a pagar .....		2.118	2.118
Valor a pagar por aquisição de participação .....		17.031	17.031
não controladores.....			
Fornecedores e outras obrigações, excluindo .....			
obrigações legais .....		3.468	3.468
	<b>425</b>	<b>115.459</b>	<b>115.884</b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>	
31 de dezembro de 2009			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes .....	91.412	91.412	
Títulos e valores mobiliários .....	1.961	1.961	
Caixa e equivalentes de caixa.....	8.218	8.218	
	<b>101.591</b>	<b>101.591</b>	
	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>	
31 de dezembro de 2009			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos (dívida FIP) .....	98.736	98.736	
Licenciamentos a pagar .....	2.733	2.733	
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais .....	1.830	1.830	
	<b>103.299</b>	<b>103.299</b>	
	<b>Consolidado</b>		
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
1º de janeiro de 2009			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes .....	81.508		81.508
Títulos e valores mobiliários .....	1.785	5.626	7.411
Caixa e equivalentes de caixa .....	10.567		10.567
	<b>93.860</b>	<b>5.626</b>	<b>99.486</b>
		<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
1º de janeiro de 2009			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos (dívida FIP).....	114.918		114.918
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais.....	1.344		1.344
	<b>116.262</b>		<b>116.262</b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Controladora

As contas a receber e a caixa e equivalentes de caixa são classificadas como “Empréstimos e recebíveis”; as contas a pagar são classificadas como “Outros passivos financeiros”.

#### 6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contrapartes sem classificação externa de crédito			
Clientes nacionais .....	21.694	15.331	13.960
Clientes regionais e locais.....	87.148	73.245	64.947
Outros .....	2.831	2.836	2.601
<b>Total de contas a receber de clientes.....</b>	<b>111.673</b>	<b>91.412</b>	<b>81.508</b>
Conta-corrente e depósitos bancários <sup>(*)</sup>			
AAA .....	5.709	9.435	17.843
AA+ .....	443	738	128
	<b>6.152</b>	<b>10.173</b>	<b>17.971</b>

<sup>(\*)</sup> Classificação extraída através do relatório da agência classificadora Fitch Ratings Brasil Ltda..

O Grupo somente utiliza instituições financeiras com *rating* de AAA para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos (Nota 9).

- Clientes nacionais – clientes de abrangência nacional, na maioria das vezes com grandes redes de pontos de venda atendendo o território nacional;
- Clientes regionais e locais – clientes de abrangência regional ou local, com um ou alguns pontos de venda concentrados na mesma região;
- Outros – clientes “*giftline*” e outros que não possuem histórico de relacionamento recorrente com o Grupo e não têm como atividade fim a comercialização de relógios.

O Grupo efetua a análise de crédito com base principalmente, no histórico de pagamentos do cliente. O limite de crédito é determinado de forma individual, e leva em consideração a sua capacidade financeira, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, o Grupo recorre à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os clientes adimplentes, desde que respeitados os limites de crédito, as vendas são efetuadas automaticamente. Para os clientes que já figuraram como inadimplentes, a autorização das vendas é feita manualmente com base em análise individual, até que o histórico de crédito seja restabelecido.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi descontado no último exercício.

#### 7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa				7	6	7
Depósitos bancários de curto prazo .....	21			967	5.612	1.371
Certificados de depósito bancário ("CDBs").....	272	347	505	3.091	2.600	9.189
	<b>293</b>	<b>347</b>	<b>505</b>	<b>4.065</b>	<b>8.218</b>	<b>10.567</b>

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o caixa, os equivalentes de caixa incluem as contas garantidas como abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa e equivalentes de caixa .....	293	347	505	4.065	8.218	10.567
Contas garantidas (capital de giro) .....				(6.072)		
	<b>293</b>	<b>347</b>	<b>505</b>	<b>(2.007)</b>	<b>8.218</b>	<b>10.567</b>

#### 8 Títulos e valores mobiliários

Em 2010 e 2009, a Companhia mantinha as aplicações financeiras concentradas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média a 100% do CDI, mantidos em instituições de primeira linha, conforme composição abaixo:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Certificados de depósito bancário ("CDBs") .....			5.626
CDBs – Fianças bancárias <sup>(*)</sup> .....	2.094	1.961	1.785
	<b>2.094</b>	<b>1.961</b>	<b>7.411</b>

<sup>(\*)</sup> Parcela dos títulos e valores mobiliários encontra-se vinculada a cartas de fianças bancárias e garantias de operações e estão classificadas como empréstimos e recebíveis no ativo não circulante.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 9 Instrumentos financeiros derivativos

### (a) Mercado futuro de dólar (*forward*)

O Grupo, com o objetivo de reduzir sua potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$/US\$, utilizada para liquidação de suas importações, contratou no exercício de 2010 operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo circulante e a contrapartida é registrada na demonstração de resultado na rubrica de receitas e despesas financeiras.

Em 31 de dezembro o saldo passivo dos instrumentos financeiros derivativos das operações de mercado futuro de dólar é de R\$425, e é mantido integralmente com o Banco HSBC.

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *mercado futuro de dólar*, em aberto em 31 de dezembro de 2010, correspondem a R\$14.899, equivalentes a US\$8.600 em (2009 – R\$zero).

Em 31 de dezembro de 2010, as taxas de dólar futuro em aberto contratadas pelo Grupo variaram entre R\$1,692 e R\$1,786 (2009 – R\$zero).

### (b) Compra e venda de opções

A companhia possui instrumentos contratuais de compra e venda das ações preferenciais detidas pelo Fundo de Investimento em Participações Multisetorial ("FIP Multisetorial") na controlada SD Participações S.A., as quais são reconhecidas como passivo financeiro. Tais instrumentos não tem como objetivo principal gerar ganhos financeiros, e sim assegurar o funcionamento da estrutura societária acordada entre a Companhia e o FIP Multisetorial e proteger as partes no caso de acontecimentos negativos não previstos.

O efeito prático desses instrumentos contratuais de compra e venda de ações é a classificação das ações preferenciais como passivo financeiro (empréstimo). (Nota 16)

## 10 Contas a receber de clientes

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a receber de clientes .....	125.033	103.588	93.964
Ajuste a valor presente .....	(2.573)	(1.824)	(2.716)
Menos			
Provisão para perda de contas a receber de clientes .....	(10.787)	(10.352)	(9.740)
Contas a receber de clientes, líquidas .....	111.673	91.412	81.508

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo das contas a receber, líquidas aproxima-se do valor justo, e foram apurados com base no fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa desconto de 9,13% (2009 - 8,77%) que é igual a SELIC diminuídos da provisão para perda de contas a receber de clientes ("*impairment*").

Em 31 de dezembro de 2010, no consolidado, as contas a receber de clientes no valor de R\$3.268 (2009 -R\$3.055; 1º de janeiro de 2009 - R\$2.685) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Até 3 meses .....	2.146	2.145	1.816
De 3 a 6 .....	1.122	910	869
	<b>3.268</b>	<b>3.055</b>	<b>2.685</b>

Em 31 de dezembro de 2010 no consolidado, as contas a receber de clientes, no total de R\$10.786 (2009 - R\$10.352; 1º de janeiro de 2009 - R\$9.740) foram classificadas como não recuperáveis ("*impaired*") e provisionadas. Não havia contas a receber na Controladora. As contas a receber individualmente *impaired* referem-se principalmente a lojistas especializados, e são pulverizados. Em 31 de dezembro de 2010, os saldos em atraso são pulverizados e não há qualquer valor individual por lojista superior a 2% do saldo total em atraso. Para os saldos em atraso, o Grupo toma uma série de medidas, que incluem cobranças administrativas visando a recuperação desses créditos. Segundo avaliação da administração, uma parcela desse contas a receber deve ser recuperada. O total das contas a receber *impaired* está vencido há mais de 180 dias.

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2010	2009
Em 1º de janeiro .....	10.352	9.740
Provisão para perda de contas a receber .....	1.097	990
Reversão de perda .....	(662)	(378)
Em 31 de dezembro .....	<b>10.787</b>	<b>10.352</b>

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima (Nota 4.1(b)). O Grupo não mantém nenhum título como garantia, exceto pela dívida de capital de giro contraída em dezembro de 2010 (Nota 16). Não foi efetuado qualquer desconto de duplicatas.

As contas a receber de clientes são integralmente mantidas em Reais.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 11 Estoques

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Produtos acabados.....	24.188	27.742	19.573
Produtos em processo .....	2.113	438	3.000
Componente.....	21.311	16.801	19.014
Importações em andamento.....	43	24	56
Adiantamentos a fornecedores.....	7.281	3.528	3.752
	<b>54.936</b>	<b>48.533</b>	<b>45.395</b>

A política do Grupo para perda com estoques descrito na Nota 2.9, também considera perdas estimadas com obsolescência, tanto em função do giro quanto da qualidade física dos estoques.

As movimentações na provisão para valor de realização de estoques do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2010	2009
Em 1º de janeiro.....	13.338	6.631
Provisão para perda em estoques .....	4.788	6.707
Estoques baixados durante o exercício como inutilizáveis .....	(2.863)	
Em 31 de dezembro.....	<b>15.263</b>	<b>13.338</b>

A provisão para perda de estoques foi constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques.

#### 12 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos classificados nesse grupo referem-se a: (i) a terreno localizado na cidade de Manaus – AM, cujo o valor contábil em 31 de dezembro de 2010 é de R\$1.262 e (ii) imóvel localizado na Barra da Tijuca – RJ, cujo o saldo líquido contábil em 31 de dezembro de 2010 é de R\$2.828.

Não houve *impairment* reconhecido sobre estes ativos quando da classificação como mantidos para venda em 2010.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 13 Investimentos em subsidiárias

##### (a) Investimentos em subsidiárias (Controladora)

	2010	2009
Em 1º de janeiro.....	131.039	110.923
Participação nos lucros de subsidiárias.....	36.737	34.951
Dividendos recebidos/a receber de subsidiárias.....	(22.204)	(14.835)
Aquisição de participação acionária não controladores.....	(16.373)	
Em 31 de dezembro.....	129.199	131.039

Nome	País	Negócio	Percentual Participação direta nas ações ordinárias
SD Participações.....	Brasil	Holding	100%
TASA.....	Brasil	Fabricação de relógios	100%
TASS.....	Suíça	Escritório de representação	100%

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das principais controladas diretas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
<b>31 de dezembro de 2010</b>				
SD Participações.....	245.899	121.170	47.552	36.737
TASA.....	232.188	64.060	218.294	49.372
TASS.....	4	10		(8)
<b>31 de dezembro de 2009</b>				
SD Participações.....	229.918	98.736	45.689	34.951
TASA.....	217.248	47.907	175.320	50.782
TASS.....	12	10		(4)
<b>1º de janeiro de 2009</b>				
SD Participações.....	226.027	114.923		
TASA.....	220.508	73.333		
TASS.....	21	13		



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 14 Intangível

	Consolidado			
	Ágio	Software	Marcas e licenças	Total
Em 1º de janeiro de 2009				
Custo.....	141.840	2.056	4.282	148.178
Amortização e <i>impairment</i> acumulados.....		(1.411)		(1.411)
Saldo contábil, líquido.....	141.840	645	4.282	146.767
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009				
Saldo inicial.....	141.840	645	4.282	146.767
Aquisições.....		618	3.017	3.635
Indenizações recebidas.....	(16.338)			(16.338)
<i>Impairment</i> .....		(228)		(228)
Amortização.....		(177)	(152)	(329)
Saldo contábil, líquido.....	125.502	858	7.147	133.507
Em 31 de dezembro de 2009				
Custo.....	125.502	2.674	7.299	135.475
Amortização, <i>impairment</i> acumulados e indenizações.....		(1.816)	(152)	(1.968)
Saldo contábil, líquido.....	125.502	858	7.147	133.507
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010				
Saldo inicial.....	125.502	858	7.147	133.507
Aquisições.....		566	8	574
Indenizações recebidas.....	(2.331)			(2.331)
Amortização.....		(242)	(645)	(887)
Saldo contábil, líquido.....	123.171	1.182	6.510	130.863
Em 31 de dezembro de 2010				
Custo.....	123.171	3.240	7.307	133.718
Amortização, <i>impairment</i> acumulados e indenizações.....		(2.058)	(797)	(2.855)
Saldo contábil líquido.....	123.171	1.182	6.510	130.863

#### (a) Ágio

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas: T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (Nota 1(a)), foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura, e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém está sujeito a teste anual de *impairment*.

As indenizações recebidas em 2009 e 2010, relacionadas com a combinação de negócios acima descrita, foram registradas diretamente como redutoras do saldo de ágio, em função da transação original ter ocorrido anteriormente à adoção das práticas contábeis estabelecidos por IFRS/CPC. O Grupo utilizou a isenção disponível para combinação de negócios na data de transição (Nota 29).

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(b) Marcas**

No grupo de marcas e estão registrados os custos de aquisição da marca Technos. A aquisição da marca nacional ocorreu em junho de 1994 e da marca internacional em março de 2001. Ambas estão contabilizadas ao custo de R\$2.140 e R\$2.142, respectivamente.

O Grupo atribuiu vida útil indefinida à marca Technos. Os elementos considerados na avaliação da administração compreenderam: (i) o histórico de sucesso de longo prazo da marca iniciada há mais de cem anos na Suíça; (ii) o nível dos gastos de manutenção requeridos para obter os benefícios econômicos futuros; (iii) inexistência de prazo legal para a sua utilização, capacidade e a intenção do Grupo em manter o ativo; e (iv) ausência de fatores ligados à obsolescência técnica, tecnológica ou comercial, entre outros.

#### **(c) Licenças de uso de marca**

O Grupo possui as licenças para a comercialização das marcas Euro, Seiko e Mormaii.

##### **(i) Mormaii**

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Mormaii, pelo prazo de 10 anos a findar em 31 de dezembro de 2013. De acordo com o esse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca, à título de *royalties*, um percentual do valor bruto sobre as vendas dos produtos com a marca Mormaii. Não foi efetuado qualquer pagamento inicial e, dessa forma, não existe qualquer registro no ativo intangível.

##### **(ii) Euro**

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Euro, com vigência até 30 de setembro de 2014. Com base nesse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca um valor fixo mensal, reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM").

Além da remuneração fixa, o Grupo é obrigado a pagar remuneração variável a qual é calculada como base na receita bruta anual das vendas multiplicada por fatores decrescentes limitados a um valor máximo durante o prazo do contrato.

O valor da parcela variável somente será devido quando for superior ao valor total fixo anual e, nesse caso, será equivalente a diferença positiva entre o valor da parcela variável e o valor total fixo anual.

As obrigações a pagar pelo uso da marca EURO correspondentes ao valor presente dos pagamentos mínimos estão registrados como "Licenciamento a pagar".

##### **(iii) Seiko**

Para o uso da licença Seiko, a única exigência requerida é que todos os componentes utilizados nos relógios da marca Seiko utilizem componentes genuínos da marca, não sendo permitido o uso de qualquer outro componente que não sejam oriundos da Seiko.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(d) Testes de verificação de *impairment* para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida**

Conforme definido na política contábil descrita na Nota 2.13, o Grupo testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constituem principalmente de ágio e da Marca Technos.

#### **Ágio**

Para fins de testes de *impairment*, o ágio foi integralmente alocado ao investimento na TASA. O Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de venda menos os custos associados a essa venda. Esse valor foi estipulado com base em transação recente de compra e venda de participação acionária entre os cotistas do Fundo de Investimentos e Participações GMT. O único investimento da GMT, a qual não possui operações, é representado por 100% das ações ordinárias da TASA. A administração concluiu que o saldo do ágio é recuperável e por isso não registrado qualquer perda de *impairment* de ágio.

#### **Marcas**

Para a determinação do valor recuperável da Marca Technos, a avaliação foi efetuada com base na projeção dos fluxos de caixa esperados dos negócios envolvendo produtos dessa marca. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas ao volume de vendas, rentabilidade, taxas de desconto, entre outras. A administração concluiu que se utilizasse somente um ano no cálculo do fluxo de caixa, o resultado (valor recuperável) é superior valor ao contábil registrado.

#### **Outros**

A despesa de *impairment* reconhecida no exercício de 2009 é relativa ao valor residual de *software* que foi descontinuado, no montante de R\$228 mil.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 15 Imobilizado

	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	
Em 1ª de janeiro de 2009							
Custo .....	2.133	14.961	21.881	2.132	7.911	88	49.106
Depreciação acumulada .....		(9.885)	(19.738)	(297)	(6.518)	(59)	(36.497)
Saldo contábil, líquido .....	<u>2.133</u>	<u>5.076</u>	<u>2.143</u>	<u>1.835</u>	<u>1.393</u>	<u>29</u>	<u>12.609</u>
Em 31 de dezembro de 2009							
Saldo inicial .....	2.133	5.076	2.143	1.835	1.393	29	12.609
Aquisições .....		634	575	1.132	469		2.810
Impairment .....			(157)		(82)		(239)
Alienações – custo .....			(616)	(858)	(4)		(1.478)
Alienações – depreciação acumulada .....			616	251	4		871
Depreciação (Nota 29) .....		(470)	(379)	(244)	(368)	(5)	(1.466)
Valores transferidos para ativos não circulantes mantidos para venda – custo (Nota12).....	(342)	(2.174)					(2.516)
Valores transferidos para ativos não circulantes mantidos para venda depreciação (Nota12) .....		1.283					1.283
Saldo contábil, líquido .....	<u>1.791</u>	<u>4.349</u>	<u>2.182</u>	<u>2.116</u>	<u>1.412</u>	<u>24</u>	<u>11.874</u>
Em 31 de dezembro de 2009							
Custo .....	1.791	13.421	21.840	2.406	8.376	88	47.922
Depreciação acumulada .....		(9.072)	(19.658)	(290)	(6.964)	(64)	(36.048)
Saldo contábil, líquido .....	<u>1.791</u>	<u>4.349</u>	<u>2.182</u>	<u>2.116</u>	<u>1.412</u>	<u>24</u>	<u>11.874</u>
Em 31 de dezembro de 2010							
Saldo inicial .....	1.791	4.349	2.182	2.116	1.412	24	11.874
Aquisições .....		612	1.248	863	1.662		4.385
Impairment .....		(8)	(263)	5	(26)	(2)	(294)
Alienações – custo .....			(3.118)	(758)	(143)		(4.019)
Alienações – depreciação acumulada .....			3.116	150	110		3.376
Depreciação .....		(504)	(400)	(249)	(493)	(4)	(1.650)
Transferências .....			53		(53)		
Valores transferidos para ativos não circulantes mantidos para venda – custo (Nota 12).....	(1.773)	(4.176)					(5.949)
Valores transferidos para ativos não circulantes mantidos para venda depreciação (Nota 12) .....		3.121					3.121
Saldo contábil, líquido .....	<u>18</u>	<u>3.394</u>	<u>2.818</u>	<u>2.127</u>	<u>2.469</u>	<u>18</u>	<u>10.844</u>
Em 31 de dezembro de 2010							
Custo .....	18	9.849	19.760	2.516	9.816	86	42.045
Depreciação acumulada .....		(6.455)	(16.942)	(389)	(7.347)	(68)	(31.201)
Saldo contábil, líquido .....	<u>18</u>	<u>3.394</u>	<u>2.818</u>	<u>2.127</u>	<u>2.469</u>	<u>18</u>	<u>10.844</u>

O montante de R\$722 (2009 – R\$623) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em “Custo dos produtos vendidos”, e R\$1.815 (2009 – R\$1.172) em “Despesas administrativas”.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 16 Empréstimos

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Não circulante			
Empréstimos – FIP .....	86.770	76.246	109.008
Circulante			
Empréstimos Capital de Giro .....	6.072		
Empréstimos – FIP .....		22.490	5.910
	6.072	22.490	5.910
<b>Total dos empréstimos .....</b>	<b>92.842</b>	<b>98.736</b>	<b>114.918</b>

##### (a) Capital de giro

Em 15 de dezembro de 2010 o Grupo captou empréstimo de capital de giro no montante de R\$4.000 para suportar eventuais desembolsos imediatos, remunerados a 100% do CDI acrescidos de 0,25% ao mês. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010, a Companhia utilizou o saldo de R\$2.072, relativo à conta garantida.

##### (b) Empréstimo – FIP

Em 8 de maio de 2008, o FIP Multisetorial (“FIP”) aportou R\$119.600 na SD Participações que representam 119.600.000 ações preferenciais sem valor nominal, que lhe asseguram o direito a recebimento de dividendos fixos, prioritários e não cumulativos de R\$20.000 anuais, o qual deverá ser reajustado, em cada exercício social, por 50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), contados a partir de 8 de maio de 2009, até a data em que tal dividendo seja declarado.

As ações da SD Participações detidas pelo FIP estão sujeitas a instrumentos contratuais que garantem o direito da GMT de adquiri-las pelo preço de emissão corrigido por 100% do CDI, deduzido dos dividendos pagos até o momento da compra. Da mesma forma, o FIP tem, em determinadas circunstâncias o direito de vender pelo mesmo preço, para a GMT suas ações de SD Participações.

De acordo com as IFRS/CPC essas ações preferenciais atingem a definição de passivo financeiro e são tratados como dívida. Esses instrumentos contratuais vencem em 16 de dezembro de 2016.

O Grupo avaliou esses instrumentos contratuais e concluiu que seu efeito prático representa a reclassificação das ações preferenciais como passivo financeiro remensurado ao custo amortizado.

A GMT Participações S.A. possui dois instrumentos financeiros derivativos pela compra de opção de compra (“call”) e venda de opção de venda (“put”) das ações preferenciais detidas pelo FIP. De acordo com o IAS 32 e CPC 39, os derivativos embutidos em um contrato somente devem ser reconhecidos separadamente quando e se o valor do preço de exercício for diferente do custo amortizado da dívida. Como no contrato em questão, o preço de exercício é exatamente igual ao custo amortizado da dívida, os instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para reconhecimento em separado por já estarem mensurados no próprio contrato.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Cláusulas restritivas

No contrato de empréstimo mantido com o FIP, há cláusula restritiva que determina que a razão da dívida líquida pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização ("LAJIDA") deve ser menor que 3. Caso o Grupo esteja em não conformidade com essa cláusula nas datas de balanço, a dívida passa a ser cobrável, imediatamente. Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo encontra-se em conformidade com essa cláusula restritiva.

#### (d) Garantias

##### (i) Capital de giro

Para a contratação do empréstimo de capital de giro, o Grupo concedeu como garantia, recebíveis cujo o valor nominal total é equivalente ao valor da dívida em aberto. Em 31 de dezembro de 2010 o valor de empréstimo de capital de giro é de R\$6.072.

##### (ii) Empréstimos FIP

Em relação ao contrato de empréstimo com o FIP, o Grupo assinou instrumento particular de constituição de alienação fiduciária em garantia de ações e outras avenças ("Instrumento"). Com base nesse Instrumento, em caso de inadimplência e não conformidade com as cláusulas restritivas descritas no item (e) acima a Companhia (i) aliena fiduciariamente ao FIP a totalidade de suas ações na SD Participações; e (ii) cede fiduciariamente os direitos creditórios consistentes no direito de crédito da Companhia.

#### 17 Provisão para contingências

Na data das demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	<b>Tributárias</b>	<b>Trabalhistas e previdenciárias</b>	<b>Total</b>
Em 1º de janeiro de 2009 .....	59.420	413	59.833
Provisão no exercício .....	500		500
Reversão por pagamento (Nota 18) <sup>(*)</sup> .....	(18.161)		(18.161)
Reversão de provisão – Refis (Nota 18) <sup>(*)</sup> .....	(7.994)		(7.994)
Reversão de provisão .....	(2.300)	(82)	(2.382)
Em 31 de dezembro de 2009 .....	31.465	331	31.796
Provisão no exercício .....	1.508		1.508
Reversão de provisão .....	(203)		(203)
<b>Em 31 de dezembro de 2010 .....</b>	<b>32.770</b>	<b>331</b>	<b>33.101</b>

(\*) O auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, relativa à redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica calculado sobre o lucro da exploração no período de 2001 e 2003 no montante aproximado de R\$26.155, foi integralmente liquidado em novembro de 2009 com os benefícios do REFIS Fiscal da Lei nº 11.941/09 (Nota 18).

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a) Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

#### Tributárias

Referem-se, substancialmente, a tributação de PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio recebido de empresa controlada no período de 2004 a 2005. Também estão considerados os impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

#### Contingências trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

No que se refere aos prazos de conclusão dos processos, 99% dos processos provisionados referem-se a matérias de natureza tributária para os quais estimamos prazos médios de realização para esses passivos, geralmente, num horizonte de 3 a 5 anos.

#### (b) Perdas possíveis

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Tributária .....	20.862	20.756	20.959
Trabalhista .....	1.676	2.045	1.179
Cíveis .....	138	210	154
	<b>22.676</b>	<b>23.011</b>	<b>22.292</b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Ativos contingentes não reconhecidos

O Grupo questiona judicialmente a inconstitucionalidade da base de cálculo do PIS e COFINS calculada nos termos da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 31 de dezembro de 2010, correspondem a R\$2.894. Esses impostos que estão sendo questionados foram recolhidos pelo Grupo. Os processos aguardam julgamento e foram avaliados pelos consultores jurídicos como de provável chance de êxito.

#### (d) Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, o saldo de depósitos judiciais referem-se, principalmente a questionamento de contribuições previdenciárias devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”). O Grupo foi autuado pela fiscalização do INSS. Para recorrer dessa autuação na esfera administrativa, o Grupo teve de depositar 30% do valor da causa.

O Grupo já obteve decisão favorável em 1ª instância, entretanto o INSS recorreu e o desfecho desse processo encontra-se indefinido.

#### 18 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre o lucro da exploração (Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA).....	10.764	15.391	26.155
Auto de infração sobre Imposto de Produtos Industrializados – IPI (selos de controle fiscal).....	179	1.673	1.852
Outras contingências possíveis não provisionadas .....	731	3.300	4.031
	<u><b>11.674</b></u>	<u><b>20.364</b></u>	<u><b>32.038</b></u>

O Grupo desembolsou o montante de R\$19.190 para a liquidação de débitos fiscais sendo R\$18.161 referentes a contingência do IRPJ sobre o lucro da exploração ADA e R\$1.029 referentes a contingência do IPI sobre selos de controle fiscal, que na data montavam R\$26.155 e R\$1.852, respectivamente. Essa transação gerou um ganho de R\$8.817, dos quais R\$7.994 mil foram registrados na rubrica de “reversão de provisão para contingências fiscais” e R\$823 na rubrica de “Outras receitas operacionais”.

O Grupo desembolsou ainda o montante de R\$1.983 para liquidar contingências possíveis não provisionadas de R\$4.031, sem auferir ganho na transação.



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 19 Imposto de renda e contribuição social diferidos e corrente

### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Expectativa de realização dos impostos diferidos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo de imposto diferido .....	(873)	(629)	(921)
Passivo de imposto diferido			
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses .....	22.413	11.315	147
Ativo de imposto diferido (líquido) .....	<u>21.540</u>	<u>10.686</u>	<u>(774)</u>

Os valores dos ativos de imposto diferido serão realizados até 2011. Os impostos diferidos passivos referem-se à diferença no tratamento da amortização do ágio o qual desde 31 de dezembro de 2008 é apenas permitido para fins fiscais. Sua realização se dará na ocasião de eventual registro de perda por *impairment* do ágio ou na alienação do investimento que deu origem ao referido ágio.

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Consolidado	
	2010	2009
Em 1º de janeiro .....	10.686	(774)
Despesa da demonstração do resultado .....	10.854	11.460
Em 31 de dezembro .....	<u>21.540</u>	<u>10.686</u>

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

**GMT Participações S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Passivo diferido**

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Benefício fiscal de incorporação</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Passivo de imposto diferido</b>			
Em 1º de janeiro de 2009 .....		147	147
Debitado à demonstração do resultado .....	11.128	40	11.168
Em 31 de dezembro de 2009 .....	11.128	187	11.315
Debitado (creditado) à demonstração do resultado .....	11.128	(30)	11.098
<b>Em 31 de dezembro de 2010.....</b>	<b>22.256</b>	<b>157</b>	<b>22.413</b>

**(ii) Ativo diferido**

	<b>Outros</b>
<b>Ativo de imposto diferido</b>	
Em 1º de janeiro de 2009 .....	(921)
Debitado à demonstração do resultado .....	292
Em 31 de dezembro de 2009 .....	(629)
Creditado à demonstração do resultado .....	(244)
<b>Em 31 de dezembro de 2010.....</b>	<b>(873)</b>

**(b) Despesa de imposto de renda e contribuição social**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Imposto corrente sobre o lucro do exercício .....	3.204	1.762
Realização de crédito fiscal de incorporação .....	11.128	11.128
Geração e (estorno) de diferenças temporárias .....	(274)	332
Total do imposto diferido .....	10.854	11.460
Despesa do imposto de renda .....	14.058	13.222

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto sobre o lucro do Grupo, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social .....	51.601	52.600
Alíquota nominal dos tributos – % .....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais.....	(17.544)	(17.884)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Incentivo fiscal imposto de renda .....	8.975	4.788
Realização de provisões não dedutíveis em exercícios anteriores .....	8.114	9.594
Despesas indedutíveis .....	(2.140)	(110)
Realização de ativo fiscal diferido <sup>(*)</sup> .....	(11.129)	(11.129)
Outros.....	(334)	1.519
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício .....	(14.058)	(13.222)
Corrente .....	(3.204)	(1.762)
Diferido.....	(10.854)	(11.460)
	<b>(14.058)</b>	<b>(13.222)</b>

<sup>(\*)</sup> Refere-se à realização do benefício fiscal do ágio originado na aquisição da TASA.

## 20 Capital social e reservas

### (a) Capital subscrito

O capital social é representado por 128.591.827 (127.794.902 em 2009) ações ordinárias integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal, como segue:

<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Porcentagem</b>
	(em milhares)	(%)
Fundo de Investimento e Participações GMT .....	123.000	95,65
Outros .....	5.592	4,35
	<b>128.592</b>	<b>100,00</b>

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 26 de dezembro de 2008, os acionistas aprovaram a emissão de 3.776.873 ações ordinárias em favor de um de seus diretores, precificadas ao valor de R\$1,08178 por ação, sendo estabelecido o prazo de integralização até 8 de maio de 2018. Neste mesmo dia foram integralizadas 1.091.545 ações, pelo preço unitário por ação de R\$0,45806632, totalizando R\$500.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 13 de fevereiro de 2009, os acionistas aprovaram a emissão de 589.530 ações ordinárias em favor de um de seus diretores, pelo preço unitário de R\$0,84813 por ação, integralizadas no ato, totalizando R\$500.

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 1º de julho de 2009, os acionistas aprovaram a emissão de 4.373 ações ordinárias em favor de dois de seus diretores, precificadas ao valor de R\$1,14785 por ação, a integralizar, totalizando R\$5.

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 15 de dezembro de 2009, os acionistas aprovaram a emissão de 423.626 ações ordinárias em favor de dois de seus diretores, pelo preço unitário de R\$1,08137 por ação, totalizando R\$458, totalmente integralizado. Neste mesmo dia foram integralizadas 243.868 ações, pelo preço unitário de R\$1,20464 por ação, totalizando R\$295, parte das ações emitidas e aprovadas em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 26 de dezembro de 2008.

Em Assembléia Geral Extraordinária em 15 de dezembro de 2009 os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia em R\$12.766, mediante compensação de prejuízos acumulados, sem redução da quantidade de ações emitidas.

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 1º de abril de 2010, os acionistas aprovaram: (i) a integralização 382.518 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em favor de um de seus diretores, correspondentes a R\$479; e (ii) o aumento do capital da Companhia em R\$839 correspondentes a 796.925 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1,052284 por ação totalmente integralizado. Como resultado, o capital social integralizado passou a ser de R\$113.313, restando 2.057.193 ações pendentes de integralização.

Conforme o estatuto social, a Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, anualmente de 50% do lucro ajustado.

#### **(b) Reserva legal e dividendo adicional proposto**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de dividendo adicional proposto refere-se aos dividendos propostos a serem deliberados na Assembléia Geral em observância a Lei das Sociedades por Ações.

#### **(c) Ajuste de avaliação patrimonial**

Em 14 de maio de 2010, a Companhia por meio de sua controlada SD Participações adquiriu 10,04% de capital total e votante na controlada TASA, anteriormente detida por participação não controladora. A transação gerou uma perda de R\$16.373 relacionada à operação entre acionistas e foi registrada diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial". Este montante não foi utilizado para reduzir a base de cálculo dos dividendos incluído na determinação dos dividendos distribuíveis.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(d) Reserva de lucros – incentivos fiscais reflexos**

Com base no Art. 195-A da Lei das S.A's., a partir de 2010 a Companhia destina para reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente do lucro na exploração da sua subsidiária TASA, e esse montante é excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. A divulgação detalhada da política contábil adotada incluindo métodos de apresentação, natureza das subvenções e as condições para reconhecimento, estão descritas na Nota 2.17 (a).

#### **21 Plano de opção de compra de ações – “stock options”**

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações são disponibilizadas a alguns executivos da TASA, controlada indireta da Companhia, pela emissão de ações da GMT Participações S.A. Baseada nas normas descritas no CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, a TASA passou a reconhecer o resultado de compensação (valor líquido de perdas estimadas) da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência na TASA e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado. O prêmio de opção de ações determinado pelos planos de compensação da GMT Participações S.A. foram disponibilizados ao valor justo na data da opção. O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas, sendo que todas as opções estão disponíveis para exercício já no momento da concessão. As opções tem um prazo máximo de exercício de 7 anos, sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)+7%.

Os participantes do plano de compensação com base em ações da GMT Participações S.A. receberão sua gratificação na forma de ações ordinárias e nominativas de emissão da GMT Participações S.A. Enquanto o beneficiário permanecer como administrador da TASA não poderá vender, ceder, transferir ou alienar as ações da TASA a que venha a deter via exercício das opções. No caso de desligamento do beneficiário da TASA a GMT Participações S.A. terá a opção de comprar e o beneficiário terá a obrigação de vender suas ações por um preço de saída determinado por uma fórmula baseada no lucro líquido da Companhia no momento da venda.

A administração não tem expectativa que qualquer um dos beneficiários se desligue da Companhia antes das opções estarem totalmente *vested*. Dessa forma, nas datas findas de cada exercício, a expectativa é que as opções sejam liquidadas em ações.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As opções de compra de ações em aberto no final do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício estimados:

<u>Data de vencimento</u>	<u>Preço de exercício por ação – reais</u>	<u>Opções – milhares 2010</u>	<u>Opções – milhares 2009</u>
2010.....	1,05		797
2011.....	1,27	359	359
2012.....	1,40	337	337
2013.....	1,55	315	315
2014.....	1,71	295	295
2015.....	1,89	3.259	3.259
		<u>4.565</u>	<u>5.362</u>

Não foram concedidas opções no exercício social de 2010. O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2009, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$54 no total, equivalente a R\$0,04 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2009 foram: preço médio ponderado da ação de R\$1,00 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 6,15%, rendimento de dividendos de 0%, uma vida esperada da opção correspondente a cinco anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,25%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas.

## 22 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Vendas brutas de produtos e serviços .....	263.638	213.432
Ajuste a valor presente sobre vendas .....	(8.175)	(8.045)
Impostos sobre vendas .....	(38.357)	(31.146)
Ajuste a valor presente sobre impostos sobre vendas .....	1.188	1.079
<b>Receita líquida .....</b>	<b><u>218.294</u></b>	<b><u>175.320</u></b>

**GMT Participações S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**23 Despesas por natureza**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Custo das vendas				
Matéria prima.....			(50.730)	(41.964)
Mão de obra e custos indiretos.....			(12.380)	(10.440)
Custo de assistência técnica.....			(9.459)	(9.061)
Custo de Material de embalagem e outros.....			(11.296)	(6.794)
Devoluções e reversões de provisões.....			4.342	1.320
			<u>(79.523)</u>	<u>(66.939)</u>
Despesas administrativas				
Salários e encargos sociais.....			(5.751)	(4.901)
Remuneração aos administradores.....			(2.763)	(2.804)
Participação nos lucros.....			(8.589)	(6.873)
Auditoria e consultoria.....			(1.484)	(996)
Impostos e taxas.....			(1.201)	(762)
Processamento de dados e comunicação.....			(1.077)	(965)
Benefícios a empregados.....			(839)	(487)
Outras despesas administrativas.....	(416)	(697)	(3.448)	(2.863)
Encargos de depreciação, amortização e <i>impairment</i> .....			(1.867)	(1.410)
	<u>(416)</u>	<u>(697)</u>	<u>(27.019)</u>	<u>(22.061)</u>
Despesas com vendas				
Despesas de frete.....			(9.083)	(6.378)
Ordenados e comissões sobre vendas.....			(17.895)	(13.053)
Despesas de publicidade.....			(13.498)	(10.644)
Benefícios a empregados.....			(658)	(605)
Outras despesas variáveis com vendas.....			(6.405)	(4.743)
Consultoria.....			(314)	(527)
Depreciação.....			(226)	(216)
Outras despesas fixas com vendas.....			(2.888)	(2.301)
			<u>(50.967)</u>	<u>(38.467)</u>
Outros, líquidos				
Reversão (provisão) de contingências.....			(6.365)	2.781
Outros.....			503	2.137
			<u>(5.862)</u>	<u>4.918</u>
Custo total das vendas, custos de distribuição e despesas administrativas.....	<u>(416)</u>	<u>(697)</u>	<u>(163.371)</u>	<u>(122.549)</u>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 24 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2010	2009
Despesa financeira		
Empréstimos – capital de giro .....	(37)	
Empréstimos – FIP .....	(9.444)	(10.746)
Outras despesas financeiras .....	(2.203)	(272)
Descontos financeiros concedidos.....	(454)	(1.644)
	<u>(12.138)</u>	<u>(12.662)</u>
Receita financeira		
Receita financeira sobre títulos e valores mobiliários.....	1.632	2.261
Realização de ajuste a valor presente .....	6.237	7.863
Outras receitas financeiras .....	947	2.367
	<u>8.816</u>	<u>12.491</u>
Resultado financeiro, líquido .....	<u>(3.322)</u>	<u>(171)</u>

#### 25 Lucro por ação

##### (a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade.....	35.714	34.285
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares).....	126.241	124.643
Lucro básico por ação.....	<u>0,283</u>	<u>0,275</u>

##### (b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui somente uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro		
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade .....	35.714	34.285
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares).....	126.241	124.643
Ajustes de:		
Opções de compra de ações (milhares) .....	6.917	8.279
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares).....	133.158	132.922
Lucro diluído por ação.....	<u>0,268</u>	<u>0,258</u>

## 26 Dividendos

Anteriormente, os dividendos propostos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorre no exercício seguinte. Atualmente, os dividendos acima do mínimo obrigatório são somente reconhecidos quando aprovados pelos acionistas.

	<u>2010</u>	<u>2009<sup>(*)</sup></u>
Lucro líquido do exercício .....	35.714	23.976
Constituição da reserva legal .....	(1.786)	(1.199)
Incentivo fiscal (Nota 20(d)) .....	(8.887)	
Base de cálculo dos dividendos .....	25.041	22.777
Dividendos mínimos obrigatórios – 50% .....	12.520	11.388
Total dividendos pagos no exercício referentes a:		
Exercício 2009 (declarados e pagos).....	(7.077)	(15.700)
Exercício 2010 .....	(2.623)	
Dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte .....	12.521	
Dividendos a pagar no final do exercício .....	9.898	
Percentual de dividendos do exercício sobre o lucro líquido do exercício – % .....	35,06%	38,44%

<sup>(\*)</sup> Referem-se aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 originalmente apresentados, antes dos ajustes efetuados pela aplicação dos novos CPCs.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 27 Transações com partes relacionadas

### 27.1 Consolidado

O Grupo é controlado pelo Fundo de Investimento e Participações GMT, que detém 95,65% das ações da sociedade. Os 4,35% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

O Grupo não mantém transações comerciais e financeiras com partes relacionadas que não tenham sido incluídas nessas demonstrações financeiras consolidadas.

#### (a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Salários e encargos dos gerentes .....	7.205	5.846
Remuneração e encargos da diretoria .....	2.762	2.805
Participação nos lucros/stock-option .....	3.544	1.210
	<b>13.511</b>	<b>9.861</b>

### 27.2 Controladora

As transações com controladas abaixo ocorreram durante o ano.

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Dividendos recebidos da SD Participações .....	9.300	14.831

## 28 Eventos subsequentes

### Promessa de compra e venda de imóveis

De acordo com escritura pública de promessa de compra e venda assinada em 17 de janeiro de 2011, mencionada na Nota 12, a Companhia tinha originalmente o prazo de 90 dias contados a partir da assinatura dessa escritura para concluir as condições resolutivas para que o processo de venda seja concluído e a transferência da propriedade possa ser concretizada. Nos termos dessa promessa de compra e venda, a Companhia tem o direito de permanecer por seis meses no imóvel, sem qualquer ônus, após a conclusão da venda.

Em 14 de abril de 2011, a Companhia teve o prazo para conclusão do processo de venda prorrogado por quarenta e cinco dias.

Em 18 de maio de 2011, a Companhia concluiu as condições resolutivas previstas na referida escritura pública de promessa de compra e venda, tendo a venda do imóvel sido concluída nessa data.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **Liquidação das ações preferenciais do FIP**

Em 20 de abril de 2011, a Companhia negociou a compra de 119.600.000 ações preferenciais da controlada SD Participações S.A. detidas pelo FIP Multisetorial, seguindo as disposições presentes nos instrumentos contratuais existentes entre a Companhia e o FIP Multisetorial. O valor de compra é de R\$89.617, com prazo de pagamento de até 120 dias contados a partir de 20 de abril de 2011. Esse valor será reajustado até a data do efetivo pagamento pela variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros.

#### **Contrato de Empréstimo**

Em 28 de abril de 2011, foi contratado um contrato de empréstimo com o HSBC Bank Brasil S.A., no valor de R\$20,0 milhões, o qual será usado principalmente para: (i) pagamento de dividendos; (ii) pagamento de terceira parcela da compra de participação miniritária; e (iii) fins corporativos diversos. O valor do principal está sujeito a taxa de juros equivalente ao CDI acrescido de 2,35% ao ano. Este empréstimo tem prazo de vencimento em um ano.

#### **Distribuição de Dividendos**

Realizamos as seguintes distribuições de dividendos aos nossos acionistas: (i) em 10 de maio de 2011, distribuímos o montante de R\$13,0 milhões; e (ii) em 6 de junho de 2011, distribuímos o montante de R\$3,2 milhões, ambos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 4 de maio de 2011.

#### **Aumentos de Capital e Grupamento de Ações**

Em 4 de maio de 2011, foi aprovado um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$266.607,03, sem alteração no número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$114.131.689,90 para R\$114.398.296,93, dividido em 128.591.827 ações ordinárias, permanecendo 1.871.679 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de 711.560 novas ações, no valor total de R\$856.352,19, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, Thiago Frias Pico Peres, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do primeiro, segundo e quarto Programas do Plano, de forma que o nosso capital social passou de R\$114.398.296,93 para R\$115.254.649,12, dividido em 129.303.387 ações ordinárias.

Em 10 de maio de 2011, foi aprovado um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$298.869,90, sem alteração no número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$115.254.649,12 para R\$115.553.519,02, dividido em 129.303.387 ações ordinárias, permanecendo 1.665.429 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de 493.204 novas ações, no valor total de R\$548.907,86, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, Thiago Frias Pico Peres, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do primeiro, segundo e quarto Programas do Plano, de forma que o nosso capital social passou de R\$115.553.519,02 para R\$116.102.426,88, dividido em 129.796.591 ações ordinárias.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em 31 de maio de 2011, foi aprovado o grupamento das ações de nossa emissão, na proporção de duas ações para uma nova ação da mesma espécie, sem alteração no valor do nosso capital social, de forma que este passou a ser dividido em 64.898.295 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido grupamento de ações não resultou em diluição injustificada dos nossos acionistas, que remanesceram com o mesmo percentual de participação no nosso capital social.

Ainda em 31 de maio de 2011, foi aprovado um novo aumento de capital no valor de R\$2.890.000,00, mediante a emissão de 267.936 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$10,786108, as quais foram subscritas e integralizadas por um grupo de 29 de nossos gerentes e coordenadores. Desta forma, o nosso capital social passou a ser de R\$118.992.426,88, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Juntamente com este aumento, esses gerentes e coordenadores celebraram conosco e com o GMT FIP acordos de acionistas pelos quais referidos gerentes e coordenadores se obrigaram a não negociar com as ações detidas por tais gerentes e coordenadores, objeto desses acordos, nos termos ali estabelecidos.

Por fim, em 6 de junho de 2011, foi aprovado um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$74.560,63, sem alteração do número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$118.992.426,88 para R\$119.066.987,51, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, permanecendo 807.217 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de 63.029 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$2,198286, no valor total de R\$138.554,30, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, Thiago Frias Picolo Peres, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do primeiro, segundo e quarto Programas do Plano, de forma que o nosso capital social passou de R\$118.992.426,88, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, para R\$119.205.541,81, dividido em 65.229.260 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## **29 Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez**

### **29.1 Base da transição**

#### **29.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1**

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os novos CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e o novo CPC 43 – Adoção inicial dos Pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os novos CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1ª de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **29.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa – escolhidas pela Companhia**

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

##### **(a) Isenção de combinação de negócios**

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reprocessou e nem reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

#### **29.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia**

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

##### **(a) Exceção das estimativas**

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Contabilização de hedge.
- Participação de não controladores.

#### **29.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/ Novos CPCs**

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois, as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

##### **(a) Ações preferenciais**

De acordo com o BR GAAP antigo, os dividendos fixos das ações preferenciais da controlada SD eram registrados em conta do patrimônio líquido na rubrica de capital social. Em atendimento aos novos CPCs/IFRS as ações são apresentadas como empréstimos e os dividendos são contabilizados na rubrica de despesa financeira.

##### **(b) Imposto e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social diferidos, anteriormente classificados no circulante, foram reclassificados para o ativo e passivo não circulantes.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(c) Dividendos**

De acordo com o BR GAAP antigo, os dividendos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorria no exercício seguinte. De acordo com as políticas contábeis novas, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma fica qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório somente é reconhecido quando declarado.

#### **(d) Lucros acumulados**

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas:

- Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 (Nota 29.2.1).
- Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 (Nota 29.2.1).
- Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (Nota 29.2.3).

**GMT Participações S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**29.2.1 Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009**

	<b>De acordo com BR GAAP antigo</b>	<b>Ações preferenciais</b>	<b>De acordo com IFRS</b>
<b>Ativos</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa.....	10.567		10.567
Títulos e valores mobiliários.....	5.626		5.626
Contas a receber de clientes.....	81.508		81.508
Estoques.....	45.395		45.395
Impostos a recuperar.....	6.947		6.947
Outros ativos.....	1.225		1.225
	<u>151.268</u>		<u>151.268</u>
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários.....	1.785		1.785
Depósitos judiciais.....	1.167		1.167
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	921		921
Outros ativos.....	104		104
Intangível.....	146.767		146.767
Imobilizado.....	12.609		12.609
	<u>163.353</u>		<u>163.353</u>
<b>Total ativos.....</b>	<b><u>314.621</u></b>		<b><u>314.621</u></b>
<b>Passivo</b>			
Circulante			
Empréstimos.....		5.910	5.910
Fornecedores.....	1.344		1.344
Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar.....	2.175		2.175
Salários e encargos sociais a pagar.....	5.244		5.244
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	147	(147)	
Dividendos a pagar.....			
Outras contas a pagar.....	2.555		2.555
	<u>11.465</u>	<u>5.763</u>	<u>17.228</u>
Não circulante			
Empréstimos.....		109.008	109.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		147	147
Provisão para contingências.....	59.833		59.833
Outras contas a pagar.....	2.063		2.063
	<u>61.896</u>	<u>109.155</u>	<u>171.051</u>
Participação de minoritários.....	<u>129.842</u>	<u>(129.842)</u>	
Patrimônio líquido capital e reservas atribuídas aos acionistas da controladora			
Capital social.....	123.500		123.500
Reservas de capital.....	3		3
Ajuste de avaliação patrimonial.....	681		681
Lucros acumulados.....	(12.766)		(12.766)
	<u>111.418</u>		<u>111.418</u>
Participação dos não controladores.....		14.924	14.924
	<u>111.418</u>	<u>14.924</u>	<u>126.342</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido.....</b>	<b><u>314.621</u></b>		<b><u>314.621</u></b>

**GMT Participações S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**29.2.2 Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009**

	De acordo com BR GAAP antigo	Ações preferenciais	Imposto de renda e contribuição social	Dividendos	De acordo com IFRS
<b>Ativos</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa .....	8.218				8.218
Contas a receber de clientes.....	91.412				91.412
Estoques .....	48.533				48.533
Impostos a recuperar .....	7.526				7.526
Outros ativos.....	2.798				2.798
	<u>158.487</u>				<u>158.487</u>
Ativos mantidos para venda.....	1.262				1.262
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários.....	1.961				1.961
Depósitos judiciais .....	1.232				1.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20) .....	629				629
Outros ativos.....	105				105
Intangível .....	133.507				133.507
Imobilizado .....	11.874				11.874
	<u>149.308</u>				<u>149.308</u>
<b>Total ativos .....</b>	<b><u>309.057</u></b>				<b><u>309.057</u></b>
<b>Passivo</b>					
Circulante					
Empréstimos .....		22.490			22.490
Fornecedores.....	1.830				1.830
Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar.....	2.126				2.126
Imposto de renda e contribuição social diferidos....	187		(187)		
Salários e encargos sociais a pagar .....	9.509				9.509
Dividendos a pagar.....	7.077			(7.077)	
Licenciamentos a pagar .....	661				661
Outras contas a pagar .....	2.469				2.469
	<u>23.859</u>	<u>22.490</u>	<u>(187)</u>	<u>(7.077)</u>	<u>39.085</u>
Não circulante					
Empréstimos .....		76.246			76.246
Imposto de renda e contribuição social diferidos....	11.128		187		11.315
Provisão para contingências.....	31.796				31.796
Licenciamento a pagar .....	2.072				2.072
Outras contas a pagar .....	5				5
	<u>45.001</u>	<u>76.246</u>	<u>187</u>		<u>121.434</u>
Patrimônio líquido capital e reservas atribuíveis aos acionistas da controladora					
Capital social .....	111.987				111.987
Reservas de capital .....	43				43
Reservas de lucros .....	1.199				1.199
Ajuste de avaliação patrimonial .....	818				818
Lucros acumulados.....		10.309		7.077	17.386
	<u>114.047</u>	<u>10.309</u>		<u>7.077</u>	<u>131.433</u>
Participação dos não controladores.....	126.150	(109.045)			17.105
	<u>240.197</u>	<u>(98.736)</u>		<u>7.077</u>	<u>148.538</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido .....</b>	<b><u>309.057</u></b>				<b><u>309.057</u></b>



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 29.2.3 Conciliação do lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	De acordo com BR GAAP antigo	Ações preferenciais	De acordo com IFRS
Receita .....	175.320		175.320
Custos operacionais .....	(122.549)		(122.549)
Lucro operacional.....	52.771		52.771
Receitas financeiras .....	12.491		12.491
Despesas financeiras.....	(1.916)	(10.746)	(12.662)
Resultado financeiro, líquido.....	10.575	(10.746)	(171)
Participação nos lucros de controladas			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....	63.346	(10.746)	52.600
Imposto de renda e contribuição social .....	(13.222)		(13.222)
Lucro líquido do exercício .....	50.124	(10.746)	39.378
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia .....	23.976	10.309	34.285
Participação dos minoritários .....	26.148	(21.055)	5.093

\* \* \*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# Technos S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO FINDO

EM 31.12.2009

### I. Aos Acionistas

A Administração da Technos S.A. (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2009, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

### II. Breve Histórico da Companhia

A Companhia iniciou suas operações em 1956, como representantes da marca “Technos” no Brasil, criada originalmente pela família Gunzinger, em 1900, na Suíça, e registrada em 1924, por meio de uma das controladas da Companhia, já extinta, e cresceu significativamente durante as décadas de 50, 60 e 70.

Em 1982, a controlada, Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (“TASA”), inaugurou sua planta de montagem e distribuição em Manaus e passou a montar relógios no Brasil. Ao final da década de 80, já detinha a liderança do mercado nacional de relógios em termos de faturamento, posição que foi consolidada nos anos 90 e mantida até hoje. Em 2001, a TASA comprou a marca “Technos” mundialmente e, a partir de 2002, passou a explorar marcas de terceiros, ao licenciar as marcas “Mormaii” e celebrar contrato de distribuição exclusiva de produtos identificados pela marca “Seiko”, que hoje contribuem significativamente para os resultados da Companhia.

Em 2007, a Companhia foi constituída como uma sociedade *holding* com o objeto social de deter participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 2008, o controle da Companhia foi adquirido pelo GMT Fundo de Investimentos em Participações (“GMT FIP”) que, por sua vez, tem entre seus cotistas um grupo de executivos da Companhia, além de dois renomados gestores de recursos de terceiros (*asset managers*), o DLJ e a Dynamo. Essa operação contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento de uma estrutura de gestão e administração mais eficiente e meritocrática na Companhia e em suas subsidiárias.

Na mesma época do ingresso do GMT FIP no capital social da Companhia, a Companhia adquiriu ações representativas do controle da Technos Relógios S.A. (“TERESA”), antiga controladora da TASA, por meio da subsidiária indireta, T1 Participações Ltda. Além disso, a controlada SD Participações S.A. (“SD”) emitiu ações preferenciais equivalentes a 100% do seu capital

preferencial, que foram integralmente subscritas pelo Fundo de Investimento em Participações Multisetorial (“FIP Multisetorial”). Concluídas essas etapas, após uma reorganização societária, a Companhia passou a controlar a TASA por meio da SD.

Em 2009, a Companhia licenciou a marca “Euro”, reforçando o posicionamento de mercado com o público feminino.

### III. Apresentação do desempenho dos negócios sociais da Companhia

A Companhia desenvolve, monta e distribui relógios desde 1956, diretamente ou por meio de suas subsidiárias. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Companhia explorava quatro marcas nacionalmente conhecidas e destinadas à classe média, sendo uma marca própria (“Technos”) e três marcas detidas por terceiros, cujo uso é realizado por meio de contratos de licenciamento ou de distribuição exclusiva (“Mormaii”, “Euro” e “Seiko”). Os produtos da Companhia são vendidos em todo o território nacional, em pontos de vendas pulverizados que incluem relojoarias, joalherias, óticas e lojas de departamentos.

Adicionalmente, como suporte para o negócio de venda de relógios, a Companhia presta serviços de assistência técnica e vende peças de reposição para seus produtos, as quais são faturadas aos clientes quando a garantia de fábrica dos relógios, que dura 12 meses a partir de sua venda, já houver expirado à época do conserto solicitado.

Dessa forma, a receita operacional bruta da Companhia consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços de assistência técnica. Nos últimos exercícios sociais não houve flutuações significativas na representatividade desses dois tipos de receita em relação ao faturamento da Companhia. Ambos cresceram a taxas relativamente semelhantes, reforçando o conceito de apoio da assistência técnica em relação à venda de relógios.

A tabela a seguir ilustra a abertura da receita bruta da Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2008/2009
	2008 <sup>(1)</sup>	(%) do Total	2009	(%) do Total	
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>				
<b>Receita Bruta</b>					
Venda de Relógios	130,1	97,3	207,2	97,1	59,4
Assistência Técnica	3,7	2,7	6,2	2,9	67,6
<b>Total</b>	<b>133,7</b>	<b>100,0</b>	<b>213,4</b>	<b>100,0</b>	<b>59,6</b>

<sup>(1)</sup> As informações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 refletem nossa participação indireta na nossa subsidiária Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (“TASA”) apenas a partir da data do nosso investimento, em 8 de maio de 2008. Para o período de 1º de janeiro de 2008 até 7 de maio de 2008, as informações financeiras consolidadas refletem nossa natureza até então como empresa holding sem atividades operacionais. As comparações entre os resultados de 2008 e 2009 devem ser analisadas levando este efeito em consideração.

### **a) Venda de Relógios**

A receita bruta da Companhia com a venda de relógios passou de R\$130,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$207,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$77,2 milhões ou 59,4%. Esse aumento foi decorrente principalmente do período inferior de consolidação do exercício de 2008, conforme citado na nota de rodapé 1 da tabela acima, além do aumento no volume na venda de relógios.

#### *Categorias de Relógios*

A receita de venda de relógios da Companhia é analisada em função das categorias de relógios e por canal de distribuição. No caso das categorias de relógios, a análise é feita com base em três classificações, em função das características de posicionamento de cada marca e seus modelos: (i) clássico, englobando relógios mais tradicionais (“Clássico”); (ii) esporte, com relógios voltados a um estilo de vida ativo (“Esporte”); e (iii) moda, incluindo relógios ornamentados e voltados para a composição de um visual (“Moda”).

A tabela a seguir demonstra a abertura da receita bruta com a venda de relógios em cada uma das categorias de relógio mencionadas acima:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2008	(%) do Total	2009	(%) do Total	Variação (%) 2008/2009
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>				
<b>Venda de Relógios</b>					
<b>(por Categoria de Relógio)</b>					
Clássico	103,4	79,5	158,0	76,2	52,8
Esporte	26,7	20,5	47,7	23,0	78,6
Moda	-	-	1,6	0,8	100,0
<b>Total</b>	<b>130,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>207,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>59,3</b>

Nos exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, observamos uma diminuição da participação da categoria Clássico em nossa receita bruta, apesar de apresentar forte crescimento de vendas. A Categoria Esporte expandiu sua participação impulsionada pelo sucesso da marca “Mormaii”, enquanto o lançamento da marca “Euro” em outubro de 2009 representou o início da atuação da Companhia na categoria Moda. O sucesso dos modelos de maior valor agregado, assim como reajustes de preço promovidos em produtos de linha e lançamentos em reação à apreciação do real em relação ao dólar, contribuíram para o aumento do preço médio dos relógios observado em 2009 em relação a 2008. A desaceleração da economia brasileira, como consequência da crise financeira mundial iniciada em 2008, contribuiu para o aumento menor nos volumes de vendas.

### *Tipos de Canais de Distribuição*

No que diz respeito aos canais de distribuição, a análise também conta com duas classificações: (i) lojas especializadas, incluindo principalmente relojoarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes (“Lojas Especializadas”); e (ii) magazines, incluindo principalmente lojas de departamento, lojas *online*, clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigos de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas (“Magazines”).

A tabela a seguir demonstra a abertura da receita bruta da Companhia com a venda de relógios em cada um dos canais de distribuição descritos acima:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2008	(%) do Total	2009	(%) do Total	Variação (%) 2008/2009
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>				
<b>Venda de Relógios</b>					
<b>(por Canal de Distribuição)</b>					
Lojas Especializadas	93,8	72,1	148,6	71,7	58,4
Magazines	36,3	27,9	58,6	28,3	61,4
<b>Total</b>	<b>130,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>207,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>59,3</b>

Na análise da venda de relógios por canal de distribuição, nota-se que “Lojas Especializadas” e “Magazines” cresceram a taxas de aproximadamente 58,4% e 61,4%, respectivamente, entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009, mantendo suas participações relativas.

#### ***b) Assistência Técnica***

A receita bruta da Companhia decorrente da prestação de serviços de assistência técnica passou de R\$3,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$6,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento R\$2,9 milhões ou 67,6%. Esse aumento foi decorrente, principalmente, do período inferior de consolidação do exercício de 2008, conforme citado no início desta seção e de um aumento no volume de relógios reparados fora da garantia. O aumento do volume de relógios reparados é atribuído tanto ao aumento das vendas quanto ao esforço operacional para reduzir a quantidade de relógios aguardando conserto dentro das oficinas da Companhia.

Para maiores informações sobre os negócios e resultados da Companhia, recomenda-se a análise detalhada das demonstrações financeiras da Companhia, bem como do Formulário de Referência da Companhia constante do *site* da Companhia ([www.technos.com.br](http://www.technos.com.br)).



#### IV. Conjuntura Econômica Geral

Os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil, particularmente pela taxa de inflação, políticas governamentais, oscilações nas taxas de câmbio e políticas fiscais, bem como pelas condições econômicas gerais no mundo. O impacto das principais variáveis sobre os negócios da Companhia é analisado a seguir:

(i) *Inflação*: a inflação poderá afetar os resultados operacionais de duas formas mais diretas. A primeira é o impacto negativo tanto no custo de produto quanto nas despesas comerciais, gerais, e administrativas. A segunda é o impacto negativo no crescimento do PIB e a corrosão do poder de compra da classe média brasileira. No período de 2008 a 2009, a inflação acumulada, medida pelo INPC, totalizou 10,86%, conforme dados do IBGE. Apesar do efeito negativo desses aumentos sobre os custos de mão de obra e despesas de vendas e administrativas da Companhia, esse aumento foi compensado em grande parte com melhorias de eficiência principalmente na planta de Manaus e nos centros de assistência técnica. Além disso, no período de 2008 a 2009, a renda da classe média brasileira, conforme divulgado pelo IBGE, cresceu acima da inflação, representando um aumento no poder de compra desses indivíduos.

(ii) *Variação de preços dos principais insumos e câmbio*: os principais insumos da Companhia são componentes de relógios comprados de fornecedores no exterior, com destaque para China e Japão. O preço desses insumos está ligado a fatores endógenos dessas duas economias, assim como a taxa de câmbio entre o real e o dólar. Dentre os fatores endógenos, o principal é a disponibilidade e o custo de mão de obra, que afeta significativamente o custo desses componentes, assim como o tempo necessário para a manufatura destes. A taxa de câmbio também é um fator relevante, já que as compras dos fornecedores estrangeiros são denominadas em dólares, e uma depreciação do real em relação a essa moeda levaria a custos maiores de produtos internalizados no Brasil. Tanto o aumento do preço dos componentes quanto à depreciação do real, se não forem compensados com reajustes de preços dos produtos, resultarão em uma redução da margem de lucro da Companhia. No período de 2008 a 2009, a inflação na China totalizou 3,22%, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional. Apesar desse aumento, a Companhia conseguiu manter o custo de componentes estável durante esse período em função do aumento do volume de compras e, conseqüentemente, do aumento do poder de negociação junto aos fornecedores. Já o câmbio médio, apesar de certa volatilidade, demonstrou aumento ao longo do período. Segundo dados do Banco Central, a taxa de câmbio média evoluiu de R\$1,84 /US\$ em 2008 para R\$1,99 /US\$ em 2009, representando uma apreciação de 8,15%. Esse aumento gerou efeito negativo nos custos unitários de produtos.

(iii) *Taxa de juros*: a taxa de juros no Brasil poderá afetar tanto os resultados operacionais da Companhia quanto o seu resultado financeiro. Caso o governo venha a aumentar a taxa de juros como forma de conter um aumento de inflação, é provável que a economia brasileira sofra com uma redução na taxa do crescimento do PIB, já que o encarecimento do crédito tende a desincentivar o consumo. Dentro dessa redução de crescimento econômico da economia em geral é possível que o

mercado de acessórios de moda em geral, e o mercado de relógios especificamente, possam ser afetados, resultando em uma pressão negativa nas nossas vendas. Do ponto de vista do resultado financeiro, a Companhia também será impactada pelo aumento dos juros, já que parcela relevante de sua dívida é atrelada ao CDI. Um aumento dessa taxa acarretaria um aumento dos juros pagos, aumentando as despesas financeiras e reduzindo o lucro líquido da Companhia. No período de 2008 a 2009, a taxa média de juros, medida pelo CDI, reduziu em 20,13 pontos percentuais, conforme dados da CETIP. Em 2008, o CDI médio foi de 12,32%, em comparação a 9,84% em 2009. Essa redução contribuiu positivamente para o crescimento do PIB brasileiro, e, conseqüentemente, para o aumento de vendas da Companhia, assim como para a redução dos custos de suas dívidas, contribuindo para o aumento do lucro líquido.

## V. Novos Produtos e Serviços

O lançamento da marca “Euro” destaca-se como um projeto relevante da Companhia, representando o início da sua atuação na categoria Moda. A marca Euro está presente há mais de 10 anos no mercado brasileiro e tem como seu público alvo mulheres jovens e adultas que buscam aliar as tendências da moda a preços acessíveis. Os produtos vendidos sob esta marca são relógios decorativos, com materiais diferenciados, que contam com um preço médio no varejo de R\$200,00. A exploração desta marca é feita por meio de uma licença de marca, válida até julho de 2014 e renovável por mais cinco anos. Nota-se, ainda, que a Companhia detém uma opção de compra da marca, exercível a qualquer momento.

## VI. Recursos Humanos

A tabela abaixo indica o número de empregados da Companhia (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica) ao término do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Localização Geográfica	Atividade Descmpenhada					Total geral
	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial	Produção	
AM	15		3		250	268
BA	3	1	12	8		24
CE	2	2	7	6		17
DF	4	2	4	8		18
MG	2	2	7	3		14
PA	3		8	10	1	22
PE	3	2	8	9	1	23
PR	5		11	8	2	26
RJ	59	9	40	16	8	132
RS	7	2	10	9	1	29
SP	12	6	26	22	2	68
<b>Total geral</b>	<b>115</b>	<b>26</b>	<b>136</b>	<b>99</b>	<b>265</b>	<b>641</b>

A tabela abaixo indica o número de terceirizados da Companhia (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica) ao término do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2009		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Terceirizados
AM	Administrativo	4
<b>Total</b>		<b>4</b>

O índice de rotatividade (desligamentos voluntários) da Companhia em 2009 foi de aproximadamente 2,5%.

## VII. Investimentos

Os investimentos da Companhia se concentram em quatro principais tipos: (i) investimentos na estrutura e maquinário da planta em Manaus; (ii) investimentos em *hardware* e *software* de tecnologia; (iii) investimentos em automóveis para nossa equipe de vendas; e (iv) investimentos na manutenção de imóveis. O montante total de investimentos totalizou R\$3,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e R\$3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

## VII. Principais Fatos Administrativos Ocorridos no Exercício

Durante o exercício social, a Companhia deliberou determinados aumentos de capital, no âmbito de seus programas de opção de compra de ações, conforme mencionados abaixo:

<b>Data da deliberação:</b>	15/12/2009
<b>Órgão que deliberou o aumento:</b>	Conselho de Administração
<b>Data da emissão:</b>	15/12/2009
<b>Valor total do aumento:</b>	R\$ 458.097,68
<b>Quantidade de Valores Mobiliários Emitidos, por classe e espécie:</b>	423.626 ações ordinárias
<b>Preço de Emissão:</b>	R\$ 1,081373
<b>Forma de Integralização:</b>	À vista em moeda corrente nacional.
<b>Critério para Determinação do Valor de Emissão:</b>	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.
<b>Subscrição Particular ou Pública:</b>	Particular
<b>Percentual que representou em</b>	0,003%

**relação ao capital social  
imediatamente anterior ao aumento:**

**Data da deliberação:** 01/07/2009  
**Órgão que deliberou o aumento:** Conselho de Administração  
**Data da emissão:** 01/07/2009  
**Valor total do aumento:** R\$ 5.019,55  
**Quantidade de Valores Mobiliários Emitidos, por classe e espécie** 4.373 ações ordinárias  
**Preço de Emissão:** R\$ 1,147850  
**Forma de Integralização:** À vista em moeda corrente nacional.  
**Critério para Determinação do Valor de Emissão:** Artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.  
**Subscrição Particular ou Pública:** Particular  
**Percentual que representou em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento:** 0,33%

**Data da deliberação:** 13/02/2009  
**Órgão que deliberou o aumento:** Assembleia Geral Extraordinária  
**Data da emissão:** 13/02/2009  
**Valor total do aumento:** R\$ 500.000,00  
**Quantidade de Valores Mobiliários Emitidos, por classe e espécie** 589.530 ações ordinárias  
**Preço de Emissão:** R\$ 0,848133259  
**Forma de Integralização:** À vista em moeda corrente nacional.  
**Critério para Determinação do Valor de Emissão:** Artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, com deságio de R\$0,23364674.  
**Subscrição Particular ou Pública:** Particular  
**Percentual que representou em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento:** 0,47%

X

### **VIII. Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia determina que os lucros apurados em cada exercício social terão a destinação que a assembleia geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em lei. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações prevê que, do lucro líquido do exercício social, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, 5% serão destinados para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social, exceto no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Adicionalmente, o Estatuto Social determina a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, do percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. Nesse sentido, o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações prevê que, se o estatuto social for omissivo, 50% do lucro líquido do exercício social, após a constituição da reserva legal, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório. Ainda nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ser incompatível com a situação financeira da companhia.

A distribuição dos dividendos da Companhia ocorre anualmente. De acordo com o Estatuto Social vigente da Companhia acionistas representando a maioria do capital social podem aprovar o preparo de balanços intercalares, a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

### **IX. Auditores**

Nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, os auditores independentes da Companhia são a PricewaterhouseCoopers desde 31 de março de 2008.

A política da Companhia em relação aos auditores independentes, na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, substancia-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios estabelecem que: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve advogar por seu próprio cliente.

Adicionalmente, dentre os procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, destacam-se os seguintes: (i) a contratação e negociação de quaisquer serviços fora do escopo da auditoria deve ser sempre realizada junto a equipes diferentes daquelas que prestam os serviços de auditoria, lideradas por outros sócios, e sem qualquer comunicação entre si, e (ii) as contratações de


serviços dos auditores externos devem ser sempre discutidas com o Conselho de Administração da Companhia.

Conforme a Instrução CVM 381/2003, além dos serviços de auditoria externa, os auditores independentes ou suas partes relacionadas prestaram os seguintes serviços para a Companhia ou para suas sociedades controladas, controladoras ou integrantes do mesmo grupo econômico:

<u>Natureza do Serviço Prestado</u>	<u>Data de Contratação</u>	<u>Prazo de Contratação (se superior a um ano)</u>	<u>Valor total dos honorários contratados</u>	<u>Percentual dos honorários em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa</u>
Consultoria tributária da PricewaterhouseCoopers na China	01.12.2009	Inferior a um ano	R\$15.500,00	5,7%

Dessa forma, considerando a natureza dos serviços prestados, a Companhia entende, com base na confirmação dos auditores, que durante o exercício de 2009 os auditores externos não prestaram serviços que pudessem impactar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2011.



**Joaquim Pedro Andrés Ribeiro**  
Diretor Presidente

# Technos S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO FINDO

EM 31.12.2008

### **I. Aos Acionistas**

A Administração da Technos S.A. (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2008, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

### **II. Breve Histórico da Companhia**

A Companhia iniciou suas operações em 1956, como representantes da marca “Technos” no Brasil, criada originalmente pela família Gunzinger, em 1900, na Suíça, e registrada em 1924, por meio de uma das controladas da Companhia, já extinta, e cresceu significativamente durante as décadas de 50, 60 e 70.

Em 1982, a controlada, Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (“TASA”), inaugurou sua planta de montagem e distribuição em Manaus e passou a montar relógios no Brasil. Ao final da década de 80, já detinha a liderança do mercado nacional de relógios em termos de faturamento, posição que foi consolidada nos anos 90 e mantida até hoje. Em 2001, a TASA comprou a marca “Technos” mundialmente e, a partir de 2002, passou a explorar marcas de terceiros, ao licenciar as marcas “Mormaii” e celebrar contrato de distribuição exclusiva de produtos identificados pela marca “Seiko”, que hoje contribuem significativamente para os resultados da Companhia.

Em 2007, a Companhia foi constituída como uma sociedade *holding* com o objeto social de deter participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 2008, o controle da Companhia foi adquirido pelo GMT Fundo de Investimentos em Participações (“GMT FIP”) que, por sua vez, tem entre seus cotistas um grupo de executivos da Companhia, além de dois renomados gestores de recursos de terceiros (*asset managers*), o DLJ e a Dynamo. Essa operação contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento de uma estrutura de gestão e administração mais eficiente e meritocrática na Companhia e em suas subsidiárias.

Na mesma época do ingresso do GMT FIP no capital social da Companhia, a Companhia adquiriu ações representativas do controle da Technos Relógios S.A. (“TERESA”), antiga controladora da TASA, por meio da subsidiária indireta, T1 Participações Ltda (“T1”). Além disso, a controlada SD Participações S.A. (“SD”) emitiu ações preferenciais equivalentes a 100% do seu capital

preferencial, que foram integralmente subscritas pelo Fundo de Investimento em Participações Multisetorial (“FIP Multisetorial”). Concluídas essas etapas, após uma reorganização societária, a Companhia passou a controlar a TASA por meio da SD.

### III. Apresentação do desempenho dos negócios sociais da Companhia

A Companhia desenvolve, monta e distribui relógios desde 1956, diretamente ou por meio de suas subsidiárias. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Companhia explorava três marcas nacionalmente conhecidas e destinadas à classe média, sendo uma marca própria (“Technos”) e duas marcas detidas por terceiros, cujo uso é realizado por meio de contratos de licenciamento ou de distribuição exclusiva (“Mormaii” e “Seiko”). Os produtos da Companhia são vendidos em todo o território nacional, em pontos de vendas pulverizados que incluem relojoarias, joalherias, óticas e lojas de departamentos.

Adicionalmente, como suporte para o negócio de venda de relógios, a Companhia presta serviços de assistência técnica e vende peças de reposição para seus produtos, as quais são faturadas aos clientes quando a garantia de fábrica dos relógios, que dura 12 meses a partir de sua venda, já houver expirado à época do conserto solicitado.

Dessa forma, a receita operacional bruta da Companhia consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços de assistência técnica.

A tabela a seguir ilustra a abertura da receita bruta da Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>	
	2008	(%) do Total
<b>Receita Bruta</b>		
Venda de Relógios	130,1	97,3
Assistência Técnica	3,7	2,7
<b>Total</b>	<b>133,7</b>	<b>100,0</b>

Nota-se que as informações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 refletem nossa participação indireta na nossa subsidiária Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (“TASA”) apenas a partir da data do nosso investimento, em 8 de maio de 2008. Para o período de 1º de janeiro de 2008 até 7 de maio de 2008, as informações financeiras consolidadas refletem nossa natureza até então como empresa holding sem atividades operacionais. As comparações entre os resultados de 2008 e 2009 devem ser analisadas levando este efeito em consideração.



## ***Venda de Relógios***

### *Categorias de Relógios*

A receita de venda de relógios da Companhia é analisada em função das categorias de relógios e por canal de distribuição. No caso das categorias de relógios, a análise é feita com base em duas classificações, em função das características de posicionamento de cada marca e seus modelos: (i) clássico, englobando relógios mais tradicionais (“Clássico”); e (ii) esporte, com relógios voltados a um estilo de vida ativo (“Esporte”).

A tabela a seguir demonstra a abertura da receita bruta com a venda de relógios em cada uma das categorias de relógio mencionadas acima:

	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>	
	<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>	
	<b>2008</b>	<b>(%) do Total</b>
<b>Venda de Relógios</b>		
<b>(por Categoria de Relógio)</b>		
Clássico	103,4	79,5
Esporte	26,7	20,5
<b>Total</b>	<b>130,1</b>	<b>100,0%</b>

### *Tipos de Canais de Distribuição*

No que diz respeito aos canais de distribuição, a análise também conta com duas classificações: (i) lojas especializadas, incluindo principalmente relojoarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes (“Lojas Especializadas”); e (ii) magazines, incluindo principalmente lojas de departamento, lojas *online*, clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigos de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas (“Magazines”).

A tabela a seguir demonstra a abertura da receita bruta da Companhia com a venda de relógios em cada um dos canais de distribuição descritos acima:

8

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>		
<i>(em milhões de reais, exceto percentuais)</i>		
	<b>2008</b>	<b>(%) do Total</b>
<b>Venda de Relógios</b>		
<b>(por Canal de Distribuição)</b>		
Lojas Especializadas	93,8	72,1
Magazines	36,3	27,9
<b>Total</b>	<b>130,1</b>	<b>100,0%</b>

Para maiores informações sobre os negócios e resultados da Companhia, recomenda-se a análise detalhada das demonstrações financeiras da Companhia, bem como do Formulário de Referência da Companhia constante do *site* da Companhia ([www.technos.com.br](http://www.technos.com.br)).

#### **IV. Conjuntura Econômica Geral**

Os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil, particularmente pela taxa de inflação, políticas governamentais, oscilações nas taxas de câmbio e políticas fiscais, bem como pelas condições econômicas gerais no mundo. O impacto das principais variáveis sobre os negócios da Companhia é analisado a seguir:

(i) *Inflação*: a inflação poderá afetar os resultados operacionais de duas formas mais diretas. A primeira é o impacto negativo tanto no custo de produto quanto nas despesas comerciais, gerais, e administrativas. A segunda é o impacto negativo no crescimento do PIB e a corrosão do poder de compra da classe média brasileira. No período de 2007 a 2008, a inflação acumulada, medida pelo INPC, totalizou 11,98%, conforme dados do IBGE. Apesar do efeito negativo desses aumentos sobre os custos de mão de obra e despesas de vendas e administrativas da Companhia, esse aumento foi compensado em grande parte com melhorias de eficiência principalmente na planta de Manaus e nos centros de assistência técnica. Além disso, no período de 2007 a 2008, a renda da classe média brasileira, conforme divulgado pelo IBGE, cresceu acima da inflação, representando um aumento no poder de compra desses indivíduos.

(ii) *Variação de preços dos principais insumos e câmbio*: os principais insumos da Companhia são componentes de relógios comprados de fornecedores no exterior, com destaque para China e Japão. O preço desses insumos está ligado a fatores endógenos dessas duas economias, assim como a taxa de câmbio entre o real e o dólar. Dentre os fatores endógenos, o principal é a disponibilidade e o custo de mão de obra, que afeta significativamente o custo desses componentes, assim como o tempo necessário para a manufatura destes. A taxa de câmbio também é um fator relevante, já que as compras dos fornecedores estrangeiros são denominadas em dólares, e uma depreciação do real em relação a essa moeda levaria a custos maiores de produtos internalizados no Brasil. Tanto o aumento do preço dos componentes quanto à depreciação do real, se não forem compensados com reajustes de preços dos produtos, resultarão em uma redução da margem de lucro da Companhia.

No período de 2007 a 2008 a inflação na China totalizou 9,33%, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional. Apesar desse aumento, a Companhia conseguiu manter o custo de componentes estável durante esse período em função do aumento do volume de compras e, conseqüentemente, do aumento do poder de negociação junto aos fornecedores. Já o câmbio médio, apesar de certa volatilidade, demonstrou redução ao longo do período. Segundo dados do Banco Central, a taxa de câmbio média evoluiu de R\$1,95 / US\$ em 2007 para R\$1,84 /US\$ em 2008, representando uma depreciação de 5,64%. Essa redução gerou efeito positivo nos custos unitários de produtos.

(iii) *Taxa de juros*: a taxa de juros no Brasil poderá afetar tanto os resultados operacionais da Companhia quanto o seu resultado financeiro. Caso o governo venha a aumentar a taxa de juros como forma de conter um aumento de inflação, é provável que a economia brasileira sofra com uma redução na taxa do crescimento do PIB, já que o encarecimento do crédito tende a desincentivar o consumo. Dentro dessa redução de crescimento econômico da economia em geral é possível que o mercado de acessórios de moda em geral, e o mercado de relógios especificamente, possam ser afetados, resultando em uma pressão negativa nas nossas vendas. Do ponto de vista do resultado financeiro, a Companhia também será impactada pelo aumento dos juros, já que parcela relevante de sua dívida é atrelada ao CDI. Um aumento dessa taxa acarretaria um aumento dos juros pagos, aumentando as despesas financeiras e reduzindo o lucro líquido da Companhia. No período de 2007 a 2008, a taxa média de juros, medida pelo CDI, aumentou em 4,67 pontos percentuais, conforme dados da CETIP. Em 2007, o CDI médio foi de 11,77%, em comparação a 12,32% em 2008. Esse aumento contribuiu negativamente para o crescimento do PIB brasileiro, e, conseqüentemente, para o consumo brasileiro em geral.

## V. Recursos Humanos

A tabela abaixo indica o número de empregados da Companhia (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica) ao término do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada					Total geral
	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial	Produção	
AM	18	2	3		272	295
BA	4	1	11	8		24
CE	2	1	8	5		16
DF	4	1	5	5		15
MG	5		4	2		11
PA	3		8	9	1	21
PE	4	1	10	10		25
PR	8		13	6		27
RJ	57	9	39	16	12	133
RS	6	1	14	7	1	29
SP	7	2	27	19	2	57

Total geral	118	18	142	87	288	653
-------------	-----	----	-----	----	-----	-----

A tabela abaixo indica o número de terceirizados da Companhia (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica) ao término do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2008		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Terceirizados
AM	Operacional/Produção	7
<b>Total</b>		<b>7</b>

O índice de rotatividade (desligamentos voluntários) da Companhia em 2008 foi de aproximadamente 2,3%.

## VI. Investimentos

Os investimentos da Companhia se concentram em quatro principais tipos: (i) investimentos na estrutura e maquinário da planta em Manaus; (ii) investimentos em *hardware* e *software* de tecnologia; (iii) investimentos em automóveis para nossa equipe de vendas; e (iv) investimentos na manutenção de imóveis. O montante total de investimentos totalizou R\$3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

## VII. Principais Fatos Administrativos Ocorridos no Exercício

Em 8 de maio de 2008, a Companhia celebrou, por meio de sua controlada T1, um contrato com os acionistas da TERESA, por meio do qual adquiriu 525.054.304 ações ordinárias de emissão da TERESA, representativas de 90,34% do capital social desta sociedade. Essa operação representou a aquisição do controle da TERESA pela T1 e a aquisição do controle indireto da TERESA e da TASA pela Companhia.

Nessa mesma data, a SD emitiu ações preferenciais equivalentes a 100% do capital preferencial, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FIP Multisetorial.

Adicionalmente, em 11 de maio de 2008, foi aprovada a incorporação da T1 pela TERESA. Por meio dessa operação, a T1, com patrimônio líquido avaliado em R\$133,1 milhões, foi incorporada pela TERESA e declarada extinta.

Na mesma data, foi aprovada a incorporação da TERESA pela TASA. Por meio dessa operação, a TERESA, com patrimônio líquido avaliado em R\$97,3 milhões, foi incorporada pela TASA e declarada extinta. O capital social e o Estatuto Social da TASA não foram alterados pela operação.

As incorporações foram feitas como parte de uma reestruturação do grupo societário da Companhia, que teve como objetivo concentrar as contas, os recursos e todas as atividades operacionais e mercantis em um único veículo e, dessa forma, otimizar os negócios da TASA e ampliar as possibilidades de captação de recursos e de investimentos no grupo.

Com as referidas incorporações, o ágio previamente existente foi reduzido ao valor do benefício fiscal disponível para a Companhia por conta de dedutibilidade para fins tributários. Esse benefício fiscal, no montante de R\$55,6 milhões, foi reconhecido à conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos de longo e curto prazo”, em contrapartida à conta “Reserva especial de ágio”. Essas incorporações representaram a extinção da T1 e da TERESA, passando as ações de propriedade da TERESA na TASA a serem detidas pela SD.

Além disso, durante o exercício social, a Companhia deliberou determinados aumentos de capital, conforme mencionados abaixo:

<b>Data da deliberação:</b>	26/12/2008
<b>Órgão que deliberou o aumento:</b>	Conselho de Administração
<b>Data da emissão:</b>	26/12/2008
<b>Valor total do aumento:</b>	O valor total do aumento de capital corresponderá ao resultado de 3.776.873 ações, multiplicadas pelo preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, corrigido, desde 8 de maio de 2008 e até cada data de integralização, pela variação do IPCA e acrescido de juros de 7% ao ano, calculado <i>pro rata temporis</i> , sendo admitido deságio para a parcela a ser integralizada à vista, conforme abaixo.
<b>Quantidade de Valores Mobiliários Emitidos, por classe e espécie:</b>	3.776.873 ações ordinárias
<b>Preço de Emissão:</b>	R\$ 1,00 por ação, corrigido, desde 8 de maio de 2008 e até cada data de integralização, pela variação do IPCA e acrescido de juros de 7% ao ano, calculado <i>pro rata temporis</i> , sendo admitido deságio para a parcela a ser integralizada à vista, conforme abaixo.
<b>Forma de Integralização:</b>	Moeda corrente nacional, a ser integralizado da seguinte forma: (i) R\$500.00,00 à vista, representando a integralização de 1.091.545 ações ordinárias, pelo preço unitário de R\$0,45806632, sendo que as ações foram emitidas com deságio no valor de R\$0,62371368 por ação com relação ao preço de emissão de R\$1,08178 fixado nos termos do Artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as demais ações deverão ser totalmente integralizadas sem qualquer deságio até 08 de maio de 2018, sendo admitidas integralizações parciais até referida data.
<b>Critério para Determinação do Valor de Emissão:</b>	Artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

<b>Subscrição Particular ou Pública:</b>	Particular
<b>Percentual que representou em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento:</b>	3,06%
<b>Data da deliberação:</b>	08/05/2008
<b>Órgão que deliberou o aumento:</b>	Assembleia Geral
<b>Data da emissão:</b>	08/05/2008
<b>Valor total do aumento:</b>	R\$ 123.000.000,00
<b>Quantidade de Valores Mobiliários Emitidos, por classe e espécie:</b>	123.000.000 ações ordinárias
<b>Preço de Emissão:</b>	R\$ 1,00
<b>Forma de Integralização:</b>	À vista em moeda corrente nacional.
<b>Critério para Determinação do Valor de Emissão:</b>	Artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Subscrição Particular ou Pública:</b>	Particular
<b>Percentual que representou em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento:</b>	24.600%

### **VIII. Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia determina que os lucros apurados em cada exercício social terão a destinação que a assembleia geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em lei. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações prevê que, do lucro líquido do exercício social, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, 5% serão destinados para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social, exceto no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Adicionalmente, o Estatuto Social determina a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, do percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. Nesse sentido, o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações prevê que, se o estatuto social for omissivo, 50% do lucro líquido do exercício social, após a constituição da reserva legal, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório. Ainda nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no

exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ser incompatível com a situação financeira da companhia.

A distribuição dos dividendos da Companhia ocorre anualmente. De acordo com o Estatuto Social vigente da Companhia acionistas representando a maioria do capital social podem aprovar o preparo de balanços intercalares, a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

#### **IX. Auditores**


Nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, os auditores independentes da Companhia são a PricewaterhouseCoopers desde 31 de março de 2008.

A política da Companhia em relação aos auditores independentes, na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, substancia-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios estabelecem que: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve advogar por seu próprio cliente.

Adicionalmente, dentre os procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, destacam-se os seguintes: (i) a contratação e negociação de quaisquer serviços fora do escopo da auditoria deve ser sempre realizada junto a equipes diferentes daquelas que prestam os serviços de auditoria, lideradas por outros sócios, e sem qualquer comunicação entre si, e (ii) as contratações de serviços dos auditores externos devem ser sempre discutidas com o Conselho de Administração da Companhia.

Conforme a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que os auditores independentes, ou pessoas a eles relacionadas, não prestaram quaisquer serviços para a Companhia ou para suas sociedades controladas, controladoras ou integrantes do mesmo grupo econômico além dos serviços de auditoria externa durante o exercício de 2008 e, portanto, não prestaram serviços que pudessem impactar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2011.

  
\_\_\_\_\_  
**Joaquim Pedro Andrés Ribeiro**  
Diretor Presidente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**GMT Participações S.A.**  
**Demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**  
**e parecer dos auditores independentes**

## Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas  
GMT Participações S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da GMT Participações S.A. (a “Companhia”) e os balanços patrimoniais consolidados da GMT Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMT Participações S.A. e da GMT Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações da Companhia referentes aos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações, os fluxos consolidados de caixa e os valores consolidados adicionados nas operações desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2011

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito  
Contador CRC 1SP188307/O-0

## GMT Participações S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>Ativo</b>								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) ...	347	505	8.218	10.567			1.830	1.344
Títulos e valores mobiliários (Nota 4) .....				5.626	6		2.126	2.175
Contas a receber de clientes (Nota 5) .....			91.412	81.508			187	147
Estoques (Nota 6) .....			48.533	45.395			9.509	5.244
Impostos a recuperar .....	5		7.526	6.947	7.077		7.077	
Outros ativos .....	48		2.798	1.225			661	
	400	505	158.487	151.268	1	4	2.469	2.555
<b>Não circulante</b>					7.078	10	23.859	11.465
Realizável a longo prazo								
Títulos e valores mobiliários (Nota 4) ...			1.961	1.785			2.072	
Depósitos judiciais .....			1.232	1.167			11.128	
Ativos destinados à venda (Nota 7) .....			1.262				31.796	59.833
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8) .....			629	921	5		5	2.063
Outros ativos .....			105	104	5		45.001	61.896
			5.189	3.977	7.083	10	68.860	73.361
Investimentos (Nota 9) .....	120.730	110.923						
Intangível (Nota 10) .....			133.507	146.767				
Imobilizado (Nota 11) .....			11.874	12.609				
	120.730	110.923	150.570	163.353				
<b>Total do ativo</b> .....	<b>121.130</b>	<b>111.428</b>	<b>309.057</b>	<b>314.621</b>	<b>121.130</b>	<b>111.428</b>	<b>309.057</b>	<b>314.621</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>								
Circulante								
Fornecedores .....								
Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar .....								
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8) .....								
Salários e encargos sociais a pagar .....								
Dividendos a pagar (15) .....								
Licenciamentos a pagar .....								
Outras contas a pagar .....								
<b>Não circulante</b>								
Licenciamentos a pagar .....								
Impostos de renda e contribuição social diferidos (Nota 8) .....								
Provisão para contingências (Nota 12) .....								
Outras contas a pagar .....								
Participação de minoritários .....								
<b>Patrimônio líquido</b>								
Capital social (Nota 16) .....	111.987	123.500	111.987	123.500				
Reservas de capital (Nota 16) .....	43	3	43	3				
Reservas de lucros (Nota 16) .....	1.199		1.199					
Ajuste de avaliação patrimonial .....	818	681						
Prejuízos acumulados .....		(12.766)						
	114.047	111.418	114.047	111.418				
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> ....	<b>121.130</b>	<b>111.428</b>	<b>309.057</b>	<b>314.621</b>	<b>121.130</b>	<b>111.428</b>	<b>309.057</b>	<b>314.621</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**GMT Participações S.A.****Demonstrações do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>Receita bruta de vendas</b> .....			<b>213.432</b>	<b>133.719</b>
Ajuste a valor presente sobre vendas .....			(8.045)	(7.772)
Impostos sobre vendas .....			(31.146)	(19.438)
Impostos sobre ajuste a valor presente .....			1.079	832
<b>Receita líquida das vendas</b> .....			<b>175.320</b>	<b>107.341</b>
Custo dos produtos vendidos .....			(66.939)	(40.574)
<b>Lucro bruto</b> .....			<b>108.381</b>	<b>66.767</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Com vendas .....			(38.467)	(24.602)
Gerais e administrativas .....	(697)	(2.189)	(22.061)	(16.238)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 19) .....			4.918	(3.291)
	(697)	(2.189)	(55.610)	(44.131)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b> .....	<b>(697)</b>	<b>(2.189)</b>	<b>52.771</b>	<b>22.636</b>
<b>Resultado de participações societárias (Nota 9(b))</b>				
Equivalência patrimonial .....	24.638	(498)		
Perdas em participações societárias .....		(10.079)		(14.989)
Amortização de ágio .....				(21.820)
	24.638	(10.577)		(36.809)
<b>Resultado financeiro (Nota 20)</b>				
Despesas financeiras .....	35		(1.916)	(4.527)
Receitas financeiras .....			12.491	8.311
	35		10.575	3.784
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b> .....	<b>23.976</b>	<b>(12.766)</b>	<b>63.346</b>	<b>(10.389)</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)				
Do exercício .....			(1.762)	(1.044)
Diferidos .....			(11.460)	244
<b>Participação de minoritários</b> .....			<b>(26.148)</b>	<b>(1.577)</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b> .....	<b>23.976</b>	<b>(12.766)</b>	<b>23.976</b>	<b>(12.766)</b>
Quantidade de ações no final do exercício (em milhares) .....			127.795	126.777
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações do capital social no fim do exercício – R\$ .....			0,19	(0,10)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**GMT Participações S.A.**

**Demonstrações das mutações no patrimônio líquido**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social		Reserva de capital		Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Prêmio em opção de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros			
					Reserva Legal			
<b>Em 31 de dezembro de 2007</b> .....	<b>1</b>							<b>1</b>
Integralização de capital em 8 de maio de 2008 (Nota 16) .....	123.000							123.000
Subscrição de ações em 26 de dezembro de 2008   (Nota 16) – R\$1,082 por ação.....	4.085	(4.085)						
Integralização de capital em 26 de dezembro de 2008.....	(681)	1.180		681				1.180
Prêmio opção compra ações .....			3					3
Prejuízo do exercício.....						(12.766)		(12.766)
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b> .....	<b>126.405</b>	<b>(2.905)</b>	<b>3</b>	<b>681</b>		<b>(12.766)</b>		<b>111.418</b>
Absorção de prejuízos acumulados .....	(12.766)					12.766		
Integralização de capital em 13 de fevereiro de 2009 – \$1,082 por ação (Nota 16).....	500			137				637
Subscrição de ações em 1º de julho de 2009 – R\$1,148 por ação (Nota 16).....	5	(5)						
Subscrição de ações em 15 de dezembro de 2009 – R\$1,082 por ação (Nota 16) .....	458							458
Integralização de capital em 15 de dezembro de 2009 – R\$1,205 por ação (Nota 16) .....		295						295
Plano de opção de ações dos empregados (Nota 16) .....			40					40
Lucro líquido do exercício .....						23.976		23.976
Destinação do lucro líquido do exercício: (Nota 26) .....								
Reserva legal .....					1.199			(1.199)
Dividendos .....								(22.777)
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b> .....	<b>114.602</b>	<b>(2.615)</b>	<b>43</b>	<b>818</b>				<b>114.047</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**GMT Participações S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social .....</b>	<b>23.976</b>	<b>(12.766)</b>	<b>63.346</b>	<b>(10.389)</b>
<b>Ajustes</b>				
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 9) .....	(24.638)	498		
Perdas em participações societárias.....		10.079		14.989
Depreciação e amortização .....			1.795	1.069
Amortização de ágio .....				21.820
Provisão para valor recuperável de estoque .....			6.707	4.343
Provisão para valor recuperável de contas a receber de clientes .....			612	(1.148)
Aumento (Redução) na provisão para contingências.....			(9.876)	455
Resultado na venda de ativos permanentes.....			(9)	(26)
Impairment bens de ativos permanentes .....			467	
Outros.....	177	684	(625)	1.325
	<u>(485)</u>	<u>(1.505)</u>	<u>62.417</u>	<u>32.438</u>
Variações nos ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários .....			5.450	(7.411)
Contas a receber de clientes .....			(10.516)	(7.604)
Estoques.....			(9.845)	(10.432)
Impostos a recuperar .....	(5)		1.634	1.470
Redução (aumento) nos outros valores a receber.....	(48)		(1.639)	(361)
Fornecedores e Contas a pagar.....	(3)	10	1.075	424
Aumento (redução) em salários e encargos sociais .....			4.265	2.389
Obrigações tributárias.....	(6)		(18.210)	(4.360)
Outros.....	5		775	
<b>Caixa proveniente das (gerado nas) operações .....</b>	<b>(542)</b>	<b>(1.495)</b>	<b>35.406</b>	<b>6.553</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos .....			(3.975)	(2.424)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais.....</b>	<b>(542)</b>	<b>(1.495)</b>	<b>31.431</b>	<b>4.129</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de investimento em subsidiária .....		(121.500)		(251.500)
Dividendos recebidos.....	14.831			
Compras de imobilizado .....			(2.810)	(1.256)
Valor recebido pela venda de imobilizado .....			616	326
Compras de ativos intangíveis.....			(3.635)	(191)
Indenizações recebidas .....			16.338	
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos .....</b>	<b>14.831</b>	<b>(121.500)</b>	<b>10.509</b>	<b>(252.621)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aportes de capital .....	1.253	123.499	1.253	243.099
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia.....	(15.700)		(15.700)	
Dividendos pagos aos acionistas não controladores.....			(29.842)	(15.663)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos .....</b>	<b>(14.447)</b>	<b>123.499</b>	<b>(44.289)</b>	<b>227.436</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....</b>	<b>(158)</b>	<b>504</b>	<b>(2.349)</b>	<b>(21.056)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício .....</b>	<b>505</b>	<b>1</b>	<b>10.567</b>	<b>31.623</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....</b>	<b>347</b>	<b>505</b>	<b>8.218</b>	<b>10.567</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**GMT Participações S.A.**

**Demonstrações do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Receitas</b>				
Vendas brutas de produtos e serviços .....			205.387	125.947
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão/(constituição) .....			(827)	(844)
Outras receitas .....			82	1.737
			<b>204.642</b>	<b>126.840</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados.....	(697)	(2.189)	(50.351)	(34.782)
Materiais, energias e serviços de terceiros e outros.....			(31.417)	(23.660)
Perda/recuperação de valores ativos.....			2.513	6.119
Outras despesas .....				(1.651)
	(697)	(2.189)	(79.255)	(53.974)
<b>Valor adicionado bruto .....</b>	<b>(697)</b>	<b>(2.189)</b>	<b>125.387</b>	<b>78.866</b>
Depreciação e amortização.....			(1.795)	(15.471)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade .....</b>	<b>(697)</b>	<b>(2.189)</b>	<b>123.592</b>	<b>57.395</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial .....	24.638	(498)		
Perdas em participações societárias.....		(10.079)		(14.989)
Receitas financeiras .....	35		13.566	8.311
Outros.....			1.508	781
<b>Valor adicionado total a distribuir .....</b>	<b>23.976</b>	<b>(12.766)</b>	<b>138.666</b>	<b>51.498</b>
<b>Distribuição do valor adicionado .....</b>				
Salários e encargos.....			(43.146)	(27.795)
Impostos, taxas e contribuições.....				
Federais.....			(31.714)	(22.948)
Estaduais.....			(25.949)	(15.427)
Municipais.....			(82)	(36)
Incentivos fiscais.....			14.339	8.045
Juros e variações cambiais .....			15	(1.719)
Outros.....			(2.005)	(2.807)
Dividendos .....	(22.777)		(22.777)	
Participação de minoritários.....			(26.148)	(1.577)
Lucros retidos/prejuízo do exercício.....	(1.199)	12.766	(1.199)	12.766
<b>Valor adicionado distribuído .....</b>	<b>(23.976)</b>	<b>12.766</b>	<b>(138.666)</b>	<b>(51.498)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **1 Informações gerais**

A GMT Participações S.A. (a “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado e está sediada na cidade de São Paulo – SP – Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia detém participação direta de 100% no capital votante da SD Participações (“SD Participações”). A SD participações detém participação de 89,96% do capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (“TASA”).

A Companhia possui o poder de controlar essas sociedades, e por isso, são integralmente tratadas como subsidiárias nessas demonstrações financeiras (conjuntamente “Grupo”).

O Grupo é controlado pelo Fundo de Investimento e Participações GMT.

A emissão dessas demonstrações financeiras do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de abril de 2011.

##### **(a) Estrutura societária**

Em 8 de maio de 2008 a Companhia adquiriu 100% das ações ordinárias da SD Participações. Em 11 de maio de 2008 a Technos Relógio S.A., controlada indireta, incorporou sua controladora T1 Participações S.A. Na mesma data, a Technos Relógios S.A. foi incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio Ltda., sendo esta transformada societariamente em Sociedade Anônima de capital fechado.

A Companhia também controla, indiretamente, a Technos Amazônia Swiss Sarl (“TASS”) que foi constituída com a finalidade específica e única de administrar a marca internacional Technos, não tendo qualquer atividade operacional geradora de resultado.

##### **(b) Operações**

A TASA é uma Sociedade Anônima de capital fechado, fundada no ano de 1956, e que tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de relógios de pulso sob marcas próprias TECHNOS e MARINER e as licenciadas MORMAIL, SEIKO e EURO. Seu parque industrial, sediado em Manaus – AM industrializa o produto final e o distribui para todo o território nacional, contando, para isto, com dez filiais instaladas nas principais capitais do país, cada uma com estrutura de vendas e assistência técnica local. A venda é feita exclusivamente aos lojistas, sendo o produto despachado diretamente da fábrica, em Manaus, para os lojistas.

#### **2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis**

##### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito no item 2.3 a seguir.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e operações dos exercícios findos nessas datas, da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas. As operações no exterior são convertidas para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras no Brasil para fins de registro da equivalência patrimonial e de consolidação integral. As práticas contábeis das controladas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as Companhias consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações são eliminados.

A participação de minoritários é registrada com base na parcela do capital, reservas e resultados pertencentes a acionistas minoritários. A participação de minoritários, no lucro líquido ou prejuízo do exercício das controladas, é destacada e apresentada, respectivamente, como dedução ou adição ao lucro líquido ou prejuízo consolidado.

## **2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

#### **(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **(b) Instrumentos financeiros**

##### **Classificação e mensuração**

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado classificados no circulante são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria classificados como ativos circulantes representam CDBs.

#### **(ii) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem “Contas a receber de clientes e demais contas a receber”, “Caixa e equivalentes de caixa” e “Títulos e valores mobiliários” classificados como ativos não circulante.

#### **(iii) Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas ou despesas financeiras” no período em que ocorrem.

#### **(iv) Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(c) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e deduzidas da provisão para *impairment*. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa descontados (Nota 5). A taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) na data da transação é utilizada como taxa de desconto. A referida taxa é compatível com transações de natureza, prazo e riscos em condições similares de mercado.

#### **(d) Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende componentes, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

#### **(e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

#### **(f) Corrente**

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esse incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus – AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Conseqüentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(g) Diferido**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas.

#### **(h) Depósitos judiciais**

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos. Na possibilidade de resgate, os depósitos são demonstrados em rubrica específica.

#### **(i) Investimentos em controladas**

##### **(i) Valor patrimonial**

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

##### **(ii) Ágio**

O ágio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado em rentabilidade futura e foi amortizado, até 31 de dezembro de 2008, na extensão e na proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. Após aquela data, este ágio não sofre amortização e está sujeito a testes anuais de recuperabilidade. No consolidado, o ágio é apresentado como "Intangíveis".

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(j) Conversão em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **(k) Intangíveis**

##### **(i) Softwares**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como partes do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (ii) Marcas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como "Licenciamentos a pagar". Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada. Para as marcas e licenças de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de *impairment*.

#### (l) Redução ao valor recuperável de ativos ("*Impairment*")

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Ágio e Ativos intangíveis de vida úteis indefinidas são testados para *impairment*, no mínimo, anualmente.

#### (m) Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<b>Anos</b>
Edificações e benfeitorias .....	25
Equipamentos e instalações .....	10
Veículos .....	10
Móveis, utensílios e equipamentos.....	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(n) Provisões para contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos de obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **(o) Benefícios a funcionários**

##### **(i) Participação dos empregados nos lucros**

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

##### **(ii) Plano de opção de compra de ações – *stock options***

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com ações disponíveis, segundo os quais o Grupo recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos serviços do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquirido. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido ("*vesting period*"); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(p) Demais ativos e passivos**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo, acrescidos das variações monetárias e dos rendimentos auferidos, e deduzidos da provisão necessária, quando aplicável, para refletir o valor de realização.

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

#### **(q) Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### **(i) Venda de produtos**

O Grupo, por meio da TASA, monta e vende uma variedade de relógios no mercado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o lojista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o características da fatura; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

A garantia é assegurada aos consumidores pelo prazo de até 12 meses, a partir da data da venda do lojista ao consumidor final. As vendas são registradas com base no valor justo. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de aproximadamente 120 dias, e têm caráter de financiamento, e são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa SELIC, que a administração acredita ser compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado (Nota 2.2(c)).

#### **(ii) Vendas de serviços**

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.



## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(iii) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

#### **(r) Incentivos fiscais – Crédito estímulo do ICMS**

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus – AM. Consequentemente, a despesa com esses tributos registrada na linha de deduções de vendas na demonstração do resultado é contabilizada pelo valor líquido de 45%.

### **2.3 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1ª de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras do Grupo de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O Grupo não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

#### **(a) Pronunciamentos**

- CPC 15 – Combinação de Negócios
- CPC 20 – Custo de Empréstimos
- CPC 22 – Informação por Segmento
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros
- CPC 24 – Eventos Subsequentes
- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 – Ativo Imobilizado
- CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- CPC 36 – Demonstrações Consolidadas
- CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação
- CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 41 – Resultado por Ação
- CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40

#### **(b) Interpretações**

- ICPC 04 – Alcance do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações
- ICPC 05 – CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações
- ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
- ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
- ICPC 10 – Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28

#### **(c) Estimativa dos efeitos**

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito das mudanças das práticas contábeis:

- Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 (i)
- Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (ii)

**GMT Participações S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009**

	<b>Conforme apresentado</b>	<b>Ações preferenciais (a)</b>	<b>Dividendos (b)</b>	<b>De acordo com os novos CPCs</b>
<b>Ativos</b>				
Circulante				
Ativos circulantes.....	158.487			158.487
Não circulante				
Ativos mantidos para venda.....	1.262			1.262
Outros ativos não circulantes .....	3.927			3.927
Intangível .....	133.507			133.507
Imobilizado .....	11.874			11.874
	150.570			150.570
<b>Total ativos .....</b>	<b>309.057</b>			<b>309.057</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante				
Empréstimos .....		22.490		22.490
Dividendos a pagar.....	7.077		(7.077)	
Outros passivos circulantes .....	16.782			16.782
	23.859	22.490	(7.077)	39.272
Não circulante				
Empréstimos .....		76.246		76.246
Outros passivos não circulantes.....	45.001			
<b>Total do passivo .....</b>	<b>68.860</b>	<b>98.736</b>	<b>(7.077)</b>	<b>160.519</b>
Participação dos minoritários .....	126.150	(109.045)		17.105
Capital social.....	111.987			111.987
Reservas de capital .....	43			43
Reservas de lucros .....	1.199		4.346	5.545
Ajuste de avaliação patrimonial.....	818			818
Lucros acumulados.....		10.309	2.731	13.040
	114.047	10.309	7.077	131.433
<b>Total do passivo e patrimônio líquido .....</b>	<b>309.057</b>			<b>309.057</b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (ii) Conciliação do lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Conforme apresentado	Ações preferenciais(a)	De acordo com os novos CPCs
Receita líquida.....	175.320		175.320
Custos e despesas operacionais .....	(122.549)		(122.549)
Lucro operacional.....	52.771		52.771
Receitas financeiras .....	12.491		12.491
Despesas financeiras.....	(1.916)	(10.746)	(12.662)
Resultado financeiro, líquido.....	10.575	(10.746)	(171)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social....	63.346	(10.746)	52.600
Imposto de renda e contribuição social .....	(13.222)		(13.222)
Lucro líquido do exercício .....	50.124	(10.746)	39.378
Atribuível a			
Acionistas da Companhia .....	23.976	10.309	34.285
Participação dos não-controladores.....	26.148	(21.055)	5.093

#### (a) Ações preferenciais

Em 8 de maio de 2008, o FIP Multisetorial ("FIP") aportou R\$119.600 na SD Participações que representam 119.600.000 ações preferenciais sem valor nominal, que lhe asseguram o direito a recebimento de dividendos fixos, prioritários e não cumulativos de R\$20.000 anuais, o qual deverá ser reajustado, em cada exercício social, por 50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), contados a partir de 8 de maio de 2009, até a data em que tal dividendo seja declarado.

A companhia possui instrumentos contratuais de compra e venda das ações preferenciais detidas pelo Fundo de Investimento em Participações Multisetorial ("FIP Multisetorial") na controlada SD Participações S.A., as quais são reconhecidas como passivo financeiro. Tais instrumentos não tem como objetivo principal gerar ganhos financeiros, e sim assegurar o funcionamento da estrutura societária acordada entre a Companhia e o FIP Multisetorial e proteger as partes no caso de acontecimentos negativos não previstos.

O efeito prático desses instrumentos contratuais de compra e venda de ações é a classificação das ações preferenciais como passivo financeiro (empréstimo).

De acordo com o BR GAAP antes da adoção dos novos CPCs, os dividendos fixos das ações preferenciais da controlada SD eram registrados em conta do patrimônio líquido na rubrica de capital social. Em atendimento aos novos CPCs essas ações preferenciais atingem a definição de passivo financeiro sendo tratadas como dívida. Os dividendos são contabilizados na rubrica de despesa financeira.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(b) Dividendos**

De acordo com o BR GAAP antes da adoção dos novos CPCs, os dividendos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorria no exercício seguinte. De acordo com as políticas contábeis novas, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório somente é reconhecido quando declarado.

#### **2.4 Instrumentos financeiros**

##### **(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, exceto derivativos, com destaque para disponibilidades, incluindo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, e contas a pagar a fornecedores.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazo médio de quatro meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

##### **(b) Política de gestão de riscos financeiros**

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

##### **(c) Risco de crédito**

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

##### **(d) Risco de liquidez**

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

#### (e) Risco de mercado

##### Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data do embarque da mercadoria. As importações são integralmente liquidadas no momento do embarque, antes da precificação dos produtos finais. Dessa forma, a exposição ao câmbio é reduzida, se restringindo a oscilações não antecipadas nesse período que podem resultar: ou em margens menores, ou na necessidade de precificação num patamar mais elevado, potencialmente comprometendo as vendas desse produto.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 o Grupo não possuía qualquer posição de instrumento derivativo em aberto.

#### (f) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelas ações preferenciais mencionadas na Nota 2.3(c), que estão sujeitas a remuneração do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) e saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos, o Grupo não tem outros ativos nem passivos significativos em que incidam juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo estão, substancialmente, livres das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A administração do Grupo considera que o CDI é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A administração considera que as margens praticadas nas suas operações são suficientes para remunerar os detentores das ações preferenciais. A administração não considera o risco de taxa de juros crítico na sua operação.

### 3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa.....			6	7
Depósitos bancários de curto prazo .....			5.612	1.371
Certificados de depósito bancário ("CDBs").....	347	505	2.600	9.189
	<b>347</b>	<b>505</b>	<b>8.218</b>	<b>10.567</b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 4 Títulos e valores mobiliários

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Títulos e valores mobiliários.....	1.961	7.411
Circulante.....		5.626
Não circulante <sup>(*)</sup> .....	1.961	1.785
	<b>1.961</b>	<b>7.411</b>

(\*) Parcela dos títulos e valores mobiliários encontra-se vinculada a cartas de fianças bancárias e garantias de operações e estão classificadas como empréstimos e recebíveis no ativo não circulante.

#### 5 Contas a receber de clientes

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Clientes.....	103.588	93.964
Ajuste a valor presente.....	(1.824)	(2.716)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(10.352)	(9.740)
	<b>91.412</b>	<b>81.508</b>

O saldo das contas a receber, líquidas, aproxima-se do valor justo, e foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa desconto de 8,77% (2008 – 12,48%) que é igual a SELIC diminuídos da provisão para perda de contas a receber de clientes (“impairment”).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver prováveis perdas na realização desses créditos.

#### 6 Estoques

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Produtos acabados.....	34.524	26.205
Produtos em montagem.....	449	3.000
Componentes.....	23.351	19.013
Importações em andamento.....	19	56
Adiantamentos a fornecedores.....	3.528	3.752
Provisão para perda.....	(13.338)	(6.631)
	<b>48.533</b>	<b>45.395</b>

A política do Grupo para perda com estoques descrito na Nota 2.2(d), também considera perdas estimadas com obsolescência, tanto em função do giro quanto da qualidade física dos estoques.

#### 7 Ativos destinados à venda

Os ativos classificados nesse grupo referem-se a terreno localizado na cidade de Manaus – AM, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2009 é de R\$1.262.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve *impairment* reconhecido sobre estes ativos quando da classificação como mantidos para venda em 2009.

## 8 Imposto de renda e contribuição social

### (a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	Consolidado			
	2009		2008	
	Diferido ativo	Diferido passivo	Diferido ativo	Diferido passivo
Benefício fiscal da incorporação(*).....		11.128		
Crédito fiscal de ajuste a valor presente .....	629		921	
Crédito fiscal de vendas, com entrega em curso.....				
Passivo fiscal de atualização monetária dos depósitos judiciais.....	629	187		147
		11.315	921	147
Circulante .....		187		147
Não circulante .....	629	11.128	921	

(\*) Em 8 de maio de 2008, a TASA incorporou o acervo líquido contábil da Technos Relógios S.A. no montante de R\$27.215, em contrapartida da reserva especial de ágio no patrimônio líquido, sendo o mesmo realizado anualmente conforme utilização do respectivo benefício. O valor líquido do benefício fiscal decorrente da incorporação, no montante de R\$55.655 foi registrado na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos. A parcela do ágio remanescente no valor de R\$108.012 foi recomposta na controladora GMT Participações S.A. juntamente com o benefício fiscal mencionado acima.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio originado nessa incorporação é apresentado integralmente na rubrica de Intangíveis. A partir de 1 de janeiro de 2009, a amortização do ágio foi suspensa, gerando uma diferença temporária entre a contabilidade societária e a fiscal. Consequentemente, a Companhia registrou um imposto de renda diferido passivo.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social.....	63.346	(10.389)
Alíquota nominal dos tributos – % .....	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais.....	(21.538)	3.532
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva .....		
Incentivo fiscal imposto de renda .....	4.788	1.924
Realização de provisões não dedutíveis em exercícios anteriores .....	13.379	7.001
Despesas indedutíveis .....	(110)	(7.313)
Realização de ativo fiscal diferido .....	(11.128)	(7.420)
Outros.....	1.387	1.476
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício .....	(13.222)	(800)
Corrente .....	(1.762)	(1.044)
Diferido.....	(11.460)	244
	<b>(13.222)</b>	<b>(800)</b>

#### Regime Tributário de Transição

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios, as companhias poderão optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil. A Companhia optou por este regime quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (DIPJ) dos anos-calendário 2009 e 2008.

#### (c) Incentivos fiscais – subvenção para investimentos

A TASA goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. Esses incentivos, no montante de R\$4.788 no presente exercício (2008 – R\$1.924), foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus – AM.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 9 Investimentos

### (a) Informações sobre o investimento

Investimento na controlada SD Participações S.A. adquirido durante o ano de 2008 é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

	<u>Ações possuídas</u>	<u>Participação no capital social total</u> (%)	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Em 31 de dezembro de 2008				
SD Participações S.A.....	121.500.500	50,39	220.112	(989)
Em 31 de dezembro de 2009				
SD Participações S.A.....	121.500.500	50,39	221.118	45.697

### (b) Movimentação do investimento

	<u>SD Participações S.A.</u>
Investimento na SD Participações S.A. em 8 de maio de 2008 .....	121.500
Resultado equivalência patrimonial .....	(498)
Perdas em participações societárias.....	(10.079)
Valor total do investimento em 31 de dezembro de 2008 .....	110.923
Resultado equivalência patrimonial .....	24.638
Dividendos recebidos.....	(14.831)
Valor total do investimento em 31 de dezembro de 2009 .....	<u>120.730</u>

A Companhia é detentora de 100% das ações ordinárias e o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial detém 100% das ações preferenciais de emissão da SD Participações S.A.

Como resultado da distribuição desproporcional de dividendos efetuada em 2008 pela controlada SD Participações S.A., a Companhia apurou uma perda na participação societária no montante de R\$10.079.

Em 8 de maio de 2008, a controlada indireta T1 Participações S.A. adquiriu a participação de 89,96% do capital da Technos Relógios S.A., controladora de 99,99% do capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 10 Intangível

	Consolidado			
	Ágio	Software	Marcas e licenças	Total
Em 1º de maio de 2008				
Custo.....	163.660	1.863	4.281	169.804
Amortização e impairment acumulados.....		(1.319)		(1.319)
Saldo contábil, líquido.....	<u>163.660</u>	<u>544</u>	<u>4.281</u>	<u>168.485</u>
Saldo inicial.....	163.660	544	4.281	168.485
Aquisições.....		191		191
Bens incorporados – Custo.....		2	1	3
Bens incorporados – Amortização acumulada.....		(2)		(2)
Amortização.....	(21.820)	(90)		(21.910)
Saldo contábil, líquido.....	<u>141.840</u>	<u>645</u>	<u>4.282</u>	<u>146.767</u>
Em 31 de dezembro de 2008				
Custo.....	163.660	2.056	4.282	169.998
Amortização e <i>impairment</i> acumulados.....	(21.820)	(1.411)		(23.231)
Saldo contábil, líquido.....	<u>141.840</u>	<u>645</u>	<u>4.282</u>	<u>146.767</u>
Saldo inicial.....	141.840	645	4.282	146.767
Aquisições.....		618	3.017	3.635
Indenizações recebidas.....	(16.338)			(16.338)
<i>Impairment</i> .....		(228)		(228)
Amortização.....		(177)	(152)	(329)
Saldo contábil, líquido.....	<u>125.502</u>	<u>858</u>	<u>7.147</u>	<u>133.507</u>
Em 31 de dezembro de 2009				
Custo.....	163.660	2.674	7.299	173.633
Amortização, <i>impairment</i> acumulados e indenizações.....	(38.158)	(1.816)	(152)	(40.126)
Saldo contábil, líquido.....	<u>125.502</u>	<u>858</u>	<u>7.147</u>	<u>133.507</u>

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(a) Ágio**

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas: T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (Nota 1), foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém, está sujeito a teste anual de *impairment*.

As indenizações recebidas em 2009, relacionadas com a combinação de negócios acima descrita, foram registradas diretamente como redutoras do saldo de ágio.

#### **(b) Marcas**

No grupo de marcas e estão registrados os custos de aquisição da marca Technos. A aquisição da marca nacional ocorreu em junho de 1994 e da marca internacional em março de 2001. Ambas estão contabilizadas ao custo de R\$2.140 e R\$2.142, respectivamente.

O Grupo atribuiu vida útil indefinida à marca Technos. Os elementos considerados na avaliação da administração compreenderam: (i) o histórico de sucesso de longo prazo da marca iniciada há mais de cem anos na Suíça; (ii) o nível dos gastos de manutenção requeridos para obter os benefícios econômicos futuros; (iii) inexistência de prazo legal para a sua utilização, capacidade e a intenção do Grupo em manter o ativo; e (iv) ausência de fatores ligados à obsolescência técnica, tecnológica ou comercial, entre outros.

#### **(c) Marcas e licenças**

O Grupo possui as licenças para a comercialização das marcas Euro, Mariner, Seiko e Mormaii.

##### **(i) Mormaii**

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Mormaii, pelo prazo de 10 anos a findar em 31 de dezembro de 2013. De acordo com o esse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca, à título de *royalties*, um percentual do valor bruto sobre as vendas dos produtos com a marca Mormaii. Não foi efetuado qualquer pagamento inicial e, dessa forma, não existe qualquer registro no ativo intangível.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(ii) Euro**

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Euro, com vigência até 30 de setembro de 2014. Com base nesse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca um valor fixo mensal, reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM").

Além da remuneração fixa, o Grupo é obrigado a pagar remuneração variável a qual é calculada como base na receita bruta anual das vendas multiplicada por fatores decrescentes.

O valor da parcela variável somente será devido quando for superior ao valor total fixo anual e, nesse caso, será equivalente a diferença positiva entre o valor da parcela variável e o valor total fixo anual.

As obrigações a pagar pelo uso da marca EURO correspondentes ao valor presente dos pagamentos mínimos estão registrados como "Licenciamento a pagar".

#### **(iii) Seiko**

Para o uso da licença Seiko, a única exigência requerida é que todos os componentes utilizados nos relógios da marca Seiko utilizem componentes genuínos da marca, não sendo permitido o uso de qualquer outro componente que não sejam oriundos da Seiko.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 11 Imobilizado

### Composição do saldo

	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Moveis e utensílios	Outros	
Em 1º de maio de 2008							
Custo .....	2.133	14.953	21.559	2.067	7.806	88	48.606
Depreciação acumulada .....		(9.573)	(19.492)	(291)	(6.562)	(56)	(35.974)
Saldo contábil, líquido .....	<u>2.133</u>	<u>5.380</u>	<u>2.067</u>	<u>1.776</u>	<u>1.244</u>	<u>32</u>	<u>12.632</u>
Em 31 de dezembro de 2008							
Saldo inicial .....	2.133	5.380	2.067	1.776	1.244	32	12.632
Aquisições .....		8	328	503	417		1.256
Alienações – custo .....			(16)	(438)	(145)		(599)
Alienações – depreciação acumulada .....			12	143	144		299
Depreciação .....		(312)	(248)	(149)	(267)	(3)	(979)
Bens incorporados – custo .....			11		34		
Bens incorporados – depreciação .....			(11)		(34)		
Saldo contábil, líquido .....	<u>2.133</u>	<u>5.076</u>	<u>2.143</u>	<u>1.835</u>	<u>1.393</u>	<u>29</u>	<u>12.609</u>
Custo .....	2.133	14.961	21.882	2.132	8.112	88	49.263
Depreciação acumulada .....		(9.885)	(19.739)	(297)	(6.719)	(59)	(36.654)
Saldo contábil, líquido .....	<u>2.133</u>	<u>5.076</u>	<u>2.143</u>	<u>1.835</u>	<u>1.393</u>	<u>29</u>	<u>12.609</u>
Em 31 de dezembro de 2009							
Saldo inicial .....	2.133	5.076	2.143	1.835	1.393	29	12.609
Aquisições .....		634	575	1.132	469		2.810
Impairment .....			(157)		(82)		(239)
Alienações – custo .....			(616)	(858)	(4)		(1.478)
Alienações – depreciação acumulada .....			616	251	4		871
Depreciação .....		(470)	(379)	(244)	(368)	(5)	(1.466)
Valores transferidos para o grupo de alienação e classificados como mantidos para venda – custo .....	(342)	(2.174)					(2.516)
Valores transferidos para o grupo de alienação e classificados como mantidos para venda – depreciação .....		1.283					1.283
Saldo contábil, líquido .....	<u>1.791</u>	<u>4.349</u>	<u>2.182</u>	<u>2.116</u>	<u>1.412</u>	<u>24</u>	<u>11.874</u>
Em 31 de dezembro de 2010 .....							
Custo .....	1.791	13.421	21.841	2.406	8.577	88	48.079
Depreciação acumulada .....		(9.072)	(19.659)	(290)	(7.165)	(64)	(36.205)
Saldo contábil, líquido .....	<u>1.791</u>	<u>4.349</u>	<u>2.182</u>	<u>2.116</u>	<u>1.412</u>	<u>24</u>	<u>11.874</u>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de R\$623 (2008 – R\$383) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em “Custo dos produtos vendidos”, R\$843 (2008 – R\$596) em “Despesas administrativas”.

#### 12 Contingências e compromissos assumidos

Na data das demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Contingências tributárias.....	31.466	59.420
Contingências trabalhistas e previdenciárias.....	330	413
	<b>31.796</b>	<b>59.833</b>

A movimentação da provisão no exercício está demonstrada a seguir:

	<b>Tributárias</b>	<b>Trabalhistas e previdenciárias</b>	<b>Total</b>
Em 1º de maio de 2008.....	59.048	330	59.378
Reversão de provisão .....	372	83	455
Em 31 de dezembro de 2008.....	59.420	413	59.833
Provisão no exercício.....	500		500
Reversão por pagamento <sup>(*)</sup> .....	(18.161)		(18.161)
Reversão de provisão – Refis <sup>(*)</sup> .....	(7.994)		(7.994)
Reversão de provisão .....	(2.300)	(82)	(2.382)
Em 31 de dezembro de 2009.....	31.465	331	31.796

<sup>(\*)</sup> O auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, relativa à redução do imposto de Renda Pessoa Jurídica calculado sobre o lucro da exploração no período de 2001 e 2003 no montante aproximado de R\$26.155, foi pago em novembro de 2009 com os benefícios do REFIS Fiscal da Lei nº 11.941/09.

#### (a) Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

##### Tributárias

Referem-se, substancialmente, a tributação de PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio recebido de empresa controlada no período de 2004 a 2005. Também estão considerados os impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Contingências trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

#### (b) Perdas possíveis

O Grupo tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2009	2008
Tributárias.....	20.756	20.959
Trabalhistas.....	2.045	1.179
Cíveis.....	210	154
	<b>23.011</b>	<b>22.292</b>

O Grupo em 2009, amparada por opinião legal de seus consultores jurídicos externos, efetuou cálculo global de preço de transferência, para o qual não possui expectativa de ajustes a serem contabilizados em suas demonstrações financeiras em virtude das altas margens praticadas.

#### (c) Ativos contingentes

O Grupo questiona judicialmente a inconstitucionalidade da base de cálculo do PIS e COFINS calculada nos termos da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 31 de dezembro de 2009, correspondem a R\$5.257 (2008 – R\$4.839), não registrados contabilmente. Os processos aguardam julgamento e foram avaliados pelos consultores jurídicos como de provável chance de êxito.

### 13 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais e previdenciárias.

	Principal	Encargos	Total
Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre o lucro da exploração (Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA).....	10.764	15.391	26.155
Auto de infração sobre Imposto de Produtos Industrializados – IPI (selos de controle fiscal).....	179	1.673	1.852
Outras contingências possíveis não provisionadas.....	731	3.300	4.031
	<b>11.674</b>	<b>20.364</b>	<b>32.038</b>



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo desembolsou o montante de R\$19.190 para a liquidação de débitos fiscais sendo R\$18.161 referentes a contingência do IRPJ sobre o lucro da exploração ADA e R\$1.029 referentes a contingência do IPI sobre selos de controle fiscal, que na data montavam R\$26.155 e R\$1.852, respectivamente. Essa transação gerou um ganho de R\$8.817, que foi registrado na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas".

O Grupo desembolsou ainda o montante de R\$1.983 para liquidar contingências possíveis não provisionadas de R\$4.031, sem auferir ganho na transação.

#### 14 Partes relacionadas

##### (a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal estratégico contempla os diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços prestados está demonstrada a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Salários e encargos.....	5.846	2.771
Remuneração e encargos da diretoria.....	2.805	1.668
Participação nos lucros/"stock-option".....	1.210	510
	<u><b>9.861</b></u>	<u><b>4.949</b></u>

#### 15 Dividendos

Por deliberação da Assembleia Geral o Grupo poderá declarar o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço com periodicidade inferior a um ano, desde que o total de dividendos pagos em cada período base do exercício social não exceda ao montante de reservas de capital. O Estatuto Social não prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório. No exercício foram deliberados e pagos dividendos antecipados no montante de R\$15.700. No exercício de 2008 foi apurado prejuízo, conseqüentemente, a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas.

	<u><b>2009</b></u>
Lucro líquido do exercício.....	23.976
Constituição de reservas	
Legal.....	1.199
<b>Base de cálculo dos dividendos.....</b>	<u><b>22.777</b></u>
Dividendos mínimo obrigatório.....	11.388
Dividendos propostos e pagos antecipadamente.....	15.700
Dividendos adicionais propostos.....	7.077
<b>Percentual sobre o lucro líquido do exercício – %.....</b>	<u><b>95</b></u>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 16 Capital social e reservas

### (a) Capital subscrito

O capital social é representado por 127.794.902 (126.777.373 em 2008) ações ordinárias integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal, como segue:

<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Porcentagem</b>
	(em milhares)	(%)
Fundo de Investimento e Participações GMT .....	123.000	96,25
Outros .....	4.795	3,75
	<b>127.795</b>	<b>100,00</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária em 16 de abril 2008, os acionistas deliberaram sobre: (i) alteração da denominação social da companhia de L.C.N.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. para GMT Participações S.A., (ii) apreciação da renúncia dos até então diretores da sociedade e eleição da nova Diretoria, alteração do *caput* do Artigo Sétimo do Estatuto Social da Companhia e (iii) aprovação da consolidação do novo Estatuto Social da Companhia.

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 5 de maio de 2008, os acionistas aprovaram a emissão de 123.000.000 ações ordinárias para o GMT Fundo de Investimentos em Participações precificadas ao valor de R\$1,00, sendo totalmente integralizado em 8 de maio de 2008.

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 26 de dezembro de 2008, os acionistas aprovaram a emissão de 3.776.873 ações ordinárias em favor de um de seus diretores, precificadas ao valor de R\$1,08178 por ação, sendo estabelecido o prazo de integralização até 8 de maio de 2018. Neste mesmo dia foram integralizadas 1.091.545 ações, pelo preço unitário por ação de R\$0,45806632, totalizando R\$1.180.

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 13 de fevereiro de 2009, os acionistas aprovaram a emissão de 589.530 ações ordinárias em favor de um de seus diretores, pelo preço unitário de R\$0,84813 por ação, integralizadas no ato, totalizando R\$500.

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 1º de julho de 2009, os acionistas aprovaram a emissão de 4.373 ações ordinárias em favor de dois de seus diretores, precificadas ao valor de R\$1,14785 por ação, a integralizar, totalizando R\$5.

Em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 15 de dezembro de 2009, os acionistas aprovaram a emissão de 423.626 ações ordinárias em favor de dois de seus diretores, pelo preço unitário de R\$1,08137 por ação, totalizando R\$458. Neste mesmo dia foram integralizadas 243.868 ações, pelo preço unitário de R\$1,20464 por ação, totalizando R\$294, parte das ações emitidas e aprovadas em Ata de Reunião do Conselho Administrativo em 26 de dezembro de 2008.

Em Assembléia Geral Extraordinária em 15 de dezembro de 2009 os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia em R\$12.766, mediante compensação de prejuízos acumulados, sem redução da quantidade de ações emitidas.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Conforme o estatuto social, a Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável.

#### **(b) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

#### **(c) Plano de opção de compra de ações – *stock options***

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações são disponibilizadas a alguns executivos da TASA, controlada indireta da Companhia, pela emissão de ações da GMT Participações S.A.

Baseada nas normas descritas no CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, a TASA passou a reconhecer o resultado de compensação (valor líquido de perdas estimadas) da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência na TASA e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado. O prêmio de opção de ações determinado pelos planos de compensação da GMT Participações S.A. foram disponibilizados ao valor justo na data da opção. O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas, sendo que todas as opções estão disponíveis para exercício já no momento da concessão. As opções tem um prazo máximo de exercício de 7 anos, sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)+7%.

Os participantes do plano de compensação com base em ações da GMT Participações S.A. receberão sua gratificação na forma de ações ordinárias e nominativas de emissão da GMT Participações S.A. Enquanto o beneficiário permanecer como administrador da TASA não poderá vender, ceder, transferir ou alienar as ações da TASA a que venha a deter via exercício das opções. No caso de desligamento do beneficiário da TASA a GMT Participações S.A. terá a opção de comprar e o beneficiário terá a obrigação de vender suas ações por um preço de saída determinado por uma fórmula baseada no lucro líquido da Companhia no momento da venda.

A administração não tem expectativa que qualquer um dos beneficiários se desligue da Companhia antes das opções estarem totalmente *vested*. Dessa forma, nas datas findas de cada exercício, a expectativa é que as opções sejam liquidadas em ações.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As opções de compra de ações em aberto no final do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício estimados:

<b>Data de vencimento</b>	<b>Preço do exercício por ação – reais</b>	<b>Opções – milhares 2009</b>	<b>Opções – milhares 2008</b>
2010.....	1,05	797	457
2011.....	1,27	359	191
2012.....	1,40	337	179
2013.....	1,55	315	167
2014.....	1,71	295	157
2015.....	1,89	3.259	3.026
		<b>5.362</b>	<b>4.177</b>

O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2009, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$54 no total, equivalente a R\$0,04 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2009 foram: preço médio ponderado da ação de R\$1,00 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 6,15%, rendimento de dividendos de 0%, uma vida esperada da opção correspondente a cinco anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,25%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas.

#### 17 Despesas com vendas

As despesas com vendas referem-se substancialmente a comissões e prêmios sobre vendas, ordenados e encargos sociais, publicidade e propaganda e *royalties*.

#### 18 Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas referem-se substancialmente a ordenados e encargos sociais, remuneração e encargos sociais dos administradores, participação dos empregados no lucro e processamento de dados e comunicação.

#### 19 Outras receitas operacionais, líquidas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Reversões (provisões) constituídas.....	(5.184)	(3.611)
Recuperação de sinistros .....	14	645
Aluguéis.....	202	61
Recuperação individual de impostos .....	1.017	
REFIS Lei nº 11.941/09.....	8.817	
Alienação de bens do imobilizado.....	8	(420)
Impostos incidentes.....	(54)	(75)
Outras receitas operacionais .....	98	109
	<b>4.918</b>	<b>(3.291)</b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 20 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2009	2008
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras .....	2.261	2.137
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos .....	2.336	1.185
Ajuste a valor presente das contas a receber .....	7.863	4.902
Variações monetárias e cambiais.....	31	87
	<b>12.491</b>	<b>8.311</b>
Despesas financeiras.....		
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos .....	(1.852)	(4.487)
Variações monetárias e cambiais.....	(64)	(40)
	<b>(1.916)</b>	<b>(4.527)</b>

## 21 Eventos subsequentes

### Aquisição de participação societária

Em 14 de maio de 2010, a SD Participações adquiriu 10,04% de participação adicional na TASA, aumentando a sua participação para 100% do capital total da TASA.

### Promessa de compra e venda de imóveis

Em 17 de janeiro de 2011, a Companhia assinou escritura pública de promessa de compra e venda de imóvel, com condições resolutivas, relativo ao imóvel da Barra da Tijuca no valor total de R\$11.300 mil (Nota 11).

A Companhia possuía o prazo de 90 dias contados a partir da assinatura dessa escritura para concluir as condições resolutivas para que o processo de venda seja concluído e a transferência da propriedade possa ser concretizada. Nos termos dessa promessa de compra e venda, a Companhia tem o direito de permanecer por seis meses no imóvel, sem qualquer ônus, após a conclusão da venda. O referido imóvel possui valor residual contábil em 31 de dezembro de 2010 de R\$2.828 mil.

Em 14 de abril de 2011, a Companhia teve o prazo para conclusão do processo de venda prorrogado por 45 dias.

### Liquidação das ações preferenciais do FIP

Em 20 de abril de 2011, a Companhia negociou a compra de 119.600.000 ações preferenciais da controlada SD Participações S.A. detidas pelo FIP Multisetorial, seguindo as disposições presentes nos instrumentos contratuais existentes entre a Companhia e o FIP Multisetorial. O valor de compra é de R\$89.617, com prazo de pagamento de até 120 dias contados a partir de 20 de abril de 2011. Esse valor será reajustado até a data do efetivo pagamento pela variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros.

\* \* \*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**GMT Participações S.A.**  
Demonstrações financeiras intermediárias  
em 31 de março de 2011

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
GMT Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais da GMT Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial intermediário em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da GMT Participações S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial intermediário consolidado em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações intermediárias consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento contábil CPC 21 – Demonstrações Intermediárias (CPC 21) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Demonstrações financeiras intermediárias (*International Accounting Standard – IAS 34: Interim financial reporting*) (IAS 34) emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e CPC 21, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição intermediária patrimonial e financeira da GMT Participações S.A. em 31 de março de 2011, o desempenho intermediário de suas operações e os seus fluxos de caixa intermediários para o trimestre findo nessa data, de acordo com CPC 21 – Demonstrações intermediárias.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição intermediária patrimonial e financeira da GMT Participações S.A. e suas controladas em 31 de março de 2011, o desempenho intermediário consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa intermediários consolidados para o trimestre findo nessa data, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Demonstrações financeiras intermediárias emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC 21 – Demonstrações Intermediárias.

**Ênfase – Base de preparação**

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com o CPC 21 com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da GMT Participações S.A., essas práticas diferem do IAS 34, que segue os requerimentos de IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IAS 34 seria custo ou valor justo.

**Ênfase – Reapresentação**

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2011 estão sendo reapresentadas em virtude das modificações descritas na Nota 2.1. Este parecer substitui o anteriormente emitido em 28 de abril de 2011.

**Outros assuntos**

**Demonstrações intermediárias do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações intermediárias individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar para fins de IAS 34 que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 2011

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito  
Contador CRC 1SP188307/O-0

## GMT Participações S.A.

### Balancos patrimoniais Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	252	293	9.815	4.065
Títulos e valores mobiliários (Nota 8)			188	
Contas a receber de clientes (Nota 10)	12.904	12.904	95.153	111.673
Dividendos a receber			72.081	54.936
Estoque (Nota 11)	13	12	9.620	7.359
Impostos a recuperar	13	13	4.010	4.100
Outros ativos				
	<b>13.182</b>	<b>13.222</b>	<b>190.867</b>	<b>182.133</b>
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 12)			4.090	4.090
	<b>13.182</b>	<b>13.222</b>	<b>194.957</b>	<b>186.223</b>
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários (Nota 8)			2.149	2.094
Depósitos judiciais			1.518	1.444
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)			1.587	873
Outros ativos			158	158
Investimentos (Nota 13)	135.007	129.199		
Intangível (Nota 14)			130.689	130.863
Imobilizado (Nota 15)			12.593	10.844
	<b>135.007</b>	<b>129.199</b>	<b>148.694</b>	<b>146.276</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>148.189</b>	<b>142.421</b>	<b>343.651</b>	<b>332.499</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos (Nota 16)			19.850	6.072
Fornecedores			4.513	3.468
Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar	1	1	5.599	3.463
Valor a pagar por aquisição de participação de não controladores (nota 19 (c))			17.454	17.031
Salários e encargos sociais a pagar	2		13.309	11.884
Dividendos a pagar (Nota 25)	9.898	9.898	9.898	9.898
Licenciamentos a pagar			700	609
Outras contas a pagar	13	23	3.948	3.782
	<b>9.914</b>	<b>9.922</b>	<b>75.271</b>	<b>56.207</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos (Nota 16)			69.416	86.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)			25.211	22.413
Provisão para contingências (Nota 17)			33.694	33.101
Licenciamentos a pagar			1.404	1.509
Outras contas a pagar	5		385	
	<b>5</b>		<b>130.110</b>	<b>143.793</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>9.919</b>	<b>9.922</b>	<b>205.381</b>	<b>200.000</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora (Nota 20)</b>				
Capital social	113.310	113.310	113.310	113.310
Reservas de capital	43	43	43	43
Reservas de lucros	34.701	34.701	34.701	34.701
Ajuste de avaliação patrimonial	(15.555)	(15.555)	(15.555)	(15.555)
Lucros (prejuízos) acumulados	5.771	5.771	5.771	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>138.270</b>	<b>132.499</b>	<b>138.270</b>	<b>132.499</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>148.189</b>	<b>142.421</b>	<b>343.651</b>	<b>332.499</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**GMT Participações S.A.****Demonstrações intermediárias do resultado****Períodos de três meses findos em 31 de março**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Receita (Nota 21) .....			46.870	30.869
Custo das vendas (Nota 22).....			(18.472)	(12.198)
<b>Lucro bruto .....</b>			<b>28.398</b>	<b>18.671</b>
Despesas com vendas (Nota 22) .....			(11.889)	(7.868)
Despesas administrativas (Nota 22).....	(44)	(175)	(5.321)	(4.086)
Outros, líquidos (Nota 22) .....			(747)	(753)
Participação nos lucros (prejuízos) de subsidiárias (Nota 14) .....	5.786	3.631		
<b>Lucro operacional.....</b>	<b>5.742</b>	<b>3.456</b>	<b>10.441</b>	<b>5.964</b>
Receitas financeiras .....	7	6	2.406	1.913
Despesas financeiras .....			(3.327)	(2.074)
<b>Resultado financeiro, líquido (Nota 23).....</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>(921)</b>	<b>(161)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social .....</b>	<b>5.749</b>	<b>3.462</b>	<b>9.520</b>	<b>5.803</b>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente (Nota 18(b)).....			(1.687)	(424)
Diferido (Nota 18(b)) .....			(2.084)	(1.284)
<b>Lucro líquido do período .....</b>	<b>5.749</b>	<b>3.462</b>	<b>5.749</b>	<b>4.095</b>
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da Companhia .....			5.749	3.462
Participação dos não controladores .....				633
			<u>5.749</u>	<u>4.095</u>
<b>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)</b>				
<b>Lucro básico por ação</b>				
Integralmente de operações continuadas (Nota 24(a)).....			<u>0,045</u>	<u>0,028</u>
<b>Lucro diluído por ação</b>				
Integralmente de operações continuadas (Nota 24(b)) .....			<u>0,043</u>	<u>0,026</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**GMT Participações S.A.**

**Demonstrações intermediárias das mutações no patrimônio líquido**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reservas de lucros							Total do patrimônio líquido			
	Capital social	Capital social a integralizar	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de incentivo fiscal reflexa	Reserva legal	Dividendo adicional proposto		Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b> .....	114.602	(2.615)	43	818		1.199		17.386	131.433	17.105	148.538
Dividendos pagos relativos ao exercício anterior.....								(7.077)	(7.077)		(7.077)
Dividendos antecipados.....								(2.623)	(2.623)	(1.004)	(3.627)
Ajuste reflexo de participação de controlada.....								215	215	(135)	80
Lucro líquido do período e resultado abrangente .....								3.462	3.462	633	4.095
<b>Em 31 de março de 2010</b> .....	114.602	(2.615)	43	818		1.199		11.363	125.410	16.599	142.009
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b> .....	115.441	(2.131)	43	(15.555)	8.887	2.985	22.829		132.499		132.499
Ajuste reflexo de participação de controlada.....								22	22		22
Lucro líquido do período e resultado abrangente .....								5.749	5.749		5.749
<b>Em 31 de março de 2011</b> .....	115.441	(2.131)	43	(15.555)	8.887	2.985	22.829	5.771	138.270		138.270

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**GMT Participações S.A.**

**Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa**

**Períodos de três meses findos em 31 de março**

**Em milhares de reais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social.....	5.749	3.462	9.520	5.803
<b>Ajuste de itens que não afetam o caixa</b>				
Amortização e depreciação.....			684	592
Provisão para valor recuperável de estoques.....			(1.075)	
Provisão para valor recuperável de contas a receber.....			96	119
Provisão (reversão) para contingências.....			593	(22)
Resultado na venda de ativos permanentes.....			(244)	(220)
Equivalência patrimonial.....	(5.786)	(3.631)		
Juros sobre empréstimos.....			3.043	1.995
Outros.....			10	68
	(37)	(169)	12.627	8.335
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Redução (aumento) de contas a receber.....			16.424	18.127
Redução (aumento) nos estoques.....			(16.070)	(7.016)
Redução (aumento) nos impostos a recuperar.....	(1)	(3)	(972)	(1.704)
Redução (aumento) nos outros ativos.....		37	(227)	(415)
Aumento (redução) em fornecedores e contas a pagar.....	(5)	875	1.596	(318)
Aumento (redução) em salários e encargos sociais pagar.....	2	61	1.425	(4.729)
Aumento (redução) em impostos, taxas e contribuições sociais a pagar.....		28	449	2.856
Juros pagos.....			(327)	
Imposto de renda e contribuição social pagos.....			(1.289)	(877)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais.....</b>	<b>(41)</b>	<b>829</b>	<b>13.636</b>	<b>14.259</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Compras de imobilizado.....			(2.485)	(780)
Valor recebido pela venda de imobilizado.....			585	382
Compras de ativos intangíveis.....			(115)	(47)
Dividendos recebidos (Nota 26).....		8.800		
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento...</b>		<b>8.800</b>	<b>(2.015)</b>	<b>(445)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia.....		(9.349)		(9.349)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores.....				(1.004)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento.....</b>		<b>(9.349)</b>		<b>(10.353)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa.....</b>	<b>(41)</b>	<b>280</b>	<b>11.621</b>	<b>3.461</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 7).....</b>	<b>293</b>	<b>347</b>	<b>(2.007)</b>	<b>8.218</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 7).....</b>	<b>252</b>	<b>627</b>	<b>9.614</b>	<b>11.679</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## GMT Participações S.A.

### Demonstrações intermediárias do valor adicionado Períodos de três meses findos em 31 de março Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado <sup>(*)</sup>	
	2011	2010	2011	2010
<b>Receitas bruta a valor presente</b> .....			<b>55.347</b>	<b>36.300</b>
Provisão para valor recuperável de contas a receber.....			(112)	(182)
Outras receitas .....			220	238
			55.455	36.356
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custo das vendas .....			(13.568)	(9.410)
Materiais, energias e serviços de terceiros e outros .....	(21)	(53)	(9.622)	(5.977)
Perda/recuperação de valores ativos .....			735	472
Outras despesas .....			228	37
	(21)	(53)	(22.227)	(14.878)
<b>Valor adicionado bruto</b> .....	<b>(21)</b>	<b>(53)</b>	<b>33.228</b>	<b>21.478</b>
Depreciação e amortização.....			(3.362)	(590)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b> .....	<b>(21)</b>	<b>(53)</b>	<b>29.866</b>	<b>20.888</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial .....	5.786	3.631		
Receitas financeiras .....	7	6	2.406	2.148
Outros.....			493	116
<b>Valor adicionado total a distribuir</b> .....	<b>5.772</b>	<b>3.584</b>	<b>32.765</b>	<b>23.152</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Salários e encargos.....	(23)	(122)	(13.142)	(9.518)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais.....			(5.230)	(5.050)
Estaduais.....			(7.631)	(4.952)
Municipais.....			(23)	(23)
Menos incentivos fiscais .....			2.735	2.129
Juros e variações cambiais .....			(3.050)	(1.997)
Outros.....			(675)	355
Dividendos .....		(2.623)		(2.623)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores.....				(633)
Lucros retidos/prejuízo do exercício .....	(5.749)	(839)	(5.749)	(840)
<b>Valor adicionado distribuído</b> .....	<b>(5.772)</b>	<b>(3.584)</b>	<b>(32.765)</b>	<b>(23.152)</b>

(\*) A demonstração de valor adicionado consolidada não forma parte das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS e/ou IAS 34.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **1 Informações gerais**

A GMT Participações S.A. (a “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado e está sediada na cidade de São Paulo – SP – Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de março de 2011, a Companhia detém participação direta de 100% no capital votante da SD Participações (“SD Participações”). A SD participações detém participação de 100% do capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (“TASA”).

A Companhia possui o poder de controlar essas sociedades, e por isso, são integralmente tratadas como subsidiárias nessas demonstrações financeiras (conjuntamente “Grupo”).

O Grupo é controlado pelo Fundo de Investimento e Participações GMT.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 7 de junho de 2011.

##### **(a) Estrutura societária**

Em 8 de maio de 2008 a Companhia adquiriu 100% das ações ordinárias da SD Participações.

Em 11 de maio de 2008 a Technos Relógio S.A., controlada indireta, incorporou sua controladora T1 Participações S.A. Na mesma data, a Technos Relógios S.A. foi incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio Ltda., sendo esta transformada societariamente em Sociedade Anônima de capital fechado.

Em 14 de maio de 2010, a SD Participações adquiriu 10,04% de participação adicional na TASA, aumentando a sua participação para 100% do capital total da TASA.

A Companhia também controla, indiretamente, a Technos Amazônia Swiss Sarl (“TASS”) que foi constituída com a finalidade específica e única de administrar a marca internacional Technos, não tendo qualquer atividade operacional geradora de resultado.

##### **(b) Operações**

A TASA é uma Sociedade Anônima de capital fechado, fundada no ano de 1956, e que tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de relógios de pulso sob marcas próprias TECHNOS e MARINER e as licenciadas MORMAIL, SEIKO e EURO. Seu parque industrial, sediado em Manaus – AM industrializa o produto final e o distribui para todo o território nacional, contando, para isto, com dez filiais instaladas nas principais capitais do país, cada uma com estrutura de vendas e assistência técnica local. A venda é feita exclusivamente aos lojistas, sendo o produto despachado diretamente da fábrica, em Manaus, para os lojistas.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período.

As referidas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas, atendendo às solicitações da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que requereu:

- Divulgação dos limites de crédito aprovados junto às instituições financeiras, não utilizados (Nota 4.1(c));
- Detalhamento acerca da metodologia e premissas utilizadas para cálculo do Ajuste a valor presente (Nota 2.8);
- Inclusão do risco de taxa de juros (CDI) no quadro de Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM (Nota 4.1 (d));
- Detalhamento sobre os instrumentos financeiros derivativos (opções) presentes no contrato com o FIP Multisetorial (Nota 16 (b));
- Divulgação da expectativa da administração sobre o prazo estimado para desembolso dos passivos contingentes provisionados (Nota 17 (a));
- Divulgação da expectativa da administração sobre o prazo estimado para realização dos impostos diferidos (Nota 19 (a)); e
- Informações adicionais acerca de outros benefícios concedidos aos funcionários do Grupo (Nota 2.18 (c)).

Portanto, essas demonstrações financeiras diferem daquelas aprovadas pelo Conselho de Administração, em 8 de abril de 2011.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas na Nota 3.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(a) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 21 – Demonstrações Intermediárias (“CPC 21”).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade (*International Accounting Standard*) 34 – *Interim Financial Reporting* (“IAS 34”) emitida pelo *International Accounting Standards Board*.

Estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as primeiras demonstrações financeiras auditadas apresentadas pela Companhia de acordo com CPCs e IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

#### **(b) Demonstrações financeiras intermediárias individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o CPC 21 e são publicadas junto com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **2.2 Consolidação**

### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

#### **(i) Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. O Grupo não realizou nenhuma combinação de negócios durante trimestre findo em 31 de março de 2011 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### **(ii) Transações e participações não controladoras**

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Tais ganhos e perdas com não controladores são registrados na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial".

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

#### **(b) Demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Pelo método de equivalência patrimonial os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo o ágio identificado na aquisição. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas controladas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição, incluindo perdas por *impairment*, quando aplicável, são ajustadas contra o valor contábil do investimento.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas controladas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da GMT Participações S.A. as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com o CPC 21 diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IAS 34 seria custo ou valor justo.

#### **2.3 Apresentação de informação por segmentos**

A administração da Companhia analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função da estrutura do Grupo e das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho serem elaboradas considerando os resultados do Grupo como um todo, a GMT possui somente um segmento. Adicionalmente, os tomadores de decisões podem efetuar caso necessário, determinadas análises sobre certas informações mais detalhadas dos produtos, marcas e outras divisões do Grupo, que não se qualificam como segmentos para divulgação.

#### **2.4 Conversão de moeda estrangeira**

##### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

##### **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## **2.6 Ativos financeiros**

### **2.6.1 Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado classificados no circulante são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria classificados como ativos circulantes representam CDBs.

#### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" classificados no ativo não circulante que representam CDBs dados em garantia (fianças bancárias).

### **2.6.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no período em que ocorrem.

### **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.6.4 Impairment de ativos financeiros**

##### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

#### **2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são subsequentemente, reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

#### **2.8 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e deduzidas da provisão para *impairment*. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 10).

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa descontados (Nota 2.6.4(a)). A taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) na data da transação é utilizada como taxa de desconto. A referida taxa é compatível com transações de natureza, prazo e riscos em condições similares de mercado, considerando o histórico de recebimento da Companhia. A outra premissa chave no cálculo do valor presente é o prazo de recebimento. Utilizamos como premissa o prazo individual de cada nota fiscal faturada. A Companhia reavalia essa metodologia trimestralmente, atualizando suas premissas conforme as práticas comerciais de prazos efetivamente registradas assim como alterações na taxa SELIC vigente.

#### **2.9 Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende componentes, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

#### **2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda**

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e não pelo uso contínuo, e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. Caso a venda não ocorra no período de um ano, a administração reavalia se as premissas utilizadas para a classificação original, ainda permanecem válidas.



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 2.11 Ativos intangíveis

##### (a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

##### (b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como "Licenciamentos a pagar" (Nota 2.14). As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada conforme descrito na Nota 14(c). Para as marcas e licenças de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de *impairment* (Nota 14(d)).

##### (c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de acordo com Nota 14.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vide Nota 14).

#### 2.12 Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações e benfeitorias.....	36 à 60
Equipamentos e instalações .....	10
Veículos .....	10
Móveis, utensílios e equipamentos.....	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 15).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros, líquidos" na demonstração do resultado.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O Grupo revisou as taxas de vida útil das principais classes de ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e optou por registrar os efeitos das mudanças de vidas úteis de forma prospectiva a partir da data dos laudos, o que na prática, gerará efeitos a partir de 2011. Adicionalmente, o Grupo decidiu por não utilizar "*deemed cost*" como base de valor para os ativos imobilizados uma vez que os efeitos das mudanças das taxas de depreciação dos ativos não trazem efeitos significativos nas demonstrações financeiras. Uma parcela significativa dos bens classificados como máquina e equipamentos encontram-se totalmente depreciados e esses bens não estão sendo utilizados. A administração da Companhia realizará uma avaliação sobre esses bens, e a expectativa é que os mesmos sejam baixados contabilmente, e não sendo esperados efeitos contábeis.

#### **2.13 Redução ao valor recuperável ("*Impairment*") de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e determinadas marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são integralmente agrupados na TASA, que concentra as operações do Grupo. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

#### **2.14 Contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços ou licenciamentos de marcas que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **2.15 Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(a) Ações preferenciais**

Ações preferenciais com direito a dividendos fixos e que representem obrigações contratuais de desembolsar caixa (ou entregar outros ativos financeiros) em pagamento ao detentor dos títulos são reconhecidas como empréstimos conforme descrito acima. As parcelas dos dividendos dessas ações preferenciais relativas aos juros são reconhecidas no resultado como despesa financeira e a parcela remanescente como amortização do empréstimo.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### **2.16 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos de obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

#### **(a) Corrente**

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus – AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Conseqüentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(b) Diferido**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

#### **2.18 Benefícios a empregados**

##### **(a) Participação dos empregados nos lucros**

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). As provisões intermediárias são constituídas com base nas projeções de resultado e do pagamento a ser feito ao final do ano, considerando a parcela desse resultado atual atribuível ao resultado do período.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(b) Plano de opção de compra de ações – *stock options***

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com ações disponíveis, segundo os quais a Companhia recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos serviços do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquirido. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido ("*vesting period*"); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

#### **(c) Outros benefícios**

O Grupo oferece ainda outros benefícios aos seus funcionários como: assistência médica, seguro de vida, vale refeição ou refeição em refeitório e auxílio educação, independentemente do nível hierárquico. Adicionalmente, de acordo com a localidade do funcionário e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e aparelho de telefonia móvel. As despesas relacionadas a esses benefícios são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

O Grupo não oferece qualquer tipo de benefício pós-emprego aos seus funcionários.

### **2.19 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

### **2.20 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, e do ajuste a valor presente.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### **(a) Venda de produtos**

O Grupo, por meio da TASA, monta e vende uma variedade de relógios no mercado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o lojista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o características da fatura; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

A garantia é assegurada aos consumidores pelo prazo de até 12 meses, a partir da data da venda do lojista ao consumidor final. As vendas são registradas com base no valor justo. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de aproximadamente 120 dias, e têm caráter de financiamento, e são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa SELIC, que a administração acredita ser compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado (Nota 2.8).

#### **(b) Vendas de serviços**

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.

#### **(c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

### **2.21 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O estatuto social não prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Conseqüentemente, de acordo com a legislação societária brasileira, quando omissivo, o dividendo mínimo obrigatório a ser considerado é de 50% do lucro ajustado. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **2.22 Incentivos fiscais**

##### **Crédito estímulo do ICMS**

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus – AM. Consequentemente, a despesa com esses tributos registrada na linha de deduções de vendas na demonstração do resultado é contabilizada pelo valor líquido de 45%.

#### **2.23 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

##### **(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo**

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

- IFRS 9, “Instrumentos financeiros”, emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”.
- O IFRS 9 introduz novas exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização do Grupo para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.
- O Grupo ainda avaliará o impacto total do IFRS 9. Não se espera que haja impacto nas demonstrações financeiras do Grupo ou da controladora.
- Os demais pronunciamentos não são relevantes para o Grupo.

##### **(b) Interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor e não são relevantes para as operações do Grupo**

As interpretações e alterações das normas existentes que foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, e sua adoção não resultou em impactos significativos em suas demonstrações financeiras.



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Tópico</b>	<b>Data da entrada em vigor</b>
Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação dos Direitos de Ações"	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 – "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	1º de julho de 2010
Alteração no IFRS 1 – "Primeira Adoção de IFRS – Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"	1º de julho de 2010
IAS 24 – "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 – "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos ( <i>funding</i> ) e sua Interação"	1º de janeiro de 2011

#### Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação dos procedimentos abaixo conforme apropriado e aplicável, não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.

- IFRS 1 – "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"
- IFRS 3 – "Combinações de Negócios"
- IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros"
- IAS 1 – "Apresentação das Demonstrações Financeiras"
- IAS 27 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"
- IAS 34 – "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"
- IFRIC 13 – "Programas de Fidelização de Clientes"

#### 3 Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis da entidade

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### **(a) Perda (*impairment*) estimada de ágio**

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda (Nota 14(d)).

No caso do ágio, o Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor justo, líquido de despesa de venda. O valor justo foi obtido por referência à uma transação recente de venda de participação realizada no último trimestre de 2010 entre cotistas do Fundo de Investimentos e Participações GMT. O resultado dessa estimativa indicou que em 31 de dezembro de 2010, o valor recuperável era superior ao valor contábil. Consequentemente, na data de balanço nenhuma despesa de *impairment* estimada de ágio foi registrada. O teste de *impairment* do ágio será realizado no último trimestre de 2011, a não ser que seja identificada indicação de perda em data anterior. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

#### **(b) Provisão para contingências**

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 17.

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

#### **(c) Provisão de *impairment* de estoques**

A provisão de *impairment* de estoques é registrada quando a administração da Companhia avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão de *impairment* de estoques está descrita na Nota 11.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de *impairment* de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avaliam a necessidade de se complementar ou reverter provisão de *impairment* por obsolescência.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para *impairment*.

Em 31 de março de 2011 foi registrada reversão da provisão para perda em estoque no montante de R\$1.075 (2010 – R\$401)(Nota 11).

#### **(d) Provisão de *impairment* de contas a receber**

O Grupo analisa a existência e evidência de perda para determinar quando um contas a receber não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, o desempenho do setor e do segmento. A administração classifica seus clientes por Grupo, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação de *impairment*.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, o Grupo sofreria um prejuízo adicional de R\$5.300 em suas demonstrações financeiras intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2011 (2010 – R\$3.268).

## **4 Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Fatores de risco financeiro**

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

#### **(a) Risco de mercado**

##### **(i) Risco cambial**

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data do embarque da mercadoria. As importações são integralmente liquidadas no momento do embarque, antes da precificação dos produtos finais. Dessa forma, a exposição ao câmbio é reduzida, se restringindo a oscilações não antecipadas nesse período que podem resultar: ou em margens menores, ou na necessidade de precificação num patamar mais elevado, potencialmente comprometendo as vendas desse produto.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*. Vide item (d) abaixo com a análise de sensibilidade.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Exceto pelas ações preferenciais mencionadas na Nota 16, que estão sujeitas a remuneração do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) e saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos o Grupo não tem outros ativos nem passivos significativos em que incidam juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo estão, substancialmente, livres das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A administração do Grupo considera que o CDI é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A administração considera que as margens praticadas nas suas operações são suficientes para remunerar os detentores das ações preferenciais. A administração não considera o risco de taxa de juros crítico na sua operação.

#### **(b) Risco de crédito**

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber (Nota 6).

#### **(c) Risco de liquidez**

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O Grupo monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2011				
Empréstimos – FIP (Nota 16) .....	22.565	23.693	71.069	
Empréstimo (capital de giro) .....	201			
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9) .....	293			
Licenciamento a pagar .....	700	700	1.050	
Valor a pagar por aquisição de participação não controladores .....	17.454			
Fornecedores e outras obrigações .....	4.513			
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos – FIP (Nota 16) .....		22.565	74.692	19.606
Empréstimo (capital de giro) .....	6.072			
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9) .....	425			
Licenciamento a pagar .....	700	700	1.225	
Valor a pagar por aquisição de participação não controladores .....	17.031			
Fornecedores e outras obrigações .....	3.468			

O Grupo possui ainda linha de crédito aprovada com instituição financeira de primeira linha, não utilizada, no montante de R\$4.500.

#### (d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

	31 de março de 2011		Risco	Cenário		
	Passivo	Nocional		Provável <sup>(*)</sup>	25%	50%
Financiamento.....	106.720	106.720	Aumento da taxa de juros CDI	7.074	8.808	10.527
Derivativo cambial..	292	6.858	Desvalorização do US\$	292	1.972	3.601
	31 de dezembro de 2010		Risco	Cenário		
	Passivo	Nocional		Provável <sup>(*)</sup>	25%	50%
Financiamento.....	109.873	109.873	Aumento da taxa de juros CDI	10.714	13.377	16.034
Derivativo cambial..	425	14.899	Desvalorização do US\$	425	4.045	7.663

<sup>(\*)</sup> O cenário provável da taxa de juros CDI representa uma variação de média de 12,06% no ano de 2011 e teve como base as projeções contidas nos relatórios FOCUS do Banco Central do Brasil.

É importante ressaltar que a utilização de derivativos cambiais se restringe tão somente à proteção do montante contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos seis meses subsequentes. Qualquer variação na cotação do US\$ que vier a causar perda nos investimentos derivativos tende a ser compensado por ganho na liquidação dos câmbios relacionados a compras de fornecedores estrangeiros.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 4.2 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do exercício social.

Em 2011, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2010, foi a de manter o índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido) dentro de patamares estáveis ou com pequenas variações. Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 podem ser assim sumariados:

	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro 2010</b>
Total dos empréstimos (Nota 16) .....	89.266	92.842
Total do valor a pagar por aquisição de participação de não controladores.....	17.454	17.031
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7).....	(9.815)	(4.065)
Dívida líquida .....	<u>96.905</u>	<u>105.808</u>
Patrimônio líquido .....	<u>138.270</u>	<u>132.499</u>
Índice de alavancagem financeira – dívida líquida/patrimônio líquido.....	<u>70.1%</u>	<u>79,8%</u>

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

#### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

#### **(a) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo do Grupo são integralmente classificados no Nível 1, e compreendem os títulos e valores mobiliários – CDBs. O saldo em 31 de março de 2011 é de R\$188.

#### **(b) Passivos financeiros**

Os únicos passivos financeiros do Grupo avaliado pelo valor justo através do resultado são os instrumentos financeiros derivativos. Estes instrumentos são integralmente classificados no Nível 2. Em 31 de março de 2011, o saldo de instrumentos financeiros derivativos passivos reconhecido na conta de outras contas a pagar no passivo circulante é de R\$293 (31 de dezembro de 2010: R\$425).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. O Grupo não possui nenhum instrumento financeiro avaliado ao valor justo por meio do resultado classificado no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

#### 5 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de março de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários .....	188	2.149	2.337
Contas a receber de clientes .....		95.153	95.153
Caixa e equivalentes de caixa .....		9.815	9.815
	<b>188</b>	<b>107.017</b>	<b>107.305</b>
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de março de 2011			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos (dívida FIP).....		89.065	89.065
Empréstimo (capital de giro) .....		201	201
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9 (a)).....	293		293
Licenciamentos a pagar .....		2.104	2.104
Valor a pagar por aquisição de participação não controladores.....		17.454	17.454
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais .....		4.513	4.513
	<b>293</b>	<b>113.337</b>	<b>113.630</b>
		Consolidado	
		Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários .....		2.094	2.094
Contas a receber de clientes .....		111.673	111.673
Caixa e equivalentes de caixa.....		4.065	4.065
		<b>117.832</b>	<b>117.832</b>



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos (dívida FIP) .....		86.770	86.770
Empréstimo (capital de giro) .....		6.072	6.072
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9(a)) .....	425		425
Licenciamentos a pagar .....		2.118	2.118
Valor a pagar por aquisição de participação não controladores .....		17.031	17.031
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais .....		3.468	3.468
	<b>425</b>	<b>115.459</b>	<b>115.884</b>

#### Controladora

As contas a receber e a caixa e equivalentes de caixa são classificadas como “Empréstimos e recebíveis”; as contas a pagar são classificadas como “Outros passivos financeiros”.

#### 6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Clientes nacionais .....	18.311	21.694
Clientes regionais e locais .....	72.481	87.148
Outros .....	4.361	2.831
<b>Total de contas a receber de clientes .....</b>	<b>95.153</b>	<b>111.673</b>
Conta-corrente e depósitos bancários <sup>(*)</sup> .....		
AAA .....	11.779	5.709
AA+ .....	364	443
	<b>12.143</b>	<b>6.152</b>

<sup>(\*)</sup> Classificação extraída através do relatório da agência classificadora Fitch Ratings Brasil Ltda.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo somente utiliza instituições financeiras com *rating* de AAA para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos (Nota 9).

- Clientes nacionais – clientes de abrangência nacional, na maioria das vezes com grandes redes de pontos de venda atendendo o território nacional.
- Clientes regionais e locais – clientes de abrangência regional ou local, com um ou alguns pontos de venda concentrados na mesma região.
- Outros – clientes “*giftline*” e outros que não possuem histórico de relacionamento recorrente com o Grupo e não têm como atividade fim a comercialização de relógios.

O Grupo efetua a análise de crédito com base principalmente, no histórico de pagamentos do cliente. O limite de crédito é determinado de forma individual, e leva em consideração a sua capacidade financeira, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, o Grupo recorre à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

Para os clientes adimplentes, desde que respeitados os limites de crédito, as vendas são efetuadas automaticamente. Para os clientes que já figuraram como inadimplentes, a autorização das vendas é feita manualmente com base em análise individual, até que o histórico de crédito seja restabelecido.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi descontado no último exercício.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa .....			9	7
Depósitos bancários de curto prazo .....	5	21	3.510	967
Certificados de depósito bancário (“CDBs”).....	247	272	6.296	3.091
	<b>252</b>	<b>293</b>	<b>9.815</b>	<b>4.065</b>

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o caixa, os equivalentes de caixa incluem as contas garantidas como abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa e equivalentes de caixa.....	252	293	9.815	4.065
Contas garantidas (capital de giro).....			(201)	(6.072)
	<b>252</b>	<b>293</b>	<b>9.614</b>	<b>(2.007)</b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 8 Títulos e valores mobiliários

A Companhia mantém as aplicações financeiras concentradas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média a 100% do CDI, mantidos em instituições de primeira linha, conforme composição abaixo:

	Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Certificados de depósito bancário ("CDBs").....	188	
CDBs – Fianças bancárias <sup>(*)</sup> .....	2.149	2.094
	<b>2.337</b>	<b>2.094</b>

<sup>(\*)</sup> Parcela dos títulos e valores mobiliários encontra-se vinculada a cartas de fianças bancárias e garantias de operações e estão classificadas como empréstimos e recebíveis no ativo não circulante.

#### 9 Instrumentos financeiros derivativos

##### (a) Mercado futuro de dólar (*forward*)

O Grupo, com o objetivo de reduzir sua potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$/US\$ utilizada para liquidação de suas importações, contratou no exercício de 2010 operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo circulante e a contrapartida é registrada na demonstração de resultado na rubrica de receitas e despesas financeiras.

Em 31 de março de 2011 o saldo passivo dos instrumentos financeiros derivativos das operações de mercado futuro de dólar é de R\$293 (31 de dezembro de 2010 – R\$425), e é mantido integralmente com o Banco HSBC.

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *mercado futuro de dólar* em aberto em 31 de março de 2011, correspondem a R\$6.858, equivalentes a US\$ 4.200 (em 31 de dezembro de 2010 – correspondem a R\$14.899, equivalentes a US\$ 8.600).

Em 31 de março de 2011, as taxas de dólar futuro em aberto contratadas pelo Grupo variaram entre R\$1,692 e R\$1,786 (31 de dezembro de 2010: variaram entre R\$1,692 e R\$1,786).

##### (b) Compra e venda de opções

A Companhia possui instrumentos contratuais de compra e venda das ações preferenciais detidas pelo Fundo de Investimento em Participações Multisetorial ("FIP Multisetorial") na controlada SD Participações S.A., as quais são reconhecidas como passivo financeiro. Tais instrumentos não têm como objetivo principal gerar ganhos financeiros e sim assegurar o funcionamento da estrutura societária acordada entre a Companhia e o FIP Multisetorial e proteger as partes no caso de acontecimentos negativos não previstos.

O efeito prático desses instrumentos contratuais de compra e venda de ações é a classificação das ações preferenciais como passivo financeiro (empréstimo) (Nota 16).

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 10 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber de clientes .....	108.035	125.033
Ajuste a valor presente .....	(2.000)	(2.573)
Menos .....		
Provisão para perda de contas a receber de clientes .....	(10.882)	(10.787)
<b>Contas a receber de clientes, líquidas .....</b>	<b>95.153</b>	<b>111.673</b>

O saldo das contas a receber, líquidas aproxima-se do valor justo, e foram apurados com base no fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa desconto de 10,45% (2010: 8,98%) que é igual a SELIC diminuídos da provisão para perda de contas a receber de clientes (*impairment*).

Em 31 de março de 2011, no consolidado, as contas a receber de clientes no valor de R\$5.300 (31 de dezembro de 2010 – R\$3.268) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Até 3 meses .....	4.546	2.146
De 3 à 6 meses .....	754	1.122
	<b>5.300</b>	<b>3.268</b>

Em 31 de março de 2011 no consolidado, as contas a receber de clientes, no total de R\$10.882 (em 31 de dezembro de 2010: R\$10.786) foram classificadas como não recuperáveis (*impaired*) e provisionadas. Não havia contas a receber na Controladora. As contas a receber individualmente *impaired* referem-se principalmente a lojistas especializados, e são pulverizados. Em 31 de março de 2011, os saldos em atraso são pulverizados e não há qualquer valor individual por lojista superior a 2% do saldo total em atraso. Para os saldos em atraso, o Grupo toma uma série de medidas, que incluem cobranças administrativas visando a recuperação desses créditos. Segundo avaliação da administração, uma parcela desse contas a receber deve ser recuperada. O total das contas a receber *impaired* está vencido há mais de 180 dias.

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2011	2010
Em 1º de janeiro .....	10.786	10.352
Provisão para perda de contas a receber .....	327	267
Reversão de perda .....	(231)	(148)
<b>Em 31 de março .....</b>	<b>10.882</b>	<b>10.471</b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima (Nota 4.1(b)). O Grupo não mantém nenhum título como garantia, exceto pela dívida de capital de giro (Nota 16). Não foi efetuado qualquer desconto de duplicatas.

As contas a receber de clientes são integralmente mantidas em Reais.

## 11 Estoques

	Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Produtos acabados .....	32.419	24.188
Produtos em processo .....	1.562	2.113
Componente.....	30.057	21.311
Importações em andamento .....	102	43
Adiantamentos a fornecedores.....	7.941	7.281
	<b>72.081</b>	<b>54.936</b>

O aumento no saldo de estoque foi causado, principalmente, pela antecipação de compras de componentes de relógios para suprir as vendas do dia das mães. Em 2011, o feriado de ano novo chinês ocorreu próximo ao dia das mães, tendo o Grupo decidido pela antecipação de suas importações evitando, dessa forma, a falta de componentes para suprir o aumento de vendas esperado para o dia das mães.

A política do Grupo para perda com estoques descrito na Nota 2.9, também considera perdas estimadas com obsolescência, tanto em função do giro quanto da qualidade física dos estoques.

As movimentações na provisão para valor de realização de estoques do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2011	2010
Em 1º de janeiro .....	15.263	13.338
Baixa por perda em estoques.....		(401)
Provisão para perda em estoques.....	(1.075)	
<b>Em 31 de março .....</b>	<b>14.888</b>	<b>12.937</b>

A provisão para perda de estoques foi constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques.

## 12 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos classificados nesse grupo referem-se a: (i) a terreno localizado na cidade de Manaus – AM, cujo o valor contábil em 31 de março de 2011 é de R\$1.262 (31 de dezembro de 2010: R\$1.262) e (ii) imóvel localizado na Barra da Tijuca – RJ, cujo o saldo líquido contábil em 31 de março de 2011 e de 31 de dezembro de 2010 é de R\$2.828.

Não houve *impairment* reconhecido sobre estes ativos quando da classificação como mantidos para venda em 2011 ou 2010.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Promessa de compra e venda de imóveis

Em 17 de janeiro de 2011 a Companhia assinou escritura pública de promessa de compra e venda de imóvel, com condições resolutivas, relativo ao imóvel da Barra da Tijuca descrito em (ii) acima, no valor total de R\$11.300 mil.

A Companhia terá 90 dias contados a partir da assinatura dessa escritura para concluir as condições resolutivas para que o processo de venda seja concluído e a transferência da propriedade possa ser concretizada. Nos termos dessa promessa de compra e venda, a Companhia tem o direito de permanecer por seis meses no imóvel, sem qualquer ônus, após a conclusão da venda.

#### 13 Investimentos em subsidiárias

##### (a) Investimentos em subsidiárias (Controladora)

	2011	2010
Em 1º de janeiro .....	129.199	131.039
Participação nos lucros de subsidiárias .....	5.786	3.631
Participação por ajuste reflexo no patrimônio de subsidiária .....	22	215
Dividendos recebidos/a receber de subsidiárias .....		(8.800)
<b>Em 31 de março .....</b>	<b>135.007</b>	<b>126.085</b>

Nome	País	Negócio	Percentual
			Participação direta nas ações ordinárias
SD Participações .....	Brasil	Holding	100
TASA .....	Brasil	Fabricação de relógios	100
TASS .....	Suíça	Escritório de representação	100

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das principais controladas diretas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

31 de março de 2011	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
SD Participações .....	254.431	119.424	8.503	5.786
TASA .....	242.714	66.056	46.870	8.503
TASS .....	4	10		
31 de dezembro de 2010	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
SD Participações .....	245.899	121.170	47.552	36.737
TASA .....	232.188	64.060	218.294	49.372
TASS .....	4	10		(8)
31 de março de 2010	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
SD Participações .....	226.818	100.733	5.678	3.631
TASA .....	213.778	48.045	30.869	6.312
TASS .....	12	10		

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 14 Intangível

	Consolidado			
	Ágio	Software	Marcas e licenças	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2009 .....	125.502	858	7.147	133.507
Aquisições .....		47		47
Amortização .....		(57)	(150)	(207)
<b>Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2010.....</b>	<b>125.502</b>	<b>848</b>	<b>6.997</b>	<b>133.347</b>
Em 31 de março de 2010				
Custo .....	125.502	2.515	7.299	135.316
Amortização, <i>impairment</i> acumulados e indenizações.....		(1.667)	(302)	(1.969)
<b>Saldo contábil líquido .....</b>	<b>125.502</b>	<b>848</b>	<b>6.997</b>	<b>133.347</b>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010 .....	123.171	1.182	6.510	130.863
Aquisições .....		78	37	115
Alienação – custo .....		(67)		(67)
Amortização .....		(71)	(151)	(222)
<b>Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2011.....</b>	<b>123.171</b>	<b>1.122</b>	<b>6.396</b>	<b>130.689</b>
Em 31 de março de 2011				
Custo .....	123.171	3.046	7.344	133.561
Amortização, <i>impairment</i> acumulados e indenizações.....		(1.924)	(948)	(2.872)
<b>Saldo contábil líquido .....</b>	<b>123.171</b>	<b>1.122</b>	<b>6.396</b>	<b>130.689</b>

#### (a) Ágio

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas: T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (Nota 1(a)), foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura, e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém está sujeito a teste anual de *impairment*.

As indenizações recebidas relacionadas com a combinação de negócios acima descrita, foram registradas diretamente como redutoras do saldo de ágio, em função da transação original ter ocorrido anteriormente à adoção das práticas contábeis estabelecidos por IFRS/CPC. O Grupo utilizou a isenção disponível para combinação de negócios na data de transição (1º. de janeiro de 2009).

#### (b) Marcas

No grupo de marcas e estão registrados os custos de aquisição da marca Technos. A aquisição da marca nacional ocorreu em junho de 1994 e da marca internacional em março de 2001. Ambas estão contabilizadas ao custo de R\$2.140 e R\$2.142, respectivamente.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O Grupo atribuiu vida útil indefinida à marca Technos. Os elementos considerados na avaliação da administração compreenderam: (i) o histórico de sucesso de longo prazo da marca iniciada há mais de cem anos na Suíça; (ii) o nível dos gastos de manutenção requeridos para obter os benefícios econômicos futuros; (iii) inexistência de prazo legal para a sua utilização, capacidade e a intenção do Grupo em manter o ativo; e (iv) ausência de fatores ligados à obsolescência técnica, tecnológica ou comercial, entre outros.

#### **(c) Licenças de uso de marca**

O Grupo possui as licenças para a comercialização das marcas Euro, Seiko e Mormaii.

##### **(i) Mormaii**

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Mormaii, pelo prazo de 10 anos a findar em 31 de dezembro de 2013. De acordo com o esse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca, à título de *royalties*, um percentual do valor bruto sobre as vendas dos produtos com a marca Mormaii. Não foi efetuado qualquer pagamento inicial e, dessa forma não existe qualquer registro no ativo intangível.

##### **(ii) Euro**

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Euro, com vigência até 30 de setembro de 2014. Com base nesse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca um valor fixo mensal, reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (“IGPM”).

Além da remuneração fixa, o Grupo é obrigado a pagar remuneração variável a qual é calculada como base na receita bruta anual das vendas multiplicada por fatores decrescentes, limitados a um valor máximo durante o prazo do contrato.

O valor da parcela variável somente será devido quando for superior ao valor total fixo anual e, nesse caso, será equivalente a diferença positiva entre o valor da parcela variável e o valor total fixo anual.

As obrigações a pagar pelo uso da marca EURO correspondentes ao valor presente dos pagamentos mínimos estão registrados como “Licenciamento a pagar”.

##### **(iii) Seiko**

Para o uso da licença Seiko, a única exigência requerida é que todos os componentes utilizados nos relógios da marca Seiko utilizem componentes genuínos da marca, não sendo permitido o uso de qualquer outro componente que não sejam oriundos da Seiko.

#### **(d) Testes de verificação de *impairment* para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida**

Conforme definido na política contábil descrita na Nota 2.13, o Grupo testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constituem principalmente de ágio e da Marca Technos.



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Ágio

Para fins de testes de *impairment*, o ágio foi integralmente alocado ao investimento na TASA. Em 2010, o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de venda menos os custos associados a essa venda. Esse valor foi estipulado com base em transação recente de compra e venda de participação acionária entre os cotistas do Fundo de Investimentos e Participações GMT. O único investimento da GMT, a qual não possui operações, é 100% das ações ordinárias da TASA. A administração concluiu que o saldo do ágio é recuperável e por isso não registrado qualquer perda de *impairment* de ágio.

O teste de *impairment* do ágio será realizado durante o último trimestre de 2011, a não ser que seja identificada indicação de perda em data anterior. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

#### Marcas

Para a determinação do valor recuperável da Marca Technos, a avaliação foi efetuada com base na projeção dos fluxos de caixa esperados dos negócios envolvendo produtos dessa marca. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas ao volume de vendas, rentabilidade, taxas de desconto, entre outras. A administração concluiu que se utilizasse somente um ano no cálculo do fluxo de caixa, o resultado (valor recuperável) é superior valor ao contábil registrado.

#### 15 Imobilizado

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Em 31 de março de 2010							
Saldo inicial.....	1.791	4.349	2.182	2.116	1.412	24	11.874
Aquisições.....			307	180	293		780
<i>Impairment</i> .....			23				23
Alienações – custo.....			(3.020)	(208)	(4)		(3.232)
Alienações – depreciação.....			3.020	46	4		3.070
Depreciação.....		(125)	(97)	(64)	(98)	(1)	(385)
Transferências.....		(332)	332				
<b>Saldo contábil, líquido.....</b>	<b>1.791</b>	<b>3.892</b>	<b>2.747</b>	<b>2.070</b>	<b>1.607</b>	<b>23</b>	<b>12.130</b>
Em 31 de março de 2010							
Custo.....	1.791	13.088	19.123	2.378	8.577	88	45.045
Depreciação acumulada.....		(9.196)	(16.376)	(308)	(6.970)	(65)	(32.915)
<b>Saldo contábil, líquido.....</b>	<b>1.791</b>	<b>3.892</b>	<b>2.747</b>	<b>2.070</b>	<b>1.607</b>	<b>23</b>	<b>12.130</b>
Em 31 de março de 2011							
Saldo inicial.....	18	3.394	2.818	2.127	2.469	18	10.844
Aquisições.....		1.107	308	559	511		2.485
Alienações – custo.....		(50)	(10)	(309)	(59)		(428)
Alienações – depreciação.....		27	9	66	52		154
Depreciação.....		(127)	(122)	(65)	(147)	(1)	(462)
<b>Saldo contábil, líquido.....</b>	<b>18</b>	<b>4.351</b>	<b>3.003</b>	<b>2.378</b>	<b>2.826</b>	<b>17</b>	<b>12.593</b>
Em 31 de março de 2011							
Custo.....	18	10.906	20.058	2.766	10.268	86	44.102
Depreciação acumulada.....		(6.555)	(17.055)	(388)	(7.442)	(69)	(31.509)
<b>Saldo contábil, líquido.....</b>	<b>18</b>	<b>4.351</b>	<b>3.003</b>	<b>2.378</b>	<b>2.826</b>	<b>17</b>	<b>12.593</b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, o montante de R\$259 (2010 – R\$327) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em “Custo dos produtos vendidos”, R\$203 (2010 – R\$58) em “Despesas administrativas”.

#### 16 Empréstimos

	Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Não circulante		
Empréstimos – FIP.....	69.416	86.770
Circulante		
Empréstimos Capital de Giro .....	201	6.072
Empréstimos – FIP.....	19.649	
	19.850	6.072
<b>Total dos empréstimos.....</b>	<b>89.266</b>	<b>92.842</b>

##### (a) Capital de giro e linhas de crédito

Em 15 de dezembro de 2010 o Grupo captou empréstimo de capital de giro e linhas de crédito no montante de R\$4.000 para suportar eventuais desembolsos imediatos, remunerados a 100% do CDI acrescidos de 0,25% ao mês. Em 31 de março de 2011, a Companhia havia liquidado ambas as operações, restando um saldo de R\$201, relativo à conta garantida.

##### (b) Empréstimo – FIP

Em 8 de maio de 2008, o FIP Multisetorial (“FIP”) aportou R\$119.600 na SD Participações que representam 119.600.000 ações preferenciais sem valor nominal, que lhe asseguram o direito a recebimento de dividendos fixos, prioritários e não cumulativos de R\$20.000 anuais, o qual deverá ser reajustado, em cada exercício social, por 50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), contados a partir de 8 de maio de 2009, até a data em que tal dividendo seja declarado.

As ações da SD Participações detidas pelo FIP estão sujeitas a instrumentos contratuais que garantem o direito da GMT de adquiri-las pelo preço de emissão corrigido por 100% do CDI, deduzido dos dividendos pagos até o momento da compra. Da mesma forma, o FIP tem, em determinadas circunstâncias o direito de vender pelo mesmo preço, para a GMT suas ações de SD Participações.

De acordo com as IFRS/CPC essas ações preferenciais atingem a definição de passivo financeiro e são tratados como dívida. Esses instrumentos contratuais vencem em 16 de dezembro de 2016.

O Grupo avaliou esses instrumentos contratuais e concluiu que seu efeito prático representa a reclassificação das ações preferenciais como passivo financeiro remensurado ao custo amortizado.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A GMT Participações S.A. possui dois instrumentos financeiros derivativos pela compra de opção de compra ("call") e venda de opção de venda ("put") das ações preferenciais detidas pelo FIP. De acordo com o IAS 32 e CPC 39, os derivativos embutidos em um contrato somente devem ser reconhecidos separadamente quando e se o valor do preço de exercício for diferente do custo amortizado da dívida. Como no contrato em questão, o preço de exercício é exatamente igual ao custo amortizado da dívida, os instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para reconhecimento em separado por já estarem mensurados no próprio contrato.

#### (c) Cláusulas restritivas

No contrato de empréstimo mantido com o FIP, há cláusula restritiva que determina que a razão da dívida líquida pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização ("LAJIDA") deve ser menor que 3. Caso o Grupo esteja em não conformidade com essa cláusula nas datas de balanço, a dívida passa a ser cobrável, imediatamente. Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o Grupo encontra-se em conformidade com essa cláusula restritiva.

#### (d) Garantias

##### (i) Capital de giro e linhas de crédito

Para a contratação do empréstimo de capital de giro e linhas de crédito, o Grupo concedeu como garantia, recebíveis cujo o valor nominal total é equivalente ao valor da dívida em aberto. Em 31 de março de 2011 o valor utilizado na linha de crédito é de R\$201 (31 de dezembro de 2010: R\$6.072).

##### (ii) Empréstimos FIP

Em relação ao contrato de empréstimo com o FIP, o Grupo assinou instrumento particular de constituição de alienação fiduciária em garantia de ações e outras avenças ("Instrumento"). Com base nesse Instrumento, em caso de inadimplência e não conformidade com as cláusulas restritivas descritas no item (e) acima a Companhia (i) aliena fiduciariamente ao FIP a totalidade de suas ações na SD Participações; e (ii) cede fiduciariamente os direitos creditórios consistentes no direito de crédito da Companhia.

## 17 Provisão para contingências

Na data das demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	<b>Tributárias</b>	<b>Trabalhistas e previdenciárias</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2009 .....	31.465	331	31.796
Reversão de provisão .....	(22)		(22)
Em 31 março de 2010 .....	31.443	331	31.774
Em 31 de dezembro de 2010 .....	32.770	331	33.101
Provisão no exercício .....	451	160	611
Reversão de provisão .....	(18)		(18)
<b>Em 31 de março de 2011 .....</b>	<b>33.203</b>	<b>491</b>	<b>33.694</b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a) Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

#### Tributárias

Referem-se, substancialmente, a tributação de PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio recebido de empresa controlada no período de 2004 à 2005. Também estão considerados os impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

#### Contingências trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

No que se refere aos prazos de conclusão dos processos, 99% dos processos provisionados referem-se a matérias de natureza tributária para os quais estimamos prazos médios de realização para esses passivos, geralmente, num horizonte de 3 a 5 anos.

#### (b) Perdas possíveis

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributária .....	23.590	20.862
Trabalhista .....	1.546	1.676
Cíveis .....	138	138
	<b>25.274</b>	<b>22.676</b>

#### (c) Ativos contingentes não reconhecidos

O Grupo questiona judicialmente a inconstitucionalidade da base de cálculo do PIS e COFINS calculada nos termos da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 31 de março de 2011, correspondem a R\$3.674 (31 de dezembro de 2010 – R\$2.894). Esses impostos que estão sendo questionados foram recolhidos pelo Grupo. Os processos aguardam julgamento e foram avaliados pelos consultores jurídicos como de provável chance de êxito.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Depósitos judiciais

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o saldo de depósitos judiciais refere-se, principalmente a questionamento de contribuições previdenciárias devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"). O Grupo foi autuado pela fiscalização do INSS. Para recorrer dessa autuação na esfera administrativa, o Grupo teve de depositar 30% do valor da causa.

O Grupo já obteve decisão favorável em 1ª instância, entretanto o INSS recorreu e o desfecho desse processo encontra-se indefinido.

#### 18 Imposto de renda e contribuição social diferidos e corrente

##### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Expectativa de realização dos impostos diferidos:

	Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo de imposto diferido .....	(1.587)	(873)
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado		
depois de mais de 12 meses .....	25.211	22.413
<b>Passivo de imposto diferido (líquido) .....</b>	<b>23.624</b>	<b>21.540</b>

Os valores dos ativos de imposto diferido serão realizados até 2011. Os impostos diferidos passivos referem-se à diferença no tratamento da amortização do ágio o qual desde 31 de dezembro de 2008 é apenas permitido para fins fiscais. Sua realização se dará na ocasião de eventual registro de perda por *impairment* do ágio ou na alienação do investimento que deu origem ao referido ágio.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Consolidado	
	2011	2010
Em 1º de janeiro.....	21.540	10.686
Despesa da demonstração do resultado.....	2.084	1.284
<b>Em 31 de março.....</b>	<b>23.624</b>	<b>11.970</b>

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

#### (i) Passivo diferido

	Consolidado		
	Benefício fiscal de incorporação	Outros	Total
<b>Passivo de imposto diferido</b>			
Em 1º de janeiro de 2010.....	11.128	187	11.315
Debitado à demonstração do resultado.....	2.781	(13)	2.768
Em 31 de março de 2010.....	13.909	174	14.083
Em 1º de janeiro de 2011.....	22.255	158	22.413
Debitado(creditado) à demonstração do resultado.....	2.782	16	2.798
<b>Em 31 de março de 2011.....</b>	<b>25.037</b>	<b>174</b>	<b>25.211</b>

#### (ii) Ativo diferido

	Outros
<b>Ativo de imposto diferido</b>	
Em 1º de janeiro de 2010.....	629
Creditado à demonstração do resultado.....	1.484
Em 31 de março de 2010.....	2.113
Em 1º de janeiro de 2011.....	873
Creditado à demonstração do resultado.....	714
<b>Em 31 de março de 2011.....</b>	<b>1.587</b>

#### (b) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2011	2010
Imposto corrente sobre o lucro do período.....	1.687	424
Realização de crédito fiscal de incorporação.....	2.782	2.782
Geração e (estorno) de diferenças temporárias.....	(698)	(1.498)
<b>Total do imposto diferido.....</b>	<b>2.084</b>	<b>1.284</b>
Despesa do imposto de renda.....	3.771	1.708

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto sobre o lucro do Grupo, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social .....	9.520	5.803
Alíquota nominal dos tributos – % .....	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais .....	(3.237)	(1.973)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva .....		
Incentivo fiscal imposto de renda .....	2.464	1.421
Realização de provisões não dedutíveis em exercícios anteriores .....	2.059	1.973
Despesas indedutíveis .....	(2.592)	(2.044)
Realização de ativo fiscal diferido <sup>(*)</sup> .....	(2.782)	(2.782)
Outros .....	317	1.697
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do período .....</b>	<b>(3.771)</b>	<b>(1.708)</b>
Corrente .....	(1.687)	(424)
Diferido .....	(2.084)	(1.284)
	<b>(3.771)</b>	<b>(1.708)</b>

(\*) Refere-se à realização do benefício fiscal do ágio originado na aquisição da TASA.

## 19 Capital social e reservas

### (a) Capital subscrito

O capital social é representado por 128.591.827 (128.591.827 em dezembro de 2010) ações ordinárias integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Quantidade de ações	Porcentagem
	(em milhares)	(%)
Fundo de Investimento e Participações GMT .....	123.000	95,65
Outros .....	5.592	4,35
	<b>128.592</b>	<b>100,00</b>

Conforme o estatuto social, a Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, anualmente de 50% do lucro ajustado.

### (b) Reserva legal e dividendo adicional proposto

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A reserva de dividendo adicional proposto refere-se aos dividendos propostos a serem deliberados na Assembleia Geral em observância a Lei das Sociedades por Ações.

#### **(c) Ajuste de avaliação patrimonial**

Em 14 de maio de 2010, a Companhia por meio de sua controlada SD Participações adquiriu 10,04% de capital total e votante na controlada TASA, anteriormente detida por participação não controladora. A transação gerou efeitos contábeis registrados diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial". Este montante não foi utilizado para reduzir a base de cálculo dos dividendos incluído na determinação dos dividendos distribuíveis.

#### **(d) Reserva de lucros – incentivos fiscais reflexos**

Com base no Art. 195-A da Lei das S.A.'s., a Companhia destinou para reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente do lucro na exploração da sua subsidiária TASA, e esse montante foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. A divulgação detalhada da política contábil adotada incluindo métodos de apresentação, natureza das subvenções e as condições para reconhecimento, estão descritas na Nota 2.17 (a).

### **20 Plano de opção de compra de ações – "stock options"**

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações são disponibilizadas a alguns executivos da TASA, controlada indireta da Companhia, pela emissão de ações da GMT Participações S.A. Baseada nas normas descritas no CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, a TASA passou a reconhecer o resultado de compensação (valor líquido de perdas estimadas) da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência na TASA e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado.

O prêmio de opção de ações determinado pelos planos de compensação da GMT Participações S.A. foram disponibilizados ao valor justo na data da opção. O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas, sendo que todas as opções estão disponíveis para exercício já no momento da concessão. As opções tem um prazo máximo de exercício de 7 anos, sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)+7%.

Os participantes do plano de compensação com base em ações da GMT Participações S.A. receberão sua gratificação na forma de ações ordinárias e nominativas de emissão da GMT Participações S.A. Enquanto o beneficiário permanecer como administrador da TASA não poderá vender, ceder, transferir ou alienar as ações da TASA a que venha a deter via exercício das opções. No caso de desligamento do beneficiário da TASA a GMT Participações S.A. terá a opção de comprar e o beneficiário terá a obrigação de vender suas ações por um preço de saída determinado por uma fórmula baseada no lucro líquido da Companhia no momento da venda.



## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração não tem expectativa que qualquer um dos beneficiários se desligue da Companhia antes das opções estarem totalmente *vested*. Dessa forma, nas datas findas de cada exercício, a expectativa é que as opções sejam liquidadas em ações.

As opções de compra de ações em aberto no final do trimestre findo em 31 de março de 2011 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício estimados:

<u>Data de vencimento</u>	<u>Preço de exercício por ação – reais</u>	<u>Opções – milhares 2010</u>	<u>Opções – milhares 2011</u>
2010.....	1,05		
2011.....	1,27	359	621
2012.....	1,40	337	588
2013.....	1,55	315	410
2014.....	1,71	295	303
2015.....	1,89	3.259	3.444
		<b>4.566</b>	<b>5.366</b>

O valor justo médio ponderado das opções concedidas no primeiro trimestre de 2011, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$860 no total, equivalente a R\$1,08 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas no primeiro trimestre de 2011 foram: preço médio ponderado da ação de R\$2,27 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 4,75%, rendimento de dividendos de 0%, uma vida esperada da opção correspondente a 2,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 12,06%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas. Não foram concedidas opções no primeiro trimestre de 2010.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2009, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$54 no total, equivalente a R\$0,04 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2009 foram: preço médio ponderado da ação de R\$1,00 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 6,15%, rendimento de dividendos de 0%, uma vida esperada da opção correspondente a cinco anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,25%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas.

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 21 Receita

### (a) Composição da receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida, dos períodos de três meses findos em 31 de março é como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Vendas brutas de produtos e serviços.....	57.420	37.280
Ajuste a valor presente sobre as vendas.....	(1.846)	(980)
Impostos sobre vendas.....	(9.052)	(5.577)
Ajuste a valor presente sobre impostos sobre as vendas.....	348	146
<b>Receita líquida.....</b>	<b>46.870</b>	<b>30.869</b>

O aumento na receita líquida é resultado, principalmente, do aumento do volume de vendas.

### (b) Sazonalidade

O segmento de relógios é sensível à sazonalidade do varejo como um todo, principalmente às principais datas comemorativas no Brasil: Natal, Dia das Mães, Dia dos Namorados e Dia dos Pais. Trabalhamos no mercado de atacado, de forma que geralmente temos um pico de vendas no mês que antecede à data comemorativa, para que o Cliente possa receber e expor a mercadoria em tempo razoável para realizar a venda ao Consumidor. Além dessas datas, também somos impactados pelas principais feiras nacionais do segmento, nas quais os Clientes são apresentados ao lançamento das principais coleções e muitas vezes realizam pedidos expressivos. Por fim, a sazonalidade das vendas também pode sofrer ligeira alteração em função de uma quantidade maior de lançamentos em determinado mês, ou em razão de uma aceitação maior ou menor desses lançamentos.

## 22 Despesas por natureza

	Consolidado	
	2011	2010
Custo das vendas		
Matéria prima.....	(12.716)	(8.663)
Mão de obra e custos indiretos.....	(2.021)	(946)
Custo de assistência técnica.....	(2.880)	(2.115)
Custo de Material de embalagem e outros.....	(1.319)	(731)
Devoluções e reversões de provisões.....	464	257
	<b>(18.472)</b>	<b>(12.198)</b>
Despesas administrativas		
Salários e encargos sociais.....	(1.730)	(1.358)
Remuneração aos administradores.....	(640)	(639)
Auditoria e consultoria.....	(832)	(344)
Impostos e taxas.....	(255)	(178)
Processamento de dados e comunicação.....	(294)	(217)
Benefícios a empregados.....	(236)	(182)
Outras despesas administrativas.....	(1.106)	(805)
Encargos de depreciação, amortização e <i>Impairment</i> .....	(228)	(363)
	<b>(5.321)</b>	<b>(4.086)</b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2011	2010
Despesas com vendas		
Despesas de frete .....	(1.899)	(1.119)
Ordenados e comissões sobre vendas .....	(4.805)	(3.346)
Despesas de publicidade .....	(2.115)	(1.598)
Benefícios a empregados .....	(179)	(143)
Outras despesas variáveis com vendas.....	(1.531)	(1.016)
Consultoria.....	(387)	(35)
Depreciação .....	(203)	(58)
Outras despesas fixas com vendas.....	(770)	(553)
	<u>(11.889)</u>	<u>(7.868)</u>
Outros, líquidos		
Provisão (reversão) de contingências .....	258	27
Provisão para participação nos lucros .....	(1.315)	(1.084)
Outros.....	310	(304)
	<u>(747)</u>	<u>(753)</u>
<b>Custo total das vendas, custos de distribuição e despesas administrativas .....</b>	<b><u>(36.429)</u></b>	<b><u>(23.821)</u></b>

### 23 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2011	2010
Despesa financeira		
Empréstimos – capital de giro.....	203	
Empréstimos – FIP e recompra de ações minoritários.....	2.723	1.995
Outras despesas financeiras.....	139	11
Descontos financeiros concedidos .....	262	68
	<u>3.327</u>	<u>2.074</u>
Receita financeira		
Receita financeira sobre títulos e valores mobiliários .....	197	541
Realização de ajuste a valor presente.....	2.071	1.444
Outras receitas financeiras.....	138	(72)
	<u>2.406</u>	<u>1.913</u>
<b>Resultado financeiro, líquido .....</b>	<b><u>(921)</u></b>	<b><u>(161)</u></b>

## GMT Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 24 Lucro por ação

##### (a) Básico

O lucro intermediário básico por ação do período de três meses findo em 31 de março é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade .....	5.749	3.462
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) .....	126.535	125.355
<b>Lucro básico por ação em R\$ .....</b>	<b>0,045</b>	<b>0,028</b>

##### (b) Diluído

O lucro intermediário diluído por ação do período de três meses findo em 31 de março é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui somente uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Lucro		
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade .....	5.749	3.462
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) .....	126.535	125.355
Ajustes de		
Opções de compra de ações (milhares) .....	6.632	7.802
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares) .....	133.167	133.158
<b>Lucro diluído por ação em R\$ .....</b>	<b>0,043</b>	<b>0,026</b>

#### 25 Dividendos

A Companhia pagou dividendos aos seus acionistas controladores no primeiro trimestre de 2010 o montante de R\$9.349. Desse montante, R\$7.077 é referente aos dividendos de 2009, e o restante, no montante de R\$2.272, refere-se a dividendos antecipados do exercício de 2010. A Companhia pagou ainda o R\$1.004 de dividendos aos seus acionistas não controladores. No primeiro trimestre de 2011 não foi pago dividendos.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## **26 Transações com partes relacionadas**

### **26.1 Consolidado**

O Grupo é controlado pelo Fundo de Investimento e Participações GMT, que detém 95,65% das ações da sociedade. Os 4,35% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

O Grupo não mantém transações comerciais e financeiras com partes relacionadas que não tenham sido incluídas nessas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **(a) Remuneração do pessoal-chave da administração**

O pessoal-chave da administração inclui diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados prestados durante os trimestres findos em 31 de março, está apresentada a seguir:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Salários e encargos dos gerentes .....	2.187	1.634
Remuneração e encargos da diretoria .....	714	869
	<b>2.901</b>	<b>2.503</b>

### **26.2 Controladora**

A Companhia recebeu no primeiro trimestre de 2010, R\$8.800 de dividendos da controlada SD Participações. No primeiro trimestre de 2011, a Companhia não recebeu dividendos de qualquer uma de suas controladas.

## **27 Eventos subsequentes**

### **Promessa de compra e venda de imóveis**

Em 17 de janeiro de 2011 a Companhia assinou escritura pública de promessa de compra e venda de imóvel, com condições resolutivas, relativo ao imóvel da Barra da Tijuca no valor total de R\$11.300 mil. (Nota 12).

A Companhia tinha originalmente o prazo de 90 dias contados a partir da assinatura dessa escritura para concluir as condições resolutivas para que o processo de venda seja concluído e a transferência da propriedade possa ser concretizada. Nos termos dessa promessa de compra e venda, a Companhia tem o direito de permanecer por seis meses no imóvel, sem qualquer ônus, após a conclusão da venda. O referido imóvel possui valor residual contábil em 31 de dezembro de 2010 de R\$2.828 mil.

Em 14 de abril de 2011, a Companhia teve o prazo para conclusão do processo de venda prorrogado por quarenta e cinco dias.

Em 18 de maio de 2011, a Companhia concluiu as condições resolutivas previstas na referida escritura pública de promessa de compra e venda, tendo a venda do imóvel sido concluída nessa data.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **Liquidação das ações preferenciais do FIP**

Em 20 de abril de 2011, a Companhia negociou a compra de 119.600.000 ações preferenciais da controlada SD Participações S.A. detidas pelo FIP Multisetorial, seguindo as disposições presentes nos instrumentos contratuais existentes entre a Companhia e o FIP Multisetorial. O valor da compra é de R\$89.617, com prazo de pagamento de até 120 dias contados a partir de 20 de abril de 2011. Esse valor será reajustado até a data do efetivo pagamento pela variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros.

#### **Contrato de Empréstimo**

Em 28 de abril de 2011, foi contratado um contrato de empréstimo com o HSBC Bank Brasil S.A., no valor de R\$20,0 milhões, o qual será usado principalmente para: (i) pagamento de dividendos; (ii) pagamento de terceira parcela da compra de participação minoritária; e (iii) fins corporativos diversos. O valor do principal está sujeito a taxa de juros equivalente ao CDI acrescido de 2,35% ao ano. Este empréstimo tem prazo de vencimento em um ano.

#### **Distribuição de Dividendos**

Realizamos as seguintes distribuições de dividendos aos nossos acionistas: (i) em 10 de maio de 2011, distribuímos o montante de R\$13,0 milhões; e (ii) em 6 de junho de 2011, distribuímos o montante de R\$3,2 milhões, ambos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 4 de maio de 2011.

#### **Aumentos de Capital e Grupamento de Ações**

Em 4 de maio de 2011, foi aprovado um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$266.607,03, sem alteração no número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$114.131.689,90 para R\$114.398.296,93, dividido em 128.591.827 ações ordinárias, permanecendo 1.871.679 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de 711.560 novas ações, no valor total de R\$856.352,19, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, Thiago Frias Picolo Peres, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do primeiro, segundo e quarto Programas do Plano, de forma que o nosso capital social passou de R\$114.398.296,93 para R\$115.254.649,12, dividido em 129.303.387 ações ordinárias.

Em 10 de maio de 2011, foi aprovado um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$298.869,90, sem alteração no número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$115.254.649,12 para R\$115.553.519,02, dividido em 129.303.387 ações ordinárias, permanecendo 1.665.429 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de 493.204 novas ações, no valor total de R\$548.907,86, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, Thiago Frias Picolo Peres, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do primeiro, segundo e quarto Programas do Plano, de forma que o nosso capital social passou de R\$115.553.519,02 para R\$116.102.426,88, dividido em 129.796.591 ações ordinárias.

## **GMT Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em 31 de maio de 2011, foi aprovado o grupamento das ações de nossa emissão, na proporção de duas ações para uma nova ação da mesma espécie, sem alteração no valor do nosso capital social, de forma que este passou a ser dividido em 64.898.295 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido grupamento de ações não resultou em diluição injustificada dos nossos acionistas, que remanesceram com o mesmo percentual de participação no nosso capital social.

Ainda em 31 de maio de 2011, foi aprovado um novo aumento de capital no valor de R\$2.890.000,00, mediante a emissão de 267.936 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$10,786108, as quais foram subscritas e integralizadas por um grupo de 29 de nossos gerentes e coordenadores. Desta forma, o nosso capital social passou a ser de R\$118.992.426,88, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Juntamente com este aumento, esses gerentes e coordenadores celebraram conosco e com o GMT FIP acordos de acionistas pelos quais referidos gerentes e coordenadores se obrigaram a não negociar com as ações detidas por tais gerentes e coordenadores, objeto desses acordos, nos termos ali estabelecidos.

Por fim, em 6 de junho de 2011, foi aprovado um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$74.560,63, sem alteração do número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$118.992.426,88 para R\$119.066.987,51, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, permanecendo 807.217 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de de 63.029 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$2,198286, no valor total de R\$138.554,30, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, Thiago Frias Picolo Peres, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do primeiro, segundo e quarto Programas do Plano, de forma que o nosso capital social passou de R\$118.992.426,88, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, para R\$119.205.541,81, dividido em 65.229.260 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

\* \* \*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

---

- Formulário de Referência da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Formulário de Referência da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Índice

### 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	365
---	-----

### 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	366
2.3 - Outras informações relevantes	367

### 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	373
3.2 - Medições não contábeis	374
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	376
3.4 - Política de destinação dos resultados	378
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	380
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	381
3.7 - Nível de endividamento	382
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	383
3.9 - Outras informações relevantes	384

### 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	385
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	397
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	398
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	403
4.5 - Processos sigilosos relevantes	404
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	405
4.7 - Outras contingências relevantes	406
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	407

### 5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	408
--	-----

## Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	411
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	414
5.4 - Outras informações relevantes	415
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	416
6.3 - Breve histórico	417
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	418
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	422
6.7 - Outras informações relevantes	423
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	424
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	428
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	431
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	444
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	445
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	447
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	448
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	449
7.9 - Outras informações relevantes	450
<b>8. Grupo econômico</b>	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	454
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	455
8.3 - Operações de reestruturação	456
8.4 - Outras informações relevantes	458
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	459
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	460

## Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	461
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	478
9.2 - Outras informações relevantes	479
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	480
10.2 - Resultado operacional e financeiro	512
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	515
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	516
10.5 - Políticas contábeis críticas	517
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	518
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	519
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	520
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	521
10.10 - Plano de negócios	522
10.11 - Outros fatores com influência relevante	523
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	524
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	525
<b>12. Assembléia e administração</b>	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	526
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	529
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	532
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	533
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	534
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	535
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	539
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	540

## Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	541
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	542
12.12 - Outras informações relevantes	543

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	544
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	547
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	550
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	552
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	556
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	557
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	559
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	560
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	561
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	562
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	563
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	564
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	565
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	566
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	567
13.16 - Outras informações relevantes	568

### 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	569
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	571
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	572



## Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	573
<b>15. Controle</b>	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	575
15.3 - Distribuição de capital	578
15.4 - Organograma dos acionistas	579
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	580
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	581
15.7 - Outras informações relevantes	582
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	583
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	584
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	585
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	586
17.2 - Aumentos do capital social	587
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	589
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	590
17.5 - Outras informações relevantes	591
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.1 - Direitos das ações	592
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	593
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	594
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	595
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	596
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	597

## Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	598
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	599
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	600
18.10 - Outras informações relevantes	601
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	602
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	603
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	604
19.4 - Outras informações relevantes	605
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	606
20.2 - Outras informações relevantes	607
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	608
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	609
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	611
21.4 - Outras informações relevantes	612
<b>22. Negócios extraordinários</b>	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	614
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	615
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	616
22.4 - Outras informações relevantes	617

## 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Sr. Joaquim Pedro Andrés Ribeiro**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Sr. Thiago Frias Picolo Peres**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**Os diretores acima qualificados, declaram que:**

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM		
<b>Código CVM</b>	287-9		
<b>Tipo auditor</b>	Nacional		
<b>Nome/Razão social</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes		
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0001-20		
<b>Período de prestação de serviço</b>	31/03/2008		
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Exame das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 e dos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2010 e 2011.		
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A remuneração total dos auditores independentes foi de R\$843,5 mil, sendo R\$485,0 mil relativa ao exame de auditoria do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e do período de três meses encerrado em 31 de março de 2011.		
<b>Justificativa da substituição</b>	Não aplicável, uma vez que não houve substituição do auditor nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010.		
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável, uma vez que não houve substituição do auditor nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010.		
<b>Nome responsável técnico</b>	<b>Período de prestação de serviço</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
Leandro Mauro Ardito	31/03/2008	157.009.658-95	Rua da Candelária, 65, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20091-020, Telefone (21) 32326007, Fax (21) 25166591, e-mail: leandro.ardito@br.pwc.com

## 2.3 - Outras informações relevantes

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes são os auditores contratados para os fins da Oferta, submetida à análise da CVM, de acordo com a Instrução CVM 400. A PricewaterhouseCoopers receberá remuneração total de R\$360,0 mil pelos serviços de emissão de carta conforto para a Oferta.

### Definições

Neste Formulário de Referência, utilizamos os termos “Companhia”, “Nós”, “nosso” e “nossa” para nos referirmos à Technos S.A. e suas subsidiárias e coligadas, salvo se de outra forma indicado.

<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
<b>Administração</b>	O Conselho de Administração e a Diretoria, em conjunto.
<b>Administrador</b>	Diretor ou Conselheiro, indistintamente.
<b>AH</b>	Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados e do balanço patrimonial entre os exercícios sociais ou entre os períodos indicados.
<b>AV</b>	Análise vertical, que, quando relativa à conta do demonstrativo de resultado, consiste em percentual sobre o total de receita líquida no período indicado, quando relativa à conta do ativo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do ativo no período indicado, e quando relativa à conta do passivo, consiste em percentual sobre o total do passivo e do patrimônio líquido no período indicado.
<b>Banco Central</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Beneficiário(s)</b>	Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes e <i>controllers</i> da nossa Companhia e de nossas controladas, destinatários do Plano e dos Programas.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>Câmara de Arbitragem do Mercado</b>	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA.
<b>CDI</b>	Certificado de Depósito Interfinanceiro.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<b>Classe A</b>	População brasileira cuja renda mensal domiciliar está acima de R\$6.329,00, segundo dados da FGV.
<b>Classe B</b>	População brasileira cuja renda mensal domiciliar está entre R\$4.854,00 e R\$6.329,00, segundo dados da FGV.
<b>Classe C</b>	População brasileira que recebe entre quatro e 10 salários mínimos e cuja renda mensal familiar está entre R\$1.126,00 e R\$4.854,00, segundo dados da FGV.
<b>Clássico</b>	Categoria de relógios que engloba relógios de <i>design</i> tradicional.
<b>Cliente(s)</b>	O(s) varejista(s) para quem distribuimos nossos produtos; e que vendem os nossos produtos para os Consumidores. Compreende Lojas Especializadas, Magazines e Franquias, em conjunto.

## 2.3 - Outras informações relevantes

<b>Cliente(s) Ativo(s)</b>	Qualquer dos nossos Clientes (considerados em conjunto quando pertencentes ao mesmo grupo econômico) que tenha(m) efetuado ao menos uma compra nos últimos 12 meses.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
<b>CODAM</b>	Conselho de Desenvolvimento do Amazonas.
<b>COFINS</b>	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
<b>CONFAZ</b>	Conselho Nacional de Política Fazendária.
<b>Conselheiro</b>	Membro do Conselho de Administração.
<b>Conselho de Administração</b>	Nosso conselho de administração, com as atribuições conferidas pela legislação vigente e por nosso Estatuto Social.
<b>Conselho Fiscal</b>	Nosso conselho fiscal, de funcionamento não permanente, com as atribuições conferidas pela legislação vigente e por nosso Estatuto Social.
<b>Constituição Brasileira</b>	Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.
<b>Consumidor(es)</b>	Pessoa(s) que adquire(m) nossos produtos por meio de nossos Clientes.
<b>Contrato de Participação no Novo Mercado</b>	Contrato celebrado em 20 de maio de 2011, entre nós, a BM&FBOVESPA, nossos Administradores e nossos acionistas controladores, por meio do qual nós, nossos Administradores e nossos acionistas controladores concordamos em cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado, estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, a fim de nos qualificarmos para listagem no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do anúncio de início da Oferta.
<b>Corretoras Credenciadas</b>	São: (i) Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Praia de Botafogo, nº 300, 6º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-040; (ii) Ativa S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores, com sede na Av. Rio Branco, nº 181, 29º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-001; (iii) Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Av. Paulista, nº 1.450, 7º andar, São Paulo, SP, CEP 01310-100; (iv) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, São Paulo, SP, CEP 04538-133; (v) Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 13º andar, São Paulo, SP, CEP 04538-133; (vi) Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 7º andar, Torre IV, São Paulo, SP, CEP 04543-900; (vii) Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 04538-133; (viii) Link S.A. CCTVM, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 04542-000; e (ix) XP Investimentos, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliário S.A., com sede na Av. Borges de Medeiros, nº 633, sala 508, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22430-041.
<b>CPC</b>	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
<b>CPF</b>	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
<b>CSLL</b>	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.

## 2.3 - Outras informações relevantes

<b>Diretor</b>	Membro da Diretoria.
<b>Diretoria</b>	Nossa diretoria, com as atribuições que lhe são conferidas pela legislação aplicável e pelo nosso Estatuto Social.
<b>DLJ</b>	DLJ South American Partners LLC.
<b>Dólar, dólar, dólares ou US\$</b>	Moeda oficial dos Estados Unidos da América.
<b>Dynamo</b>	Dynamo V. C. Administradora de Recursos Ltda.
<b>EBITDA</b>	Representa o Lucro Líquido Ajustado acrescido da depreciação e amortização, outros resultados operacionais, despesas financeiras, receitas financeiras, impostos correntes e diferidos, e ajuste a valor presente sobre as vendas e sobre os impostos que incidem sobre as vendas.
<b>EBITDA Ajustado</b>	Representa o EBITDA acrescido do ajuste a valor presente reconhecido dentro das receitas financeiras, e ajustado pela diferença entre o ajuste a valor presente subtraído da receita bruta e o ajuste a valor presente acrescido à receita financeira.
<b>Esporte</b>	Categoria de relógios que engloba relógios voltados a um estilo de vida ativo.
<b>Estatuto Social ou Estatuto</b>	Nosso estatuto social.
<b>EUA ou Estados Unidos</b>	Estados Unidos da América.
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço.
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas.
<b>FIP Multisetorial</b>	Fundo de Investimento em Participações Multisetorial.
<b>Formulário de Referência</b>	Este formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480.
<b>Franquia(s)</b>	Loja(s) franqueada(s) para comercializar(em) as nossas marcas e produtos.
<b>GMT FIC-FIM</b>	GMT Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado.
<b>GMT FIP</b>	GMT Fundo de Investimento em Participações.
<b>Governo Federal do Brasil</b>	Governo Federal do Brasil da República Federativa do Brasil.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standards</i> , padrões internacionais de demonstrações financeiras emitidos pelo <i>International Accounting Standards Board</i> – IASB.
<b>IGP-M</b>	Índice Geral de Preços ao Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

## 2.3 - Outras informações relevantes

<b>Indivíduos Restritos</b>	Nós, nossas controladas e sociedades sob controle comum, nossos acionistas controladores diretos ou indiretos, os membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e de nossos comitês estatutários e os nossos funcionários que aderirem à Política de Negociação.
<b>Informação Relevante</b>	Qualquer informação que possa influenciar na cotação dos valores mobiliários de nossa emissão ou a eles referenciados ou a decisão dos investidores em relação a esses valores mobiliários, nos termos do artigo 2º da Instrução CVM 358.
<b>INPC</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE.
<b>INPI</b>	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
<b>Instrução CVM 358</b>	Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 391</b>	Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
<b>Intermediário</b>	Faixa de posicionamento de preços de relógios que engloba relógios com preços no varejo entre US\$50,00 e US\$300,00.
<b>IOF/Câmbio</b>	Imposto sobre operações financeiras que incide em conversões de moeda estrangeira para reais e em conversões de reais em moeda estrangeira e a sua alíquota pode ser alterada a qualquer momento por decreto presidencial, até o limite legal de 25%, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional.
<b>IPCA</b>	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
<b>IRPJ</b>	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
<b>Lei nº 11.638</b>	Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.
<b>Lei nº 11.941</b>	Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lei dos Crimes Ambientais</b>	Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
<b>Loja(s) Especializada(s)</b>	Loja(s) especializada(s) na venda dos nossos produtos, incluindo, principalmente, relojoarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes.
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	Representa o lucro líquido contábil ajustado pela realização do ativo fiscal diferido gerado pelo ágio de aquisição de controle acionário da nossa controlada TASA, por provisões para contingências não operacionais, por perdas em participações societárias e por amortização do ágio, conforme prática contábil vigente até 2008.
<b>Luxo</b>	Faixa de posicionamento de preços de relógios que engloba relógios com preços no varejo acima de US\$1.000,00.
<b>Magazine(s)</b>	Loja(s) que vende(m) nossos produtos, incluindo, principalmente, lojas de departamento, lojas <i>online</i> , clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigo de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas.



## 2.3 - Outras informações relevantes

<b>Margem Bruta</b>	Lucro bruto dividido por receita líquida de vendas.
<b>Margem EBITDA</b>	EBITDA dividido por receita líquida de vendas.
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de vendas sem efeito do ajuste a valor presente.
<b>Massa</b>	Faixa de posicionamento de preços de relógios que engloba relógios com preços no varejo abaixo de US\$50,00.
<b>Moda</b>	Categoria de relógios que engloba relógios ornamentados e voltados para a composição de um visual.
<b>Novo Mercado</b>	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA, com regras diferenciadas de governança corporativa.
<b>Oferta</b>	Oferta pública inicial de distribuição primária e secundária das ações ordinárias de nossa emissão no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, cujo pedido de registro foi submetido à CVM em 4 de maio de 2011.
<b>OPA</b>	Oferta Pública de Aquisição de Ações.
<b>Participação Relevante</b>	Qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em atuação conjunta com outra pessoa, se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de 33% ou mais de nosso capital social.
<b>Partners Group</b>	Partners Group Series Access, LLC, Series 9.
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto.
<b>PIS</b>	Programa de Integração Social.
<b>Plano</b>	Nosso Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, cujas diretrizes gerais foram aprovadas pela nossa assembleia geral realizada em 26 de dezembro de 2009, conforme aditado posteriormente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011.
<b>Política de Divulgação</b>	Nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de maio de 2011.
<b>Política de Negociação</b>	Nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Technos, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de maio de 2011, conforme alterada por meio da reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de junho de 2011.
<b>Programa(s)</b>	O(s) programa(s) de outorga de opção de compra de ações, no âmbito do Plano, aprovado(s) pelo nosso Conselho de Administração.
<b>Real, reais ou R\$</b>	Moeda oficial do Brasil.
<b>Receita Federal</b>	Receita Federal do Brasil.
<b>REFIS</b>	Programa de recuperação fiscal instituído pelas Leis nº 9.964, de 10 de abril de 2000, Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os retidos e não recolhidos.

## 2.3 - Outras informações relevantes

<b>Regulamento de Arbitragem</b>	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, e suas posteriores alterações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social e que consta dos termos de anuência dos administradores e dos acionistas controladores, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.
<b>Regulamento do Novo Mercado</b>	Regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas listadas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para estas companhias.
<b>Retorno Sobre Capital Investido ou ROIC</b>	O retorno sobre capital investido é calculado dividindo-se o lucro antes dos juros pelo capital de giro acrescido de ativo imobilizado. Consideramos como capital de giro o ativo circulante acrescido do ajuste a valor presente sobre o contas a receber e empréstimos de capital de giro e diminuído do passivo circulante. Adicionamos ao ativo imobilizado o montante do intangível alocado em software, marcas e patentes.
<b>SD</b>	SD Participações S.A.
<b>Securities Act</b>	<i>Securities Act</i> , de 1933, dos Estados Unidos, conforme alterado.
<b>SELIC</b>	Taxa dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
<b>SEPLAN</b>	Secretaria de Estado de Planejamento.
<b>SERASA</b>	Centralização dos Serviços Bancários S.A.
<b>SPC</b>	Serviço Nacional de Proteção ao Crédito.
<b>Stock Keeping Unit</b>	Unidade utilizada por nós para identificar cada variação de produto, por cor e por modelo.
<b>SUDAM</b>	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
<b>SUDENE</b>	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
<b>SUFRAMA</b>	Superintendência da Zona Franca de Manaus.
<b>Superior</b>	Faixa de posicionamento de preços de relógios que engloba relógios com preços no varejo entre US\$300,00 e US\$1.000,00.
<b>T1</b>	T1 Participações Ltda.
<b>TASA</b>	Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A.
<b>Taxa Média de Crescimento Anual Composta</b>	A taxa média de crescimento anual composta é calculada pela seguinte fórmula: $(A/B)^{(1/n)} - 1$ . Sendo que: (i) A = valor no ano final do intervalo; (ii) B = valor no ano inicial do intervalo; e n = ano final do intervalo – ano inicial do intervalo.
<b>Technos Swiss</b>	Technos da Amazônia Swiss SARL.
<b>TERESA</b>	Technos Relógios S.A.
<b>Termo de Anuência dos Controladores</b>	Termo pelo qual os novos acionistas controladores ou os acionistas que vierem a ingressar no nosso grupo de controle, se responsabilizam pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Sanções, com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, com a Cláusula Compromissória e com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.
<b>Zona Franca de Manaus</b>	Área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário, criada pela Lei nº 3.173, de 06 de junho de 1957.

**3.1 - Informações Financeiras**

<b>(Reais)</b>	<b>Últ. Inf. Contábil (31/03/2011)</b>	<b>Exercício social (31/12/2010)</b>	<b>Exercício social (31/12/2009)</b>	<b>Exercício social (31/12/2008)</b>
Patrimônio Líquido	138.270.000,00	132.499.000,00	148.538.000,00	0,00
Ativo Total	343.651.000,00	332.499.000,00	309.057.000,00	0,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	46.870.000,00	218.294.000,00	175.320.000,00	0,00
Resultado Bruto	28.398.000,00	138.771.000,00	108.381.000,00	0,00
Resultado Líquido	5.749.000,00	37.543.000,00	39.378.000,00	0,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	128.591.827	128.591.827	127.794.902	0
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	1,080000	1,030000	1,160000	0,000000

### 3.2 - Medições não contábeis

#### a) medições não contábeis

O Lucro Líquido Ajustado representa o lucro líquido contábil ajustado pela realização do ativo fiscal diferido gerado pelo ágio de aquisição de controle acionário da nossa controlada TASA, por provisões para contingências não operacionais, por perdas em participações societárias e por amortização do complemento do ágio, conforme prática contábil vigente até 2008.

O EBITDA é o Lucro Líquido Ajustado acrescido da depreciação e amortização, outros resultados operacionais, despesas financeiras, receitas financeiras, impostos correntes e diferidos, e ajuste a valor presente sobre as vendas e sobre os impostos que incidem sobre as vendas.

O EBITDA Ajustado é o EBITDA acrescido do ajuste a valor presente reconhecido dentro das receitas financeiras e ajustado pela diferença entre o ajuste a valor presente subtraído da receita bruta e o ajuste a valor presente acrescido à receita financeira.

#### b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Apresentamos, abaixo, o cálculo do nosso lucro líquido, Lucro Líquido Ajustado, EBITDA e EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 e para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2010 e 2011:

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de	
	2008 <sup>(1)</sup>	2009 <sup>(2)</sup>	2010	2010	2011
	(Reais mil)				
<b>Lucro Líquido</b> .....	<b>(12.766)</b>	<b>39.378</b>	<b>37.543</b>	<b>4.095</b>	<b>5.749</b>
(+) Ativo Fiscal Diferido.....	-	11.128	11.128	2.782	2.782
(+/-)Provisões para Contingências Não Operacionais.....	-	(9.475)	1.661	-	476
(+/-) Perdas em Participações Societárias.....	14.989	-	-	-	-
(+) Amortização de Ágio.....	21.820	-	-	-	-
<b>(=) Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>24.043</b>	<b>41.031</b>	<b>50.332</b>	<b>6.877</b>	<b>9.007</b>

<sup>(1)</sup> Em função da aquisição do controle acionário da TASA e consequente consolidação de seus resultados a partir de maio de 2008, as demonstrações financeiras deste exercício estão sendo apresentadas contemplando um período de oito meses.

<sup>(2)</sup> Informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010 (no contexto do processo de convergência ao IFRS).

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de	
	2008 <sup>(1)</sup>	2009 <sup>(2)</sup>	2010	2010	2011
	(Reais mil)				
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>24.043</b>	<b>41.031</b>	<b>50.332</b>	<b>6.877</b>	<b>9.007</b>
(+) Depreciação e Amortização.....	1.069	1.795	2.537	592	684
(-) Receitas Financeiras sem Ajuste a Valor Presente.....	(3.409)	(4.628)	(2.579)	(469)	(335)
(-) Receitas Financeiras do Ajuste a Valor Presente.....	(4.902)	(7.863)	(6.237)	(1.444)	(2.071)
(+) Despesas Financeiras.....	4.527	12.662	12.138	2.074	3.327
(+) Impostos Correntes.....	1.044	1.762	3.204	424	1.687
(+) Impostos Diferidos.....	244	332	(274)	(1.498)	(698)
<b>(=) EBITDA</b> .....	<b>22.616</b>	<b>45.091</b>	<b>59.121</b>	<b>6.556</b>	<b>11.601</b>

<sup>(1)</sup> Em função da aquisição do controle acionário da TASA e consequente consolidação de seus resultados a partir de maio de 2008, as demonstrações financeiras deste exercício estão sendo apresentadas contemplando um período de oito meses.

<sup>(2)</sup> Informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010 (no contexto do processo de convergência ao IFRS).

### 3.2 - Medições não contábeis

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de	
	2008 <sup>(1)</sup>	2009 <sup>(2)</sup>	2010	2010	2011
	(Reais mil)				
<b>EBITDA</b> .....	<b>22.616</b>	<b>45.091</b>	<b>59.121</b>	<b>6.556</b>	<b>11.601</b>
(+) Ajuste a Valor Presente reconhecido nas					
Receitas Financeiras .....	4.902	7.863	6.237	1.444	2.071
(+) Diferencial do Ajuste a Valor Presente <sup>(3)</sup> .....	2.038	(893)	750	(610)	(573)
<b>(=) EBITDA Ajustado</b> .....	<b>29.556</b>	<b>52.057</b>	<b>66.108</b>	<b>7.390</b>	<b>13.099</b>

<sup>(1)</sup> Em função da aquisição do controle acionário da TASA e consequente consolidação de seus resultados a partir de maio de 2008, as demonstrações financeiras deste exercício estão sendo apresentadas contemplando um período de oito meses.

<sup>(2)</sup> Informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010 (no contexto do processo de convergência ao IFRS).

<sup>(3)</sup> O diferencial do ajuste a valor presente representa a diferença entre o ajuste a valor presente sobre a receita operacional bruta e o ajuste a valor presente sobre a receita financeira.

Não reportamos a conciliação dessas medições não contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, tendo em vista que nossos resultados consolidados só passaram a reconhecer os resultados da TASA a partir da aquisição do controle acionário desta sociedade, que ocorreu em maio de 2008. Isso leva a uma redução significativa nos resultados apresentados em 2008 e prejudica a comparabilidade com os exercícios subsequentes.

#### c) motivos pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Entendemos que nosso lucro líquido deve ser ajustado em função das rubricas demonstradas no item 3.2.(b) acima representarem eventos não-caixa particulares, não operacionais e não recorrentes. Entendemos que a análise do Lucro Líquido Ajustado permite uma melhor comparabilidade entre os períodos indicados.

Construímos nosso EBITDA partindo do Lucro Líquido Ajustado seguindo práticas comuns de mercado. Não revertemos provisões relacionadas a estoques, pois acreditamos que a parcela recorrente desse tipo de provisão deve ser considerada de natureza operacional, e por ser difícil diferenciar as parcelas recorrente e não-recorrente dessas provisões.

Entendemos que o EBITDA Ajustado é uma medida superior de geração de caixa operacional. Em relação ao EBITDA, acrescentamos o ajuste a valor presente registrado na receita financeira. Após esse ajuste, passamos a refletir apenas o impacto líquido entre a dedução do ajuste a valor presente, que é feita sobre as nossas receitas operacionais, e a receita financeira de ajuste a valor presente, que é contabilizada dentro do mesmo período, refletindo dessa forma apenas discrepâncias no efeito caixa entre essas duas rubricas. Entendemos que este efeito é parte de nossa atividade operacional.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

#### ***Venda de Imóvel no Rio de Janeiro***

Em 17 de janeiro de 2011, celebramos uma escritura pública de promessa de compra e venda, conforme aditada, relativa ao imóvel onde está atualmente localizada a nossa sede, situada na Rua Hélios Seelinger, 155, parte, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, pelo valor de R\$11,3 milhões. Recebemos um sinal de R\$2,3 milhões no ato da assinatura da promessa e assumimos a obrigação de atender determinadas condições até o dia 1º de junho de 2011. Em 18 de maio de 2011, assinamos a escritura pública definitiva de compra e venda, data na qual recebemos o saldo remanescente no valor de R\$9,0 milhões, sendo que, desse valor, o montante de R\$400,0 mil está depositado em garantia para fazer frente a eventuais contingências fiscais. Essa operação representa um ganho de capital na venda do imóvel no valor de R\$8,5 milhões, que será contabilizado nos resultados do segundo trimestre de 2011.

#### ***Aquisição de Ações Preferenciais de Emissão da SD***

Em 20 de abril de 2011, adquirimos a totalidade das ações preferenciais de emissão da SD detidas pelo FIP Multisetorial pelo valor de R\$89.617.142,91, ajustado até a data de pagamento. O pagamento do preço de aquisição das ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD será efetuado com parte dos recursos obtidos por meio da oferta pública inicial de distribuição primária de ações de nossa emissão em até 120 dias a contar da data de aquisição das ações preferenciais. Para maiores informações sobre esta aquisição, veja o item 6.5 deste Formulário de Referência.

#### ***Contrato de Empréstimo***

Em 28 de abril de 2011, firmamos, por meio da TASA, um contrato de empréstimo com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor de R\$20,0 milhões, o qual deverá ser usado principalmente para: (i) pagamento de dividendos; (ii) pagamento de terceira parcela da dívida com o Sr. Mario Hilario Goettems, descrita no item 6.5. (III) deste Formulário de Referência; e (iii) fins corporativos diversos. O valor do principal está sujeito a taxa de juros equivalente ao CDI acrescido de 2,35% ao ano. Este empréstimo tem prazo de um ano e é garantido por cessão fiduciária de determinadas duplicatas.

#### ***Distribuição de Dividendos***

Realizamos as seguintes distribuições de dividendos aos nossos acionistas: (i) em 10 de maio de 2011, creditamos o montante de R\$13,0 milhões; e (ii) em 6 de junho de 2011, creditamos o montante de R\$3,2 milhões, ambos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 4 de maio de 2011.

#### ***Aumentos de Capital e Grupamento de Ações***

Em 4 de maio de 2011, foi aprovado um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$266.607,03, sem alteração no número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$114.131.689,90 para R\$114.398.296,93, dividido em 128.591.827 ações ordinárias, permanecendo 1.871.679 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de 711.560 novas ações ordinárias, no valor total de R\$856.352,19, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no âmbito do primeiro Programa, Thiago Frias Picolo Peres, no âmbito do segundo Programa, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do quarto Programa, de forma que o nosso capital social passou de R\$114.398.296,93 para R\$115.254.649,12, dividido em 129.303.387 ações ordinárias. Para maiores informações sobre este aumento de capital, veja o item 17.5 deste Formulário de Referência.

Em 10 de maio de 2011, foi aprovado um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$298.869,90, sem alteração no número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$115.254.649,12 para R\$115.553.519,02, dividido em 129.303.387 ações ordinárias, permanecendo 1.665.429 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de 493.204 novas ações ordinárias, no valor total de R\$548.907,86, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no âmbito do primeiro Programa, Thiago Frias Picolo Peres, no âmbito do segundo Programa, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do quarto Programa, de forma que o nosso capital social passou de R\$115.553.519,02 para R\$116.102.426,88, dividido em 129.796.591 ações ordinárias. Para maiores informações sobre este aumento de capital, veja o item 17.5 deste Formulário de Referência.

### 3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 31 de maio de 2011, foi aprovado o grupamento das ações de nossa emissão, na proporção de duas ações para uma nova ação da mesma espécie, sem alteração no valor do nosso capital social, de forma que este passou a ser dividido em 64.898.295 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido grupamento de ações não resultou em diluição injustificada dos nossos acionistas, que remanesceram com o mesmo percentual de participação no nosso capital social. Para maiores informações sobre este grupamento de ações, veja o item 17.3 deste Formulário de Referência.

Ainda em 31 de maio de 2011, foi aprovado um novo aumento de capital no valor de R\$2.890.000,00, mediante a emissão de 267.936 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$10,786108, as quais foram subscritas e integralizadas por um grupo de 29 de nossos gerentes e coordenadores. Desta forma, o nosso capital social passou a ser de R\$118.992.426,88, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Juntamente com este aumento, esses gerentes e coordenadores celebraram conosco e com o GMT FIP acordos de acionistas pelos quais referidos gerentes e coordenadores se obrigaram a não negociar as ações que detêm, nos termos estabelecidos nos respectivos acordos. Para maiores informações sobre este aumento de capital e os acordos de acionistas, veja o item 17.5 deste Formulário de Referência.

Por fim, em 6 de junho de 2011, foi aprovado um aumento no nosso capital social, decorrente: (i) da integralização de ações pelo acionista Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no valor de R\$74.560,63, sem alteração do número de ações do nosso capital social, de forma que este passou de R\$118.992.426,88 para R\$119.066.987,51, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, permanecendo 807.217 ações ordinárias pendentes de integralização; e (ii) da emissão de de 63.029 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$2,198286, no valor total de R\$138.554,30, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, no âmbito do primeiro Programa, Thiago Frias Picolo Peres, no âmbito do segundo Programa, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen e Maurício Elísio Martins Loureiro, no âmbito do quarto Programa, de forma que o nosso capital social passou de R\$119.066.987,51, dividido em 65.166.231 ações ordinárias, para R\$119.205.541,81, dividido em 65.229.260 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2009	2010
<b>Regras sobre retenção de lucros:</b>	<p>Nosso Estatuto Social vigente nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 determinava que os lucros apurados em cada exercício social teriam a destinação que a Assembleia Geral lhes desse, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em lei.</p> <p>Além disso, a Lei das Sociedades por Ações prevê que, do lucro líquido do exercício social, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, 5% serão destinados para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social, exceto no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 21 de junho de 2010, tendo em vista a inexistência de lucro líquido do exercício social em referência, os acionistas não deliberaram sobre retenção de lucros.</p>		
	<p>Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2010, nossos acionistas deliberaram destinar a quantia de R\$1,2 milhão para nossa conta de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 4 de maio de 2011, nossos acionistas deliberaram destinar a quantia de: (i) R\$1,8 milhões para nossa conta de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) R\$8,9 milhões para a conta de reserva reflexa dos incentivos fiscais na TASA.</p>	
<b>Regras sobre distribuição de dividendos:</b>	<p>Nosso Estatuto Social vigente nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 determinava a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, do percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. Nesse sentido, o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações prevê que 50% do lucro líquido do exercício social, após a constituição da reserva legal, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório. Ainda nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a situação financeira da companhia.</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 21 de junho de 2010, tendo em vista a inexistência de lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, os acionistas não deliberaram sobre a distribuição de dividendos.</p>		
	<p>Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2010, nossos acionistas informaram que já havia sido distribuído aos acionistas o montante de R\$22,8 milhões, a título de distribuição intermediária de dividendos, sendo (i) R\$15,7 milhões em 15 de dezembro de 2009; e (ii) 7,1 milhões em 1º de abril de 2010.</p>	<p>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 4 de maio de 2011, nossos acionistas (i) informaram que já havia sido distribuídos aos acionistas o montante de R\$2,6 milhões, a título de distribuição intermediária de dividendos, conforme aprovado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 1º de abril de 2010 e 20 de agosto de 2010; (ii) deliberaram distribuir o restante do lucro líquido aos acionistas da seguinte forma: (a) R\$9,9 milhões correspondentes ao complemento do dividendo mínimo obrigatório total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, creditado em 10 de maio de 2011; (b) R\$3,0 milhões, creditado em 10 de maio de 2011; e (c) R\$9,5 milhões a ser provisionado a título de dividendos a pagar para futuro crédito, sendo que o montante de R\$3,2 milhões foi creditado em 6 de junho de 2011.</p>	



### 3.4 - Política de destinação dos resultados

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2009	2010
<b>Periodicidade das distribuições de dividendos:</b>	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto Social vigente nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, nossos acionistas representando a maioria do capital social poderiam aprovar o preparo de balanços intercalares, a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores.		
<b>Restrições à distribuição de dividendos:</b>	Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à nossa Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. Em relação à TASA, destacamos a obrigação de aplicar o valor da redução em atividades diretamente ligadas à produção ou operação da empresa beneficiária, na área de atuação da SUDAM, sem distribuição aos acionistas. As restrições à distribuição de dividendos da SD estão descritas no item 10.1. (f. iv) deste Formulário de Referência.		

**3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

(Reais)	Últ. Inf. Contábil 31/03/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008
Lucro líquido ajustado		25.000.000,00	22.800.000,00	-12.800.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado		10,000000	100,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor		19,000000	20,000000	-11,000000
Dividendo distribuído total		2.600.000,00	22.800.000,00	0,00
Lucro líquido retido		0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção				
<b>Lucro líquido retido</b>	<b>Montante</b>	<b>Pagamento dividendo</b>	<b>Montante</b>	<b>Pagamento dividendo</b>
<b>Dividendo Prioritário Mínimo</b>				
Ordinária	12.500.000,00		11.400.000,00	
				0,00

### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, todos os resultados foram absorvidos pela conta de prejuízos acumulados, não tendo havido qualquer distribuição de dividendos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, nossos dividendos declarados à conta de lucros retidos e reservas constituídas corresponderam a R\$22,8 milhões e R\$18,8 milhões, respectivamente.

**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Montante total da dívida, de qualquer natureza</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/03/2011</b>	205.381.000,00	Índice de Endividamento	1,49000000	
<b>31/12/2010</b>	200.000.000,00	Índice de Endividamento	1,51000000	

**3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento**

<b>Últ. Inf. Contábil (31/03/2011)</b>						
<b>Tipo de dívida</b>	<b>Inferior a um ano</b>	<b>Um a três anos</b>	<b>Três a cinco anos</b>	<b>Superior a cinco anos</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Garantia Real</b>	16.754.164,14	36.063.338,31	33.952.430,65	0,00	86.769.933,10	
<b>Garantia Flutuante</b>	41.062.835,86	1.789.000,00	0,00	58.305.231,04	101.157.066,90	
<b>Quirografárias</b>	17.454.000,00	0,00	0,00	0,00	17.454.000,00	
<b>Total</b>	75.271.000,00	37.852.338,31	33.952.430,65	58.305.231,04	205.381.000,00	
<b>Observação</b>						
<b>Exercício social (31/12/2010)</b>						
<b>Tipo de dívida</b>	<b>Inferior a um ano</b>	<b>Um a três anos</b>	<b>Três a cinco anos</b>	<b>Superior a cinco anos</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Garantia Real</b>	0,00	34.346.036,49	37.866.505,23	14.557.391,38	86.769.933,10	
<b>Garantia Flutuante</b>	39.176.000,00	1.509.000,00	0,00	55.514.066,90	96.199.066,90	
<b>Quirografárias</b>	17.031.000,00	0,00	0,00	0,00	17.031.000,00	
<b>Total</b>	56.207.000,00	35.855.036,49	37.866.505,23	70.071.458,28	200.000.000,00	
<b>Observação</b>						

### 3.9 - Outras informações relevantes

Em atenção ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº005/201, tendo em vista que estamos adotando pela primeira vez as normas internacionais de contabilidade, as colunas relativas ao exercício de 2008 do item 3.1 não foram preenchidas, uma vez que não são informações comparáveis. Para maiores informações sobre a alteração das práticas contábeis adotadas no Brasil, vide item 10.1.(h) deste Formulário de Referência. Não obstante, apresentamos abaixo nossas informações financeiras referentes aos três últimos exercícios sociais encerrados e ao período de três meses encerrados em 31 de março de 2011, com colunas que permitem a comparação entre as informações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009:

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de				Período de Três Meses Encerrado em
	2008 <sup>(1)</sup>	2009 <sup>(2)</sup>	2009 <sup>(3)</sup>	2010	31 de março de 2011
	(Reais mil)				
Patrimônio Líquido .....	111.418	114.047	148.538	132.499	138.270
Ativo Total .....	314.621	309.057	309.057	332.499	343.651
Receita Líquida .....	107.341	175.320	175.320	218.294	46.870
Resultado Bruto .....	66.767	108.381	108.381	138.771	28.398
Resultado Líquido .....	(12.766)	23.976	39.378	37.543	5.749
Número de Ações Ex. Tesouraria <sup>(4)</sup> .....	126.777	127.795	127.795	128.592	128.592
Valor Patrimonial das Ações (Unidade) .....	0,88	0,89	1,16	1,03	1,08
Resultado Líquido por lote de mil Ações.....	(0,10)	0,19	0,31	0,29	0,05

<sup>(1)</sup> Em função da aquisição do controle acionário da TASA e consequente consolidação de seus resultados a partir de maio de 2008, as demonstrações financeiras deste exercício estão sendo apresentadas contemplando um período de oito meses.

<sup>(2)</sup> Informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009.

<sup>(3)</sup> Informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010 (no contexto do processo de convergência ao IFRS).

<sup>(4)</sup> O número de ações refletido na tabela acima corresponde ao número de ações existentes nos períodos indicados, sem considerar o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011. Para mais informações acerca do referido grupamento de ações, veja item 17.3 deste Formulário de Referência.

Em relação aos demais itens desta seção 3, ressaltamos que as informações consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 refletem nossa participação indireta na TASA apenas a partir da data do nosso investimento, em 8 de maio de 2008. Para o período de 1º de janeiro de 2008 até 7 de maio de 2008, as informações financeiras consolidadas refletem nossa natureza até então como empresa *holding* sem atividades operacionais. As comparações entre os resultados de 2008 e 2009 devem ser analisadas levando este efeito em consideração.

Por fim, ressaltamos que, em 4 de maio de 2011, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da nossa denominação social de GMT Participações S.A. para Technos S.A.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de nossas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” e na seção “5. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Ademais, não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”.

### a) ao emissor.

***Poderemos ser incapazes de sustentar continuamente o reconhecimento de nossas marcas e nossa reputação de produtos de alta qualidade, o que poderá causar um impacto negativo relevante em nossos negócios.***

As marcas “Technos”, “Mormaii”, “Euro”, “Seiko” e “Mariner” e suas imagens são essenciais para os nossos negócios e para nossa estratégia de crescimento. Manter, promover e posicionar essas marcas depende significativamente do sucesso de nossos esforços de *marketing* e de nossa habilidade de manter nossa reputação de produtores de relógios de alta qualidade. Qualquer incapacidade de continuar a promover esforços bem-sucedidos de *marketing* ou qualquer impacto negativo em nossa reputação poderá reduzir o volume de nossas vendas e representar um impacto negativo relevante para o resultado de nossas operações. Poderemos tentar adquirir e/ou desenvolver marcas que visam nichos de mercado diferentes daqueles em que operamos atualmente, ou desenvolver novas linhas de produtos, o que, se mal-sucedido, poderá afetar o valor de nossas marcas e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, conduzimos testes de qualidade com padrões rigorosos em nossos relógios para assegurar que eles funcionem corretamente e sem problemas. Alguns de nossos produtos poderão apresentar falhas e defeitos não detectados, o que poderá provocar reclamações ou processos contra nós e ferir nossa reputação, independentemente de nossa culpa nessas falhas ou defeitos. Nossos negócios poderão sofrer um impacto negativo relevante como resultado de um problema significativo na qualidade ou no desempenho dos produtos vendidos por nós, especialmente porque é possível que sejamos obrigados a pagar pelos danos resultantes. Se formos incapazes de manter o alto padrão de qualidade e precisão dos produtos que nossos Consumidores esperam, nossa reputação na indústria, nossos relacionamentos com Consumidores e Clientes e a imagem de nossas marcas poderão ser impactadas negativamente, o que poderá significar um impacto negativo relevante para nossos resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

***A maior parte de nossas receitas é proveniente de uma única marca, “Technos”, e uma redução das vendas da marca “Technos” poderá ter um impacto negativo significativo em nossos negócios.***

Vendemos atualmente cinco marcas de relógios (“Technos”, “Mormaii”, “Euro”, “Seiko” e “Mariner”) e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, a marca “Technos” representou a maior parte de nossa receita consolidada decorrente da venda de bens e serviços. Não podemos garantir que os produtos vendidos sob a marca “Technos” manterão seu nível atual de penetração e apelo ou que os produtos que vendemos sob outras marcas nos permitirão manter nossos níveis atuais de vendas e lucratividade. Se as vendas dos produtos da marca “Technos” diminuïrem, poderá causar um efeito adverso significativo em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

***Nossa incapacidade de renovar ou a rescisão de qualquer de nossos contratos de licenciamento ou de nosso contrato de distribuição poderá resultar em perdas significativas de receita, gerando um impacto adverso relevante em nossos negócios.***

Uma parte relevante de nossas vendas decorre, e estimamos que continue a decorrer, da venda de produtos sob marcas detidas por terceiros, as quais possuímos o direito de uso por meio da celebração de contratos de licenciamento ou em virtude de contratos de distribuição exclusiva. De acordo com esses contratos, temos o direito de produzir e distribuir determinados produtos sob as marcas de outras empresas. Vendemos produtos sob as marcas de terceiros “Euro”, “Mormaii” e “Seiko”, que no agregado representaram 28,8% e 30,1% de nossa receita consolidada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, respectivamente. Nossos contratos de licenciamento terminarão: (i) em 2014, sendo renovável por mais cinco anos, para a marca “Euro”, com opção de compra da marca exercível a qualquer momento; e (ii) em 2013, para a marca “Mormaii”. O direito de distribuição de produtos envolvendo a marca “Seiko” terminará em 2014. Adicionalmente, as contrapartes poderão rescindir os contratos de licenciamento se deixarmos de cumprir certas obrigações ou mediante a ocorrência de determinados eventos, incluindo a hipótese de não realizarmos os pagamentos contratuais referentes às licenças, a não observância dos limites territoriais da licença e o sub-licenciamento não autorizado de marcas licenciadas para terceiros. Poderemos ser incapazes de continuar cumprindo nossas obrigações estabelecidas nos termos desses contratos, ou de renová-los nos mesmos termos e condições ou em termos e condições semelhantes. Nossa incapacidade de manter ou renovar um ou mais dos contratos que nos possibilitam comercializar produtos identificados por marcas detidas por terceiros poderá reduzir significativamente nossas vendas e representar um impacto adverso relevante em nossos resultados operacionais e condição financeira.

***A incapacidade de mantermos níveis adequados de estoque e declínios no valor de nosso estoque poderão causar um impacto adverso relevante em nossos negócios.***

Mantemos um estoque de produtos selecionados que esperamos que tenham alta demanda. Se nossas metas de vendas se mostrarem incorretas, poderemos ser incapazes de vender parte de nosso estoque de relógios ou de utilizar de forma eficiente os componentes que encomendamos antecipadamente de nossos fornecedores. Níveis de estoque que excedam a demanda dos Clientes poderão resultar na redução do valor do estoque ou na venda do excesso a preços mais baixos. Esses eventos poderão impactar negativamente os nossos resultados operacionais e prejudicar a imagem de nossas marcas. Por outro lado, se subestimarmos a demanda dos Consumidores por nossos produtos ou se nossos fornecedores deixarem de fornecer produtos de qualidade de forma célere, poderemos sofrer escassez de estoque, o que poderá resultar em pedidos não atendidos, impactar negativamente nosso relacionamento com Clientes, diminuir a lealdade às nossas marcas e causar perdas de receitas, sendo que qualquer desses fatores poderá causar um impacto negativo relevante em nossos negócios.

O desempenho aquém do esperado de novos produtos ou o declínio no valor de nosso estoque poderá impactar negativamente de forma relevante os nossos negócios, resultados de operações ou condição financeira, e poderemos ser incapazes de gerenciar nossos estoques existentes e futuros de forma bem-sucedida.

***Nosso sucesso depende de nossa capacidade para expandir nosso portfólio e desenvolver novos produtos de acordo com a preferência dos consumidores.***

Nosso crescimento depende de nossa capacidade de implementar de forma bem-sucedida nossa estratégia, o que inclui antecipar a preferência dos Consumidores e diversificar nossas linhas de produtos. A decisão de comprar qualquer acessório de moda, incluindo relógios, é altamente subjetiva e pode ser influenciada por uma variedade de fatores, tais como a imagem da marca, programas de *marketing* e o *design* do produto. O sucesso de nossos negócios depende de nossa capacidade de antecipar e responder rapidamente às preferências de nossos



## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Consumidores, ao mesmo tempo em que preservamos a qualidade e autenticidade de nossas marcas. Nossos concorrentes poderão ser capazes de prever a preferência dos Consumidores antes de nós e, como resultado, capturar uma participação maior do que a nossa no mercado de novos produtos. A indústria mundial e doméstica de relógios tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de diferentes materiais. Nosso sucesso depende da nossa capacidade de continuar expandindo nosso portfólio e desenvolver novos produtos nos segmentos em que operamos, em linha com essas inovações. Nossa incapacidade de introduzir novos produtos, ou a habilidade de nossos concorrentes de desenvolver produtos melhores do que os nossos, poderá levar nossos Clientes e Consumidores a comprar volumes maiores de produtos de nossos concorrentes.

Adicionalmente, tomamos decisões a respeito da expansão de portfólio e do desenvolvimento de novos produtos meses antes de sermos capazes de medir a aceitação do mercado e dos Consumidores a esses produtos. Qualquer falha em identificar corretamente a demanda dos Consumidores poderá nos levar a desenvolver produtos que não sejam comercialmente viáveis ou que não apresentem os mesmos níveis de vendas e margens das atuais marcas e produtos de nosso portfólio. Além disso, a aceitação de novos produtos pelo mercado requer gastos substanciais e esforços de *marketing*. Se formos incapazes de acompanhar as tendências da moda ou de identificar a preferência de nossos Consumidores, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer um impacto adverso relevante.

***Nossa incapacidade de operar de forma bem-sucedida e de expandir nossa planta poderá causar um impacto adverso relevante em nossos negócios.***

Para que as operações de nossa planta de montagem e distribuição em Manaus sejam bem-sucedidas, dependemos de vários fatores, incluindo: (i) nossa capacidade de entregar pedidos para nossos Clientes de forma pontual; (ii) a disponibilidade de recursos humanos em nossa planta de montagem e distribuição para gerenciar toda a cadeia de fornecimento; (iii) a capacidade de nossos fornecedores de suprir pontualmente nossa demanda de componentes de relógios; (iv) o sistema de transportes e infraestrutura da Cidade de Manaus, especialmente no aeroporto; e (v) nossos equipamentos e o tamanho de nossa planta de montagem e distribuição. A maior parte desses recursos, por sua vez, é limitada pela disponibilidade de capital e pelo tempo necessário para aumentar a capacidade de produção, particularmente para contratar e treinar empregados. Não podemos garantir que teremos capital e recursos suficientes para expandir nossa capacidade de produção e para manter prazos de entrega que nossos Clientes considerem apropriados. Adicionalmente, não podemos assegurar que nossos fornecedores na China e no Japão serão capazes de suprir nossa demanda crescente por componentes para relógios, se expandirmos a produção de nossos relógios. Ainda, um acréscimo em nossos prazos de entrega poderá resultar em perda de Clientes, o que poderá causar um impacto adverso relevante em nossos negócios e resultados operacionais.

***Qualquer uso não autorizado de nossas marcas e outros direitos de propriedade intelectual poderá ocasionar um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.***

Dependemos dos direitos de propriedade intelectual registrados no Brasil e em diversos países, de leis concorrenciais e de restrições contratuais para proteger nossas marcas e outros direitos de propriedade intelectual que são importantes para os nossos negócios. Nossos produtos são vendidos principalmente sob as marcas "Technos", "Mariner", "Euro", "Mormail" e "Seiko". Qualquer uso não autorizado de nossas marcas próprias, licenciadas ou com direito de distribuição e outros direitos de propriedade intelectual por terceiros, incluindo a comercialização de produtos falsificados e contrabandeados por terceiros, poderá afetar adversamente nossos negócios, reputação e posição de mercado. Não podemos garantir que as medidas que tomamos para proteger nossas marcas próprias, licenciadas ou com direito de distribuição e outros direitos de propriedade intelectual serão suficientes e, se não formos capazes de proteger nossos direitos de propriedade intelectual, nossos negócios, resultados operacionais e condições financeiras poderão sofrer um impacto adverso relevante.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

***A perda de determinados membros de nossa administração poderá resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios.***

Nosso desempenho e sucesso dependem, em parte, de membros-chave de nossa administração e a perda ou saída de qualquer um desses Administradores poderá nos ser prejudicial, dado o conhecimento de nossos negócios e experiência relevante significativa por parte desses Administradores. Se perdermos determinados membros de nossa administração, teremos que atrair novos profissionais altamente qualificados para substituí-los. Se não formos capazes de atrair ou reter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter a capacidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento, o que poderá ocasionar um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

***Introduzimos recentemente o modelo de franquias em nossos canais de distribuição e vendas e poderemos não implementar com sucesso essa estratégia.***

Em setembro de 2010, começamos a implementar um modelo de franquias no qual concedemos franquias para lojas que operam sob as marcas “Euro” e “Timecenter”, para vender exclusivamente nossos produtos. Na data deste Formulário de Referência, temos quatro Franquias em operação, além do nosso atual canal de distribuição, que consiste em 7,7 mil Clientes Ativos em aproximadamente 12,2 mil pontos de vendas. Nosso modelo de franquias poderá causar um impacto negativo nas vendas de nossa atual rede de Clientes, o que poderá reduzir significativamente nosso volume de vendas e a visibilidade de nossas marcas em vários outros canais de distribuição. Adicionalmente, o sucesso de nosso modelo de franquias depende de nossa capacidade de atrair franqueados altamente qualificados e da capacidade de nossos franqueados para promover e capitalizar nossas marcas. Portanto, nosso modelo de franquias poderá não se mostrar lucrativo ou poderá não atingir as metas de lucratividade que esperamos, o que poderá causar um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

***Consideramos a possibilidade de, no futuro, expandir o escopo de nossas ofertas de produtos e os novos produtos introduzidos por nós poderão não obter aceitação dos consumidores em nível comparável ao de nossas linhas de produtos existentes.***

Consideramos a possibilidade de, no futuro, expandir o escopo de nossas ofertas de produtos, além de relógios, para negócios complementares, incluindo óculos de sol e semijóias. Como é característico em relação a novos produtos, a aceitação de mercado está sujeita a incertezas. Se avaliarmos inadequadamente o mercado para nossos novos produtos, poderemos ficar com quantidades significativas de estoques não vendidos ou enfrentar outras condições que poderão ocasionar um efeito adverso relevante em nossa condição financeira e nos nossos resultados operacionais. O fracasso de novas linhas de produtos em ganhar aceitação de mercado poderá também afetar adversamente nossos negócios e a imagem de nossas marcas. Atingir aceitação de mercado para novos produtos poderá exigir esforços de *marketing* e gastos consideráveis para a geração de demanda pelos Consumidores. Essas exigências poderão distrair nossa administração, absorver recursos financeiros e operacionais, o que poderá gerar um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

***Alguns de nossos produtos poderão infringir direitos de propriedade intelectual de terceiros, o que poderá nos levar a incorrer em custos inesperados ou à impossibilidade de vender nossos produtos.***

Terceiros poderão alegar que nossos produtos infringem seus direitos de propriedade intelectual. Poderemos estar sujeitos a processos e alegações no curso normal de nossas atividades, incluindo alegações de supostas violações dos direitos de propriedade intelectual de terceiros por nós ou por nossos Clientes em conexão com o uso de nossos produtos. Quaisquer dessas alegações, com fundamento ou não, poderão resultar em litígios custosos e desviar os esforços de nossa equipe. Além disso, caso sejamos considerados responsáveis pela violação, poderemos ser obrigados a celebrar contratos de licenciamento (se disponíveis em termos aceitáveis ou de qualquer forma) ou a pagar indenizações e deixar de produzir ou vender certos produtos. Ainda, poderemos ser obrigados a redesenhar ou usar componentes diferentes em alguns de nossos produtos para evitar futuras responsabilizações por violações de direitos de propriedade intelectual. Qualquer dessas hipóteses poderá nos levar a incorrer em custos significativos e à impossibilidade de produzir ou vender nossos produtos.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### ***Mudanças em nosso mix de produtos ou canais de distribuição poderão impactar nossas margens de lucro.***

Nossas marcas individuais são vendidas em diversas faixas de preços e rendem uma variedade de margens de lucro. Nosso lucro por unidade varia para cada um de nossos produtos e, assim, qualquer alteração em nosso *mix* de produtos poderá afetar nossas margens. De forma semelhante, na data deste Formulário de Referência, nosso lucro por unidade para cada um de nossos canais de distribuição flutua com vendas de estoque excedente com desconto e/ou o estoque de componentes fora de linha rendendo a menor margem. A mudança desfavorável de nosso *mix* de vendas em direção a produtos ou canais de distribuição com menor lucro por unidade poderá gerar um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais.

### ***Nossos seguros poderão não cobrir determinados riscos.***

Mantemos contratados seguros dentro dos parâmetros usuais de mercado que são a prática em nossa indústria, incluindo cobertura contra danos ao estoque e propriedade e lucros cessantes. Contudo, nossas apólices não cobrem determinados riscos, tais como guerra, caso fortuito, força maior, ou interrupções de determinadas atividades. Se qualquer desses eventos não segurados ocorrer, poderemos incorrer em custos adicionais que afetarão nossos resultados operacionais. Adicionalmente, mesmo se o tipo de evento de perda estiver coberto por nossas apólices, não poderemos garantir que o pagamento do seguro será suficiente para cobrir o dano decorrente de tal evento.

### ***Potenciais futuras aquisições poderão ser difíceis de integrar e poderão obstar nossos negócios e afetar adversamente o resultado de nossas operações.***

Como parte de nossa estratégia de crescimento, poderemos adquirir outros negócios no futuro. Essas aquisições poderão ocorrer na indústria de relógios ou em outras áreas de negócios que, embora complementares aos nossos negócios, poderão ser áreas em que atualmente não atuamos e poderemos não ter prévia experiência administrativa e operacional. Poderemos ter a necessidade de integrar operações totalmente novas e culturas corporativas distintas e tais esforços de integração poderão não ter sucesso. Todas as aquisições envolvem riscos que poderão afetar adversamente, de forma relevante, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira. Esses riscos incluem:

- a perda de pessoal chave e de outros empregados devido a incompatibilidades culturais e incertezas profissionais;
- custos, atrasos e ineficiências associadas à integração das operações e do pessoal do negócio adquirido;
- a depreciação dos bens e do valor do negócio adquirido; e
- a aquisição de contingências e outras obrigações dos negócios adquiridos.

Adicionalmente, negócios adquiridos poderão não aumentar nossas oportunidades comerciais ou não resultar no crescimento que esperamos. Além disso, integrar operações adquiridas é um processo complexo, caro e que demanda tempo. Combinar operações adquiridas com nossos negócios poderá resultar em margens operacionais gerais mais baixas, maior volatilidade de preços de estoque e flutuações nas receitas trimestrais. Nossa incapacidade de: (i) administrar futuras aquisições e integrar com sucesso práticas complementares; ou (ii) concretizar as sinergias comerciais ou outros benefícios esperados, poderá ocasionar um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

### **b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.**

#### ***Nosso acionista controlador terá influência substancial sobre nós.***

Nosso acionista controlador será titular de 63,2% de nosso capital social emitido após a Oferta. Dessa forma, nosso acionista controlador, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, estará em uma posição de exercer influência substancial sobre nossas políticas administrativas e empresariais, incluindo nossas estratégias de desenvolvimento, nossos gastos, plano de distribuição de dividendos, nossa mudança de controle e nossas oportunidades.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Desde que nosso acionista controlador continue a ser titular de uma parcela significativa de nosso capital, ainda que essa parcela seja inferior a 50% do nosso capital social, tal acionista poderá continuar a ser capaz de influenciar fortemente ou exercer o poder de controle sobre nossas decisões.

### c) a seus acionistas

***A relativa volatilidade e iliquidez do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a possibilidade de nossos acionistas de vender nossas ações ordinárias pelo preço e no momento apropriado nossos acionistas.***

Investir em valores mobiliários de emissores brasileiros no Brasil, como nossas ações ordinárias, frequentemente envolve certos riscos políticos e econômicos, tais como, entre outros:

- alterações no ambiente regulatório, tributário, econômico e político que pode afetar as possibilidades de nossos acionistas, no todo ou em parte, de receber proveitos em conexão com seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e na repatriação do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados de capitais estrangeiros, tais como nos Estados Unidos. Em 31 de março de 2011, a capitalização de mercado agregada de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA representava aproximadamente R\$ 2,5 trilhões, enquanto as dez maiores companhias listadas na BM&FBOVESPA representavam 49,3% dessa capitalização de mercado agregada, demonstrando significativa concentração. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a possibilidade de nossos acionistas de vender nossas ações ordinárias a um preço e em tempo apropriados e, conseqüentemente, pode impactar negativamente o preço de nossas ações ordinárias.

***As ações ordinárias de nossa emissão nunca foram negociadas em bolsa de valores, e, portanto, um mercado ativo para as ações ordinárias de nossa emissão pode não se desenvolver e a cotação das ações ordinárias de nossa emissão pode ser adversamente afetada em seguida à Oferta.***

Antes da Oferta, as ações ordinárias de nossa emissão não eram negociadas em bolsa de valores. Ademais, um mercado ativo e líquido de negociação pode não se desenvolver ou, se for desenvolvido, pode não conseguir se manter. O mercado de valores mobiliários no Brasil é significativamente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados internacionais de valores mobiliários, como aquele dos Estados Unidos. As dez maiores ações em termos de volume de negociação responderam por aproximadamente 48,8% de todas as ações negociadas na BM&FBOVESPA no ano de 2010. Tais características de mercado podem limitar de forma significativa a capacidade dos nossos acionistas de vender ações ordinárias de nossa emissão de que sejam titulares pelo preço e no momento em que desejarem, o que pode afetar de forma significativa o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de nossa emissão pode ser negativamente impactado.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

***A venda de um número significativo de ações de nossa emissão após a Oferta poderá afetar de forma negativa as cotações das ações ordinárias de nossa emissão.***

Exceto pelas ações ordinárias de nossa emissão ofertadas no âmbito da Oferta, durante o prazo de 180 dias contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta, nós, os acionistas controladores, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos coordenadores da Oferta e dos agentes de colocação internacional da Oferta, e observadas determinadas outras exceções, estaremos obrigados a, com relação a quaisquer ações ordinárias de nossa emissão ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de nossa emissão, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos ou exigir ou exercer qualquer direito com relação ao registro nos termos do *Securities Act* de 1993, dos Estados Unidos, e alterações posteriores, ou da legislação brasileira. Adicionalmente, exceto pelas Ações no âmbito da Oferta, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos seis meses subsequentes à data de publicação do anúncio de início da Oferta, os acionistas controladores, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de nossa emissão ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, os acionistas controladores, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações ordinárias de nossa emissão e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta. Após o término dos prazos de restrição de negociação de ações ordinárias de nossa emissão descritos acima, tais ações ordinárias de nossa emissão estarão disponíveis para emissão ou venda, conforme o caso. A emissão ou a venda ou a percepção da possibilidade de emissão ou de venda de volume substancial de ações ordinárias de nossa emissão poderão prejudicar o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão.

***Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.***

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas antigos, incluindo os investidores nas ações ordinárias de nossa emissão, o que poderá resultar na diluição da participação do referido investidor nas ações ordinárias de nossa emissão.

***Nossos acionistas poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.***

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós pretendemos ser após a concessão do registro pela CVM, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira.

### **d) a suas controladas e coligadas**

Os riscos relacionados às nossas controladas são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades. Na data deste Formulário de Referência, não existiam sociedades coligadas à nossa Companhia.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### e) a seus fornecedores

***Se formos incapazes de manter um bom relacionamento com nossos fornecedores ou se suas operações forem interrompidas, nossos negócios podem sofrer um impacto adverso relevante.***

Não celebramos contratos de longo prazo com nossos fornecedores. Os componentes de nossos relógios são comprados de nossos fornecedores na China e no Japão por meio de pedidos individuais. Até a data deste Formulário de Referência, mantivemos sólidas relações comerciais de longo prazo com a maior parte de nossos fornecedores e esperamos continuar confiando na evolução desses relacionamentos. Contudo, não podemos garantir que seremos capazes de manter relacionamentos de longo prazo ou que nossos fornecedores atuais serão capazes de suprir nossa demanda no futuro, ou serão capazes de fazê-lo em termos satisfatórios para nós (incluindo condições de pagamento, controle de qualidade e pontualidade de entrega). Além disso, como não temos unidades fabris e dependemos desses fornecedores para produzir nossos produtos, poderemos não ser capazes de assegurar o fornecimento de componentes em períodos de crescimento econômico mundial e alta demanda ou os custos de nossos componentes poderão aumentar durante tais períodos.

Adicionalmente, caso as operações dos nossos fornecedores sejam significativamente afetadas ou interrompidas por qualquer razão (incluindo greves, recessões econômicas, desastres naturais e condições políticas adversas), nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante. Isso exigirá que nós providenciemos a fabricação e envio de produtos por meios alternativos, em termos que podem ser desfavoráveis para nós. Qualquer interrupção significativa em nosso relacionamento com nossos fornecedores ou em suas operações poderá ocasionar um efeito adverso relevante em nossa capacidade de produzir e distribuir nossos produtos, o que poderá afetar adversamente, de forma relevante, os nossos negócios, nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

***Dependemos de uma rede de fornecedores na China e no Japão para nos suprir com componentes para relógios, nos sujeitando a determinados riscos relacionados a controle de qualidade, recessões econômicas, condições políticas adversas e desastres naturais que afetem a região.***

Dependemos de uma rede de fornecedores localizados na China e no Japão para nos suprir com componentes para relógios, tais como equipamento de precisão, circuitos eletrônicos, grampos, caixas e pulseiras. Qualquer atraso na entrega de componentes ou desvio de nossos padrões de qualidade por nossos fornecedores poderá afetar nossa capacidade de atingir as expectativas de nossos Clientes, o que poderá causar um impacto adverso relevante em nossos negócios.

Adicionalmente, uma vez que uma parcela substancial de nossos componentes para relógios é montada ou fabricada na China e no Japão, nosso sucesso dependerá substancialmente das futuras condições econômicas e sociais desses países. Se as atividades das fábricas na China e no Japão forem interrompidas por qualquer razão, poderemos ter de providenciar a fabricação e envio de produtos por fontes alternativas, o que poderá envolver várias incertezas, incluindo custos de fabricação, adequação da capacidade de fabricação, controle de qualidade e tempo de entrega. Em 11 de março de 2011, um terremoto atingiu a costa nordeste do Japão, o que afetou as operações de manufatura de dois de nossos fornecedores, causando alterações em sua capacidade de produção e cronograma para entrega de componentes de relógios. Caso esses fornecedores fiquem impedidos de produzir por um período prolongado de tempo, poderemos ter que deixar de produzir alguns modelos de relógios ou obter produtos com outros fornecedores que poderão não ter a mesma qualidade ou o mesmo preço.

Também estamos sujeitos à regulação de comércio, o que nos expõe a riscos políticos e econômicos. Como resultado, nossa capacidade de vender nossos produtos a preços competitivos poderá ser afetada adversamente por qualquer dos seguintes aumentos em tarifas ou encargos, mudanças em tratados comerciais, embargos, greves ou atrasos em transporte aéreo ou marítimo e futura legislação em relação à precificação, comercialização e/ou tributação de produtos importados de países estrangeiros. Se nossos relacionamentos com fornecedores forem comprometidos como resultado de questões de controle de qualidade, recessões econômicas e condições políticas adversas, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer um efeito adverso relevante.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### f) a seus clientes.

***Qualquer problema em nosso relacionamento com nossa rede de Clientes poderá afetar nossos negócios e resultados operacionais.***

Nossos produtos são distribuídos e vendidos por meio de uma rede de mais de 7,7 mil Clientes Ativos e cerca de 12,2 mil pontos de venda. Não mantemos contratos de longo prazo com nossos Clientes e, portanto, não temos controle sobre suas decisões de compras. Qualquer estratégia comercial que seja vista de forma negativa por nossa base de Clientes, ou uma redução na aceitação de nossos produtos pelos Consumidores, poderá resultar em um efeito adverso relevante em nossas vendas e em nossa estratégia operacional. Adicionalmente, dada a natureza não exclusiva de nossos relacionamentos com nossa rede de Clientes, nossos Clientes poderão optar por comprar de nossos concorrentes, o que poderá reduzir nossa participação no mercado e afetar adversamente, de forma relevante, nossos negócios. Não podemos garantir que seremos capazes de manter bons relacionamentos com todos os nossos Clientes, o que poderá resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios e resultado operacional.

***Estamos expostos a riscos relacionados ao inadimplemento por nossos Clientes.***

Vendemos nossos produtos a prazo para nossos Clientes e uma porção substancial de nosso capital de giro decorre de recebíveis de nossos Clientes. Em média, costumamos receber o pagamento integral dentro de quatro meses contados da data da venda. Se Clientes responsáveis por um montante significativo de recebíveis se tornarem insolventes ou, de outra forma, se tornarem incapazes de pagar por produtos e serviços, ou de fazer pagamentos em tempo razoável, nossos negócios poderão sofrer um impacto adverso relevante. Fatores adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como níveis reduzidos de atividade econômica, depreciação do real, inflação, elevação da taxa de juros, e/ou aumento da taxa de desemprego poderão vir a aumentar inadimplementos por parte de nossos Clientes e afetar adversamente de forma relevante a cobrança destes recebíveis, o que poderá resultar em ciclos mais longos de pagamento, aumento nos custos de cobrança e inadimplementos superiores às expectativas da administração. Uma redução significativa em nossa habilidade de cobrar os recebíveis poderá impactar o custo ou a disponibilidade de financiamento para nós, causando um efeito adverso relevante em nossos negócios, condições financeiras e resultados operacionais.

### g) aos setores da economia nos quais o emissor atue.

***Flutuações no preço, na disponibilidade e na qualidade de componentes de relógios poderão levar a atrasos e aumento de custos.***

Flutuações no preço, disponibilidade e qualidade dos componentes usados em nossos produtos poderão causar um efeito adverso relevante no custo de nossas vendas ou capacidade de atingir as demandas de nossos Clientes. O preço e a disponibilidade de tais componentes podem flutuar significativamente dependendo de vários fatores, incluindo recursos naturais, aumento no custo de transporte e condições climáticas. No futuro, poderemos não ser capazes de repassar, no todo ou em parte, esses custos elevados para os nossos Clientes e nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira poderão ser adversamente afetados de forma relevante.

Adicionalmente, o aumento nos custos de mão-de-obra nos países onde nossos fornecedores estão localizados, particularmente na China que é considerado um país com custos de fabricação relativamente baixos, poderá afetar adversamente, de forma relevante, o preço de nossos componentes de relógios e, em última análise, o preço de nossos produtos. De forma semelhante, o aumento do custo de mão-de-obra na Zona Franca de Manaus, onde nossa planta de montagem e distribuição está localizada, poderá afetar o preço final de nossos relógios e, se não conseguíssemos repassar, no todo ou em parte, esses custos elevados aos nossos Clientes, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer um impacto adverso relevante.

***Os efeitos de ciclos econômicos e das condições da indústria de varejo poderão afetar adversamente nossos negócios.***

Nosso negócio é sujeito a ciclos econômicos e às condições da indústria de varejo. Compras de acessórios de moda, como nossos relógios, tendem a cair durante períodos de recessão, quando o capital disponível está baixo e Consumidores hesitam em usar o crédito disponível. Qualquer redução significativa nas condições econômicas gerais ou incertezas relacionadas às previsões econômicas futuras que afetem os hábitos de consumo poderão ter um efeito adverso relevante na compra nossos produtos.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### ***Dependemos do sistema de transporte aéreo e de transportadoras terceirizadas na Cidade de Manaus, onde nossa planta de montagem e distribuição está localizada.***

Enviamos nossos produtos a nossos Clientes a partir da nossa planta de montagem e distribuição localizada na Cidade de Manaus pelo correio ou por meio de três transportadoras privadas terceirizadas. Adicionalmente, também dependemos do transporte aéreo fornecido por empresas terceirizadas para receber os componentes importados da Ásia para a montagem de nossos relógios, que são normalmente enviados pela via aérea para o Aeroporto Internacional de Manaus. Qualquer interrupção significativa nas atividades de transportes da Cidade de Manaus devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, indisponibilidade de aviões ou pistas de pouso, greves de oficiais alfandegários e funcionários aeroportuários, ou outras causas imprevistas, poderá atrasar ou reduzir a nossa capacidade de: (i) receber componentes importados para a montagem de nossos relógios; e (ii) distribuir nossos produtos para nossos Clientes, o que poderá causar um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais e condição financeira.

Adicionalmente, nossos produtos são enviados por meio de transportadoras terceirizadas. Se uma greve ou outro evento impedir ou interromper o transporte de nossos produtos por essas transportadoras, outras transportadoras poderão não estar disponíveis ou poderão não ter a capacidade de entregar em tempo hábil nossos produtos a nossos Consumidores, ou os componentes importados para a montagem de nossos relógios à nossa planta de montagem e distribuição. Se a qualquer momento empresas terceirizadas adequadas para o transporte de nossos produtos estiverem indisponíveis, nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

### ***Poderemos enfrentar aumento de concorrência se alterações na legislação brasileira relativa à tributação e precificação a tornarem mais favorável a bens importados.***

Na data deste Formulário de Referência, temos aproximadamente quatro grandes concorrentes regionais e nacionais na indústria de relógios brasileira. Não enfrentamos atualmente concorrência direta relevante de relógios importados, devido à atual legislação brasileira que impõe uma quantia significativa de tributos a bens importados, aumentando drasticamente os preços de relógios importados e, assim, colocando esses produtos importados em uma faixa de preço diversa daquela adotada em nosso portfólio. Se a legislação aplicável em relação a preços, encargos, tarifas ou tributos se tornar mais favorável a produtos importados, enfrentaremos aumento da concorrência de fabricantes estrangeiros, importadores e distribuidores. Não temos controle sobre, nem podemos prever, quaisquer medidas ou políticas que o Governo Federal do Brasil adotará no futuro. Se não formos capazes de competir com um maior ingresso de relógios e acessórios importados, nossa participação no mercado, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

### ***Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os nossos resultados operacionais e os resultados operacionais de nossos Clientes.***

O Governo Federal do Brasil regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária incidente sobre determinados setores econômicos. Essas alterações incluem modificações na alíquota dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão nos sujeitar a novos recolhimentos não previstos inicialmente, o que poderá afetar negativamente o nosso resultado operacional. Da mesma forma, essas medidas poderão afetar adversamente os negócios e a situação financeira de nossos Clientes, o que poderá ter um impacto adverso relevante em nossos resultados operacionais.

### ***Nosso setor é sensível a recessões econômicas no Brasil.***

Historicamente, nosso setor está exposto a recessões econômicas que reduziram o poder de compra dos consumidores no Brasil. A venda de acessórios de moda, como nossos relógios, tende a ser reduzida durante recessões econômicas e o sucesso de operações no setor depende, entre outros fatores, da renda dos consumidores, da disponibilidade de crédito ao consumidor, taxas de juros, inflação, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Dessa forma, condições desfavoráveis na economia brasileira poderão reduzir consideravelmente a capacidade de gasto dos Consumidores e sua renda disponível, o que poderá impactar adversamente nossas vendas, resultados operacionais e condição financeira.



## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### ***Nossos resultados operacionais poderão ser afetados por sazonalidade na venda de relógios e acessórios.***

Nosso setor é naturalmente sazonal e uma parte significativa de nossa receita operacional líquida é gerada perto de datas comemorativas como Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais e Natal. Planejamos e aumentamos nossos estoques para suprir a demanda por nossos produtos, aumentada durante esses períodos, e qualquer redução imprevista na demanda ou estimativa equivocada de demanda pode gerar excesso de estoque ou, em sentido oposto, estoque insuficiente. Nesses casos, poderemos ser obrigados a vender nosso excesso de estoque a preços significativamente mais baixos do que os esperados inicialmente ou poderemos sofrer os impactos de vendas reduzidas e diminuição da participação no mercado. Adicionalmente, se os produtos lançados nesses períodos não forem adequados às preferências de nossos Clientes e de nossos Consumidores, reduzindo as vendas esperadas para esses períodos, nossos resultados operacionais poderão ser afetados adversamente de maneira relevante. Ainda, em razão dos ciclos sazonais de nossos negócios e de outros determinados fatores, incluindo o tempo de introdução de novos produtos, o tempo de entrega dos pedidos de nossos Clientes e a demanda de compras por nosso portfólio de produtos, nossos resultados trimestrais de operações flutuaram no passado e podem continuar a flutuar.

### ***Nosso negócio está sujeito a riscos de câmbio.***

Adquirimos uma parte significativa de nosso estoque de fornecedores estrangeiros cujos custos são afetados pela flutuação de suas moedas locais em relação ao Dólar ou que precificam seus produtos em moedas diferentes do Dólar, como é o caso dos fornecedores na China e no Japão, cujos componentes de relógios são afetados por alterações no preço do iuan chinês e do iene japonês, respectivamente. Dessa forma, uma valorização do Dólar ou da moeda local de nossos fornecedores, ou a desvalorização do real, poderá aumentar o custo de nossos bens vendidos e, se não formos capazes de repassar tais incrementos de custo para os nossos Clientes, poderemos sofrer uma redução em nossas margens brutas e, em última análise, em nossa lucratividade.

Reduzimos nossa exposição ao risco cambial do Dólar por meio de contratos de *hedge*. Na hipótese de essa exposição não se compensar, temos a possibilidade, nos termos dos nossos contratos de *hedge*, de utilizar contratos futuros de câmbio e compramos opções de moeda estrangeira para mitigar o risco de câmbio. Se não formos capazes de repassar aumentos de custos relacionados à flutuação do câmbio para nossos Clientes e/ou se nossos contratos de *hedge* forem mal-sucedidos em minimizar o risco ou forem considerados ineficazes, qualquer flutuação na taxa de câmbio do dólar poderá afetar adversamente, de maneira relevante, nossos resultados operacionais.

### ***O mercado para nossos produtos é competitivo e, se não conseguirmos competir com eficiência, nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante.***

O mercado para nossos produtos é competitivo. A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias, novos concorrentes, publicidade, preços e descontos, qualidade, experiência de compra, reputação, capacidade de antecipar as preferências dos consumidores, disponibilidade de crédito ao consumidor, e pela qualidade e eficiência dos serviços de venda e pós-venda, entre outros fatores. Devido a diversas razões que estão fora de nosso controle, nossos concorrentes poderão estar em uma posição mais favorável para responder rapidamente a oportunidades de mercado, tecnologias novas ou emergentes e mudanças nas preferências dos consumidores. Não podemos garantir que seremos capazes de manter ou aumentar nossa participação de mercado em razão da ocorrência desses ou de outros fatores de concorrência. A incapacidade de manter e aumentar nossa posição competitiva poderá afetar de forma relevante nossos negócios e perspectivas.

### ***h) a regulação dos setores em que o emissor atue***

#### ***A suspensão, cancelamento ou redução dos incentivos fiscais dos quais nos beneficiamos atualmente na área de atuação da SUDAM e na Zona Franca de Manaus poderá ocasionar um impacto adverso relevante nos nossos negócios e resultados operacionais.***

Nossa planta de montagem e distribuição está localizada na área de atuação da SUDAM e na Zona Franca de Manaus, Estado do Amazonas, onde determinados incentivos fiscais são concedidos pelos Governos Federal e Estadual. Os benefícios concedidos pelo Governo Federal do Brasil são para projetos novos ou existentes aprovados até 31 de dezembro de 2013 que, uma vez obtidos, permanecerão válidos por 10 anos, até 2023. Os benefícios concedidos pelo Governo Estadual, por sua vez, têm prazos que variam de 2011 até 2023. Para maiores detalhes sobre esses benefícios fiscais, veja item 10.1.(h) da seção "10. Comentários dos Diretores" deste Formulário de Referência.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Para a qualificação e manutenção dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal do Brasil relativos à SUDAM, temos que: (i) cumprir com determinados requisitos, incluindo as leis trabalhistas, previdenciárias e ambientais; (ii) realizar o arquivamento anual de determinadas informações exigidas junto às autoridades regulatórias competentes; (iii) aplicar o valor da redução em atividades diretamente ligadas à produção ou operação da empresa beneficiária, na área de atuação da SUDAM, sem distribuição aos acionistas; (iv) comprovar anualmente a ausência de débitos fiscais e de débitos relacionados às contribuições sociais, bem como a constituição de nossas reservas de capital e o uso de tais reservas; e (v) reportar às autoridades regulatórias quaisquer ações judiciais iniciadas por terceiros (incluindo o Ministério Público Federal). Não podemos garantir que manteremos, ou nos qualificaremos, para esses benefícios fiscais no futuro, até a data de seu término nos termos da lei vigente, ou que seremos capazes de renovar ou substituir tais benefícios no futuro.

Para a qualificação e manutenção dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Estadual, temos que: (i) implantar o projeto técnico e de viabilidade econômica na forma aprovada pelo CODAM; (ii) manter programas de benefícios sociais para os nossos empregados, especialmente, nas áreas de alimentação, saúde, lazer, educação, transporte e creche a preços subsidiados, de acordo com determinados parâmetros; (iii) desenvolver programas de regionalização e de desenvolvimento tecnológico, nos termos e condições estabelecidas em Resolução da SEPLAN; (iv) manter programas de gestão de qualidade, meio ambiente e de segurança e saúde ocupacional; (v) manter no estabelecimento, e local visível ao público, placa alusiva aos incentivos, de acordo com modelo e especificações aprovados pela SEPLAN; (vi) reservar parcela da produção de bens de consumo final para atender a demanda local; (vii) assegurar, em condições semelhantes de competitividade, quanto a preços, preferência à aquisição de produtos intermediários, partes e peças, produtos secundários e materiais de embalagens, fabricados em território amazonense, preferencialmente no interior do Estado; (viii) utilizar, em condições semelhantes de competitividade, infra-estrutura local de serviços, tais como: publicidade, consultoria, construção civil, contabilidade, gráficos, segurança, fechamento de contrato de câmbio, aquisição de passagens aéreas e locação de veículos; (ix) manter a administração no Estado, inclusive um diretor-residente; (x) recolher o FGTS e contribuições sociais e previdenciárias no Estado do Amazonas; (xi) manter menores e deficientes físicos em seu quadro funcional; (xii) recolher o ICMS apurado, relativo à saída do produto incentivado, no prazo regulamentar; e (xiii) recolher contribuição financeira, em caráter irrevogável e irretratável, durante todo o período de fruição dos incentivos, e informar o valor da contribuição no quadro de informações complementares da Declaração de Apuração Mensal – DAM. As penalidades pelo descumprimento das condições podem acarretar a perda dos incentivos, suspensão dos incentivos até a sua regularização, perda dos incentivos no período a que se referir à infração ou multa, de acordo com a condição descumprida. Não podemos garantir que manteremos, ou nos qualificaremos, para esses benefícios fiscais no futuro, até a data de seu término nos termos da lei vigente, ou que seremos capazes de renovar ou substituir tais benefícios no futuro.

Em relação aos benefícios estaduais, vale mencionar que, em tese, os Estados não possuem a prerrogativa de conceder incentivos de ICMS de forma unilateral, a menos que todos os outros entes federativos concordem com tal concessão, mediante aprovação do CONFAZ. Nesse sentido, do ponto de vista jurídico, incentivos fiscais concedidos sem a autorização do CONFAZ (tal como os benefícios concedidos pelo Estado do Amazonas) podem ter a sua constitucionalidade questionada. Ainda sobre o assunto, o Superior Tribunal Federal reconheceu a legitimidade do Ministério Público para ingressar com ações civis públicas visando à declaração de inconstitucionalidade de benefícios fiscais unilateralmente concedidos pelos Estados.

Adicionalmente, há o risco de que alterações legislativas ou decisões judiciais possam proibir, interromper, limitar ou modificar o uso dos incentivos fiscais existentes na data deste Formulário de Referência. Qualquer suspensão, vencimento antecipado, limitação, ressarcimento ou impossibilidade de renovar tais benefícios fiscais poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais. Se perdermos nossos benefícios e incentivos fiscais ou se formos incapazes de cumprir exigências futuras, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira sofrerão um impacto adverso relevante.

### **i) aos países estrangeiros onde o emissor atue.**

Nossa operação em países estrangeiros não nos expõe a riscos que não tenham sido especificados neste item 4.1.

## **4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco**

Atualmente, não temos expectativas sobre o aumento ou redução da exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Atualmente, somos parte em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível, fiscal e previdenciária, sendo que, em 31 de março de 2011, o montante de R\$33,7 milhões encontrava-se provisionado, valor este que nossa Administração entende ser suficiente. O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que, exceto para os processos tributários, somente são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda "provável". Abaixo, são apresentados os processos judiciais e administrativos de maior relevância em que somos parte.

#### **Processos Cíveis**

Em 31 de março de 2011, éramos réus em 32 ações cíveis, que perfaziam uma contingência passiva de, aproximadamente, R\$0,3 milhão, excluída a demanda ajuizada por Alexandre Goettems, abaixo descrita, cujo valor envolvido pende de liquidação, e éramos autores de 21 processos, que perfaziam um total de R\$2,5 milhões. Com base na opinião dos consultores jurídicos, constituímos provisão somente para as ações classificadas como perdas prováveis, razão pela qual não constituímos provisão para os processos cíveis.

Dentre os processos cíveis dos quais somos parte, merecem destaque os seguintes:

#### **Processo nº 0253821-95.2010.8.04.0001**

<b>Juízo:</b>	1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus
<b>Instância:</b>	1ª Instância
<b>Data de instauração:</b>	03/11/2010
<b>Partes no processo:</b>	Autora: TASA Ré: Magnum Indústria da Amazônia S.A.
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos:</b>	Trata-se de ação ordinária cumulada com pedido liminar de tutela antecipada, ajuizada pela Autora para resguardar seu direito de lançamento e de livre exploração da linha de relógios troca-pulseiras da marca "Mariner". Tal medida consiste em resposta à Ré que tentou impedir, por meio de notificação extrajudicial, a divulgação e comercialização do referido produto sob o argumento de deter exclusividade sobre o conceito de relógios troca-pulseiras. A Autora requer que seja declarado que o uso da atual forma de apresentação da linha de negócios da marca "Mariner" não infringe quaisquer direitos da Ré.
<b>Principais fatos:</b>	Em 5 de novembro de 2010, foi deferida a liminar determinando que a Ré se abstenha de impedir o lançamento e a livre exploração da linha de relógios troca-pulseiras da marca "Mariner" por parte da Autora, até a decisão final da ação, sob o argumento de que a apresentação dos produtos comercializados pelas partes ao mercado e as respectivas embalagens são incapazes de causar confusão nos consumidores.  A Ré recorreu da decisão a fim de reformá-la, pleiteando liminarmente a suspensão dos seus efeitos. Em 9 de fevereiro de 2011 o Relator do recurso negou o efeito suspensivo pleiteado. Atualmente, aguarda-se análise do mérito e o consequente julgamento do referido recurso pela Terceira Câmara Cível Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Em primeira instância, a Autora apresentou, em 1 de abril de 2011, réplica à contestação da Ré.
<b>Chance de perda:</b>	Remota.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo:</b>	Em caso de perda, a nossa comercialização dos relógios troca-pulseiras poderá vir a ser discutida judicialmente.
<b>Valor provisionado, se houver:</b>	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico remoto de perda.

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

#### Processo nº 2007.001.110384-2

---

<b>Juízo:</b>	11ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro/RJ
<b>Instância:</b>	1ª Instância
<b>Data de instauração:</b>	18/12/2006
<b>Partes no processo:</b>	Autores: Alexandre Goettems e Felipe Goettems  Ré: TERESA
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos:</b>	Ação indenizatória movida por Alexandre Goettems e Felipe Goettems em face da TERESA, com o objeto de cobrança de 5% do faturamento da Ré relacionado à venda de relógios sob a marca "Mormaii", a título de contra-prestação pelos serviços prestados de intermediação de negócios.
<b>Principais fatos:</b>	Em 10 de novembro de 2009, foi publicada sentença julgando improcedente os pedidos dos autores. Os autores interpuseram recurso de apelação em face da sentença e em 1 de julho de 2010 foi negado provimento ao recurso. Em 6 de julho de 2010 foi negado provimento ao agravo regimental interposto pelos autores. Os autores embargaram de declaração e em 31 de agosto de 2010 os embargos foram rejeitados por unanimidade.  O recurso especial interposto pelos autores não foi admitido e atualmente aguarda-se decisão do Superior Tribunal de Justiça acerca do agravo de instrumento interposto pelos Réus.
<b>Chance de perda:</b>	Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo:</b>	Em caso de perda, poderemos ser obrigados a pagar 5% do faturamento advindo da venda dos produtos sob a marca "Mormaii" aos autores, o que poderá causar um efeito material adverso sobre a rentabilidade dessa marca e, portanto, sobre nosso resultado operacional.
<b>Valor provisionado, se houver:</b>	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico remoto de perda.

#### ***Processos Trabalhistas***

Em 31 de março de 2011, éramos réus em 14 ações trabalhistas, que perfaziam um valor total de, aproximadamente, R\$2,7 milhões. Com base na opinião dos consultores jurídicos, constituímos provisão somente para as ações classificadas como perdas prováveis, no montante de, aproximadamente, R\$0,5 milhão. Na data deste Formulário de Referência, não somos parte em nenhum processo trabalhista que consideramos relevante.

#### ***Processos Tributários***

Em 31 de março de 2011, éramos réus em 50 processos judiciais e administrativos envolvendo aspectos tributários, que perfaziam um valor total de, aproximadamente, R\$92,4 milhões. Com base na opinião dos consultores jurídicos, constituímos provisão que entendemos ser suficiente, no montante de, aproximadamente, R\$33,2 milhões.

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Dentre os processos tributários dos quais somos parte, merecem destaque os seguintes:

#### Processo nº 15552020

<b>Juízo:</b>	Consultoria Tributária da Secretaria de Fazenda do Amazonas
<b>Instância:</b>	1ª Instância
<b>Data de instauração:</b>	16/05/2002
<b>Partes no processo:</b>	Autor: Secretaria Estadual de Fazenda do Amazonas Ré: TASA
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos:</b>	R\$5.259.046,56
<b>Principais fatos:</b>	Trata-se de impugnação administrativa, apresentada pela TASA, contra auto de infração lavrado sob a alegação de que a sociedade teria deixado de recolher o ICMS, no período de 1996, haja vista suposta saída de insumo industrial, sem o respectivo documento fiscal (diferença entre a quantidade de produtos constantes do inventário de estoque e planilhas elaboradas pelos fiscais (mapas demonstrativos)).
<b>Chance de perda:</b>	Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo:</b>	Em caso de perda, o impacto não causará efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre nossos negócios.
<b>Valor provisionado, se houver:</b>	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico remoto de perda.

#### Processo nº 15552021

<b>Juízo:</b>	Consultoria Tributária da Secretaria de Fazenda do Amazonas
<b>Instância:</b>	1ª Instância
<b>Data de instauração:</b>	16/05/2002
<b>Partes no processo:</b>	Autor: Secretaria Estadual de Fazenda do Amazonas Ré: TASA
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos:</b>	R\$5.010.980,04
<b>Principais fatos:</b>	Trata-se de impugnação administrativa referente à incidência de ICMS sobre a saída de insumo industrial sem documentação fiscal, no período de 1998 haja vista suposta saída de insumo industrial, sem o respectivo documento fiscal (diferença entre a quantidade de produtos constantes do inventário de estoque e planilhas elaboradas pelos fiscais (mapas demonstrativos)).
<b>Chance de perda:</b>	Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo:</b>	Em caso de perda, o impacto não causará efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre nossos negócios.
<b>Valor provisionado, se houver:</b>	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico remoto de perda.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes****Processo nº 15558022**

---

<b>Juízo:</b>	Consultoria Tributária da Secretaria de Fazenda do Amazonas
<b>Instância:</b>	1ª Instância
<b>Data de instauração:</b>	16/05/2002
<b>Partes no processo:</b>	Autor: Secretaria Estadual de Fazenda do Amazonas Ré: TASA
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos:</b>	R\$2.603.371,11
<b>Principais fatos:</b>	Trata-se de impugnação administrativa, apresentada pela TASA, contra auto de infração lavrado sob a alegação de que a sociedade teria deixado de recolher o ICMS, no período de 1996 haja vista a suposta saída de insumo industrial, sem o respectivo documento fiscal (diante de diferença entre a quantidade de produtos constantes do inventário de estoque e planilhas elaboradas pelos fiscais (mapas demonstrativos)).
<b>Chance de perda:</b>	Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo:</b>	Em caso de perda, o impacto não causará efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre nossos negócios.
<b>Valor provisionado, se houver:</b>	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico remoto de perda.

**Processo nº 10283721301200861**

---

<b>Juízo:</b>	Secretaria da Receita Federal do Brasil
<b>Instância:</b>	1ª Instância
<b>Data de instauração:</b>	23/12/2008
<b>Partes no processo:</b>	Autor: Receita Federal Ré: TASA
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos:</b>	R\$9.949.394,85
<b>Principais fatos:</b>	Trata-se de auto de infração em relação a IRPJ e CSLL do ano-base de 2003, relativos a bens adquiridos no exterior de pessoa jurídica domiciliada em país com tributação favorecida, consoante regras de preço de transferência.
<b>Chance de perda:</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo:</b>	Em caso de perda, o impacto não causará efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre nossos negócios.
<b>Valor provisionado, se houver:</b>	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico possível de perda.

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

**Processo nº 10283.720062/2006-60**

---

<b>Juízo:</b>	Secretaria da Receita Federal do Brasil
<b>Instância:</b>	Débito quitado por meio parcelamento instituído pela Lei nº 11.941
<b>Data de instauração:</b>	02/08/2006
<b>Partes no processo:</b>	Autor: Receita Federal Ré: TASA
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos:</b>	R\$10.696.988,72
<b>Principais fatos:</b>	Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal, relativa à redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica calculado sobre o lucro da exploração nos períodos de 2001 e 2003. Em novembro de 2009, o processo foi incluído no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941, tendo sido o montante relativo ao processo quitado à vista. Após a quitação, recebemos uma intimação da Receita Federal cobrando supostas diferenças não recolhidas. Foi protocolado um pedido de revisão dos valores, pendente de manifestação por parte da Receita Federal.
<b>Chance de perda:</b>	Não aplicável
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo:</b>	Em caso de perda, o impacto não causará efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre nossos negócios.
<b>Valor provisionado, se houver:</b>	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista que os valores já foram quitados.

**Outros processos judiciais, administrativos ou arbitrais**

Na data deste Formulário de Referência, não somos parte em nenhum outro processo judicial, administrativo ou arbitral individualmente relevante que não tenha sido mencionado acima.



#### **4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Na data deste Formulário de Referência, não há nenhum procedimento judicial, administrativo ou arbitral em que somos parte e em que a parte contrária seja nosso Administrador ou ex-Administrador, controlador ou ex-controlador ou investidor de alguma das sociedades pertencentes ao nosso grupo econômico.

#### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, não há nenhum processo sigiloso relevante que nós ou nossas controladas sejamos parte e que não tenha sido divulgado nos itens 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

#### **4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Na data deste Formulário de Referência, não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que nós ou nossas controladas sejamos parte.

#### **4.7 - Outras contingências relevantes**

A Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente do Rio de Janeiro nos intimou em 2010, mediante o registro de ocorrência nº 588/1919/2010, com o objetivo de apurar as circunstâncias em que as nossas atividades industriais estariam sendo desenvolvidas, uma vez que não possuíamos licença ambiental de operação para a atividade de galvanoplastia desenvolvida à época em nossa sede na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. A atividade de galvanoplastia, quando desempenhada em nossa sede, demandava baixo volume de produtos químicos e não gerava resíduos sólidos ou efluentes líquidos, apenas subprodutos que eram vendidos para empresas responsáveis pelo seu tratamento. Por essa razão, acreditamos que a atividade não gerou qualquer dano ambiental. Atualmente, nossas atividades de galvanoplastia são desenvolvidas por terceiros, em seus respectivos estabelecimentos.

Representantes de nossa administração foram ouvidos pelas autoridades policiais e, em 13 de abril de 2011, foi instaurado o Inquérito Policial nº 055/1919/2011 para investigar o caso. Após as investigações, caso não seja verificada a existência de crime ambiental, o referido inquérito policial poderá ser arquivado. Caso a nossa conduta seja reconhecida como crime nos termos da Lei dos Crimes Ambientais, pode-se dar início a um processo criminal contra nós e/ou nossos Administradores.

A questão não envolve, a princípio, valores financeiros, de modo que, com base na opinião dos nossos consultores jurídicos externos, não verificamos, neste momento, risco de perdas patrimoniais.

#### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

Não aplicável, uma vez que não somos emissor estrangeiro.

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que atualmente podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins da seção “4. Fatores de Risco” e desta seção “5. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de nossas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas na seção “4. Fatores de Risco” e nesta seção “5. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Ademais, não obstante a subdivisão da seção “4. Fatores de Risco” e desta seção “5. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da seção “4. Fatores de Risco” e desta seção “5. Riscos de Mercado”.

***O Governo Federal do Brasil exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão nos afetar adversamente.***

O Governo Federal do Brasil poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram no aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal do Brasil poderá adotar no futuro, e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- instabilidades social e política;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações nos regimes fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

- política fiscal; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A legislação brasileira impõe um imposto federal em operações de crédito, câmbio, seguros ou relativas a títulos e valores mobiliários (Imposto sobre Operações Financeiras – “IOF”). Em especial, o IOF aplicável em operações de câmbio (“IOF/Câmbio”) incide em conversões de moeda estrangeira para reais e em conversões de reais em moeda estrangeira e a sua alíquota pode ser alterada a qualquer momento por decreto presidencial, até o limite legal de 25%, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Nesse sentido, o IOF/Câmbio é utilizado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a entrada e saída de capital estrangeiro no Brasil. Dessa forma, incide o IOF/Câmbio na conversão de moeda estrangeira em reais, para fins da realização de investimentos, por investidores estrangeiros, em valores mobiliários em bolsa (como a BM&FBOVESPA, em que nossas ações serão negociadas) ou mercados de balcão organizado, assim como em fundos de investimento privados, notas do tesouro brasileiro ou outros valores mobiliários de renda fixa.

Como exemplo, o Governo Federal do Brasil recentemente aumentou a alíquota do IOF/Câmbio incidente em: (i) investimentos estrangeiros no mercado financeiro e capitais brasileiro, de 0% para 6%; e (ii) empréstimos estrangeiros com prazo inferior a 720 dias, de 0% para 6%. Tais medidas representaram uma tentativa de restringir o ingresso de capital estrangeiro no Brasil. As operações de câmbio relacionadas à saída de capital estrangeiro do Brasil estão sujeitas à alíquota de 0,38%.

***As altas da taxa de inflação e os esforços do Governo Federal do Brasil de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá nos afetar adversamente.***

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal do Brasil no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, os índices de inflação anuais foram de 9,81%, -1,72% e 11,32%, em 2008, 2009 e 2010, respectivamente, de acordo com o IGP-M, e de 5,90%, 4,31% e 5,91%, em 2008, 2009 e 2010, respectivamente, de acordo com o IPCA.

A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal do Brasil, acompanhadas de altas taxas de juros, que poderão afetar a economia com um todo, inclusive o nosso setor de atuação e a situação econômico-financeira de nossos Clientes. Uma política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal do Brasil poderá resultar em redução do nível de atividade econômica e de poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando consequências negativas para os nossos negócios. Tais alterações poderão influenciar, principalmente, na compra de matérias-primas.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos capazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos por meio do repasse do aumento desses custos para os preços cobrados de nossos Clientes em valores suficientes e em prazo hábil para cobrir um eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas margens líquidas e operacionais. Ademais, dívidas ou outras obrigações de nossa Companhia reajustadas pela inflação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter um efeito adverso em nossos resultados, já que poderemos ser incapazes de repassar todo esse ou parte desse acréscimo aos nossos Clientes.

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

### ***A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.***

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e a outras moedas fortes, ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal do Brasil implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real se valorizou 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao dólar, em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o real se desvalorizou 24,2% frente ao dólar, tendo fechado em R\$2,34 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2008. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, observou-se a valorização de 33,8% da moeda brasileira frente à norte-americana. Em 31 de dezembro 2009, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R\$1,74 por US\$1,00. Em 31 de dezembro 2010, de R\$1,67 por US\$1,00. Não se pode garantir que o real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar novamente.

As depreciações do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, o que poderá prejudicar a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. A valorização excessiva do real frente ao dólar poderá afetar adversamente as exportações e promover um incentivo à entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente nossos negócios em razão do aumento da concorrência gerado pelos produtos importados. Finalmente, preços de determinados componentes utilizados na montagem de nossos relógios são atrelados ao dólar e, conseqüentemente, estão sujeitos à variação cambial.

### ***Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, poderão prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.***

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica atual do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países poderão reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises no Brasil ou em outros países emergentes poderão restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que poderá prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.



## 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e resultados de nossas operações. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, por meio do acompanhamento dos nossos principais indicadores de desempenho econômico e evoluções na regulação setorial. Acreditamos possuir conhecimento das principais partes envolvidas no nosso mercado de atuação, incluindo fornecedores, Clientes e entidades governamentais, o que nos permite proteger e maximizar o desempenho de nossas atividades. Adicionalmente, adotamos foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Não contratamos, atualmente, instrumentos financeiros para mitigar riscos dos juros.

### a) riscos para os quais se busca proteção

Buscamos proteção contra: (i) riscos relacionados a crédito; e (ii) riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio.

### b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

#### ***Riscos Relacionados a Crédito***

Para nos protegermos de riscos relacionados a crédito efetuamos a análise de crédito com base, principalmente, no histórico de pagamentos de cada Cliente. Estabelecemos limites de crédito de forma individual, levando em consideração a capacidade financeira de cada Cliente, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os Clientes novos, recorremos à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

Contamos com um sistema de análise automática de crédito utilizado para os Clientes adimplentes, sendo que Clientes que já figuraram como inadimplentes são analisados manualmente e de forma individual até que o histórico de crédito seja restabelecido. Buscamos também pulverizar nosso risco, de forma que nenhum Cliente individual responda por uma parcela significativa das nossas contas a receber.

Em 31 de março de 2011, possuíamos R\$95,2 milhões em contas a receber líquidas, sendo que apenas R\$5,3 milhões encontravam-se vencidas e ainda não provisionadas, o que demonstra o sucesso de nossa estratégia. Esse valor não provisionado refere-se a uma série de Clientes que não têm histórico recente de inadimplência.

#### ***Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Câmbio***

Para nos protegermos das oscilações referentes à flutuação das taxas de câmbio, utilizamos dois tipos de instrumento: instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar e depósitos em dólar em nossa conta corrente nos Estados Unidos. Esses instrumentos são usados para mitigar o risco associado à flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data do embarque da mercadoria. Nossas importações são integralmente liquidadas no momento do embarque, antes da precificação dos produtos finais. Dessa forma, a exposição ao câmbio é reduzida, se restringindo a oscilações não antecipadas nesse período que podem resultar em margens menores, ou na necessidade de precificação em um patamar mais elevado, potencialmente comprometendo as vendas desse produto.

Em 31 de março de 2011, possuíamos R\$6,9 milhões (US\$4,2 milhões) em operações de *hedge*, e uma apreciação de 25% da taxa de câmbio do real frente ao dólar resultaria em uma despesa de R\$2,0 milhões na mesma data. Nessa mesma data, não possuíamos nenhum montante depositado na nossa conta corrente nos Estados Unidos.

Atualmente, não realizamos nenhuma operação de *hedge* para minimizar os riscos inerentes à flutuação das taxas de juros.

### c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

#### ***Riscos Relacionados a Crédito***

Não utilizamos instrumentos financeiros específicos para proteção contra riscos relacionados a crédito. Utilizamos nossa política de crédito, conforme especificada no item 5.2 (b) deste Formulário de Referência, tendo como principal base o próprio histórico financeiro interno, apoiado pela consulta de bases de dados de crédito externas.

## 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

### ***Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Câmbio***

Utilizamos dois tipos de instrumentos: instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar e depósitos em dólar em nossa conta corrente nos Estados Unidos.

O instrumento financeiro derivativo mais utilizado por nós é o *non-deliverable forward*. Trata-se de um tipo de contrato celebrado com uma instituição financeira no qual esta se compromete a vender e nós nos comprometemos a comprar um determinado montante com uma taxa de câmbio pré-definida. A liquidação do instrumento é sempre financeira, por meio do ajuste entre as taxas pré-definidas e as taxas vigentes no momento da liquidação.

Utilizamos, também, uma conta corrente que possuímos no exterior, em instituição de primeira linha. Mantemos recursos denominados em dólar aplicados nessa conta corrente, de forma a servir como uma proteção contra flutuações das taxas de câmbio.

#### **d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

##### ***Riscos Relacionados a Crédito***

Utilizamos como principal parâmetro para gerenciamento de riscos relacionados a crédito o risco financeiro ponderado pelo atraso de cada título. Com base nas taxas históricas de inadimplência, segregamos nossos créditos em atraso por faixas de atraso. Cada faixa corresponde a um risco, sendo que as faixas de menor atraso estão associadas a riscos menores, e, portanto, têm um índice de ponderação menor, e as faixas de maior atraso, a riscos maiores, fazendo jus a um índice de ponderação maior. Monitoramos esse risco agregado em relação ao crescimento de vendas, de forma a evitar que o crescimento do risco agregado seja maior do que o crescimento de vendas.

##### ***Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Câmbio***

Nosso histórico demonstra que temos no médio prazo a capacidade de repassar aumentos no custo de produtos decorrentes da valorização do dólar frente ao real. Sendo assim, utilizamos como parâmetro para o dimensionamento das nossas operações com derivativos as compras de componentes projetadas para os seis meses seguintes. Nosso objetivo é ter uma parte significativa dessas compras protegidas de oscilações das taxas de câmbio.

#### **e) se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

#### **f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos**

A administração de riscos é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando proporcionar o melhor equilíbrio entre liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Nas situações onde vislumbramos um *trade off* entre esses itens, buscamos geralmente privilegiar a segurança e a liquidez. Possuímos políticas tanto para a concessão de crédito quanto para a utilização de instrumentos de *hedge*. Estas políticas estabelecem os parâmetros dentro dos quais podemos operar. O responsável por estabelecer os referidos parâmetros é o nosso Diretor Financeiro, amplamente suportado por nosso *controller* e nosso Gerente Financeiro e com uma mecânica de divulgação mensal para nosso Conselho de Administração. No caso da política de crédito esses parâmetros incluem, entre outros, os critérios de aprovação de crédito, a concessão de limites, e as políticas de cobrança de montantes em atraso. No caso da política de *hedge* cambial, esses parâmetros incluem, entre outros, a definição do objetivo da política, as características dos instrumentos que devem ser utilizados, e a vedação a utilização de derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo.

A implementação dessas políticas fica a cargo de nossa Diretoria Financeira, nossa Controladoria e nossa Gerência Financeira. Em relação ao processo de concessão de crédito, a Gerência Financeira é responsável pela análise de todos os pedidos de compra que foram rejeitados pela análise automática, sendo responsabilidade da Controladoria aprovar eventuais exceções à política de crédito vigente e responsabilidade da Diretoria Financeira monitorar o desempenho da nossa carteira de crédito. No que tange o processo de contratação e liquidação de operações de *hedge*, a Controladoria realiza as cotações com as contrapartes e as contratações e liquidações dos instrumentos financeiros, sendo responsabilidade da Diretoria Financeira monitorar o desempenho dos nossos instrumentos de proteção e adesão a política vigente.

## **5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**

### **g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Nossa Administração monitora e avalia se as operações por nós efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas. Além disso, divulgamos mensalmente para nosso Conselho de Administração nossos índices de risco de crédito, em comparação tanto com o orçamento quanto com o histórico, e a posição em aberto de todos os instrumentos derivativos e depósitos no exterior, por data de vencimento, assim como um resumo de perdas ou ganhos incorridos nos meses passados do ano corrente.

### **5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado**

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado. Dentro desse mesmo período, buscamos o aprimoramento do nosso gerenciamento de riscos, com detalhe para a implementação de uma política por escrito de autorização de compras e pagamentos e de definição de alçadas de aprovação por cargo.

## **5.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	21/11/2007
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Constituída sob a forma de sociedade anônima.
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	Registro Sendo Requerido

### 6.3 - Breve histórico

Iniciamos nossas operações em 1956, como representantes da marca “Technos” no Brasil, criada originalmente pela família Gunzinger, em 1900, na Suíça, e registrada em 1924, por meio de uma de nossas controladas, já extinta, e crescemos significativamente durante as décadas de 50, 60 e 70.

Em 1982, nossa controlada, TASA inaugurou nossa planta de montagem e distribuição em Manaus e passou a montar nossos relógios no Brasil. Ao final da década de 80, já detinha a liderança do mercado nacional de relógios em termos de faturamento, posição que foi consolidada nos anos 90 e mantida até hoje. Em 2001, a nossa controlada, TASA comprou a marca “Technos” mundialmente e, a partir de 2002, passou a explorar marcas de terceiros, ao licenciar as marcas “Mormaii” e celebrar contrato de distribuição exclusiva de produtos identificados pela marca “Seiko”, que hoje contribuem significativamente para nossos resultados.

Em 2007, fomos constituídos como uma sociedade *holding* com o objeto social de deter participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 2008, nosso controle foi adquirido pelo GMT FIP que, por sua vez, tem entre seus cotistas um grupo de executivos da nossa Companhia, além de dois renomados gestores de recursos de terceiros (*asset managers*), o DLJ e a Dynamo. Essa operação contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento de uma estrutura de gestão e administração mais eficiente e meritocrática na nossa Companhia e em nossas subsidiárias.

Na mesma época do ingresso do GMT FIP em nosso capital social, adquirimos ações representativas do controle da TERESA, antiga controladora da TASA, por meio de nossa subsidiária indireta, T1. Além disso, nossa controlada SD emitiu ações preferenciais equivalentes a 100% do seu capital preferencial, que foram integralmente subscritas pelo FIP Multisetorial. Concluídas essas etapas, após uma reorganização societária, passamos a controlar a TASA por meio da SD.

Em 2009, licenciamos a marca “Euro”, reforçando nosso posicionamento de mercado com o público feminino e, em 2010, relançamos a marca “Mariner”, nosso grande sucesso dos anos 80, voltada para o público jovem e com objetivo de reassumir a liderança no mercado recém reexplorado de relógios troca-pulseira.

Em 2010, adquirimos as ações remanescentes da TASA detidas até então por seu antigo controlador e por Maria Estela Silvestrin, e, como consequência, a SD passou a controlar 100% do capital social da TASA.

Por fim, em 2011 adquirimos a totalidade das ações preferenciais da SD detidas pelo FIP Multisetorial, de forma que a SD passou a ser nossa subsidiária integral.

Em 4 de maio de 2011, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da nossa denominação social de GMT Participações S.A. para Technos S.A.

Para maiores informações sobre os eventos societários aqui descritos, veja o item 6.5 deste Formulário de Referência.

## 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

### I – Aquisição de ações de emissão da TERESA pela T1

#### a) evento

Em 8 de maio de 2008, celebramos, por meio de nossa controlada T1, um contrato com os acionistas da TERESA, por meio do qual adquirimos 525.054.304 ações ordinárias de emissão da TERESA, representativas de 90,34% do capital social desta sociedade.

#### b) principais condições do negócio

Vide item 6.5.(I.a) deste Formulário de Referência.

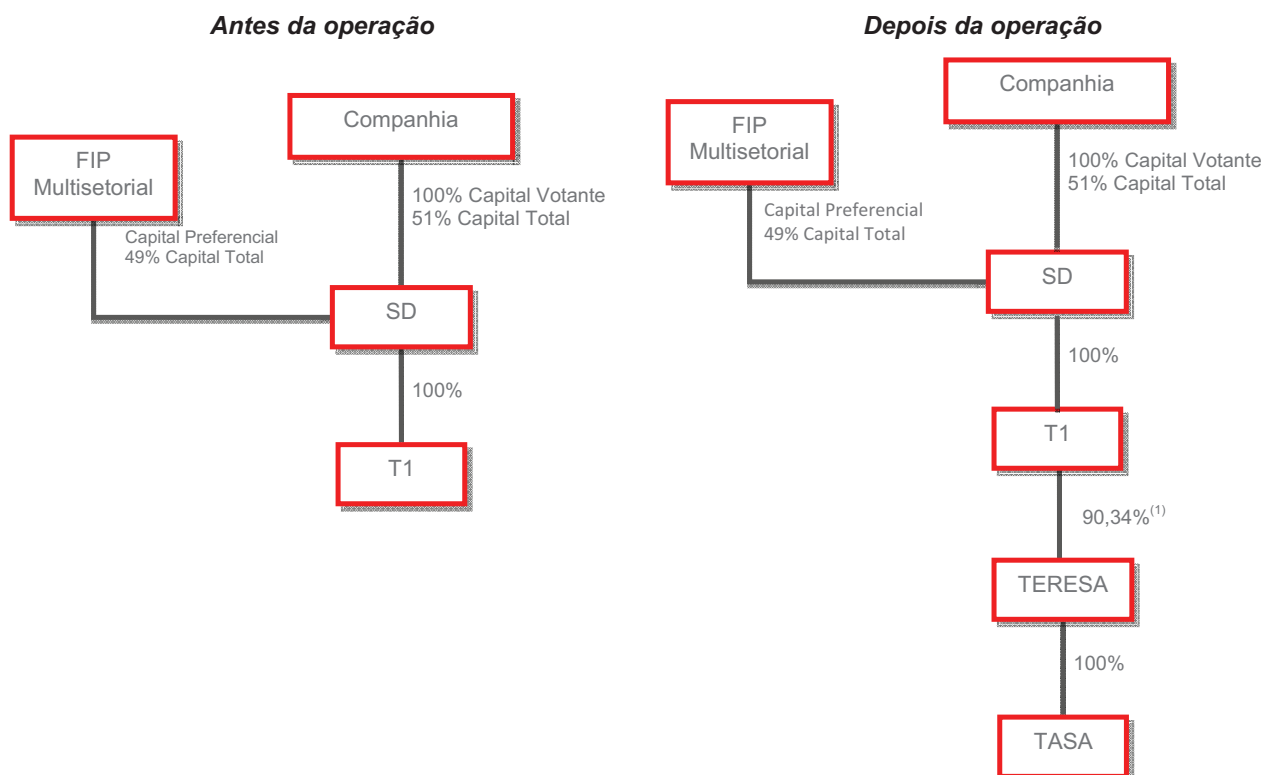
#### c) sociedades envolvidas

Vide item 6.5.(I.a) deste Formulário de Referência.

#### d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

A operação mencionada no item 6.5 (I.a) deste Formulário de Referência representou a aquisição do controle da TERESA pela T1 e a aquisição do controle indireto da TERESA e da TASA por nós.

#### e) quadro societário antes e depois da operação



<sup>(1)</sup> O restante das ações continuou sendo detido por Mario Hilário Goettems e Maria Estela Silvestrin até a operação mencionada no item 6.5 (III.a) deste Formulário de Referência.

### II – Incorporações envolvendo a TERESA

#### a) evento

Em 11 de maio de 2008, foi aprovada a incorporação da T1 pela TERESA. Por meio dessa operação, a T1, com patrimônio líquido avaliado em R\$133,1 milhões, foi incorporada pela TERESA e declarada extinta.



## 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Na mesma data, foi aprovada a incorporação da TERESA pela TASA. Por meio dessa operação, a TERESA, com patrimônio líquido avaliado em R\$97,3 milhões, foi incorporada pela TASA e declarada extinta. O capital social e o Estatuto Social da TASA não foram alterados pela operação.

As incorporações foram feitas como parte de uma reestruturação de nosso grupo societário, que teve como objetivo concentrar as contas, os recursos e todas as atividades operacionais e mercantis em um único veículo e, dessa forma, otimizar os negócios da TASA e ampliar as possibilidades de captação de recursos e de investimentos no grupo.

Com as referidas incorporações, o ágio previamente existente foi reduzido ao valor do benefício fiscal disponível para nós por conta de dedutibilidade para fins tributários. Esse benefício fiscal, no montante de R\$55,6 milhões, foi reconhecido à conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos de longo e curto prazo”, em contrapartida à conta “Reserva especial de ágio”.

### b) principais condições do negócio

Vide item 6.5.(II.a) deste Formulário de Referência.

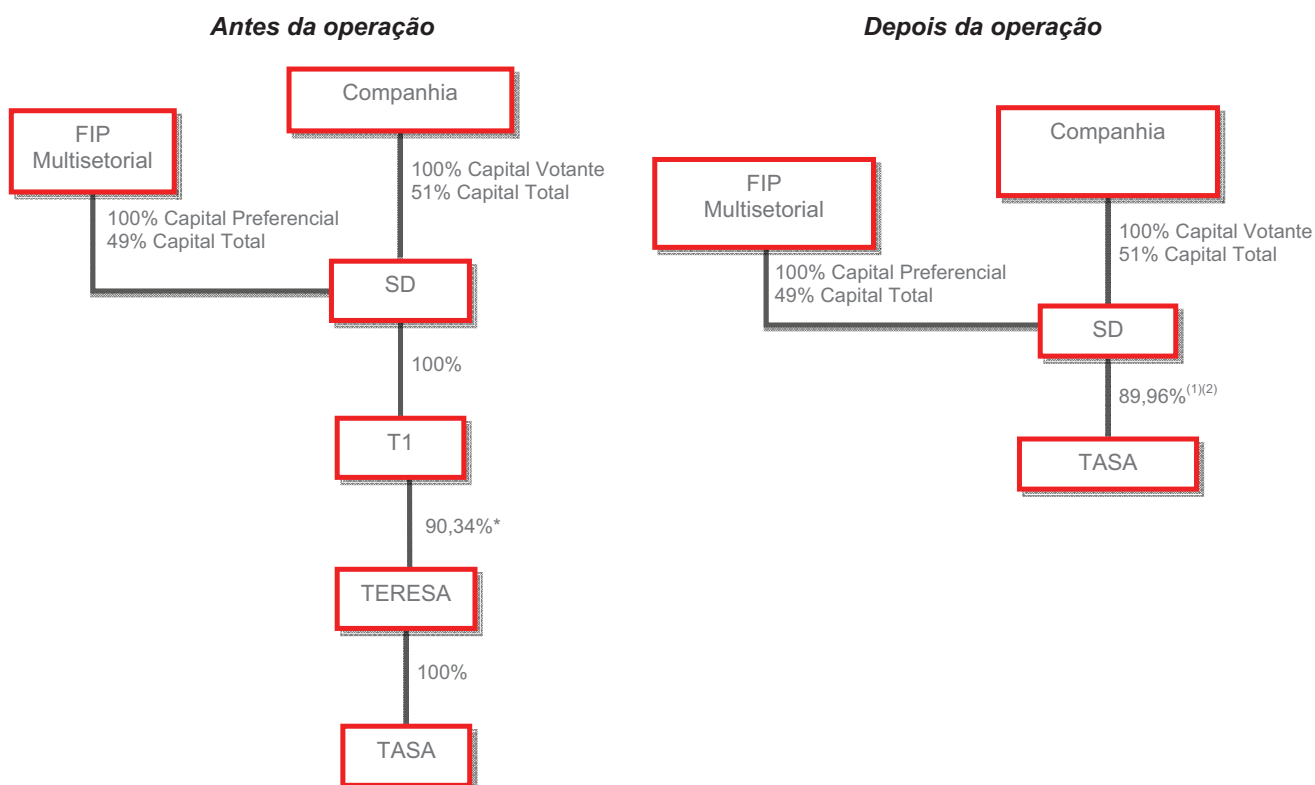
### c) sociedades envolvidas

Vide item 6.5.(II.a) deste Formulário de Referência.

### d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

As incorporações mencionadas no item 6.5 (II.a) deste Formulário de Referência representaram a extinção da T1 e da TERESA, passando as ações de propriedade da TERESA na TASA a serem detidas pela SD.

### e) quadro societário antes e depois da operação



<sup>(1)</sup> O restante das ações era detida por Mario Hilário Goettems e Maria Estela Silvestrin, até a operação mencionada no item 6.5 (III.a) deste Formulário de Referência.

<sup>(2)</sup> A participação detida pela SD na TASA foi reduzida em decorrência da capitalização do crédito detido por Mario Hilário Goettems e Maria Estela Silvestrin contra a TERESA, que resultou em um aumento na participação de ambos.

## 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

### III – Aquisição de Ações de emissão da TASA detidas por Mario Hilário Goettems e Maria Estela Silvestrin

#### a) evento

Em 14 de maio de 2010, celebramos, por meio da SD, um contrato de compra e venda de ações, pelo qual adquirimos 11.236.771 ações ordinárias de emissão da TASA, detidas por Mario Hilário Goettems, fundador e ex-controlador da TASA, e Maria Estela Silvestrin. Essas ações representavam aproximadamente 10,04% do capital social total da TASA. Após a compra, a SD passou a deter 100% do capital social da TASA.

Parte do preço total de compra foi compensada em razão de crédito detido pela SD contra os vendedores, restando, na data deste Formulário de Referência, apenas uma parcela a ser paga em 18 de novembro de 2011, cujo valor será reajustado desde a data de assinatura do contrato até a data do pagamento pela variação de 100% do CDI. Na data deste Formulário de Referência, o valor da parcela ainda a vencer totalizava aproximadamente R\$9,0 milhões, a ser totalmente liquidado até 18 de novembro de 2011.

#### b) principais condições do negócio

Vide item 6.5.(III.a) deste Formulário de Referência.

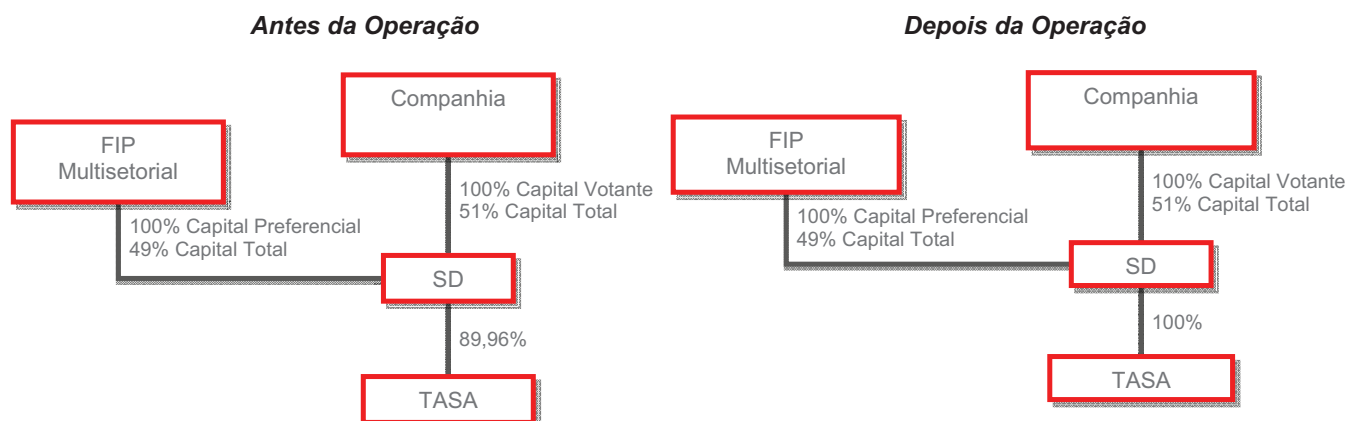
#### c) sociedades envolvidas

Vide item 6.5.(III.a) deste Formulário de Referência.

#### d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Por meio da aquisição mencionada no item 6.5 (III.a) deste Formulário de Referência, a SD passou a deter 100% do capital social da TASA.

#### e) quadro societário antes e depois da operação



## 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

### **IV – Subscrição de Ações da SD por parte do FIP Multisetorial e Aquisição de Ações da SD detidas pelo FIP Multisetorial pela nossa Companhia**

#### **a) evento**

Em 8 de maio de 2008, a SD emitiu ações preferenciais equivalentes a 100% do capital preferencial, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FIP Multisetorial. Em 20 de abril de 2011, adquirimos do FIP Multisetorial 119.600.000 ações preferenciais de emissão da SD pelo valor de R\$89.617.142,91. O pagamento do preço de aquisição das ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD será efetuado com parte dos recursos obtidos com a oferta pública inicial de distribuição primária de ações de nossa emissão em até 120 dias a contar da data de aquisição das ações preferenciais. O preço de aquisição será reajustado até a data do efetivo pagamento pela variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia “over extra-grupo”, expressas de forma percentual ao ano, base de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet.

#### **b) principais condições do negócio**

Vide item 6.5. (IV.a) e 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

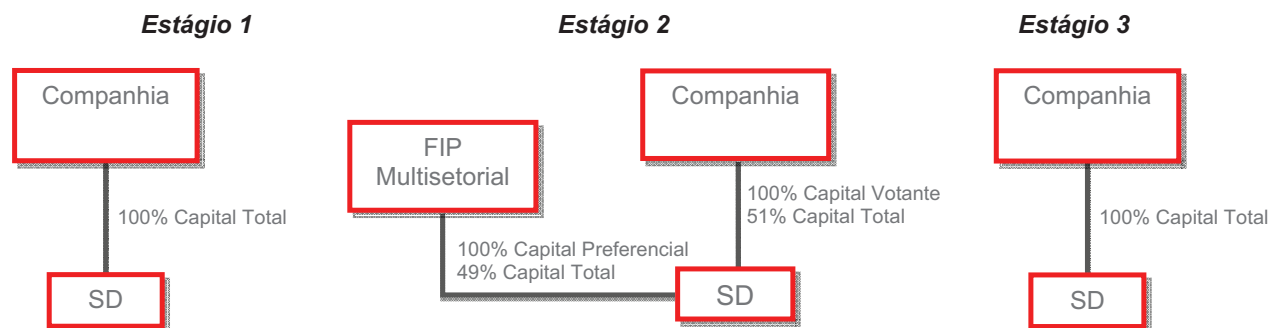
#### **c) sociedades envolvidas**

Vide item 6.5.(IV.a) deste Formulário de Referência.

#### **d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor**

Após a aquisição da totalidade das ações preferenciais de emissão da SD, passamos a ser titulares da totalidade do capital social da SD. Com a aquisição, o acordo de acionistas da SD, entre a Companhia e o FIP Multisetorial, foi resilido.

#### **e) quadro societário antes e depois da operação**



## **6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

## **6.7 - Outras informações relevantes**

A TERESA já foi uma companhia aberta registrada na CVM, com suas ações negociadas em bolsa de valores. O seu controlador à época, o Sr. Mario Hilário Goettems, registrou na CVM, em 6 de abril de 2005, OPA para cancelamento de registro da TERESA como companhia aberta, nos termos do artigo 4º, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, e, em 18 de abril de 2005, o registro de companhia aberta da TERESA foi cancelado. A TERESA foi posteriormente incorporada no capital de nossa controlada, TASA, conforme informado no item 6.5 deste Formulário de Referência.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas



Somos os líderes no mercado de relógios no Brasil em termos de receita há mais de 15 anos, de acordo com nossas estimativas baseadas em dados da SUFRAMA. Desde 1956, desenvolvemos, montamos e distribuímos relógios, diretamente ou por meio de nossas subsidiárias. Iniciamos nossas operações sob a marca “Technos” e, ao longo dos anos, diversificamos nosso portfólio para outras marcas e segmentos de mercado. Na data deste Formulário de Referência, possuímos cinco marcas nacionalmente conhecidas e direcionadas à classe média (com foco na Classe B e na Classe C), sendo duas marcas próprias (“Technos” e “Mariner”) e três marcas detidas por terceiros, cujo uso por nós é realizado por meio de contratos de licenciamento ou de distribuição de produtos (“Mormaii”, “Euro” e “Seiko”). Em 31 de dezembro de 2010, nossas marcas próprias representavam 71,2% da nossa receita bruta. Nossos produtos são vendidos em todo o território nacional e, na data deste Formulário de Referência, contamos com cerca de 12,2 mil pontos de venda pulverizados entre relojoarias, joalherias, óticas e lojas de departamentos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, alcançamos: (i) receita bruta de R\$263,6 milhões; (ii) EBITDA Ajustado de R\$66,1 milhões; e (iii) Lucro Líquido Ajustado de R\$50,3 milhões, representando crescimento de 23,5%, 27,0% e 22,7% respectivamente em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. No período de três meses encerrados em 31 de março de 2011, alcançamos: (i) receita bruta de R\$57,4 milhões; (ii) EBITDA Ajustado de R\$13,1 milhões; e (iii) Lucro Líquido Ajustado de R\$9,0 milhões, representando crescimento de 54,0%, 77,3% e 31,0% respectivamente, em relação ao período de três meses encerrados em 31 de março de 2010.

O segmento de relógios apresentou um crescimento anual médio de 21,9% nos últimos cinco anos no Brasil, segundo nosso cálculo realizado com base nos dados da SUFRAMA e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o qual é 4,9 vezes superior ao crescimento médio do PIB no mesmo período, segundo o IBGE. O segmento de relógios tem sido impulsionado pela consolidação desse produto como acessório de moda e pelo aumento do poder aquisitivo da Classe B e da Classe C. Cada vez mais estas classes sociais buscam marcas e produtos que ajudem a expressar diversos estilos de vida e combinem com diferentes ocasiões.



Acreditamos que nosso modelo de negócios, descrito abaixo, permite nos beneficiarmos do forte crescimento do segmento de relógios:

- (i) **Administrar com sucesso um portfólio de marcas líderes e complementares.** Gerenciamos ativamente nossas marcas de forma a construir um portfólio diversificado e complementar, que constitui um dos nossos principais ativos. Acreditamos que a complementaridade do posicionamento de nossas marcas representa um importante diferencial competitivo no segmento de relógios, tendo em vista que atingimos grande parte da população e obtemos maior exposição nas vitrines dos varejistas. Nossa marca principal, a “Technos”, tem mais de 110 anos de história e origem suíça. No Brasil, a marca “Technos” é uma das líderes de mercado em termos de receita há mais de 20 anos, segundo nossas estimativas baseadas em dados da SUFRAMA, e é associada a produtos que se destacam por um posicionamento clássico com toques de modernidade e uma percepção de alta qualidade. Acreditamos que nossa segunda marca em termos de receita, a “Mormaii”, é uma das principais marcas brasileiras no setor de moda surfe, com posicionamento voltado para jovens e para um estilo de vida ativo. Em virtude da celebração de um contrato de distribuição, possuímos o direito de comercialização de produtos identificados pela marca japonesa “Seiko”, cujo posicionamento é de relógios de alta performance. Nos últimos dois anos, adicionamos duas novas marcas ao nosso portfólio (“Euro” e “Mariner”). Ambas têm um posicionamento fortemente ligado à moda e têm apresentado fortes taxas de crescimento, atingindo em apenas dois anos 6,0% de nossa receita, com grande potencial de se tornarem ainda mais relevantes nos próximos anos;

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Marca	Descrição
	<p><b>Technos</b></p> <p>Nossa marca mais estabelecida, com mais de 110 anos de história e origem suíça. É associada a produtos que se destacam por um <i>design</i> clássico, aliado a elementos modernos, e uma percepção de alta qualidade. Suas principais características são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• segmento: “Clássico”;</li> <li>• público-alvo: adulto;</li> <li>• tipo de produto: principalmente relógios analógicos, multifunção e cronógrafos, feitos em aço;</li> <li>• preço médio no varejo: R\$300,00; e</li> <li>• titularidade: marca própria.</li> </ul>
	<p><b>Mormaii</b></p> <p>Nossa segunda marca, presente há mais de 35 anos no mercado brasileiro, é uma das principais e mais tradicionais no setor de moda surfe no Brasil e tem como características principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• segmento: “Esporte”;</li> <li>• público-alvo: jovem, que se identifica com a moda surfe e com um estilo de vida ativo;</li> <li>• tipo de produto: relógios analógicos e digitais;</li> <li>• preço médio no varejo: R\$170,00; e</li> <li>• titularidade: marca licenciada, com licença válida até dezembro de 2013.</li> </ul>
	<p><b>Mariner</b></p> <p>Criada na década de 1980, a “Mariner” é uma marca voltada para o público jovem que tem como características principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• segmento: “Moda”;</li> <li>• público-alvo: jovem;</li> <li>• tipo de produto: troca-pulseiras, oferece uma máquina e múltiplos conjuntos diferentes de pulseiras, aros, e caixas que podem ser combinados de forma independente, gerando milhares de combinações;</li> <li>• preço médio no varejo: R\$160,00; e</li> <li>• titularidade: marca própria.</li> </ul>

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Marca	Descrição
	<p><b>Euro</b></p> <p>A marca “Euro” está presente há mais de 10 anos no mercado brasileiro e tem como características principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• segmento: “Moda”;</li> <li>• público-alvo: feminino, composto por mulheres jovens e adultas que buscam aliar as tendências da moda a preços acessíveis;</li> <li>• tipo de produto: relógios decorativos, com materiais diferenciados;</li> <li>• preço médio no varejo: R\$200,00; e</li> <li>• titularidade: marca licenciada, com licença válida até julho de 2014, renovável por mais cinco anos, e sobre a qual detemos uma opção de compra, exercível a qualquer momento.</li> </ul>
	<p><b>Seiko</b></p> <p>A “Seiko” é uma marca japonesa com mais de 85 anos de história que tem como características principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• segmento: “Clássico”;</li> <li>• público-alvo: adulto;</li> <li>• tipo de produto: principalmente relógios mecânicos e cronógrafos;</li> <li>• preço médio no varejo: R\$700,00; e</li> <li>• titularidade: marca sobre a qual temos direito de distribuição exclusiva até março de 2014.</li> </ul>
(ii)	<p><b>Criar e manter coleções de produtos aliados a tendências da moda.</b> Desenvolvemos internamente quase a totalidade dos nossos produtos e temos como alicerce dois importantes princípios: (a) a renovação constante das nossas coleções, aliando tendências de moda relevantes ao posicionamento de cada marca; e (b) a criação e manutenção de uma coleção de produtos de linha que apresentam demanda recorrente e estável. Contamos com uma equipe interna de <i>design</i> que, em 2010, foi responsável pela renovação de parte do nosso portfólio total de 2,2 mil <i>Stock Keeping Units</i>, sendo que estes lançamentos objetivam manter nossas marcas em destaque e atuais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os lançamentos representaram 35% do nosso volume de produtos vendidos, excluindo os relógios troca-pulseiras. A mesma equipe de <i>design</i> também é responsável pela manutenção da nossa coleção de produtos de linha, um conjunto de modelos (alguns com mais de 20 anos de história) que, ao longo dos anos, se tornaram produtos-chave de nosso portfólio, com forte identificação com as nossas marcas, e com uma demanda cativa por parte dos Consumidores. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os produtos de linha representaram 26% do nosso volume de produtos vendidos, excluindo os relógios troca-pulseiras. Os demais 39% do nosso volume de produtos vendidos são compostos por produtos de catálogo, que consistem em produtos que não integram nossa coleção de produtos de linha nem são lançamentos.</p>
(iii)	<p><b>Adquirir, receber e montar nossos produtos com rapidez, qualidade e custos baixos.</b> Possuímos baixa imobilização de capital e um modelo de fornecimento de componentes ágil e flexível, resultando em curto espaço de tempo entre o desenvolvimento do produto e sua disponibilização para venda (<i>lead time</i>). Aliamos o processo de fornecimento de componentes com uma gama de fornecedores na China e no Japão (que, na data deste Formulário de Referência, totalizavam 31 fornecedores), ao processo de montagem do produto final em nossa planta própria na Zona Franca de Manaus. Além disso, mantemos um relacionamento direto com nossos fornecedores, o que torna nosso processo de produção mais eficiente tanto em termos de custo – sem pagamento de comissões a intermediários – quanto em relação à qualidade e à rapidez dos produtos finalizados.</p>



## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- (iv) ***Distribuir nossos produtos para uma rede de pontos de venda ampla e pulverizada, atendida por uma equipe de vendas própria e dedicada.*** Na data deste Formulário de Referência, distribuimos nossos produtos para uma rede de mais de 7,7 mil Clientes Ativos, com cerca de 12,2 mil pontos de venda, pulverizada geograficamente e sem concentração significativa em nenhum Cliente individual ou rede de lojas. Estamos presentes em todos os Estados do Brasil, com participação de receita destacada nas regiões Norte e Nordeste, regiões estas cujo PIB tem registrado crescimento maior que a média nacional. Todos os nossos pontos de venda são atendidos diretamente por uma equipe de vendas própria e exclusiva, sem a intermediação de distribuidores terceirizados, gerando maior proximidade com o Cliente e, conseqüentemente, maiores vendas. Obtivemos ótimos resultados na gestão desse canal nos últimos anos. Entre 2008 e 2010, nossa base de Clientes Ativos foi expandida em 27,4% e a venda por Cliente cresceu 9,8%. Além disso, iniciamos em setembro de 2010 a implementação de um projeto de varejo franqueado, que, na data deste Formulário de Referência, conta com quatro Franquias sob as marcas “Euro” e “Timecenter” e que pretendemos expandir, até dezembro de 2013, para aproximadamente 50 Franquias. As franquias nos permitem aumentar o espaço de vitrine dedicado aos nossos produtos, melhorando a visibilidade e a exposição de nossas marcas. Acreditamos que esses pontos de venda exclusivos serão um importante complemento à nossa atual rede de distribuição e uma importante alavanca de crescimento no futuro.

Temos uma equipe de Administradores com grande experiência nos segmentos de relógio e de consumo, conciliando jovens talentos com profissionais com longo tempo de trabalho na nossa Companhia. Nossos funcionários da administração e da equipe de vendas trabalham na nossa Companhia, em média, há 8,0 e 9,2 anos, respectivamente. Isso representa um tempo médio 86% e 114% acima das 150 melhores empresas para trabalhar, respectivamente, conforme índices divulgados pela Revista Época Negócios de 2009. Contamos com um programa de participação nos lucros e resultados desde 1989, formalizado em 1995 por meio de um acordo coletivo os sindicatos relevantes para cada uma de nossas filiais, o qual utilizamos de forma agressiva para estimular resultados com base em uma mecânica de metas transparentes e objetivas.

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

### a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é o desenvolvimento, a montagem e a venda de relógios. Adicionalmente, prestamos serviços de assistência técnica e vendemos peças de reposição para nossos produtos, as quais são faturadas aos Clientes quando a garantia de fábrica dos relógios, que dura 12 meses a partir de sua venda, já houver expirado à época do conserto solicitado.

### b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

#### Tipos de Receita

Nossa receita operacional bruta consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços de assistência técnica. Esses negócios têm naturezas e processos distintos, sendo que a assistência técnica é utilizada como suporte para o negócio de venda de relógios. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, não houve flutuações significativas na representatividade desses dois tipos de receita em relação ao nosso faturamento. Ambos cresceram a taxas relativamente semelhantes, reforçando o conceito de apoio da assistência técnica em relação à venda de relógios.

	Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de			
	2010	(%) do Total	2011	(%) do Total
	(em milhões de reais, exceto percentuais)			
<b>Receita Bruta</b>				
Venda de Relógios.....	35,7	95,7	55,5	96,7
Assistência Técnica .....	1,6	4,3	1,9	3,3
<b>Total .....</b>	<b>37,3</b>	<b>100,0</b>	<b>57,4</b>	<b>100,0</b>

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de					
	2008	(%) do Total	2009	(%) do Total	2010	(%) do Total
	(em milhões de reais, exceto percentuais)					
<b>Receita Bruta</b>						
Venda de Relógios.....	130,1	97,3	207,2	97,1	256,8	97,4
Assistência Técnica .....	3,7	2,7	6,2	2,9	6,9	2,6
<b>Total .....</b>	<b>133,7</b>	<b>100,0</b>	<b>213,4</b>	<b>100,0</b>	<b>263,6</b>	<b>100,0</b>

Também analisamos nossa receita de venda de relógios em função das categorias de relógios e por canal de distribuição. No caso das categorias de relógios, trabalhamos com três classificações, em função das características de posicionamento de cada marca a seus modelos: (i) clássico, englobando relógios mais tradicionais (“Clássico”); (ii) esporte, com relógios voltados a um estilo de vida ativo (“Esporte”); e (iii) moda, incluindo relógios ornamentados e voltados para a composição de um visual (“Moda”).

No que diz respeito aos canais de distribuição, trabalhamos também com três classificações: (i) lojas especializadas, incluindo principalmente relojarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes (“Lojas Especializadas”); (ii) magazines, incluindo principalmente lojas de departamento, lojas *online*, clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigos de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas (“Magazines”); e (iii) franquias, incluindo todas as nossas lojas franqueadas (“Franquias”).

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

### Categorias de Relógios

Na análise da venda de relógios por categoria, notamos um crescimento mais acentuado da categoria “Moda”, principalmente em função do lançamento, consolidação e aceitação pelos Consumidores das marcas “Euro” e “Mariner”. Apesar do crescimento consistente, à Taxa Média de Crescimento Anual Composta de 31,9% no período de 2008 a 2010 (inclusive), a categoria “Clássico” perdeu participação dentro da nossa receita obtida com a venda de relógios, passando de 79,5% de participação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 70,1% de participação no exercício social encerrado em 2010. A categoria “Esporte” também teve crescimento consistente, à Taxa Média de Crescimento Anual Composta de 51,8% no período de 2008 a 2010 (inclusive), e ganhou participação dentro da nossa receita obtida com a venda de relógios, passando de 20,5% de participação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 23,9% de participação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Venda de Relógios (por Categoria de Relógios)	Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de			
	2010	(%) do Total	2011	(%) do Total
	(em milhões de reais, exceto percentuais)			
Clássico .....	26,5	74,3	34,3	61,8
Esporte .....	8,7	24,3	14,2	25,6
Moda .....	0,5	1,4	7,0	12,6
<b>Total .....</b>	<b>35,7</b>	<b>100,0</b>	<b>55,5</b>	<b>100,0</b>

Venda de Relógios (por Categoria de Relógios)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de					
	2008	(%) do Total	2009	(%) do Total	2010	(%) do Total
	(em milhões de reais, exceto percentuais)					
Clássico .....	103,4	79,5	158,0	76,2	179,9	70,1
Esporte .....	26,7	20,5	47,7	23,0	61,5	23,9
Moda .....	–	–	1,6	0,8	15,4	6,0
<b>Total .....</b>	<b>130,1</b>	<b>100,0</b>	<b>207,2</b>	<b>100,0</b>	<b>256,8</b>	<b>100,0</b>

### Tipos de Canais de Distribuição

Na análise da venda de relógios por tipos de canais de distribuição, “Lojas Especializadas” e “Magazines” cresceram a taxas de aproximadamente 58,5% e 61,5%, respectivamente, entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009, mantendo suas participações relativas. No entanto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a categoria “Magazines” cresceu 30,1%, enquanto a categoria “Lojas Especializadas” cresceu 21,3%, resultando em um aumento de participação na receita bruta da nossa Companhia pela categoria “Magazines” de 1,4 ponto percentual. A categoria “Franquias” foi introduzida apenas a partir de setembro de 2010, quando houve a inauguração da nossa primeira loja franqueada, e, até a data deste Formulário de Referência, ainda representa um percentual inexpressivo de nossas receitas.

Venda de Relógios (por Canal de Distribuição)	Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de			
	2010	(%) do Total	2011	(%) do Total
	(em milhões de reais, exceto percentuais)			
Lojas Especializadas .....	27,0	75,8	40,1	72,3
Magazines .....	8,6	24,2	15,3	27,6
Franquias <sup>(1)</sup> .....	0	0	0,1	0,1
<b>Total .....</b>	<b>35,7</b>	<b>100,0</b>	<b>55,5</b>	<b>100,0</b>

<sup>(1)</sup> Nossa primeira franquia foi inaugurada em setembro de 2010.

Venda de Relógios (por Canal de Distribuição)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de					
	2008	(%) do Total	2009	(%) do Total	2010	(%) do Total
	(em milhões de reais, exceto percentuais)					
Lojas Especializadas .....	93,8	72,1	148,6	71,7	180,2	70,2
Magazines .....	36,3	27,9	58,6	28,3	76,3	29,7
Franquias .....	–	–	–	–	0,3	0,1
<b>Total .....</b>	<b>130,1</b>	<b>100,0</b>	<b>207,2</b>	<b>100,0</b>	<b>256,8</b>	<b>100,0</b>

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

### c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Nosso lucro bruto passou de R\$66,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$138,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando crescimento de R\$72,0 milhões ou 107,8%.

Na análise gerencial por tipos de receita, vemos que a venda de relógios representa a totalidade do nosso lucro bruto e que a prestação de serviços de assistência técnica demonstra prejuízo bruto. Isso ocorre devido ao fato de que concedemos um ano de garantia em nossos relógios e, portanto, arcamos com os custos desses serviços sem nenhuma contrapartida de receita. Entendemos que a prestação deste serviço é essencial para o suporte da venda de relógios, por aumentar a confiança e percepção positiva do Cliente e do Consumidor. No período de 2008 a 2010, o nosso prejuízo bruto de assistência técnica foi acrescido em R\$0,8 milhão, passando de R\$3,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$4,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. O aumento de 22,9% no prejuízo bruto da assistência técnica é bastante inferior ao aumento de 123,6% no aumento do lucro bruto sobre a venda de relógios, em função da melhoria da qualidade de nossos produtos e do aumento de produtividade da equipe de relojoeiros.

	Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de			
	2010	(%) do Total	2011	(%) do Total
<b>Lucro (Prejuízo) Bruto</b>	(em milhões de reais, exceto percentuais)			
Venda de Relógios.....	19,5	104,3	29,8	104,9
Assistência Técnica .....	(0,8)	(4,3)	(1,4)	(4,9)
<b>Total .....</b>	<b>18,7</b>	<b>100,0</b>	<b>28,4</b>	<b>100,0</b>

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de					
	2008	(%) do Total	2009	(%) do Total	2010	(%) do Total
<b>Lucro (Prejuízo) Bruto</b>	(em milhões de reais, exceto percentuais)					
Venda de Relógios.....	70,3	105,2	112,6	103,9	143,1	103,1
Assistência Técnica .....	(3,5)	(5,2)	(4,2)	(3,9)	(4,3)	(3,1)
<b>Total .....</b>	<b>66,8</b>	<b>100,0</b>	<b>108,4</b>	<b>100,0</b>	<b>138,8</b>	<b>100,0</b>

Nosso lucro bruto decorrente da venda de relógios passou de R\$70,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$112,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$42,3 milhões ou 60,2%. Essa variação justifica-se, principalmente, pelo fato das demonstrações consolidadas de 2008 contemplarem apenas oito meses em função da data de aquisição da TASA, em maio de 2008. Além disso, contribuiu também o aumento do preço médio dos nossos relógios vendidos, que cresceu 5,7%, passando de R\$127 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$134 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, com pouca contribuição do aumento de volume de vendas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, nosso lucro bruto decorrente da venda de relógios foi de R\$143,1 milhões, representando um aumento de R\$30,5 milhões ou 27,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento deve-se, principalmente, ao forte aumento no volume de vendas sustentado pelo crescimento consistente de todas as nossas marcas e à queda da taxa média de câmbio, que reduziu os custos em reais dos componentes importados no ano de 2010.

## 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

### a) características do processo de desenvolvimento e produção

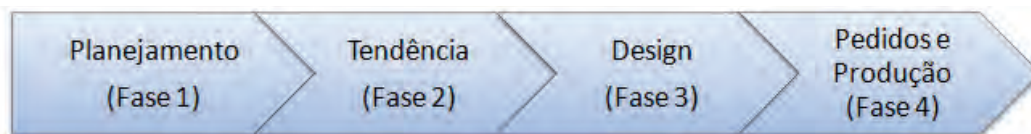
Possuímos um modelo de negócio que concilia agilidade e flexibilidade, ao aliar o desenvolvimento interno de produtos, com fornecimento de componentes por fornecedores estrangeiros, à montagem do produto final na nossa planta própria na Zona Franca de Manaus.

Em 31 de dezembro de 2010, o intervalo entre o desenvolvimento de um novo produto e sua disponibilização para venda era de cerca de 120 a 180 dias, e a reposição de um modelo de produto já existente levava aproximadamente 90 a 150 dias. Esses prazos nos permitem capturar tendências de moda com rapidez e reagir com agilidade a vendas acima das nossas expectativas. Nossa capacidade de disponibilizar produtos rapidamente é uma grande vantagem competitiva. Trabalhamos intensamente para diminuir o tempo entre o desenvolvimento e a disponibilização à venda dos nossos produtos, bem como para reduzir os custos associados a esse processo.

#### **Desenvolvimento de Produto**

Considerando que relógios são acessórios de moda, é importante que sejamos capazes de lançar durante todo o ano uma grande quantidade de modelos que consigam traduzir efetivamente e com rapidez as tendências de moda vigentes. Consideramos o processo de desenvolvimento de produtos como sendo um dos mais importantes no nosso modelo de negócio, de forma que dedicamos tempo e recursos substanciais a essa atividade.

Desenvolvemos internamente nossos relógios. Contamos com uma equipe interna composta por profissionais dedicados exclusivamente à criação e à administração de uma variedade de produtos de nossas cinco marcas, sendo as responsabilidades pelo desenvolvimento de novos modelos divididas conforme abaixo descrito.



Nossa equipe interna é dividida em três coordenadorias:

- *Coordenadoria de Planejamento (Fase 1)*: responsável por definir a quantidade de produtos que precisaremos desenvolver a cada ano, dividindo nossas necessidades de acordo com marca, linha e sub-linha de produtos, e precificando nossos relógios dentro da rentabilidade esperada;
- *Coordenadoria de Tendência e Design (Fases 2 e 3)*: responsável por identificar as tendências de moda relevantes para cada uma de nossas marcas, desenhar os novos modelos, desenvolver os produtos em parceria com nossos fornecedores e manter nossa coleção de produtos de linha; e
- *Coordenadoria de Abastecimento (Fase 4)*: responsável pelo último passo na cadeia de criação de produto, qual seja, a interação com nossos fornecedores para colocação do pedido e acompanhamento da produção dos mesmos dentro dos termos acordados.

A equipe da nossa coordenadoria de tendência e *design* viaja diversas vezes ao ano para a Europa, Ásia e América do Norte e participa de duas das maiores feiras do segmento de relógios mundial, realizadas em Basileia, na Suíça, e em Hong Kong, para identificar as principais tendências de moda do segmento. Uma vez identificadas, essa equipe tem a função de traduzir tais tendências, desenhar os modelos e desenvolver os produtos em parceria com os nossos fornecedores, conciliando as necessidades estéticas e funcionais de cada produto ao custo e tempo de produção oferecidos por cada fornecedor. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, 35% do nosso volume de produtos vendidos correspondeu a novos modelos de relógios desenvolvidos pela nossa coordenadoria de tendência e *design*, excluindo os relógios troca-pulseiras.

Além disso, a equipe da nossa coordenadoria de tendência e *design* também é responsável pela manutenção da nossa coleção de produtos de linha, que são modelos que ao longo dos anos se tornaram produtos-chave de nosso portfólio e possuem demanda recorrente e estável. Esses produtos de linha responderam por mais de 26% do nosso volume de produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

Nossos produtos são desenhados dentro de dois macro-ciclos (primavera/verão e outono/inverno), sendo introduzidos no mercado mensalmente, com exceção dos meses de janeiro e dezembro, e suportados por seis ciclos de *marketing* aliados às principais datas comemorativas no Brasil. Acreditamos que a disciplina de desenvolvimento e lançamento de produtos mensalmente é uma grande vantagem, por proporcionar aos nossos Clientes e aos Consumidores novidades a todo momento, estimulando o consumo e facilitando também a venda de produtos de catálogo.

Na data deste Formulário de Referência, o processo de criação tinha duração de aproximadamente 120 a 180 dias, desde o início da pesquisa de tendências até o recebimento, controle de qualidade e montagem do produto acabado e disponibilização para venda. Acreditamos que essa agilidade representa um ponto forte da nossa Companhia por nos permitir antecipar tendências ou responder com mais rapidez a tendências de mercado. No período de 2008 a 2010, reduzimos em 9% o tempo médio de entregas de nossos fornecedores e em 70% o tempo de montagem e despacho para venda.

#### ***Fornecimento de Componentes***

Contamos com 31 fornecedores na China e no Japão na data deste Formulário de Referência, os quais são responsáveis pela manufatura de todos os componentes de nossos relógios, dentre eles: pulseira, caixa, vidro e maquinismo. Nossos cinco fornecedores principais responderam por 62,3% das nossas compras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, e os demais são fornecedores específicos que responderam pelos outros 37,7%. Essa rede de fornecedores estabelecidos nos permite usufruir da rapidez, eficiência e experiência de cada um deles, sem a necessidade de investir nosso capital na produção dos componentes em si. Trabalhamos diretamente com nossos fornecedores, sem nenhum tipo de intermediação ou presença de distribuidores, e mantemos longos relacionamentos comerciais, sendo que em alguns casos acreditamos que estes excedem 20 anos. Isso nos permite negociar de forma mais vantajosa com eles, tanto do ponto de vista de custos quanto do ponto de vista de facilidade e agilidade no processo de desenvolvimento de produto. Não mantemos contratos de longo prazo com nossos fornecedores, de forma que nossos pedidos são colocados por meio de ordens individuais, o que nos permite escolher nossos parceiros de acordo com os menores prazos, melhores preços e maior qualidade oferecidos.

Em setembro de 2010, abrimos um escritório na cidade de Shenzhen, na China, próximo a fábricas de grande parte dos nossos fornecedores, com o objetivo de estreitar ainda mais o relacionamento e garantir um controle de qualidade na origem que minimize as inconformidades dos componentes e os atrasos na entrega.

#### ***Controle de Qualidade e Processo de Montagem***

Nosso processo interno de controle de qualidade inicia-se por meio de nosso escritório na China, que participa deste processo, atuando na conferência parcial dos produtos e no controle da qualidade dos componentes produzidos por nossos fornecedores. Após aprovação pelo nosso escritório na China, a totalidade dos componentes dos relógios que vendemos é recebida em nossa planta de montagem na Zona Franca de Manaus, onde iniciamos os trabalhos internos de montagem dos relógios, sob a liderança de três gerências distintas: (i) gerência de materiais; (ii) gerência de qualidade; e (iii) gerência de produção.

A gerência de materiais inicia o processo de montagem dos relógios desembalando e conferindo os componentes recebidos de nossos fornecedores, e inserindo tais componentes no nosso sistema de gestão de estoque.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Na sequência, a gerência de qualidade testa e assegura as especificações de cada componente. Trabalhamos estritamente sob as regras editadas pela ABNT, realizando tanto um teste amostral de medições e especificações em cada componente individual, quanto montando um lote inicial de relógios para assegurar a qualidade do produto acabado e realizar testes de prova d'água. Se os testes amostrais forem positivos, o lote é aprovado e os componentes são direcionados ao almoxarifado, ficando disponíveis para montagem. Caso contrário, realizamos novamente os testes, não mais utilizando apenas uma amostra e sim o lote completo. Os componentes aprovados são direcionados ao almoxarifado e ficam disponíveis para montagem, enquanto os produtos reprovados são reservados e destinados a retrabalho interno ou a reposição por parte do fornecedor. Trabalhamos fortemente em duas frentes: (i) a solidificação dos processos de conferência e controle de qualidade; e (ii) a melhoria na qualidade do material enviado pelo fornecedor. Acreditamos que nossa excelência nesses processos gera um diferencial competitivo em relação a outras empresas com menor *expertise* e menores investimentos em qualidade, pois protege o Consumidor e reduz o tempo e as perdas envolvidas com estoques de produtos defeituosos, bem como a prestação de serviços de assistência técnica. Nossa taxa de não conformidade, definida como o total de produtos consertados dentro da garantia de um ano sobre o total de relógios vendidos, passou de 10,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 9,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando uma queda de 1,7 ponto percentual.

Uma vez que os componentes estão disponíveis no almoxarifado, cabe à gerência de produção a tarefa de realizar a montagem dos *kits* de componentes e a transformação em produto acabado. Essa montagem ocorre em etapas, sendo iniciada com a preparação dos componentes, seguindo para o encaixamento, e sendo concluindo com o empulseamento dos relógios. Durante todo esse processo de montagem, temos ainda a ação do departamento de qualidade, que verifica, a cada etapa, a qualidade dos produtos montados e realiza teste de prova d'água em todos os relógios. Depois de montado e testado, o relógio segue para o cofre de produto acabado, onde fica disponível para venda.

As diretrizes de todas essas etapas são estabelecidas pela área de planejamento e controle da produção ("PCP"), que centraliza as informações fornecidas pela área comercial, pela área de *marketing* e por nossa planta de montagem para definir as prioridades de trabalho de materiais, qualidade e produção. Ao centralizar todas essas informações, a área de PCP é capaz de definir quais são os produtos mais aguardados pela área comercial e de *marketing*, ou os produtos que têm menor posição de estoque e, assim, direcionar nossa força de trabalho para gerar o resultado mais eficiente possível. Dessa forma, evitamos tanto a insuficiência de estoque, que gera perda de vendas, quanto a produção desnecessária de produtos com alto estoque, que gera custos de capital de giro.

A velocidade, qualidade e eficiência do processo de montagem de relógios são elementos fundamentais para nosso negócio. No período de 2008 a 2010 (inclusive), conseguimos reduzir o tempo médio interno de montagem e despacho para vendas significativamente. Essa eficiência permite que nossos produtos cheguem à vitrine de nossos Clientes mais rapidamente.



### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Contamos com uma planta de montagem eficiente em Manaus, com 7.936 m<sup>2</sup>, que em 31 de dezembro de 2010, contava com 502 funcionários. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, produzimos 2,1 milhões de relógios, e, acreditamos, com base em nossas estimativas, que atualmente temos capacidade para montar 3,0 milhões de relógios por ano em um único turno de trabalho. Acreditamos ser possível expandir nossa capacidade para 5,0 milhões de relógios se estabelecermos um turno adicional de trabalho. Conseguimos capturar ganhos significativos de produtividade nos últimos três anos, nos aproximando de *benchmarks* relatados por alguns de nossos fornecedores chineses, pois, no período de 2008 a 2010 (inclusive), reduzimos o custo unitário de montagem em 17%, aumentamos a produtividade por funcionário em 58% e reduzimos o tempo interno de recebimento, montagem e despacho em 40%. Conseguimos atingir esses indicadores por meio do estabelecimento de metas objetivas para cada gerência em Manaus, e por meio da implementação de uma metodologia de análise de desvios, correção de rumos e divulgação em tempo real dos resultados obtidos em cada gerência e em cada linha de montagem, inspeção, conferência e despacho.

Adicionalmente, alteramos, a partir do exercício social de 2009, o plano de participação dos funcionários em nossos lucros e resultados para que a remuneração estivesse ligada ao grau de atingimento destas metas ao final de cada ano. Acreditamos que essa eficiência e agilidade nos conferem uma vantagem competitiva ao permitir margens melhores na venda dos relógios e prazos mais curtos de lançamento.

#### **Processo de Pós-Venda**

Nosso processo de pós-vendas compreende as seguintes atividades: (i) reparo de nossos relógios, tanto dentro quanto fora do prazo de garantia; (ii) venda de peças sobressalentes para Clientes e Consumidores; e (iii) atendimento telefônico e eletrônico por meio de central dedicada, com esclarecimento de dúvidas e fornecimento de informações. Acreditamos, com suporte em pesquisas realizadas com nossa base de Clientes, que um departamento de pós-vendas rápido e eficiente está entre os cinco principais fatores motivacionais para um Cliente trabalhar com um determinado fornecedor de relógios. Dispomos de uma estrutura de pós-venda robusta e com alto grau de eficiência, baseado em um grande número de oficinas próprias com equipes de relojoeiros experientes e processos padronizados.

Em 31 de dezembro de 2010, contávamos com 10 escritórios próprios e 179 funcionários de pós-venda. Essas equipes estão presentes nas principais capitais brasileiras, conforme mapa abaixo, e respondem por quase a totalidade do volume de reparos solicitados à assistência técnica.

#### **Nossas filiais no Brasil**



Além disso, contamos com 13 pontos de assistências técnicas terceirizados, em áreas de menor cobertura. No período de 2008 a 2010 (inclusive), reduzimos o custo unitário de reparo em 25%, aumentamos a produtividade por funcionário em 34% e reduzimos o tempo de reparo em 74%. Alcançamos esses indicadores por meio do estabelecimento de metas objetivas para toda a equipe, da implementação de metodologia de gestão e divulgação transparente e pontual dos resultados obtidos, e da vinculação dos resultados à remuneração meritocrática. Possuímos presença física nas principais capitais brasileiras, atendendo tanto Clientes quanto Consumidores em relação ao andamento de reparos solicitados, orçamentos, compra de peças sobressalentes, características de produtos e endereço de varejistas mais próximos. Contamos com 14 posições de atendimento contratadas junto a uma empresa especializada, com volume de 39 mil chamadas atendidas no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011.



### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

De acordo com nossas estimativas internas, realizadas com base em comparações com empresas do segmento no Brasil e no mundo, nossos índices de eficiência, rapidez e satisfação estão no nível das melhores operações mundiais de relógios. Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, atingimos um prazo médio de conserto de um relógio de 2,2 dias, com 61,4% dos serviços sendo realizados durante a visita do Consumidor, sem necessidade de retorno. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossa produtividade de reparo atingiu 156,2 relógios por colaborador, 8,4% acima da nossa produtividade alcançada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. A satisfação de nossos Clientes e Consumidores medida por meio de pesquisas ativas e passivas no Serviço de Atendimento ao Consumidor ficou em 94,6%, somando os Clientes e Consumidores que disseram estar “muito satisfeitos” e “satisfeitos” com o atendimento recebido.

#### b) características do processo de distribuição

Distribuímos nossos produtos por meio de uma rede de 7,7 mil Clientes Ativos com cerca de 12,2 mil pontos de venda. Nosso principal canal de distribuição são Lojas Especializadas, como relojoarias, joalherias e óticas. A grande maioria destas lojas especializadas são negócios familiares, nos quais o dono opera de um a três pontos de venda, muitas vezes com vários anos de tradição. Temos também algumas redes regionais de expressão dentro de seus próprios Estados que detêm de quatro até 20 lojas. Além disso, distribuímos nossos produtos por meio de Magazines, que consistem em lojas de departamento de abrangência regional e nacional, com destaque para as que enfatizam produtos de moda, assim como grandes varejistas virtuais. Por fim, iniciamos em setembro de 2010 a implementação do nosso projeto de varejo franqueado. Na data deste Formulário de Referência, contamos com quatro Franquias sob as marcas “Euro” e “Timecenter”.

Temos relacionamentos bem estabelecidos com nossos Clientes, em função do nosso histórico de longa data no mercado nacional, da nossa tradição de 55 anos e do longo relacionamento com nossa equipe de vendas, cujo tempo médio de trabalho na nossa Companhia é de 9,2 anos (sendo que esta média é de 17,4 anos no caso dos gerentes comerciais). Acreditamos que esse relacionamento direto com nossa rede de Clientes nos proporciona maior capacidade de negociação e maior entendimento do comportamento de nossos Consumidores.

Acreditamos ter atualmente a maior rede de distribuição do mercado em nosso segmento, a qual é muito bem distribuída geograficamente, de forma que conseguimos atingir uma escala significativa, e ocupar participações de mercado relevantes em regiões mais distantes dos grandes centros. Nossa distribuição por regiões demonstra uma representatividade destacada nas regiões Norte e Nordeste, cujo PIB vem crescendo a taxas superiores à média nacional. A falta de concentração também nos favorece, por nos permitir maior poder de negociação e por reduzir riscos associados a qualquer Cliente específico. Nenhum Cliente representou, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, mais de 5,0% das nossas vendas. Por fim, a natureza multiproduto da grande maioria dos nossos Clientes representa uma oportunidade de expansão importante no futuro, pois, apesar de não termos nenhum plano concreto nesse sentido no curto prazo, poderemos usar os relacionamentos existentes para vender outras categorias de produtos já vendidos por muitos de nossos Clientes, tais quais semijóias e óculos de sol. Essas características da nossa rede de distribuição representam importantes vantagens competitivas e nos garantem um posicionamento muito diferenciado.

A tabela abaixo demonstra nossas vendas por região geográfica:

<b>Região</b>	<b>% das Vendas Brutas (2010)</b>	<b>% do PIB Nacional (2008)</b>
Centro-Oeste .....	4,5	9,2
Nordeste .....	20,5	13,1
Norte .....	7,7	5,1
Sudeste.....	49,8	56,0
Sul.....	17,5	16,6

Fonte: Companhia e IBGE.

#### **Equipe de Vendas**

Nosso departamento de vendas está estruturado em 12 gerências, sendo 11 delas dedicadas a territórios geográficos e uma a grandes contas, que consistem em lojas de departamento de abrangência nacional. Essas 12 gerências são formadas por mais de 80 profissionais, entre gerentes e vendedores, que atuam dentro de territórios geográficos definidos. Nossa equipe de vendas é exclusiva para os nossos produtos e composta apenas de funcionários próprios, os quais são dotados com as ferramentas e estrutura necessárias para a venda, como automóvel, *notebook* e celular. Acreditamos que essa equipe de vendas é uma grande vantagem competitiva em relação ao mercado em que atuamos, que geralmente trabalha com profissionais autônomos ou empresas de representação sem regime de exclusividade, que muitas vezes não têm os recursos necessários ou o comprometimento esperado com a empresa para desenvolver um trabalho consistente e satisfatório.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nossa equipe de mais de 80 profissionais de vendas atendem a toda nossa rede de Clientes. A venda é realizada em visitas feitas por nossos profissionais aos Clientes, utilizando um catálogo virtual desenvolvido internamente e acessado via internet por meio de um *notebook*. Após realizadas, as vendas são enviadas eletronicamente para nossa matriz, onde o crédito do Cliente é analisado e o pedido é faturado.

Nossos profissionais de venda são remunerados não só por comissão, mas também por uma estrutura de prêmios baseada em metas mensais, trimestrais e anuais de cada região atendida, sempre com base nas vendas a valor presente, e deduzindo a inadimplência e a devolução, o que garante um maior alinhamento com os nossos objetivos.

#### ***Logística Interna e Transporte***

Todos os nossos relógios são transportados de Manaus diretamente para nossos lojistas. A logística interna, desde a gestão do cofre até o faturamento, separação do produto e embalagem é feita por uma equipe própria de aproximadamente 60 pessoas, sob a gestão de um gerente de logística. Trabalhamos atualmente com um processo de faturamento em três rodadas ao longo do dia, e conseguimos um tempo médio entre o faturamento e o despacho dos produtos de aproximadamente 1,5 dia útil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011. Nossa agilidade no despacho de nossos produtos também é extremamente relevante para os nossos negócios, contribuindo para a chegada mais rápida do produto à vitrine do lojista.

O transporte em si dos produtos a partir de nossa planta em Manaus é feito principalmente pelos Correios e por três transportadoras privadas, por meio de transporte aéreo. A escolha dos prestadores de serviço é feita no momento do faturamento, levando em consideração a tabela de custos e de prazo oferecida por cada um deles. Recebemos diariamente das transportadoras privadas arquivos eletrônicos que nos permitem acompanhar a entrega dos produtos para nossos Clientes.

#### **c) características dos mercados de atuação**

Atuamos no mercado brasileiro de relógios desde nossa fundação em 1956. O mercado brasileiro teve uma Taxa Anual de Crescimento Composta de 21,9% nos últimos cinco anos, segundo nosso cálculo realizado com base nos dados da SUFRAMA e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com expectativa de continuação no elevado crescimento, dado que, em 2009, o consumo per capita foi igual a 59 peças para cada mil pessoas, contra uma média global de 150 peças para cada mil pessoas, segundo a consultoria Global Industry Analysts. No ano de 2010, o mercado brasileiro totalizou 15,7 milhões de unidades vendidas, com valor estimado de atacado de R\$981,0 milhões, representando um crescimento de 46,6% em relação ao ano anterior, de acordo com dados da SUFRAMA e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Nosso mercado, em termos de receita, é dominado por fabricantes e marcas nacionais com presença na Zona Franca de Manaus. Os produtos internacionais têm atuação mais destacada nos extremos da cadeia de valor – produtos muito baratos, muitas vezes sem marca, ou produtos muito caros, geralmente importados da Suíça.

Uma das principais características de nosso mercado é a constante evolução na forma de consumo do produto. No passado, o relógio era visto principalmente como um item de necessidade básica, com foco em sua funcionalidade de medir o tempo. Ao longo dos últimos 20 anos, o relógio passou a ser consumido como acessório de moda, valorizado não só pela sua funcionalidade, mas também pela sua capacidade de compor um visual e de expressar a identidade e o humor do Consumidor. Essa tendência no padrão de consumo de relógios favorece o segmento, à medida que cada Consumidor passa a deter diversos modelos de relógio, cada um deles apropriado para uma diferente ocasião de uso e um diferente visual.

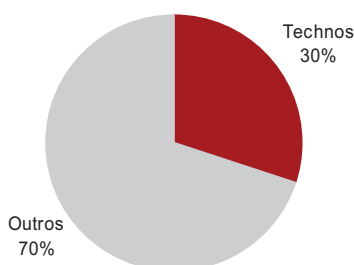
#### ***i. participação em cada um dos mercados***

De acordo com dados divulgados pela SUFRAMA, tivemos uma participação de mercado em 2010 entre os fabricantes da Zona Franca de Manaus de 30%. Segundo nossas estimativas, baseadas em dados da SUFRAMA, somos líderes de mercado desde 1988 em termos de receita. Nos últimos 10 anos, conseguimos adicionar três pontos de participação, ampliando nossa liderança.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, no ano de 2010 foram importados 6,7 milhões de relógios, com um custo unitário de apenas US\$4,10. Considerando uma marcação estimada de duas vezes na venda destes produtos no atacado, os produtos importados obtiveram uma receita total de R\$97,4 milhões. Considerando esses dados, estimamos que a participação dos relógios importados no mercado nacional de relógios em termos de receita seja de aproximadamente 10%.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### Participação de Mercado – Produção Nacional (2010)



Fonte: SUFRAMA e MDIC.

#### ii. condições de competição nos mercados

##### Mercado Mundial

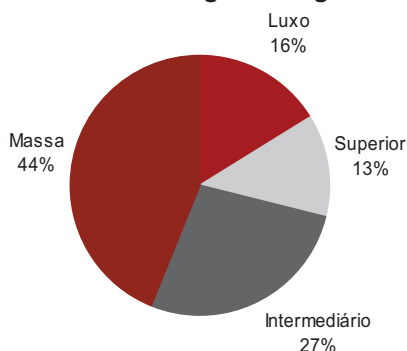
De acordo com relatórios elaborados pela Reuters, o mercado mundial de relógios atingiu US\$46 bilhões em 2009. A consultoria Global Industry Analysts, Inc estima que os mercados europeu e americano representem, em conjunto, aproximadamente 50% deste montante, e que os mercados de outras regiões respondam pela outra metade.

Do ponto de vista de produto, podemos classificar o mercado por tipo de produto e por posicionamento de preço.

Em relação ao tipo, os produtos são classificados de acordo com o maquinismo utilizado nos relógios, que pode ser movido a quartz ou mecânico, e por sua maneira de demonstrar o tempo, que pode ser analógica ou digital. Relógios quartz analógicos representam a grande maioria dos produtos fabricados no mundo, respondendo por aproximadamente 81% da produção mundial segundo a consultoria Global Industry Analysts, Inc. Ainda segundo essa mesma fonte, os relógios quartz digitais respondem por aproximadamente 17% da produção mundial, e os relógios mecânicos representam os 2% remanescentes.

A classificação por posicionamento de preço traduz a qualidade dos materiais utilizados e a força da marca do relógio. Podemos dividir o mercado em quatro segmentos: (i) relógios de massa, com preços no varejo abaixo de US\$50,00 (“Massa”); (ii) relógios intermediários, com preços no varejo entre US\$50,00 e US\$300,00 (“Intermediário”); (iii) relógios superiores, com preços no varejo entre US\$300,00 e US\$1.000,00 (“Superior”); e (iv) relógios de luxo, com preços no varejo acima de US\$1.000,00 (“Luxo”). Os relógios do segmento Massa geralmente possuem materiais de menor qualidade e muitas vezes não carregam uma marca ou carregam uma marca própria de cada varejista (*private label*). Já os relógios da categoria Intermediário, Superior e Luxu contêm materiais de maior qualidade e valorizam mais a marca e o posicionamento dos produtos. No mercado mundial, aproximadamente 56% dos relógios vendidos pertencem a uma dessas três últimas categorias, segundo a consultoria Global Industry Analysts, Inc e conforme o gráfico abaixo:

#### Mercado Global de Relógios – Segmento (2009)



Fonte: Global Industry Analysts, Inc.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O mercado global de relógios é altamente fragmentado, com uma multiplicidade de marcas e fabricantes locais. Poucas empresas conseguem ter participações de mercado relevantes em muitos países, com destaque principal para a Swatch Group, que, na data deste Formulário de Referência, congrega em seu portfólio cerca de 20 marcas. Acreditamos que o crescimento da indústria relojoeira mundial deve continuar, conduzido por diversos fatores econômicos e comportamentais. Dentre os principais fatores macroeconômicos, podemos mencionar o aumento na procura dos Consumidores pelos relógios, em decorrência da melhora na economia global, e o aumento nos níveis de renda dos Consumidores, especialmente nos mercados emergentes como Brasil, onde verificamos uma classe média crescente. As principais tendências comportamentais incluem uma crescente percepção dos Consumidores ao utilizar os relógios como itens de moda, não mais como instrumentos funcionais utilizados apenas para mostrar as horas. Essa mudança na percepção encoraja os Consumidores a comprar e possuir diversos relógios diferentes, para usá-los como acessórios em diferentes estilos ou personificar um *status* sócio-econômico específico. Acreditamos que essa mudança de comportamento do Consumidor de relógios é semelhante ao fenômeno de transformação das bolsas de produtos utilitários a acessórios *fashion*, que contribuiu para um grande crescimento da indústria de bolsas na década de 2000, com destaque para a Coach, uma das principais companhias abertas do setor, que teve um crescimento anualizado de receita de mais de 21% nos últimos 10 anos.

Do ponto de vista industrial, existem dois grandes pólos de produção de relógios no mundo: (i) a Suíça, que concentra a grande maioria dos fabricantes de relógios do segmento Luxo, os quais se diferenciam pela sua qualidade técnica e pelos materiais usados, o que contribui para preços elevados; e (ii) a China, que concentra a produção da maioria dos outros tipos de relógios, desde produtos sem marca ou *private label*, até relógios de moda com forte componente de marca. Até mesmo alguns componentes dos relógios de luxo são produzidos na China, e seguem para acabamento nos ateliês da Suíça. Além disso, o Japão concentra uma parte significativa do mercado de maquinismos, porém tem menos expressão na fabricação dos outros componentes do relógio.

#### **Mercado Nacional**

Segundo dados da SUFRAMA e do Ministério do Desenvolvimento e Indústria, o mercado brasileiro movimentou, no ano de 2010, 15,7 milhões de relógios, representando valor estimado de R\$981,0 milhões no atacado. Desse total, o pólo relojoeiro da Zona Franca de Manaus respondeu por 90,1% do mercado em valor. Acreditamos que o valor obtido no atacado corresponda a aproximadamente R\$2,0 bilhões no varejo, considerando uma marcação estimada de duas vezes.

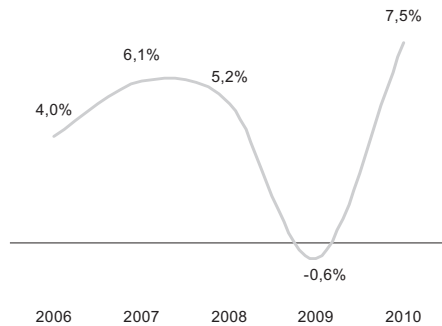
Ainda segundo dados da SUFRAMA e do Ministério do Desenvolvimento e Indústria, nosso mercado demonstrou evolução expressiva nos últimos cinco anos, com taxa média de crescimento anual de 19,0%. No ano de 2009, ano da crise mundial, a taxa de crescimento foi reduzida, mas se manteve positiva. No ano de 2010, ano de grande recuperação, o mercado cresceu 46,6%.

Atribuímos o crescimento dos últimos anos a uma série de fatores, dentre eles:

- (i) **Crescimento Econômico:** Nos últimos cinco anos e de acordo com o IBGE, o Brasil registrou um crescimento médio anual do PIB de 4,4%, quase 1,4 vezes maior do que a média dos últimos 20 anos. No ano de 2010, o crescimento foi de 7,5%, em função da forte recuperação da economia brasileira. Esse crescimento tem sido acompanhado por uma diminuição significativa da taxa de desemprego e de um aumento da renda média dos trabalhadores. Acreditamos que esse crescimento impacte positivamente o nosso próprio crescimento e do nosso mercado.

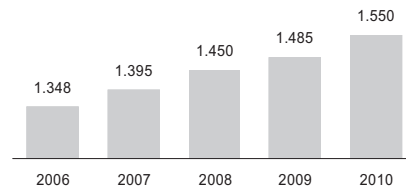
### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

**Crescimento Real do PIB (%)**



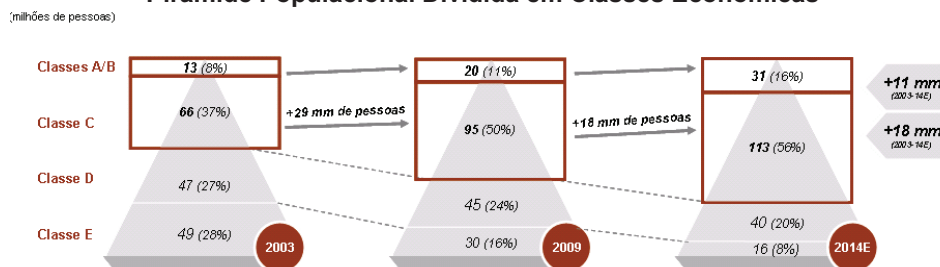
Fonte: IBGE.

**Rendimento Médio Real Efetivo das Pessoas Ocupadas (R\$)**



(ii) **Crescimento de Renda da Classe Média:** O crescimento de renda da classe média, principalmente da Classe B e e da Classe C, tem sido destaque no crescimento econômico brasileiro nos últimos anos. Segundo dados do IBGE, no período de 2003 a 2009, 26,6 milhões pessoas migraram das Classes D e C, enquanto a Classe C aumentou em 29,1 milhões de pessoas, e, em 2009, esta classe representava 50,4% da população brasileira. A expectativa futura de grande parte dos economistas é que a classe média continue crescendo, não apenas em razão de um aumento no número de pessoas na Classe C, mas também em razão de uma migração gradual da Classe C para Classe B.

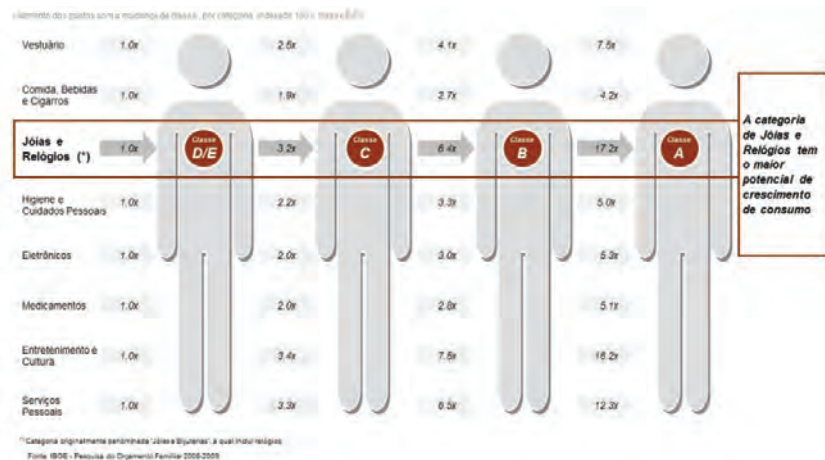
**Pirâmide Populacional Dividida em Classes Econômicas**



Classes A/B: renda mensal acima de R\$4.854 | Classe C: renda mensal entre R\$1.126 e R\$4.854 | Classe D: renda mensal entre R\$705 e R\$1.126 | Classe E: renda mensal abaixo de R\$705.

Fonte: PNAD/IBGE, CPS/FGV e Ministério da Fazenda.

Nossas marcas e produtos são direcionados principalmente para as Classes B e C, e um aumento do nosso público consumidor é refletido no nosso volume de vendas. Além disso, nossos relógios, assim como outros produtos de vestuário e acessórios de moda, têm um caráter de consumo não-essencial, e, portanto, tendem a se beneficiar do aumento da renda. Dados do IBGE para o ano de 2010, apontam que a migração de uma classe social para a outra incentiva um aumento de consumo de jóias e relógios acima do aumento de consumo em outras categorias de produto, como comida, bebida, cigarros, eletrônicos e móveis, entre outros.

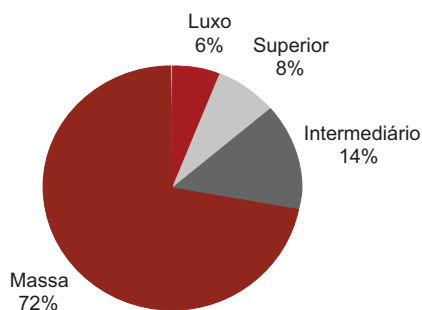


Fonte: Revista Exame – Edição 972, Julho 2010.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- (iii) **Mudança Histórica e Consolidada do Consumo de Relógios:** A forma de consumo dos nossos produtos evoluiu nas últimas décadas, passando de um item de necessidade básica para um acessório de moda, incentivando a propriedade de vários modelos por cada Consumidor. Notamos também uma atração maior pelo consumo de relógios de marca, os quais possuem atributos que extrapolam a mera funcionalidade dos produtos, seja pela tradição da marca ou por sua exposição na mídia. Acreditamos que, nos próximos anos, o número de produtos vendidos aumente, bem como o consumo de produtos nas categorias Intermediário, Superior e Luxo, em detrimento aos relógios da categoria Massa. Essa tendência já é observada quando comparamos as características do mercado mundial descrito nesta própria seção do Formulário de Referência, com o mercado latino americano, que é menos desenvolvido. No mercado latino, 72% dos relógios consumidos são relógios da categoria Massa e 28% são relógios das categorias Intermediário, Superior ou Luxo, conforme gráfico a seguir, proporção inversa ao mercado mundial, com 44% e 56%, respectivamente.

**Mercado Latino Americano de Relógios – Segmento (2009)**



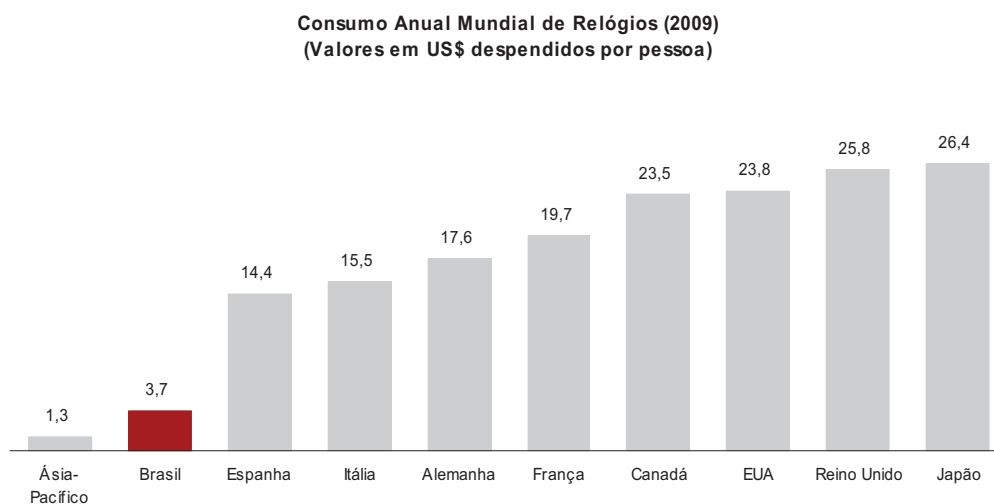
Fonte: Global Industry Analysts, Inc.

- (iv) **Aumento do Canal de Distribuição:** O mercado de relógios nacional cresceu em conjunto com seu canal de distribuição. O número de joalherias, relojoarias e óticas têm crescido em função do aumento do número de *shopping centers* e do crescimento econômico do País. Além disso, outros canais menos tradicionais, como lojas de departamento voltadas para moda, lojas de acessórios e lojas *online* também têm aumentado sua relevância no segmento.
- (v) **Introdução de Novos Produtos:** A indústria relojoeira mundial e nacional tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de materiais. Apenas nos últimos dez anos, tivemos diversas inovações importantes, como os relógios de acrílico e de cerâmica, que trouxeram novos incentivos de compra para os Consumidores. No mercado nacional, merece destaque o produto troca-pulseiras, que é composto por um único módulo e um *kit* com diversas pulseiras, caixas e aros intercambiáveis. Esse produto, lançado no Brasil na década de 1980 e relançado em 2009, é um grande sucesso especialmente entre o público infante-juvenil. Estimamos que apenas o relógio troca-pulseiras, em todas as suas variações e de todos os fabricantes, tenha representado um acréscimo de 20,0% no mercado nacional em 2010. O relógio troca-pulseiras, assim como as outras inovações de produto, auxiliam a ampliação do mercado consumidor, trazendo Clientes que não consumiam ou que não consumiam de forma frequente.



### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Apesar do crescimento expressivo dos últimos anos, ainda podemos considerar o mercado brasileiro sub-penetrado. Segundo a consultoria Global Industry Analysts, Inc, o consumo médio no Brasil foi de 59 relógios para cada grupo de mil pessoas, número este que é 60% inferior à média mundial, que é de 150 relógios para cada grupo de mil pessoas. Ainda segundo essa mesma consultoria, vemos uma distância muito grande no gasto com relógios per capita no Brasil, em comparação a economias desenvolvidas da Europa, América do Norte e Japão, conforme gráfico a seguir:



Fonte: SUFRAMA, Aliceweb, Global Industry Analysts Inc. "Watches e Clocks".

#### **Concorrentes no Mercado Nacional**

Nosso mercado é altamente competitivo. Nossos principais concorrentes são as demais empresas do pólo relojoeiro da Zona Franca de Manaus, as quais têm décadas de experiência e conjuntos de marcas bastante relevantes. Destacamos quatro concorrentes que, em conjunto conosco, respondem pela quase totalidade do volume do pólo relojoeiro da Zona Franca de Manaus, de acordo com dados do SUFRAMA: Seculus, Orient, Dumont e Magnum. Esses quatro concorrentes têm forças regionais e portfólios de marcas diversificados, apresentando desafios maiores em posicionamentos específicos. A Seculus tem uma presença forte no Estado de Minas Gerais e uma atuação muito importante com a marca "Mondaine", direcionada a um público feminino de menor poder aquisitivo, atingindo diretamente as Classes C e D. A Orient, com sua marca homônima, concorre diretamente com a marca "Technos", de posicionamento similar, além de ter presença expressiva na região Nordeste com a marca "Lince". A Dumont tem atuação forte no Estado de São Paulo e um portfólio de marcas importadas diversificado direcionadas à Classe A. A Magnum tem como marca principal a "Champion" e os relógios troca-pulseiras, que concorrem diretamente com a nossa marca "Mariner".

Além dessas empresas, concorreremos também com as importações diretas de relógios montados, tanto nas faixas mais baixas quanto nas faixas mais elevadas de preço. A concorrência de relógios mais baratos nos afeta principalmente em relação a Consumidores que buscam relógios apenas pela funcionalidade que eles apresentam, já que, na maioria das vezes, esses relógios não têm marcas ou têm marcas inexpressivas. Já a concorrência de relógios mais caros nos afeta em relação a Consumidores mais afluentes, especialmente os da Classe A, os quais costumam conhecer melhor e valorizar marcas estrangeiras, além de realizar uma parcela de suas compras no exterior.

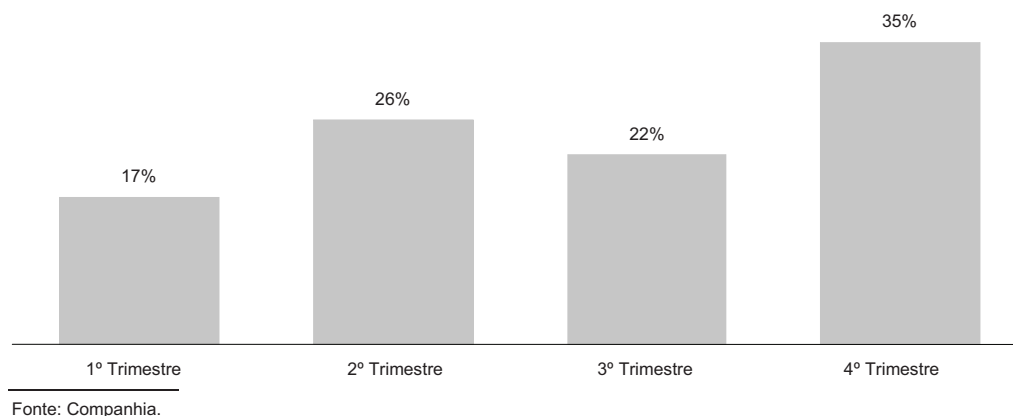
Em um sentido mais amplo, consideramos também a concorrência em relação a outros acessórios de moda. Dada a tendência observada do consumo de relógio como acessório de moda, passamos a competir com outros acessórios, tais quais óculos e semijóias, pelo direcionamento da renda disponível para esse mesmo tipo de gasto.

## 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

### d) eventual sazonalidade

O segmento de relógios é sensível à sazonalidade do varejo como um todo, principalmente às principais datas comemorativas no Brasil: Natal, Dia das Mães, Dia dos Namorados e Dia dos Pais. Trabalhamos no mercado de atacado, de forma que geralmente temos um pico de vendas no mês que antecede à data comemorativa, para que o Cliente possa receber e expor a mercadoria em tempo razoável para realizar a venda ao Consumidor. Esta sazonalidade pode ser vista na média trimestral das nossas receitas, conforme gráfico abaixo:

**Sazonalidade – Venda Trimestral Média 3 Anos (2008-2010)**



Além dessas datas, também somos impactados pelas principais feiras nacionais do segmento, nas quais os Clientes são apresentados ao lançamento das principais coleções e muitas vezes realizam pedidos expressivos. As principais feiras nacionais do segmento são, em ordem de importância pelo volume de vendas gerado para a nossa Companhia: a Feira de Angra dos Reis, geralmente realizada em outubro, a Feira do Windsor, geralmente realizada em março no Rio de Janeiro, e a Feira de Gramado, geralmente realizada em setembro. A Feira de Angra dos Reis tem abrangência nacional e é especializada no mercado de relógios, assim como a Feira do Windsor, que atende a um público mais concentrado na região Sudeste. A Feira de Gramado é focada tanto no segmento de relógios quanto no de óculos, com maior relevância para a Região Sul. Por fim, a sazonalidade das vendas também pode sofrer ligeira alteração em função de uma quantidade maior de lançamentos em determinado mês, ou em razão de uma aceitação maior ou menor desses lançamentos.

### e) principais insumos e matérias primas

#### ***i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável***

Compramos os principais componentes de nossos relógios, como pulseiras, caixas, vidros e maquinismos de uma rede de 31 fornecedores na China e no Japão na data deste Formulário de Referência, sendo que cinco desses fornecedores responderam por 62% das nossas compras nos últimos dois anos. Nenhum fornecedor individual foi responsável pelo fornecimento de mais de 16% das nossas compras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Não mantemos contratos de longo prazo com nenhum de nossos fornecedores, sendo cada pedido colocado de forma independente, o que nos permite manter a flexibilidade para optar pelo fornecedor que nos atenda com menores prazos, melhores preços e maior qualidade. Não obstante, mantemos longos relacionamentos comerciais com nossos fornecedores, sendo que alguns destes relacionamentos superam 20 anos, o que nos permite negociar de forma mais vantajosa com eles e facilita o processo de desenvolvimento de produto. Não estamos sujeitos a controle ou regulação governamental.



### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

#### ***ii. dependência de poucos fornecedores***

Conforme informado no item 7.3.(e.i) deste Formulário de Referência, trabalhamos com uma variedade de fornecedores de matérias-primas e componentes. Nesse sentido, o fornecimento dos insumos e matérias-primas é realizado de forma pulverizada, sendo que não dependemos de nenhum fornecedor para exercer nossas atividades. No caso de não podermos contar com um de nossos cinco fornecedores chave, temos a possibilidade de alterar pedidos para outros fornecedores, com um provável atraso dependendo da capacidade disponível desses outros fornecedores.

#### ***iii. volatilidade em seus preços***

Nosso custo de produtos corresponde principalmente ao custo dos componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros e da mão-de-obra e custos indiretos agregados dentro do nosso processo de montagem em Manaus, sendo que o primeiro representou aproximadamente 64% do total, e o segundo 16% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

No caso dos componentes comprados de nossos fornecedores estrangeiros, estamos expostos às variações do preço da matéria prima utilizada na manufatura desses componentes, do custo de mão-de-obra de nossos fornecedores e do câmbio. No período de 2008 a 2010 (inclusive), experimentamos variação pequena nos custos dos componentes em dólar. Já o câmbio demonstrou variação mais expressiva, evoluindo de R\$1,84/US\$ em média em 2008 para R\$1,99/US\$ em 2009 e R\$1,76/US\$ em 2010.

No caso de mão-de-obra no processo de Manaus, tivemos dissídio salarial de 6,48%, 4,11%, e 6,46%, equivalente ao INPC, nos anos de 2008, 2009 e 2010, respectivamente. Apesar do aumento dos salários, conseguimos uma redução de 17% no custo unitário de montagem no período entre 2008 e 2010 (inclusive) em função de ganhos de produtividade.

#### **7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

**a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Não possuímos Clientes que sejam responsáveis por mais de 10,0% da nossa receita líquida total.

**b) segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente**

Não possuímos Clientes que sejam responsáveis por mais de 10,0% da nossa receita líquida total.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### **a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para a obtenção de tais autorizações**

A montagem de relógios, por ser considerada uma atividade potencialmente poluidora, nos obriga à realização do licenciamento ambiental. Deste modo, a construção, instalação, ampliação e operação de nossas atividades industriais estão condicionadas à prévia obtenção de licenças ambientais, a serem emitidas pelo órgão competente.

O licenciamento ambiental é um procedimento composto basicamente de três fases: (i) licença prévia, que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento; (ii) licença de instalação, que autoriza o início da implementação do empreendimento; e (iii) licença de operação, que autoriza o início das atividades e funcionamento dos sistemas de controle ambiental apresentados durante o processo de licenciamento.

A validade das licenças está condicionada ao cumprimento de condicionantes técnicas estabelecidas pelo órgão ambiental competente. A ausência das licenças ambientais ou a desconformidade com os seus termos caracteriza infração administrativa e crime ambiental, sem prejuízo da obrigação de recuperar e indenizar eventuais danos causados. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de advertência até a aplicação de multas nos valores de R\$500,00 a R\$10,0 milhões, podendo o seu valor ser triplicado em caso de reincidência. O valor máximo previsto para a multa-dia é de 10% do valor da multa simples máxima cominada para a infração. A legislação ambiental também prevê sanções de embargo ou demolição de obra e suspensão parcial ou total das atividades.

Para o desenvolvimento de nossas atividades de montagem de relógios, contamos com uma planta de montagem e distribuição localizada em Manaus, Amazonas, cuja licença de operação, emitida pelo órgão ambiental estadual, o IPAAM, possui validade até 23 de setembro de 2011, devendo o processo de renovação ser iniciado em breve.

### **b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, tais como o gerenciamento dos efluentes industriais, manejo e correta destinação final de resíduos e controle de emissões atmosféricas e ruídos. A violação de tais padrões legais de qualidade e a degradação do meio ambiente podem sujeitar o agente poluidor à responsabilização administrativa, criminal e civil.

No âmbito administrativo toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar entre R\$50,00 e R\$50,0 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

No âmbito civil, a responsabilidade do poluidor é solidária e objetiva. Desse modo, todo aquele que concorre para a causa de danos ambientais, direta ou indiretamente, pode responder pela sua integralidade, ressalvado o direito de regresso contra os demais responsáveis, independentemente da verificação da culpa pelo dano causado. As sanções por violação das normas ambientais podem ser estendidas a nós mesmo nos casos em que não estivermos diretamente envolvidos. Portanto, a terceirização de operações nos mantém como solidária na responsabilidade por eventuais danos ambientais ocasionados por empresas contratadas.

No âmbito penal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, Administradores e gerentes de pessoas jurídicas no exercício de suas funções), como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais. As penas aplicáveis às pessoas jurídicas são: (i) multa; (ii) suspensão parcial ou total de atividades; (iii) interdição temporária do estabelecimento, obra ou atividade; (iv) proibição de contratar com o Poder Público, bem como de obter subsídios, subvenções ou doações; e (v) prestação de serviços à comunidade.

Buscamos cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável à nossa atividade e, adicionalmente, implementamos na nossa planta de montagem e distribuição em Manaus as seguintes práticas relacionadas ao meio ambiente: (i) tratamento de esgoto; (ii) reciclagem de papelão; e (iii) venda de resíduos metálicos para empresas que fazem seu reaproveitamento.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Não obstante disponhamos de práticas voltadas à proteção ambiental em razão dos impactos gerados por nossa atividade, não aderimos a padrões internacionais de proteção ambiental.

### c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Somos dependentes de nossas marcas e das marcas que possuímos direito ao uso por meio de contratos de licença de uso de marca e contrato de distribuição exclusiva. Possuímos alto grau de dependência das marcas “Technos”, registrada sob nossa titularidade, e “Mormaii”, registrada em nome da sociedade Mormaii Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Artigos Esportivos Ltda. e cuja licença para uso da marca expira em dezembro de 2013, uma vez que tais marcas foram, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, responsáveis por uma parcela relevante da nossa receita de venda de mercadoria e serviços consolidada. Em menor grau, somos também dependentes de nossa marca “Mariner”, bem como das marcas “Seiko”, cuja distribuição é autorizada em virtude da celebração de um contrato celebrado com a sociedade Seiko Watch Kabushiki Kaisha, uma subsidiária integral da sociedade Seiko Holdings Kabushiki Kaisha, detentora da marca “Seiko”, com vigência até março de 2014, e “Euro”, licenciada pela sociedade Euro Company Importadora e Distribuidora Ltda., com vigência até julho de 2014, renovável por mais cinco anos, e sobre a qual detemos uma opção de compra, exercível a qualquer momento, sendo que as marcas “Mariner”, “Seiko” e “Euro”, em conjunto, representaram o restante de nossa receita de venda de mercadorias e serviços consolidada.

Em relação às marcas que licenciamos de terceiros:

- (i) o contrato de licenciamento para a marca “Mormaii”, marca registrada perante o INPI em nome de Mormaii Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Artigos Esportivos Ltda., tem validade até dezembro de 2013. Nos termos deste instrumento, pagamos um *royalty* correspondente a um percentual sobre receitas brutas geradas pela marca no Brasil e temos o comprometimento de investir um percentual das receitas brutas em ações de marketing; e
- (ii) o contrato de licenciamento para a marca “Euro”, marca registrada no INPI em nome de Euro Company Importadora e Distribuidora Ltda., tem validade até julho de 2014, havendo a possibilidade de renovação por mais cinco anos a nosso exclusivo critério. Nos termos deste instrumento, pagamos um *royalty* fixo mínimo mensal, corrigidos anualmente pelo IGP-M, acrescido de um componente variável baseado na receita bruta, limitado a um montante máximo durante toda a vigência do contrato. Além disso, temos opção de compra da marca exercível a qualquer momento.

Adicionalmente, em virtude do Contrato de Distribuição celebrado com a sociedade Seiko Watch Kabushiki Kaisha, compramos da própria Seiko todos os componentes para montagem dos relógios da marca “Seiko” e distribuimos os produtos desta marca, que é detida por sua controladora Seiko Holdings Kabushiki Kaisha. Este contrato nos dá o direito de distribuição e comercialização destes produtos com exclusividade até março de 2014.

Para maiores informações referentes aos direitos de propriedade intelectual, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

## 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

A exportação de nossos produtos gera receitas inexpressivas, representando menos de R\$0,3 milhão por ano e nossas operações no exterior não geram receitas.

**a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país de nossa sede e sua participação na nossa receita líquida total**

A receita proveniente dos Clientes brasileiros corresponde à quase a totalidade da nossa receita líquida total.

**b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na nossa receita líquida total**

Não aplicável, uma vez que nossas exportações geram receitas inexpressivas e nossas operações no exterior não geram receitas.

**c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, uma vez que nossas exportações geram receitas inexpressivas e nossas operações no exterior não geram receitas.

## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

Não aplicável, uma vez que nossas exportações geram receitas inexpressivas e nossas operações no exterior não geram receitas.

## **7.8 - Relações de longo prazo relevantes**

Não há relações de longo prazo relevantes, além daquelas já identificadas nesta seção.

## 7.9 - Outras informações relevantes

### Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

**Conjunto de marcas líderes e complementares, com foco na Classe B e na Classe C.** Atuamos no mercado brasileiro há 55 anos e possuímos marcas reconhecidas e estabelecidas no segmento de relógios, as quais alcançaram aproximadamente 30% de participação de mercado em 2010, de acordo com nossas estimativas baseadas em dados fornecidos pela SUFRAMA. Nossas cinco marcas são altamente complementares e possuem posicionamentos de estilo diversificados, buscando maximizar a participação de vitrine nos nossos Clientes e atingir diversos segmentos da população sem que haja concorrência entre nossos produtos. Temos como foco direto os Consumidores de classe média (principalmente a Classe B e a Classe C), oferecendo relógios com preço médio aproximado, no varejo, de R\$240,00, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Acreditamos que nossas duas principais marcas, "Technos" e "Mormaii", ocupam posições de liderança de mercado e estão entre as marcas de acessórios mais desejadas pela Classe B e pela Classe C no Brasil. Em 2010, a média de crescimento de nossas marcas "Mariner", "Seiko" e "Euro" foi acima da média das nossas outras marcas. Contamos com uma equipe interna de *marketing* que, em conjunto com agências de propaganda e desenvolvimento de marca, encarregam-se de criar e divulgar campanhas publicitárias e materiais de ponto de venda que visam fortalecer o valor de nossas marcas e, conseqüentemente, reforçar o posicionamento e a presença destas com os nossos Clientes e os Consumidores.

**Rede de distribuição pulverizada e abrangente, com forte relacionamento com os Clientes.** Distribuimos nossos produtos a uma ampla rede de Clientes constituída por joalherias, relojarias e óticas, muitas delas de origem familiar e com apenas um ponto de venda. Nossa rede de distribuição foi montada ao longo dos nossos 55 anos de história, criando fortes relacionamentos que se estendem por décadas e até por gerações. Além disso, fornecemos nossos produtos para as principais lojas de departamento com posicionamento de moda do Brasil, assim como grandes varejistas virtuais. Nenhum Cliente individual excedeu, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, 5% da nossa receita bruta, o que demonstra a intensa capilaridade da nossa distribuição e pode ser considerada uma efetiva barreira de entrada a potenciais novos concorrentes. Adicionalmente, nossas vendas são muito bem distribuídas geograficamente, abrangendo locais que acreditamos não serem atendidos por nossos concorrentes que possuem equipes de venda menores. A capilaridade de nossa distribuição nos permite, ainda, ter exposição significativa nas áreas do País com maior crescimento econômico. Assim, nossos produtos são considerados por nossos Clientes como produtos de alto giro e elevado lucro unitário, contribuindo com maior tráfego e interesse nas suas lojas e, conseqüentemente, melhor resultado dos seus negócios.

**Equipe de vendas própria, exclusiva e experiente.** Atendemos nossa rede de Clientes por meio de uma equipe de vendas própria e exclusiva, que, na data deste Formulário de Referência, tinha um histórico de, em média, 9,2 anos de trabalho na Companhia, o que fortalece o relacionamento entre nossos vendedores e nossos Clientes. No período de 2009 a 2010, aumentamos nossa equipe de vendas em aproximadamente 12,3%, de forma a reduzir os territórios atendidos por cada vendedor e, assim, viabilizar maior dedicação e frequência de visitas a cada um de nossos Clientes. Em função disso, a produtividade em termos de receita gerada por vendedor aumentou em aproximadamente 16% no período de 2009 a 2010. Remuneramos nossa equipe de vendas por meio de comissões e prêmios com base em metas e resultados de vendas de curto e longo prazo. Acreditamos que a nossa equipe de vendas é um importante diferencial competitivo, já que a maioria de nossos concorrentes no setor de acessórios de moda trabalha com empresas de representação sem vínculo de trabalho e sem exclusividade, o que diminui o conhecimento do representante comercial sobre o produto e diminui seu comprometimento com a própria empresa.

**Portfólio de produtos com mix equilibrado de lançamentos e produtos de linha.** Adotamos dois importantes pilares no desenvolvimento de nossos produtos: (i) a renovação constante de nossas coleções; e (ii) a criação e manutenção de uma coleção de produtos de linha. Nossa equipe interna de *design* está preparada para captar as mais importantes tendências de moda e traduzi-las para o *design* dos nossos produtos em parceria com nossos fornecedores, conjugando agilidade e rapidez com custos atrativos e qualidade superior. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, lançamos novos modelos, que representaram 35% do nosso volume de produtos vendidos, excluindo os relógios troca-pulseiras. A mesma equipe de *design* é responsável também pela manutenção da nossa coleção de produtos de linha, um conjunto de relógios com muitos anos de sucesso e com forte identificação com os nossos Clientes e Consumidores. Esses produtos de linha representaram 26% do nosso volume de produtos vendidos, excluindo os relógios troca-pulseiras, de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Os lançamentos mantêm nosso portfólio de produtos atrativo e atual, incentivando a captação de novos Consumidores e justificando visitas constantes aos Clientes por parte de nossa equipe de vendas. Os produtos de linha, por sua vez, apresentam demanda constante e cativa, servindo como importante lastro financeiro e permitindo redução no risco geral de nosso portfólio de produtos.



## 7.9 - Outras informações relevantes

**Cadeia de suprimentos flexível com grande eficiência operacional.** Trabalhamos com uma estrutura de produção terceirizada de componentes na Ásia e de montagem própria do produto final na Zona Franca de Manaus. Compramos componentes manufaturados de nossos fornecedores estrangeiros, de forma que não precisamos investir capital em estruturas para fabricação de componentes, mantendo flexibilidade para trabalhar com diferentes parceiros que consigam nos atender com menores prazos, melhores preços e maior qualidade. Ademais, o relacionamento direto, sem intermediários, e de longo prazo com nossos fornecedores nos proporciona um maior nível de qualidade, maior conhecimento sobre as competências de cada um e maior comprometimento destes fornecedores conosco. Contamos com uma planta de montagem eficiente em Manaus, que nos permite realizar a montagem final e distribuição dos produtos com rapidez e com menor incremento de custos diretos e indiretos de montagem. No período de 2008 a 2010 (inclusive), conseguimos reduzir o tempo médio interno de montagem em 70%. Nesse mesmo período, reduzimos os custos de montagem por relógio em 17%. Em setembro de 2010, inauguramos um escritório de representação na cidade de Shenzhen, na China, que nos permitirá estreitar ainda mais os laços com os nossos principais fornecedores e realizar nossas inspeções de qualidade na origem, diminuindo o tempo entre o desenvolvimento e a disponibilização do produto para venda (*lead time*) e aumentando a qualidade dos nossos produtos.

**Controle de qualidade e atendimento de pós-venda diferenciado.** Contamos com uma estrutura robusta de controle de qualidade dos nossos produtos e serviços, desde a origem dos componentes na Ásia, passando pelos processos internos em Manaus e finalizando no atendimento pós-vendas a nossos Clientes e Consumidores. Sabemos, por meio de pesquisas internas, que um alto nível de qualidade e um pós-venda eficiente são dois dos principais fatores motivacionais que levam um Cliente a trabalhar com uma empresa de relógios. Temos 81 funcionários na nossa planta em Manaus dedicados ao controle de qualidade na recepção dos componentes, assim como nos processos internos de montagem, armazenagem e expedição. Em setembro de 2010, inauguramos um escritório de representação na cidade de Shenzhen, na China, com o objetivo de passar a realizar inspeções de qualidade na origem e de monitorar de forma mais próxima nossos principais fornecedores. Temos 179 funcionários dedicados ao pós-venda no Brasil, distribuídos em 10 oficinas próprias nas principais capitais do Brasil. Além da presença física, contamos também com um serviço de atendimento ao consumidor de abrangência nacional, por meio de um número telefônico gratuito e canais eletrônicos. Buscamos investir nessas duas frentes para criar diferenciais competitivos no mercado e permanecer como a principal escolha de nossos Clientes, e criamos uma diretoria dedicada para assegurar nosso sucesso. Como resultado dos nossos esforços nas áreas de qualidade e pós-venda, conseguimos obter excelentes resultados em 2010, reduzindo nossa taxa de não conformidade no campo substancialmente, reduzindo o prazo médio de conserto de relógios em 74%, e atingindo um grau de satisfação medido no nosso serviço de atendimento ao consumidor de 94,6%.

**Histórico de crescimento, alinhado a retornos altos e consistentes, bem como forte geração de caixa.** Temos um histórico consistente de crescimento, rentabilidade e geração de caixa, com aceleração significativa nos últimos três anos. Nossa receita bruta teve uma Taxa Média de Crescimento Anual Composta de 11,8% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2010, com apenas 7,8% de volatilidade (o que, segundo nossas estimativas, representa aproximadamente metade da volatilidade apresentada no mesmo período pelas 20 empresas que constam do Índice IBOVSPA de forma ininterrupta nos últimos 10 anos). Aceleramos esse crescimento para uma Taxa Média de Crescimento Anual Composta de 40,4%, entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2010. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, nossa Margem Bruta foi de 62,2%, 61,8% e 63,6%, respectivamente, e nossa Margem EBITDA Ajustada foi de 27,5%, 29,7% e 30,3%, respectivamente. Tais margens foram sustentadas, mesmo durante os períodos de crise, pela nossa liderança de mercado, reconhecimento de nossas marcas, extensão da nossa rede de distribuição e sólida estrutura de capital. Temos um modelo que demanda pouco investimento em capital fixo, o que nos proporcionou Retorno Sobre o Capital Investido de 30,8% e 38,2%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, respectivamente. Convertemos um percentual alto do nosso EBITDA em caixa (43,5% em média nos últimos dois anos), conferindo um importante lastro para os nossos planos de crescimento futuros.

## 7.9 - Outras informações relevantes

**Administradores experientes com participação acionária na Companhia.** Nosso grupo de Administradores mescla executivos com mais de 30 anos de experiência no segmento de relógios com executivos com conhecimento e vivência em outros setores, egressos de importantes companhias brasileiras e internacionais e com credenciais acadêmicas diferenciadas. Essa mesma combinação também se faz presente nos nossos outros níveis, criando uma dinâmica muito saudável de experiência e inovação. Temos uma cultura forte voltada para a ética, qualidade e pioneirismo, a qual foi desenvolvida ao longo dos nossos 55 anos de existência. Somos uma das empresas brasileiras pioneiras no uso de remuneração variável para incentivar e recompensar nossos colaboradores. Temos um programa de participação nos lucros e resultados desde 1989, formalizado em 1995 por meio de acordo com os sindicatos relevantes para cada uma de nossas filiais, que distribui um percentual significativo do nosso resultado. Entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, registramos uma distribuição de, em média, 16,9% do Lucro Líquido Ajustado. Esse programa hoje está ligado à nossa estrutura de metas de crescimento e retorno, metas de cada departamento e metas individuais, todas definidas no início do exercício e monitoradas mensalmente, com total transparência. Atualmente, nossa Diretoria possui, em conjunto, uma participação acionária de 19,23% no nosso capital social, gerando um grande alinhamento de interesses entre acionistas e Administradores. Além disso, contamos com participação, em nosso Conselho de Administração, de representantes de dois renomados gestores de recursos de terceiros (*asset managers*), o DLJ e a Dynamo, que contribuem para o constante aperfeiçoamento da nossa governança corporativa e a solidificação dos controles internos.

### Estratégias

**Continuar a expandir as vendas das nossas marcas dentro dos canais de distribuição existentes.** Acreditamos haver oportunidades significativas de expansão das vendas dos nossos produtos por meio dos principais canais de distribuição que adotamos, que apresentaram forte crescimento nos últimos anos em função do aumento da renda e do contínuo aumento do número de *shopping centers* no País, entre outros fatores. Adicionalmente, pretendemos impulsionar nossas marcas por meio da revitalização das nossas plataformas de comunicação, bem como do aumento seletivo dos investimentos em *marketing* institucional e cooperado em veículos de alto retorno. O objetivo de tal estratégia é capturar as oportunidades de crescimento, aumentando nossos pontos de venda e ganhando espaço de vitrine nos nossos varejistas existentes. Entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2010, aumentamos nossa base de Clientes Ativos em 27,4%, e nossa venda média para nossos Clientes em 9,8%, e acreditamos que conseguiremos continuar crescendo de forma substancial.

**Desenvolver novos canais de distribuição.** Canais de distribuição menos tradicionais tais como lojas de departamento voltadas para moda, lojas de acessórios, lojas de departamento esportivo e lojas *online*, têm ganhado relevância no segmento de relógios no Brasil. Pretendemos fortalecer nossas atividades e incrementar nossa participação de mercado por meio da captação de novos Clientes nesses canais ainda pouco explorados por nós. Além disso, iniciamos em setembro de 2010 a implementação de um projeto de varejo franqueado dedicado à venda de nossas marcas, em parceria com nossos atuais Clientes e com foco nos principais *shopping centers* e centros comerciais do Brasil. Operamos atualmente com dois formatos diferentes: "Timecenter", com foco em relógios de todas as nossas marcas, e "Euro", com foco específico na marca "Euro" e em produtos complementares. Acreditamos que essa estratégia permitirá aumento do espaço de vitrine dedicado aos nossos produtos, melhoria na visibilidade e exposição de nossas marcas e aprofundamento do relacionamento com os nossos atuais Clientes e com os Consumidores. Acreditamos que em alguns anos esses pontos de venda exclusivos serão um importante complemento a nossa atual rede de distribuição e uma relevante alavanca de crescimento.

**Fortalecer e inovar no desenvolvimento de produtos.** O segmento de relógios mundial e nacional tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de diferentes materiais. Como nosso segmento segue tendências de moda, continuaremos a desenvolver produtos inovadores de forma a manter o interesse de nossos Clientes e Consumidores. Almejamos intensificar e segmentar o trabalho da nossa equipe de *design* a fim de conceber constantemente produtos diferenciados que representem e definam fielmente o posicionamento de cada uma de nossas marcas, em termos de conceito, *design* ou material. Pretendemos continuar ampliando nosso mercado consumidor, atraindo Consumidores que não consumiam nossos produtos ou que os consumiam de forma pouco frequente.

## 7.9 - Outras informações relevantes

**Desenvolver, licenciar ou adquirir novas marcas de relógio.** Temos um portfólio forte e reconhecido de marcas, e bastante enxuto. Entendemos que existe uma grande oportunidade de complementar nosso portfólio com marcas que atuem em segmentos ainda não ocupados pelas marcas existentes, aumentando ainda mais a parcela da população atingida e ganhando ainda mais exposição na vitrine dos nossos Clientes. Continuaremos a gerir nosso *mix* de marcas de forma a alcançar novas categorias de Consumidores e consolidar nosso posicionamento nas categorias em que já atingimos posição relevante, inclusive por meio de novas marcas. Acreditamos ser a empresa brasileira melhor estruturada para desenvolver, licenciar ou adquirir novas marcas de relógio complementares às marcas que já possuímos, tanto pela nossa solidez institucional e financeira quanto pela possibilidade de alavancar nossos ativos e nossas estruturas existentes de compra, montagem, distribuição e pós-venda.

**Expandir para outros segmentos de acessórios.** Apesar de não termos planos concretos nesse sentido no curto prazo, consideramos expandir nossa atuação para outros segmentos de acessórios de moda, como óculos e semijóias. Esses produtos compartilham importantes características com nosso negócio, entre elas (i) a rede de fornecimento de matéria-prima primordialmente baseada na China; (ii) a operação dentro de parâmetros similares de desenvolvimento, logística e controle de qualidades; e (iii) a distribuição por meio de rede similar de Clientes, sendo que mais de 70% dos nossos Clientes já vendem óculos e/ou semijóias. Acreditamos haver diversas oportunidades para expandirmos nossa oferta de produtos nessas outras categorias, promovendo a venda de um *mix* de produtos mais amplo e complementar à nossa linha de relógios atual.

### Nossa Visão e Nossos Valores

#### Visão

Ser a maior e melhor empresa de relógios e acessórios das Américas, criando vínculos fortes e duradouros com nossos Consumidores e Clientes.

#### Valores

**Gente:** Recrutamos, mantemos e desenvolvemos os melhores profissionais que tenham entusiasmo, pró-atividade, e trabalhem arduamente. Trabalhamos em equipe em um ambiente aberto a questionamentos e sugestões.

**Ética:** Pautamos nossas ações pelos mais altos padrões éticos e profissionais. Conduzimos nossos negócios de forma transparente e íntegra.

**Pioneirismo:** Incentivamos a criatividade e agilidade necessária para inovar, procurando permanentemente novos produtos, serviços, e processos para surpreender positivamente nossos Consumidores e Clientes.

**Qualidade:** Buscamos, incorporamos, desenvolvemos e implantamos padrões de excelência em todo trabalho que realizamos, dos nossos produtos aos nossos processos.

**Meritocracia:** Recompensamos e proporcionamos oportunidades para que as pessoas cresçam em velocidade condizente com seus resultados, avaliados de forma clara e completa, sem nenhum tipo de restrição ou favorecimento.

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

### a) controladores diretos e indiretos

Nosso controlador direto é o GMT FIP.

A tabela abaixo indica a participação de nossos acionistas em nosso capital na data deste Formulário de Referência:

	Ações	(%) Capital Total
GMT FIP .....	61.500.244	94,28
Administradores <sup>(1)(2)</sup> .....	3.461.080	5,31
Outros <sup>(3)</sup> .....	267.936	0,41
<b>Total</b> .....	<b>65.229.260</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> Compreende as participações dos Srs. Mario Spinola e Castro, Cristiano de Mesquita Souza, Marcelo Pereira Lopes de Medeiros, Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, Thiago Frias Pícolo Peres, Maurício Elisio Martins Loureiro, Manoel Lins Junior, Pedro Ramiro Pauly Wiltgen, Luiz Orenstein e Ana Luiza Machado Alves Daripa.

<sup>(2)</sup> Além dessa participação, os administradores também detêm 14,76% do GMT FIP, perfazendo 19,23% de nosso Capital Social.

<sup>(3)</sup> Compreende as ações subscritas por um grupo de 29 de nossos gerentes e coordenadores em 31 de maio de 2011.

Para mais informações sobre o GMT FIP, vide itens 15.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.

### b) controladas e coligadas

Na data deste Formulário de Referência, detemos 100% do capital social total da SD. A SD, por sua vez, detém 100% do capital total da TASA. Além disso, a TASA detém 100% do capital social da Technos Swiss, que foi constituída com finalidade específica e única de administrar a marca internacional "Technos", não tendo qualquer atividade operacional geradora de resultado ou qualquer passivo relevante.

### c) participações da Companhia em sociedades do grupo

Sociedade	Participação Direta da Companhia no Capital Social (%)		Participação Indireta da Companhia no Capital Social (%)
	Capital Votante	Capital Total	
SD .....	100,0	100,0	-
TASA .....	-	-	100,0

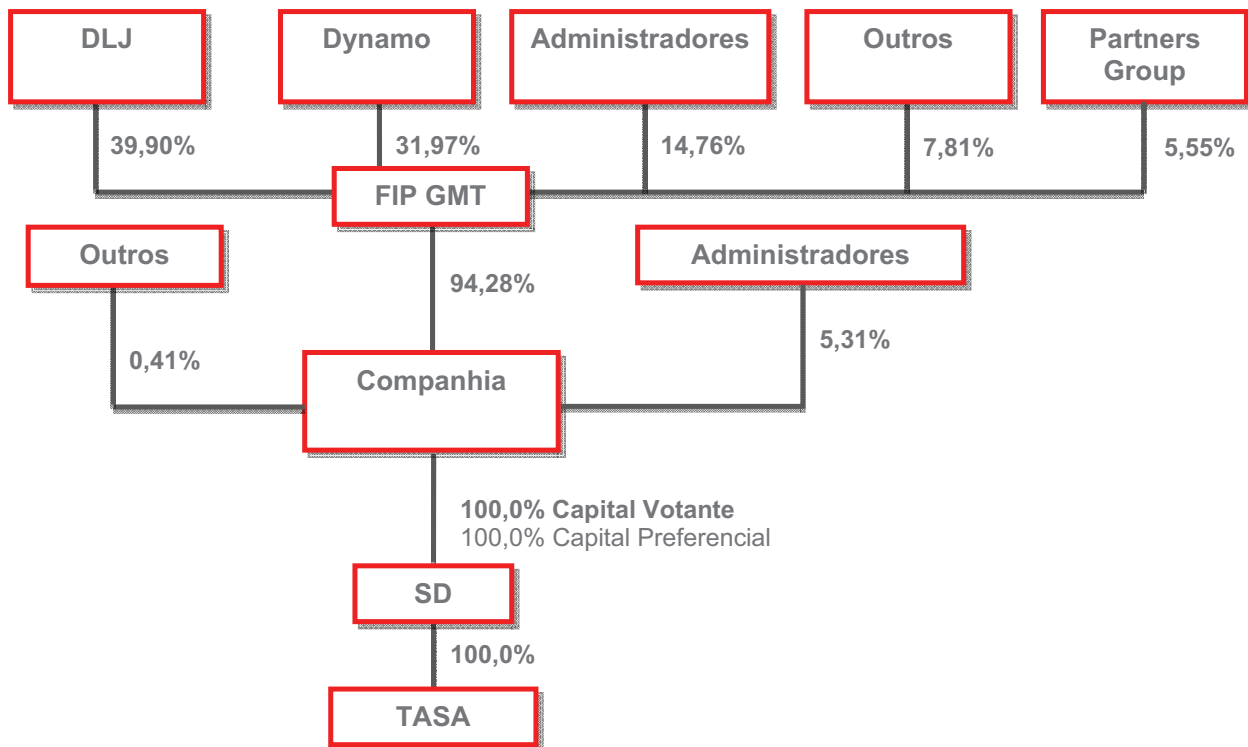
### d) participações de sociedades do grupo na Companhia

Nenhuma outra sociedade do grupo detém participação em nosso capital social.

### e) sociedades sob controle comum

Não aplicável, uma vez que não há sociedades sob controle comum.

## 8.2 - Organograma do Grupo Econômico



### 8.3 - Operações de reestruturação

<b>Data da operação</b>	<b>20/04/2011</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Reorganização societária
<b>Descrição da operação</b>	Em 8 de maio de 2008, a SD emitiu ações preferenciais equivalentes a 100% do capital preferencial, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FIP Multisetorial. Em 20 de abril de 2011, adquirimos do FIP Multisetorial a totalidade das ações preferenciais de emissão da SD pelo valor de R\$89.617.142,91, reajustado até a data do efetivo pagamento pela variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia “over extra-grupo”, expressas de forma percentual ao ano, base de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet. O pagamento do preço de aquisição das ações preferenciais de emissão da nossa subsidiária SD será efetuado com parte dos recursos obtidos por meio da oferta pública inicial de distribuição primária de ações de nossa emissão em até 120 dias a contar da data de aquisição das ações preferenciais. Para maiores informações sobre esta operação, vide item 6.5 (IV) deste Formulário de Referência.
<b>Data da operação</b>	<b>17/01/2011</b>
<b>Evento societário</b>	Aquisição e alienação de ativos importantes
<b>Descrição da operação</b>	Em 17 de janeiro de 2011, celebramos uma escritura pública de promessa de compra e venda relativa ao imóvel onde está atualmente localizada a nossa sede, situada na Rua Hélio Seelinger, 155, parte, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, pelo valor de R\$11,3 milhões. Recebemos um sinal de R\$2,3 milhões no ato da assinatura da promessa e assumimos a obrigação de atender determinadas condições até o dia 1º de junho de 2011. Em 18 de maio de 2011, assinamos a escritura pública definitiva de compra e venda, data na qual recebemos o saldo remanescente no valor de R\$9,0 milhões, sendo que, desse valor, o montante de R\$400,0 mil está depositado em garantia para fazer frente a eventuais contingências fiscais. Após a concretização da operação, nossa sede será transferida para um imóvel que alugamos por cinco anos no Empreendimento Américas Corporate, localizado na Avenida das Américas, nº 3.443, lojas 101, 102, 103, 104 e 105, Bloco 4, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, no mesmo bairro da nossa atual sede.
<b>Data da operação</b>	<b>14/05/2008</b>
<b>Evento societário</b>	Alienação e aquisição de controle societário
<b>Descrição da operação</b>	Em 14 de maio de 2010, celebramos, por meio da SD, um contrato de compra e venda de ações, pelo qual adquirimos 11.236.771 ações ordinárias de emissão da TASA, detidas por Mario Hilário Goettems, fundador e ex-controlador da TASA, e Maria Estela Silvestrin, representativas de aproximadamente 10,04% do capital social total da TASA. Após a compra, a SD passou a deter 100% do capital social da TASA.
<b>Data da operação</b>	<b>11/05/2008</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Reorganização societária
<b>Descrição da operação</b>	Em 11 de maio de 2008, foi aprovada a incorporação da T1 pela TERESA. Por meio dessa operação, a T1, com patrimônio líquido avaliado em R\$133,1 milhões, foi incorporada pela TERESA e declarada extinta. Na mesma data, foi aprovada a incorporação da TERESA pela TASA. Por meio dessa operação, a TERESA, com patrimônio líquido avaliado em R\$97,3 milhões, foi incorporada pela TASA e declarada extinta.
<b>Data da operação</b>	<b>08/05/2008</b>
<b>Evento societário</b>	Alienação e aquisição de controle societário

### **8.3 - Operações de reestruturação**

**Descrição da operação**

Em 8 de maio de 2008, celebramos, por meio de nossa controlada T1, um contrato com os acionistas da TERESA, por meio do qual adquirimos 525.054.304 ações ordinárias de emissão da TERESA, representativas de 90,34% do capital social desta sociedade.

---

## **8.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



## **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

Não há outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes para o desenvolvimento de nossas atividades que não estejam indicados nos itens 9.1(a) a 9.1(c) deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Planta de montagem e distribuição	Brasil	AM	Manaus	Própria
Escritório	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Filial	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Filial	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Filial	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Filial	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Filial	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Filial	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Filial	Brasil	BA	Salvador	Própria
Filial	Brasil	BA	Salvador	Própria
Filial	Brasil	BA	Salvador	Própria
Filial	Brasil	BA	Salvador	Própria
Filial	Brasil	BA	Salvador	Própria
Filial	Brasil	BA	Salvador	Própria
Filial	Brasil	PE	Recife	Própria
Filial	Brasil	PE	Recife	Própria
Filial	Brasil	PE	Recife	Própria
Filial	Brasil	DF	Brasília	Própria
Filial	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Filial	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Filial	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Filial	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Filial	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Filial	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Filial	Brasil	PA	Belém do Pará	Alugada
Filial	Brasil	AM	Manaus	Própria

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 2.127.007 – T Technos (nominativa) – classe 14.	Argentina	Expira em 14/11/2016.	-	-
Marcas	Registro nº 1.873.944 – T Technos (mista) – classe 14.	Argentina	Expira em 30.05.2012.	-	-
Marcas	Registro nº A224236 – T Technos (mista) – classe 14.	Austrália	Expira em 20.11.2013.	-	-
Marcas	Registro nº 44.649 – A – T Technos (mista) – classe 14.	Bolívia	Expira em 11.08.2011.	-	-
Marcas	Registro nº C-559 (63487-A) – Technos (nominativa) – classe 14.	Bolívia	Expira em 25.01.2012.	-	-

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	<p>Registro nº 815490038 – Sky Diver (nominativa) – classe NCL (8) 14 (em nome de Technos Relógios S.A.</p>	Brasil	Expira em 03.03.2012.	<p>Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca concedidos podem ser contestados, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei, ou por requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que violamos os direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito processual. Não temos conhecimento da existência de qualquer procedimento de violação por nossa parte além daqueles descritos neste Formulário de Referência. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI.</p>	<p>Não há como qualificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas nas condições de suas atividades. Conseqüentemente, teríamos de arcar com custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos e tempo da nossa administração para lidar com esta situação.</p>
Marcas	<p>Registro nº 819589128– Eurotime (nominativa)– classe 09.05(uso por meio de licença outorgada pela Euro)</p>	Brasil	Expira em 22.06.2019.	<p>São os mesmos eventos descritos acima.</p>	<p>São as mesmas consequências descritas acima.</p>

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 822178630 – Euro (mista) – classe 16 (uso por meio de licença outorgada pela Euro).	Brasil	Expira em 11.04.2016.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 824392183 – Euro (mista) – classe 14 (uso por meio de licença outorgada pela Euro).	Brasil	Expira em 13.01.2019.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 826305890 – Allora (nominativa) – classe 14 (uso por meio de licença outorgada pela Euro)	Brasil	Expira em 31.07.2017.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 826749240 – Allora (mista) – classe 14 (uso por meio de licença outorgada pela Euro).	Brasil	Expira em 09.10.2017.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 006581340 – (marca figurativa) – classe 09:05-10-15.	Brasil	Expira em 10.07.2017.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 006254470 – Technos (mista) – classe 09:05.	Brasil	Expira em 10.03.2016.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 006254462 – T Technos (nominativa) – classe 09:05.	Brasil	Expira em 10.03.2016.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 824238630 – G Goettems (mista) – classe NCL (7) 14.	Brasil	Expira em 17.04.2017.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
4 Marcas	Registro nº 824238621 – Technosport (mista) – classe NCL (7) 14.	Brasil	Expira em 01.07.2018.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 11.549 – T Technos (mista) – classe 14.	Brunei	Expira em 06.09.2013.	-	-
Marcas	Registro nº 852.959 – T Technos (nominativa) – classe 14.	Chile	Expira em 10.03.2019.	-	-

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº414.490 – T Technos (mista) – classe 14 (em nome de Gebtuder Gunzinger AG,Uhrenfabrik Te)	China	Expira em 10.03.2015.	-	-
Marcas	Registro nº 531.983 – T Technos (mista) – classe 14.	China	Expira em 19.10.2010.	-	-
Marcas	Registro nº 97.258 – T Technos (mista) – classe 14.	China	Expira em 28.09.2019.	-	-
Marcas	Registro nº 3.083.056 – Technos (em chinês) – classe 14.	China	Expira em 13.03.2013.	-	-
Marcas	Registro nº B16215 – T Technos – classe 14.	Chipre	Expira em 17.02.2010.	-	-
Marcas	Registro nº 76.694 – T Technos (mista) – classe 14.	Colômbia	Expira em 23.04.2012.	-	-
Marcas	Registro – T Technos 197362 (em caracteres) – classe 14.	Coreia do Sul	Expira em 27.07.2020.	-	-

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 16874 – T Technos (mista) – classe 14.	Coreia do Sul	Expira em 25.01.2019.	-	-
Marcas	Registro nº 3.683.322 – T Technos (mista) – em nome da Technos Swiss) – classe 14.	Estados Unidos da América	Expira em 10.03.2015.	-	-
Marcas	Registro nº 16660 – T Technos (mista) – classe 14.	Filipinas	Expira em 23.07.2011.	-	-
46 Marcas	Registro nº 2005B00251 – Skydiver (nominativa) – classe 14.	Hong Kong	Expira em 22.06.2015.	-	-
Marcas	Registro nº 20.020.104 – Skymaster (nominativa) – classe 14.	Hong Kong	Expira em 22.06.2015.	-	-
Marcas	Registro nº 19.780.667AA – T Technos (mista) – classes 09 e 14.	Hong Kong	Expira em 24.04.2020.	-	-
Marcas	Registro nº 19.560.789 – Technos (em chinês) – classe 14.	Hong Kong	Expira em 03.04.2015.	-	-



### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 19.500.035 – Technos (mista) – classe 14.	Hong Kong	Expira em 14.04.2015.	-	-
Marcas	Registro nº DO02009.037768 – T Technos.	Indonésia	Expira em 20.04.2020.	-	-
Marcas	Registro nº 86.876 – T Technos (mista) – classe 14.	Irlanda	Expira em 28.04.2020.	-	-
Marcas	Registro nº 1.402.652 – Technos – classe 09.	Japão	Expira em 27.12.2019.	-	-
Marcas	Registro nº 4.760.590 – Technos Silver Diamond (mista) – classe 14.	Japão	Expira em 02.04.2014.	-	-
Marcas	Registro nº 4.823.885 – Technosvip (nominativa) – classe 14.	Japão	Expira em 10.12.2014.	-	-
Marcas	Registro nº 4.832.121 – Technosvip – classe 09.	Japão	Expira em 14.01.2015.	-	-
Marcas	Registro nº 4.530.665 – T Technos (mista) – classe 14.	Japão	Expira em 21.12.2011.	-	-

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 600.857 – T Technos (nominativa) – classe 14.	México	Expira em 10.01.2019.	-	-
Marcas	Registro nº 804.082 – T Technos (mista) – classe 14.	México	Expira em 01.10.2012.	-	-
Marcas	Registro nº 805.523 – T Technos (mista – em nome da Technos Swiss) – classe 14.	Nova Zelândia	Expira em 24.04.2019.	-	-
Marcas	Registro nº 3379 – T Technos (mista) – classe 14.	Omã	Expira em 15.11.2019.	-	-
Marcas	Registro nº 663.735 – T Technos – classes 07, 09 e 14.	Diversos países da OMPI	Expira em 01.11.2016.	-	-
Marcas	Registro nº 414.490 – T Technos (em nome da Technos Swiss) – classes 07, 09 e 14.	Diversos países da OMPI	Expira em 10.03.2015.	-	-
Marcas	Registro nº 16.474 – T Technos (em nome da Technos Swiss) – classe 14.	Panamá	Expira em 09.05.2012.	-	-

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 78.951 – T Technos (mista) – classe 14.	Panamá	Expira em 04.01.2016.	-	-
Marcas	Registro nº 286.342 – T Technos (nominativa) – classe 14.	Paraguai	Expira em 21.02.2016.	-	-
Marcas	Registro nº 252.462 – T Technos (mista) – classe 14.	Paraguai	Expira em 28.05.2013.	-	-
Marcas	Registro nº 594.456 – T Technos (mista) – classe 14.	Paquistão	Expira em 10.08.2010.	-	-
Marcas	Registro nº M414490 – T Technos (mista) – classe 14 (em nome da Technos Swiss).	Reino Unido	Expira em 10.03.2015.	-	-
Marcas	Registro nº 377.873 – Technos Cougar (nominativa – em nome da Technos Swiss) – classe 14	Suíça	Expira em 01.12.2019.	-	-

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 381.461 – Technos (mista – em nome da Technos Swiss) – classe 14.	Suíça	Expira em 11.05.2020.	-	-
Marcas	Registro nº 273.997 – Technos (mista – em nome da Technos Swiss) – classes 07/09/14	Suíça	Expira em 08.11.2014.	-	-
Marcas	Registro nº 371.816 – Technos (em chinês – em nome da Technos Swiss) – classe 14.	Suíça	Expira em 06.04.2019.	-	-
Marcas	Registro nº 338.540 – Technos (mista – em nome da Technos Swiss) – classe 14.	Suíça	Expira em 01.04.2015.	-	-
Marcas	Registro nº 381.741 – Techosonic (nominativa – em nome da Technos Swiss) – classe 1	Suíça	Expira em 02.04.2020.	-	-
Marcas	Registro nº TM 541 – Technos (mista) – classe 14.	Tailândia	Expira em 14.11.2012.	-	-

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº TM 192.607 – T Technos (mista) – classe 14.	Tailândia	Expira em 14.10.2012.	-	-
Marcas	Registro nº 99.021.995 – T Technos (nominativa) – classes 9, 14 e 18.	Taiwan	Expira em 11.05.2020.	-	-
Marcas	Registro – Technos 13327 (em chinês).	Taiwan	Expira em 31.03.2012.	-	-
Marcas	Registro nº 119128 – T Technos (mista) – classe 14.	Turquia	Expira em 23.06.2020.	-	-
Marcas	Registro nº 355.044 – T Technos (mista) – classe 14.	Uruguai	Expira em 03.12.2014.	-	-
Marcas	Pedido de Registro nº 153.594 – T Technos (mista) – classe 14 (aguardando exame desde 10.04.2010).	Arábia Saudita	-	-	-
Marcas	Pedido de Registro nº 3.064.137 – Time Center – classe 35.	Argentina	-	-	-

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 903084406 – Mariner (nominativa) – classe 14.	Brasil	-	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca concedidos podem ser contestados, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei, ou por requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que violamos os direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito processual. Não temos conhecimento da existência de qualquer procedimento de violação por nossa parte além daqueles descritos neste Formulário de Referência. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI.	Não há como qualificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas nas condições de suas atividades. Conseqüentemente, teríamos de arcar com custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos e tempo da nossa administração para lidar com esta situação.
Marcas	Pedido de Registro nº 903084511 – Mariner Multicolor (nominativa) – classe 14.	Brasil	-	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 903084570 – Mundo Mariner – (nominativa) – classe 14.	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 824982622 – Euro Star (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro)	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 8225239974 – Eurosport (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro)	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 827514115 – Eurobijoux (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro)	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 827514123 – Eurosilver (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro)	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 829014586 – Euro Hand Wear (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro)	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 829014594 – Euro Hand Wear (mista) – classe 14 (licenciada pela Euro)	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 901797740 – Euro (mista) – classe 14 (licenciada pela Euro)	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.



## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 901798185 – Euro Relógios (mista) – classe 14 (licenciada pela Euro)	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 901617610 – Skymaster – classe NCL (9) 14	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 901617571 – Skyline – classe NCL (9) 14	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 830643745 – TM Multicolor – classe NCL (9) 14	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 830428410 – Now – classe NCL (9) 14	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 830388036 – T Technos O Estilo do Seu Tempo – classe NCL (9) 09	Brasil	–	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 830685111 – Timecenter – classe NCL (9) 14	Brasil	-	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 830685120 – Time Center (nominativa) – classe NCL (9) 35	Brasil	-	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 903229463 – Time Center (mista) – classe NCL (9) 35	Brasil	-	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 903229528 – Time Center (mista) – classe NCL (9) 35	Brasil	-	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de Registro nº 945.958 – Time Center – classe 35	Chile	-	-	-
Marcas	Pedido de Registro nº 31.332 – T Technos (mista) – classe 14	Grécia	-	-	-
Marcas	Pedido de Registro nº 1144768 – Time Center (mista) – classe 35	México	-	-	-

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 2006-00814 – T Technos (mista) – classe 14 (aguardando exame desde 18.01.2006)	Venezuela	-	-	-
Marcas	Ped. de Reg. nº 2005-017947 – Technos – transf. de Bruno Bloch (aguardando exame desde 18.08.2005)	Venezuela	-	-	-

### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
SD Participações S.A.	09.341.018/0001-21	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participação em outras sociedades como sócia ou acionista, no país ou no exterior.	100,000000
<b>31/03/2011</b>	0,000000	0,000000		0,00				
<b>31/12/2010</b>	0,000000	0,000000	9.300.000,00	<b>Valor mercado</b>	31/12/2010	129.198.670,00		
<b>31/12/2009</b>	0,000000	0,000000	14.831.000,00	<b>Valor contábil</b>				
<b>31/12/2008</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A SD é o veículo utilizado por nós para aquisição e manutenção de participação acionária na TASA.								
Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A.	04.628.426/0001-45	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Fabricação, venda e revenda, comércio atacadista e varejista, inclusive exportação e importação, de relógios, artigos de relojoaria, bens, peças ou partes em suas diferentes espécies, tipos e modelos, acabados ou semi-acabados, óculos, jóias, semijóias, bijuterias, bolsas, acessórios de moda e artigos de couro, a prestação de serviços e a representação mercantil ligadas ao ramo de sua atividade, bem como a industrialização e o beneficiamento de produtos para terceiros. Na realização de suas finalidades, a Companhia poderá participar do capital de outras empresas.	100,000000
<b>31/03/2011</b>	0,000000	0,000000		0,00				
<b>31/12/2010</b>	13.600000	0,000000		0,00	31/12/2010	170.245.995,00		
<b>31/12/2009</b>	0,000000	0,000000		0,00				
<b>31/12/2008</b>	0,000000	0,000000		0,00				
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A sociedade concentra as atividades operacionais de montagem, distribuição e venda de relógios.								

## 9.2 - Outras informações relevantes

Em relação ao item 9.1.(b) deste Formulário de Referência, informamos que já foram devidamente solicitadas as prorrogações dos seguintes registros de marca: (i) registro nº Reg. nº 531.983 – T Technos (mista) – classe 14, China, que expiraria em 19.10.2010; (ii) Reg. nº B16215 – T Technos – classe 14, Chipre, que expiraria em 17.02.2010; e (iii) Reg. nº 594.456 – T Technos (mista) – classe 14, Paquistão, que expiraria em 10.08.2010.

Ainda, em complementação ao item 9.1.(b) deste Formulário de Referência, informamos que somos titulares dos seguintes nomes de domínio:

<b>Tipo de Ativo</b>	<b>Descrição do Ativo</b>	<b>Território Atingido</b>	<b>Duração</b>
Nome de Domínio .....	allorarelogios.net.br	Brasil	Expira em 27.10.2014
Nome de Domínio .....	allorawatches.net.br	Brasil	Expira em 27.10.2014
Nome de Domínio .....	dugoettems.com.br	Brasil	Expira em 18.03.2012
Nome de Domínio .....	estiloeuro.com.br	Brasil	Expira em 30.07.2011
Nome de Domínio .....	estiloeuro.net.br	Brasil	Expira em 30.07.2011
Nome de Domínio .....	eurohandwear.net.br	Brasil	Expira em 27.10.2014
Nome de Domínio .....	eurorelogios.net.br	Brasil	Expira em 27.10.2014
Nome de Domínio .....	eurowear.net.br	Brasil	Expira em 27.10.2014
Nome de Domínio .....	goettems.com.br	Brasil	Expira em 24.06.2019
Nome de Domínio .....	goettems.net.br	Brasil	Expira em 22.10.2019
Nome de Domínio .....	marinerrelogios.com.br	Brasil	Expira em 29.03.2012
Nome de Domínio .....	mormairelogios.com.br	Brasil	Expira em 13.01.2012
Nome de Domínio .....	mycsp.com.br	Brasil	Expira em 03.08.2014
Nome de Domínio .....	mycsp.net.br	Brasil	Expira em 23.10.2014
Nome de Domínio .....	promotoras.net.br	Brasil	Expira em 05.11.2014
Nome de Domínio .....	relogiosmariner.com.br	Brasil	Expira em 29.03.2012
Nome de Domínio .....	relogiostimecenter.com.br	Brasil	Expira em 30.11.2011
Nome de Domínio .....	seiko.com.br	Brasil	Expira em 29.11.2014
Nome de Domínio .....	seiko.net.br	Brasil	Expira em 21.10.2014
Nome de Domínio .....	shoppingtimecenter.com.br	Brasil	Expira em 11.08.2011
Nome de Domínio .....	skydiver.com.br	Brasil	Expira em 24.06.2014
Nome de Domínio .....	skydiver.net.br	Brasil	Expira em 22.10.2014
Nome de Domínio .....	techinos.com.br	Brasil	Expira em 24.06.2014
Nome de Domínio .....	techinos.net.br	Brasil	Expira em 22.10.2014
Nome de Domínio .....	technos.com.br	Brasil	Expira em 12.08.2014
Nome de Domínio .....	technos.net.br	Brasil	Expira em 22.10.2014
Nome de Domínio .....	technosftp.com.br	Brasil	Expira em 27.10.2015
Nome de Domínio .....	technosport.com.br	Brasil	Expira em 29.08.2014
Nome de Domínio .....	technosport.net.br	Brasil	Expira em 22.10.2014
Nome de Domínio .....	tecnos.com.br	Brasil	Expira em 24.06.2014
Nome de Domínio .....	tecnos.net.br	Brasil	Expira em 22.10.2014
Nome de Domínio .....	teknos.com.br	Brasil	Expira em 24.06.2014
Nome de Domínio .....	teknos.net.br	Brasil	Expira em 22.10.2014
Nome de Domínio .....	timecenterrelogios.com.br	Brasil	Expira em 30.11.2011
Nome de Domínio .....	timecenterrelogios.com.br	Brasil	Expira em 30.11.2011
Nome de Domínio .....	timecenterwatch.com.br	Brasil	Expira em 30.11.2011
Nome de Domínio .....	timecenterwatches.com.br	Brasil	Expira em 30.11.2011

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que, atualmente, apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócios, assim como para cumprir as nossas obrigações contratuais de curto e médio prazos. Nossos objetivos ao administrar nosso capital são: (i) manter nossa capacidade de continuar a oferecer retorno aos nossos acionistas; e (ii) manter uma estrutura de capital enxuta para maximizar esse retorno. Temos a prudência financeira como filosofia, tendo buscado, até a data deste Formulário de Referência, financiar necessidades de capital de giro e investimentos cotidianos utilizando nosso próprio fluxo de caixa operacional.

### b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de março de 2011, nosso patrimônio líquido totalizava R\$138,3 milhões, enquanto nosso endividamento líquido (soma dos empréstimos e das obrigações financeiras deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de títulos mobiliários) era de R\$96,7 milhões. Acreditamos que a nossa atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, tanto na mensuração pela relação de dívida líquida sobre patrimônio líquido (69,9%), quanto pela relação de dívida líquida sobre EBITDA Ajustado de 2010 (1,5 vezes).

#### i. hipóteses de resgate

Na data deste Formulário de Referência, não existem hipóteses para realização de qualquer resgate das ações de nossa emissão, além das hipóteses previstas na Lei das Sociedades por Ações.

#### ii. fórmula de cálculo do valor do resgate

Como não há, na data deste Formulário de Referência, hipótese de realização de resgate de ações, não é possível mensurar a fórmula de cálculo de um valor hipotético de resgate.

### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Na data deste Formulário de Referência, todas as nossas obrigações contratuais (incluindo empréstimos e obrigações financeiras) referentes a nossos compromissos financeiros estão sendo assiduamente cumpridas.

A tabela abaixo indica nossas obrigações contratuais existentes em 31 de março de 2011:

Garantia	Pagamentos devidos por ano				Total
	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
	(em milhões de reais)				
Real .....	16,754	36,063	33,952	0,000	86,770
Flutuante .....	41,063	1,789	0,000	58,305	101,157
Quirografária .....	17,454	0,00	0,000	0,000	17,454
<b>Total .....</b>	<b>75,271</b>	<b>37,852</b>	<b>33,952</b>	<b>58,305</b>	<b>205,381</b>

Considerando o nosso perfil conservador de endividamento, o nosso fluxo de caixa e a nossa posição de liquidez, bem como os nossos projetos em fase de implantação, acreditamos ter liquidez e recursos de capital suficientes, a partir de nossa geração de caixa operacional e dos recursos obtidos com nossa oferta pública inicial de ações ordinárias, para continuar a cobrir nossos investimentos, aquisições, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos ser necessário contrairmos empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, temos capacidade para contratá-los com diversos bancos comerciais de primeira linha.

### d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Consumimos capital de giro com nosso crescimento, em função do financiamento concedido a nossos Clientes e da necessidade de compra de estoques. Historicamente, esses investimentos têm sido financiados principalmente pela nossa geração de caixa operacional e, eventualmente, por empréstimos e financiamentos pontuais e de curto prazo, quando necessário.

Nossos investimentos em ativos não-circulantes também têm sido financiados pela nossa geração de caixa operacional.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Geramos R\$4,1 milhões, R\$20,6 milhões e R\$31,4 milhões de fluxo de caixa livre operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, respectivamente. Geramos R\$14,3 milhões e R\$13,6 milhões de fluxo de caixa livre nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2010 e 2011, respectivamente. Esses valores evidenciam nossa capacidade de financiamento com recursos operacionais para cobrir investimentos que venham a ser maiores do que nosso histórico. Pretendemos manter nossa estratégia de financiamento com recursos próprios, complementada por linhas de financiamento aprovadas e disponíveis em diversos bancos comerciais de primeira linha, quando necessário.

### f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela a seguir demonstra a evolução do nosso endividamento consolidado nas respectivas datas:

Credor	Taxa de Juros	Vencimento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em 31 de março de	
			2008	2009	2010	2010	2011
(em milhões de reais)							
FIP Multisetorial .....	100% CDI CDI	11/05/2016 Conta	–	98,7	86,8	100,9	86,8
HSBC .....	+0,25% am	garantida	0,0	0,0	6,1	0,0	0,0
Mario Hilário Goettems .....	100% CDI	18/11/2011	0,0	0,0	17,0	0,0	17,5
Outros passivos circulantes <sup>(2)</sup> ....	N/A	N/A	11,5	16,6	33,1	14,6	41,1
Outros passivos não-circulantes <sup>(3)</sup> .....	N/A	N/A	61,9	45,2	57,0	48,5	60,1
<b>Total .....</b>			<b>73,4</b>	<b>160,5</b>	<b>200,0</b>	<b>164,0</b>	<b>205,4</b>

<sup>(1)</sup> De acordo com as práticas contábeis aplicáveis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, as obrigações financeiras referentes ao FIP Multisetorial não eram consideradas como passivo financeiro, mas como parte do nosso patrimônio líquido. Caso fossem contabilizadas como dívida, o valor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 seria equivalente a R\$114,9 milhões. Em 20 de abril de 2011, adquirimos do FIP Multisetorial a totalidade das ações preferenciais de emissão da SD, de modo que passamos a ser titulares da totalidade do capital social da SD. Utilizaremos parte dos recursos obtidos com a oferta pública inicial de distribuição primária de ações de nossa emissão para o pagamento do preço de aquisição de tais ações preferenciais.

<sup>(2)</sup> Inclui as seguintes rubricas: fornecedores, impostos, taxas e contribuições sociais a pagar, salários e encargos sociais a pagar, dividendos a pagar, licenciamentos a pagar e outras contas circulantes a pagar.

<sup>(3)</sup> Inclui as seguintes rubricas: licenciamentos a pagar, impostos de renda e contribuição social diferidos, provisões para contingências e outras contas não-circulantes a pagar.

### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

#### **FIP Multisetorial**

Em 8 de maio de 2008, a SD emitiu ações preferenciais equivalentes a 100% do seu capital preferencial, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FIP Multisetorial. Em 20 de abril de 2011, adquirimos do FIP Multisetorial a totalidade de tais ações preferenciais, de modo que passamos a ser titulares da totalidade do capital social da SD. Utilizaremos parte dos recursos obtidos com a oferta pública inicial de distribuição primária de ações de nossa emissão para o pagamento do preço de aquisição de tais ações preferenciais. Para mais informações sobre a aquisição, ver item 6.5 (IV) deste Formulário de Referência.

#### **Mario Hilário Goettems e Maria Estela Silvestrin**

Em 14 de maio de 2010, celebramos, por meio da SD, um contrato de compra e venda de ações, por meio do qual adquirimos 11,2 milhões de ações ordinárias representativas do capital social da TASA detidas por Mario Hilário Goettems, fundador e ex-controlador da TASA, e Maria Estela Silvestrin. Essas ações representavam aproximadamente 10,04% do capital social total da TASA. Após a compra, a SD passou a deter 100% do capital social da TASA.

Parte do preço total de compra foi compensada em razão de crédito devido pela SD contra os vendedores, restando, na data deste Formulário de Referência, apenas uma parcela a ser paga em 18 de novembro de 2011, cujo valor será reajustado desde a data de assinatura do contrato até a data do pagamento pela variação de 100% do CDI. Na data deste Formulário de Referência, o valor da parcela ainda a vencer totalizava R\$9,0 milhões, a ser totalmente liquidado até 18 de novembro de 2011.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O contrato não impõe nenhuma restrição para nós, para a TASA, ou para a SD, especialmente com relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

### **ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Em 30 de outubro de 2008, a TASA celebrou um contrato com o Banco Bradesco S.A. no qual concedeu ao banco exclusividade na prestação dos serviços de folha de pagamento de funcionários da TASA e, em contrapartida à exclusividade concedida, o Banco Bradesco S.A. concedeu à TASA um prêmio. Esse contrato tem prazo de duração de cinco anos.

### **iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Não possuímos dívidas além das obrigações contratuais detalhadas no item (i) acima.

### **iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Não existem, na data deste Formulário de Referência, restrições impostas a nós, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

### **g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Temos limites de financiamento aprovados e não utilizados em bancos comerciais de primeira linha para cobertura de nosso caixa. Possuímos um relacionamento próximo com diversos bancos comerciais de primeira linha e nunca enfrentamos problemas para obter financiamentos. Dessa forma, acreditamos, na data deste Formulário de Referência, que não teremos problemas para aumentar ou utilizar esses limites caso haja necessidade.

### **h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As informações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, assim como para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2010 e 2011, foram extraídas das nossas demonstrações financeiras, preparadas sob responsabilidade da nossa administração de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais refletem adequadamente o resultado de nossas operações e de nossa situação patrimonial e financeira nos respectivos períodos, e auditadas por nossos auditores independentes, de acordo com as normas aplicáveis no Brasil.

Nossas informações financeiras (controladora e consolidado) para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 foram elaboradas e são apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas normas e orientações que estavam vigentes à época. As práticas contábeis que estavam vigentes para as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009 são diferentes daquelas utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com o IFRS, o CPC emitiu várias normas e interpretações de normas, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil, com aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

A adoção desses novos pronunciamentos emitidos pelo CPC que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, requer também que sejam efetuados ajustes retroativos e consistentes às informações comparativas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Como resultado desse processo, os saldos e informações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, apresentados com base nas práticas contábeis aplicadas sobre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, são diferentes daquelas anteriormente apresentadas nas nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, apresentadas com base nas práticas contábeis vigentes nessas datas e, portanto, não são comparáveis.



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os impactos nas nossas demonstrações financeiras produzidos pela modificação de nossas práticas contábeis em 2010 estão apresentados na Nota 29 das demonstrações financeiras auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

As informações financeiras dos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, em bases consistentes com as práticas contábeis de 2010.

As informações financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 refletem nossa participação indireta na TASA apenas a partir da data do nosso investimento, em 8 de maio de 2008. Para o período de 1º de janeiro de 2008 até 7 de maio de 2008, as informações financeiras consolidadas refletem nossa natureza até então como empresa *holding* sem atividades operacionais. As comparações entre os resultados de 2008 e 2009 devem ser analisadas levando este efeito em consideração.

### **Descrição das Principais Linhas do Nosso Resultado**

Para um melhor entendimento de nossas demonstrações financeiras, apresentamos abaixo um resumo dos principais itens constantes da nossa conta de resultados.

#### **Receita Bruta**

Nossa receita bruta compreende a nossa receita com a venda de relógios e com a prestação de serviços de assistência técnica.

Analisamos nossa receita de vendas de relógios em função das categorias de relógios e por canal de distribuição a fim de entender melhor a fonte das variações de performance. No caso das categorias de relógios, trabalhamos com três classificações, em função das características de posicionamento de cada marca a seus modelos: (i) clássico, englobando relógios mais tradicionais (“Clássico”), segmento em que se inserem as marcas “Technos” e “Seiko”; (ii) esporte, com relógios voltados a um estilo de vida ativo (“Esporte”), segmento em que se insere nossa marca “Mormaii”; e (iii) moda, incluindo relógios decorados e voltados para a composição de um visual (“Moda”), segmento em que se inserem nossas marcas “Euro” e “Mariner”.

No que diz respeito aos canais de distribuição, trabalhamos também com três classificações: (i) lojas especializadas, incluindo principalmente relojarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes (“Lojas Especializadas”); (ii) magazines, incluindo principalmente lojas de departamento, lojas *online*, clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigos de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas (“Magazines”); e (iii) franquias, incluindo todas as nossas lojas franqueadas (“Franquias”).

#### **Deduções – (Impostos Sobre Vendas e Ajuste a Valor Presente)**

As deduções sobre a nossa receita bruta compreendem os impostos sobre vendas e o ajuste a valor presente.

#### **Impostos sobre vendas**

##### *IPI*

O IPI é um tributo de competência federal que incide sobre a saída de produtos industrializados nacionais e estrangeiros de forma não-cumulativa no momento da venda ou transferência entre estabelecimentos industriais ou equiparados.

Para fins de incidência do IPI, considera-se operação de industrialização a operação de montagem que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal, tal como a atividade desenvolvida por nossa Companhia.

As alíquotas aplicáveis estão descritas na Tabela de Incidência do IPI – TIPI e variam de acordo com a classificação fiscal do produto e conforme o seu grau de essencialidade, podendo ser majoradas a qualquer momento pelo Poder Executivo tendo em vista os objetivos da política econômica.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

São isentos do IPI os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus por estabelecimentos com projetos aprovados pelo Conselho de administração da SUFRAMA, em conformidade com o Processo Produtivo Básico, tais como aqueles desenvolvidos por nossa Companhia, que estão incluídos no Processo Produtivo Básico do pólo relojoeiro.

### ICMS

O ICMS é um tributo de competência dos Estados, incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

As alíquotas do ICMS dependem da classificação dos produtos e do Estado onde se localizam o fornecedor e o adquirente. Nas operações internas, as alíquotas normalmente são de 17%, 18% ou 19%, independentemente do fato do adquirente ser contribuinte ou não do imposto. Nas operações interestaduais as alíquotas são de 7% ou 12%, se o adquirente for contribuinte, e de 17%, 18% ou 19%, se o adquirente não for contribuinte. No caso de operações interestaduais destinadas a contribuintes do imposto, na hipótese de o produto vendido não ser destinado à industrialização ou comercialização subsequente, o adquirente deverá recolher o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna de seu Estado (17%, 18% ou 19%) e aquela aplicada por ocasião da operação interestadual (7% ou 12%).

Nós usufruímos do incentivo fiscal de redução da base de cálculo do ICMS em 45% nas operações de importação de insumos relativos à fabricação de cronômetro digital, relógio de bolso, relógio de pulso e relógio contador de tempo, vigente até 31 de dezembro de 2011.

Adicionalmente, possuímos o benefício fiscal do crédito estímulo do ICMS, correspondente a 55% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo à comercialização de relógio de bolso, relógio de pulso e relógio contador de tempo, vigente até 5 de outubro de 2023.

### PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são tributos incidentes sobre a receita bruta da empresa, assim entendida como o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

As alíquotas do PIS e da COFINS incidentes no regime cumulativo são de, respectivamente, 0,65% e 3%. Já na sistemática não-cumulativa, as alíquotas são de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Entretanto, a receita auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, tais como as receitas que auferimos, sujeitam-se ao regime não-cumulativo das contribuições COFINS e PIS às alíquotas de:

- (i) 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS, no caso de venda efetuada a: (a) pessoa jurídica estabelecida na Zona Franca de Manaus; e (b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o PIS e a COFINS no regime de não-cumulatividade;
- (ii) 1,3% para o PIS e 6% para a COFINS, no caso de venda efetuada a: (a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; (b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS e da COFINS; (c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e que seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES; e (d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal.

### ISS

O ISS incide sobre a prestação de serviços de qualquer natureza, e suas alíquotas variam de 2% a 5%, dependendo do Município competente, bem como do serviço prestado. De modo geral, o ISS é devido ao Município onde está localizado o estabelecimento prestador do serviço.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### **Ajuste a Valor Presente**

#### *Sobre vendas*

O ajuste a valor presente tem como objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Para determinar o valor presente de um fluxo de caixa, três informações são requeridas: (i) valor do fluxo futuro (considerando todos os termos e as condições contratados); (ii) data do referido fluxo financeiro; e (iii) taxa de desconto aplicável à transação.

#### *Sobre impostos*

O ajuste a valor presente sobre impostos está diretamente relacionado ao ajuste a valor presente sobre vendas, sendo simplesmente a parcela de impostos correspondente ao ajuste a valor presente sobre vendas.

### **Custo das Vendas**

Nosso custo das vendas inclui, principalmente, (i) os componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros; e (ii) a mão-de-obra e custos indiretos agregados dentro do nosso processo de montagem em Manaus. Além disso, essa conta também inclui o custo das peças vendidas na assistência técnica e o custo da mão-de-obra dedicada ao reparo de relógios, custo de embalagens e o custo associado a devoluções.

Usufruímos de certos benefícios fiscais federais e estaduais por industrializarmos nossos produtos na Zona Franca de Manaus, sob projetos aprovados pela SUFRAMA, concedidos pela Receita Federal e pelo Estado do Amazonas. Alguns destes benefícios têm um efeito redutor nos nossos impostos sobre a importação de componentes, afetando portanto nosso custo de vendas, quais sejam: (i) isenção de 100% do IPI; e (ii) redução de 88% do imposto de importação. Estes incentivos se aplicam somente na importação de componentes destinados a industrialização na Zona Franca e venda a partir da nossa unidade em Manaus.

### **Despesas com Vendas**

Nossas despesas com vendas podem ser divididas entre despesas variáveis e fixas.

As despesas com vendas variáveis consistem principalmente em despesas de comissão e prêmios sobre as vendas, despesas de frete, despesas de publicidade e despesas com *royalties*.

As despesas com vendas fixas consistem principalmente em despesas de folha e encargos dos empregados do departamento de vendas, *marketing*, e produtos, dentre outras despesas diversas. As despesas com o restante da nossa folha de pagamento fazem parte das despesas administrativas.

### **Despesas Administrativas**

Nossas despesas administrativas são primordialmente despesas fixas, e consistem principalmente em despesas com folha e encargos dos departamentos administrativos, remuneração dos Administradores, programa de participação nos lucros e resultados, despesas com processamento de dados e comunicações, despesas com advogados, consultores e auditores, despesas bancárias e de cobrança, viagens, depreciação e amortização do imobilizado administrativo e outras despesas diversas. O programa de participação nos lucros e resultados abrange todos os nossos funcionários, incluindo nossos Administradores, com base em metas de crescimento e retorno da nossa Companhia, de cada departamento e individuais.

### **Outras, Líquidos**

Inclui a provisão para contingências, que representa a constituição ou reversão de provisões para perdas, com destaque para as provisões de estoque e provisões de passivos tributários e fiscais, e outras receitas e despesas diversas.

### **Resultado Financeiro Líquido**

Nossa receita financeira é composta principalmente de rendimentos sobre o nosso caixa, que é aplicado principalmente em certificados de depósito bancário de bancos comerciais de primeira linha, e de multas de atraso cobradas de nossos Clientes. Nossa despesa financeira é composta principalmente de despesas de juros sobre financiamentos e descontos para Clientes.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido inclui impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são compostos principalmente pela realização de ativo fiscal diferido.

Usufruímos de certos benefícios fiscais federais e estaduais por industrializarmos nossos produtos na Zona Franca de Manaus, sob projetos aprovados pela SUFRAMA, pela Receita Federal, e pelo Estado do Amazonas. Um destes benefícios tem um efeito redutor no nosso imposto de renda, concedendo a redução de 75% do IRPJ (inclusive adicional) relativo a projeto de modernização para produção de relógios de bolso, cronômetros e relógios de pulso. O benefício iniciou-se em 28 de fevereiro de 1967, tendo sido renovado por diversas vezes no passado. A última renovação ocorreu em 2004 e encerra-se em 1º de janeiro de 2013, podendo ser prorrogada por um prazo adicional de 10 anos, de acordo com a legislação aplicável.

Este incentivo fiscal tem como objetivo o desenvolvimento de empreendimentos que contribuam para o crescimento econômico e social da região de atuação da SUDENE e da SUDAM e, portanto, se aplica somente ao lucro apurado a partir do negócio de industrialização de nossos relógios na Zona Franca e venda a partir da nossa unidade em Manaus.

A redução de 75% do IRPJ é baseada no lucro da exploração, o qual representa o lucro líquido do período de apuração antes de deduzida a provisão para o imposto de renda e algumas exclusões (receitas financeiras que excedem as despesas financeiras, os rendimentos e prejuízos das participações societárias e resultados não operacionais).

### Principais alterações nas contas de resultado

#### COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE MARÇO DE 2010

	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
	2010	AV <sup>(1)</sup> (%)	2011	AV <sup>(1)</sup> (%)	AH <sup>(2)</sup> (%)
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
<b>Receita Bruta</b> .....	<b>37,3</b>	<b>120,8</b>	<b>57,4</b>	<b>122,5</b>	<b>54,0</b>
Deduções.....	(6,4)	-20,8	(10,6)	-22,5	64,6
Receita Líquida.....	30,9	100,0	46,9	100,0	51,8
Custo das vendas.....	(12,2)	-39,5	(18,5)	-39,4	51,4
<b>Lucro Bruto</b> .....	<b>18,7</b>	<b>60,5</b>	<b>28,4</b>	<b>60,6</b>	<b>52,1</b>
Despesas com vendas.....	(7,9)	-25,4	(11,9)	-25,4	51,1
Despesas administrativas.....	(4,1)	-13,2	(5,3)	-11,4	30,2
Outros, líquidos.....	(0,8)	-2,5	(0,7)	-1,6	-0,1
<b>Lucro operacional</b> .....	<b>6,0</b>	<b>19,3</b>	<b>10,4</b>	<b>22,3</b>	<b>75,1</b>
Receitas financeiras.....	1,9	6,2	2,4	5,1	25,8
Despesas financeiras.....	(2,1)	-6,7	(3,3)	-6,9	60,4
<b>Resultado financeiro, líquido</b> .....	<b>(0,2)</b>	<b>-0,1</b>	<b>(0,9)</b>	<b>-2,0</b>	<b>472,1</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b> .....	<b>5,8</b>	<b>18,8</b>	<b>9,5</b>	<b>20,3</b>	<b>64,1</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente.....	(0,4)	-1,4	(1,7)	-3,6	297,9
Diferido.....	(1,3)	-4,2	(2,1)	-4,4	62,3
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b> .....	<b>4,1</b>	<b>13,3</b>	<b>5,7</b>	<b>12,3</b>	<b>40,4</b>
<b>Atribuível</b>					
Acionista da Companhia.....	3,5		5,7		58,3
Participação dos não controladores.....	0,6				—
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>6,9</b>	<b>22,3</b>	<b>9,0</b>	<b>19,2</b>	<b>31,0</b>

<sup>(1)</sup> Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida.

<sup>(2)</sup> Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2010 e 31 de março de 2011.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Receita Bruta

Nossa receita bruta passou de R\$37,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$57,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$20,1 milhões ou 54,0%. A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
	2010	(%) do Total	2011	(%) do Total	Variação (%) 2010/2011
<b>Receita Bruta</b>	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
Venda de Relógios.....	35,7	95,7	55,5	96,7	55,7
Assistência Técnica .....	1,6	4,3	1,9	3,3	16,7
<b>Total .....</b>	<b>37,3</b>	<b>100,0</b>	<b>57,4</b>	<b>100,0</b>	<b>54,0</b>

### Venda de Relógios

Nossa receita bruta com a venda de relógios passou de R\$35,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$55,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$19,9 milhões ou 55,7%. Esse aumento foi decorrente de um acréscimo de 65,3% no volume de relógios vendidos, atingindo 562 mil unidades no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, em relação a 340 mil unidades vendidas no mesmo período em 2010, e foi parcialmente compensado por um decréscimo de 5,8% no preço médio por relógio causado por mudança de mix de produtos, mais especificamente pelo aumento do volume de vendas de relógio de menor valor como os relógios troca-pulseiras.

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada uma das categorias de relógio:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
	2010	(%) do Total	2011	(%) do Total	Variação (%) 2010/2011
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
<b>Venda de Relógios (por Categoria de Relógios)</b>					
Clássico .....	26,5	74,3	34,3	61,8	29,5
Esporte .....	8,7	24,3	14,2	25,6	64,2
Moda.....	0,5	1,4	7,0	12,6	1.328,4
<b>Total .....</b>	<b>35,7</b>	<b>100,0</b>	<b>55,5</b>	<b>100,0</b>	<b>55,7</b>

A categoria Clássico passou de uma participação de 74,3% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para uma participação de 61,8% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando uma redução de 12,5 pontos percentuais apesar de um crescimento de receita de R\$7,8 milhões. A categoria Esporte passou de uma participação de 24,3% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para uma participação de 25,6% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de 1,3 ponto percentual e R\$5,6 milhões em receita. A categoria Moda demonstrou expressiva expansão e passou de uma participação de 1,4% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para uma participação de 12,6% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de 11,2 pontos percentuais e R\$6,5 milhões em receita. Apesar do crescimento consistente da categoria Clássico, a uma taxa de crescimento de 29,5% entre o período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 e o período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, observamos que essa categoria perdeu participação dentro da nossa receita bruta em função do crescimento de 1.328,4% da categoria Moda. Nossa presença nesse segmento continua crescendo, em função do grande sucesso nos lançamentos e da consolidação e aceitação pelos Consumidores das marcas “Euro” e “Mariner.” Esse ganho de participação das marcas da categoria Moda, que tem preços médios inferiores ao preço médio de nossos produtos, explica a redução de preço médio observado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011 em relação a igual período de 2010.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada um dos canais de distribuição:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de				Variação (%) 2010/2011
	2010	(%) do Total	2011	(%) do Total	
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
<b>Venda de Relógios (por Canal de Distribuição)</b>					
Lojas Especializadas .....	27,0	75,8	40,1	72,3	48,6
Magazines .....	8,6	24,2	15,3	27,6	77,6
Franquias <sup>(1)</sup> .....	0,0	0,0	0,1	0,1	-
<b>Total .....</b>	<b>35,7</b>	<b>100,0</b>	<b>55,5</b>	<b>100,0</b>	<b>55,7</b>

<sup>(1)</sup> Nossa primeira franquia foi inaugurada em setembro de 2010.

Na análise da venda de relógios por canal de distribuição, vemos que Magazines passaram de uma participação de 24,2% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para uma participação de 27,6% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de 3,4 pontos percentuais. Lojas Especializadas passaram de uma participação de 75,8% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para uma participação de 72,3% da nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando uma redução de 3,5 pontos percentuais. As Franquias contribuíram com R\$ 0,1 milhão e representaram 0,1% da receita em 31 de março de 2011. Todos nossos canais de distribuição demonstraram fortes crescimentos no período analisado.

### Assistência Técnica

Nossa receita bruta com assistência técnica passou de R\$1,6 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$1,9 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,3 milhão ou 16,7%. Esse aumento foi decorrente, principalmente, de um aumento no volume de relógios reparados fora da garantia.

### Deduções – (Impostos sobre Vendas e Ajuste a Valor Presente)

As deduções da receita bruta passaram de R\$6,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$10,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$4,1 milhões ou 64,6%. Esse aumento é decorrente tanto do aumento dos impostos sobre vendas quanto o aumento do ajuste a valor presente, que cresceram principalmente em função do crescimento da receita bruta.

Os impostos sobre vendas passaram de R\$5,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$9,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$3,4 milhões ou 62,3% em função do aumento da receita bruta. Percebemos um pequeno aumento na proporção dos impostos sobre vendas em relação à receita bruta em função da dinâmica de aproveitamento dos nossos benefícios fiscais.

O ajuste a valor presente líquido (ajuste a valor presente sobre vendas menos ajuste a valor presente sobre impostos) passou de R\$1,0 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$1,8 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,7 milhão ou 79,6%, em função do aumento da receita bruta e do aumento da taxa SELIC, parâmetro utilizado no cálculo do ajuste a valor presente.

### Receita Líquida

A receita líquida passou de R\$30,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$46,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$16,0 milhões ou 51,8%. Este aumento é decorrente do aumento do volume de vendas, e das variações das deduções descritas acima.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Período de três meses encerrado em 31 de março de			
	2010	2011	AH (%)	AH (\$)
	(em milhões de reais, exceto percentuais)			
Receita Bruta .....	37,3	57,4	54,0	20,1
Ajuste a Valor Presente Sobre Vendas.....	(1,0)	(1,8)	79,6	(0,7)
Impostos sobre Vendas .....	(5,6)	(9,1)	64,3	(3,7)
Ajuste a Valor Presente Sobre Impostos .....	0,1	0,3	138,4	0,2
<b>Receita Líquida .....</b>	<b>30,9</b>	<b>46,9</b>	<b>51,8</b>	<b>16,0</b>

### Custo das Vendas

Nosso custo das vendas passou de R\$12,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$18,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$6,3 milhões ou 51,4%. Esse aumento percentual foi ligeiramente inferior ao aumento percentual da receita líquida, resultando em um aumento da margem.

Os custos dos componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros, os custos de mão-de-obra e custos indiretos agregados, tais como, energia elétrica, uniformes, material de uso e de consumo, aumentaram em 46,8% e 113,6%, respectivamente, entre os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2010 e 2011. Atribuímos o aumento de tais custos ao acréscimo do volume de produtos vendidos e ao aprimoramento da área de qualidade de produtos, demandando maiores custos de mão-de-obra.

Essa conta também inclui o custo das peças vendidas na assistência técnica e o custo da mão-de-obra dedicada ao reparo de relógios. Esses custos também cresceram entre os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2010 e 2011 de R\$2,1 milhões para R\$2,9 milhões, respectivamente, aumento de R\$0,8 milhão ou 36,2%. Atribuímos o aumento de tais custos ao aumento no número de ordens de serviço executadas nas nossas oficinas, que por sua vez aumentou em função do aumento no volume de vendas.

### Lucro Bruto

Em razão dos fatores expostos acima, nosso lucro bruto passou de R\$18,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$28,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$9,7 milhões ou 52,1%. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 e 2011, a margem bruta atingiu 60,5% e 60,6%, respectivamente, representando um aumento de 0,1 ponto percentual.

### Despesas com Vendas

As despesas com vendas passaram de R\$7,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$11,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$4,0 milhões ou 51,1%. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, a parcela variável e a parcela fixa representaram 88,6% e 11,4%, respectivamente, do total das nossas despesas com vendas. Nossas despesas com vendas representaram 25,5% e 25,4% do total de nossa receita líquida nos períodos encerrados em 31 de março de 2010 e 2011, respectivamente.

O aumento das despesas comerciais entre os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2010 e 31 de março de 2011 ocorreu tanto em função do aumento das despesas com vendas variáveis quanto fixas.

Nossas despesas com vendas variáveis passaram de R\$7,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$10,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$3,3 milhões ou 45,8%. Esta variação ocorreu principalmente devido a: (i) o aumento de 43,6% ou R\$1,5 milhão em salários e comissões sobre vendas, em função do aumento de vendas e da ampliação da estrutura comercial; (ii) o aumento de 69,7% ou R\$0,8 milhão nos fretes pagos, em função do aumento de vendas em volume; e (iii) o aumento de 32,4% ou R\$0,5 milhão nas despesas de publicidade, em função da maior exposição de nossas marcas.

Nossas despesas com vendas fixas passaram de R\$0,6 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$1,4 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,7 milhão ou 110,5%. Esse aumento pode ser atribuído principalmente a: (i) serviços de consultoria no valor de R\$0,4 milhão; e (ii) o aumento de 39,2% ou R\$0,2 milhão nas outras despesas fixas com vendas.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas passaram de R\$4,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$5,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$1,2 milhão ou 30,2%. Esta variação ocorreu devido a: (i) aumento de 27,4% ou R\$0,4 milhão nas despesas de folha e encargos, em função do aumento de quadros administrativos necessários para suportar o nosso crescimento e fortalecer nossos controles internos; (ii) aumento de 37,4% ou R\$0,3 milhão nas despesas de benefícios a empregados, também ligado ao aumento de quadros administrativos; e (iii) o aumento de 141,9% ou R\$0,5 milhão em despesas com auditorias e consultorias.

Nossas despesas administrativas representaram 11,4% e 13,2% do total da nossa receita líquida nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2011 e 2010, respectivamente, representando uma redução de 1,8 pontos percentuais.

### Outras, Líquidos

O resultado das outras contas representou uma despesa de R\$0,8 milhão no exercício social encerrado em 31 de março de 2010 e R\$0,7 milhão no exercício social encerrado em 31 de março de 2011.

A despesa no exercício social encerrado em 31 de março de 2010 é composta por: (i) provisão para participação nos lucros no montante de R\$1,1 milhão; e (ii) outras receitas de R\$0,3 milhão.

A despesa no exercício social encerrado em 31 de março de 2011 é composta por: (i) provisão para participação nos lucros no montante de R\$1,3 milhão; e (ii) outras receitas de R\$0,6 milhão.

### Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras passaram de R\$1,9 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$2,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,5 milhão ou 25,8%. Essa diferença deve-se principalmente a: (i) aumento de 43,4% ou R\$0,6 milhão na realização de ajustes a valor presente; (ii) redução de 63,6% ou R\$0,3 milhão na receita financeira sobre títulos e valores mobiliários; e (iii) aumento de R\$0,2 milhão em outras receitas financeiras.

### Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras passaram de R\$2,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$3,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$1,3 milhão ou 60,4%. Essa diferença deve-se principalmente a: (i) aumento de 36,5% ou R\$0,7 milhão em despesas com empréstimos, e; (ii) aumento de R\$0,2 milhão em descontos financeiros concedidos a Clientes.

### Resultado Financeiro, Líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de um valor negativo de R\$0,2 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para um valor negativo de R\$0,9 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,7 milhão ou 472,0%.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

#### *Corrente*

Nosso imposto de renda e a contribuição social corrente passou de R\$0,4 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$1,7 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$1,3 milhão ou 297,9%. Esse aumento é decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento da base de cálculo do nosso lucro tributável; (ii) impacto da provisão para participação nos lucros, que passou a ser contabilizada trimestralmente e influencia nossa base de lucro tributável; e (iii) dinâmica de aproveitamento do nosso benefício fiscal e do impacto da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da TASA.



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### *Diferido*

Nosso imposto de renda e a contribuição social diferido passou de R\$1,3 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$2,1 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,8 milhão ou 62,3%. Esse aumento é decorrente de variações ocorridas nas diferenças temporais reconhecidas na apuração do livro de apuração do lucro real.

### **Lucro Líquido do Período**

O nosso lucro líquido do período passou de R\$4,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$5,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$1,7 milhão ou 40,4%. O principal fator que contribuiu para este aumento foi o aumento da nossa receita bruta em conjunto com nosso lucro bruto. Contribuíram para o aumento do lucro líquido percentualmente inferior ao aumento da receita líquida os seguintes fatores: (i) aumento de 472,1% ou R\$0,8 milhão das despesas financeiras líquidas; e (ii) aumento de 297,9% ou R\$1,3 milhão no imposto de renda e contribuição social corrente, em função dos fatores já descritos acima.

### **Lucro Líquido Ajustado**

O nosso Lucro Líquido Ajustado passou de R\$6,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para R\$9,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$2,1 milhões ou 31,0%. Além dos fatores descritos acima na variação do lucro líquido, destacamos o ajuste referente à realização do crédito fiscal diferido, que totalizou R\$2,8 milhões em ambos os períodos e o ajuste de provisões para contingências não operacionais, que totalizou R\$0,5 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011 e zero no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2008	AV <sup>(1)</sup> (%)	2009 <sup>(2)</sup>	AV <sup>(1)</sup> (%)	AH <sup>(3)</sup> (%)	2009 <sup>(4)</sup>	AV <sup>(1)</sup> (%)	2010	AV <sup>(1)</sup> (%)	AH <sup>(5)</sup> (%)
	(em milhões de reais, exceto percentuais)									
<b>Receita Bruta</b> .....	<b>133,7</b>	<b>124,6</b>	<b>213,4</b>	<b>121,7</b>	<b>59,6</b>	<b>213,4</b>	<b>121,7</b>	<b>263,6</b>	<b>120,8</b>	<b>23,5</b>
Deduções .....	(26,4)	-24,6	(38,1)	-21,7	44,5	(38,1)	-21,7	(45,3)	-20,8	19,0
<b>Receita líquida</b> .....	<b>107,3</b>	<b>100,0</b>	<b>175,3</b>	<b>100,0</b>	<b>63,3</b>	<b>175,3</b>	<b>100,0</b>	<b>218,3</b>	<b>100,0</b>	<b>24,5</b>
Custo das Vendas .....	(40,6)	-43,6	(66,9)	-38,2	43,0	(66,9)	-38,2	(79,5)	-36,4	18,8
<b>Lucro Bruto</b> .....	<b>66,8</b>	<b>56,4</b>	<b>108,4</b>	<b>61,8</b>	<b>79,1</b>	<b>108,4</b>	<b>61,8</b>	<b>138,8</b>	<b>63,4</b>	<b>28,0</b>
Despesas com vendas .....	(24,6)	-22,9	(38,5)	-21,9	56,4	(38,5)	-21,9	(51,0)	-23,4	32,5
Despesas Administrativas .....	(16,2)	-15,1	(22,1)	-12,6	35,9	(22,1)	-12,6	(27,0)	-12,4	22,5
Outras, líquidos .....	(3,4)	2,8	4,9	2,8	66,3	4,9	2,8	(5,9)	-2,7	-
<b>Lucro operacional</b> .....	<b>22,6</b>	<b>21,1</b>	<b>52,8</b>	<b>30,1</b>	<b>133,1</b>	<b>52,8</b>	<b>30,1</b>	<b>54,9</b>	<b>25,2</b>	<b>4,1</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>										
Perdas em participações societárias .....	(15,0)	-14,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de ágio .....	(21,8)	-20,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras .....	(4,5)	-4,2	(1,9)	-1,0	-57,7	(12,7)	-7,2	(12,1)	-5,6	-4,1
Receitas financeiras .....	8,3	7,7	12,5	7,1	50,3	12,5	7,1	8,8	4,0	-29,4
Resultado financeiro, líquido ...	3,8	3,5	10,6	6,0	179,5	(0,2)	-0,1	(3,3)	-1,5	1.842,7
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b> .....	<b>(10,4)</b>	<b>-9,7</b>	<b>63,3</b>	<b>29,7</b>	<b>-</b>	<b>52,6</b>	<b>30,0</b>	<b>51,6</b>	<b>23,6</b>	<b>-1,9</b>
Imposto de renda e contribuição social										
Corrente .....	(1,0)	-1,0	(1,8)	-1,0	68,8	(1,8)	-1,0	(3,2)	-1,5	81,8
Diferido .....	0,2	0,2	(11,5)	-6,5	-	(11,5)	-6,5	(10,9)	-5,0	-5,3
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b> .....	<b>(11,2)</b>	<b>-10,4</b>	<b>50,1</b>	<b>23,5</b>	<b>-</b>	<b>39,4</b>	<b>22,5</b>	<b>37,5</b>	<b>17,2</b>	<b>-4,7</b>
<b>Atribuível</b>										
Acionista da Companhia .....	1,6	1,5	24,0		1.558,1	34,3		35,7		4,2
Participação dos não controladores .....	-12,8	-11,9	26,1		-	5,1		1,8		-64,1
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>24,0</b>	<b>22,6</b>	<b>40,6</b>	<b>23,2</b>	<b>67,6</b>	<b>41,0</b>	<b>23,4</b>	<b>50,3</b>	<b>23,1</b>	<b>22,7</b>

<sup>(1)</sup> Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida.

<sup>(2)</sup> Demonstração de resultado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009.

<sup>(3)</sup> Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009.

<sup>(4)</sup> Demonstração de resultado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010 (no contexto do processo de convergência ao IFRS).

<sup>(5)</sup> Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010.

Em razão da alteração das práticas contábeis vigentes no Brasil, (i) as demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, apresentadas como informações comparativas com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, sofreram ajustes e diferem daquelas originalmente emitidas e utilizadas na comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; e (ii) as análises comparativas entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 diferem e não são comparáveis às análises comparativas entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009. Para maiores informações sobre a alteração das práticas contábeis adotadas no Brasil, vide item 10.1.(h) deste Formulário de Referência.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

#### Receita Bruta

Nossa receita bruta passou de R\$213,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$263,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$50,2 milhões ou 23,5%. A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2009/2010
	2009	(%) do Total	2010	(%) do Total	
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
<b>Receita Bruta</b>					
Venda de Relógios.....	207,2	97,1	256,8	97,4	23,9
Assistência Técnica .....	6,2	2,9	6,8	2,6	11,1
<b>Total .....</b>	<b>213,4</b>	<b>100,0</b>	<b>263,6</b>	<b>100,0</b>	<b>23,5</b>

#### Venda de Relógios

Nossa receita bruta com a venda de relógios passou de R\$207,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$256,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$49,5 milhões ou 23,9%. Esse aumento foi decorrente principalmente de um aumento de 34,2% no volume de venda de relógios, atingindo 2,1 milhões de unidades vendidas em 2010, contra 1,5 milhão de unidades vendidas em 2009, e foi parcialmente compensado por um decréscimo de 7,7% no preço médio por relógio para R\$124 em 2010, contra preço médio de R\$134 em 2009, em função do aumento da participação das marcas “Mariner” e “Euro” nas nossas vendas de relógios.

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada uma das categorias de relógio descritas anteriormente neste Formulário de Referência:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2009/2010
	2009	(%) do Total	2010	(%) do Total	
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
<b>Venda de Relógios (por Categoria de Relógio)</b>					
Clássico .....	158,0	76,2	179,9	70,1	13,9
Esporte .....	47,7	23,0	61,5	23,9	28,8
Moda .....	1,6	0,8	15,4	6,0	873,8
<b>Total .....</b>	<b>207,2</b>	<b>100,0</b>	<b>256,8</b>	<b>100,0</b>	<b>23,9</b>

A categoria Clássico passou de uma participação de 76,2% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para uma participação de 70,1% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. A categoria Esporte passou de uma participação de 23,0% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para uma participação de 23,9% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. A categoria Moda passou de uma participação de 0,8% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para uma participação de 6,0% da nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Percebemos, portanto, um crescimento mais acentuado da categoria Moda, principalmente em função do lançamento, consolidação e aceitação pelo público das marcas “Euro” e “Mariner”, cujos produtos se concentram nesta categoria. Tivemos, também, o efeito do lançamento e do sucesso dos relógios troca-pulseira, já que a oferta atual de produtos sob a marca “Mariner” se concentra fortemente nesse tipo de produto. Apesar do crescimento na receita das categorias Clássico e Esporte, a taxas de crescimento de 13,9% e 28,8%, respectivamente, entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, observa-se que ambas as categorias perderam participação dentro da nossa receita bruta, devido ao forte crescimento da categoria Moda, que foi de 873,8% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010. O grande sucesso no lançamento da marca “Mariner” em setembro de 2010, e a consolidação e aceitação pelos Consumidores da marca “Euro”, lançada em outubro de 2009, ambas as quais têm preços médios inferiores ao preço médio de nossos produtos, explica a redução de preço médio observado em 2010 em relação a 2009.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta com a venda de relógios em cada um dos canais de distribuição descritos anteriormente neste Formulário de Referência:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2009/2010
	2009	(%) do Total	2010	(%) do Total	
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
<b>Venda de Relógios (por Canal de Distribuição)</b>					
Lojas Especializadas .....	148,6	71,7	180,2	70,2	21,3
Magazines .....	58,6	28,3	76,3	29,7	30,1
Franquias <sup>(1)</sup> .....	0	–	0,3	0,1	–
<b>Total .....</b>	<b>207,2</b>	<b>100,0</b>	<b>256,8</b>	<b>100,0</b>	<b>23,9</b>

<sup>(1)</sup> Nossa primeira franquia foi inaugurada em setembro de 2010.

Na análise da venda de relógios por canal de distribuição, vemos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 as vendas para Magazines aumentaram 30,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparado com um crescimento de vendas para Lojas Especializadas entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 de 21,3%, resultando em um ganho de participação de Magazines de 1,4 ponto percentual em relação às Lojas Especializadas. Atribuímos esse ganho ao aumento da penetração de nossos produtos junto a grandes magazines, bem como à forte expansão do número de lojas operadas por esses varejistas. O crescimento das vendas junto a varejistas virtuais e clubes de compra também contribuiu para esse ganho de participação. Iniciamos a implementação do nosso projeto de varejo franqueado apenas em setembro de 2010, quando houve a inauguração de nossa primeira loja franqueada, de forma que as Franquias ainda representam um percentual bastante inexpressivo da nossa receita bruta.

### Assistência Técnica

Nossa receita bruta com assistência técnica passou de R\$6,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$6,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$0,7 milhão ou 11,1%. Esse aumento foi decorrente, principalmente, de um aumento de 26,6% no volume de relógios reparados fora da garantia, e foi parcialmente compensado por uma redução de 12,3% na receita bruta média apurada por cada relógio reparado. Atribuímos o aumento do volume de relógios reparados ao aumento das vendas, e a redução na receita bruta média apurada por cada relógio reparado à menor complexidade dos serviços realizados.

### Deduções –(Impostos Sobre Vendas e Ajuste a Valor Presente)

As deduções da receita bruta passaram de R\$38,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$45,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$7,2 milhões ou 19,0%. Esse aumento é decorrente do aumento dos impostos sobre vendas, que cresceram principalmente em função do crescimento da receita bruta.

Os impostos sobre vendas passaram de R\$31,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$38,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$7,2 milhões ou 23,2% em função do aumento da receita bruta. Percebemos que houve uma estabilidade na proporção dos impostos sobre vendas em relação à receita bruta entre os dois exercícios sociais.

O ajuste a valor presente líquido (ajuste a valor presente sobre vendas menos ajuste a valor presente sobre impostos), manteve-se estável em R\$7,0 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010. Apesar do aumento da receita bruta, que leva ao aumento do ajuste a valor presente líquido, tivemos contrapontos na redução da taxa SELIC e na redução do prazo de pagamento concedido aos Clientes, ambos parâmetros utilizados no cálculo do ajuste a valor presente.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Receita Líquida

A receita líquida passou de R\$175,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$218,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$42,9 milhões ou 24,5%. Dado que o crescimento da receita bruta e dos impostos sobre vendas e serviços foi proporcional, o crescimento da receita líquida também foi proporcional e ocorreu pelos mesmos motivos descritos acima para a receita bruta.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação das nossas receitas bruta e líquida.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2009	2010	AH (%)	AH (\$)
	(em milhões de reais, exceto percentuais)			
Receita Bruta .....	213,4	263,6	23,5	50,2
Ajuste a Valor Presente .....	(8,0)	(8,2)	1,6	(0,1)
Impostos sobre Vendas .....	(31,1)	(38,4)	23,2	(7,2)
Ajuste a Valor Presente sobre Impostos.....	1,1	1,2	10,1	0,1
<b>Receita Líquida .....</b>	<b>175,3</b>	<b>218,3</b>	<b>24,5</b>	<b>42,9</b>

### Custo das Vendas

Nosso custo das vendas passou de R\$66,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$79,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$12,6 milhões ou 18,8%. Esse aumento percentual foi inferior ao aumento percentual da receita líquida, resultando em um aumento da margem.

Os custos dos componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros, os custos de mão-de-obra e indiretos e os custos de material e embalagem aumentaram 20,9%, 18,6%, e 66,3%, respectivamente, entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010. Atribuímos o aumento dos custos dos componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros e os custos de mão-de-obra e indiretos ao aumento do volume de relógios vendidos, o qual foi parcialmente compensado: (i) pela apreciação do real em relação ao dólar em 3,5% comparando-se as taxas de câmbio dos anos de 2009 (R\$1,74 para US\$1,00) e 2010 (R\$1,67 para US\$1,00), segundo dados do Banco Central do Brasil, o que reduz o custo unitário em reais dos produtos comprados de fornecedores estrangeiros; e (ii) pelo aumento de produtividade na nossa planta de montagem e distribuição em Manaus, o que reduz o custo unitário de mão-de-obra agregado ao produto. Além disso, o aumento de 66,3% no custo de material de embalagem e outros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 pode ser atribuído ao lançamento de produtos com embalagens diferenciadas, como no caso dos relógios troca-pulseiras.

No que diz respeito a devoluções e reversão de provisões, observamos um aumento de R\$3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Atribuímos esse aumento à realização, no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, de baixa da provisão de estoques inutilizáveis, no valor de R\$2,9 milhões.

O custo das peças vendidas e da mão-de-obra dedicada ao reparo dos relógios também cresceu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a uma taxa de 4,4%. Essa taxa é menor do que a taxa de crescimento da receita de assistência técnica, em decorrência da apreciação do real em relação ao dólar, que reduz os custos das peças utilizadas no reparo dos relógios, e do aumento de produtividade da nossa equipe de relojoeiros.

### Lucro Bruto

Em razão dos fatores expostos acima, nosso lucro bruto passou de R\$108,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$138,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$30,4 milhões ou 28,0%. Esse crescimento representou uma expansão na nossa margem bruta de 1,6 ponto percentual.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas passaram de R\$38,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$51,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$12,5 milhões ou 32,5%. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a parcela variável e a parcela fixa representaram 93,3% e 6,7%, respectivamente, do total das nossas despesas com vendas. Nossas despesas com vendas representaram 23,4% e 21,9% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

O aumento das despesas com vendas entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 ocorreu tanto em função do aumento das despesas variáveis quanto das despesas fixas.

As despesas com vendas variáveis passaram de R\$35,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$47,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$12,1 milhões ou 34,2%. Essa variação ocorreu principalmente devido a: (i) o aumento de 37,1% ou R\$4,8 milhões em comissões e prêmios pagos à nossa equipe de vendas, em função do aumento de vendas e da criação de uma nova gerência comercial, que implica em um aumento do custo de pessoal, custos fixos e de estrutura; (ii) o aumento de 26,8% ou R\$2,9 milhões nas despesas de publicidade, em função da maior exposição de nossas marcas; (iii) o aumento de 42,4% ou R\$2,7 milhões nos fretes pagos, em função do aumento de vendas em volume e do aumento do custo unitário do frete; e (iv) a integração da equipe dedicada à marca "Euro", que iniciou suas operações em setembro de 2009 e, portanto, tem uma comparação de um ano inteiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, no qual totalizou R\$3,9 milhões em despesas, incluindo comissões, folha e encargos, e despesas de publicidade, com apenas quatro meses no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, no qual totalizou R\$1,0 milhão em despesas.

Nossas despesas com vendas fixas passaram de R\$3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$3,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$0,4 milhão ou 12,6%.

### Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas passaram de R\$22,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$27,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$5,0 milhões ou 22,5%. Essa variação ocorreu devido a: (i) aumento de 25,0% ou R\$1,7 milhão em participação nos lucros decorrente do aumento em nosso resultado no exercício de 2010, assim como do crescimento no número de profissionais elegíveis para participar no plano; (ii) o aumento de 17,3% ou R\$0,9 milhão nas despesas de folha e encargos, em função do aumento de quadros administrativos necessários para suportar o nosso crescimento e fortalecer controles internos; (iii) o aumento de 20,4% ou R\$0,6 milhão em outras despesas administrativas, em função do aumento de treinamentos para as lideranças e as áreas técnicas; e (iv) o aumento de 49,0% ou R\$0,5 milhão em despesas com advogados, auditorias e consultorias, com destaque para nossa auditoria anual e consultorias voltadas para a otimização da gestão de capital de giro, gestão da nossa carteira de Clientes e precificação de nossos produtos.

Nossas despesas administrativas representaram 12,4% e 12,6% do total da nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

### Outras, Líquidos

O resultado das outras contas representou uma despesa de R\$5,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e uma receita de R\$4,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

A despesa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 é composta por: (i) provisão de estoques realizada em função de critérios de obsolescência e qualidade, com ênfase no estoque de componentes, no montante de R\$6,4 milhões; e (ii) outras receitas de R\$0,5 milhão.

A receita do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 é composta por: (i) R\$8,0 milhões de reversão de provisões para contingências fiscais em função da adesão ao programa de recuperação fiscal (REFIS); (ii) provisão de estoques realizada em função de critérios de obsolescência e qualidade no montante de R\$6,7 milhões com ênfase no estoque de produtos acabados; (iii) recuperação de créditos fiscais em ação judicial no valor de R\$1,2 milhão; (iv) desconto no pagamento de passivos fiscais com benefício do REFIS, totalizando R\$0,8 milhão; e (v) outras receitas de R\$0,7 milhão.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras passaram de R\$12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$12,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de R\$0,6 milhão ou 4,1%. Essa diferença é resultante principalmente de: (i) uma redução de R\$1,3 milhão ou 12,1% nas despesas financeiras provenientes das obrigações com o FIP Multisetorial, em função da amortização do principal e a redução do CDI; (ii) uma redução na concessão de descontos para Clientes diretamente em duplicatas, que foram substituídos por descontos na nota fiscal conforme nova política comercial estabelecida, resultando em uma redução de R\$1,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; (iii) aumento de outras despesas financeiras em função de juros referentes à aquisição de participação societária do ex-acionista controlador realizada em maio de 2010; e (iv) taxa de R\$0,6 milhão cobrada pelo alongamento da dívida pela instituição financeira credora.

### Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras passaram de R\$12,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$8,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de R\$3,7 milhões, ou 29,4%. Essa diferença é resultante principalmente de: (i) sentença favorável que obtivemos em uma ação judicial em novembro de 2009, que resultou na recuperação de um crédito tributário de PIS e COFINS cujo ganho financeiro foi reconhecido no valor de R\$1,1 milhão; e (ii) diminuição de R\$1,6 milhão no valor contabilizado na rubrica ajuste a valor presente.

### Resultado Financeiro, Líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R\$0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para uma despesa líquida de R\$3,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$3,1 milhões.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

#### *Corrente*

Nosso imposto de renda e a contribuição social corrente passou de R\$1,8 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$3,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$1,4 milhão ou 81,8%. Esse aumento é decorrente do aumento da nossa base de cálculo de lucro tributável.

#### *Diferido*

Nosso imposto de renda e a contribuição social diferido passou de R\$11,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$10,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de R\$0,6 milhão ou 5,3%. Essa redução é decorrente de variações ocorridas nas diferenças temporais reconhecidas na apuração do livro de apuração do lucro real, bem como das diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos.

### Lucro Líquido

O nosso lucro líquido passou de R\$39,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$37,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de R\$1,9 milhão, ou 4,7%. Contribuíram negativamente: (i) o aumento das despesas com vendas em uma taxa acima do crescimento da receita líquida; (ii) o impacto da adesão ao REFIS durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, que gerou reversão nas provisões fiscais e receita financeira no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e 2010; e (iii) a diferença de R\$1,9 milhão entre a despesa de ajuste a valor presente que consta das deduções da receita bruta e a receita de ajuste a valor presente que consta da receita financeira, em função de diferenças temporais entre o faturamento e o recebimento. Os fatores que impactaram positivamente foram, principalmente: (i) o aumento da nossa receita bruta; e (ii) o aumento da nossa margem bruta, em função do crescimento menor do custo das vendas e serviços prestados em proporção ao aumento da receita bruta.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Lucro Líquido Ajustado

O nosso Lucro Líquido Ajustado passou de R\$41,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$50,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$9,3 milhões ou 22,7%. Além dos fatores descritos acima na variação do lucro líquido, destacamos: o ajuste referente à realização do crédito fiscal diferido, que totalizou R\$11,1 milhões em ambos os períodos e o ajuste de provisões para contingências não operacionais, que representou um decréscimo de R\$9,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e um acréscimo de R\$1,7 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

### COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Em 2008, em função da aquisição do controle acionário da TASA e consequente consolidação de seus resultados a partir de maio de 2008, as demonstrações financeiras deste exercício estão sendo apresentadas contemplando um período de oito meses. As comparações entre os resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 devem ser analisadas levando este efeito em consideração.

### Receita Bruta

A receita bruta passou de R\$133,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$213,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$79,7 milhões ou 59,6%. A tabela a seguir demonstra a abertura de nossa receita bruta:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação (%) 2008/2009
	2008	(%) do Total	2009	(%) do Total	
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
<b>Receita Bruta</b>					
Venda de Relógios.....	130,1	97,3	207,2	97,1	59,4
Assistência Técnica .....	3,7	2,7	6,2	2,9	67,6
<b>Total .....</b>	<b>133,7</b>	<b>100,0</b>	<b>213,4</b>	<b>100,0</b>	<b>59,6</b>

#### Venda de Relógios

Nossa receita bruta com a venda de relógios passou de R\$130,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$207,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$77,2 milhões ou 59,4%. Esse aumento foi decorrente principalmente do período inferior de consolidação do exercício de 2008, conforme citado no início desta seção, além do aumento no volume na venda de relógios.

Nos exercício de 2009, observamos uma diminuição da participação da categoria Clássico em nossa receita bruta, apesar de apresentar forte crescimento de vendas. A Categoria Esporte expandiu sua participação impulsionada pelo sucesso da marca Mormaii, enquanto o lançamento da marca Euro em outubro de 2009 representou o início de nossa atuação na categoria Moda. O sucesso dos modelos de maior valor agregado, assim como reajustes de preço promovidos em produtos de linha e lançamentos em reação à apreciação do real em relação ao dólar, contribuíram para o aumento do preço médio dos relógios observado em 2009 em relação a 2008. A desaceleração da economia brasileira, como consequência da crise financeira mundial iniciada em 2008, contribuiu para o aumento menor nos volumes de vendas.

#### Assistência Técnica

Nossa receita bruta decorrente da prestação de serviços de assistência técnica passou de R\$3,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$6,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento R\$2,9 milhões ou 67,6%. Esse aumento foi decorrente, principalmente, do período inferior de consolidação do exercício de 2008, conforme citado no início desta seção e de um aumento no volume de relógios reparados fora da garantia. Atribuímos o aumento do volume de relógios reparados tanto ao aumento das vendas quanto ao esforço operacional para reduzir a quantidade de relógios aguardando conserto dentro de nossas oficinas.



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Deduções – (Impostos Sobre Vendas, Ajuste Valor Presente)

As deduções da receita bruta de vendas passaram de R\$26,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$38,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$11,7 milhões ou 44,5%. Esse aumento é decorrente, principalmente, do aumento dos impostos sobre vendas, que cresceram principalmente em função do crescimento da receita bruta.

Os impostos sobre vendas passaram de R\$19,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$31,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$11,7 milhões ou 60,2% em função do período inferior de consolidação do exercício de 2008, conforme citado no início desta seção, e do aumento da receita bruta. Percebemos que houve uma estabilidade na proporção dos impostos sobre vendas em relação à receita bruta entre os dois exercícios sociais.

O ajuste a valor presente líquido (ajuste a valor presente sobre vendas menos ajuste a valor presente sobre impostos) manteve-se praticamente estável, passando de R\$6,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$7,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Apesar do aumento da receita bruta, que leva ao aumento do ajuste a valor presente líquido, tivemos contrapontos na redução da taxa SELIC e na redução do prazo de pagamento concedido aos Clientes, ambos parâmetros utilizados no cálculo do ajuste a valor presente.

### Receita Líquida

A receita líquida passou de R\$107,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$175,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$68,0 milhões ou 63,3%, em função, principalmente, da consolidação de apenas oito meses do resultado da nossa controlada TASA em 2008 e do crescimento da receita bruta.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação das nossas receitas bruta e líquida.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2008	2009	Variação (%) 2008/2009	Variação 2008/2009
	(em milhões de reais, exceto percentuais)			
Receita Bruta .....	133,7	213,4	59,6	79,7
Ajuste a Valor Presente .....	(7,8)	(8,0)	3,5	(0,3)
Impostos sobre Vendas .....	(19,4)	(31,1)	60,2	(11,7)
Ajuste a Valor Presente sobre Impostos .....	0,8	1,1	29,7	0,2
<b>Receita Líquida .....</b>	<b>107,3</b>	<b>175,3</b>	<b>63,3</b>	<b>68,0</b>

### Custo das Vendas

Nosso custo das vendas passou de R\$40,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$66,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$26,3 milhões ou 64,8%. Atribuímos o aumento do custo das vendas principalmente à consolidação de apenas oito meses do resultado da nossa controlada TASA em 2008 e ao aumento do volume de relógios vendidos.

O custo dos componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros, os custos de mão de obra e indiretos e os custos de material e embalagens aumentaram 68,8%, ou R\$23,4 milhões, saindo de R\$34,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$57,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Atribuímos esse aumento à consolidação de apenas oito meses do resultado da nossa controlada TASA em 2008 e ao aumento do volume de vendas.

O custo das peças vendidas e da mão-de-obra dedicada a reparo dos relógios também cresceu, passando de R\$6,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$9,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 43,2% e R\$2,7 milhões. Atribuímos esse aumento à consolidação de apenas oito meses do resultado da nossa controlada TASA em 2008 e ao aumento do volume de relógios consertados nas nossas oficinas em função do próprio aumento de vendas.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Lucro Bruto

Em razão dos fatores expostos acima, nosso lucro bruto passou de R\$66,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$108,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$41,6 milhões, ou 62,2%. Esse crescimento representou uma expansão na nossa margem de lucro bruto de 5,4 pontos percentuais.

### Despesas com Vendas

As despesas com vendas passaram de R\$24,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$38,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$13,9 milhões ou 56,4%. Nossas despesas com vendas representaram 21,9% e 22,9% do total de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente.

Dentro das despesas com vendas destacamos as seguintes contas: (i) propaganda e publicidade, com aumento de 39,3% ou R\$3,0 milhões, passando de R\$7,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$10,6 milhões em igual período de 2009, e (ii) salários e comissões, com aumento de 76,7% ou R\$5,7 milhões, passando de R\$7,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$13,1 milhões em igual período de 2009. Atribuímos esses aumentos à consolidação de apenas oito meses do resultado da nossa controlada TASA em 2008 e ao aumento do volume de vendas nesse período, assim como ao maior atingimento de metas por parte de gerentes de venda e vendedores ensejando maiores pagamentos de comissões e prêmios atrelados à venda.

### Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas passaram de R\$16,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$22,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$5,8 milhões ou 35,9%. Essa variação ocorreu devido a: (i) consolidação de apenas oito meses do resultado da nossa controlada TASA em 2008, (ii) aumento de 62,7% ou R\$2,6 milhão em participação nos lucros decorrente do aumento em nosso resultado no exercício de 2009, assim como do crescimento no número de profissionais elegíveis para participar no plano; (iii) aumento de 68,2% ou R\$1,1 milhão na remuneração dos administradores em função da contratação de um diretor de planejamento; (iv) o aumento de 13,5%, ou R\$1,3 milhão, em outras despesas administrativas diversas em função do nosso próprio crescimento; e (v) o aumento de 129,2%, ou R\$0,8 milhão, em depreciação, amortização e perdas (*impairment*), principalmente devido a provisão de perdas (*impairment*) no montante de R\$0,5 milhão.

Nossas despesas administrativas representaram 12,6% e 15,1% do total da nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente.

### Outras, Líquidos

O resultado das outras receitas líquidas representou uma despesa de R\$3,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e uma receita de R\$4,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$8,2 milhões ou 248,4%.

As outras receitas líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 são compostas por: (i) constituição de provisões líquidas relacionadas à prescrição de certos processos fiscais e a créditos inadimplentes no montante de R\$3,6 milhões; (ii) recuperação de sinistros relacionados a roubo de carga no valor de R\$0,6 milhão; e (iii) uma despesa de outros itens diversos no valor de R\$0,3 milhão.

As outras receitas líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 são compostas por: (i) R\$8,8 milhões de reversão de provisões para contingências fiscais em função da adesão ao programa de recuperação fiscal (REFIS); (ii) despesa de R\$5,2 milhões de provisão de estoques realizada em função de critérios de obsolescência e qualidade com ênfase no estoque de produtos acabados; e (iii) outros itens diversos no montante de R\$1,3 milhão.

### Despesas Financeiras

Nossa despesa financeira passou de R\$4,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$1,9 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$2,6 milhões ou 57,7%. Essa diferença é resultante principalmente da redução na concessão de descontos para Clientes diretamente em duplicatas conforme nova política comercial estabelecida, resultando em uma redução de R\$2,6 milhões.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Receitas Financeiras

Nossa receita financeira passou de R\$8,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$12,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$4,2 milhões ou 50,3%. Essa diferença é resultante principalmente de: (i) consolidação de apenas oito meses do resultado da nossa controlada TASA em 2008, (ii) um aumento da receita financeira do ajuste a valor presente das contas a receber de R\$3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009; e (iii) uma receita extraordinária reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2009 relacionada ao pagamento com desconto de certos passivos fiscais, conforme as regras do REFIS.

### Resultado Financeiro, Líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma receita líquida de R\$3,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para uma receita líquida de R\$10,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$6,8 milhões ou 179,5%.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

#### *Corrente*

Nosso imposto de renda e a contribuição social corrente passou de R\$1,0 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$1,8 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$0,8 milhão ou 68,8%. Esse aumento é decorrente do aumento do lucro líquido tributável no mesmo período.

#### *Diferido*

Nosso imposto de renda e a contribuição social diferido passou de um crédito de R\$0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para uma despesa de R\$11,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$11,7 milhões. Esse aumento é decorrente principalmente da consolidação de apenas oito meses do resultado da nossa controlada TASA em 2008, que gerou diferenças temporárias nas bases tributáveis, assim como o efeito da reversão das provisões associadas aos passivos liquidados dentro do REFIS em 2009.

### Lucro líquido (prejuízo) do exercício

Passamos do prejuízo de R\$12,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para lucro líquido de R\$39,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$52,1 milhões. Destacamos quatro principais fatores que contribuíram para esse aumento: (i) consolidação de apenas oito meses do resultado da nossa controlada TASA em 2008; (ii) o aumento das nossas vendas e do nosso lucro bruto; (iii) a contabilização de R\$21,8 milhões em 2008 referente à amortização do ágio gerado na aquisição da nossa controlada TASA, seguindo práticas contábeis vigentes em 2008 e posteriormente alteradas; e (iv) R\$15,0 milhões em perdas em participações societárias incorridas em função de reestruturação corporativa envolvendo nossas controladas e a participação de acionistas minoritários.

### Lucro Líquido Ajustado

O nosso Lucro Líquido Ajustado passou de R\$24,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$41,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$17,0 milhões ou 70,7%. Além dos fatores descritos acima na variação do lucro líquido, destacamos o ajuste referente à amortização do ágio e as perdas em participações societárias no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, nos valores de R\$21,8 milhões e R\$15,0 milhões, respectivamente. O Lucro Líquido Ajustado inclui também ajustes de provisões para contingências não operacionais, representando decréscimo de R\$9,5 milhões em igual período de 2009.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

	Em 31 de dezembro de		Em 31 de março de		AH <sup>(2)</sup> (%)
	2010	AV <sup>(1)</sup> (%)	2011	AV <sup>(1)</sup> (%)	
(em milhões de reais, exceto percentuais)					
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa .....	4,1	1,2	9,8	2,9	141,5
Títulos e valores mobiliários .....	0,0	–	0,2	0,0	–
Contas a receber de clientes .....	111,7	33,6	95,2	27,7	-14,8
Estoques .....	54,9	16,5	72,1	21,0	31,2
Impostos a recuperar .....	7,4	2,2	9,6	2,8	30,7
Outros ativos .....	4,1	1,2	4,0	1,2	-2,2
<b>Total .....</b>	<b>182,1</b>	<b>54,8</b>	<b>190,9</b>	<b>55,5</b>	<b>4,8</b>
<b>Ativos não circulantes mantidos para venda .....</b>	<b>4,1</b>	<b>1,2</b>	<b>4,1</b>	<b>1,2</b>	<b>0,0</b>
<b>Total do Circulante.....</b>	<b>186,2</b>	<b>56,0</b>	<b>195,0</b>	<b>56,7</b>	<b>4,7</b>
<b>Não Circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários .....	2,1	0,6	2,1	0,6	2,6
Depósitos judiciais .....	1,4	0,4	1,5	0,4	5,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	0,9	0,3	1,6	0,5	81,8
Outros ativos .....	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0
Intangível.....	130,9	39,4	130,7	38,0	-0,1
Imobilizado .....	10,8	3,3	12,6	3,7	16,1
<b>Total do Não Circulante.....</b>	<b>146,3</b>	<b>44,0</b>	<b>148,7</b>	<b>43,3</b>	<b>1,7</b>
<b>Total do Ativo .....</b>	<b>332,5</b>	<b>100,0</b>	<b>343,7</b>	<b>100,0</b>	<b>3,4</b>
(em milhões de reais, exceto percentuais)					
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Empréstimos .....	6,1	1,8	19,9	5,8	226,9
Fornecedores .....	3,5	1,0	4,5	1,3	30,1
Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar .....	3,5	1,0	5,6	1,6	61,7
Valor a pagar por aquisição de participação de não controladores .....	17,0	5,1	17,5	5,1	2,5
Salários e encargos sociais a pagar.....	11,9	3,6	13,3	3,9	12,0
Dividendos a pagar .....	9,9	3,0	9,9	2,9	0,0
Licenciamentos a pagar.....	0,6	0,2	0,7	0,2	14,9
Outras contas a pagar.....	3,8	1,1	3,9	1,2	4,4
<b>Total do Circulante.....</b>	<b>56,2</b>	<b>16,9</b>	<b>75,3</b>	<b>21,9</b>	<b>33,9</b>
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos .....	86,8	26,1	69,4	20,2	-20,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	22,4	6,7	25,2	7,3	12,5
Provisão para contingências.....	33,1	10,0	33,7	9,8	1,8
Licenciamentos a pagar .....	1,5	0,5	1,4	0,4	-7,0
Outras contas a pagar.....	0	–	0,4	0,1	–
<b>Total do Não Circulante.....</b>	<b>143,8</b>	<b>43,3</b>	<b>130,1</b>	<b>37,9</b>	<b>-9,5</b>
<b>Total do passivo .....</b>	<b>200,0</b>	<b>60,2</b>	<b>205,4</b>	<b>59,8</b>	<b>2,7</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social.....	113,3	34,1	113,3	33,0	0,0
Reserva de capital .....	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0
Reserva de lucros .....	34,7	10,4	34,7	10,1	0,0
Ajuste de avaliação patrimonial .....	(15,6)	-4,7	(15,6)	-4,5	0,0
Lucros (prejuízos) acumulados.....	0	–	5,8	1,7	–
<b>Total do Patrimônio Líquido .....</b>	<b>132,5</b>	<b>39,8</b>	<b>138,3</b>	<b>40,2</b>	<b>4,4</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido .....</b>	<b>332,5</b>	<b>100,0</b>	<b>343,7</b>	<b>100,0</b>	<b>3,4</b>

(1) Análise vertical, que, quando relativa à conta do ativo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do ativo, e quando relativa à conta do passivo, consiste em percentual sobre o total do passivo e do patrimônio líquido.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do balanço patrimonial entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de março de 2011.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

#### ATIVO

##### **Circulante**

*Caixas e equivalentes de caixa:* O saldo dessa conta passou de R\$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$9,8 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$5,8 milhões ou 141,5%. Esse aumento deve-se, principalmente, à nossa geração de caixa no decorrer de ano.

*Títulos e Valores Mobiliários:* O saldo dessa conta era nulo em 31 de dezembro de 2010 e foi de R\$0,2 milhão em 31 de março de 2011.

*Contas a receber de clientes:* O saldo dessa conta passou de R\$111,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$95,2 milhões em 31 de março de 2011, representando uma redução de R\$16,5 milhões ou 14,8%. Essa redução deve-se, principalmente, ao recebimento de créditos decorrentes das vendas do Natal de 2010 e à melhora no prazo médio de financiamento concedido aos Clientes.

*Estoques:* O saldo dessa conta passou de R\$54,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$72,1 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$17,1 milhões ou 31,2%. Esse aumento deve-se, principalmente, à compra de componentes de fornecedores estrangeiros para atender o aumento de vendas. Em 2011 optamos por antecipar o recebimento de nossas compras destinadas ao Dia das Mães, já que nossos fornecedores entram em recesso no Ano Novo Chinês, e buscamos minimizar qualquer risco de atraso na entrega dos pedidos. Continuamos obtendo melhoria na gestão de cobertura desses estoques, o que resultou em um aumento percentual inferior ao aumento de vendas no exercício.

*Impostos a recuperar:* O saldo dessa conta passou de R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$9,6 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$2,3 milhões ou 30,7%. Esse aumento deve-se, principalmente, ao recolhimento no primeiro trimestre de 2011 de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no valor de R\$1,3 milhão.

*Outros ativos:* O saldo dessa conta passou de R\$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$4,0 milhões em 31 de março de 2011, permanecendo relativamente estável.

*Ativos não circulantes mantidos para venda:* Essa conta contém os ativos que esperamos vender nos próximos 12 meses. Essa conta manteve-se estável em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de março de 2011, registrando saldo de R\$4,1 milhões.

##### **Não Circulante**

*Títulos e valores mobiliários:* Essa conta manteve-se estável em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de março de 2011, registrando saldo de R\$2,1 milhões.

*Depósitos judiciais:* O saldo dessa conta passou de R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2010 para R\$1,5 milhão em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,1 milhão ou 5,1%. Esse aumento é decorrente do reajuste dos depósitos judiciais.

*Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O saldo dessa conta passou de R\$0,9 milhão em 31 de dezembro de 2010 para R\$1,6 milhão em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,7 milhão ou 81,8%. Esse aumento deve-se, principalmente, à constituição de ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias nas bases de apuração dos impostos e saldos contábeis de ativos e passivos.

*Intangível:* O saldo dessa conta passou de R\$130,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$130,7 milhões em 31 de março de 2011, representando uma redução de R\$0,2 milhão ou 0,1%.

*Imobilizado:* O saldo dessa conta passou de R\$10,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$12,6 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$1,7 milhão ou 16,1%. Esse aumento deve-se: (i) a investimentos em edificações e benfeitorias no valor de R\$1,1 milhão; (ii) à aquisição de veículos para equipe de vendas, no valor de R\$0,6 milhão, e (iii) à aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$0,5 milhão.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### **PASSIVO**

#### **Circulante**

*Empréstimos:* O saldo dessa conta passou de R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$19,9 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$13,8 milhões ou 226,9%. Esse aumento deve-se, principalmente, à alocação de R\$19,6 milhões na conta empréstimos de curto prazo e consequente diminuição da conta de empréstimos não circulantes. Para maiores informações, veja o cronograma do item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

*Fornecedores:* O saldo dessa conta passou de R\$3,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$4,5 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$1,0 milhão ou 30,1%. Tal crescimento deve-se, principalmente, ao aumento da necessidade de compras de materiais e serviços assim como um alongamento dos prazos de pagamento junto a fornecedores nacionais de materiais de uso e consumo e serviços.

*Valor a pagar por aquisição de não controladores:* O saldo dessa conta passou de R\$17,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$17,5 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,5 milhão ou 2,5% decorrente do ajuste desse saldo pela taxa SELIC.

*Salários e encargos sociais a pagar:* O saldo dessa conta passou de R\$11,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$13,3 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$1,4 milhão ou 12,0%. Esse crescimento deve-se, principalmente, ao aumento da nossa folha salarial em função do aumento de quadros, bem como ao aumento da participação dos empregados nos lucros e resultados em função do crescimento dos resultados da nossa Companhia.

*Dividendos a pagar:* O saldo dessa conta permaneceu inalterado em R\$9,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 e 31 de março de 2011.

*Licenciamentos a pagar:* O saldo dessa conta passou de R\$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2010 para R\$0,7 milhão em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,1 milhão ou 14,9%. Esse aumento ocorreu, principalmente, em função da transferência de provisão para pagamentos de licenciamentos anteriormente alocados na conta semelhante em passivo não circulante.

*Outras contas a Pagar:* O saldo dessa conta passou de R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$3,9 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,1 milhão ou 4,4%.

#### **Não Circulante**

*Empréstimos:* O saldo dessa conta passou de R\$86,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$69,4 milhões em 31 de março de 2011, representando uma redução de R\$17,4 milhões ou 20,0%. Essa redução deve-se, principalmente, à alocação de R\$19,6 milhões na conta empréstimos de curto prazo. Para maiores informações, veja o cronograma constante do item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

*Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O saldo dessa conta passou de R\$22,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$25,2 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$2,8 milhões ou 12,5%. Esse aumento refere-se à realização do benefício fiscal do ágio originado na aquisição da TASA.

*Provisão para contingências:* O saldo dessa conta passou de R\$33,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$33,7 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$0,6 milhão ou 1,8%. Esse aumento deve-se: (i) ao aumento de R\$0,4 milhão em provisões tributárias, e (ii) ao aumento de R\$0,2 milhão em provisões trabalhistas e previdenciárias.

*Licenciamentos a pagar:* O saldo dessa conta passou de R\$1,5 milhão em 31 de dezembro de 2010 para R\$1,4 milhão em 31 de março de 2011, representando uma redução de R\$0,1 milhão ou 7,0%. A redução reflete a transferência deste montante na conta de licenciamentos a pagar no curto prazo.

*Outras contas a Pagar:* O saldo dessa conta apresentou saldo nulo em 31 de dezembro de 2010 e R\$0,4 milhão em 31 de março de 2011.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Patrimônio Líquido

O saldo dessa conta passou de R\$132,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$138,3 em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$5,8 milhões ou 4,4%. Este aumento deve-se, à geração de lucros no período de três meses a contar da primeira data.

	Em 31 de dezembro de									
	2008	AV <sup>(1)</sup> (%)	2009 <sup>(2)</sup>	AV <sup>(1)</sup> (%)	AH <sup>(3)</sup> (%)	2009 <sup>(4)</sup>	AV <sup>(1)</sup> (%)	2010	AV <sup>(1)</sup> (%)	AH <sup>(5)</sup> (%)
<b>Ativo</b>	(em milhões de reais)									
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa.....	10,6	3,4	8,2	2,7	-22,2	8,2	2,7	4,1	1,2	-50,5
Títulos e valores mobiliários.....	5,6	1,8	—	—	-100,0	0,0	—	0,0	—	—
Contas a receber de clientes.....	81,5	25,9	91,4	29,6	12,2	91,4	29,6	111,7	33,6	22,2
Estoques.....	45,4	14,4	48,5	15,7	6,9	48,5	15,7	54,9	16,5	13,2
Impostos a recuperar.....	6,9	2,2	7,5	2,4	8,3	7,5	2,4	7,4	2,2	-2,2
Outros ativos.....	1,2	0,4	2,8	0,9	128,4	2,8	0,9	4,1	1,2	46,5
<b>Total.....</b>	<b>151,3</b>	<b>48,1</b>	<b>158,5</b>	<b>51,3</b>	<b>4,8</b>	<b>158,5</b>	<b>51,3</b>	<b>182,1</b>	<b>54,8</b>	<b>14,9</b>
<b>Ativos não circulantes mantidos para venda.....</b>	<b>0,0</b>	<b>—</b>	<b>1,3</b>	<b>0,4</b>	<b>—</b>	<b>1,3</b>	<b>0,4</b>	<b>4,1</b>	<b>1,2</b>	<b>224,1</b>
<b>Total do Circulante.....</b>	<b>151,3</b>	<b>48,1</b>	<b>159,7</b>	<b>51,7</b>	<b>5,6</b>	<b>159,7</b>	<b>51,7</b>	<b>186,2</b>	<b>56,0</b>	<b>16,6</b>
<b>Não Circulante</b>										
Realizável a longo prazo.....										
Títulos e valores mobiliários.....	1,8	0,6%	2,0	0,6	9,9	2,0	0,6	2,1	0,6	6,8
Depósitos judiciais.....	1,2	0,4%	1,2	0,4	5,6	1,2	0,4	1,4	0,4	17,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	0,9	0,3	0,6	0,2	-31,7	0,6	0,2	0,9	0,3	38,8
Outros ativos.....	0,1	0,0%	0,1	0,0	1,0	0,1	0,0	0,2	0,1	50,5
Intangível.....	146,8	46,7%	133,5	43,2	-9,0	133,5	43,2	130,9	39,4	-2,0
Imobilizado.....	12,6	4,0%	11,9	3,8	-5,8	11,9	3,8	10,8	3,3	-8,7
<b>Total do Não Circulante.....</b>	<b>163,4</b>	<b>51,9%</b>	<b>149,3</b>	<b>48,3</b>	<b>-7,8</b>	<b>149,3</b>	<b>48,3</b>	<b>146,3</b>	<b>40,0</b>	<b>-2,0</b>
<b>Total do Ativo.....</b>	<b>314,6</b>	<b>100,0</b>	<b>309,1</b>	<b>100,0</b>	<b>-1,8</b>	<b>309,1</b>	<b>100,0</b>	<b>332,5</b>	<b>100,0</b>	<b>7,6</b>
	(em milhões de reais, exceto percentuais)									
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Empréstimos.....	0,0	—	0,0	—	—	22,5	7,3	6,1	1,8	-73,0
Fornecedores.....	1,3	0,4	1,8	0,6	36,2	1,8	0,6	3,5	1,0	89,5
Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar.....	2,2	0,7	2,1	0,7	-2,2	2,1	0,7	3,5	1,0	62,9
Imposto de renda e contribuição social diferido.....	0,1	0,1	0,2	0,1	27,2	—	—	—	—	—
Valor a pagar por aquisição de participação de não-controladores...	0,0	—	0,0	0,0	—	0,0	0,0	17,0	5,1	—
Salários e encargos sociais a pagar.....	5,2	1,7	9,5	3,1	81,3	9,5	3,1	11,9	3,6	25,0
Dividendos a pagar.....	0,0	—	7,1	2,3	—	0,0	—	9,9	3,0	—
Licenciamentos a pagar.....	0,0	—	0,7	0,2	—	0,7	0,2	0,6	0,2	-7,9
Outras contas a pagar.....	2,6	0,8	2,5	0,8	3,5	2,5	0,8	3,8	1,1	53,2
<b>Total do Circulante.....</b>	<b>11,5</b>	<b>3,6</b>	<b>23,9</b>	<b>7,7</b>	<b>108,1</b>	<b>39,1</b>	<b>12,7</b>	<b>56,2</b>	<b>16,9</b>	<b>43,8</b>
<b>Não Circulante</b>										
Empréstimos.....	0,0	—	0,0	0,0	—	76,2	24,7	86,8	26,1	13,8
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	0,0	—	11,1	3,6	—	11,3	3,7	22,4	6,7	98,1
Provisões para contingências Não Operacionais.....	59,8	19,0	31,8	10,3	-46,9	31,8	10,3	33,1	10,0	4,1
Licenciamentos a pagar.....	0,0	—	2,1	0,7	—	2,1	0,7	1,5	0,5	-27,2
Outras contas a pagar.....	2,1	0,7	0,0	0,0	-99,8	0,0	0,0	0,0	—	—
<b>Total do Não Circulante.....</b>	<b>61,9</b>	<b>19,7</b>	<b>45,0</b>	<b>14,6</b>	<b>-27,3</b>	<b>121,4</b>	<b>39,3</b>	<b>143,8</b>	<b>43,3</b>	<b>18,4</b>
<b>Total do passivo.....</b>	<b>73,4</b>	<b>23,3</b>	<b>68,9</b>	<b>22,3</b>	<b>-6,1</b>	<b>160,5</b>	<b>51,9</b>	<b>200,0</b>	<b>60,2</b>	<b>24,6</b>
<b>Patrimônio Líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora</b>										
Capital social.....	124,2	39,5	112,8	36,5	-9,2	112,0	36,2	113,3	34,1	1,2
Reservas de capital.....	0,0	0,0	0,0	0,0	1.333,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Reservas de lucros.....	0,0	—	1,2	0,4	—	1,2	0,4	34,7	10,4	27.941,6
Ajuste de avaliação patrimonial.....	—	—	—	—	—	0,8	0,3	(15,6)	-4,7	—
Lucros (prejuízos) acumulados.....	(12,8)	-4,1	—	0,0	—	17,4	5,6	0,0	—	—
Participação dos não controladores....	129,8	41,3	126,2	40,8	-2,8	17,1	5,5	0,0	—	—
<b>Total do Patrimônio Líquido.....</b>	<b>111,4</b>	<b>35,4</b>	<b>114,0</b>	<b>36,9</b>	<b>2,4</b>	<b>148,5</b>	<b>48,1</b>	<b>132,5</b>	<b>39,8</b>	<b>-10,8</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido.....</b>	<b>314,6</b>	<b>100,0</b>	<b>309,1</b>	<b>100,0</b>	<b>-1,8</b>	<b>309,1</b>	<b>100,0</b>	<b>332,5</b>	<b>100,0</b>	<b>7,6</b>

(1) Análise vertical, que, quando relativa à conta do ativo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do ativo, e quando relativa à conta do passivo, consiste em percentual sobre o total do passivo e do patrimônio líquido.

(2) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009.

(3) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do balanço patrimonial entre 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009.

(4) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010 (no contexto do processo de convergência com o IFRS).

(5) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do balanço patrimonial entre 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

#### ATIVO

##### **Circulante**

*Caixa e equivalentes de caixa:* O saldo dessa conta passou de R\$8,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de R\$4,2 milhões ou 50,5%. Essa redução deve-se, principalmente, ao pagamento de dividendos no exercício.

*Contas a receber de clientes:* O saldo dessa conta passou de R\$91,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$111,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$20,3 milhões ou 22,2%. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento da receita bruta. Obtivemos melhora no prazo médio de financiamento concedido aos Clientes, o que resultou em um aumento percentual inferior ao aumento de vendas no exercício.

*Estoques:* O saldo dessa conta passou de R\$48,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$54,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$6,4 milhões ou 13,2%. Esse aumento deve-se, principalmente, à compra de componentes de fornecedores estrangeiros para atender ao aumento de vendas que tivemos neste ano. Temos envidado grandes esforços na gestão de nosso capital de giro. Como consequência, obtivemos melhoria na gestão de cobertura desses estoques, permitindo um aumento percentual inferior ao aumento de vendas no exercício.

*Impostos a recuperar:* O saldo dessa conta manteve-se praticamente estável em 31 de dezembro de 2009 e 2010, registrando R\$7,5 milhões em 2009 e R\$7,4 milhões em 2010.

*Outros ativos:* O saldo dessa conta passou de R\$2,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$1,3 milhão ou 46,5%. Esse aumento deve-se, principalmente, a despesas antecipadas relacionadas a eventos promocionais e projetos futuros.

*Ativos não circulantes mantidos para venda:* O saldo dessa conta passou de R\$1,3 milhão em 31 de dezembro de 2009 para R\$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$2,8 milhões ou 224,1%. Esse aumento deve-se, principalmente, à movimentação para esta conta do nosso imóvel sede, localizado na Barra da Tijuca.

##### **Não Circulante**

*Títulos e valores mobiliários:* O saldo dessa conta manteve-se praticamente estável em 31 de dezembro de 2009 e 2010, registrando R\$2,0 milhões em 2009 e R\$2,1 milhões em 2010.

*Depósitos Judiciais:* O saldo dessa conta passou de R\$1,2 milhão em 31 de dezembro de 2009 para R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$0,2 milhão ou 17,2%. Esse aumento deve-se, principalmente, à correção monetária dos depósitos judiciais.

*Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O saldo dessa conta passou de R\$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2009 para R\$0,9 milhão em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$0,3 milhão ou 38,8%. Esse aumento deve-se, principalmente, à constituição de ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias nas bases tributáveis e saldos contábeis de ativos e passivos.

*Intangível:* Essa conta é composta de três rubricas: (i) ágio; (ii) softwares e outros, e (iii) marcas e licenças. O saldo dessa conta passou de R\$133,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$130,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de R\$2,6 milhões ou de 2,7%. Essa redução deve-se, principalmente, à indenização recebida do ex-controlador no momento da compra da participação remanescente na controlada TASA, liquidando conta escrow contratualmente estabelecida na transação de compra de controle.



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

*Imobilizado:* O saldo dessa conta passou de R\$11,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$10,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de R\$1,0 milhão ou 8,7%. Efetuamos aquisições de ativos imobilizados, os quais adicionaram R\$4,4 milhões a essa conta, enquanto as alienações de ativos imobilizados totalizaram R\$4,0 milhões. Ativos imobilizados mantidos à venda foram transferidos para o ativo não circulante e representaram R\$5,9 milhões. A depreciação atribuída às alienações totalizou R\$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Dentre as aquisições de imobilizado, destacamos investimentos de R\$1,7 milhão em móveis e utensílios, R\$1,3 milhão em equipamentos e instalações e R\$0,8 milhão em veículos. Dentre as alienações, destacamos a alienação de equipamentos e instalações referentes a itens obsoletos e totalmente depreciados no montante de R\$3,2 milhões, bem como a alienação de veículos no valor de R\$0,8 milhão.

### **PASSIVO**

#### **Circulante**

*Empréstimos:* O saldo dessa conta passou de R\$22,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de R\$16,4 milhões ou 73,0%. Essa redução deve-se, principalmente, à amortização de dívida cujo pagamento foi realizado no decorrer do exercício e ao fato de a próxima parcela estar alocada no longo prazo (pagamento previsto para março de 2012). O saldo de R\$6,1 milhões refere-se principalmente à contratação de empréstimo de curto prazo para cobrir necessidades de capital de giro, valor este liquidado em março de 2011.

*Fornecedores:* O saldo dessa conta passou de R\$1,8 milhão em 31 de dezembro de 2009 para R\$3,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 representando um aumento de R\$1,7 milhão ou 89,5%. Esse crescimento ocorreu, principalmente, pelo aumento da necessidade de compras de materiais e serviços, assim como ao aumento no prazo médio de pagamento de fornecedores nacionais de material de uso e consumo e serviços.

*Impostos, taxas e contribuições sociais a pagar:* O saldo dessa rubrica passou de R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$3,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 62,9% ou R\$1,3 milhão. Tal aumento deu-se em função de: (i) imposto de renda retido na fonte a recolher no montante de R\$0,3 milhão; (ii) ICMS a recolher no montante de R\$0,5 milhão; e (iii) PIS e COFINS a recolher no valor de R\$0,2 milhão.

*Valor a pagar por aquisição de participação de não controladores:* O saldo dessa conta passou de zero em 31 de dezembro de 2009 para R\$17,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$17,0 milhões. Esse aumento deve-se, principalmente, à alocação em curto prazo da dívida com o Sr. Mario Hilário Goettems, ex-acionista controlador, cujo pagamento final está previsto para 18 de novembro de 2011. Para maiores informações, veja o item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

*Salários e encargos sociais a pagar:* O saldo dessa conta passou de R\$9,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$11,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$2,4 milhões ou 25,0%. Esse crescimento ocorreu, principalmente, tendo em vista o aumento da nossa folha salarial em função do aumento de quadros, bem como aumento da participação dos empregados nos lucros e resultados em função do crescimento dos nossos resultados.

*Dividendos a pagar:* O saldo dessa conta passou de zero em 31 de dezembro de 2009 para R\$9,9 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento deve-se, principalmente, em razão da contabilização de obrigação de pagamentos de dividendos ainda não distribuídos na data especificada.

#### **Não Circulante**

*Empréstimos:* O saldo dessa conta passou de R\$76,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$86,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$10,6 milhões ou 13,8%. Esse aumento deve-se, principalmente, à obrigação de amortização de dívida conforme cronograma demonstrado em tabela no item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

*Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O saldo dessa conta passou de R\$11,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$22,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$11,1 milhões ou 98,1%. Este aumento refere-se à realização do benefício fiscal do ágio originado na aquisição da TASA.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

*Provisões para contingências Não Operacionais:* O saldo dessa conta passou de R\$31,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$33,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$1,3 milhão ou 4,1%. Esse aumento deve-se, principalmente, à constituição de provisões dos efeitos tributários relacionados com as perdas adicionais de estoque decorrentes de defeitos e de baixo giro de vendas de certos componentes e produtos acabados.

*Licenciamentos a pagar:* O saldo dessa conta passou de R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$1,5 milhão em 31 de dezembro de 2010, apresentando uma redução R\$0,6 milhão ou 27,2%. Essa redução deve-se, principalmente, à amortização de pagamento de licenciamentos de marcas.

### Patrimônio Líquido

O saldo dessa conta passou de R\$148,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$132,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de R\$16,0 milhões ou 10,8%. Essa redução deve-se, principalmente, ao resultado da combinação de geração de lucros de 2010 e pagamento de dividendos do período.

### COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

#### ATIVO

##### Circulante

*Caixa e equivalentes de caixa:* O saldo dessa conta passou de R\$10,6 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$8,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$2,3 milhões ou 22,2%. Essa redução decorre, principalmente, das movimentações referentes às nossas atividades operacionais de investimento e financiamento.

*Títulos e valores mobiliários:* O saldo dessa conta passou de R\$5,6 milhões em 31 de dezembro de 2008 para zero em 31 de dezembro de 2009. Essa redução decorre, principalmente, das movimentações referentes às nossas atividades operacionais de investimento e financiamento e de decisões de investimento dos recursos da empresa em instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa.

*Contas a Receber de Clientes:* O saldo dessa conta passou de R\$81,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$91,4 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$9,9 milhões ou 12,2%. Esse crescimento deve-se, principalmente, ao aumento de nossa receita bruta. Obtivemos melhora no prazo médio de financiamento concedido aos clientes, o que resultou em um aumento percentual inferior ao aumento de nossas vendas no exercício.

*Estoques:* O saldo dessa conta passou de R\$45,4 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$48,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$3,1 milhões ou 6,9%. Esse aumento deve-se, principalmente, à compra de componentes de fornecedores estrangeiros para atender o aumento de nossas vendas no decorrer do ano.

*Impostos a recuperar:* O saldo dessa conta passou de R\$6,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$0,6 milhão ou 8,3%. Esse aumento deve-se, principalmente, à variação da conta do ICMS a recuperar, o qual representou R\$0,4 milhão.

*Outros ativos:* O saldo dessa conta passou de R\$1,2 milhão em 31 de dezembro de 2008 para R\$2,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$1,6 milhão ou 128,4%. Esse aumento deve-se, principalmente, ao impacto de pagamento de passivos herdados da Seiko e posteriormente pagos dentro do REFIS, gerando um montante a receber da própria Seiko.

*Ativos não circulantes mantidos para venda:* Essa conta não tinha saldo no final exercício social de 31 de dezembro de 2008 e passou para R\$1,3 milhão em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento é decorrente da destinação à venda de um terreno localizado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Não Circulante

*Títulos e valores mobiliários:* O saldo dessa conta passou de R\$1,8 milhão em 31 de dezembro de 2008 para R\$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$0,2 milhão ou 9,9%. Esse aumento deve-se, principalmente, à remuneração dos títulos em carteira, corrigidos a taxa de 100% do CDI.

*Depósitos judiciais:* O saldo dessa conta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, de R\$1,2 milhão, manteve-se estável no fim do exercício social de 31 de dezembro de 2009.

*Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O saldo dessa conta passou de R\$0,9 milhão em 31 de dezembro de 2008 para R\$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$0,3 milhão ou 31,7%. Essa redução deve-se, principalmente, às diferenças temporais de bases tributárias decorrentes das nossas atividades operacionais e saldos contábeis de ativos e passivos.

*Intangível:* Essa conta é composta de três rubricas: (i) ágio; (ii) softwares, e; (iii) marcas e licenças. O saldo dessa conta passou de R\$146,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$133,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$13,3 milhões ou 9,1%. No decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, efetuou-se a liquidação de um processo tributário com o benefício gerado pela Lei nº 11.638. Foi acordado que o antigo acionista controlador indenizaria o valor pago por nós neste processo, ao invés de efetuarmos lançamento na conta garantia (*escrow account*), de modo que o valor de R\$16,3 milhões foi contabilizado diretamente como redutor do ágio. Além da referida movimentação, também obtivemos um incremento de R\$3,0 milhões na rubrica de marcas e licenças no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, relacionado ao licenciamento da marca Euro.

*Imobilizado:* O saldo dessa conta passou de R\$12,6 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$11,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$0,7 milhão ou 5,8%. Essa redução deve-se, principalmente, em razão de aquisições de imobilizado, que totalizaram R\$2,8 milhões, enquanto as alienações de ativos imobilizados totalizaram R\$1,5 milhão. Ativos imobilizados mantidos à venda foram transferidos para o ativo não circulante e representaram uma redução de R\$2,5 milhões. A depreciação atribuída às alienações somou R\$0,9 milhão em 31 de dezembro de 2009. Dentre as aquisições de imobilizado, destacamos investimentos de R\$1,1 milhão em veículos, R\$0,6 milhão em edificações e benfeitorias e R\$0,6 milhão em equipamentos e instalações. Dentre as alienações, destacamos a alienação de veículos no valor de R\$0,9 milhão e equipamentos e instalações referentes a itens obsoletos e totalmente depreciados no montante de R\$0,6 milhão.

### PASSIVO

#### Circulante

*Fornecedores:* O saldo dessa conta passou de R\$1,3 milhão em 31 de dezembro de 2008 para R\$1,8 milhão em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$0,5 milhão ou 36,2%. Esse aumento deve-se, principalmente, ao maior volume de compras associado ao nosso crescimento.

*Impostos, Taxas e Contribuições Sociais a Pagar:* O saldo dessa rubrica demonstrou pouca alteração, passando de R\$2,2 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$2,1 milhões, em 31 de dezembro de 2009.

*Impostos, Taxas e Contribuição Social Diferida:* O saldo dessa rubrica demonstrou pouca alteração, passando de R\$0,1 milhão, em 31 de dezembro de 2008, para R\$0,2 milhão, em 31 de dezembro de 2009.

*Salários e Encargos Sociais a pagar:* O saldo dessa conta passou de R\$5,2 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$9,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$4,3 milhões ou 81,3%. Esse aumento deve-se, principalmente: (i) ao aumento da nossa folha salarial em função do aumento de quadros; e (ii) ao aumento da participação de nossos empregados em nossos lucros e resultados, dada a melhora de nossos resultados.

*Dividendos a Pagar:* Essa conta não tinha saldo em 31 de dezembro de 2008 e passou para R\$7,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento é decorrente da nossa geração de resultado e da deliberação dos nossos acionistas.

*Licenciamentos a Pagar:* Essa conta não tinha saldo em 31 de dezembro de 2008 e passou para R\$0,7 milhão em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento é decorrente do licenciamento da marca Euro.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

*Outras Contas a Pagar:* O saldo dessa rubrica demonstrou pouca alteração, passando de R\$2,6 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$2,5 milhão em 31 de dezembro de 2009.

### Não Circulante

*Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:* O saldo dessa conta era nulo em 31 de dezembro de 2008 e totalizou R\$11,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento deve-se, principalmente, à realização do benefício fiscal do ágio originado na aquisição da TASA.

*Provisões para Contingências Não Operacionais:* O saldo dessa conta passou de R\$59,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$31,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$28,0 milhões ou 46,9%. Essa redução deve-se, principalmente: (i) à reversão de provisão por pagamento no montante de R\$18,2 milhões, relacionada à liquidação, por nós, dentro do programa REFIS, de débitos fiscais e consequente indenização recebida do ex-acionista controlador da TASA; e (ii) à reversão de outras provisões diversas também em função da adesão ao programa REFIS.

*Licenciamentos a Pagar:* O saldo dessa conta era nulo em 31 de dezembro de 2008 e totalizou R\$2,1 milhões, em 31 de dezembro de 2009 em função da provisão do pagamento de licenciamentos relacionados à marca Euro.

### Patrimônio Líquido

O saldo dessa conta passou de R\$111,4 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$114,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$2,6 milhões ou 2,4%. Esse aumento deve-se, principalmente, à combinação da geração de lucros de 2009 e o pagamento de dividendos.

### FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo demonstra as informações do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010. As informações sobre o fluxo de caixa foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e as notas relacionadas:

Fluxo de Caixa	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em 31 de março de	
	2008	2009	2010	2010	2011
	(em milhões de reais)				
Atividades operacionais .....	4,1	20,6	31,4	14,3	13,6
Atividades de investimento .....	(252,6)	10,5	(20,2)	(0,5)	(2,0)
Atividades de financiamento .....	227,4	(33,5)	(21,4)	(10,4)	0,0
<b>Total .....</b>	<b>(21,1)</b>	<b>(2,3)</b>	<b>(10,2)</b>	<b>3,5</b>	<b>11,6</b>

### Caixa líquido gerado por atividades operacionais

O caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais pode variar de acordo com a flutuação de nossa receita operacional, custo dos produtos, despesas operacionais, despesas com imposto de renda e contribuição social, receita (despesa) financeira e consumo de capital de giro com destaque para *Contas a Receber*, *Estoques* e *Contas a Pagar*. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, o caixa líquido gerado por atividades operacionais totalizou R\$13,6 milhões, representando R\$0,7 milhão ou 4,7% de redução em relação ao igual período de 2010, quando o caixa líquido gerado por atividades operacionais totalizou R\$14,3 milhões. Atribuímos a redução, mesmo tendo gerado resultados operacionais maiores, ao nosso investimento em estoques, que totalizou R\$16,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, comparado com R\$7,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010. Esse aumento no investimento de estoques deve-se tanto ao aumento de vendas quanto à nossa decisão de antecipar compras para evitar riscos de atraso nas entregas de fornecedores estrangeiros em função do recesso do ano novo chinês. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o caixa líquido gerado por atividades operacionais totalizou R\$31,4 milhões, representando R\$10,7 milhões ou 51,9% de crescimento em relação ao igual período de 2009. Atribuímos esse aumento a dois fatores: (i) o aumento do nosso lucro líquido ajustado, conforme item 10.1(h) deste Formulário de Referência; e (ii) a redução do índice de cobertura de estoque e dos prazos médios de financiamento concedidos a Clientes. Essa redução nos índices de capital de giro nos permitiu crescer, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, com menor necessidade de investimento em compras de estoque ou financiamento de nossos Clientes.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, o caixa líquido gerado por atividades operacionais totalizou R\$20,6 milhões, representando 400,0% e R\$16,5 milhões de acréscimo em relação ao igual período de 2008. Atribuímos esse aumento ao maior lucro líquido gerado no exercício de 2009, assim como ao efeito da consolidação de apenas oito meses de resultado da nossa controlada TASA.

### Caixa líquido aplicado ou gerado por atividades de investimento

O caixa líquido utilizado por nossas atividades de investimento é afetado principalmente pelo nosso investimento em capital imobilizado e recebimentos decorrentes da venda de ativos permanentes.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, o caixa líquido aplicado em atividades de investimento totalizou R\$2,0 milhões, representando 337,6%, ou R\$1,5 milhão de aumento, em relação ao igual período de 2010. Atribuímos esse aumento a um incremento nas compras de imobilizado, que totalizaram R\$2,5 milhões no período de três meses encerrados em 31 de março de 2011, comparado com R\$0,8 milhão no período de três meses encerrados em 31 de março de 2010. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o caixa líquido utilizado em atividades de investimento totalizou R\$20,2 milhões, representando uma variação de R\$30,7 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. As principais movimentações foram: (i) a aquisição de participação societária na TASA, no valor de R\$18,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; e (ii) o recebimento de indenização no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$16,3 milhões decorrente do REFIS.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, o caixa líquido gerado em atividades de investimento totalizou R\$10,5 milhões. Dentre as principais movimentações, destacamos: (i) investimento em compra de ativos imobilizados no valor de R\$2,8 milhões; (ii) compra de ativos intangíveis, totalizando R\$3,6 milhões; e (iii) indenizações recebidas no valor de R\$16,3 milhões, referentes à quitação de débitos fiscais provisionados por meio da adesão ao REFIS. Nesta transação, aderimos ao REFIS, instituído pela Lei nº 11.941, visando quitar certos passivos fiscais com desconto. Desembolsamos o montante de R\$19,2 milhões para a liquidação de débitos fiscais que, na data, totalizavam o montante de R\$28,0 milhões. O montante desembolsado por nós foi parcialmente indenizado pelo antigo acionista controlador da TASA.

### Caixa líquido gerado por ou utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado por ou utilizado nas nossas atividades de financiamento decorrem principalmente da contratação e pagamento de empréstimos e o pagamento de lucros e dividendos.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, não houve movimentação de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento. Amortizamos R\$6,1 milhões em empréstimos de capital de giro e conta garantida, que foram refletidos diretamente no caixa da empresa conforme regras *IFRS*. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$21,4 milhões, representando 36,3% e R\$12,2 milhões de redução em relação à igual período de 2009. As principais movimentações foram: (i) pagamentos de empréstimos no valor de R\$12,0 milhões; e (ii) pagamento de dividendos, que totalizaram R\$9,7 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$33,5 milhões. As principais atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram: (i) pagamento de empréstimos no valor de R\$16,2 milhões; e (ii) pagamento de dividendos no montante de R\$15,7 milhões.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### a) resultado das operações da Companhia

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços e venda de peças de assistência técnica. Esses negócios têm naturezas e processos diferentes, sendo que a assistência técnica serve de suporte para o negócio de venda de relógios. A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010.

	2008	(%) do Total	2009 <sup>(1)</sup>	(%) do Total	2010	(%) do Total
	(em milhões de reais, exceto percentuais)					
<b>Receita Bruta</b>						
Venda de Relógios.....	130,1	97,3	207,2	97,1	256,8	97,4
Assistência Técnica .....	3,7	2,7	6,2	2,9	6,8	2,6
<b>Total .....</b>	<b>133,7</b>	<b>100,0</b>	<b>213,4</b>	<b>100,0</b>	<b>263,6</b>	<b>100,0</b>

<sup>(1)</sup> Demonstração de resultado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010 (no contexto do processo de convergência ao IFRS).

Para maiores informações sobre os componentes importantes da nossa receita, vide item 10.1(b) acima.

#### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme discutido no item 10.1(b) acima, nossas receitas estão diretamente relacionadas principalmente ao volume e preço médio de vendas de nossos relógios. Nossos resultados operacionais estão relacionados diretamente às nossas receitas, assim como ao custo dos nossos produtos e às despesas comerciais, gerais e administrativas incorridas. Nos últimos três exercícios sociais, assim como no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, verificamos um aumento nas nossas receitas e no nosso resultado operacional, os quais atribuímos aos seguintes fatores:

- (i) *Fatores macroeconômicos*: crescimento do PIB brasileiro, redução das taxas de juros, aumento da renda média da população, aumento do número de pessoas nas Classes B e na Classe C, aumento das vendas no varejo, apreciação do câmbio;
- (ii) *Fatores do mercado de relógios*: crescimento do mercado de relógios, aumento da relevância do produto no segmento de moda, inovação no *design* de produtos e uso de materiais, expansão da base de varejistas especializados; e
- (iii) *Fatores da nossa Companhia*: aumento da nossa equipe de vendas, aumento da nossa carteira de Clientes, aumento no número de nossos lançamentos, introdução das marcas “Euro”, em outubro de 2009, e “Mariner”, em setembro de 2010, melhoria na qualidade de nossos produtos, aumento da eficiência das nossas operações de montagem e pós-venda.

### b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Nossa receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços e pela variação do número de nossos Clientes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossa receita bruta de relógios apresentou um aumento de 23,9% com relação ao mesmo período de 2009, sendo tal aumento composto por um aumento de 34,2% no volume de relógios vendidos e uma redução de 7,7% no preço médio por relógio. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, nossa receita bruta apresentou um aumento de 68,1% com relação ao mesmo período de 2010, sendo tal aumento composto por um aumento de 65,3% nos volumes vendidos e uma redução de 7,4% no preço médio por relógio. Registramos um aumento de volumes vendidos em todos as nossas marcas, com destaque especial para o lançamento da marca “Mariner” em setembro de 2010, e consolidação e aceitação pelo público da marca “Euro”. Ambas as marcas têm preço médio abaixo do preço médio da Companhia, e portanto contribuem para a redução do preço médio geral. Para informações adicionais a respeito da variação de nossas receitas, veja o item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

#### Conjuntura Econômica no Brasil

Nossos resultados operacionais e condição financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil, particularmente pelas taxas de inflação, políticas governamentais, oscilações nas taxas de câmbio e políticas fiscais. A tabela abaixo demonstra o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxas de câmbio para os períodos indicados:

Fluxo de Caixa	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de	
	2008	2009	2010	2010	2011
Crescimento do PIB <sup>(1)</sup> .....	5,2	-0,6	7,5	2,1	N.A.
Inflação (IGP-M) <sup>(2)</sup> .....	9,81%	-1,71%	11,32%	2,77%	2,43%
Inflação (IPCA) <sup>(3)</sup> .....	5,90%	4,31%	5,91%	2,06%	2,44%
Taxa SELIC .....	13,67%	8,65%	10,67%	1,99%	2,57%
Certificado de Depósito Interbancário – CDI <sup>(4)</sup> .....	13,62%	8,55%	10,64%	8,61%	11,62%
Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP <sup>(5)</sup> .....	6,29%	6,17%	6,04%	1,48%	1,48%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar ...	-24,2%	33,8%	3,5%	-2,2%	2,1%
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$1,00 .....	2,32	1,74	1,63	1,78	1,63
Média da taxa de câmbio – R\$ por US\$1,00 <sup>(6)</sup> .....	1,84	1,99	1,76	1,80	1,67

<sup>(1)</sup> O PIB brasileiro é agora reportado utilizando-se a nova metodologia do IBGE. Informação relativa ao segundo trimestre de 2010B não está disponível.

<sup>(2)</sup> A taxa IGP-M é o principal índice de preços de mercado mensurada pela FGV, representando dados cumulados para o período apresentado.

<sup>(3)</sup> A taxa IPCA é o índice de preço do consumidor mensurado pelo IBGE, representando dados cumulados para o período indicado.

<sup>(4)</sup> O CDI é a taxa média de depósito interbancário performada durante o dia no Brasil.

<sup>(5)</sup> Refere-se às taxas de juros cobradas pelo BNDES para financiamentos de longo prazo.

<sup>(6)</sup> Média das taxas de câmbio do fim do mês para o período indicado.

Fontes: Banco Central, FGV, IBGE e CETIP.

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil e indiretamente pelas condições econômicas gerais no mundo. A seguir comentamos individualmente sobre o impacto das principais variáveis sobre nossos negócios:

- (i) *Inflação*: a inflação poderá afetar nossos resultados operacionais de duas formas mais diretas. A primeira é o impacto negativo tanto no custo de produto quanto nas despesas comerciais, gerais, e administrativas. Em um cenário de inflação alta, poderemos sofrer com aumento tanto nos nossos custos de mão de obra, que normalmente são reajustados anualmente pelo INPC, quanto nos preços cobrados por nossos fornecedores em nossas principais despesas, tais quais publicidade e fretes. Esses aumentos, se não forem compensados com reajustes de preços de nossos produtos, resultarão em uma redução de nossa margem de lucro. A segunda é o impacto negativo no crescimento do PIB e a corrosão do poder de compra da classe média brasileira. Em um cenário de inflação alta, a tendência é que o preço da maioria dos produtos de consumo e dos serviços aumente, possivelmente em uma velocidade maior do que o aumento da renda da população. Isso acarretará uma redução no consumo, especialmente focada em bens não-essenciais, e poderá afetar material e adversamente nossos resultados operacional e financeiro.

No período de 2008 a 2010, a inflação acumulada, medida pelo INPC, totalizou 18,0%, conforme dados do IBGE. Apesar do efeito negativo desses aumentos sobre os nossos custos de mão de obra e nossas despesas de vendas e administrativas, conseguimos compensar em grande parte esse aumento com melhorias de eficiência principalmente na planta de Manaus e nos centros de assistência técnica. Além disso, no período de 2008 a 2010, a renda da classe média brasileira, conforme divulgado pelo IBGE, aumentou 11,4% acima da inflação, representando um aumento no poder de compra desses indivíduos.

- (ii) *Variação de preços dos principais insumos e câmbio*: nossos principais insumos são componentes de relógios comprados de fornecedores no exterior, com destaque para China e Japão. O preço desses insumos está ligado a fatores endógenos dessas duas economias, assim como a taxa de câmbio entre o real e o dólar. Dentre os fatores endógenos, o principal é a disponibilidade e o custo de mão de obra, que afeta significativamente o custo desses componentes, assim como o tempo necessário para a manufatura destes. A taxa de câmbio também é um fator relevante, já que as compras dos fornecedores estrangeiros são denominadas em dólares, e uma depreciação do real em relação a essa moeda levaria a custos maiores de produtos internalizados no Brasil. Tanto o aumento do preço dos componentes quanto a depreciação do real, se não forem compensados com reajustes de preços de nossos produtos, resultarão em uma redução de nossa margem de lucro.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No período de 2008 a 2010, a inflação na China totalizou 6,7%, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional. Apesar desse aumento, conseguimos manter nosso custo de componentes estável durante esse período em função do aumento do nosso volume de compras e, conseqüentemente, do aumento do nosso poder de negociação junto aos fornecedores. Já o câmbio médio, apesar de certa volatilidade, demonstrou redução ao longo do período. Segundo dados do Banco Central, a taxa de câmbio média evoluiu de R\$1,84 /US\$ em 2008 para R\$1,76 /US\$ em 2010, representando uma apreciação de 4,55%. Essa redução gerou efeito positivo nos nossos custos unitários de produtos.

(iii) *Taxa de juros:* a taxa de juros no Brasil poderá afetar tanto nossos resultados operacionais quanto nosso resultado financeiro. Caso o governo venha a aumentar a taxa de juros como forma de conter um aumento de inflação, é provável que a economia brasileira sofra com uma redução na taxa do crescimento do PIB, já que o encarecimento do crédito tende a desincentivar o consumo. Dentro dessa redução de crescimento econômico da economia em geral é possível que o mercado de acessórios de moda em geral, e o mercado de relógios especificamente, possam ser afetados, resultando em uma pressão negativa nas nossas vendas. Do ponto de vista do resultado financeiro, também seremos impactados pelo aumento dos juros, já que 100% de nossa dívida em 31 de março de 2011 é atrelada ao CDI. Um aumento dessa taxa acarretaria em um aumento dos juros pagos, aumentando nossas despesas financeiras e reduzindo nosso lucro líquido.

No período de 2008 a 2010, a taxa média de juros, medida pelo CDI, reduziu em 2.48 pontos percentuais, conforme dados da CETIP. Em 2008, o CDI médio foi de 12,25%, em comparação a 9,77% em 2010. Essa redução contribuiu positivamente para o crescimento do PIB brasileiro, e, conseqüentemente, para o aumento de nossas vendas, assim como para a redução dos custos de nossas dívidas, contribuindo para o aumento de nosso lucro líquido.



### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios.

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 8 de maio de 2008, adquirimos, por meio de nossa subsidiária T1, posteriormente incorporada pela SD, participação controladora de aproximadamente 90% no capital da TASA. Antes dessa operação, nós e a nossa subsidiária SD não realizávamos qualquer atividade operacional ou detinham qualquer participação relevante em outras sociedades. Essa transação gerou efeitos relevantes nas nossas demonstrações financeiras, já que passamos a consolidar o resultado da TASA desde então.

Em 8 de maio de 2008, a SD emitiu ações preferenciais equivalentes a 100% do seu capital preferencial, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FIP Multisetorial. Para mais informações a respeito dessa operação, veja o item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

Em 14 de maio de 2010, adquirimos, por meio da SD, a participação remanescente no capital social da TASA, passando a controlar 100% do capital social da TASA. Essa transação nos permitiu passar a desfrutar de 100% dos dividendos gerados e pagos pela TASA, empresa operacional responsável pela venda dos nossos produtos. Para mais informações a respeito dessa operação, veja o item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

Em 20 de abril de 2011, adquirimos do FIP Multisetorial a totalidade das ações preferenciais emitidas pela SD, de modo que passamos a ser titulares da totalidade do capital social da SD. Para mais informações a respeito dessa operação, veja o item 6.5(IV) deste Formulário de Referência.

Além das operações descritas acima e das operações de subscrição de ações relacionadas a planos de opção de compra de ações concedidos aos nossos Administradores, não houve nenhuma outra aquisição ou alienação de participação societária nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

Com relação a eventuais futuras aquisições não podemos nesse momento afirmar que tais eventos não poderão acarretar efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras.

#### **c) eventos ou operações não usuais**

Não passamos por eventos ou realizamos operações não usuais que possam impactar nossas demonstrações financeiras ou resultados.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

### **a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Preparamos nossas demonstrações financeiras consolidadas e das nossas controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, que incluem, a partir de 1º de janeiro de 2008, os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638 e pela Lei nº 11.941, nas regras e regulamentos emitidos pela CVM e nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC. Para mais informações a respeito das mudanças nas práticas contábeis, veja o item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

### **b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

As alterações introduzidas pela adoção em 2010, dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil, resultaram também em ajustes retroativos e consistentes efetuados às informações financeiras comparativas de 2009. Consequentemente, os saldos e informações financeiras de 2009, apresentados como informações comparativas nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, são diferentes daquelas anteriormente apresentadas em nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Os impactos nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, bem como nos saldos comparativos de 2009, resultantes da modificação de nossas práticas contábeis estão apresentados na nota explicativa 'Nota 29' das demonstrações financeiras auditadas de 2010 da Companhia.

### **c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os pareceres dos Auditores Independentes emitidos para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, bem como para 31 de março de 2010 e 2011 foram emitidas sem ressalvas.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Preparamos nossas demonstrações financeiras com base em estimativas e pressupostos decorrentes de nossa experiência e diversos outros fatores que acreditamos serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que adotamos são aquelas que acreditamos serem relevantes para determinar nossa condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando nossa administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação de nossas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que a nossa administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os nossos ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos pode afetar nosso patrimônio líquido e a nossa condição financeira, bem como nosso resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das nossas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A discussão abaixo expressa o que a nossa administração entende serem nossas práticas contábeis críticas.

Com base em premissas, fazemos estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

### ***Perda (impairment) estimada de Ágio***

Pelo menos anualmente, avaliamos potenciais perdas (*impairment*) de ágio, comparando nosso valor contábil com nosso valor recuperável. Quando o valor contábil exceder o valor recuperável, uma perda com *impairment* é registrada diretamente no resultado do exercício para reduzir o valor do ágio ao seu valor recuperável. Os valores recuperáveis são determinados com base em estimativas de cálculos do valor em uso, representado pelo valor presente dos benefícios futuros que se espera serão obtidos por nós por meio de suas operações contínuas, ou pelo seu valor justo líquido das despesas necessárias para sua venda, o que for maior.

### ***Provisão para contingências***

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando a perda for considerada provável e seu valor puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros. No exercício de seu julgamento para determinação de estimativas de provisões para contingências não operacionais, a nossa administração considera também a posição de nossos consultores jurídicos.

### ***Provisão de perda de estoques***

A provisão de perda de estoques é registrada quando nossa administração avalia que o valor de custo de nossos estoques está registrado por valor superior ao seu valor de realização. A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da nossa administração que avalia, continuamente, a cada data de demonstração financeira, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de perda de estoques envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e do valor de mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente nossa administração, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de perda por obsolescência.

Nossa administração avalia ainda, o valor dos nossos estoques com base no menor entre o custo ou valor de mercado líquido dos custos de venda (valor de realização). Caso o valor recuperável seja inferior ao valor de custo, constituímos provisão para perda.

### ***Provisão de perda de contas a receber***

Analisamos a existência e evidência de perda para determinar quando um saldo de contas a receber não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, avaliamos, entre outros fatores, o desempenho do setor. Nossa administração classifica nossos Clientes por grupos, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação de perda.

## **10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**

### **a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Nossa administração é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras. Acreditamos que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos nossos controles internos.

Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. Em 2009 e 2010, executamos projetos com consultorias especializadas a fim de otimizar e formalizar nossos procedimentos contábeis, fiscais e financeiros e conseqüentemente aumentar o grau de eficiência dos controles internos.

### **b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Parte do trabalho anual realizado pelos Auditores Independentes consiste de uma avaliação dos nossos sistemas contábeis e de nossos controles internos relacionados à elaboração de nossas demonstrações financeiras. São apresentadas recomendações para o fortalecimento destes controles, dentre os quais destacamos no relatório mais recente recomendações de fortalecimento dos controles anti-fraude e manualização dos cargos e responsabilidades dos funcionários.

Todas as recomendações são cuidadosamente avaliadas pela nossa administração, com a criação subsequente de planos de ações nas áreas envolvidas para a implantação dessas recomendações.

## **10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

### **a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de nossa emissão até a data deste Formulário de Referência.

### **b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável, uma vez que não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de nossa emissão até a data deste Formulário de Referência.

### **c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável, uma vez que não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de nossa emissão até a data deste Formulário de Referência.

## 10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Na data deste Formulário de Referência, não temos ativos ou passivos que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Na data deste Formulário de Referência, não há outros itens relevantes não evidenciados em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

## 10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8 deste Formulário de Referência.

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8 deste Formulário de Referência.

**b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8 deste Formulário de Referência.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.8 deste Formulário de Referência.

## 10.10 - Plano de negócios

**a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Nossos investimentos se concentram em quatro principais tipos: (i) investimentos na estrutura e maquinário da nossa planta em Manaus; (ii) investimentos em *hardware* e *software* de tecnologia; (iii) investimentos em automóveis para nossa equipe de vendas; e (iv) investimentos na manutenção de nossos imóveis. O montante total de investimentos totalizou R\$5,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, R\$3,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, e R\$3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Acreditamos que os investimentos a serem realizados em 2011 e 2012 serão de porte similar àqueles realizados em 2010, e planejamos financiar tais investimentos com nosso fluxo de caixa operacional.

No caso de ingressarmos em outros segmentos de produtos os investimentos serão dimensionados individualmente, fazendo parte do plano de negócios específico desse novo segmento. Buscaremos financiar tais investimentos também com nosso fluxo de caixa operacional, complementando com recursos de terceiros caso necessário. Na data deste Formulário de Referência, não temos nenhum plano de investimento relacionado ao ingresso em novos segmentos de produto em 2011 ou 2012.

Nesse mesmo sentido, embora estejamos constantemente avaliando aquisições de ativos estratégicos, não há nenhum acordo vinculante de aquisição até a data deste Formulário de Referência. Caso identifiquemos uma oportunidade de mercado que, após a análise de estudos econômico-financeiros, técnico e jurídicos, entendamos ser relevante para a nossa Companhia, utilizaremos nosso fluxo de caixa operacional para realizar tais investimentos. Caso os investimentos excedam este valor, utilizaremos nosso caixa próprio e os recursos captados por meio da nossa oferta inicial de distribuição de ações.

Em relação a desinvestimentos relevantes em andamento, destacamos a venda do nosso imóvel na Barra da Tijuca. Em 17 de janeiro de 2011, assinamos escritura pública de promessa de compra e venda de imóvel, com condições resolutivas, no valor total de R\$11,3 milhões, e em 18 de maio de 2011, assinamos a escritura definitiva de compra e venda de imóvel, concluindo o processo de venda e a transferência da propriedade. Também estamos buscando a venda de outros de nossos imóveis, que em conjunto representam um valor bem menos expressivo do que o referido imóvel na Barra da Tijuca.

**b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, não adquirimos plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos com poder de influenciar materialmente nossa capacidade produtiva. Nosso plano de negócios contempla a possível aquisição de marcas de relógios que possamos explorar de forma complementar as marcas que atualmente possuímos e licenciados, o que deverá acarretar em um aumento da nossa produção e da nossa receita bruta.

**c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Destacamos dois projetos relevantes: a implantação de uma rede de varejo franqueada e o lançamento de modelos de relógios troca-pulseira.

A implantação de uma rede de varejo franqueado prevê a abertura de pontos de venda dedicados a venda de produtos sob as marcas “Timecenter” e “Euro”. Esses pontos de venda são operados, na sua maioria, por terceiros, seguindo orientação detalhada definida por nós em relação a todos os aspectos operacionais, desde a exposição dos produtos até o treinamento dos vendedores. A formatação desse projeto e sua implementação contam com a ajuda de consultorias especializadas. Pretendemos continuar a incorrer nesses custos de consultoria nos próximos anos em função da execução de nosso plano de implementação desta rede de varejo franqueado, em patamares similares ao realizado em 2010.

O lançamento de modelos de relógio troca-pulseira teve impacto relevante para nós, com diversos modelos desenvolvidos, montados e vendidos sob as marcas “Mariner” e “Mormaii”. Esses modelos atendem um público jovem que busca seguir tendências de moda e quer uma forma de auto-expressão. Não tivemos nenhum gasto externo com esse projeto, já que os modelos foram desenvolvidos internamente por nossa equipe de produtos dentro da rotina de trabalho desse grupo.



## 10.11 - Outros fatores com influência relevante

### Informações Quantitativas e Qualitativas de Risco de Mercado

Estamos sujeitos a riscos de mercado no curso normal de nossas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente a alterações adversas em taxas de juros e câmbio, à indústria em geral e às nossas atividades.

#### **Riscos relacionados a crédito**

Adotamos uma política de vendas destinada a minimizar os riscos de crédito aos quais estamos sujeitos. Fazemos uma criteriosa análise de crédito para cada Cliente e para cada compra, com base em dados internos do histórico do Cliente e de fontes externas de consulta. Acompanhamos diariamente as movimentações de inadimplência e recuperação de atrasos, e analisamos mensalmente a evolução em nossos índices de inadimplência e risco financeiro de longo prazo. Além dos nossos procedimentos de análise e controles internos, também contamos com grande pulverização e diversificação na nossa carteira de crédito, de forma a minimizar nosso risco de perda.

Em 2010, buscamos reduzir nosso risco mediante a redução dos prazos concedidos a Clientes e o aumento dos esforços de cobrança. Conseguimos reduzir o prazo médio de vendas em sete dias, passando de 134 dias em média no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 127 dias em igual período de 2010. Conseguimos também melhorar nossa cobrança, por meio de: (i) contratação de novos profissionais dedicados a essa atividade; (ii) implantação de diversas ferramentas tecnológicas, como disparo automático de e-mail de atraso com dois dias úteis; e (iii) estabelecimento de prêmios de cobrança para as empresas terceirizadas, além da comissão já paga.

Para maiores informações aos riscos relacionados a crédito das taxas de câmbio, veja o item 5.2 deste Formulário de Referência.

#### **Riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio**

Nosso risco associado a taxas de câmbio decorre de flutuações no período entre a data de encomenda de nossos produtos junto aos fornecedores estrangeiros e a data do embarque da mercadoria, quando as importações são integralmente liquidadas. Como não precificamos e não vendemos nossos produtos antes dessa liquidação, nossa exposição ao câmbio é reduzida, se restringindo a oscilações não antecipadas nesse período, que podem resultar em margens menores ou na necessidade de precificação em um patamar mais elevado, potencialmente comprometendo as vendas desses produtos. Existe também um risco geral e de mais longo prazo associado ao fato de termos receitas em reais e termos nosso principal custo, da compra de componentes, em dólares. No caso de um aumento no longo prazo da cotação do câmbio, poderíamos perceber o mesmo efeito de queda de margens ou queda de volumes.

Para nos protegermos de oscilações entre a data de encomenda e a data do embarque da mercadoria, utilizamos instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio de liquidação de parte das encomendas já realizadas. Ao final do período de três meses encerrados em 31 de março de 2011, possuíamos R\$6,9 milhões (US\$4,2 milhões) em operações de *hedge*, e uma apreciação de 25% da taxa de câmbio do real frente ao dólar resultaria em uma despesa de R\$2,0 milhões na mesma data. Acreditamos que todos os nossos concorrentes dependam de componentes fabricados no exterior, e portanto estão expostos a riscos similares associados a um aumento do câmbio de longo prazo.

Para maiores informações aos riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio, veja o item 5.2 deste Formulário de Referência.

#### **Riscos relacionados à flutuação das taxas de juros**

Nosso endividamento está sujeito a taxas de juros equivalentes ao CDI, de forma que um eventual aumento dessa taxa poderá nos afetar adversamente. Em 31 de dezembro de 2010, 100% de nossas dívidas estavam sujeitas às taxas de juros atreladas ao CDI, assim como em 31 de março de 2011. Em decorrência disso, qualquer variação nesse índice poderá resultar em um aumento ou redução diretos de nossas dívidas e de nossas despesas financeiras, em virtude da correção monetária dos respectivos saldos em aberto. Atualmente, não realizamos nenhuma operação de *hedge* para minimizar os riscos inerentes à flutuação das taxas de juros.

## 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

### a) objeto da projeção

Número de franquias a serem inauguradas até o final do ano de 2013.

### b) período projetado e o prazo de validade da projeção

O período projetado tem início na data deste Formulário de Referência e se estende até o final do ano de 2013. Essa projeção permanecerá válida até seu atingimento ou até a revisão da mesma.

### c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Utilizamos como base para nossa projeção estudo de consultoria externa, que, por sua vez, se embasou na quantidade de *shoppings centers* no Brasil, na atratividade do nosso modelo de negócios e na nossa capacidade de atrair franqueados. A primeira premissa está fora de nosso controle, mas as duas seguintes podem ser influenciadas por nossa administração.

### d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nossa projeção é termos 50 franquias em funcionamento até o final do ano de 2013.

## **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou às nossas atividades durante os três últimos exercícios sociais.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### a) atribuições de cada órgão e comitê

Nossa Administração é exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Além disso, podemos ter a instalação de um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, com as atribuições estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações.

#### **Conselho de Administração**

De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos nossos negócios e das sociedades sob nosso controle;
- (ii) eleger e destituir os nossos diretores, designando entre eles o Diretor Presidente e o Diretor de Relação com Investidores, e fixar-lhes as atribuições;
- (iii) fiscalizar a gestão dos nossos diretores; examinar a qualquer tempo os nossos livros e papéis; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração por nós ou pelas sociedades sob nosso controle;
- (iv) manifestar-se sobre o relatório da nossa Administração e das nossas demonstrações financeiras, submetendo-as à aprovação da nossa Assembleia Geral;
- (v) fixar a remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração, do nosso Diretor Presidente e, por recomendação deste, dos demais membros da nossa Diretoria;
- (vi) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos nossos Administradores e funcionários de escalão superior e, sempre que julgar necessário, das sociedades sob nosso controle, considerada a proposta do Comitê de Remuneração;
- (vii) outorgar opções de compra de ações de nossa emissão, nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações aprovados pela nossa Assembleia Geral, a favor de Administradores, empregados ou pessoas naturais que nos prestem serviços ou às sociedades sob nosso controle, direto ou indireto, bem como deliberar acerca de outras formas de remuneração variável dos nossos Administradores ou das sociedades sob nosso controle;
- (viii) convocar as nossas Assembleias Gerais;
- (ix) apresentar à nossa Assembleia Geral chapa para eleição dos membros do nosso Conselho de Administração, na forma do Artigo 20 do nosso Estatuto Social;
- (x) propor à nossa Assembleia Geral a destinação do saldo do lucro líquido ajustado do exercício social, podendo declarar, *ad referendum*, da nossa Assembleia Geral ordinária, dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;
- (xi) aprovar o levantamento de nossas demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, a distribuição de dividendos com base em tais demonstrações financeiras ou intermediários, bem como o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
- (xii) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do nosso capital autorizado;
- (xiii) submeter à nossa Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou nossa dissolução, bem como acerca de reforma do nosso Estatuto Social;
- (xiv) autorizar a aquisição de nossas ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- (xv) aprovar a emissão para subscrição pública, de notas promissórias comerciais de nossa emissão ou de sociedades sob nosso controle;

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xvi) aprovar a prática dos seguintes atos: por nós ou por nossas controladas, sempre que o valor da operação exceder 5% do nosso patrimônio líquido com base nas nossas demonstrações financeiras auditadas mais recentes: (a) aquisição, alienação ou oneração de bens; (b) outorga de garantias; (c) endividamento ou renúncia a direitos; (d) investimento ou projeto de investimento; e (e) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indiretamente, inclusive por meio de consórcio ou sociedade em conta de participação;
- (xvii) aprovar a celebração de acordos de acionistas por nós ou por nossas controladas;
- (xviii) escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria, se criado;
- (xix) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das nossas ações em caso de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado, na forma prevista no nosso Estatuto Social;
- (xx) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de nossa emissão, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da OPA sobre os nossos interesses; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à nós; e (d) outros pontos que o nosso Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
- (xxi) deliberar sobre outras matérias não reguladas no nosso Estatuto Social, resolvendo os casos omissos.

### **Diretoria**

De acordo com nosso Estatuto Social, compete à Diretoria a prática dos atos necessários ao nosso funcionamento regular e à gestão dos nossos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior, observadas as diretrizes fixadas pelo nosso Conselho de Administração.

### **Conselho Fiscal**

Nosso Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes com as atribuições, competência e remuneração previstos em lei, com mandato de um ano, admitida a reeleição, e funcionará em caráter não permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral nas hipóteses legais.

Quando instalado, nosso Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições:

- (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos nossos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- (ii) opinar sobre o relatório anual da nossa Administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da nossa Assembleia Geral;
- (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da nossa Administração, a serem submetidas à nossa Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da nossa Administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos nossos interesses, à nossa Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, sugerindo providências úteis;
- (v) convocar a nossa Assembleia Geral ordinária, se os órgãos da Administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o nosso balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente;

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (vii) examinar as nossas demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e
- (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

### **b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação os comitês**

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas. Até a data deste Formulário de Referência, nosso Conselho Fiscal não foi instalado.

Até a data deste Formulário de Referência, não temos comitês formados, cabendo ao nosso Conselho de Administração estabelecer a sua formação para o assessoramento da nossa Administração, com objetivos restritos e específicos e com prazo de duração, designando os seus respectivos membros. Nosso Estatuto Social estabelece regras para a eventual criação e funcionamento de um Comitê de Auditoria e de um Comitê de Remuneração, conforme faculdade do nosso Conselho de Administração. Para qualquer comitê que seja criado pelo nosso Conselho de Administração, serão aplicáveis as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, pelo Estatuto Social e pelo Regulamento do Novo Mercado aos nossos Administradores.

### **c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê**

Não realizamos avaliação de desempenho dos órgãos da nossa Administração e comitês.

### **d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais**

Nossa Diretoria é composta por, no mínimo, quatro e, no máximo, oito membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sem designação específica, com exceção do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores.

As atribuições individuais de nossos Diretores são estabelecidas nos termos do nosso Estatuto Social, conforme abaixo descrito:

*Diretor-Presidente:* compete ao Diretor-Presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) dirigir, orientar e coordenar as nossas atividades; (ii) convocar e presidir as reuniões da nossa Diretoria; e (iii) representar-nos em juízo, ativa ou passivamente.

*Diretor de Relações com Investidores:* compete ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os nossos valores mobiliários, bem como manter atualizado o nosso registro em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo nosso Conselho de Administração.

*Diretor sem Designação Específica:* compete aos Diretores sem denominação específica as atribuições que lhes forem cometidas pelo nosso Conselho de Administração.

### **e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria**

Os membros de nossa Diretoria recebem, ao início de cada exercício social, um conjunto de metas individuais objetivamente definidas. Possuímos uma rotina mensal de reuniões de avaliação com nosso Conselho de Administração, nas quais a performance de cada Diretor e seus respectivos Gerentes é compartilhada com os Conselheiros (Vide item 13.1.(c) e item 13.1.(d) deste Formulário de Referência para mais informações). Não possuímos mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração ou dos Comitês.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### a) prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas assembleias gerais são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, oito dias de antecedência, devendo ser instaladas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar, sendo certo que na hipótese de ausência do Presidente e de indicação deste, Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar. Ao presidente da mesa da Assembleia Geral caberá designar o secretário. A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista e nós sendo ouvidos, prorrogar a data da Assembleia Geral para que seja feita em até 30 dias após a data de convocação quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas por nossos acionistas.

### b) competências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, nossos Administradores e fiscais, ressalvado o disposto no inciso II do artigo 142 Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) tomar, anualmente, as contas dos nossos Administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (iv) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) suspender o exercício dos direitos do acionista;
- (vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (vii) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da nossa Companhia, nossa dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (viii) autorizar os nossos Administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial e extrajudicial;
- (ix) fixar o montante da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, e, se instalado, do Conselho Fiscal, especificando a parcela de tal montante a ser atribuída a cada órgão;
- (x) deliberar sobre aumento de capital para integralização em bens, que não sejam créditos em moeda corrente detidos contra nós;
- (xi) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações, a favor de Administradores, empregados ou pessoas naturais que nos prestem serviços ou às sociedades sob nosso controle, direto ou indireto; e
- (xii) deliberar sobre o lançamento de OPA visando o cancelamento do nosso registro como companhia aberta perante a CVM e sobre a nossa saída do Novo Mercado, escolhendo instituição ou empresa especializada responsável pelo nosso valor econômico, a partir da apresentação, pelo nosso Conselho de Administração, de lista tríplice, para a determinação do preço de OPA dos nossos demais acionistas.

### c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

*Físico:* Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Hélios Seelinger, nº 155, parte, Barra da Tijuca, CEP 22640-040.

*Eletrônico:* [www.technos.com.br](http://www.technos.com.br); [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br); e [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### d) identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos da lei, nossos acionistas e Administradores não podem participar em eventuais deliberações ou atividades nas quais possam ter interesse conflitante com os nossos, observadas sempre os interesses discutidos em determinada deliberação, análise de objeto e contra partes do contrato, ou quaisquer outras atividades ou deliberações da nossa Companhia que possam caracterizar hipótese de interesse conflitante entre nós, nossos Administradores ou acionistas. Não adotamos, contudo, ferramentas ou regras específicas para identificar conflitos de interesse. Seguimos, no entanto, as determinações da legislação brasileira, onde se prevê que os acionistas não poderão votar deliberações relativas à avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou outras onde tiver interesse conflitante com o da companhia, ou qualquer outras aplicáveis aos Administradores e acionistas da nossa Companhia, observadas, sempre, as regras previstas na Lei das Sociedades por Ações e regulamentos vigentes pertinentes.

### e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Nosso Estatuto Social não prevê forma de solicitação de procurações pela Administração para o exercício do direito de voto, nem proíbe tal prática, de forma que a solicitação de procurações deverá seguir os requisitos legais e regulamentares vigentes à época de eventual solicitação.

### f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Em até 48 horas antes da nossa Assembleia Geral: (i) todos os nossos acionistas deverão nos enviar declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, três dias antes da Assembleia Geral; e (ii) os acionistas representados por procuradores deverão nos enviar a respectiva procuração.

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão nos enviar, no mesmo prazo referido no parágrafo acima: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste parágrafo, a ele relativos.

Os documentos referidos nos parágrafos anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no primeiro parágrafo acima, dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos a nós até a instalação da Assembleia Geral;

Adotaremos, na fiscalização da regularidade documental da representação dos nossos acionistas, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que nos forem feitas, vedada, contudo, a participação na assembleia de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante.

Por último, verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral: (i) não estavam corretamente representados; ou (ii) não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à nós notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, desconsideraremos os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.

### g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das assembleias.

### h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das nossas assembleias.



## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### **i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas**

Uma vez apresentadas as disposições legais e regulamentares para atender a casos específicos de propostas formuladas por acionistas, é possível incluir na ordem do dia questões específicas, porém não possuímos mecanismos específicos para esta inclusão, exceto pela possibilidade dos acionistas indicarem chapa alternativa para concorrer na eleição dos membros do nosso Conselho de Administração.

Nos termos do nosso Estatuto Social, os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa, que não a indicada por nosso Conselho de Administração, para concorrer aos cargos de membros do Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, cinco dias em relação à data marcada para a nossa Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo: (i) sua qualificação completa; (ii) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e (iii) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no artigo 147, § 3º da Lei das Sociedades por Ações. Em seguida, caberá ao nosso Conselho de Administração providenciar a divulgação imediata, por meio de aviso inserido na nossa página na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, da informação de que os documentos referentes às demais chapas apresentadas encontram-se à disposição dos acionistas na nossa sede.

**12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76**

<b>Exercício Social</b>	<b>Publicação</b>	<b>Jornal - UF</b>	<b>Datas</b>
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	03/05/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	20/08/2010
		Jornal Monitor Mercantil - SP	20/08/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	20/08/2010
		Jornal Monitor Mercantil - SP	20/08/2010
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP - SP	22/12/2010
		Jornal Monitor Mercantil - SP	22/12/2010
			23/12/2010
			24/12/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	21/06/2010
		Jornal Monitor Mercantil - SP	21/06/2010

## 12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto por no mínimo cinco e no máximo sete membros efetivos e correspondente número de suplentes, todos acionistas, eleitos em Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição, dos quais um membro é eleito Presidente e outro membro é eleito Vice-Presidente. Nos termos do nosso Estatuto Social, sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará a destituição dos demais membros, procedendo-se nova eleição. Além disso, no mínimo, 20% do Conselho de Administração deverão ser membros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os elegeu, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante a faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, os cargos de Presidente do nosso Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo, não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

### a) frequência das reuniões

Nosso Estatuto Social prevê que nosso Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, quatro vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre mediante convocação por escrito do seu Presidente ou por dois dos seus Conselheiros em conjunto, com, no mínimo, três dias de antecedência, por meio de carta, telegrama, fax, email ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, a qual deverá conter (i) local; (ii) data e hora; e (iii) ordem do dia. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do nosso Conselho de Administração.

Em caso de urgência, o Presidente do nosso Conselho de Administração poderá convocar reunião com antecedência inferior a três dias, caso em que a reunião se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 dos membros eleitos. Salvo essa hipótese, as reuniões do nosso Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos Conselheiros, sendo um deles o seu Presidente ou Vice-Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente, ou na sua ausência, ao Vice-Presidente, além do seu voto, o de desempate, caso seja necessário. Nenhuma deliberação poderá ser discutida ou aprovada pelo nosso Conselho de Administração com respeito a qualquer matéria não incluída na correspondente ordem do dia, exceto se diversamente acordado pela unanimidade dos membros do nosso Conselho de Administração.

### b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existem acordos de acionistas em vigor que estabeleçam restrições ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso Conselho de Administração.

### c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos do nosso Estatuto Social, nenhum membro do nosso Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da nossa Administração, exercer o voto, ou de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os nossos interesses, nos termos da lei.

Além disso, só podem ser eleitas para integrar o nosso Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares e ilibada reputação, não ocupem cargos em sociedade que possa ser considerada nossa concorrente ou de nossas controladas e não tenham, nem representem interesses conflitantes com os nossos ou de nossas controladas, presumindo-se ter interesse conflitante a pessoa que, cumulativamente: (i) tenha sido eleita por acionista que também elegeu conselheiro de administração em sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu.

## **12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Conforme determina nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, nossos Administradores e os membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, nos obrigamos a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Ademais, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao poder judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração		Data da eleição	Prazo do mandato
		Profissão	Cargo eletivo ocupado		
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>					
Joaquim Pedro Andrés Ribeiro 002.272.786-82	35 Economista	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente		04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Thiago Frias Picolo Peres 113.325.267-21 Diretor Financeiro	31 Economista	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores		04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Renato José Goettems 003.315.030-34	65 Empresário	Pertence apenas à Diretoria Diretor Comercial		04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Maurício Elísio Martins Loureiro 341.096.507-63	56 Empresário	Pertence apenas à Diretoria Diretor Industrial		04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Manoel Lins Júnior 312.668.355-04	47 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria Diretor de Qualidade		04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Pedro Ramiro Pauly Wiltgen 006.217.810-53	66 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria Diretor		04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros 022.725.508-94	50 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração		04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Cristiano de Mesquita Souza 016.746.597-09	36 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração		04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Mario Spinola e Castro 023.675.077-16	43 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)		04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Luiz Orenstein	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração		04/05/2011	2 anos

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
272.185.707-04	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/05/2011	Sim
Ana Luiza Machado Alves Daripa 263.792.978-20	35 Administradora de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/05/2011 20/05/2011	2 anos Não
Pedro Henrique Nogueira Damasceno 939.184.967-91	43 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Mario Coelho Joppert 803.769.917-04	32 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Ivan Bose do Amaral 947.028.701-06	29 Bacharel em Turismo	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim
Rafael Gonçalves Mendes 303.696.108-90	30 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/05/2011 04/05/2011	2 anos Sim

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro - 002.272.786-82

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, 35 anos, Diretor-Presidente. Formou-se em Economia na Universidade de Harvard, em Cambridge, Estados Unidos. Trabalhou na empresa ShopTime no ano de 2005, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, trabalhou na empresa Time Warner, de 1999 a 2004, onde ocupou o cargo de Gerente. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Thiago Frias Pícolo Peres - 113.325.267-21

Thiago Frias Pícolo Peres, 31 anos, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Formou-se em Economia na Universidade de Harvard, em Cambridge, Estados Unidos. Trabalhou na empresa Submarino, posteriormente B2W, de 2005 a 2008, ocupando o cargo de diretor responsável pela subsidiária Submarino Finance, voltado a concessão de crédito aos clientes do Submarino. Trabalhou na GP Investimentos, de 2003 a 2005, onde ocupou o cargo de associado, e no banco Morgan Stanley, 2001 a 2003, onde ocupou o cargo de analista. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Renato José Goettems - 003.315.030-34

Renato José Goettems, 65 anos, Diretor Comercial. Formou-se em Administração na Universidade São Judas Thadeu. Trabalha há 48 na Companhia, tendo ocupado os cargos de vendedor, gerente comercial e Diretor Comercial, cargo que exerce há 21 anos. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Maurício Elisio Martins Loureiro - 341.096.507-63

Maurício Elisio Martins Loureiro, 56 anos, Diretor Industrial. Trabalha há 30 anos na Companhia, tendo ocupado diversos cargos, entre eles gerente administrativo, gerente geral e Diretor Industrial. É também presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Manoel Lins Júnior - 312.668.355-04

Manoel Lins Júnior, 47 anos, Diretor de Qualidade. Formou-se em Administração na Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo – PUC/SP, com Pós-graduação em Marketing pela ESPM e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral, além de duas extensões universitárias em Liderança Motivacional e Gestão da Qualidade Total pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou na empresa Nokia, de 2001 a 2008, ocupando os cargos de Gerente de Qualidade e Processos 2007/2002, Gerente Regional Senior para Serviços e Suporte na América Latina 2004/2007 e Gerente Regional Senior para Novos Produtos e Serviços 2008. Atuou, como Consultor e Auditor Líder, nas empresas ABCQ - Associação Brasileira de Controle da Qualidade e Prevent Marketing, de 1991 a 2001, onde liderou a realização de auditorias e implementação de projetos de Sistemas de Gestão da Qualidade com base nas normas ISO 9000 em empresas como: Volkswagen, Boston Scientific, IPEM - Instituto de Pesos e Medidas, INMET - Instituto Nacional de Meteorologia e Saturno Tintas. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Pedro Ramiro Pauly Wiltgen - 006.217.810-53

Pedro Ramiro Pauly Wiltgen, 66 anos, Diretor sem designação específica. Formou-se em Administração na Universidade Estácio de Sá. Está na nossa Companhia há 40 anos, sendo co-fundador da nossa planta de montagem e distribuição de Manaus. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

51 Marcelo Pereira Lopes de Medeiros - 022.725.508-94

Marcelo Pereira Lopes de Medeiros, 50 anos, Presidente do Conselho de Administração. Graduiu-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O Sr. Medeiros é sócio fundador do DLJSAP desde 2006, sócio fundador da empresa Lanx Capital desde 2003 e membro do nosso Conselho de Administração desde 2008. Antes de fundar a Lanx Capital e se juntar ao DLJSAP, Marcelo Medeiros foi diretor executivo do Banco de Investimentos Credit Suisse entre 1998 e 2003. O Sr. Medeiros também foi sócio do Banco de Investimentos Garantia antes de sua venda para o Credit Suisse Group em 1998, tendo também sido sócio fundador do Banco Capitaltec S.A. Além de ser membro do nosso Conselho de Administração, o Sr. Medeiros é membro dos conselhos de administração da Springs Global S.A., RB Capital S.A., Brazil Trade Shows Partners S.A. e Damásio Educacional S.A. O Conselho declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselho está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Cristiano de Mesquita Souza - 016.746.597-09

Cristiano de Mesquita Souza, 36 anos, Vice-Presidente do Conselho de Administração. Graduiu-se em Economia pela Universidade Cândido Mendes em 1997. Desde 1994 trabalha na Dynamo. O Conselho declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselho está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Mario Spinola e Castro - 023.675.077-16

Mario Spinola e Castro, 43 anos, membro do Conselho de Administração. Graduiu-se em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui MBA pela Kellogg Graduate School of Management da Northwestern University. O Sr. Spinola é sócio fundador do fundo de private equity DLJSAP desde 2006 e membro do nosso Conselho de Administração desde 2008. Antes de se juntar ao DLJSAP, Mario Spinola foi diretor do Banco de Investimentos Credit Suisse entre 1998 e 2006, além de ter tido passagem pelo Banco de Investimento Garantia antes de sua venda para o Credit Suisse Group, em 1998, e pelo Banco Capitaltec S.A. Além de ser membro do nosso Conselho de Administração, o Sr. Mario Spinola é membro dos conselhos de administração da Brazil Trade Shows Partners S.A. e Damásio Educacional S.A. O Conselho declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselho está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Luiz Orenstein - 272.185.707-04

Luiz Orenstein, 56 anos, membro do Conselho de Administração. Formado em Engenharia de Produção pela UFRJ, Mestre em Engenharia pela COPPE / UFRJ, Doutor em Economia Política pelo IUPERJ e Visiting Fellow da Universidade da Califórnia, San Diego. Trabalhou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de 1977 a 2001, tendo exercido o cargo de diretor de 1992 a 1995. Foi também diretor de investimentos no Opportunity Asset Management de 1995 a 1997. Está na Dynamo desde 1997. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Ana Luiza Machado Alves Daripa - 263.792.978-20

Ana Luiza Machado Alves Daripa, 35 anos, membro independente do Conselho de Administração. Formada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas em 1997. Trabalha na empresa Natura desde 2004, exercendo desde 2008 o cargo de Diretora da Marca Natura. Também trabalhou na área de marketing das empresas Ambev, de julho a novembro de 2003, Bauducco, de 2001 a 2003, e Johnson & Johnson, de 1996 a 2001. A Conselheira declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Conselheira está devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Pedro Henrique Nogueira Damasceno - 939.184.967-91

Pedro Henrique Nogueira Damasceno, 43, suplente do conselho de administração. Graduou-se em economia pela Universidade Cândido Mendes. Trabalha na Dynamo desde 1993. O Conselheiro suplente declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O suplente está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Mario Coelho Joppert - 803.769.917-04

Mario Coelho Joppert, 32, suplente do conselho de administração. Graduou-se em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Trabalha na Dynamo desde 2002. O suplente declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro suplente está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Ivan Bose do Amaral - 947.028.701-06

Ivan Bose do Amaral, 29, suplente do conselho de administração. Graduou-se em turismo pela Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo. O Sr. Amaral é diretor financeiro da Brazil Trade Shows Partners Participações SA e trabalhou no fundo de private equity DLJ South American Partners (DLJSAP) entre 2007 e 2009. Antes de se juntar ao DLJSAP, Ivan Amaral teve passagens pela consultoria HVS International nos escritórios de São Paulo e Londres. O suplente declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro suplente está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Rafael Gonçalves Mendes - 303.696.108-90

Rafael Gonçalves Mendes, 30, suplente do conselho de administração. Graduou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O Sr. Mendes trabalha no fundo de private equity DLJ South American Partners (DLJSAP) desde 2007. Antes de se juntar ao DLJSAP, Rafael Mendes trabalhou na divisão de Investment Banking do banco Goldman Sachs entre 2004 e 2007, além de ter tido passagem pela Gavea Investimentos e Banco Santander. O suplente declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro suplente está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.



## **12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos comitês estatutários ou outros comitês de gestão instalados.

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau: (i) entre os nossos Administradores; (ii) entre os nossos Administradores e os administradores de nossas controladas diretas ou indiretas; (iii) entre os nossos Administradores ou de nossos controladores diretos ou indiretos; e (iv) entre os nossos Administradores e administradores dos nossos controladores diretos e indiretos.

## **12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Todos os membros de nosso Conselho de Administração são membros dos Conselhos de Administração de nossas controladas SD e TASA.

Todos os membros de nossa Diretoria são diretores de nossas controladas SD e TASA.

b) controlador direto ou indireto do emissor

Todos os membros de nosso Conselho de Administração indicados pelo nosso controlador são sócios da DLJ ou da Dynamo, renomados gestores de recursos de terceiros (asset managers) que indiretamente controlam nossa Companhia.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de algumas dessas pessoas

Não há qualquer relação relevante de subordinação, prestação de serviços ou controle com fornecedores, Clientes, devedores ou credores.

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

Na data deste Formulário de Referência, não contratamos qualquer apólice de seguro, que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos Administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou a nós, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções. Entretanto, estamos obtendo cotações para a contratação de tal apólice de seguro.

## 12.12 - Outras informações relevantes

Em fevereiro de 2011 o Ministério Público Federal de Amazonas ajuizou uma ação de improbidade administrativa contra nosso diretor Sr. Mauricio Loureiro, CIEAM (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), associação de indústrias sem fins lucrativos da qual o Sr. Loureiro é presidente, SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e outros réus indicados na referida ação. Alega-se na demanda que o Sr. Loureiro, na qualidade de presidente da CIEAM (e não na qualidade de diretor de nossa Companhia), e outros causaram dano ao erário na medida em que celebraram o Convênio n.º 57/2007 com a SUFRAMA para realização de obras para recuperação das vias do Distrito Industrial de Manaus, e que a CIEAM teria contratado um terceiro para execução das obras sem prévia licitação, conforme exigido pela lei brasileira para contratações por entes públicos. O valor total do Convênio entre a SUFRAMA e o CIEAM é de, aproximadamente, R\$72 milhões, no entanto, o valor despendido na contratação do terceiro para a realização das obras foi de R\$4 milhões. Entre outros argumentos, o Sr. Loureiro e a CIEAM alegam que o serviço prestado pelo terceiro foi devidamente contratado, sob o regime de urgência, exceção à regra de licitação, e por esta razão, dentre outras, não houve qualquer violação à lei. O Ministério Público alega também que as obras não foram devidamente executadas e que houve falhas nos registros de tal contratação. Tais alegações são contestadas pelo Sr. Loureiro e CIEAM. Não há no pedido do Ministério Público qualquer alegação que o Sr. Loureiro tenha cometido qualquer ato fraudulento. Esta demanda está em estágio inicial e portanto não podemos estimar qual será seu desfecho. Caso a demanda seja julgada procedente, as penalidades às quais Sr. Loureiro e os demais defendentes estariam sujeitos incluem: (i) pagamento de aproximadamente R\$4 milhões, (ii) proibição de contratar com o Poder Público, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo período de 3 a 10 anos; (iii) proibição de receber ou cancelamento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo período de 3 a 10 anos, (iv) pagamento de multa. Tendo em vista que o Sr. Loureiro não é nosso acionista majoritário, uma decisão adversa nessa ação não teria impacto sobre nossas atividades. Nós não acreditamos que esta demanda possa ter qualquer impacto adverso na nossa Companhia, considerando que nossa Companhia não é parte dessa ação. Uma medida cautelar foi concedida pelo juízo da causa para, especificamente em relação ao Sr. Mauricio e a CIEAM, a indisponibilidade de cotas de uma sociedade limitada da qual o Sr. Mauricio é sócio e das contas bancárias do Sr. Mauricio e da CIEAM. Tal medida cautelar foi suspensa por uma liminar concedida em agravo de instrumento interposto por Sr. Mauricio e CIEAM. Atualmente, aguarda-se o julgamento da demanda.

## 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

### a) objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração para nossos Diretores tem como objetivo compensar adequadamente nossos profissionais, de forma proporcional: (i) ao mérito individual e coletivo no atingimento de resultados; (ii) às responsabilidades; e (iii) à contribuição de cada um para a nossa evolução. Buscamos também alinhar a remuneração de forma geral, com a criação de valor para nós e nossos acionistas, e balizamos nossa política pelas práticas de mercado para assegurar nossa capacidade de atrair e reter talentos.

Os membros do nosso Conselho de Administração não recebem nenhum tipo de remuneração, exceto pela nossa Conselheira Independente, a Sra. Ana Luiza Machado Alves Daripa, que recebe remuneração mensal fixa de R\$4,5 mil. Os membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, são remunerados de acordo com o previsto na Lei das Sociedades por Ações.

### b) composição da remuneração, inclusive:

#### i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

##### **Conselho de Administração**

Na data deste Formulário de Referência, os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus à remuneração de qualquer natureza, exceto pela nossa Conselheira Independente, a Sra. Ana Luiza Machado Alves Daripa, que recebe remuneração mensal fixa de R\$4,5 mil.

##### **Diretoria**

A remuneração de nossa Diretoria é composta por três elementos com os seguintes objetivos:

- (i) *Remuneração fixa*: paga mensalmente, com o objetivo de refletir a responsabilidade de cada cargo e acompanhar parâmetros de remuneração observados no mercado. Inclui benefícios diversos, tais como seguro de vida e assistência médica;
- (ii) *Remuneração variável anual*: paga anualmente sob a forma de participação nos lucros e resultados, com o objetivo de premiar o atingimento de metas pré-estabelecidas no início de cada exercício. Inclui objetivos no âmbito da nossa Companhia, na área de responsabilidade do Administrador, e individuais; e
- (iii) *Remuneração variável de longo prazo*: paga sob a forma de plano de opção de compra de ações de nossa emissão, com o objetivo de alinhar a remuneração do Administrador à geração de valor no longo prazo para os acionistas e de reter esses profissionais.

##### **Conselho Fiscal**

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos um Conselho Fiscal instalado.

##### **Comitês**

Na data deste Formulário de Referência não possuímos qualquer comitê instalado.

#### ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do nosso Conselho de Administração, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, estes não fazem jus à remuneração de qualquer natureza, exceto pela nossa Conselheira Independente, a Sra. Ana Luiza Machado Alves Daripa, que recebe remuneração mensal fixa de R\$4,5 mil.

No caso da Diretoria, não há um percentual pré-estabelecido para cada um dos elementos, sendo que a proporção de cada elemento na remuneração total percebida por nossos Diretores pode variar em função da natureza da remuneração com base na participação nos lucros e resultados e no plano de opção de compra de ações. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a remuneração fixa correspondeu a 49% da remuneração total, enquanto a remuneração variável anual correspondeu aos demais 51% da remuneração total dos nossos Diretores. Não computamos nenhum valor relativo à remuneração variável de longo prazo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, dado que as ações adquiridas por nossos Diretores no âmbito do plano de opção de compra de ações não foram vendidas até o encerramento daquele exercício.

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Este subitem não se aplica ao Conselho Fiscal e aos comitês, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, tais órgãos não foram instalados.

#### iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Este subitem não se aplica aos membros do nosso Conselho de Administração, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, estes não fazem jus à remuneração de qualquer natureza, exceto pela nossa Conselheira Independente, a Sra. Ana Luiza Machado Alves Daripa, que recebe remuneração mensal fixa de R\$4,5 mil.

#### Diretoria

*Remuneração Fixa:* a remuneração fixa da nossa Diretoria é reajustada anualmente conforme as convenções coletivas de trabalho, na mesma proporção das remunerações dos demais colaboradores da nossa Companhia. Além disso, esses valores de remuneração são comparados periodicamente com o mercado, observando o porte, setor e estrutura de cargos de companhias comparáveis, de forma que se possa aferir a nossa competitividade e avaliar a eventual necessidade de se realizar reajuste.

*Remuneração variável anual:* a remuneração variável anual é paga sob forma de participação nos lucros e resultados, conforme programa aprovado a cada dois anos junto às entidades sindicais relevantes em cada Estado onde mantemos um estabelecimento. O programa define a estrutura básica para determinar o montante a ser distribuído, sendo que este montante é sempre um múltiplo da remuneração de cada Diretor. Esse múltiplo, por sua vez, é determinado pela faixa de possibilidades de cada cargo e a nota obtida por cada Diretor. As notas de cada Diretor são uma combinação ponderada de três componentes distintos, sempre medindo o resultado real contra uma meta. As metas são definidas no início de cada exercício social e monitoradas mensalmente em reuniões específicas de avaliação de desempenho. A ponderação definida para os Diretores, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, era a seguinte:

Meta	Descrição	Ponderação
Meta da Companhia.....	Meta da Companhia como um todo, relacionadas a indicadores consolidados	40%
Meta do Departamento .....	Meta relacionada aos departamentos sob gestão de cada Diretor	40%
Avaliação de Valores .....	Avaliação individual da adesão de cada Diretor aos cinco valores da empresa (Gente, Ética, Pioneirismo, Qualidade e Meritocracia)	20%
<b>Total .....</b>	-	<b>100%</b>

*Remuneração variável de longo prazo:* a remuneração variável de longo prazo é paga sob a forma de plano de opção de compra de ações de nossa emissão. O reajuste dos termos dessa remuneração segue parâmetros que constam do referido plano, que por sua vez é aprovado em Assembleia Geral. A outorga de opções para cada indivíduo é feita por meio de programas específicos aprovados pelo Conselho de Administração, na qual também são definidas importantes características destas opções, tais como preço de exercício e forma de reajuste do preço.

Este subitem não se aplica ao Conselho de Fiscal e aos Comitês, tendo em vista que estes órgãos não foram instalados.

#### iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da nossa remuneração tem como princípio a meritocracia, que é o principal vetor da nossa política de remuneração. A existência dos três componentes e a forma pela qual esses componentes são calculados e reajustados ajudam a garantir a recompensa justa pelo desempenho e o alinhamento de interesses entre os Administradores, com nossos acionistas no curto, médio e longo prazos.

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

#### **c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

*Remuneração variável anual:* a remuneração variável anual utiliza indicadores de desempenho objetivamente definidos desde o início de cada exercício social. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os indicadores usados para avaliação do nosso resultado foram: (i) a receita bruta operacional; (ii) o EBITDA, reduzido pelo custo financeiro do nosso capital de giro; e (iii) a nossa participação de mercado. Esses são os mesmos indicadores vigentes para o exercício social corrente. Os indicadores usados para avaliação do resultado de cada departamento variam dependendo das atividades desempenhadas por cada um deles, mas são também definidos objetivamente ao início de cada exercício social. Os indicadores usados para avaliação são os valores da nossa Companhia, conceitos imutáveis que norteiam a nossa conduta como empresa e devem estar presentes nas ações do dia a dia de cada profissional. Nossos valores são: Gente, Ética, Pioneirismo, Qualidade e Meritocracia. (Vide item 7.9 deste Formulário de Referência para mais detalhes).

*Remuneração variável de longo prazo:* a remuneração variável de longo prazo é baseada no preço de nossas ações. Anteriormente à nossa abertura de capital, esse preço era determinado em função de um múltiplo do nosso lucro líquido. Após nossa abertura de capital, esse preço será determinado pelo preço de mercado de nossas ações.

#### **d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

*Remuneração variável anual:* nossas metas são estruturadas em três níveis: empresa, departamento e indivíduo. O objetivo dessa estrutura é garantir tanto o atingimento de resultados concretos para os acionistas quanto a performance diferenciada dentro de cada equipe e individualmente.

Todas as metas são definidas de forma objetiva no início de cada exercício social, de forma que os resultados obtidos acima das metas estabelecidas ensejam um aumento na remuneração variável anual, assim como resultados abaixo das metas estabelecidas ensejam uma redução ou mesmo eliminação da remuneração variável anual. Possuímos uma rotina mensal de reuniões de avaliação de desempenho com Diretores e Gerentes, onde avaliamos a performance de cada um em relação a cada meta estabelecida. Além disso, compartilhamos mensalmente com nosso Conselho de Administração a performance de cada Diretor e Gerente.

*Remuneração variável de longo prazo:* nossa remuneração variável de longo prazo reflete naturalmente a criação de valor na nossa Companhia, por estar ligada diretamente ao preço de nossas ações.

#### **e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

O alinhamento de interesses no curto prazo ocorre por meio da remuneração fixa, que é dimensionada de forma proporcional à responsabilidade de cada profissional e leva em conta parâmetros de mercado a fim de garantir a retenção de nossos talentos.

O alinhamento de interesses de médio prazo ocorre por meio da remuneração variável anual, já que a mesma está ligada a objetivos claramente definidos para cada exercício social e representa um valor bastante significativo da remuneração total (51% no caso dos Diretores, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010).

O alinhamento de interesses de longo prazo ocorre por meio da remuneração variável de longo prazo, mediante a outorga de opções de compra de ações de nossa emissão. Por meio destes planos de opção de compra de ações, nossos profissionais passam a se beneficiar diretamente da valorização das nossas ações.

#### **f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Nossa remuneração fixa e variável anual é suportada quase integralmente pela nossa controlada TASA. Para informações consolidadas sobre remuneração fixa e variável, veja o item 13.16 deste Formulário de Referência.

#### **g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia**

Nos termos dos planos de opção de compras de ações aprovados até a data deste Formulário de Referência, na ocorrência de operações que resultem na transferência do nosso controle acionário, os beneficiários de tais planos têm o direito de vender suas ações já adquiridas na mesma proporção e nos mesmos termos do controlador.



**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

<b>Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 09/06/2011 - Valores Anuais</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,60	6,00		10,60
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	27.000,00	75.935,16		102.935,16
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	63.279,30		63.279,30
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>27.000,00</b>	<b>139.214,46</b>		<b>166.214,46</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,00	6,10		10,10
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	71.320,68		71.320,68
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	79.768,51		79.768,51
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	0,00	151.089,19		151.089,19

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,00	6,00		10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	68.505,12		68.505,12
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	84.489,65		84.489,65
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	0,00	152.994,77		152.994,77

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir corresponde ao número de Diretores e Conselheiros a quem foi atribuída remuneração variável, para o exercício social corrente e para cada exercício encerrado em 31 de dezembro nos anos abaixo indicados.

<b>Exercício Social corrente 31/12/2011</b>	<b>Conselho de Administração<sup>(1)</sup></b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros .....	5,0	6,0	–	11,0
<b>Bônus (em R\$)</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração .....	–	0	–	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	–	101.247	–	101.247
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas .....	–	63.279	–	63.279
<b>Participação no resultado (em R\$)</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração .....	–	0	–	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	–	0	–	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas .....	–	0	–	0
<b>Total da remuneração variável prevista (em R\$).....</b>	<b>–</b>	<b>63.279</b>	<b>–</b>	<b>63.279</b>

<sup>(1)</sup> Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, a remuneração está computada apenas na Diretoria estatutária.

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>Conselho de Administração<sup>(1)</sup></b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros .....	4,0	6,1	–	10,1
<b>Bônus (em R\$)</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração .....	–	0	–	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	–	95.094	–	95.094
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas .....	–	59.434	–	59.434
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social .....	–	79.769	–	79.769
<b>Participação no resultado (em R\$)</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração .....	–	0	–	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	–	0	–	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas .....	–	0	–	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social .....	–	0	–	0
<b>Total da remuneração variável (em R\$) .....</b>	<b>–</b>	<b>79.769</b>	<b>–</b>	<b>79.769</b>

<sup>(1)</sup> Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, a remuneração está computada apenas na Diretoria estatutária.

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>Conselho de Administração<sup>(1)</sup></b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros .....	4,0	6,0	–	10,0
<b>Bônus (em R\$)</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração.....	–	0	–	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração .....	–	91.340	–	91.340
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas .....	–	57.088	–	57.088
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social .....	–	84.490	–	84.490
<b>Participação no resultado (em R\$)</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração.....	–	0	–	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração .....	–	0	–	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas .....	–	0	–	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social .....	–	0	–	0
<b>Total da remuneração variável (em R\$ mil) .....</b>	<b>–</b>	<b>84.490</b>	<b>–</b>	<b>84.490</b>

<sup>(1)</sup> Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, a remuneração está computada apenas na Diretoria estatutária.

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

#### a) termos e condições gerais

Em 26 de dezembro de 2008, os nossos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais do nosso plano de opção de compra de ações (“Plano”), conforme aditado posteriormente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011.

O Plano possui os seguintes parâmetros principais:

- (i) *Objetivo*: obter um maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos acionistas;
- (ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas (“Beneficiários”);
- (iii) *Quantidade de ações incluídas no plano*: opção de compra sobre 5.462.444 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011;
- (iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e
- (v) *Extinção*: na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Plano ou a permanência do Plano na sociedade sucessora.

Posteriormente à implementação de cada Programa, o Conselho de Administração deverá determinar a celebração, entre nós e os beneficiários do Plano, de um contrato de outorga de opção de compra de ações, formalizando a outorga e definindo quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano ou o respectivo Programa.

Desde a aprovação do Plano, já aprovamos sete Programas, conforme segue:

- (i) *Primeiro Programa*: em 26 de dezembro de 2008, foi deliberada a emissão de 4.426.239 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao primeiro Programa do Plano. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 2.213.119 novas ações.
- (ii) *Segundo Programa*: em 13 de fevereiro de 2009, foi deliberada a emissão de 1.364.497 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao segundo Programa do Plano. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 682.248 novas ações.
- (iii) *Terceiro Programa*: em 29 de abril de 2011, foi deliberada a emissão de 200.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao terceiro Programa do Plano. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 100.000 novas ações.
- (iv) *Quarto Programa*: em 29 de abril de 2011, foi deliberada a emissão de 600.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao quarto Programa do Plano. Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, isto representa 300.000 novas ações.
- (v) *Quinto Programa*: em 1 de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 100.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao quinto Programa do Plano.
- (vi) *Sexto Programa*: em 1 de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 300.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao sexto Programa do Plano.
- (vii) *Sétimo Programa*: em 1 de junho de 2011, foi deliberada a emissão de 100.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao sétimo Programa do Plano. Para maiores informações sobre o Sétimo Programa, vide item 14.3.(c) deste Formulário de Referência.

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

#### **b) principais objetivos do plano**

Os principais objetivos do Plano são: (i) obter um maior alinhamento dos interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas; (ii) motivar os Beneficiários a buscarem a geração de valor no longo prazo; (iii) remunerar de forma meritocrática esses resultados; e (iv) auxiliar na atração e retenção de talentos.

#### **c) forma como o plano contribui para esses objetivos**

Ao conceder a oportunidade aos Beneficiários de tornarem-se nossos acionistas, fazemos com que os benefícios financeiros percebidos por nossos acionistas também sejam percebidos diretamente pelos Beneficiários. Assim, o Plano complementa a remuneração variável anual dos Beneficiários ao incentivar esta visão de longo prazo, já que os benefícios financeiros do Plano e dos Programas tendem a se concretizar após anos. Além disso, o Plano ajuda a intensificar o comprometimento dos Beneficiários conosco, por poderem se considerar também acionistas e não apenas nossos executivos.

#### **d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

Nosso Plano faz parte da política de remuneração dos Beneficiários. A concessão de outorgas para beneficiários específicos segue a diretriz da meritocracia, e as outorgas são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração com base na obtenção consistente de resultados positivos. Dessa forma, o Plano serve como importante instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com as nossas metas empresariais.

#### **e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

O Plano alinha os interesses dos Beneficiários, nossos e de nossos acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações de nossa emissão. Por meio do Plano, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos Beneficiários, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo. Além disso, o Plano busca nos auxiliar na retenção de talentos, incentivando o trabalho consistente de longo prazo e evitando descontinuidades na gestão.

#### **f) número máximo de ações abrangidas**

O Plano abrange, no máximo, 5.462.444 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011.

#### **g) número máximo de opções a serem outorgadas**

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária de nossa emissão. Desta forma, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao número máximo de ações abrangidas, ou seja, 5.462.444 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011.

#### **h) condições de aquisição de ações**

Todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência têm a aquisição de ações atrelada diretamente à remuneração variável e a dividendos recebidos pelos Beneficiários. Não há datas específicas de aquisição de lotes de ações, mas a obrigação de destinar um percentual mínimo da remuneração variável e a totalidade dos dividendos para o exercício das opções. Sendo assim, o exercício das opções por cada Beneficiário dependerá da remuneração variável anual por ele obtida e dos dividendos por ele recebidos, sendo certo que o prazo máximo para o exercício das opções outorgadas é o dia 8 de maio de 2015.

O Beneficiário deverá, em até 10 dias úteis contados da data da compensação da remuneração variável e da data de pagamento dos dividendos, exercer suas opções, observando os percentuais mínimos definidos em cada Programa. Na hipótese de o Beneficiário não observar tais percentuais, a totalidade das opções outorgadas e não exercidas será extinta, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização.

#### **i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto Programas têm preço de aquisição das ações equivalente a R\$1,00 por ação, devidamente corrigido, desde 8 de maio de 2008 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

O quinto, o sexto e o sétimo Programas têm preço de R\$4,52 por ação, devidamente corrigido, desde 24 de novembro de 2010 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

#### **j) critérios para fixação do prazo de exercício**

Todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência têm como prazo final de exercício o dia 8 de maio de 2015. O prazo de exercício está atrelado aos pagamentos de remuneração variável anual e de dividendos recebidos por cada beneficiário, assim como à decisão do percentual da remuneração variável anual que o beneficiário deseja destinar ao exercício das opções, respeitando sempre o percentual mínimo disposto em seu respectivo Programa.

#### **k) forma de liquidação**

Todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência determinam a liquidação do exercício da opção de ações à vista, no ato de subscrição ou compra das ações correspondentes, dentro do prazo de até 10 dias úteis da compensação da remuneração variável anual e dos dividendos ao beneficiário.

#### **l) restrições à transferência das ações**

Todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência têm como destinatários apenas os membros da nossa Administração e de nossas controladas e estabelecem que: (i) enquanto permanecerem como administradores da nossa Companhia e de nossas controladas, não poderão vender, ceder, transferir ou alienar as ações de nossa emissão das quais são ou venham a ser titulares por meio do Plano; e (ii) não poderão onerar e instituir sobre as ações qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano e no seu respectivo Programa.

Será permitido ao Beneficiário, contudo, alienar ações de nossa emissão adquiridas por meio do Plano mesmo durante o exercício do cargo de Administrador, nas seguintes hipóteses:

- (i) *Alienação direta ou indireta de controle da nossa Companhia.* Nesse caso, o Beneficiário terá o direito de participar dessa alienação nos mesmos termos pactuados pela parte controladora, na proporção de sua participação no nosso capital social, sendo que as opções outorgadas e não exercidas poderão ser exercidas pelo Beneficiário;
- (ii) *Alienação da totalidade da nossa Companhia.* Nesse caso, a parte controladora terá o direito de exigir que o Beneficiário aliene a totalidade de sua participação no nosso capital social nos mesmos termos pactuados pela parte controladora;
- (iii) *Alienação de parcela do capital da nossa Companhia que não represente alienação de controle, no caso do Primeiro Programa e do Segundo Programa.* Nesse caso, o Beneficiário terá o direito de participar dessa alienação nos mesmos termos pactuados pela parte controladora, na proporção de sua participação no nosso capital social; e
- (iv) *Oferta pública inicial de ações da nossa Companhia.* Nesse caso, o Beneficiário poderá alienar um terço das ações de nossa emissão que detém, em três períodos consecutivos de seis meses contados a partir da data da oferta pública inicial, desde que observado o *lock-up* sobre nossas ações, descrito no item 18.10 deste Formulário de Referência.

#### **m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização envolvendo a nossa Companhia, e caso não sejamos a sociedade remanescente da operação, o Plano será extinto e qualquer opção então concedida extinguir-se-á, a não ser que: (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência; ou (ii) seja estabelecida, por escrito, a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas, com substituição de tais opções por novas opções, outorgadas pela sociedade sucessora.

#### **n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

No caso de deixarem de exercer o cargo de Administrador da nossa Companhia e/ou de nossas controladas, por qualquer motivo ou razão, todas as opções não exercidas caducarão, sem que o titular tenha direito a qualquer indenização.



### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

Nesse caso, teremos o direito de, em até 60 dias contadas da data do evento, adquirir, e o titular terá a obrigação de vender, a totalidade de ações de sua titularidade. Da mesma forma, o titular das opções, em até 60 dias contados da data do evento, terá o direito de vender, e nós teremos a obrigação de comprar, a totalidade de ações de sua titularidade. Decorrido o prazo de 60 dias sem que tenha ocorrido qualquer notificação das partes a respeito dos direitos de aquisição e de venda ou após a realização de oferta pública inicial de ações, o titular das opções estará livre para vender suas ações e não estaremos mais obrigados a comprar as ações.

O preço de qualquer transação nos moldes descritos acima será equivalente a uma combinação de: (i) o valor original pago pelo beneficiário corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*; e (ii) o valor com base em múltiplo fixo do lucro apurado pela nossa Companhia em um período de 12 meses, compreendendo os seis meses imediatamente anteriores e os seis meses imediatamente posteriores à data do evento, descontadas as nossas dívidas e de nossas controladas, conforme descritas nos respectivos contratos de outorga de opção de compra de ações.

### 13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

<b>Acionista/Quotista<sup>(1)</sup></b>	<b>Quantidade Total de Ações</b>	<b>% com Relação ao Capital Social Total</b>
<b>Companhia</b>		
Conselho de Administração .....	5	0,0
Diretoria.....	3.461.075	5,31
<b>Total.....</b>	<b>3.461.080</b>	<b>5,31</b>
<b>SD Participações S.A.</b>		
Conselho de Administração .....	4	0,0
Diretoria.....	-	-
<b>Total.....</b>	<b>4</b>	<b>0,0</b>
<b>Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A.</b>		
Conselho de Administração .....	4	0,0
Diretoria.....	-	-
<b>Total.....</b>	<b>4</b>	<b>0,0</b>

<sup>(1)</sup> Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

### 13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nos últimos três exercícios sociais, não houve remuneração baseada em ações para nenhum órgão além da nossa Diretoria. A partir de 31 de março de 2011, o Plano passou a incluir, além dos membros da nossa Diretoria, também os membros do Conselho de Administração, gerência e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas, sendo certo que até a presente data não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração.

Previsto para o exercício social corrente (31/12/2011)	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa	Quarto Programa	Quinto Programa	Sexto Programa	Sétimo Programa
Número de beneficiários.....	1	1	1	3	1	3	1
Data da outorga durante o exercício social....	–	–	31/03/2011	31/03/2011	01/06/2011	01/06/2011	01/06/2011
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social.....	–	–	200.000 <sup>(1)</sup>	600.000 <sup>(2)</sup>	100.000	300.000	100.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis .....	Imediatamente, sujeito a contribuição mínima da participação nos lucros e dividendos						
Prazo máximo para exercício das opções.....	08/05/2015						
Prazo máximo de restrição a transferência de ações .....	Não é permitido alienar ações do Plano enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia, com exceções. Vide 13.4 (I) deste Formulário de Referência.						
<b>Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)</b>							
Em aberto no início do exercício social.....	1,15	1,15	–	–	–	–	–
Perdidas durante o exercício social .....	–	–	–	–	–	–	–
Exercidas durante o exercício social.....	1,19	1,19	–	1,19	–	–	–
Expiradas durante o exercício social .....	–	–	–	–	–	–	–
<b>Valor justo das opções na data de outorga (em R\$).....</b>	<b>0,04</b>	<b>0,04</b>	<b>1,16</b>	<b>1,14</b>	<b>6,16</b>	<b>6,16</b>	<b>6,15</b>
<b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %).....</b>	<b>2,79</b>	<b>0,67</b>	<b>0,16</b>	<b>0,46</b>	<b>0,15</b>	<b>0,46</b>	<b>0,15</b>

<sup>(1)</sup> Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, esse número representaria 100.000 ações ordinárias.

<sup>(2)</sup> Considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011, esse número representaria 300.000 ações ordinárias.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010	Primeiro Programa	Segundo Programa
Número de beneficiários .....	1	1
Data da outorga durante o exercício social.....	–	–
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social ...	–	–
Prazo para que as opções se tornem exercíveis .....	Imediatamente, sujeito a contribuição mínima da participação nos lucros e dividendos	
Prazo máximo para exercício das opções .....	08/05/2015	
Prazo máximo de restrição a transferência de ações.....	Não é permitido alienar ações do Plano enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia, com exceções. Vide 13.4 (I) Formulário de Referência.	
<b>Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)</b>		
Em aberto no início do exercício social.....	1,08	1,08
Perdidas durante o exercício social .....	–	–
Exercidas durante o exercício social.....	1,05	1,05
Expiradas durante o exercício social.....	–	–
<b>Valor justo das opções na data de outorga (em R\$).....</b>	<b>0,04</b>	<b>0,04</b>
<b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %).....</b>	<b>2,79</b>	<b>0,67</b>

### 13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>Primeiro Programa</b>	<b>Segundo Programa</b>
Número de beneficiários .....	1	1
Data da outorga durante o exercício social.....	–	13/02/2009
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social ...	–	1.364.467
Prazo para que as opções se tornem exercíveis .....	Imediatamente, sujeito a contribuição mínima da participação nos lucros e dividendos	
Prazo máximo para exercício das opções .....	08/05/2015	
Prazo máximo de restrição a transferência de ações.....	Não é permitido alienar ações do Plano enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia, com exceções. Vide 13.4 (I) Formulário de Referência.	
<b>Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)</b>		
Em aberto no início do exercício social.....	1,08	–
Perdidas durante o exercício social .....	–	–
Exercidas durante o exercício social.....	1,08	1,08
Expiradas durante o exercício social.....	–	–
<b>Valor justo das opções na data de outorga (em R\$).....</b>	<b>0,04</b>	<b>0,04</b>
<b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %).....</b>	<b>2,79</b>	<b>0,67</b>
<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>Primeiro Programa</b>	
Número de beneficiários .....	1	
Data da outorga durante o exercício social.....	26/12/2008	
Quantidade de opções outorgadas durante o exercício social ...	4.426.239	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis .....	Imediatamente, sujeito a contribuição mínima da participação nos lucros e dividendos	
Prazo máximo para exercício das opções .....	08/05/2015	
Prazo máximo de restrição a transferência de ações.....	Não é permitido alienar ações do Plano enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia, com exceções. Vide 13.4 (I) deste Formulário de Referência.	
<b>Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R\$) (Previsto)</b>		
Em aberto no início do exercício social.....	1,08	
Perdidas durante o exercício social .....	–	
Exercidas durante o exercício social.....	1,08	
Expiradas durante o exercício social.....	–	
<b>Valor justo das opções na data de outorga (em R\$).....</b>	<b>0,04</b>	
<b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %).....</b>	<b>2,79</b>	

### 13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não há remuneração baseada em ações para nenhum órgão além da nossa Diretoria. Seguem abaixo os detalhes dos Programas outorgados à nossa Diretoria.

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>Primeiro Programa</b>	<b>Segundo Programa</b>
<b>Número de membros</b> .....	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade .....	–	–
Data em que se tornarão exercíveis .....	Todas as opções são imediatamente exercíveis, sujeito a contribuição mínima da participação nos lucros e dividendos.	
Prazo máximo para exercício das opções .....	–	–
Prazo de restrição à transferência de ações .....	–	–
Preço médio ponderado de exercício (em R\$).....	–	–
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$) .....	–	–
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade .....	3.696.120	869.692
Prazo máximo para o exercício das opções .....	08/05/2015	
Prazo de restrição à transferência de ações .....	Não é permitido alienar ações do Plano enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da nossa Companhia, exceto pelas hipóteses mencionadas no item 13.4 (I) deste Formulário de Referência.	
Preço médio ponderado de exercício (em R\$).....	1,81	1,59
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R\$) .....	1,16	1,16
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (em R\$).....	4.287.527	1.008.850

### 13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações para nenhum órgão além da nossa Diretoria nos três últimos exercícios sociais. Seguem abaixo os detalhes dos Programas outorgados à nossa Diretoria.

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>Primeiro Programa</b>	<b>Segundo Programa</b>
<b>Número de membros .....</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Em relação às opções exercidas</b>		
Número de ações.....	456.704	340.221
Preço médio ponderado de exercício .....	1,05	1,05
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas .....	553.869	412.581
<b>Em relação às ações entregues</b>		
Número de ações.....	–	–
Preço médio ponderado de aquisição (em R\$).....	–	–
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (em R\$) .....	–	–

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>Primeiro Programa</b>	<b>Segundo Programa</b>
<b>Número de membros .....</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Em relação às opções exercidas</b>		
Número de ações.....	273.415	154.584
Preço médio ponderado de exercício .....	1,08	1,08
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas .....	0	0
<b>Em relação às ações entregues</b>		
Número de ações.....	–	–
Preço médio ponderado de aquisição (em R\$).....	–	–
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (em R\$) .....	–	–

## **13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

### **a) modelo de precificação**

O valor de mercado das opções concedidas é estimado usando o modelo Back-Scholes de precificação de opções para cada um dos Programas. Todos os nossos Programas foram precificados no momento de sua concessão, e as despesas associadas a esses Programas são reconhecidas no nosso resultado, de acordo com a precificação e durante o prazo esperado de exercício.

### **b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação**

*Taxa livre de risco:* SELIC no momento da concessão do Programa, especificamente 9,25% ao ano na avaliação do Primeiro Programa e do Segundo Programa, 12,0% ao ano na avaliação do Terceiro Programa e do Quarto Programa e 12,3% ao ano na avaliação do Quinto Programa, do Sexto Programa e do Sétimo Programa.

*Prazo de exercício:* prazo médio esperado com base na remuneração variável anual estimada para cada Beneficiário e o direcionamento do percentual mínimo para o exercício das opções.

*Volatilidade:* calculada com base na volatilidade da nossa receita bruta mensal nos últimos cinco anos anteriores à concessão, especificamente 6,15% na avaliação Primeiro Programa e do Segundo Programa, 4,75% na avaliação do Terceiro Programa e do Quarto Programa e 4,76% ao ano na avaliação do Quinto Programa, do Sexto Programa e do Sétimo Programa.

*Preço de exercício:* equivalente ao preço inicial corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano, estimado em 10,5% ao ano.

*Dividendos:* não estimamos dividendos, já que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.

*Avaliação do preço de mercado:* equivalente: (i) ao preço de aquisição do controle da nossa Companhia, para o Primeiro Programa e para o Segundo Programa; (ii) ao preço referente a uma transação recente de venda de participação realizada no último trimestre de 2010 entre cotistas do GMT FIP, para o Terceiro Programa e para o Quarto Programa; e (iii) ao preço referente à nossa capitalização mais recente, onde um grupo de 29 gerentes e coordenadores tornaram-se nossos acionistas, para o Quinto Programa, o Sexto Programa e o Sétimo Programa.

### **c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado**

Não incorporamos nenhum efeito de exercício antecipado, já que o exercício das opções em todos os nossos Programas está diretamente atrelado ao recebimento de remuneração variável anual e ao recebimento de dividendos por cada Beneficiário. Assumimos que cada beneficiário contribui apenas o percentual mínimo de sua remuneração variável anual estimada.

### **d) forma de determinação da volatilidade esperada**

Dado que não tínhamos ações listadas em mercado na data das concessões dos Programas, estimamos a volatilidade esperada com base na volatilidade da nossa receita bruta mensal, sempre utilizando o período de cinco anos anteriores a cada concessão.

### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não há planos de previdência concedidos aos membros do nosso Conselho de Administração ou aos nossos Diretores estatutários.



**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	6,10	6,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.189.437,00	1.289.946,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	468.344,00	318.464,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	646.970,00	659.348,00	0,00	0,00

**Observação**

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

### **13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Conforme descrito no item 13.4 (n) deste Formulário de Referência, no caso do Beneficiário do nosso Plano deixar de exercer o cargo de Administrador por qualquer motivo ou razão, teremos o direito de, em até 60 dias contados da data do evento, adquirir, e o Beneficiário terá a obrigação de vender, a totalidade de ações de titularidade do Beneficiário, assim como o Beneficiário, no mesmo prazo, terá o direito de vender, e nós teremos a obrigação de comprar, a totalidade de ações de sua titularidade. Decorrido o prazo de 60 dias sem que tenha ocorrido qualquer notificação das partes a respeito dos direitos de aquisição e de venda ou após a realização de uma oferta pública inicial de ações, o beneficiário estará livre para vender suas ações e não estaremos mais obrigados a comprar as ações.

O preço de qualquer transação nos moldes descritos acima será equivalente a uma combinação do valor original pago pelo Beneficiário, corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*, e (i) acrescido de múltiplo fixo do lucro apurado pela nossa Companhia em um período de 12 meses, compreendendo os seis meses imediatamente anteriores e os seis meses imediatamente posteriores à data do evento; e (ii) descontadas nossas dívidas e de nossas controladas, conforme descritas nos respectivos contratos de outorga de opção de compra de ações.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u> (anual)	<u>Conselho Fiscal</u>
31 de Dezembro de 2010 .....	0%	0%	N/A
31 de Dezembro de 2009 .....	0%	0%	N/A

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não há.

### 13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos (em R\$) .....	–	–	–	–
Controladas do emissor (em R\$) .....	–	3.795.426	–	3.795.426
Sociedades sob controle comum (em R\$) .....	–	–	–	–

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos (em R\$) .....	–	–	–	–
Controladas do emissor (em R\$) .....	–	3.803.095	–	3.803.095
Sociedades sob controle comum (em R\$) .....	–	–	–	–

**13.16 - Outras informações relevantes**

As tabelas abaixo indicam, de forma consolidada, a remuneração reconhecida nos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, em relação aos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria. O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas abaixo corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

<b>Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 – Valores Anuais</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros .....	4,60	6,00		10,60
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário / Pró-labore .....	27.000,00	2.034.879,16		2.061.879,16
Benefícios diretos e indiretos .....	0,00	22.990,44		22.990,44
Participação em Comitês .....	0,00	0,00		0,00
Outros .....	0,00	0,00		0,00
<b>Remuneração Variável</b>				
Bônus .....	0,00	63.279,30	–	63.279,30
Participação de resultados .....	0,00	1.749.088,00	–	1.749.088,00
Participação em Reuniões .....	0,00	0,00	–	0,00
Comissões .....	0,00	0,00	–	0,00
Outros .....	0,00	0,00	–	0,00
<b>Benefícios pós-emprego .....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>–</b>	<b>0,00</b>
<b>Benefícios pela cessação do exercício do cargo.....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>–</b>	<b>0,00</b>
<b>Remuneração baseada em ações.....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>–</b>	<b>0,00</b>
<b>Total da remuneração.....</b>	<b>27.000,00</b>	<b>3.870.236,90</b>	<b>–</b>	<b>3.897.236,90</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 – Valores Anuais</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros .....	4,00	6,10		10,10
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário / Pró-labore .....	0,00	1.910.506,91		1.910.506,91
Benefícios diretos e indiretos .....	0,00	23.417,60		23.417,60
Participação em Comitês .....	0,00	0,00		0,00
Outros .....	0,00	0,00		0,00
<b>Remuneração Variável</b>				
Bônus .....	0,00	79.768,51	–	79.768,51
Participação de resultados .....	0,00	1.932.822,06	–	1.932.822,06
Participação em Reuniões .....	0,00	0,00	–	0,00
Comissões .....	0,00	0,00	–	0,00
Outros .....	0,00	0,00	–	0,00
<b>Benefícios pós-emprego .....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>–</b>	<b>0,00</b>
<b>Benefícios pela cessação do exercício do cargo.....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>–</b>	<b>0,00</b>
<b>Remuneração baseada em ações.....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>–</b>	<b>0,00</b>
<b>Total da remuneração.....</b>	<b>0,00</b>	<b>3.946.515,08</b>	<b>–</b>	<b>3.946.515,08</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 – Valores Anuais</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros .....	4,00	6,00		10,00
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário / Pró-labore .....	0,00	1.835.686,12		1.835.686,12
Benefícios diretos e indiretos .....	0,00	24.030,67		24.030,67
Participação em Comitês .....	0,00	0,00		0,00
Outros .....	0,00	0,00		0,00
<b>Remuneração Variável</b>				
Bônus .....	0,00	84.489,65	–	84.489,65
Participação de resultados .....	0,00	2.011.883,47	–	2.011.883,47
Participação em Reuniões .....	0,00	0,00	–	0,00
Comissões .....	0,00	0,00	–	0,00
Outros .....	0,00	0,00	–	0,00
<b>Benefícios pós-emprego .....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>–</b>	<b>0,00</b>
<b>Benefícios pela cessação do exercício do cargo.....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>–</b>	<b>0,00</b>
<b>Remuneração baseada em ações.....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>–</b>	<b>0,00</b>
<b>Total da remuneração.....</b>	<b>0,00</b>	<b>3.956.089,91</b>	<b>–</b>	<b>3.956.089,91</b>

## 14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31.03.2011		Atividade Desempenhada					Total geral
Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial	Produção		
AM .....	25	4	3		415	<b>447</b>	
BA .....	4	1	18	10		<b>33</b>	
CE .....	4	1	8	10		<b>23</b>	
DF .....	5		8	9		<b>17</b>	
MG .....	3	1	9	7		<b>20</b>	
PA .....	4	1	7	13	1	<b>26</b>	
PE .....	5	1	11	9	1	<b>27</b>	
PR .....	6	2	11	8	4	<b>31</b>	
RJ .....	85	10	41	17	11	<b>164</b>	
RS .....	4	1	16	12	2	<b>35</b>	
SP .....	10	1	35	24	2	<b>72</b>	
<b>Total geral.....</b>	<b>155</b>	<b>23</b>	<b>167</b>	<b>119</b>	<b>436</b>	<b>900</b>	

Em 31.12.2010		Atividade Desempenhada					Total geral
Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial	Produção		
AM .....	25	4	3		412	<b>444</b>	
BA .....	3	1	18	10		<b>32</b>	
CE .....	4	1	8	10		<b>23</b>	
DF .....	5		8	9		<b>22</b>	
MG .....	3	1	9	7		<b>20</b>	
PA .....	4	1	7	13	1	<b>26</b>	
PE .....	5	1	11	9	1	<b>27</b>	
PR .....	6	1	11	8	4	<b>30</b>	
RJ .....	84	10	40	17	11	<b>162</b>	
RS .....	4	1	16	12	2	<b>35</b>	
SP .....	10	1	35	24	2	<b>72</b>	
<b>Total geral.....</b>	<b>153</b>	<b>22</b>	<b>166</b>	<b>119</b>	<b>433</b>	<b>893</b>	

Em 31.12.2009		Atividade Desempenhada					Total geral
Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial	Produção		
AM .....	15		3		250	<b>268</b>	
BA .....	3	1	12	8		<b>24</b>	
CE .....	2	2	7	6		<b>17</b>	
DF .....	4	2	4	8		<b>18</b>	
MG .....	2	2	7	3		<b>14</b>	
PA .....	3		8	10	1	<b>22</b>	
PE .....	3	2	8	9	1	<b>23</b>	
PR .....	5		11	8	2	<b>26</b>	
RJ .....	59	9	40	16	8	<b>132</b>	
RS .....	7	2	10	9	1	<b>29</b>	
SP .....	12	6	26	22	2	<b>68</b>	
<b>Total geral.....</b>	<b>115</b>	<b>26</b>	<b>136</b>	<b>99</b>	<b>265</b>	<b>641</b>	

## 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Em 31.12.2008	Atividade Desempenhada					Total geral
	Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial	
AM .....	18	2	3			295
BA .....	4	1	11	8		24
CE .....	2	1	8	5		16
DF .....	4	1	5	5		15
MG .....	5		4	2		11
PA .....	3		8	9	1	21
PE .....	4	1	10	10		25
PR .....	8		13	6		27
RJ .....	57	9	39	16	12	133
RS .....	6	1	14	7	1	29
SP .....	7	2	27	19	2	57
<b>Total geral.....</b>	<b>118</b>	<b>18</b>	<b>142</b>	<b>87</b>	<b>288</b>	<b>653</b>

### b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Localização Geográfica	Em 31 de março de 2011	
	Atividade Desempenhada	Quantidade de Terceirizados
AM .....	Operacional/Produção	98
<b>Total .....</b>		<b>98</b>

Localização Geográfica	Em 31 de dezembro de 2010	
	Atividade Desempenhada	Quantidade de Terceirizados
AM .....	Operacional/Produção	214
<b>Total .....</b>		<b>214</b>

Localização Geográfica	Em 31 de dezembro de 2009	
	Atividade Desempenhada	Quantidade de Terceirizados
AM .....	Administrativo	4
<b>Total .....</b>		<b>4</b>

Localização Geográfica	Em 31 de dezembro de 2008	
	Atividade Desempenhada	Quantidade de Terceirizados
AM .....	Operacional/Produção	7
<b>Total .....</b>		<b>7</b>

### c) índice de rotatividade

Para os anos de 2008, 2009 e 2010, o nosso índice de rotatividade (desligamentos voluntários) era de aproximadamente 2,3%, 2,5% e 3,4%, respectivamente. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, o índice de rotatividade foi de 0,4%.

### d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Em 31 de março de 2011, éramos réus em 14 ações trabalhistas, que perfaziam um valor total de, aproximadamente, R\$2,7 milhões. Com base na opinião dos consultores jurídicos, constituímos provisão somente para as ações classificadas como perdas prováveis, no montante de, aproximadamente, R\$0,5 milhão.



## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

Não houve alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

#### a) política de salários e remuneração variável

Temos por política de remuneração praticar salários em linha com as médias de mercado para empresas de porte e atuação similares. Buscamos nos diferenciar na remuneração variável, oferecendo um programa de participação nos lucros e resultados com potencial de ganho atrativo atrelado a metas objetivamente definidas.

Os salários de nossos empregados são corrigidos anualmente nos termos das convenções coletivas de trabalho celebradas. Além disso, concedemos aumentos salariais a empregados de acordo com seu desempenho, potencial e engajamento.

Com relação à remuneração variável, possuímos plano de participação nos lucros e resultados destinado a todos os nossos empregados. Os planos de participação nos lucros e resultados são anualmente homologados perante os sindicatos relevantes e têm como objetivo premiar o atingimento de metas pré-estabelecidas no início de cada exercício. Essas metas incluem tanto indicadores de performance da nossa Companhia em geral, quanto indicadores de performance da área a que cada empregado pertence e indicadores de performance individuais. A remuneração variável dos empregados é distribuída anualmente, com um adiantamento semestral para todos os cargos abaixo da gerência condicionado ao atingimento de metas mínimas. Acreditamos que nosso programa de remuneração variável é um importante ativo da nossa Companhia, pois auxilia a atração e a retenção de talentos, além de fortalecer nossa cultura meritocrática.

#### b) política de benefícios

Oferecemos aos nossos profissionais diversos benefícios, e buscamos estar em linha com o mercado na concessão desses benefícios. Destacamos os seguintes benefícios, que são concedidos a todos nossos empregados, independentemente de nível hierárquico: (i) assistência médica; (ii) seguro de vida; (iii) vale refeição ou refeição em refeitório; e (iv) auxílio educação. Além disso, de acordo com a localidade do empregado e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e uso de um telefone celular.

Nosso plano de educação oferece ajuda de custo de 50% do valor da mensalidade do curso escolhido pelo empregado, por meio de reembolso. Condicionamos a concessão desse benefício à permanência do empregado na nossa Companhia por pelo menos um ano, além da manutenção de coeficiente de resultado mínimo.

#### c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Em 1º de junho, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o Sétimo Programa, no âmbito do Plano aprovado em 26 de dezembro de 2008 (termos estes definidos no item 13.4 deste Formulário de Referência), conforme aditado posteriormente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, o qual tem como beneficiário um de nossos funcionários. O Sétimo Programa conta com as seguintes principais características:

- (i) *Grupo de Beneficiário*: nosso controller;
- (iii) *Quantidade de ações incluídas no plano*: opção de compra sobre 100.000 ações;
- (iv) *Preço de Exercício*: o preço de exercício é de R\$4,52 por ação, devidamente corrigido, desde 24 de novembro de 2010 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*; e
- (v) *Prazo de Exercício*: até 8 de maio de 2015. O prazo de exercício está atrelado aos pagamentos de remuneração variável anual e de dividendos recebidos pelo beneficiário, assim como à decisão do percentual da remuneração variável anual que o beneficiário deseja destinar ao exercício das opções, respeitando sempre o percentual mínimo disposto em seu respectivo Programa.

Para maiores informações sobre o Plano e o Sétimo Programa, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

#### 14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Não há histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho, sendo que entendemos que nosso relacionamento com todos os sindicatos aos quais somos afiliados é muito saudável.

Seguem todos os sindicatos que mantemos relações e aos quais somos filiados:

UF	Cidade	Sindicato – Empregados	Sindicato – Patronal
AM	Manaus	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas de Manaus	–
RJ	Rio de Janeiro	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas do Rio de Janeiro	–
RJ	Rio de Janeiro	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas do Rio de Janeiro	–
RJ	Rio de Janeiro	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes e Pracistas do Comércio do Estado do Rio de Janeiro	–
SP	São Paulo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas, Bijuterias, Ourivesarias, Relógios e Profissionais de Assistência Técnica em Relojoaria do Estado de São Paulo	–
SP	São Paulo	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio do Estado de São Paulo	–
PR	Curitiba	Federação dos Trabalhadores em Empresas Enquadradas no 3º Grupo do Comércio	–
PR	Curitiba	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Paraná	–
MG	Belo Horizonte	Sindicato dos Oficiais Joalheiros, Ourives e Lapidários de Belo Horizonte	–
MG	Belo Horizonte	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais	–
BA	Salvador	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Bahia	–
BA	Salvador	Sindicato dos Empregados, Vendedores e Viajantes do Comércio, dos Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado da Bahia	–
PE	Recife	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Pernambuco	–
PE	Recife	Sindicato dos Empregados, Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco	–
CE	Fortaleza	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Ceará	–

**14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

CE	Fortaleza	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Ceará	-
PA	Belém	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Pará	-
RS	Porto Alegre	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas, Semipreciosas, Bijuterias de Ouro e Prata e Relojoaria do Estado do Rio Grande do Sul	-
RS	Porto Alegre	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul	-
DF	Brasília	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Goiás, Tocantins e Distrito Federal	-
DF	Brasília	Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal	-

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração		Total ações %	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UJ	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)			
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>									
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>							
<b>GMT FIP</b>									
09.478.618/0001-36	Brasileira	Não	Sim	06/06/2011					
	61.500.244	94,283216%	0	0,000000%	61.500.244			94,283216%	
<b>OUTROS</b>									
	3.729.016	5,716784%	0	0,000000%	3.729.016			5,716784%	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>									
	0	0,000000%	0	0,000000%	0			0,000000%	
<b>TOTAL</b>									
	65.229.260	100,000000%	0	0,000000%	65.229.260			100,000000%	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
GMT FIP				09.478.618/0001-36		
<b>DLJSAP</b>						
496.760	Americana 39,900000	Não 0	Não 0,000000	24/11/2010 496.760	39,900000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
<b>TOTAL</b>	0	0,000000				
<b>Dynamo</b>						
398.050	Brasileira 31,970000	Não 0	Não 0,000000	24/11/2010 398.050	31,970000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
<b>TOTAL</b>	0	0,000000				
<b>GMT FIC-FIM</b>						
281.040	Brasileira 22,580000	Não 0	Não 0,000000	11/04/2011 281.040	22,580000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
<b>TOTAL</b>	0	0,000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
GMT FIP						
				CPF/CNPJ acionista		
				09.478.618/0001-36		
Partners Group						
12.766.899/0001-37	Americana	Não	Não	24/11/2010		
69.150	5,550000	0	0,000000	69.150	5,550000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
1.245.000	100,000000	0	0,000000	1.245.000	100,000000	

**15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembléia / Data da última alteração</b>	08/06/2011
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	39
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	0
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	1

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	0	0,000000%



## **15.4 - Organograma dos acionistas**

Para visualização do organograma do nosso grupo econômico, veja item 8.2 deste Formulário de Referência.

**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Em 31 de maio de 2011, determinados gerentes e coordenadores celebraram conosco e com o GMT FIP dois acordos de acionistas pelos quais referidos gerentes e coordenadores se obrigaram a não negociar com as ações detidas por tais gerentes e coordenadores, objeto desses acordos, nos termos ali estabelecidos. Tais acordos de acionistas não contêm qualquer restrição à transferência das ações de nossa emissão detidas pelo FIP GMT. Para maiores informações sobre estes acordos de acionistas, veja o item 17.5 deste Formulário de Referência.

## **15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Em novembro de 2010, o GIF II PE C2 LLC, fundo de investimentos gerido pela GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda., vendeu a totalidade de sua participação no GMT FIP, correspondente a 195.000 cotas e representativa de 15,66% do GMT FIP. Além dessa operação, não ocorreram outras alterações relevantes nas participações dos membros do nosso grupo de controle e/ou de nossos Administradores nos últimos três exercícios sociais.

## 15.7 - Outras informações relevantes

A nossa Companhia é controlada pelo GMT FIP, o qual tem como investidores fundos geridos pela DLJ e Dynamo. Não há um único fundo de investimento ou beneficiário final que controle indiretamente a nossa Companhia.

### **GMT FIP**

O GMT FIP é um fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM 391, e administrado pela Dynamo.

O objetivo do GMT FIP é obter rendimentos por meio de investimentos de longo prazo mediante a aplicação de recursos em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório das companhias investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

O GMT FIP é um fundo de investimentos que tem entre seus cotistas:

- (i) investidores estrangeiros que investem por meio do DLJ South American Partners LP gerido pela DLJ, que detém 39,9% das cotas do GMT FIP. Não há nenhum *Limited Partner* da DLJ, que detenha, direta ou indiretamente, 5%, ou mais, do nosso capital social;
- (ii) investidores institucionais estrangeiros que investem por meio de veículos de investimentos geridos pelo Partners Group, que detém 5,5% das cotas do GMT FIP. Não há nenhum investidor que detenha, direta ou indiretamente, 5%, ou mais, do nosso capital social;
- (iii) investidores institucionais estrangeiros que investem por meio de veículos de investimentos geridos discricionariamente pela Dynamo Internacional Gestão de Recursos, empresa ligada à Dynamo responsável pela gestão de investidores estrangeiros do grupo. Esse grupo é formado por sete investidores institucionais que detém em conjunto 32,0% das cotas do GMT FIP.
- (iv) investidores individuais qualificados nos termos da regulamentação da CVM aplicável aos fundos de investimento, ligados à Dynamo e/ou aos nossos executivos. Nenhum desses investidores individuais detém direta ou indiretamente mais de 1% de participação nas cotas do GMT FIP, à exceção do Sr. Renato Goettems, nosso Diretor Comercial, que detém participação (direta e indireta) equivalente 13,0% das cotas do GMT FIP. A participação de todos os investidores individuais se dá por meio de um fundo de investimento em cotas de fundos de investimento denominado GMT FIC-FIM, conforme regulado pela Instrução CVM 409, também administrado pela Dynamo.

A Dynamo é responsável pela gestão e administração fiduciária do GMT FIP, porém as decisões de investimento e desinvestimento do GMT FIP são orientadas discricionariamente pelo Comitê de Investimento do GMT FIP formado por quatro membros, sendo dois indicados pela Dynamo, dois indicados pela DLJ.

O comitê de investimentos do GMT FIP é formado por Marcelo Pereira Lopes de Medeiros, Mario Spinola e Castro, indicados pela DLJ, e por Pedro Henrique Nogueira Damasceno e Cristiano de Mesquita Souza, indicados pela Dynamo.

A DLJ é um gestor independente de *private equity* com foco na América do Sul, principalmente na Argentina, Brasil e Chile. A DLJ é uma associação entre um time de profissionais e o Credit Suisse Alternative Investments. A DLJ é controlada pelos Srs. Marcelo Pereira Lopes de Medeiros e Carlos Garcia. A DLJ é a gestora (General Partner) do fundo DLJ South American Partner LP.

A Dynamo é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada constituída e existente de acordo com as leis do Brasil e autorizada pelo Ato Declaratório da CVM nº 5.618, de 2 de setembro de 1999, para o exercício profissional de administração de carteira nos termos da Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999, conforme alterada. A Dynamo é controlada pelos Srs. Bruno de Araújo Lima Rocha e Luiz Orenstein.

O Partners Group é uma empresa global de investimentos em mercados privados, com mais de 20 bilhões de euros em programas de investimento sob sua administração, alocados em investimentos privados em capital, dívida, ativos imobiliários e infraestrutura. A empresa administra uma ampla gama de fundos e portfólios customizados para uma clientela internacional de investidores institucionais. Nenhuma pessoa ou entidade controla o Partners Group e suas decisões de investimento são tomadas por um comitê de investimentos global.

A participação do Partners Group no GMT FIP é constituída por investidores estrangeiros atuando por meio da empresa Partners Group Series Access, LLC, Series 9, administrada por uma afiliada do Partners Group.

## **16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

A nossa política é de que as operações e negócios com partes relacionadas à nossa Companhia sejam realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normativos vigentes aplicáveis.

A Lei das Sociedades por Ações determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento desta; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

## **16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve transações com partes relacionadas no exercício social corrente ou nos últimos três exercícios sociais.

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

Não aplicável, uma vez que não houve transações com partes relacionadas no exercício social corrente ou nos últimos três exercícios sociais.

**17.1 - Informações sobre o capital social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
06/06/2011	119.205.541,81	08/05/2018	65.229.260	0	65.229.260
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
06/06/2011	119.205.541,81		65.229.260	0	65.229.260
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
06/06/2011	119.205.541,81		64.442.043	0	64.442.043
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
31/05/2011	0,00		100.000.000	0	100.000.000



**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
08/05/2008	Assembleia Geral	08/05/2008	123.000.000,00	Subscrição particular	123.000.000	0	123.000.000	24.60000000	1,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.										
<b>Forma de integralização</b>										
À vista, em moeda corrente nacional.										
26/12/2008	Conselho de Administração	26/12/2008	500.000,00	Subscrição particular	3.776.873	0	3.776.873	3.60000000	1,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, sendo R\$1,00 por ação, corrigido, desde 8 de maio de 2008 e até cada data de integralização, pela variação do IPCA e acrescido de juros de 7% ao ano, calculado pro rata temporis, sendo admitido deságio para a parcela a ser integralizada à vista.										
<b>Forma de integralização</b>										
Em moeda corrente nacional, a ser integralizado da seguinte forma: (i) R\$500.000,00 à vista, representando a integralização de 1.091.545 ações ordinárias, pelo preço unitário de R\$0,45806632, sendo que as ações foram emitidas com deságio no valor de R\$0,62371368 por ação com relação ao preço de emissão de R\$1,08178 fixado nos termos do Artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as demais ações deverão ser totalmente integralizadas sem qualquer deságio até 08 de maio de 2018, sendo admitidas integralizações parciais até referida data. Nesse sentido, foram realizadas as seguintes integralizações: (i) em 1º de abril de 2010, foi integralizada a parcela de R\$480.5871,96; (ii) em 15 de dezembro de 2009, foi integralizada a parcela de R\$293.772,48; (iii) em 1º de julho de 2009, foi integralizada a parcela de R\$2.007,59; (iv) em 4 de maio de 2011, foi integralizada a parcela de R\$266.607,03; (v) em 10 de maio de 2011, foi integralizada a parcela de R\$298.869,90; e (vi) em 6 de junho de 2011, foi integralizada a parcela de R\$74.560,63.										
13/02/2009	Assembleia Geral Extraordinária	13/02/2009	500.000,00	Subscrição particular	589.530	0	589.530	0,47000000	0,85	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, com deságio de R\$0,23364674.										
<b>Forma de integralização</b>										
À vista, em moeda corrente nacional.										
01/07/2009	Conselho de Administração	01/07/2009	5.019,55	Subscrição particular	4.373	0	4.373	0,33000000	1,15	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.										
<b>Forma de integralização</b>										
À vista, em moeda corrente nacional.										
15/12/2009	Conselho de Administração	15/12/2009	458.097,68	Subscrição particular	423.626	0	423.626	0,00300000	1,08	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.										
<b>Forma de integralização</b>										
À vista, em moeda corrente nacional.										

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/04/2010	Conselho de Administração	01/04/2010	838.591,13	Subscrição particular	796.925	0	796.925	0,62000000	1,05	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.										
<b>Forma de integralização</b>										
04/05/2011	Conselho de Administração	29/04/2011	856.352,19	Subscrição particular	711.560	0	711.560	0,55000000	1,20	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.										
<b>Forma de integralização</b>										
10/05/2011	Conselho de Administração	10/05/2011	548.907,86	Subscrição particular	493.204	0	493.204	0,38000000	1,11	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.										
<b>Forma de integralização</b>										
31/05/2011	Assembleia Geral	31/05/2011	2.890.000,00	Subscrição particular	267.936	0	267.936	0,41000000	10,78	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.										
<b>Forma de integralização</b>										
06/06/2011	Conselho de Administração	06/06/2011	138.554,30	Subscrição particular	63.029	0	63.029	0,09000000	2,92	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.										
<b>Forma de integralização</b>										
À vista, em moeda corrente nacional.										

**17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)		Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)	
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais
<b>Grupamento</b>				
31/05/2011	129.796.591	0	64.898.295	0
			129.796.591	64.898.295
				64.898.295

**17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
15/12/2009	15/12/2009	12.765.433,80	0	0	0	10,23000000	0,00

**Forma de restituição**

Não foi restituído valor aos acionistas.

**Razão para redução**

Compensar prejuízos acumulados.

## 17.5 - Outras informações relevantes

### Integralização do Capital Social

Em relação ao item 17.1.(a) deste Formulário de Referência, ressaltamos que a parcela não integralizada do nosso capital social (correspondente a 807.217 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) foi subscrita por nosso Diretor-Presidente, Sr. Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2008. As ações pendentes serão integralizadas sem deságio até 8 de maio de 2018, pelo preço de R\$1,00 por ação, corrigido desde 8 de maio de 2008 até a data de cada realização pela variação do IPCA e acrescido de juros de 7% ao ano, calculado *pro rata temporis*. Adicionalmente, o Sr. Joaquim Pedro Andrés Ribeiro se obrigou a utilizar na realização das ações pendentes: (i) 50% dos valores recebidos de nós a título de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra distribuição de lucros ou recursos; e (ii) 37,5% de todos os valores recebidos de nós a título de participação nos lucros, bonificação anual ou prêmios pagos pelo exercício de cargos em nossa Administração.

### Aumento de Capital Subscrito por Funcionários

De forma a alinhar os nossos interesses com aqueles de nossos funcionários em cargos de gerência e coordenadoria, foi oferecido a nossos gerentes e coordenadores a possibilidade de subscreverem ações de nossa emissão a serem emitidas em aumento de capital privado, pelo preço de emissão de R\$10,786108 por ação. Em 31 de maio de 2011, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$2.890.000,00, mediante a emissão de 267.936 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por 29 de nossos funcionários, representando um aumento de 2,49% sobre o nosso capital social total.

Referidos funcionários firmaram conosco e com o GMT FIP um acordo de acionistas estabelecendo as regras que norteiam os direitos e deveres com relação à transferência das ações subscritas no aumento de capital, acordo de acionistas esse que será automaticamente rescindido quando do início da negociação das ações de nossa emissão na BM&FBOVESPA. Nessa hipótese, um novo acordo de acionistas entrará em vigor vinculando as ações dos funcionários, que não poderão aliená-las sem observar o referido acordo.

O acordo que entrará em vigor após a listagem das ações de nossa emissão estabelece um período impeditivo (*lock-up*) para a negociação com ações de nossa emissão, que terá seu prazo de vencimento determinado de acordo com a data de rescisão do contrato de trabalho do referido funcionário conosco. Assim, caso o funcionário se afaste da nossa Companhia: (i) até 31 de maio de 2012, este não poderá negociar suas ações sem autorização de nosso Conselho de Administração até a data correspondente ao período de nove anos contados da data de afastamento; (ii) no período compreendido entre 1º de junho de 2012 e 31 de maio de 2013, este não poderá negociar suas ações sem autorização de nosso Conselho de Administração até a data correspondente ao período de seis anos contados da data de afastamento; (iii) no período compreendido entre 1º de junho de 2013 e 31 de maio de 2014, este não poderá negociar suas ações sem autorização de nosso Conselho de Administração até a data correspondente ao período de três anos contados da data de afastamento. Caso o funcionário permaneça como nosso empregado até 1º de junho de 2014, este estará livre para, a partir da referida data, transferir suas ações a qualquer terceiro, não sendo aplicável o *lock-up* mencionado acima.

De qualquer forma, em caso de afastamento do funcionário, a qualquer momento, este estará livre para transferir a qualquer terceiro um determinado número de suas Ações de nossa emissão de sua titularidade que seja equivalente à divisão: (i) do resultado da diferença entre (subtração) (a) o valor do seu investimento realizado na nossa Companhia, reajustado desde a data de sua subscrição e integralização até a data do afastamento de acordo com o índice de correção básico dos depósitos da caderneta de poupança *pro rata dies*; e (b) o somatório do valor eventualmente distribuído por nós ao funcionário a título de dividendos e/ou pago a título de juros sobre o capital próprio (se aplicável) desde a data do seu investimento Individual até a data do afastamento, reajustado de acordo com o índice de correção básico dos depósitos da caderneta de poupança desde o respectivo pagamento até a data do Afastamento; pelo (ii) o preço médio ponderado de cotação das ações de nossa emissão na BM&FBOVESPA nos 30 dias anteriores à data do afastamento.

### Capital Autorizado

Estamos autorizados a aumentar o capital social até o limite de 100 milhões de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Nossos acionistas dissidentes terão direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações, nas hipóteses e na forma dos art. 137 e 136 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	Não há restrições à circulação das ações de nossa emissão, exceto pelo Lock Up mencionado no item 18.10 deste Formulário de Referência.  Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, estamos comprometidos em manter em circulação uma parcela mínima de ações ordinárias representativas de 25% do nosso capital social.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais podem privar os acionistas de qualquer dos direitos essenciais do acionista, conforme disposto no artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Outras características relevantes</b>	Não existem outras características relevantes referentes a este item.

---

## 18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras em nosso Estatuto Social que limitem o direito de voto de acionistas significativos. Em relação à obrigatoriedade de que os acionistas realizem oferta pública, as seguintes hipóteses são previstas em nosso Estatuto Social:

- (i) caso haja o cancelamento do nosso registro de companhia aberta;
- (ii) caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem pela nossa saída do Novo Mercado;
- (iii) na hipótese em que passemos por um processo de reorganização societária e a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários negociados no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação;
- (iv) na hipótese de alienação do nosso controle;
- (v) na hipótese de qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em atuação conjunta com outra pessoa, se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de 33% ou mais de nosso capital social ("Participação Relevante"), excluídas as ações em nossa tesouraria, salvo se o adquirente da Participação relevante: (a) comunicar sobre o evento em até 48 horas contadas do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e (b) alienar em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do nosso capital que exceda a Participação Relevante, em até 30 dias úteis contados da notificação mencionada no item (a) acima. Vale notar que esta OPA é dispensável no caso de OPA por alienação de controle, nos termos descritos no item 18.1.(e) deste Formulário de Referência; e
- (vi) caso o adquirente da Participação Relevante que, após realizar a oferta pública mencionada no item (v) acima, não atinja a participação de 50% mais uma ação de nossa emissão, se e quando tal participação for atingida, sendo dispensável na hipótese do item 18.1.(e) deste Formulário de Referência.

Em todas as hipóteses de OPA que tenham por objeto a aquisição de ações de nossa emissão, o Conselho de Administração deverá manifestar-se, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto de acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da nossa Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à nossa Companhia; (iv) outros pontos que o nosso Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não há exceções e/ou cláusulas suspensivas a direitos patrimoniais ou políticos previstos em nosso Estatuto Social.



#### **18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, bem como nos últimos três exercícios sociais, não há ações ou quaisquer outros valores mobiliários de nossa emissão em negociação no mercado.

## **18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até data deste Formulário de Referência, bem como nos três últimos três exercícios sociais, não emitimos valores mobiliários que não sejam ações.

## **18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

As nossas ações serão negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA uma vez cumpridas as seguintes condições: (i) obtenção do nosso registro como companhia aberta junto à CVM; (ii) obtenção do registro da Oferta que pretendemos realizar; e (iii) autorização da BM&FBOVESPA para negociação das nossas ações nesse segmento especial de listagem.

### **18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

Na data deste Formulário de Referência, não temos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

**18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Até a data deste Formulário de Referência, não foi realizada nenhuma distribuição pública de valores mobiliários de nossa emissão, por nós ou por quaisquer terceiros.

### **18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Até a data deste Formulário de Referência, não realizamos nenhuma OPA que tenha por objeto ações de emissão de terceiros.

## 18.10 - Outras informações relevantes

Exceto pelas nossas ações distribuídas no âmbito da Oferta, durante o prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, nós, os acionistas controladores, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores e dos Agentes de Colocação Internacional e observadas determinadas outras exceções, estaremos obrigados a, com relação a quaisquer ações ordinárias de nossa emissão ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de nossa emissão, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos ou exigir ou exercer qualquer direito com relação ao registro nos termos do Securities Act ou da legislação brasileira.

Adicionalmente, exceto pelas ações distribuídas no âmbito da Oferta, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, os acionistas controladores, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de nossa emissão ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Ainda no âmbito do Regulamento do Novo Mercado, após esse período inicial de seis meses, os acionistas controladores, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações ordinárias de nossa emissão e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta.

A restrição imposta pelo Regulamento do Novo Mercado não se aplicará nas hipóteses de: (i) empréstimo de ações que vise permitir a antecipação do início da negociação das Ações em bolsa, sujeito à aprovação da BM&FBOVESPA; (ii) cessão ou empréstimo de ações que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA, nesse caso limitado a 15% da quantidade total de ações cuja negociação esteja vedada; (iii) negociação privada, inclusive em situação que envolva alienação de controle da Companhia, desde que o adquirente respeite o prazo remanescente de vedação à negociação; e (iv) na hipótese de alienação de ações em ofertas públicas de aquisição.

Por último, nossos empregados que subscreveram ações no aumento de capital aprovado em 31 de maio de 2011 também estão sujeitos a determinadas restrições na negociação com suas ações (*lock-ups*), conforme descrito no item 17.5 deste Formulário de Referência.

## **19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, não aprovamos nenhum plano de recompra de ações.



## **19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, não mantínhamos valores mobiliários de nossa emissão em tesouraria.

### **19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data de encerramento do último exercício social, não mantínhamos valores mobiliários de nossa emissão em tesouraria.

#### **19.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

### Data aprovação

**04/05/2011**

### Cargo e/ou função

Nós, nossas controladas e sociedades sob controle comum, nossos acionistas controladores diretos ou indiretos, os membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e de nossos comitês estatutários e os nossos funcionários que aderirem à Política de Negociação ("Indivíduos Restritos").

### Principais características

É vedada a negociação com valores mobiliários, pelos Indivíduos Restritos, nas datas em que nós e nossas controladas e sociedades sob controle comum negociarem com ações de nossa emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo nosso Conselho de Administração. Deveremos informar previamente os Indivíduos Restritos acerca de tais datas. A prestação de aconselhamento por Indivíduos Restritos a título oneroso ou gratuito é restringida pela Política de Negociação, devendo ser limitada aos períodos em que os Indivíduos Restritos não tenham conhecimento de qualquer informação relacionada a ato ou fato relevante ainda não divulgado.

É também vedada a negociação com ações de nossa emissão por nós próprios e por nossas controladas e sociedades sob controle comum, bem como pelos Indivíduos Restritos, salvo se forem realizadas por meio das Corretoras Credenciadas. Esta vedação não se aplica aos nossos Conselheiros independentes.

Durante os períodos de vedação estabelecidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e na Política de Negociação, nós autorizaremos as Corretoras Credenciadas a rejeitar ordens de negociação advindas da nossa Companhia ou de nossas controladas e sociedades sob controle comum e dos Indivíduos Restritos, cobertos pela vedação acima descrita.

Os Indivíduos Restritos só podem negociar valores mobiliários na pendência de divulgação de ato ou fato relevante se tiverem seus respectivos planos individuais de investimento aprovados por nós, observado o disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

É vedada a negociação com valores mobiliários pelos nossos funcionários, de nossas controladas e sociedades sob controle comum, salvo no âmbito de qualquer programa de opções de compra de nossas ações.

Os Indivíduos Restritos aderiram à Política de Negociação por meio da assinatura de termo de adesão. Manteremos em nossa sede, relação das pessoas que firmarem o termo de adesão, com as respectivas qualificações, cargo ou função, endereço e número de inscrição no CNPJ ou CPF. Os termos de adesão deverão permanecer arquivados na nossa sede enquanto seus signatários mantiverem vínculo conosco, e por, no mínimo, cinco anos após o seu desligamento.

### Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Os Indivíduos Restritos deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e Formulário de Referência) exigidas pela CVM.

Os Administradores que se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à divulgação de informação relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com valores mobiliários até (i) o encerramento do prazo de seis meses contados da data de seu afastamento, ou (ii) a divulgação ao público da Informação Relevante.

Durante os períodos de vedação estabelecidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e na Política de Negociação, autorizaremos as corretoras credenciadas a rejeitar ordens de negociação advindas da nossa Companhia e dos Indivíduos Restritos.

## **20.2 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas no item acima.

## **21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

Política de Divulgação aprovada em nossa Assembleia Geral de acionistas, realizada em 4 de maio de 2011, cujo teor encontra-se descrito no item 21.2 abaixo.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Conforme Instrução CVM nº 358, a nossa Política de Divulgação consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Esta Política de Divulgação foi aprovada em nossa Assembleia Geral de acionistas, realizada em 4 de maio de 2011. O objetivo da Política de Divulgação é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados, com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358, visando especialmente (i) prestar informação completa aos acionistas e investidores; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de ato ou fato relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor; (iv) zelar pelo sigilo de ato ou fato relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

O critério de relevância do ato ou fato relevante é baseado na possibilidade de influenciar de modo ponderável a decisão dos investidores em negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais que utilizamos para a divulgação de nossas informações, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM e às Bolsas de Valores.

A Informação Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores. Caso as Bolsas de Valores não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento da BM&FBOVESPA.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante será enviada simultaneamente à CVM e às Bolsas de Valores e divulgada ao público investidor em geral.

Enquanto o Ato ou Fato Relevante não for divulgado, todas as Pessoas Vinculadas deverão guardar completo sigilo a seu respeito e, quando necessária para o desenvolvimento dos nossos negócios, dar difusão restrita, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação saibam de seu caráter confidencial e de sua forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação. Conforme estabelece o artigo 8º da Instrução 358, as Pessoas Vinculadas respondem solidariamente com seus subordinados e terceiros de sua confiança pelo descumprimento do dever de guardar sigilo aqui mencionado.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao nosso Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Informação Relevante, sempre que se certificarem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, devem comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM.

O nosso Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante. Ele deve (i) divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante; e (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha Valores Mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Informação Relevante, sempre que se certificarem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, devem comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM.

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os Administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia, a pedido dos Administradores, de qualquer acionista ou por iniciativa própria, poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, na hipótese da informação escapar ao controle ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público.

Caso a CVM decida pela divulgação da Informação Relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à Pessoa Vinculada, conforme o caso, que comunique a Informação Relevante às Bolsas de Valores e ao público, o Diretor de Relações com Investidores ou a Pessoa Vinculada, conforme o caso, deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Instrução CVM 358.



### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Sr. Thiago Frias Pícolo Peres, Diretor de Relações com Investidores da Companhia, com escritório na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Hélios Seelinger, nº. 155, parte, Barra da Tijuca, CEP 22640-040, telefone (21) 2131-8909 e no e-mail [ri@technos.com.br](mailto:ri@technos.com.br).

## 21.4 - Outras informações relevantes

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam essa prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade, entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O “*accountability*”, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, podem ser citadas algumas adotadas por nós:

- além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembleia Geral tem competência para deliberar sobre a: (i) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros e respectivos suplentes do nosso Conselho de Administração e do nosso Conselho Fiscal; (ii) fixação da remuneração, global ou individual, dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como a dos membros do nosso Conselho Fiscal; (iii) reforma do nosso Estatuto Social; (iv) nossa transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição de liquidantes e julgar-lhes as contas; (v) proposta apresentada pela administração ou diretoria, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; e (viii) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo nosso Conselho de Administração;
- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os acionistas ou seus representantes;
- clara definição no nosso Estatuto Social da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria;
- relacionamento transparente entre o Diretor Presidente e os demais diretores com indivíduos ou entidades que assumam algum tipo de risco, direto ou indireto perante nós;
- transparência na divulgação pública do nosso relatório anual da administração;
- relatório anual que, além das exigências legais, envolve todos os aspectos da nossa atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressalvados assuntos de justificada confidencialidade; e
- livre acesso às nossas informações e instalações pelos membros do nosso Conselho de Administração.

Nossa área de relações com investidores envia periodicamente ao mercado informações eletrônicas contendo os fatos relevantes e a divulgação de resultados do nosso grupo econômico. Além disso, informações sobre a Companhia são atualizadas diariamente em sua página na internet, garantindo acesso a todos os interessados. Tais medidas são tomadas vislumbrando o desenvolvimento de um contínuo e transparente relacionamento entre o grupo econômico ao qual pertence a Companhia e o mercado de capitais nacional e internacional.

Dessa maneira, procuramos manter um consistente e proativo relacionamento com o mercado, buscando evitar que determinados grupos de pessoas tenham acesso seletivo ou privilegiado às suas informações, se empenhando em assegurar que a divulgação de suas informações seja feita de forma simultânea a todo o mercado.

## 21.4 - Outras informações relevantes

### ***Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínios e Incentivo à Cultura***

Nossa marca “Mariner” é a parceira de relógios oficial do Rock in Rio, o maior festival de música e entretenimento do mundo. Com o mote “Por um Mundo Melhor”, o Rock in Rio busca uma atuação sustentável e socialmente responsável. Essa atitude vai desde a compensação das emissões de carbono até a escolha de parceiros com atuação socioambiental. O festival procura, além disso, o apoio direto a diversos projetos de sustentabilidade – ao longo dos últimos 10 anos, foram 4.803.357,00 de euros destinados a ações de educação e conscientização ambiental.

Além disso, podemos destacar nossa política de auxílio educação aos empregados da nossa Companhia, por meio da qual oferecemos ajuda de custo de 50% do valor da mensalidade do curso escolhido pelo empregado, por meio de reembolso.

Por último, adotamos práticas ambientais socialmente responsáveis em nossa planta de montagem e distribuição em Manaus, onde realizamos o tratamento de todo o esgoto produzido, reciclamos o papelão utilizado e vendemos os resíduos metálicos de nossas atividades para empresas que fazem o seu reaproveitamento.

## **22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

### ***Venda de Imóvel no Rio de Janeiro***

Em 17 de janeiro de 2011, celebramos uma escritura pública de promessa de compra e venda relativa ao imóvel onde está atualmente localizada a nossa sede, situada na Rua Hélios Seelinger, 155, parte, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, pelo valor de R\$11,3 milhões. Recebemos um sinal de R\$2,3 milhões no ato da assinatura da promessa e assumimos a obrigação de atender determinadas condições até o dia 1º de junho de 2011. Em 18 de maio de 2011, assinamos a escritura pública definitiva de compra e venda, data na qual recebemos o saldo remanescente no valor de R\$9,0 milhões, sendo que, desse valor, o montante de R\$400,0 mil está depositado em garantia para fazer frente a eventuais contingências fiscais.

## **22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução de nossos negócios.

### **22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve contratos relevantes celebrados por nós e por nossas controladas não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

## **22.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)